

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**JOSÉ ROBERTO CARVALHO**

**1848 – 1851 CRÍTICA ÀS APROPRIAÇÕES DEMOCRATAS DE O 18  
BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE E OS DOIS E DISTINTOS  
MOVIMENTOS CAMPESINOS EM KARL MARX**

**TOLEDO – PR**

**2024**

**JOSÉ ROBERTO CARVALHO**

**1848 – 1851 CRÍTICA ÀS APROPRIAÇÕES DEMOCRATAS DE O 18  
BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE E OS DOIS E DISTINTOS MOVIMENTOS  
CAMPELINOS EM KARL MARX**

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Jadir Antunes.

**TOLEDO – PR**

**2024**

Carvalho, José Roberto

1848 - 1851 Crítica às apropriações democratas de O 18  
Brumário de Luís Bonaparte e os dois e distintos movimentos  
campesinos em Karl Marx / José Roberto Carvalho; orientador  
Jadir Antunes. -- Toledo, 2024.

506 p.

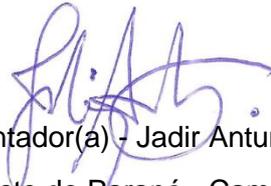
Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2024.

1. Marxismo. 2. Parlamento e Democracia. 3. Revolução  
Proletária em Permanência. 4. Luta de Classes. I. Antunes,  
Jadir, orient. II. Título.

**JOSÉ ROBERTO CARVALHO**

1848 – 1851 CRÍTICA ÀS APROPRIAÇÕES DEMOCRATAS DE O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE E OS DOIS E DISTINTOS MOVIMENTOS CAMPESINOS EM KARL MARX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia, área de concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Jadir Antunes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)



Marcio Lauria Monteiro

Universidade Federal Fluminense (UFF)



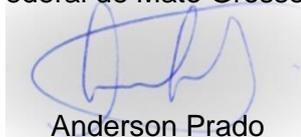
Rafael Padial

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Carlos Batista Prado

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Anderson Prado

Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Toledo, 31 de maio de 2024

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, José Roberto Carvalho, pós-graduando do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final em minuta de tese é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 21 de abril de 2024.



---

Assinatura (José Roberto Carvalho)

## DEDICATÓRIA

Dedico presente trabalho aos operários e trabalhadores em geral: os considerados trabalhadores manuais. Apesar de não termos produzido nossa existência material ao longo do processo acadêmico investigativo que resultou na presente tese, nunca deixamos, neste largo tempo, que somou mais de cinco anos, de consumir diariamente mercadorias em meios vitais para a existência humana.

Ao deslocar da cidade de Cascavel para a cidade de Toledo semanalmente, utilizando transporte rodoviário e urbano, ao longo do curso de doutorado, desde o trabalho dedicado pelos operários na fabricação dos veículos e carros de transportes coletivos, trabalhadores explorados na produção de mercadorias em uma ainda relação de trabalho pautada em contratação assalariada capitalista: metalúrgicos, soldadores, pintores, polidores, instaladores de artigos e dispositivos em geral nos veículos de transportes (vinculado nessa estrutura alienada de trabalho o próprio seringueiro que segue explorado na retirada da matéria prima que possibilita o processamento e a composição das formas de itens de borracha largamente adotadas na fabricação desses e outros veículos).

A exploração capitalista também determina e compromete a existência do próprio motorista do Ônibus, do atendente do guichê em que compramos as passagens semanalmente. Aliás, me lembro muito bem, e com ótimas recordações, do motorista da linha que dirigia o ônibus do terminal de transbordo de Toledo até a Unioeste, no itinerário de nosso uso cotidiano. Um trabalhador sempre atencioso e mais que simpático, apesar das duras e cruéis condições de trabalho que se encontram estes profissionais motoristas submetidos: tendo de se colocarem ao longo de as suas jornadas de trabalho ao lado de um motor incrivelmente barulhento e intensamente quente: quem reside em Toledo, uma cidade que alcança facilmente elevadas temperaturas, consegue bem relacionar o tão desumano isso se mostra aos trabalhadores do transporte coletivo urbano.

Assim, tenho o trabalho produtivo enquanto as próprias condições, sem as quais, indiscutivelmente, este trabalho não poderia sequer ter se iniciado. E

ante esta dependência, a nossa formação acadêmica em nível de doutorado só pôde vir sustentada em face destes e tantos outros trabalhos executados diária e ininterruptamente pela classe proletária. Trabalhadores esses que, em regra, ainda se situam impedidos de acessar e usufruir do nível superior de ensino neste país, como de resto, também da grande parte essencial da riqueza material e espiritual acumulada fruto de seu trabalho diário, em que os operários seguem carregando todo o fardo peso da sociedade nas costas.

Uma estrutura social que bloqueiam suas condições materiais, culturais, intelectuais de tudo, ao ainda se verificarem impostos aos trabalhadores os concretos grilhões econômicos resultados da exploração assalariada determinada pela sociedade capitalista.

## AGRADECIMENTOS

Iniciando, muito especialmente, quero agradecer ao professor Jadir Antunes, por ter acolhido o projeto de pesquisa e de ter, ao longo de mais de cinco anos, orientado o trabalho com absoluta competência. Em uma orientação de tipo não tradicional, não estrito acadêmica, assegurando um norte teórico coerente, rigoroso, sempre a sua orientação procurando guiar os trabalhos da pesquisa aos estudos e considerações fundamentais, aproximando os assentos teóricos possíveis, ainda de limites, limites todos determinados de uma insuficiente capacidade deste orientando abstrair e formular no todo o que o rico processo de estudos nos ofereceu.

Este trabalho não seria possível, também, sem os apontamentos em sérios apoios críticos manifestados ao longo das bancas de qualificação e de defesa, conteúdos em importantes pareceres quase na totalidade atendidos no texto da tese final, de tudo reunindo e restando algumas necessidades que levaremos como carências para novos e próximos aprendizados em continuidade de estudos em melhor consideração de certas observações não suficientemente assentadas no nosso trabalho de pesquisa aqui concluído mas não encerrado.

Em um amplo quadro e leque de necessidades de agradecimentos, e ainda que não conseguimos garantir mostras suficientes dos largos apoios recebidos, quero me referir aos professores que pude conhecer, apreender, desde a graduação em pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel; no mestrado, na Universidade Federal do Paraná; e, destacadamente, os professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Campus Toledo da mesma UNIOESTE, com os quais pude estudar, ouvir e aprender muito, sobretudo ao valor do intelecto, da liberdade, da ética, de como ideias e formulações, pautas e proposições, das mais diversas e conflitantes que se puserem, jamais devem virem impedidas e ou sequer moderadas, entendendo que a liberdade representa o legítimo espírito intelectual humano.

Agradeço, muito carinhosamente, a companheira Luana, também estudante de filosofia. Uma pessoa de personalidade particular, quem tanto

esteve presente ao longo da jornada de estudos no doutorado, e desde o seu início. Nessa jornada dividida, de estudos e de nossa relação pessoal, tivemos dois filhos, Olga Trotskyaya e Alfredo Roberto, este último nascido em março de 2023.

A Olga nos acompanhou integralmente ao longo da trajetória de estudos, ainda no útero da mãe, então nascida em 03 de agosto de 2018, ano em que iniciamos o curso de doutorado, já tendo cursado uma disciplina enquanto aluno especial em 2017, sempre ali, no Campus Toledo da Unioeste, salas 11, 10, 03 e 01, dentre outras, invariavelmente acompanhado da pequena, bela e carinhosa Luana.

Ao longo da jornada, se por um lado as nossas crianças colocaram sérios desafios aos estudos, da escrituração da tese, alcançando até mesmo ruídos em nossa relação pessoal, apesar disso tudo, a Luana assumiu e sempre exerceu uma personalidade especial, sensível e mais que compreensiva.

E essas dificuldades se relacionaram ainda com o acometimento de meu filho Guilherme Henrique, quem, quando iniciamos os estudos para o doutorado, havia recentemente desenvolvido sintomas de esquizofrenia paranoide, condições que, de tudo que lhe dificultaram e nos exigiram, ainda disso, o Guilherme esteve presente mesmo no dia da prova escrita de seleção ao doutorado: já ali bastante acometido e ainda em fase de acomodação da forte medicação.

Em tudo, nesse período, a relação familiar foi muito difícil, intensa e rica. Por quantas vezes, tanto a Olga Trotskyaya como o Alfredo Roberto, mesmo ante uma tarefa acadêmica "inadiável", as tantas inserções das crianças em dados contextos nos obrigavam constatar que a realidade, a objetividade, a afetividade, no caso a necessidade de um deles, ou de ambos, exigiam que o trabalho acadêmico parasse, e só depois, incontáveis vezes muito tempo depois, pudesse ser possível vir retomado o que já precisava ter sido até concluído.

Ao mesmo tempo dos complicantes, nesse tempo que parecia faltar ali, o tempo requerido pela Olga Trotskyaya e/ou pelo Alfredo Roberto, em verdade, nos possibilitava uma ainda maior atenção ao trabalho acadêmico, um afastamento necessário da feitura textual, conseqüentemente, uma posterior

retomada com maior intensidade e mesmo qualidade de precisão na lida dos trabalhos e tarefas acadêmicas cotidianas, todas ao fim desenvolvidas em seus máximos possíveis.

Em relação ao apoio de Ana Caroline Carvalho, minha outra filha, a mais velha dos quatro filhos, hoje residente em Londrina e formada pela Unioeste Cascavel e pela Universidade Estadual de Londrina – tendo concluído residência em enfermagem nesta segunda instituição, a participação desta peculiar pessoa é preciso tratar muito especialmente.

O apoio da Ana, com muito trabalho, reuniu seu esforço de formatação dos textos rascunhados, revistos, incontáveis vezes reformulados, formatações sem as quais não teriam sido possíveis os textos viessem então remetidos ao professor orientador, em face das especificidades relacionadas e determinadas pela cegueira, as quais exigem que os textos venham, após já redigidos, formatados e reformatados, sempre que adotado mínimas alterações no texto original: desdobrando que os textos venham revisados com uma frequência absolutamente incomum e bastante exaustiva.

Isso posto, indiscutivelmente, sem o apoio da Ana esta tese não teria sido possível. O trabalho que uma pessoa cega desdobra, ao nossos textos virem redigidos em formato de arquivo não tradicional, requererem trabalhos de formatações posteriores exigentes de muita dedicação e concentração, pelo que agradeço, muito especialmente, todo o trabalho empenhado pela Ana ao formatar os escritos, desde os trabalhos avaliativos em nossas matrículas nas ementas iniciais do curso, em frequências nas disciplinas eletivas e obrigatórias, bem como, em um trabalho ainda maior, ante as incontáveis vezes que a Ana Caroline precisou lidar com a formatação formal estética de apresentação do esboço de tese e com o texto da tese final em si.

Agradecemos, ainda, aos trabalhos e serviços disponibilizados pelo Programa de Educação Especial da Unioeste. Apoios sem os quais, sequer teríamos conseguido ler as referências bibliográficas obrigatórias de várias disciplinas do curso. O apoio da Patrícia e da Lucia, em diálogos com a equipe do PEE Toledo, com a querida professora Franci, também por meio de apoios e acenos da Vera Lucia e Vanderlise, do PEE Cascavel, nos foram essas condições fundamentais, imprescindíveis, no que registro todo o devido agradecimento.

Ainda um necessário agradecimento aos pares de seção de trabalho no IFPR: trabalhadores da Seção Pedagógica do Campus Cascavel. Por termos percebido apenas o afastamento parcial para cursar o doutorado, não resultaram, disso, poucos os momentos em que precisamos de um apoio na cobertura das atividades cotidianas de trabalho, pelo todo que a jornada acadêmica no curso de doutoramento exigiu. E não reuniram poucas as exigências, tão pouco as horas e dias que os pares de trabalho do IFPR precisaram nos representar, nos "substituir" na seção. Por tudo isso, meus sinceros agradecimentos aos pares de trabalho.

E não menos importante, queremos destacar o valor ao encorajamento para a produção dessas laudas à coletiva jornada na militância junto ao movimento de pessoas com deficiência visual, de Cascavel e Toledo, junto da ACADEVI e ADVT, bem como os estudos realizados desde a graduação em pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, no mestrado, na UFPR, nos grupos de pesquisa pelos quais passamos por algum tempo, ao longo de uma trajetória de estudos e militância, e foram muitos. Muito obrigado aos camaradas: Paulino Orso, Sebastião de Foz do Iguaçu, o camarada Luiz Fernando Reis, a professora Francis Mari Guimarães, o João Zanardine, o Jadir, dentre outros e outras.

Aqui, ainda, separando um espaço especial para a personalidade da Thais Moura Tavares, orientadora no mestrado na UFPR, uma personalidade mais que terna, especial, um presente na vida de quem aproveite a oportunidade de conviver com uma pessoa com tantas qualidades.

E, concluindo, in memoriam, quero aqui registrar de uma ausência que nos foi muito sentida na jornada do doutoramento: a falta do Alfredo Roberto de Carvalho, irmão, marxista, camarada, disciplinado, estudioso, quem pudemos o homenagear em 23 de março deste ano, colocando o seu nome ao Alfredinho, e que o Alfredo Roberto de Carvalho Sobrinho consiga honrar ao máximo possível o nome que recebeu.

A falta do Alfredo se mostrou insubstituível ao longo destes nossos estudos no doutorado. A exemplo da dor que carregamos desde sua morte, absolutamente absurda, que o vitimou rapidamente, entre agosto de 2012 e meados de 2013, quando ali não resistiu aos acometimentos de um tipo de câncer: muitas saudades camaradas. Não temos dúvidas que você estaria aqui

agora conosco, e muito proximamente, envolvido diretamente na jornada e mesmo na leitura de nossos rascunhos de tese.

Esta uma ausência brutal e mais que sentida. Por tudo isso, dedicamos este trabalho ao todo e muito que você nos legou e ensinou Alfredão. Sofremos de sua intensa ausência, temos uma enorme saudade, muitas lembranças, recordações de sua disciplina peculiar, e mesmo ainda uma forte e intensa dor, sempre contida, como você nos pediria Alfredo.

## RESUMO

CARVALHO, J. R. **1848-1851 Crítica às apropriações democratas de o 18 Brumário de Luís Bonaparte e os dois e distintos movimentos campesinos em Karl Marx.** Tese de Doutorado em Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2024.

Este trabalho critica as apropriações e interpretações estrito democratas sobre o livro de O 18 Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx (2002, 2011), mostrando os conceitos marxistas ocidentais de sociedade civil e uma proposta de democracia em condensação junto da ossatura do Estado Burguês. A pesquisa expõe da necessidade de uma real compreensão da democracia, do parlamento e do Estado capitalista, por meio dos fundamentos políticos assentados na teoria da revolução permanente marxiana, conforme artigos publicados por Marx ao longo do periódico Gazeta Renana, o texto de Marx e Engels no Manifesto do Comitê Central aos membros da Liga dos Comunistas de 1850 e o legítimo conteúdo de O 18 Brumário. A abordagem de Marx no livro O 18 Brumário guarda uma completa divergência das interpretações marxistas reformistas, ao manifestar uma direta relação com os processos revolucionários aproximados na Europa em 1848 e anos próximos, ao que se procurou na França, na Alemanha e outras regiões. Ao tomar esse contexto em peso, o trabalho discute se a perspectiva de emancipação proletária reúne uma tarefa que se trilhe estritamente pela democracia, pelo parlamento burguês ou, em um processo dialético, envolve, afasta e ultrapassa o percurso estrito democrata. O trabalho ainda se pergunta se o movimento revolucionário em permanência, correspondente ao programa operário guia aos proletários em partido, possa ou não vir aproximado com traços na classe trabalhadora em sentido geral: particularmente com agrupamentos trabalhadores campesinos. Para essa questão o trabalho aponta da possibilidade de dois possíveis e distintos movimentos campesinos em O 18 Brumário. Um, reacionário, que na França inclinou-se aos interesses dos grandes proprietários de terras, oferecendo apoio ao golpe de Bonaparte. E, outro, distinto, possível de vir constituído, arrastado pela organização e luta da classe operária, espírito que, em distância latente, esteve representado nas perspectivas e jornadas proletárias derrotadas no junho sangrento autorizado pelo parlamento democrata francês em 1848. Isto posto, o trabalho discute do conteúdo e meios capazes ou não de permitirem uma constituição do distinto e superior movimento campesino em Marx. A tese em si admite e reconhece a possibilidade de um campesino distinto, que não procure por leis no parlamento burguês, de reservas de mercados agrícolas, de desapropriações parcelares de terras: pautas relacionadas e presas as formas de organização do trabalho alienado rural burguês reformista. Um distinto e diferente camponês, resultado, só possível de vir constituído em um processo em por vir, em uma relação não autônoma, em associação ao movimento operário que luta pelo seu salário relativo, em meios e termos dialético-políticos impulsionados e desenvolvidos do metabolismo capitalista de produção. Em si mesma, uma força política com força de enlace ao arraste em andamento do clássico programa do partido operário revolucionário. O ente em permanência, responsável por assentar, mover e elevar os termos societários dialeticamente em marcha de negação da

negação dos condicionantes econômicos antagônicos impostos pela sociedade capitalista e o Estado burguês aos trabalhadores de todo o mundo.

**Palavras-chave:** Marxismo. Parlamento e Democracia: Reformismo. Relações de Classes. Luta de Classes. Revolução Proletária em Permanência.

## ABSTRACT

CARVALHO, J. R. **1848-1851 Critique of the Democratic Appropriations of The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte and the Two Distinct Peasant Movements in Karl Marx.** Thesis (Doctorate in Philosophy), State University of Western Paraná, Toledo, 2024.

This paper criticizes the appropriations and strict-democratic interpretations of Karl Marx's *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (2002, 2011) showing the Western Marxist concepts of civil society and a proposal for democracy in condensation with the bourgeois state frame. The research exposes the need for a real understanding of democracy, parliament and capitalist state, through the political foundations laid in the Marxian theory of permanent revolution, according to the articles published by Marx in the periodical *Gazeta Renana*, the text of Marx and Engels in the Manifesto of the Central Committee to the members of the Communist League of 1850 and the legitimate content of *The Eighteenth Brumaire*. Marx's approach in *The Eighteenth Brumaire* is completely at odds with reformist Marxist interpretations, as it shows a direct relationship with the revolutionary processes that were taking place in Europe in 1848 and the following years, as they were in France, Germany and other countries. By taking this context into account, this work discusses whether the perspective of proletarian emancipation brings together a task that is trodden strictly through democracy by the bourgeois parliament, or whether, in a dialectical process, it involves, step aside and goes beyond the strict democratic path. The paper also asks whether or not the revolutionary movement in permanence, corresponding to the workers' program and guide to the proletarians in party, can be linked to traits in the working class in a general sense, particularly with peasant worker groupings. To this question, the work points to the possibility of two distinct peasant movements in *The Eighteenth Brumaire*: one, reactionary, which leaned towards the interests of the large landowners in France, offering support to Bonaparte's coup; and, another, unlike, possible to come into being, dragged along by the organization and struggle of the working class, a spirit that, in latent distance, was represented in the proletarian perspectives and journeys defeated in the bloody June authorized by the French Democratic Parliament in 1848. Therefore, this paper discusses the content and the means capable or not of allowing a constitution of the distinct and superior peasant movement in Marx. The thesis itself admits and recognizes the possibility of a distinct peasantry, which does not seek laws in the bourgeois parliament, agricultural market reserves and piecemeal expropriations of land: agendas related and tied to the forms of organization of alienated reformist bourgeois rural work. A distinct and different peasantry, a result that can only be constituted in a process that is yet to come, in a non-autonomous relationship, in association with the labor movement that is fighting for its relative wage, in dialectical-political means and terms that are driven and developed in the capitalist metabolism of production. In itself, it is a political force with the power to link the ongoing development of the classic program of the revolutionary workers' party. The permanent entity, responsible for establishing, moving and elevating the societal terms dialectically on the march

to deny the denial of the antagonistic economic constraints imposed by capitalist society and the bourgeois state on workers around the world.

**Keywords:** Marxism. Parliament and democracy: reformism. Class relations. Class struggle. Proletarian revolution in permanence.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>12</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 CAPÍTULO PRIMEIRO – DA NECESSIDADE DE CRÍTICA ÀS APROPRIAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES DE O 18 DE BRUMÁRIO .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Forma e conteúdo da interpretação de O 18 de Brumário para o Marxismo Ocidental.....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 O prólogo de Marcuse.....</b>	<b>60</b>
<b>2.3 Das apropriações e reinterpretações de O 18 de Brumário: a democracia e uma nova sociedade civil.....</b>	<b>72</b>
<b>2.4 Glosas críticas marginais às apropriações e reinterpretações de O 18 de Brumário.....</b>	<b>123</b>
<b>3 CAPÍTULO SEGUNDO – NICOS POULANTZAS E SUA CRÍTICA AO PROGRAMA DA III INTERNACIONAL COMUNISTA: A DEFESA DE UMA TRANSIÇÃO ESTRITO DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO .....</b>	<b>163</b>
<b>4 CAPÍTULO TERCEIRO – TEXTOS DA GAZETA RENANA E O CONTEÚDO DE O 18 BRUMÁRIO: O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM KARL MARX E A SUA ORIENTAÇÃO AO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE.....</b>	<b>279</b>
<b>5 CAPÍTULO QUARTO – DOIS E DISTINTOS CAMPESINOS EM O 18 BRUMÁRIO DE KARL MARX .....</b>	<b>335</b>
<b>6 CAPÍTULO QUINTO – CONDIÇÕES PARCELEIRAS RURAIS ESPECÍFICAS, MERCADORIA, PREÇO E LUCRO: A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E A LUTA PELO SALÁRIO RELATIVO OPERÁRIO .....</b>	<b>358</b>
<b>6.1 Acerca dos limites que acometem os trabalhadores camponeses parceleiros .....</b>	<b>367</b>
6.1.1 Mercadoria, dinheiro, preço e lucro em o capital de Karl Marx.....	371
6.1.2 O valor de uso e o valor de troca das mercadorias: primárias distinções entre o trabalhador camponês e o trabalhador operário .....	378
<b>6.2 O metabolismo capitalista de produção e a questão de produção do valor da mercadoria .....</b>	<b>388</b>
6.2.1 Acerca do conceito de salário, produção de valor e mais trabalho.....	394
6.2.2 A disputa entre patrões e trabalhadores pelo salário operário: implicantes na crise de dominação burguesa .....	412
6.2.3 Necessidades na organização da luta salarial proletária.....	434
<b>6.3 A luta pelo salário relativo operário e a revolução permanente proposta por Karl Marx.....</b>	<b>449</b>

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>485</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>500</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese, ao considerar o tema da revolução proletária, parte de uma questão filosófica relevante: o conceito da liberdade e da emancipação humana; buscando desenvolver uma perspectiva de resposta a essa questão. Para tanto, vale-se da indagação de pensar se essa jornada histórica reúne uma tarefa legada em direção estrita aos operários em partido ou reuniria possível uma pactuação mista enquanto classe trabalhadora, em sentido mais genérico, em que o movimento proletário urbano organizado flexibilize e compartilhe o programa e a direção da revolução socialista.

O objeto de pesquisa considerou os próprios desdobramentos históricos assentados no antagonismo de classes na sociedade burguesa, nos quais a totalização das próprias estruturas econômicas capitalistas se manifestam e se movem, tensionando tempos políticos, em graus não completamente previsíveis, em condições e imposições, reformas e negação, enquanto condicionantes capazes de aproximar e lançar relações subjetivas, estas desdobradas da exploração do trabalho assalariado, em assentamento de condições superiores, operárias urbanas, em aglutinação de forças e em desenvolvimento de tendências que podem reunir, representar e estabelecer um legítimo e independente processo de organização política sob plenas mãos do proletariado.

Nessa tendência, ante ao magnífico desenvolvimento societário alcançado pelo capitalismo, forçado pela própria materialidade e pelas suas exigências societárias, nos campos da economia, da ciência, da cultura societária e da política democrática especulativa burguesa, esses e outros não discretos elementos intercambiados concorrem com uma real possibilidade de agrupamento político independente ao movimento proletário. Uma organização comunista estruturada em nível internacional, em oposição operária interligada por todo o mundo capitalista: forças responsáveis pelo andamento do programa da revolução em permanência proposta por Karl Marx.

Na França retratada no livro "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", de Karl Marx (Marx, 2002, 2011), em um cenário de luta entre operários e burgueses, percebe-se o andamento desse movimento permanente de revolução e, conforme as relações e ações que o proletariado procura ali, esse movimento recebe, percebe e sofre várias influências, ao se confrontar com as classes dominantes, a burguesia e os grandes proprietários de terras.

Ali, na França, entre os anos de 1848 e 1851, assentaram-se, inicialmente, dois marcos importantes. O primeiro, em fevereiro de 1848, dirigido pela classe dominante, que procurava assegurar o assento do ideário burguês e democrático, sobretudo por meio da constituição e dos percursos procurados durante a II República Francesa. O segundo, e seguido momento, marca o período de necessidade da própria burguesia e os republicanos atuarem para impedir que as lutas proletárias latentes em organização se limitassem aos anseios da classe dominante, ou seja, fixarem-se ao abstrato mundo das leis e da ordem, nos círculos do parlamento e do executivo burguês.

O resultado desses condicionantes históricos, por parte do plano burguês, marcou ali a derrota das lutas operárias quando, em junho de 1848, ocorre um ataque assassino sob os trabalhadores, autorizado e executado sob os olhos inclementes e conservadores das autoridades republicanas democratas, assentadas no parlamento francês da Segunda República.

Aquele processo exigiu, também, enquanto avante revolucionário burguês, ao máximo possível, o extermínio dos resquícios do velho pensamento absolutista medieval e a consolidação de uma completa submissão da parca forma de trabalho desenvolvida na propriedade rural, em perspectivas de superação dos ideários econômicos ultrapassados ainda solicitados pelos grandes proprietários no campo, incluso, ainda, nesse bloqueio, os interesses alienados dos pequenos proprietários rurais parcelários.

Relacionar esse recorte de contexto e seu movimento exige reconhecer os capitalistas burgueses ali na França enquanto uma classe dominante, detentora da posse dos principais e decisivos meios de produção, das principais e decisivas forças econômicas, na cidade e no campo. Por conseguinte, a burguesia francesa já se encontrava em poses da direção da sociedade, portadora das ideias e ideologias societárias dominantes, tendo sob

seu comando as suas casas, o parlamento, os palácios do executivo, o judiciário e, claro, também, a alta burguesia, que controlava ali os principais comandos militares, não sem resistências e ou fragilidades específicas transitórias.

Tal relação, apesar do ocorrido encerramento da Segunda República francesa, com a queda do parlamento, o golpe de Bonaparte e, conseqüentemente, do inequívoco aparente enfraquecimento dos meios burgueses de dominação, fora a dominação burguesa mesmo expandida ao longo desses acontecimentos e os marcos transcorridos nos anos seguintes o comprovam, exigindo com que a classe operária, conforme se segue nas duas décadas posteriores, relacionando esse um processo dialético, pelo qual o proletariado retoma a cena histórica e alcança ali condições de erguer a própria conhecida Comuna de Paris.

Isso posto, relacionar esse movimento clássico burguês e as lutas proletárias ali aproximadas, exige relacionar algumas condições que forçaram a França napoleônica a esse trilho.

É preciso observar que, mesmo com a implacável dominação burguesa, que luta ali na França contra uma notória organização proletária que buscava sua emancipação, existiam ali ocorrências secundárias, e até mesmo terciárias, que procuravam influir no curso da sociedade francesa. Essas afecções eram observadas desde as correntes republicanas democratas atuantes na Segunda República e, também, nas ações e reações dos estamentos rurais proprietários de terras – grandes proprietários e proprietários parceleiros. Forças que, por mais que desequilibradas, atuaram em período anterior ao assentamento da Segunda República, durante sua vigência, e seguem, pouco depois, atuantes no processo de declínio e, finalmente, na queda da França das luzes.

Neste contexto de afirmação da dominação burguesa na França, exceto o proletariado revolucionário, ali os meros figurantes acabam levados, ao longo de um tumultuado e difícil processo, a representar e/ou se dobrar aos centrais interesses da burguesia, em núcleo, atendendo, obedecendo ou sofrendo (no caso das pautas rurais dos pequenos proprietários parceleiros) os quadrantes econômicos e ideológicos de determinação e sustentação do metabolismo capitalista de produção.

Assim, em um contexto de amplo quadro político instável e complicado na França, desde 1848, exigiu-se que a burguesia guiasse, com suficiência, o seu braço político ideológico mais conservador, representado pelos grandes proprietários de terras, a fim de controlar os anseios camponeses parcelares ao máximo, se possível, por meios republicanos democráticos, o que não se conseguiu ali sustentar suficientemente. Dadas aquelas condições todas, a burguesia urbana francesa precisou admitir seus interesses de classe vir assegurada por meios não clássicos, um projeto liberal e democrático de sociedade, relacionando o próprio golpe implementado por Bonaparte em 02 de dezembro de 1851.

Em um acercamento de condições complicadas, pressionada, a burguesia francesa assegurou ali suas principais e decisivas bases de dominação por meio da estrita segurança que estabelece e sustenta diretamente por meio do Estado: uma força administrativa, burocrática, armada e policial que reúne, integra e representa a segurança da burguesia.

Marx, em seu estudo já citado, além de apresentar e mostrar os parciais e secundários conflitos instalados naquele contexto, relacionou as disputas entre a classe dos proprietários de terras com o projeto sustentado pela burguesia urbana francesa; problemas ampliados pelos pobres e ultrapassados anseios dos maiores aliados do latifúndio Francês na época; as massas dos pequenos proprietários parceleiros; outros conflitos artificiais e, também, incompetentes instados, desde a perspectiva constitucionalista pequeno burguesa assentada no parlamento francês da época. Mais do que isso, mostrou como aquele contexto foi trilhado em um cenário cômico, sobretudo no que diz respeito às próprias acomodações das forças degeneradas da classe proletária no parlamento, em que: após os assassinatos e deportações dos proletários, em junho de 1848, as reais perspectivas dos trabalhadores franceses vieram retiradas, sequestradas e por fim desviadas, conforme aproximadas e doutrinadas pelos pensamentos da modesta e nova montanha (Marx, 2002; Marx, 2011).

O exemplo mais categórico dessa configuração problemática aconteceu na ala reformista proletária democrata, que podia ser ali encontrada em agrupamentos distribuídos em frações diversas ao longo das disputas pela constituição, sobretudo no processo de queda da Segunda República

Francesa. Para Marx, tais relações se manifestavam em todo tipo de intrigas, querelas, condutas de vários grupos flutuantes que intentavam apresentar e encaminhar magras pautas, em conjunto com as concretas e colossais necessidades das classes dominantes.

Nesse cenário, os reformistas democratas procuravam ilustrar o período apresentando propostas constitucionalistas, de direito de organização, de reunião e de educação, sempre sob as condições dos direitos humanos universais dependentes de leis futuras, anotações e intenções discretas e/ou até mesmo diretamente hipócritas, representando pautas completamente distantes das necessidades que se moviam ali com uma rapidez impressionante.

Nesse passo, apesar dos francos papéis em concorrência, os atores republicanos e democratas não conseguiram responder sequer com o atendimento dos mínimos requisitos do avante que se marchava na instalação, muito menos com o avante do domínio da burguesia em todos os campos materiais, econômicos, ideológicos e políticos na sociedade francesa da época, provocando, por conseguinte, mais confusões e complicações do que, de fato, exercendo alguma atuação coerente no parlamento da Segunda República.

Assim, em meados do século XIX, aquelas magras perspectivas já vinham degeneradas e concorrentes, sobretudo nas atuações apequenadas das teias da pequena burguesia, alimentadas, também, em alguma sorte ou para seu próprio azar, de esperanças já perdidas, porém ainda esperadas pelos pequenos proprietários parceleiros. Tal conduta incompetente por parte do parlamento e a pressão advinda das massas campesinas representavam pautas e ações em distanciamento das mediações efetivas que a burguesia precisava e que, energicamente, iria ali requerer em conduta aderente por parte de suas casas oficiais assentadas na estrutura do Estado.

E, apesar de as amplas necessidades da burguesia parecerem estar ali consideradas pelos republicanos democratas como uma negociação possível, em uma suposta condição de superação das próprias pautas idealistas dos democratas e das ultrapassadas e complicadas perspectivas dos pequenos proprietários rurais parceleiros, essas e outras complicações favoreceram o próprio surgimento e a radicalização de revoltas desgarradas do clássico

projeto burguês, inscritos em emergência de revoltos, rebentos da burguesia ou trapos e trapilhos da velha sociedade medieval (Marx, 2002; Marx, 2011).

Ou seja, saltavam, nessa França já decadente, condutas e propostas parlamentares que pareciam até incrédulas com o que se avizinhava em armas na mão, procurando o parlamento, por meios constitucionais e em vão, corrigir aquele contexto agressivo, assumindo um comportamento estrito democrata, como se não conseguisse enxergar a realidade que os cercava – e que iria lhes encerrar.

Essa falta de percepção do parlamento, em razão e ações insuficientes, exigiu que as forças republicanas democratas mais reacionárias, assentadas no parlamento francês da época, precisassem se levantar e indicar energicamente para a necessidade de ultrapassar as meras ideações, incapazes de relacionar e sustentar as bases burguesas determinantemente reclamadas pela classe dominante, necessidades que determinavam tanto a posição e a própria seguinte queda do partido da ordem.

Isto posto e lavrado por Marx, naquele cenário, comprometeram-se muito do ali possível, por interesses mesquinhos e encarniçados, entremeio aos efetivos interesses da burguesia, adicionados e complicados pelas insuficiências que a segunda República e os constitucionalistas manifestaram diante das incapacidades de encaminhar alguns termos em resolução de fatores até discretos para a dominação burguesa. Disso, resultaram sérios problemas que lançaram as bases para a própria queda da Segunda República e o fortalecimento da figura de Luís Bonaparte.

Um percurso em que a França das luzes, atrapalhada por tantas questões, acaba se perdendo em meio de teses abstratas e incompetentes no parlamento, além das ideias já caducas no campo, particularmente no meio rural parcelar.

Por conseguinte, esses fenômenos forçavam que a própria burguesia destruísse seu parlamento a fim de seguir adiante, por um meio altamente anômalo, no caso, o próprio golpe de Estado aplicado por Luís Bonaparte, em dois de dezembro de 1851.

Em suma, apesar das condições intercambiadas latentes, caminhos outros foram trilhados para que a experiência da revolução em permanência – proposta por Marx – e o movimento comunista europeu acabassem

completamente sequestrados de sua perspectiva operária independente, sendo, nesse cenário, finalmente suplantada, substituída e tralada aos meros planos estritos e já perdidos pelos democratas, isto é, interrompendo-se os planos e anseios de um proletariado organizado que, em luta contra a burguesia, foi brutalmente assassinado no junho sangrento de 1848, conforme as ordens da burguesia e a competente autorização do parlamento assentado na Segunda República: o proletariado francês só retomaria suas condições ao longo das duas décadas seguintes, ao conquistarem condições de a classe trabalhadora estabelecer a histórica tomada do poder pela Comuna de Paris; levante proletário que foi assassinado por coalizões militares burguesas.

Essas relações e caminhos pedem um cuidado inicial aos nossos leitores, a fim de evitar dados equivocados a respeito de questões muito sérias acerca da possibilidade de uma restrita representação proletária no parlamento burguês. Fernando Frota Dillemburg (2006, p. 21) afirma que Lucács, um destacado pensador marxista, foi corrigido por Lênin sobre a temática. Sendo, aliás, o próprio Lukács, em sua última entrevista, em 1971, quem teria confirmado a péssima opinião que Lênin tinha a seu respeito, também nesse específico: "Lênin disse muito asperamente a sua opinião a respeito do meu artigo sobre o parlamentarismo, [...] Lênin me considerava como um simples extremista de esquerda" (Lukács, G. Diálogo sobre o "Pensamento vivido" 1986, p. 47, *apud* Dillemburg, 2006, p. 21)<sup>1</sup>.

Notemos, assim, todas e quaisquer ações relacionadas aos planos proletários não estritos e orientados pelo parlamento democrata burguês, sob riscos muito altos, não seguem orientações táticas tomadas enquanto fins em si mesmas, mas, dependendo das condições que se movem e que se alteram, colocam necessidades de revisões táticas, corroborando para uma crescente e procurada perda total de credibilidade do parlamento burguês junto da classe trabalhadora, vindo reunir e movimentar um quadro importante de operários e camponeses. Quanto às seções representantes de forças, estas possuem capacidade para mostrar e propor a derrubada das próprias – e bloqueadoras – relações democratas, estritas e assentadas no parlamento e que servem para a manutenção do próprio Estado burguês.

---

<sup>1</sup> Citado por Fernando Dillemburg do texto: LUKÁCS, G. "Diálogo sobre o 'Pensamento vivido' (última entrevista de Lukács) extratos". In: CHASIN, J. (Org.) Revista Ensaio. São Paulo: Ensaio, 1986, n. 15-16.

Em contribuição para um trabalho de crítica aos pressupostos e perspectivas estrito democratas, adotamos, ao longo dos três primeiros capítulos de tese, uma apresentação e discussão acerca de leituras e como perspectivas democráticas estritas têm se apropriado e reinterpretado a obra "O 18 de Brumário", de Karl Marx.

Isto pontuado, expomos alguns dos graves problemas, debatendo alguns de seus pressupostos, em exposição dos próprios fundamentos dessas tendências reformistas, as quais nomeamos em nossos estudos por marxismo ocidental. Esse termo foi adotado nesta tese por nos permitir uma melhor referência de concepções marxistas reformistas não clássicas, as quais iremos apresentar seus conteúdos, conforme formulados em versões passíveis de serem encontradas em amplas correntes do corpus marxista e neomarxista, ou da chamada teoria crítica.

Além disso, a adoção do termo é para evitar qualquer possibilidade adjetiva como "marxismo comum"; "marxismo vulgar" etc., isto é, termos que poderiam representar adjetivos pejorativos não assentados no presente trabalho.

E, embora de nossa crítica ao campo teórico assentado no marxismo ocidental, pedimos aqui especial atenção para autores como: Merleau-Ponty; Perry Anderson; Terry Eagleton; dentre alguns outros poucos intelectuais que também abordaram o tema do marxismo ocidental, ou temas correlatos, não citados em nossa tese, mas que, ao contrário dos que mostraremos e criticaremos, esses autores corroboram com reflexões relevantes, ao sugerirem, em modos distintos, ao próprio afastamento das propostas reformistas comumente encontradas no escopo do marxismo ocidental.

De maneira geral, o marxismo ocidental vulgar e comum tem lido e instruído o conteúdo de "O 18 de Brumário" enquanto uma obra em que Marx apenas introduziu o tema da luta de classes e, depois, teria, supostamente, se concentrado nas cercanias do que o marxismo ocidental inaugurou por estrutura abstrata e ideológica democrata por disputa de poder: as relações ordinárias no parlamento, no executivo e no judiciário burguês.

Essas inúmeras tendências intelectuais, guiadas pelo estrito pensamento democrático, democrático pequeno burguês e/ou outra definição – adotamos nesta tese a nomenclatura marxismo ocidental, orientam para uma

necessidade de constituição de novas pautas proletárias, genéricas e indeterminadas, instruindo os trabalhadores urbanos e rurais para infinitos espaços de representação proletária na sociedade civil, do parlamento, do Poder Judiciário e, até mesmo, nos governos executivos municipais, estaduais e nacionais, de orientação burguesa.

Esses espaços, segundo os intelectuais do marxismo ocidental e seus simpatizantes, embora sejam espaços civis, parlamentares e executivos estritamente burgueses, representariam uma espécie de síntese em forma alterada do processo de transição histórica da luta de classes, propondo uma interrupção do programa revolucionário operário em permanência, conforme então pensado e procurado em andamento dos processos de aproximação do socialismo comunista clássico. Essas perspectivas levam ao marxismo ocidental sugerir que não há mais espaço para a "velha" luta de classes. E, isso como comprovado, o parlamento burguês, seu judiciário e os executivos concluíram rapidamente as heranças democráticas e os caminhos para uma nova esperança e o inevitável destino do contrato social, perpetuado diante dos trabalhadores.

As perspectivas delineadas pelo marxismo ocidental buscam relacionar o "18 Brumário" ao neo pensamento marxista, não revolucionário, similar aos caminhos que o marxismo reformista em geral adotou desde, pelo menos, a virada do século XIX para o XX e, com ainda maior destaque, neste início do século XXI.

Nesse período, observou-se uma ampla desorganização das massas trabalhadoras e, com um certo êxito, busca-se encaminhar para um ciclo sem fim as contradições inerentes ao modo burguês de produção.

Conforme mostraremos, as diversas perspectivas de reinterpretar "O 18 de Brumário" parecem tentar adaptar o conteúdo dessa obra às caricaturas que o marxismo ocidental assume atualmente. Isso é proposto na tentativa de instruir os trabalhadores urbanos e rurais, levando-os perdidos em esperanças aos espaços dos salões democráticos burgueses, aos palácios do judiciário e aos executivos governamentais, onde lhes é sugerido emanar um poder não dualista, em que seria possível uma condensação do Estado capitalista.

Assim, desde esta nossa introdução, reconhecemos a existência de sérios problemas para alcançar os termos que nos permitam defender nossa

tese. Um dos problemas mais sérios exige que observemos algumas questões trazidas por comentaristas de "O 18 de Brumário" aproximados ao marxismo ocidental.

Como será exposto ao longo do nosso primeiro capítulo de tese, as interpretações democráticas do marxismo ocidental dificultam consideravelmente o acesso ao legítimo conteúdo escrito por Marx em "O 18 de Brumário" e sua própria relação com a teoria da revolução proletária proposta pelo comunista alemão.

Consideramos este debate inicial como indispensável. Fernando Frota Dillemburg argumenta que, dentro do marxismo, a polêmica pode ser considerada verdadeiramente indispensável, "como a expressão, no campo das ideias, da luta material que é travada entre as classes em torno da apropriação das forças produtivas" (Dillemburg, 2011, p. 15).

Com isso posto, pode-se considerar existente, no marxismo ocidental, de modo suficientemente aberto e franco, formulações que defendem verdadeiras refundações do marxismo clássico. Nessas formulações, argumenta-se que não se pode negar, nem se deve mais adiar por muito tempo, a necessidade de revisão de certas partes consideradas "ultrapassadas" no pensamento marxiano clássico.

Essas diversas reinterpretações, embora variem em suas formas e conteúdo, têm atuado com grande capacidade de alcance em praticamente todos os países do globo, por meio de espaços universitários, sindicatos, partidos sociais-democratas, leituras e orientações de intelectuais de esquerda e, até mesmo, partidos comunistas. Isso corrobora os esforços para reformular as teses clássicas comunistas propostas por Marx e Engels, no que diz respeito ao processo de organização e construção de certas condições indispensáveis para colocar em movimento os termos do programa da revolução permanente.

A fim de mostrar os problemas nas proposições do marxismo ocidental, principiamos o primeiro capítulo partindo de um rápido aceno acerca da trajetória originalmente estabelecida por Marx. Ainda, introduzimos a tematização com a discussão de algumas expressões propostas por Herbert Marcuse, em seu prólogo de "O 18 de Brumário", escrito em 1965.

Dispomos com isso algumas mostras iniciais da discussão e crítica que procuramos propor ao longo do primeiro capítulo de tese, a qual mira enxergar, mostrar e criticar alguns desses teoremas difusos, conexos e específicos do exposto de escritos e ideias diversas, bem como pontuações de autores específicos e mesmo centrais para se compreender como e em que condições tais argumentos reformistas são postos e instruídos aos trabalhadores.

Esta exposição e a nossa crítica baseiam-se em estudos de variados comentaristas de "O 18 de Brumário", dentre outros, um interessante texto de Jaldes Reis de Meneses (2013) e, também, escritos de Fernando Frota Dillemburg (2011).

Diferente do que retoma no clássico comunista, Dillemburg (2011) aponta que o marxismo ocidental não reconhece, como fora estabelecido pelo pensamento marxiano, o Estado enquanto um braço forte, ideológico e com força militar e policial da burguesia. Em suas proposições imprecisas, para o marxismo ocidental, seria como que se todo o conteúdo econômico, a administração, as seções burocráticas e moderadores (desde a própria escola) e os órgãos de representação ideológica (parlamento) e de sustentação e de direta conservação da sociedade capitalista (os aparatos policiais e o Poder Judiciário), ainda que de um reconhecimento de seus condicionantes estatais clássicos, estivessem, simbioticamente, como que em um trânsito em aberto em seus âmbitos, sobretudo, na gestão do Estado, no legislativo, nos executivos em geral, onde, supostamente, se encontrariam tais organismos societários passíveis de virem ocupados e dirigidos pela classe trabalhadora.

Nessa concepção, esses organismos, de alguma forma, sofrerão fortemente as consequências de disputas, sejam elas do bloco dominante de classe ou de suas frações, bem como existiriam meios de criar espaço também aos trabalhadores, em especial, por meio de atuações do proletariado em uma identificada nova sociedade civil, na qual se assentariam novos elementos de largos espaços não ponderados ou que sequer poderiam ter sido considerados pelos mentores do comunismo, Marx e Engels.

Ao longo do primeiro capítulo de tese, das formulações do marxismo ocidental, das revisões sugeridas na teoria marxiana da revolução proletária, bem como seus alcances e problemas, evidenciamos o reconhecimento dessas ideias e a necessária superação das apropriações e reinterpretções que

retiram do pensamento clássico marxiano sua principal vitalidade, conforme a orientação construída e orientada em um sólido e forte contexto de análise filosófica revolucionária ao longo do século XIX na Europa.

Essas formulações advogam que o Estado burguês se transformou, defendendo que o fenômeno, inclusive, deriva da própria luta do proletariado. E, disso, em formulações não completamente idênticas, alude-se que não seria mais possível organizar o proletariado em termos dogmáticos marxianos.

Neste primeiro capítulo, salientamos que as orientações clássicas marxianas encontram-se substituídas no marxismo ocidental pela perspectiva de uma luta democrática estrita, uma espécie de dinâmica na luta de classes, ampliação do conceito e até a própria relativização da determinação do Estado Burguês. Além disso, realçamos a necessidade de reconhecimento e de crítica às formulações do marxismo ocidental e suas tendências ao afastamento da ordem clássica no pensamento filosófico marxiano, no que pede, em especial, aos fundamentos de organização do processo histórico de emancipação do proletariado.

E, conforme mostraremos e criticaremos no primeiro capítulo desta tese, as interpretações do marxismo ocidental, contrastadas com o que Marx efetivamente redigiu em seu livro supracitado, retiram o conteúdo de O 18 Brumário de seu próprio tempo, um tempo de perspectivas comunistas pela revolução operária (1848-1851).

Relacionar as reformulações propostas por autores marxistas ocidentais, presentes em um vasto e quase interminável número de complicadas interpretações do livro "O 18 de Brumário", e decodificar suficientemente os resultados do que ali se verifica procurado, mostra-se indispensável. Como mencionado anteriormente, é crucial notar e discutir o tema central abordado nessas referências, cujo escopo precisa ser explicado. O conceito chave para compreender isso consiste no próprio conceito de democracia, aludido pelo marxismo ocidental quase como um mantra.

Nesta tese, selecionamos Nicos Poulantzas como um exemplo dos fundamentos que tentam alterar e distorcer a teoria marxiana clássica da revolução proletária. Entendemos que este pensador é quem mais absorveu e tentou reformular o próprio conceito de Estado burguês. Além disso, propôs uma alteração no conceito de democracia especulativa burguesa,

apresentando-a como o principal elemento para uma refundação do marxismo na tese de transição democrática ao socialismo.

A perspectiva de Nicos Poulantzas, presente em seu último livro, "O Estado, O Poder, O Socialismo" (1980), é crucial, isto porque, por meio de suas formulações, que incluem o ataque direto aos fundamentos da teoria da revolução permanente, e pela clareza com que Poulantzas expõe suas proposições, entendemos que este livro representa o ápice dos esforços de reinterpretar a teoria marxiana sob uma perspectiva claramente reformista.

Para essas mostras e para nossa crítica, o segundo capítulo da tese discute os problemas da proposição revisionista de Nicos Poulantzas em sua obra mais significativa. Iniciamos este segundo capítulo mencionando, também a ideia de nacionalismo de esquerda proposta por Domênico Losurdo (2015), uma formulação profundamente reacionária, na qual Losurdo tenta sustentar termos jamais admitidos por Marx ao refletir sobre as revoluções passadas e os destinos atuais da luta proletária. em uma defesa ou, no mínimo, uma justificação dos conceitos do velho e condenável stalinismo.

A fundamentação da teoria da revolução permanente, atacada tanto por Domênico Losurdo (2015) quanto diretamente visada por Nicos Poulantzas, em seu livro "O Estado, O Poder, O Socialismo" (1980), é retratada por ambos como uma teoria e leitura da luta de classes que se considera ultrapassada. Em especial, são questionados os caminhos orientados pela Komintern, conforme formulados por Lênin e Trotsky nos anos que se seguiram da vitória da revolução proletária mundial (ainda ali, estritamente na Rússia, nominal e dependente do andamento da revolução bolchevique aos demais e principais países capitalistas mundiais), após o Outubro Vermelho de 1917.

Losurdo e Poulantzas procuram negar a orientação da III Internacional comunista pela unificação da luta proletária em todos os países, por meios e vias não estritamente democráticas, em tensões políticas, mas que não se prolongassem indefinidamente (palavras de Lênin). A orientação bolchevique preconizava que as lutas decisivas dos trabalhadores contra o Estado burguês de seus países deveriam ser ali organizadas e realizadas o mais rapidamente possível, em condições e momentos propícios, sem cair em "armadilhas" ou confusões democráticas estritas (Atas do III Congresso da Internacional Comunista, p. 354 edição russa, citado por Trotsky, 1985, p. 127).

Ainda sobre o segundo capítulo, ao criticarmos o ataque teórico a essas formulações - tanto as clássicas marxianas quanto as bolcheviques, que, em sua radicalidade, constituem uma única e sólida teoria do programa da revolução proletária – mostramos que as críticas a teoria da revolução permanente resultam de uma equivocada interpretação do pensamento marxiano e da orientação bolchevique. As formulações revisionistas denunciam um suposto enfoque teórico clássico aos fatores econômicos e o não suposto reconhecimento dos espaços da democracia, um conceito o qual tem se tornado um grande mantra, reivindicando uma atualização na luta de classes contemporânea, tributária, sobretudo, de acontecimentos de ampliação dos espaços democráticos na sociedade burguesa e da própria ampliação do Estado burguês.

Nessa reinterpretação, tem sido proposto que não seria mais aplicável o que se chama de luta direta entre proletariado e burguesia. Em vez disso, sugere-se que se deve procurar o socialismo em estruturas de moderação do Estado capitalista, considerando o Estado como um mediador das tensões de classe. Argumenta-se que estas tensões, assim interpretadas, até aumentariam, mostrando que não é necessário tomar e derrubar o Estado burguês. Pelo contrário, propõe-se buscar o socialismo nas estruturas moderadoras do Estado, o que, segundo Poulantzas, isso permitiria mesmo uma acusação de ausência e insuficiência nas teses bolcheviques de Lênin e Trotsky. Em apoio de sua formulação, Poulantzas argumenta que Rosa Luxemburgo já havia até mesmo apontado a essa questão (Poulantzas, 1980, p. 289-290).

No terceiro capítulo de tese, propomos a superação dessa formulação equivocada, na qual a categoria de democracia praticada pelo marxismo ocidental afasta a legítima definição clássica de Marx ao conceito. Em prol desse objetivo, adotamos como base dois artigos recentemente publicados em um livro significativo ao entendimento do verdadeiro conteúdo presente em O 18 de Brumário. O primeiro artigo é o de Rafael de Almeida Padial, texto que leva o título de "O lugar de O 18 de Brumário no balanço da revolução de 1848" (Padial, 2021). O segundo, de Marcio Lauria Monteiro, com o título "A noção de "Revolução Permanente em Marx e sua presença em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" (Monteiro, 2021).

Com base nesses dois textos, em sentido de combater a tese veiculada pelo pensamento reformista poulantziano e outros, corroboramos que Karl Marx jamais desconsiderou ou se negou a estudar e explicar o fenômeno da democracia, o que refuta as possibilidades que Nicos Poulantzas incidiu em seu livro: *O Estado, O poder, O socialismo*. Nesse debate, procuramos mostrar, sobretudo, com base nas fontes citadas por Padial e Monteiro, que Marx desenvolveu elementos que bloqueiam sérias concordâncias com Poulantzas, uma vez que, se estudados vários artigos publicados por Marx ao longo de sua atuação na *Gazeta Renana*, quando Marx ali discute o próprio conceito de democracia, possibilidades e limites, os fundamentos de Poulantzas e do marxismo ocidental em geral se verificam errôneos.

Padial nos explica, por exemplo, que para se entender as considerações de Marx sobre o fenômeno democrático burguês, sobre o Estado e alianças possíveis ao proletariado, é necessário observar o desenvolvimento do pensamento de Karl Marx a partir das experiências que ele vivenciou ao longo dos anos quarenta do século XIX na Europa, na Alemanha e na França sobretudo. Nessas experiências, Marx entendeu e relacionou melhor o movimento operário determinado por muitas vias embricadas, dentre essas, o próprio conceito e os modos de moderação democrática proletária.

Padial explica-nos, primeiro, que não houve ali uma *Gazeta Renana*, e existiram sim três diferentes periódicos, em três diferentes períodos, os quais iluminaram três diferentes momentos em que Marx redigia seus estudos e formulações acerca da democracia e do próprio sufrágio; conceitos cuja origem, hoje, erroneamente, é atribuída como que um estudo efetuado de modo supostamente inédito pelo marxismo ocidental. O autor separa os momentos de consideração dedicadas por Marx ao escopo entre os anos de 1842 e 1843; em 1848; e, finalmente, em 1850, quando o último periódico da *Gazeta Renana* assume um caráter econômico e político superior, já amadurecido, tanto pelo que escrevera antes o filósofo alemão e, mais importante ainda, pelo que a realidade mostrara ao próprio Marx, relacionando, dentre outros temas, os ângulos das lutas democráticas e graus das alianças apenas parciais e momentâneas por parte do movimento operário comunista europeu com o ideário democrata.

Este terceiro capítulo de tese é fundamental para uma crítica das apropriações democráticas e reformistas de O 18 de Brumário pelo marxismo ocidental. Nele, aproximamos, tanto pelo texto de Padial (2021) quanto pelo texto de Márcio Lauria Monteiro (2021), como o conteúdo de O 18 de Brumário também possibilita relacioná-lo com a própria teoria marxiana da revolução proletária em permanência: passo importante para o que reclamamos nesta pesquisa, uma possibilidade dependente de arraste aos agrupamentos superiores dos trabalhadores camponeses. Desse modo, o traço que desenvolvemos neste capítulo serviu de base para a compreensão das questões que desenvolvemos no quarto e quinto capítulos, em especial, sobre a necessidade de superação, também, das trancas democráticas estritas e impostas ao camponês, que procura se libertar do jugo burguês.

Isto posto, no quarto capítulo, passamos em abordar o tema da determinação do camponês e as possibilidades ou não de sua organização proletária consequente, partindo da análise do legítimo conteúdo de "O 18 de Brumário". Durante esse processo, revisamos e comentamos citações do livro, buscando entender, com base no que foi exposto nos três primeiros capítulos, a concepção do marxismo ocidental como sendo inconcebível. Isso inclui suas apostas no âmbito democrático, nas novas concepções do Estado e da própria sociedade civil, que parecem estranhas, ao menos no escopo clássico marxiano.

Nesses nossos estudos, identificamos o papel, ou papéis, que as classes sociais e os segmentos de classes assumem e podem sustentar na definição de uma teoria revolucionária, iluminada pela própria experiência proletária. Além disso, procuramos compreender e discutir o como essas distintas posições e orientações tendem a influenciar as camadas e os círculos ainda isolados das organizações camponesas.

E iniciamos esta exposição, em "O 18 de Brumário", retomando e comentando que Marx nos apresenta não apenas as relações de classes e de classe com segmentos de classes, mas também relações complicantes, apequenadas, trágicas ocorrências na França, em meados do século XIX, quando ali essas pobres condutas se tornaram partes de um todo sincrético, que complicou as questões centrais em disputa pelas duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado.

Marx descreveu em "O 18 Brumário" um movimento latente que poderia conduzir uma aproximação e desenvolvimento radical do programa da revolução proletária, enquanto uma disputa real e efetiva pelas bases econômicas e políticas antagônicas. Marx nos mostra que essa vaga revolucionária foi disputada em 1848 pelo proletariado francês e combatida pelo Estado burguês.

E isso também considerado ao longo da tese, nos exigiu retomar ali nos capítulos finais uma ainda maior compreensão e capacidade de relacionamento de como, naquela experiência, a classe operária e o segmento do pequeno proprietário camponês desempenharam papéis distintos, conflitantes, com destaque ao contraste do papel anacrônico conservador assumido pela maioria dos camponeses em aliança com os grandes proprietários de terras, entre os anos de 1848 e 1851.

Karl Marx dedica em O 18 de Brumário ao movimento camponês reacionário o nome da região da França em que se deram os principais combates conservadores e que reunia o centro da contrarrevolução durante a revolução burguesa neste país, em fins do século XVIII, a região de Vendée. Local, onde, na luta contra a França revolucionária, os contrarrevolucionários se apoiavam nos grupos "politicamente atrasados camponeses da Vendée, fortemente influenciados pelo clero católico" (Marx, 2002, p. 128).

Com isso em vista, Marx, ao longo do conteúdo de "O 18 de Brumário", destaca os limites absolutos enfrentados pelos trabalhadores rurais proprietários parcelheiros, explicitando as relações e determinações que os circundam. Ele descreve as condições e condicionantes que moldam a vida desses camponeses. No entanto, ao final do livro, Marx sugere a possibilidade de um protagonismo não independente dos camponeses, algo que possa avançar além das limitações observadas. Ele menciona, de forma desafiadora, um potencial de desenvolvimento das lutas camponesas, que se distingue da conduta dos trabalhadores rurais da região de Vendée. Marx parece sugerir que esse distinto camponês poderia se assemelhar ao que foi observado nos grupos camponeses em luta na região da "moderna Cevennes" (Marx, 2002); (Marx, 2011).

A nossa interpretação dessas passagens no texto do livro de Marx é que essas parecem apontar para uma possibilidade de lutas camponesas, se

inspiradas e associadas em um movimento proletário superior, podem conduzir também aos camponeses arrastados além das restrições impostas por suas determinações em tudo rurais.

Ao discutirmos essa possível interpretação dos termos de Karl Marx em O 18 de Brumário, tomamos esse tema enquanto o conteúdo do capítulo quarto de tese, no que entendemos reunir os melhores sentidos das palavras de ordem atribuídas por Marx aos distintos camponeses da região de Cevènes, ao terem, ali, aqueles bravos homens e mulheres empunhados armas e lutado bravamente, aproximando suas pautas aos temas "Abaixo os Impostos!", "Liberdade de Consciência!", insurretos que tomavam castelos feudais, escondiam-se nas montanhas, empenhavam-se em guerrilhas. A luta prolongou-se por quase três anos" (Marx, 2002, p. 128).

Como redigimos na presente introdução ao nos remeter aos caminhos desta pesquisa, adotaremos ao longo da tese variados termos ao se referir ao segmento camponês. Ao nos referirmos às passagens de O 18 de Brumário, adotamos os termos do próprio Karl Marx: "pequenos proprietários parceleiros".

E ao longo dos capítulos de tese, além das referências a esses termos clássicos marxianos, faremos uso de outros, a título dos termos adotados, recentemente, em referências ao campo obreiro: trabalhador camponês; trabalhador do campo; camponeses; camponesinato; trabalhador agrícola; trabalhador rural; etc. Pedimos, com o exposto, atenção às diferenças por se observar, seja ao longo da nossa dissertação ou em outros textos acadêmicos, a fim de verificar se os conceitos em desenvolvimento se remetem às condições específicas do trabalhador não operário, não assalariado, o clássico camponês; ou diferente: uma redação a qual, ainda que se remetendo para com trabalhadores camponeses, trabalhadores no campo, mas já relacionados enquanto trabalhadores assalariados em si.

O relacionar e entender essas diferenças profundas permitem enxergar que a dependência camponesa deriva das próprias e absolutas distinções entre as determinações do trabalho assalariado em relação ao trabalho camponesino parcelar coletivo cooperativo explorado no campo. O Camponês não assalariado encontra-se impedido de se perceber exposto na jornada de produção do mais trabalho, não recebe apenas o salário que lhe permite reproduzir suas simples forças vitais para , no dia seguinte, na jornada

seguinte, por vezes no mesmo dia de 24 horas precisar se colocar novamente ao trabalho assalariado (Marx, 2013).

O camponês, que não sobreviva de seu próprio salário, distinto ao trabalhador assalariado, até chega sonhar com a ampliação e melhoria da propriedade privada parcelar rural. Por seu lado, o operário, não sonha vir tornar-se proprietário da fábrica, em vir explorar outros trabalhadores: as suas próprias condições assalariadas, aos termos do processo de apuração do valor e valorização do valor ao patrão capitalista, lhes martelam o suficiente acerca da parte do quinhão que lhes cabe enquanto operários na sociedade capitalista.

A única terra que é garantida aos trabalhadores urbanos pelo Estado burguês, caso o operário não consiga prover por meio de seu próprio e legítimo salário uma mínima condução final de seu funeral, é a que levará o cimento frio ou a simples Cruz fincada identificando a sepultura, onde será enterrado seu corpo magro, já tendo sido sugado pelas forças infernais dos meios de produção ainda sob propriedade dos capitalistas.

Essas condições e distinções, particularmente relacionando as lutas operárias por seu salário relativo, em disputa direta com os empresários capitalistas, permite propormos uma discussão desses conceitos, conceitos universais e dos mais caros aos fundamentos da revolução permanente proposta por Karl Marx.

Ao valorizarmos essas questões, o objetivo é o acessar e comentar do conteúdo e os meios suficientes para discutir em que as diferentes condições, camponesas e operárias, ditam e representam ao âmbito político da luta de classes empenhada pelo proletariado, em termos de apoiar ao entendimento de uma real, efetiva e contundente associação e aliança envolvendo os trabalhadores operários e os trabalhadores camponeses.

Em tudo, faz-se necessário discutir as condições em geral ausentes e que tornam dependentes os camponeses de forças estranhas e nervos operários vindos sobre eles, fora de seu espírito e tradição. Uma linguagem difícil e inicialmente também estranhada, a qual precisa contar decodificada e significar uma competente guia aos proletários em geral.

Conforme discutimos nesta tese, o fator assalariamento já retira do segmento camponês os trabalhadores residentes em áreas urbanas ou rurais

que encontram-se explorados no setor econômico agrícola, em fábricas e ou em médias e grandes propriedades rurais, tendo seu trabalho medido em jornadas de exploração assalariada: esses trabalhadores no campo já não mais pertencem ao mundo isolado da terra, são operários assalariados, no clássico.

Com essa discussão explorada no quinto capítulo de nossa tese, ante o estudo das condições e relações trabalhadas pelo pensamento de Marx em seu livro "O 18 Brumário", como mostrado antes no capítulo quarto, avançamos no quinto capítulo em melhor expor dos escopos e fundamentos de representação da classe operária, trabalhador este em condições diferentes, distintas e superiores as parcas possíveis afecções externas por sob as camadas camponesas em condições estritamente rurais.

Para Marx, a luta de classes reúne o processo em desenvolvimento de um programa operário antagônico aos anseios da burguesia. O movimento, em seu programa clássico, relaciona as reais pautas de luta e mesmo pode vincular e fortalecer grupos de trabalhadores determinados em estruturas materiais e econômicas específicas e isoladas, como o próprio pequeno proprietário parceleiro rural empobrecido pelo capital.

É crucial, nesse sentido, reconhecer que o camponês desempenha um papel secundário no enlace de classe em organização estratégica que pode conduzir o proletariado genérico em vir cumprir os termos ditados pela classe operária.

Ante essa determinação e possibilidades limitadas, ao escrevermos as seções finais de tese, com cuidado e atenção às lacunas ainda por se resolverem, procuramos discutir as complicadas e difíceis possibilidades e os meios para uma constituição de um distinto ente camponês.

Assim, com base nos capítulos quarto e quinto, procuramos dialogar sobre a importância de se conceber, no processo histórico e revolucionário vivido na França entre os anos de 1848 e 1851, não apenas o segmento camponês reacionário, conforme destacado por Marx no livro, mas também a possibilidade da existência de dois tipos distintos de camponeses em "O 18 de Brumário".

Um, claro e mostrado camponês conservador, que exerceu um incontestável papel, aquele desempenhado pelo clássico camponês retratado por Marx entre 1848 e 1851, durante a trágica experiência na França. Este

campesino, conservador, ligado ao seu passado e influenciado por uma mentalidade reacionária, aliou-se aos grandes proprietários de terras e fortaleceu os interesses ultrapassados da elite rural.

Além desse clássico, Marx parece também apontar para outro camponês latente: aquele que venha ligado à organização política operária e que, adequadamente mobilizado e comprometido com o programa revolucionário urbano, pode contribuir significativamente para a vitória da luta proletária contra a burguesia e seu Estado.

Marx atribui à classe operária urbana, organizada em partido operário, o papel de vanguarda no processo político da luta de classes, enquanto o movimento rural do campesinato é mostrado na sua posição tendente e arriscada, indefinida, em uma esfera de influências e guias incertas. Dessa diferenciação e forças hierárquicas determinadas sob os trabalhadores camponeses, Marx analisa em "O 18 Brumário" diversas relações de classes possíveis, como: entre o proletariado e o campesinato empobrecido; entre a burguesia e o campesinato enriquecido; e, entre os grandes proprietários de terras e os pequenos proprietários parcelheiros.

Com base nessa formulação marxiana, e de nossa interpretação sobre a mesma, discutimos as distinções entre esses dois movimentos camponeses, comentando e avaliando de condições para o surgimento de um movimento revolucionário que se erga em condições de dirigir alianças legítimas entre operários e campesinos. Essas alianças, embora limitadas, difíceis, de início estranhadas e em um enlace arriscado, que, no entanto, essa associação, se ortodoxamente dirigida pelos operários, possa ou não sustentar um passo dependente na direção de um outro e distinto movimento camponês, que possa desafiar as contradições econômicas da sociedade capitalista e vir assim relacionar e exercer um competente arraste ao processo da revolução socialista.

Isso considerado, passamos nos capítulos finais de tese incidir sobre as relações de classes capazes de superar os problemas do liberalismo democrático-burguês, dos contornos marxistas reformistas em procura pela disputa do Estado, apontando, na parte final do quinto capítulo de tese, da necessidade de a classe operária travar a direta disputa por seu salário relativo, uma luta elementar, que parece apenas básica, mas que articula tática

e estratégia revolucionária, em uma direta e mediada disputa política com a burguesia pelo domínio da sociedade e o próprio andamento do programa revolucionário marxiano em caminho ao socialismo proletário.

E, nesse processo, que Karl Marx deu o nome de revolução permanente, ao no final do capítulo quinto discutirmos a viabilidade do movimento camponês, destacamos duas premissas fundamentais: a superação da visão estritamente parlamentar do marxismo ocidental e a avaliação da existência de condições para uma organização proletária que possa verdadeiramente impulsionar e desenvolver um movimento camponês distinto, outro e superior. Concluímos que o nascimento desse movimento não depende exclusivamente do próprio segmento camponês, e requer a atuação independente, direta e dirigente do movimento operário em vanguarda.

O trabalho de pesquisa exposto nesta tese reitera assim as características que definem a tendência clássica dos agrupamentos camponeses, conforme mostrado por Marx em "O 18 de Brumário", que permanecem presos em suas características camponesas clássicas e tendem a seguir ideias reacionárias reinantes no campo, comprometendo a luta dos proletários contra a burguesia. Defende-se que a dependência camponesa pode ser superada apenas por meio da atuação do movimento operário em uma direta luta de classes contra a burguesia, que oferece uma visão de independência e organização necessárias para o desenvolvimento de um movimento camponês revolucionário.

O trabalho de nossa pesquisa ressalta a clara e inequívoca diferença fundamental entre as condições do trabalho assalariado operário e do trabalho camponês explorado no campo em propriedades parcelares.

O trabalho conclui da necessidade da organização operária urbana como uma própria alavanca para o desenvolvimento do movimento camponês distinto e superior mencionado por Marx ao final do livro "O 18 de Brumário". Argumenta-se que a capacidade para um movimento camponês revolucionário é improvável sem o reconhecimento e domínio dos conceitos de classe social em Marx, e sem, sobretudo, uma organização proletária em legítima luta de classes, que guie e façam avançar os trabalhadores camponeses não assalariados.

Nessas considerações, destaca-se a necessidade de um processo revolucionário internacional liderado pelo movimento proletário, com o objetivo de estabelecer o socialismo e libertar os trabalhadores do capitalismo em todos os países. Essa compreensão ampara-se nos princípios fundamentais do comunismo clássico, conforme delineados por Marx, Engels, Lênin e Trotsky, em orientação de uma transformação radical e revolucionária da sociedade, em atendimento das necessidades e legítimos interesses da classe trabalhadora mundial.

## **2 CAPÍTULO PRIMEIRO – DA NECESSIDADE DE CRÍTICA ÀS APROPRIAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES DE O 18 DE BRUMÁRIO**

(...) Há na memória um rio onde navegam os barcos da infância, em arcadas de ramos inquietos que despregam sobre as águas as folhas recurvadas. Há um bater de remos compassado, no silêncio da lisa madrugada. Ondas brandas se afastam para o lado, com o rumor da seda amarrotada. Há um nascer do sol no sítio exato, hora que mais conta duma vida, um acordar dos olhos e do tacto, um ansiar de sede inextinguída. (...) Palavras consumidas se acumulam, se represam, cisterna de águas mortas. (...) Vaza de fundo em que há raízes tortas. (...) Nem só lodos se arrastam, nem só lamas, Nem só animais bóiam, mortos, medos. Túrgidos frutos em cachos se entrelaçam. No negro poço de onde sobem dedos (Trechos de José Saramago, 1981).

Ante ao que nos propomos nos dois primeiros capítulos de tese, partimos, aqui, em orientar para o reconhecimento de tendências teóricas e suas procuras por interpretação e reinterpretação de O 18 de Brumário, de Karl Marx, concepções essas que envolvem desde o marxismo estrito democrata reformista, o neomarxismo até as literaturas relacionadas com o campo reconhecido por teoria crítica. Muitas dessas formulações possuem em comum o ato de procurarem, com seus escopos literários, aproximar ou iluminar perspectivas para a esquerda, presa ao campo ideológico societário estrito burguês.

Essas influências teóricas buscam justificar um projeto societário progressista que, apesar de manter a propriedade privada dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, almeja uma sociedade mais equitativa no futuro. Essas ideias se desdobram em diversas formas, como sistemas democráticos participativos no Estado, ditaduras populistas pseudo-proletárias e afastamento das pautas da luta salarial operária.

Esse amplo pacto carrega esperanças de desenvolvimento societário e democrático de caráter pequeno-burguês, muitas vezes associado a bandeiras da esquerda universalista em perspectivas meramente eleitorais ou despóticas populistas. Essas abordagens, que podem incluir o bolivarianismo, por exemplo, acabam por desorganizar e enganar o proletariado, mantendo-o refém do sistema capitalista.

Nesse contexto, a empresa capitalista urbana e o grande proprietário de terras são retratados de forma distante da realidade da exploração imposta aos trabalhadores, colocando-os em uma espécie de limbo, afastados, mas ao mesmo tempo garantidos e até mesmo positivados. Isso cria um cenário alienado que busca o apoio dos operários urbanos e dos trabalhadores camponeses em prol de um projeto simplista de direitos humanos entre homens e mulheres.

Esse projeto, por mais que se apresente como progressista, é, na verdade, um acordo tácito de manutenção da dominação burguesa, construído sobre a ilusão de um contrato social separado das realidades econômicas burguesas, encoberto por concepções democráticas que se mostram restritas na prática. Em algumas experiências, inclusive, a democracia burguesa é suplantada em nome de ditadores que afirmam representar os interesses do povo local.

Essas formulações políticas afastam-se da luta de classes direta entre trabalhadores e patronato, preferindo uma adoração à democracia burguesa, que pode ser facilmente descartada conforme a conveniência dos ditadores de esquerda passageiros. Isso é buscado por meio de uma suposta nova sociedade civil e de um Estado que pretende representar uma maior civilização por si só.

Essas propostas e suas literaturas sugerem que as massas trabalhadoras podem participar de uma suposta participação cidadã

consciente, muitas vezes colaborativa no caso dos déspotas populistas, desde que a exploração assalariada dos trabalhadores operários e camponeses seja mantida intocada. Desse pacto, surgem várias proposições que procuram justificar políticas compensatórias e reformas em nome do suposto interesse geral dos trabalhadores, mesmo dentro do Estado burguês.

Tais perspectivas defendem uma luta de classes afastada do movimento clássico desenvolvido por Marx durante o século XIX, pois tentam desviar os trabalhadores do programa operário estabelecido durante os tempos do comunismo clássico, ignorando as lições das lutas dos trabalhadores europeus desde a Revolução Francesa até eventos posteriores, como a Comuna de Paris.

Assim, o livro "O 18 de Brumário" se integra profundamente nesse contexto da trajetória militante comunista de Marx, sendo uma obra na qual o autor também discute o programa da revolução permanente.

O entendimento coerente da teoria da revolução permanente de Trotsky, vinculada às teses dos comunistas do final do século XIX na Europa, especialmente na França e Alemanha, é fundamental para situar as possibilidades históricas dos trabalhadores camponeses no contexto de "O 18 de Brumário".

É importante salientar que o uso dos termos "revolução permanente" e "revolução em permanência", nos escritos de Marx e Engels anteriores à Primavera dos Povos, tinha um conteúdo distinto do que foi consolidado posteriormente. Segundo Richard Day e Daniel Gaido (2009, p. 3, *apud* Monteiro, 2021, p. 181), esses termos aparecem em três ocasiões prévias, referindo-se ao período do terror jacobino da Grande Revolução Francesa (1789), indicando a ideia de uma revolução que avançava radicalmente nas transformações sociais, indo além da simples derrubada da monarquia.

Marcio Lauria Monteiro (2021) destaca que esses termos foram usados de forma pontual nessas ocasiões, indicando a noção de uma revolução contínua e em constante transformação (Monteiro, 2021). Compreensão esta que nos permite abordar as possibilidades históricas dos trabalhadores camponeses à luz do programa da revolução permanente, conforme discutido por Trotsky e fundamentado nos escritos e no pensamento comunista clássico.

Nos usos posteriores dos termos "revolução permanente" e "revolução em permanência", Marx e Engels passaram a entender esse processo como integrando um conteúdo mais profundo. Segundo Marcio Lauria Monteiro, essa compreensão evoluiu para além da noção básica de um processo contínuo e não interrompido (Monteiro, 2021).

Em relação à Primavera dos Povos, Monteiro destaca que foi uma poderosa onda de revoluções iniciada pela Revolução de Fevereiro de 1848 na França, que resultou na queda da monarquia de Louis Philippe I, também conhecido como "Rei dos Banqueiros", por uma insurreição popular (Monteiro, 2021, p. 180). Nesse movimento, diversos grupos se uniram, incluindo socialistas utópicos, comunistas (ou socialistas revolucionários), liberais republicanos e liberais democráticos (Monteiro, 2021).

Essas forças compuseram o Governo Provisório que se seguiu à proclamação da II República, e inicialmente atenderam a algumas demandas do proletariado, como a redução da jornada de trabalho, garantia de emprego para os jovens e o estabelecimento de fábricas estatais, conferindo um caráter "social" à República (Monteiro, 2021, p. 180).

Esses eventos se desdobraram em diversos países europeus nos meses seguintes, incluindo a Revolução de Março na Alemanha, tentativas de unificação e independência na Itália, lutas por república na Áustria, busca por independência na Hungria e por autonomia nacional na Tchécua (Monteiro, 2021, p. 180).

Marcio Lauria Monteiro destaca a importância de observar o heterogêneo bloco de classes e forças políticas que impulsionaram os processos revolucionários durante a Primavera dos Povos, ressaltando que esse bloco se desfez rapidamente devido às profundas diferenças de interesses entre a burguesia e o proletariado (Monteiro, 2021). Além das demandas republicanas, nacionalistas e democráticas, Monteiro enfatiza a importância de considerar as lutas por melhores condições de vida e trabalho (Monteiro, 2021), que levaram a burguesia a temer que liberais radicais e socialistas (sejam reformistas ou revolucionários) assumissem a liderança dos processos revolucionários e ameaçassem seus interesses particulares. Como resultado, a burguesia rapidamente se aliou à contrarrevolução, buscando

suprimir as revoluções, mesmo que isso implicasse renunciar a algumas de suas próprias demandas (Monteiro, 2021, p. 181).

De acordo com Monteiro, Karl Marx descreve esse processo em "O 18 de Brumário", mostrando como isso ocorreu na França. Ele relata como o risco de os setores radicais assumirem o controle levou à expulsão desses setores do governo provisório e culminou no massacre do proletariado parisiense durante as "jornadas de junho", quando os trabalhadores se levantaram em defesa de seus próprios interesses ao perceberem os retrocessos em curso (Monteiro, 2021). Além disso, Monteiro destaca o papel de Luís Napoleão, que foi eleito presidente em dezembro de 1848 e participou diretamente da supressão da República Romana em 1849, internacionalizando a contrarrevolução (Monteiro, 2021, p. 181).

Na Alemanha, onde Marx e Engels concentravam sua atuação por meio da Liga dos Comunistas, a burguesia não permitiu a formação de um império monárquico constitucional unificado, tampouco uma república democrática alemã. Em vez disso, ela se aliou diretamente à aristocracia e à monarquia contra o proletariado socialista e a pequena-burguesia democrática (Hobsbawm, 1975, p. 21-40, *apud* Monteiro, 2021, p. 181).

Segundo Marcio Lauria Monteiro (2021), a Primavera dos Povos resultou na ascensão da burguesia ao poder em parte da Europa, levando à perda dos direitos da aristocracia fundiária e de seu regime absolutista. No entanto, também deixou claro o profundo antagonismo e a irreconciliável contradição entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado. Logo, a burguesia teve que recuar em suas demandas em vários lugares para evitar que abrissem espaço para o avanço das demandas do proletariado, que já estava emergindo como o novo agente das transformações sociais radicais (Monteiro, 2021).

Dessa forma, Monteiro afirma que a Primavera dos Povos "marca o encerramento da fase revolucionária da classe burguesa e a abertura de uma nova etapa histórica, onde o proletariado se tornou o novo portador das transformações sociais radicais" (Monteiro, 2021, p. 181-182).

Diante disso, assumimos a orientação de Karl Marx, que testemunha e escreve sobre essa totalização contraditória que se desenvolveu na Alemanha, França e na maior parte da Europa durante meados do século XIX. Essas experiências exigiram sérias considerações por parte de Marx, resultando de

seu acompanhamento e envolvimento direto com esse rico processo histórico, que se estendeu por pelo menos as duas décadas seguintes.

Marx desenvolveu suas observações não apenas em "O 18 de Brumário", mas também por meio de sua militância na Liga dos Comunistas, em seus escritos e orientações para essa organização, bem como em sua análise do contexto em textos como "As Lutas de Classes na França" e "Guerra Civil na França", além de seus artigos publicados na Gazeta Renana ao longo dos anos da década de 1840 e início da década de 1850.

Com este início de tese, é essencial considerar a importância dada por Marx aos acontecimentos históricos na França e Alemanha, especialmente em 1848, destacando sua participação ativa através da Liga dos Comunistas. Marx testemunhou os eventos desencadeados durante a Primavera dos Povos, incluindo as lutas proletárias e as reações burguesas. Seu trabalho, incluindo "O 18 de Brumário", analisa a ascensão e queda das repúblicas burguesas, os ataques à independência do proletariado e a resistência camponesa. Marx enfatiza a necessidade de autonomia proletária e da superação dos meios democráticos para alcançar a ditadura do proletariado e a total superação do Estado capitalista. Esse rico processo, desde 1848 até a Comuna de Paris em 1871, mostra o conflito entre as classes e o papel conservador e repressor do Estado burguês, contrastando com as visões do marxismo ocidental, que serão discutidas ao longo da tese.

Nessas análises detalhadas, Marx explora os processos e as barreiras que impedem a emancipação insurrecional contínua da classe operária. Ele revela as nuances da estrutura da classe dominante na França e na Alemanha, destacando suas particularidades regionais, desafios locais e oportunidades frustradas. Marx expõe os caminhos adotados pelos trabalhadores e como as oportunidades proletárias mais avançadas foram derrotadas, mostrando claramente a essência do Parlamento e do Estado burguês. Ele desmascara as práticas clássicas dessas instituições, incluindo as forças armadas e o poder judiciário, que estão intimamente ligadas às necessidades econômicas da sociedade capitalista. Marx destaca o fortalecimento do poder executivo em detrimento do legislativo democrático, impulsionado pela burguesia para consolidar seu governo e acabar com a luta de classes na Europa, garantindo a exploração contínua da classe operária em prol do desenvolvimento capitalista.

No texto "Hobsbawm, a Revolução Francesa e o revisionismo histórico", Augusto Buonicore (2017) discute as críticas revisionistas às teses estabelecidas sobre a Revolução Francesa. Esses revisionistas de direita questionam a importância histórica da Revolução, subvertendo a produção historiográfica anterior, que remonta ao século XIX. Buonicore destaca que, para Hobsbawm, a Revolução Francesa foi um evento de grande significado na história do mundo moderno, discordando, assim, dos revisionistas contemporâneos que negam seu caráter revolucionário e seu impacto social. Ressalta, também, que a análise da Revolução Francesa como uma luta de classes não foi uma criação do marxismo, mas sim da historiografia liberal moderada do século XIX, como reconhecido por Marx. Buonicore cita Tocqueville para apoiar a ideia de que a Revolução Francesa representou uma luta entre o Antigo Regime e a Nova França liderada pela classe média. Hobsbawm questiona os conservadores e os revisionistas liberais ao destacar que a Revolução Francesa destruiu aspectos da antiga sociedade ligados à aristocracia e ao feudalismo. Diante dessas avaliações, Hobsbawm conclui que é difícil sustentar a visão de que a Revolução Francesa foi ineficaz em seus resultados.

Após a revolta operária em Paris, em meados de 1848, a burguesia e seus teóricos começaram a revisar suas análises sobre o papel da luta de classes na história, embora não renegassem completamente a Revolução Francesa como um evento histórico importante. Após os eventos de junho de 1848, os liberais reorientaram suas teses para despolitizar a questão da revolução francesa e sua relação com a revolução burguesa em geral.

Buonicore destaca que, mesmo diante da negação metafísica dos intelectuais burgueses, Marx reconheceu a conexão entre os eventos de 1793 na França e o movimento comunista de sua época, como evidenciado por sua declaração de que "O jacobino de 1793 tornou-se o comunista de hoje". Lênin também expressou sua admiração pelo jacobinismo.

O autor argumenta que o Partido Bolchevique, décadas depois, encontrou inspiração na tumultuada história da Revolução Francesa para manter a confiança no futuro da Revolução Russa, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no final da década de 1910.

A principal lição que os observadores do século XIX dela retiraram foi que não havia sido um acontecimento, mas um processo (&). Porque Lênin não pensaria que a Revolução Russa poderia ser também um processo histórico longo, com seus difíceis recuos e ziguezagues?, constatou corretamente Hobsbawm (Buonicore, 2017, s.p, online).

Para Augusto Buonicore, o legado da Revolução Francesa, entendida como a própria revolução burguesa em si, vai além dos eventos históricos específicos e abrange um movimento progressivo e contundente. Esse legado se manifesta principalmente nas necessidades e antagonismos que surgiram a partir dela, resultando na emergência do proletariado urbano como uma força potencial decorrente das condições econômicas estabelecidas pelo desenvolvimento do capitalismo. Desde, pelo menos, 1848, o surgimento e a organização do proletariado têm gerado grande preocupação entre os proprietários dos meios de produção e os líderes do Estado burguês, devido à sua tendência para a organização independente e à luta pelo estabelecimento de um programa revolucionário autônomo que, muitas vezes, entra em conflito com os planos conservadores da burguesia para lidar com as contradições e antagonismos de classe.

A Revolução burguesa, bem como seus desdobramentos, as forças de transição operária em processos advindos da grande alteração societária produtivo-econômica imprimida pelo capitalismo, o que esse movimento e experiências vieram, desde então, a possibilitar em termos da organização política aos operários:

[...] a noção de que a história pode ser mudada por sua ação (&), demonstrou o poder das pessoas comuns de uma maneira que nenhum dos governos subsequentes jamais se permitiu esquecer. Por isto, o resgate da Revolução Francesa e de muitos de seus valores são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós, concluiu o ilustre historiador marxista inglês (Buonicore, 2017, s.p, online).

Neste primeiro capítulo, adotamos algumas palavras de Augusto Buonicore, ainda que ele discorde, diferente de nós, naquilo que tomamos

como absolutamente coerente, em todos os termos expressados por Michael Löwy, que afirma, em artigo intitulado "Da Grande Lógica de Hegel à Estação Finlandesa de Petrogrado", a existência de dois pontos distintos no pensamento de Lênin: "um pré-dialético e outro dialético" (palavras citadas por Buonicore, 2019, s.p, online)<sup>2</sup>. Buonicore, ainda, recorda que as razões para essa inflexão do pensamento Lêniniano derivaria, nessa interpretação de Lowy, em face tanto da capitulação da direção da II Internacional quanto da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, em agosto de 1914; e, também, o início do estudo mais sistemático das obras filosóficas de Hegel, especialmente a Ciência da Lógica (Buonicore, 2017, s.p, online).

Augusto Buonicore contesta a análise de Lowy ao sugerir que a estratégia adotada por Lênin durante a Revolução de 1905 permaneceu consistente ao longo de sua vida. Buonicore defende que essa estratégia, ao contrário do que Lowy sugere, não representa uma mudança no entendimento de Lênin sobre os rumos da revolução. Para Buonicore, Lênin manteve suas leituras e abordagens, como evidenciado em seus textos "Duas Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática" e "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", até o fim de sua vida.

Ao que parece, para Buonicore, haveria completa justeza na caracterização da revolução russa até fevereiro de 1917 por parte de Lênin e, mesmo depois, enquanto seu caráter democrático-burguês; tão logo, defende Buonicore que Lênin seguiria com "a necessidade das duas etapas" (Buonicore, 2019, s.p, online). Embora admitisse que Lênin entendeu o processo em andamento da revolução proletária "como um processo único, ininterrupto" (Buonicore, 2019, s.p, online), ao mesmo tempo, procura ardentemente atacar a compreensão Trotskista da revolução em permanência, tentando mostrar que a concepção de Trotsky não guardaria relação com as teses de Lênin, amadurecidas ou não: incrivelmente, nem mesmo em relação com as Teses de abril.

---

<sup>2</sup> Ler o texto de Buonicore na íntegra, in: Augusto César Buonicore: "Dois Lênin? Ou duas estratégias para duas revoluções?", 2019. Texto publicado em Primeira Edição como um dos capítulos do livro Lênin: presença da revolução, organizado por Aloísio Sérgio Barroso e editado pela Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi e a Sociedade Amigos de Lênin. Fonte: Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <http://grabois.org.br/porta1/artigos/154787/2019-02-03/dois-Lenin-ou-duas-estrategias-para-duas-revolucoes.br>. Transcrita em: 7 out. 2023.

Buonicore erra ao atribuir exclusivamente aos soviets o crescimento e a importância política que alcançaram em 1917, ignorando o papel estratégico do Partido Bolchevique na mobilização da classe trabalhadora russa. Além disso, falha em reconhecer a contribuição de Trotsky para o fortalecimento dos soviets e para a vitória da Revolução de Outubro.

Buonicore parece não tomar com suficiência a dialética existente e movimentada entre Trotsky e Lênin, exemplificada por uma citação de um soldado no Front Romeno, e argumenta que Buonicore está profundamente errado em seu ataque ao legado teórico programático marxiano, especialmente em relação à teoria da revolução permanente. Ele também aponta para a presença da noção de revolução permanente em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", mesmo que os termos não tenham sido utilizados pelo autor.

Buonicore falha ao atacar Trotsky e ao desconsiderar a contribuição tanto de Trotsky quanto de Lênin para a compreensão da revolução russa e da teoria da revolução permanente. Ele sugere que Buonicore não refuta adequadamente as formulações de Trotsky e subestima a importância do papel do Partido Bolchevique e dos líderes revolucionários na condução dos eventos de 1917.

Em tudo, apesar dos conceitos da revolução permanente terem sido desenvolvidos, principalmente, "a partir do processo alemão, em que a revolução burguesa ainda estava por ser realizada, a "revolução permanente" ou "em permanência" impactou a estratégia revolucionária de Marx e Engels como um todo, oferecendo elementos e uma reflexão que permitem implicar – e complicar – um pouco mais a interpretação tomada pelo camarada Buonicore. Isto porque, apesar da revolução burguesa de 1789, a França, objeto de tal obra, ainda não era um país tão industrializado quanto, por exemplo, a Inglaterra; ainda sofria da existência de um numeroso campesinato; estava em um meio político da luta de classes no qual a conquista da República ainda estava em aberto; de forma que "ali também se faziam presentes tarefas "democrático-burguesas" e a questão de qual seria sua relação com a revolução proletária" (Monteiro, 2021, p. 189-190).

Isto posto, relacionar isso tudo como uma questão fechada, resolvida e respondida, nos termos defendidos pelo camarada Buonicore, nos parece uma alusão bastante irrazoável. Pois, vejamos, como já acenado, parte importante

da obra O 18 de Brumário dedica-se ao balanço da Revolução de Fevereiro de 1848 na França, que já havia sido alvo de uma tematização mais detalhada por Marx, em seu texto As Lutas de Classes na França.

Tendo isso em mente, Lauria Monteiro nos permite relatar que tais passagens não se limitam a uma repetição de considerações, logo, é pertinente analisá-las detalhadamente, iniciando o comentarista por dizer o seguinte:

Logo no começo de O 18 de Brumário, Marx apresenta uma diferenciação entre as revoluções burguesas e as "revoluções modernas", ou seja, as proletárias. As primeiras "precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso". [...] porém, elas têm vida curta, logo atingindo seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade, antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo" (Marx, 1852, p. 29-30).

Ao falar do processo histórico da revolução moderna, leiamos como revoluções proletárias:

“Já as segundas seriam marcadas por uma sequência de lutas, com avanços e recuos, até que a vitória final fosse de fato obtida, sendo necessária a maturação dos aprendizados práticos na forma de interesses políticos mais claros para a realização de cada novo avanço” (Monteiro, 2021, p. 190).

Amparado nos entendimentos expostos e defendidos por Karl Marx, o comentarista explica que "as revoluções proletárias do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo" (Marx, 1852, *apud* Monteiro, 2021, p. 190). E, mais, “[...] recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno [...]” (Marx, 1852, p. 29-30, *apud* Monteiro, 2021, p. 190).

Para Márcio Lauria Monteiro, é notório, nessa passagem, que a revolução não pode se deter nas primeiras vitórias, como nas conquistas democráticas, devendo sempre avançar mais "até o objetivo final, ainda que, no conjunto do processo ocorram também recuos episódicos, que servem para melhor preparar os próximos avanços" (Monteiro, 2021, p. 190). Defende, também, que Marx, ao analisar concretamente a revolução de 1848 na França,

como desdobramento da grande revolução burguesa, em suas determinações amplas e profundas nos países europeus da época, nos mostraria que, apesar de ela ter sido realizada na França pelo proletariado, quem se apossou do poder foi a burguesia, quem buscou cessar o processo, passando para uma postura contrarrevolucionária, nas próprias palavras do velho filósofo alemão, a burguesia:

[...] não chegou ao poder como havia sonhado sob Luís Filipe, isto é, mediante uma revolta liberal da burguesia contra o trono, mas por meio de uma rebelião do proletariado contra o capital, rebelião que foi metralhada. O que ela imaginou que seria o mais revolucionário dos eventos, na realidade sucedeu como o mais contrarrevolucionário dos eventos (Marx, 1852, p. 41, *apud* Monteiro, 2021, p. 190-191).

Lauria assenta alguns dos termos fundamentais para uma concepção adequada do processo da revolução permanente em Marx, dos quais, o reconhecimento de que a burguesia, diante da entrada em cena do moderno proletariado, com seu próprio programa de classe, tende rapidamente a migrar para o campo da contrarrevolução: "o que coloca a questão estratégica de que o proletariado não pode contar com algum tipo de aliança com a burguesia contra a reação" (Monteiro, 2021, p. 191).

Ou seja, precisamos compreender que, no contexto da França revolucionária, em meados do século XIX, o episódio seguinte ao da derrubada da monarquia e ao estabelecimento de um governo provisório "amplo", composto por diferentes forças sociais e políticas, foi marcado pela radicalização do processo, como resposta do proletariado à ação contrarrevolucionária da burguesia:

Em 15 de maio, diante dos indícios de que a Assembleia Nacional Constituinte atacaria as conquistas mais avançadas da revolução, o proletariado parisiense levantou-se com armas em mãos para suprimir a assembleia burguesa e estabelecer seu próprio Governo Provisório. Derrotados, os trabalhadores tiveram seus líderes políticos presos e tentaram se insurgir mais uma vez, entre 23 e 26 de junho, tendo, mais uma vez, sido derrotados (Cf. Marx, 1852, p. 33-34, *apud* Monteiro, 2021, p. 191).

Márcio Lauria Monteiro comenta, ainda, que, naquele contexto, como o proletariado se viu incapaz de fazer o processo revolucionário avançar, ou seja, de manter a revolução "em permanência", a burguesia o levou a recuar cada vez mais: "A contrarrevolução deu a tônica de todo o processo, até o ponto de se voltar contra a própria burguesia, culminando no golpe de 2 de dezembro de 1851" (Monteiro, 2021, p. 191).

Dessa forma, enquanto a Grande Revolução burguesa se moveu "numa linha ascendente" de radicalização, em termos dos grupos à sua frente e do conteúdo político por eles posto em prática, o contrário ocorreu com a Revolução de 1848, ao que recupera e comenta Lauria, com admirável propriedade referenciada: "esta teria se movido "numa linha descendente", com alas cada vez mais conservadoras sucedendo-se à sua frente" (Marx, 1852, p. 55-56, *apud* Monteiro, 2021, p. 191).

O mesmo aponta Lauria Monteiro, ainda citando Marx, (Cf. b Marx, 1852, p. 109-100, *apud* Monteiro, 2021, p. 191), que ante aquela postura burguesa, a partir da saída de cena do proletariado enquanto uma força independente, a burguesia, por meio de seus representantes políticos, unificados no "Partido da Ordem", recua crescentemente ao longo dos anos de 1848-51, especialmente por temor da mobilização proletária e, também, devido o proletariado, já tombado, precisar preocupar-se com os já claros sinais de uma vindoura crise comercial, o que ameaçava agravar as contradições sociais: destaquemos, com temor claro dos resultados dessa crise, para uma possível reorganização da classe operária para procurar marchar em sua direção.

Marx, fica claro, explica, em seu livro, que a contrarrevolução da burguesia contra o proletariado acabou por se voltar contra ela própria, o que comprovava a noção de que não há alternativa entre manter a revolução "em permanência, sem o levante final e decisivo, salvo vir se permitir o completo recuo contrarrevolucionário", nas próprias palavras de Marx: "A burguesia francesa sublevou-se contra o domínio do proletariado trabalhador e colocou no poder o lumpemproletariado, no seu topo, o líder da Sociedade 10 de Dezembro" (Marx, 1852, p. 137, *apud* Monteiro, 2021, p. 192).

Márcio Lauria Monteiro aponta que, dessa chave interpretativa, Marx entendeu a contradição entre o início e o desfecho do processo revolucionário na França em 1848, colocando em suspeição a ideia em torno de que:

no da 2 de dezembro [de 1851], a Revolução de Fevereiro teria sido escamoteada pelo golpe de um simples trapaceiro. Mesmo porque, apesar dos ataques e das perdas dos princípios abstratos burgueses, os quais, indiscutivelmente, uma organização proletária competente saberá os explorar, o mais importante ali foram os reais acontecimentos desdobrados entre aqueles anos desde a Revolução de Fevereiro e o golpe de Bonaparte, de modo que o resultado foi bem aproveitado, no sentido de que importantes lições políticas práticas foram ali apreendidas, e Marx teria até mesmo destacado que: [...] o processo não recuou a "um momento anterior ao ponto de partida". Ao invés disso, ainda seria criado o "ponto de partida revolucionário, a situação, as relações, as condições singulares que façam com que a revolução moderna possa ser levada a sério" (Marx, 1852, p. 29, *apud* Monteiro, p. 192, grifos do autor).

Márcio Lauria Monteiro defende que se pode estabelecer que Marx concebeu a Revolução de 1848 como um episódio de um processo maior, que ainda teria muito a se desenvolver, inclusive a partir das próprias condições sociais e políticas, que permitiriam ou não seu maior sucesso, sua qualidade desdobrada, capacidades, dimensões e o próprio alcance revolucionário. Para Monteiro, aquela experiência, apesar de negativa, já preparava os sucessos futuros, mostrando que Marx detinha e defendia a hipótese de que à revolução burguesa logo se seguiria a proletária (Monteiro, 2021, p. 139).

Nesse sentido, Marx compreendia (entendimento o qual Monteiro sugere alguma cautela) que a "derrota da burguesia por Bonaparte seria a vitória da revolução proletária "em germe" (Marx, [185], p. 139-140). Essa afirmação parece sugerir que, com o golpe de 2 de dezembro, o principal inimigo da classe trabalhadora ficara ali enfraquecido, o que, para Monteiro, pode reunir uma interpretação bastante questionável (Monteiro, 2021, p. 192-193).

Essas condições e as leituras por parte do proletariado reúnem as interpretações possíveis, aderentes e dependentes em edificações das condições necessárias ao avanço de um processo ainda não completamente estabelecido, impedido por certo tempo, apesar de estabelecerem, também, enormes pressões, conseqüentes do próprio bloqueio das energias revolucionárias procuradas, mesmo daquelas ainda não suficientemente latentes, como se assentavam na França daqueles anos, termos

adequadamente comentados pelo próprio Lauria Monteiro, em seu esforço elogiável ao interpretar as palavras de Marx:

Uma contradição entre o conteúdo da "revolução moderna" e as possibilidades concretas de realizá-la. Ele afirma que a ação do proletariado na Revolução de Fevereiro demonstrou "o conteúdo geral da revolução moderna", mas que tal conteúdo "estava na mais curiosa contradição com tudo o que, nas circunstâncias dadas, podia ser posto diretamente em prática num primeiro momento com base no material disponível e no nível de formação atingido pela massa" (Marx, 1852, p. 33). Assim, Marx dá a entender que seria necessário ainda um período de desenvolvimento e maturação dos objetivos políticos do proletariado a partir das suas experiências práticas de luta (Monteiro, 2021, p. 193).

Monteiro (2021, p. 193) ressalta que, conforme Marx, fatores que certamente contribuíram para a vitória da contrarrevolução estavam representados na própria saída de cena dos "verdadeiros líderes do partido proletário" (Marx, 1852, p. 34), após o levante de 15 de maio (a prisão de Blanqui, Raspail, Barbès e seus camaradas) e o fuzilamento, prisão ou deportação de milhares dos membros mais combativos de tal classe após as "jornadas de junho", deixando a França politicamente desorientada. Registra, também que, no processo decorrente desses ataques, Marx tece uma dura crítica ao fato dos socialistas utópicos, "como Louis Blanc, terem se colocado sob a bandeira do "partido democrático", nomeado "Montanha" (partido da pequena-burguesia liberal-radical), quando este buscou o apoio dos trabalhadores após se sentir preterido pela burguesia. A fusão dos socialistas utópicos com os democratas gerou o "Partido Social-democracia", e, na avaliação de Marx, resultou em que: "A ponta revolucionária das exigências sociais do proletariado foi quebrada e foi-lhe dado um viés democrático", uma vez que tal força política buscou a "harmonia" entre capital e trabalho e a supressão da luta de classes (Marx, 1852, p. 64; Monteiro, 2021, p. 193-194).

Isto posto, enquanto uma pequena aproximação da leitura que entendemos ser necessária para se compreender o conteúdo e o cenário político comunista no qual Karl Marx redigiu o seu livro O 18 de Brumário, mostraremos, a partir da nossa sequência textual, críticas das apropriações e reinterpretções, não só do conteúdo do livro, mas do próprio programa da

revolução em permanência, conforme comprometida e traslada pelo marxismo ocidental para suas ideações de uma nova sociedade civil e de uma percepção equivocada de formas de condensação do Estado Burguês, conforme formuladas por Nicos Poulantzas (1980). Trataremos desses temas ao longo dos três primeiros capítulos desta tese, propondo, no terceiro deles, caminhos possíveis para uma necessária negação desses vagos fundamentos.

## **2.1 Forma e conteúdo da interpretação de O 18 de Brumário para o Marxismo Ocidental**

Compreender o verdadeiro conteúdo de "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" de Karl Marx (Marx, 2002; Marx, 2011) requer afastar-se das apropriações e reinterpretações feitas pelo marxismo reformista e estritamente democrático. Essas interpretações podem distorcer o significado original do livro e desviar-se dos princípios fundamentais estabelecidos por Marx. Portanto, é importante retornar diretamente à obra original para uma compreensão mais precisa e autêntica de suas ideias e análises.

Para corrigir essas interpretações inadequadas, é fundamental situá-las dentro do contexto mais amplo da obra de Marx, não apenas considerando "O 18 de Brumário", mas também sua teoria mais ampla. O pensamento de Marx é uma filosofia que busca revelar as contradições do capitalismo e orientar os movimentos de negação liderados pela classe trabalhadora, visando a transformação revolucionária da sociedade. Para essa reivindicação, nos primeiros dois capítulos de nossa tese, abordamos o problema acerca do que e como as apropriações e reinterpretações operadas pelo marxismo ocidental têm alcançado, em conteúdo e em termos genéricos estrito, democratas em sua orientação na organização do proletariado, e como esse fenômeno tem corroborado para levar ao sono o proletariado por meio de formulações revisionistas, como nas ideias emanadas no pensamento poulantziano, expostas no livro: O Estado, o Poder, o socialismo (Poulantzas, 1980).

Almejamos, aqui, estimular a leitura do próprio "pequeno livro de Marx", mais que isso, elucidar o que seu autor trata ao longo dos sete capítulos, ao

interpretar o que se movimentava ali em meados do século XIX no processo de assento e consolidação da revolução burguesa na Europa, bem como as lutas de classes procuradas pela classe operária em orientação comunista, fazendo com que a revolução seguisse em permanência.

Este nosso aceno faz-se importante para evitar que os leitores se desviem das interpretações distorcidas do marxismo ocidental sobre "O 18 de Brumário", nesse intuito, este trabalho visa mostrar e criticar essas interpretações nos primeiros dois capítulos. Recomendamos que os leitores leiam ou releiam a obra original de Marx. Há uma divisão equivocada da obra em três partes pelo marxismo ocidental, enfatizando uma suposta divisão entre a luta de classes e questões parlamentares. Isso resulta em uma interpretação incompleta do conteúdo dialético de Marx e ignora seu contexto histórico e suas outras obras, como o Manifesto Comunista e as orientações da Liga dos Comunistas. É importante considerar que "O 18 de Brumário" foi escrito em um período próximo ao Manifesto Comunista, destacando a relevância de sua análise dentro do movimento operário da época.

Durante os anos de 1848 e 1850, Marx e Engels, com algumas revisões discutidas no terceiro capítulo desta tese, mantiveram amplamente as perspectivas e orientações expressas publicamente em 1848. Isso é evidente na leitura do Manifesto do Comitê Central à Liga dos Comunistas, em que os primeiros parágrafos reafirmam as principais previsões estabelecidas no conteúdo do Manifesto Comunista. Esta referência clássica é verificada, também, mais de quinze anos depois, na mensagem inaugural da I AIT (1864), um outro documento clássico no qual, ainda que com cautela, no que pedia aos alcances do trabalho cooperativo, Marx assentou que aquela organização deveria ser desenvolvida em dimensões regionais, e, em andamento, "ser alimentado por meios nacionais" (I AIT, 1864).

Faz-se importante, aqui, perceber que o termo nacionais, colocado no plural por parte de Marx e Engels no texto do manifesto inaugural da I AIT, combate a ideia de nacionalidade na luta operária. Uma vez que nesse texto, talvez até em respeito a norma culta de linguagem, os autores poderiam escrever "nacional" tranquilamente. Logo, por quais motivos Marx e Engels colocaram a palavra no plural? Em nossa leitura, porque entendiam e

orientavam claramente pelo internacionalismo proletário e a sua inexorável relação com o movimento operário mundial.

Nos principais textos em que Marx retoma essas questões, incluindo a obra "O Capital", bem como os escritos de marxistas proeminentes que defendiam a teoria da revolução permanente, como Lênin e Trotsky, fica evidente que a luta proletária precisa se inserir em um movimento articulado que se desdobra em um processo revolucionário internacional. Este movimento está intimamente ligado à história do estabelecimento do socialismo, que não se limita a uma figura histórica específica, mas sim à conformação de uma sociedade genuinamente comunista (Trotsky, 1985; Trotsky, 2005).

E é com esta concepção temporal de O 18 de Brumário, que é possível sugerir que o marxismo ocidental, ao ler e interpretar o livro ao seu modo, em meio a uma divisão isolacionista das partes e capítulos da obra, com destaque a interpretações que privilegiam o parlamento burguês, acaba-se com tais gestos por elevar a obra do seu próprio tempo.

Nesse possível afastamento, o marxismo ocidental propõe ao chamado primeiro período, que vai de 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848, uma isolada mostra em que se registraria a atividade do proletariado francês como força política predominante, derrotada decisivamente entre os meses de maio e junho de 1848.

Entretanto, Marx, ao contrário da reinterpretação feita pelo marxismo ocidental, explica desde os primeiros parágrafos do livro os elementos que contribuíram para a derrota do projeto proletário liderado pelos operários revolucionários na França das Luzes: o papel equivocado e limitado da social-democracia no parlamento e o apoio das massas camponesas aos interesses dos grandes proprietários rurais (Marx, 2002; Marx, 2011). Assim, ao contrário de Marx, o corpus marxista ocidental concentra-se principalmente no segundo período isolado, que abrange a constituição da Segunda República francesa entre 4 de maio de 1848 e 28 de maio de 1849. No entanto, essa abordagem limitada não reflete adequadamente os eventos que contribuíram para a derrota do projeto proletário revolucionário, como sugerem as próprias datas envolvidas.

Neste segundo período, Marx detalha a formação da Segunda República Francesa, destacando a composição da Assembleia Nacional Constituinte. No

entanto, o texto contrasta o cenário desolador com a traição à causa revolucionária por parte dos democratas parlamentares. Marx critica severamente os flancos democráticos burgueses, mostrando que não eram adequados nem mesmo para os interesses da burguesia. Ele enfatiza que o proletariado não deve confiar no parlamento burguês, refutando a ideia de que este poderia ser um meio eficaz de alcançar seus objetivos. Este trecho da obra de Marx critica a tentativa de desviar a luta proletária para uma abordagem de pacificação das tensões de classe.

Para o marxismo ocidental, existiria na obra um lapso de tempo e acontecimentos precários e não relacionados com o segundo período, como que descontinuado, considerado segregado e compreendido enquanto um terceiro e outro distinto período: o suposto subperíodo representado entre 28 de maio de 1849 até 2 de dezembro de 1851.

Em verdade, perante o legítimo conteúdo de O 18 de Brumário, essa ausência de tratamento do marxismo ocidental contrasta e acusa uma dada falta de observação necessária quanto da razão nos atos do Partido da Ordem, fração de classe que precisou das luzes para tentar corrigir a consciência pequeno burguesa democrata absolutamente presa na Segunda República: numa condição já febril e frágil, inferiorizada e completamente incapaz.

O marxismo ocidental falha ao interpretar O 18 de Brumário, ao sugerir que Marx identificou a falta de representação do movimento proletário no parlamento burguês da Segunda República Francesa como a principal causa da derrota dos operários. Essa interpretação simplista ignora a crítica contundente de Marx aos flancos democráticos burgueses, revelando, dessa forma, sua incapacidade de compreender a essência da luta de classes na França da época. Ao se fixar no segundo período do livro, o marxismo ocidental tenta extrair lições políticas para justificar estratégias de atuação no sistema democrático burguês, ignorando o verdadeiro contexto revolucionário e as contradições fundamentais entre as classes sociais. A análise do chamado terceiro período, que enfoca a suposta ausência de bandeiras proletárias no parlamento, é baseada em lacunas e falhas interpretativas, ocultando a verdadeira natureza da luta de classes e os interesses subjacentes das classes dominantes. Em vez disso, é crucial compreender como a luta proletária pode ser desviada quando conduzida por atores coadjuvantes, como os grandes

proprietários de terras, os camponeses proprietários e o próprio parlamento burguês, que muitas vezes falha em servir aos interesses da classe trabalhadora.

Em relação ao último citado destino, Marx é categórico ao mostrar os espaços do parlamento democrático enquanto esquemas vacilantes, ali transitados na queda da França das Luzes. Estabelecendo aqueles acercamentos democráticos pequeno burgueses da época, não apenas enquanto um exercício fraco na história, mas em tudo citado diretamente por Marx enquanto um período estritamente democrático liberal, sem "qualquer competência" (Marx, 2002, p. 55).

Contrariamente ao que sugere o marxismo ocidental, o verdadeiro conteúdo de O 18 de Brumário está centrado na luta de classes protagonizada pela classe operária, que busca desafiar o domínio burguês. Nesse contexto, a obra destaca as diversas influências e interferências que contribuíram para a derrota inicial da classe operária e para a posterior deturpação das verdadeiras dinâmicas da luta de classes na França, desde os eventos de junho de 1848 até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851. Assim, entendemos e defendemos que o livro, diferente do que intenta o marxismo não revolucionário, integra um conteúdo filosófico aberto, apresentado ao longo de toda a obra, sem amarras, nuances intelectuais ou qualquer tipo de esboço em simples literatura descritiva da época. Por isso mesmo que Marx crítica e destrói as brochuras que procuravam apenas ilustrar aquele rico e danoso período, mostrando como a luta de classes ali se deu e foi desviada; e como foi perdida, por parte dos operários, também devido a atuação do parlamento democrata e a reacionária conduta dos trabalhadores rurais parceleiros.

Em verdade, ao contrário das leituras sociológicas ou historiográficas de O 18 de Brumário, não existem saltos, segregações, muito menos dedicação de Marx para com as questões miúdas e discretas que se transcorreram pelos salões nobres na França de então, querelas que sequer conseguiram impedir que uma figura tão grotesca como Bonaparte chegasse ao poder e conduzisse a França das luzes ao todo ridículo que ali se instalou.

E é justamente devido a esses fatores de interpretação que reclamamos parecer existir um problema na leitura e interpretação de O 18 de Brumário. E o maior problema, conforme procuramos mostrar ao longo do presente capítulo,

está nas interpretações do livro por parte do marxismo ocidental. Até porque, se é possível reivindicar por verdade que Marx teria desenvolvido na obra uma detalhada exposição dos tantos acontecimentos e atos que se encenam e se encerram entre 1848 até o 02 de dezembro de 1851, em que Marx expõe como as tramas, sobretudo aquelas traduzidas nas insuficiências da Segunda República, somadas aos prumos que vieram a seguir os trabalhadores camponeses não organizados junto ao projeto proletário urbano, os encaminhamentos democratas apequenados e reações reacionárias que favoreceram e conduziram ao golpe dado por Bonaparte: todo este íntegro conteúdo nos impede de considerar razoável qualquer tentativa de reescrita de O 18 de Brumário, como procura intentar em adoção o marxismo ocidental.

Isto posto, e apesar da riqueza em detalhes daqueles acontecimentos todos, não se trata a obra de um livro de versão literária. Tão menos registra uma tal e suposta adesão de Marx aos encantos da democracia palaciana burguesa, mesmo que o espaço, desde que liberal e democrático, realmente ofereça alguns limitados flancos fechados para uma exploração parcial e pontual por parte de um legítimo e organizado projeto emancipatório proletário.

Sobre o livro, o próprio Marx relata que a obra foi desenvolvida a partir de um pedido de seu amigo Joseph Weydemeyer – comandante militar do distrito de St. Louis durante a guerra civil americana –, que pretendia editar um semanário político em Nova York a partir de janeiro de 1852. Atendendo ao pedido, Marx passou a escrever uma história do golpe de Estado de Bonaparte – até meados de fevereiro do mesmo ano -, envolvendo artigos semanais sob o título de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. Marx registra que naquele ínterim o plano de Weydemeyer foi impossibilitado e, em vez do semanário, foi editada, na primavera de 1852, uma publicação mensal, nomeada por Die Revolution, da qual a primeira edição consistiu no próprio conteúdo de O 18 de Brumário. Marx anotou que algumas centenas de exemplares de seu livro foram introduzidos na Alemanha, sem, contudo, a obra chegar a entrar no mercado de livros propriamente dito. Relata, também, que um livreiro alemão, de pretensões extremamente radicais, a quem ele ofereceu a venda do seu livro O Dezoito Brumário, mostrou-se "muito virtuosamente horrorizado ante uma pretensão" tão "contrária à época" (Marx, 2002, p. 12).

E de todas as obras que envolveram o assunto, Marx registrou "apenas duas são dignas de nota: Napoléon, le Petit, de Victor Hugo, e Coupd'Etat, de Proudhon" (Marx, 2002, p. 13). Sobre a primeira obra, mostra as perspectivas de Victor Hugo terem se limitado em aproximar criações amargas e espirituosas contra o responsável pela deflagração do golpe de Estado. Para Vitor Hugo, o acometimento propriamente dito parecia estar representado como "um raio caído de um céu azul" (Marx, 2002, p. 13). Para Marx, Vitor Hugo enxergou no golpe de Bonaparte apenas um ato de poder de um indivíduo como isolado. Expõe que Vitor Hugo não se deu conta que engrandeceu Bonaparte, em vez de diminuí-lo: "atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo" (Marx, 2002, p. 13).

Por sua vez, Proudhon tem uma incrível semelhança com a conduta e interpretação do marxismo ocidental e procurou apresentar "o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente" (Marx, 2002, p. 13). Para Marx, Proudhon, em uma tentativa de construção histórica do golpe, em verdade e ao cabo, veio apenas sintetizar e se resumir ao "erro dos nossos historiadores pretensamente objetivos" (Marx, 2002, p. 13). E, mostrando-se totalmente avesso a estas duas e outras interpretações da época, desde o início de O 18 de Brumário, explicita Marx: "eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói" (Marx, 2002, p. 13).

## **2.2 O prólogo de Marcuse**

Abordaremos, primeiramente, o prólogo escrito na década de 1960 por um grande e reconhecido filósofo contemporâneo: Herbert Marcuse que, ao escrevê-lo, procurou problematizar a análise que Marx efetuou sobre o processo de evolução da Revolução de 1848 na França, desde o fevereiro, o junho e todo o processo seguido que levou ao domínio autoritário de Luís Bonaparte, em final de 1851.

Segundo este filósofo, aquelas condições antecipariam, de certo modo, a dinâmica da sociedade burguesa tardia, "a liquidação do período liberal que se consumaria em razão da sua própria estrutura" (Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 08)<sup>3</sup>.

Marcuse recorda que a república parlamentarista se transformou na França das luzes num aparato político-militar encabeçado por um líder carismático, que tira das mãos da burguesia as decisões que essa classe não consegue mais tomar e executar por suas próprias forças. Devido a esse fenômeno, entende que alguns dos acontecimentos estudados por Marx anteciparia ao que se viveria posteriormente, já no século XX na perspectiva do século XIX que, nas próprias palavras do filósofo, é um tempo "que ainda não conhece o horror do período fascista e pós-fascista". Isso nos exigiria uma correção das sentenças introdutórias de O 18 de brumário, pois os "fatos e personagens da história mundial" que ocorrem, "por assim dizer, duas vezes", na segunda vez, não ocorrem mais como "farsa". Ou melhor: a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue" (Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 09).

Propondo um valor inédito e não presente em O 18 de Brumário, Marcuse alude que, ao se promover a secularização da liberdade e da igualdade, a democracia burguesa teria colocado em perigo "o caráter abstrato, transcendente, "interior" da ideologia e, em consequência, também a tranquilidade trazida pela diferenciação essencial entre ideologia e realidade

---

<sup>3</sup> Iniciamos esta seção de nossa tese com a edição de O 18 de Brumário da editora Boitempo devido a edição constar o importante prólogo de Marcuse, com o qual iremos dialogar inicialmente. Mas, na sequência textual aqui, bem como ao longo do corpo geral da presente tese, em que citamos O 18 de Brumário, fora do prólogo de Marcuse, adotamos a publicação da Editora Paz e Terra. A opção pela edição da Paz e Terra, de 2002, não foi adotada em face de questões de tradução que pudessem, por qualquer motivo, vir arroladas. O motivo se deu em restrito da nossa própria condição de acometimento por cegueira (degeneração dos cones e bastonetes da retina em ambos os olhos, devido processo derivado da doença retinose pigmentar). E, devido esta nossa especificidade; considerando ainda que ante aquelas paginações (ou falta de paginação fidedigna) dos livros que fizemos leituras, de várias edições de O 18; a formatação da editora Paz e Terra mostrou-se melhor adequada aos fins acadêmicos, a referência que, nessas condições, possibilitou um melhor citar o conteúdo do livro com propriedade e até mesmo permitiu se conferir, pelo programa de educação especial da Unioeste, junto ao material impresso do livro, a fidelidade e correção da adaptação do material de leitura para o caso de uma pessoa cega. Embora deste ter sido o motivo da adoção da edição da versão da Paz e Terra (2002), não desconsideramos a importância de um trabalho, que possa vir desenvolvido por outro pesquisador, relacionando estas duas publicações citadas, comparando-as com a da editora Abril Cultural, e ainda uma versão de O 18 de Brumário disponibilizada pelo Instituto Engels. Em tudo, considerando haver realmente algumas distinções em certas passagens de O 18 de Brumário nas citadas diferentes edições, como envolvendo conjuntos de termos e trechos da obra em que foram adotadas palavras diferentes, mas que só um estudo cuidadoso em termos filológicos pode responder com precisão das motivações para tanto.

(Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 11). Desse fato, o autor instrui que a liberdade e a igualdade dos interiores da sociedade burguesa lhe surgem como que querendo exteriorizar-se. O filósofo recorda que, na sua ascensão, a burguesia mobilizou as massas e reiteradamente as traiu e abateu.

E, nessa autoral análise de Marcuse, em atualização de O 18 de Brumário, a sociedade capitalista, em seu desenvolvimento superior, precisaria contar crescentemente: "com as massas, integrá-las na normalidade econômica e política, torná-las capazes de pagar e (até certo ponto) inclusive de governar" (Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 11). Apesar de Marcuse reconhecer que em O 18 de Brumário Marx ofereceu uma suficiente explicação para a determinação que levou aos planos e práticas dos sujeitos que verdadeiramente alçaram Luís Bonaparte ao poder, as massas dos pequenos camponeses, ao mesmo tempo, mantêm esses caros aspectos ausentes em maiores alusões.

Também nos pareceu ausente uma importante e possível preocupação por apontar e discutir o clássico teor do conteúdo de O 18 de Brumário, particularmente, ao aproximar elementos relacionados com a interpretação da teoria da revolução permanente de Karl Marx, conforme a condução empenhada pelo movimento bolchevista na Europa, o posterior bloqueio e desvio, conforme foi adotado pelo Estado soviético stalinista, o que acabou por comprometer o programa do bolchevismo clássico – em Lênin e Trotsky, orientação da organização comunista internacional que veio, então, substituída pela ideia de socialismo em um só país.

Nessa ausência, o prólogo de Marcuse parece até ter desconsiderado esses caros temas, como se tais questões não incidam e mesmo decidam o movimento de preparação, um andamento coerente, bem como possíveis resultados da organização proletária. Marcuse, nessa estranha ausência de tratamento, ao ler dos fatos desdobrados na França de meados do século XIX, arrisca sugerir como que aqueles acontecimentos todos tributados, a própria derrota do operário francês em meados de 1848, aos próprios trabalhadores isoladamente, como que independentemente dos contornos tão bem trabalhados por Marx em O 18 de Brumário e em outros de seus textos publicados naqueles anos, com destaque aos termos decididos, redigidos e orientados nas sentenças do Manifesto do Comitê Central à Liga dos

Comunistas, conforme divulgado entre as organizações comunistas no início dos anos de 1850.

A Respeito da derrota do movimento proletário revolucionário francês, Marcuse alude apenas que:

O compromisso da dialética marxiana com a realidade impede o seu compromisso com o dogma: talvez em nenhuma outra parte a distância entre a teoria marxiana e a atual ideologia marxista seja tão grande quanto no reconhecimento da "abdicação" do proletariado em um dos "anos mais esplêndidos de prosperidade industrial e comercial". A - Adulação do direito ao sufrágio universal excluiu os trabalhadores "de toda e qualquer participação no poder político". "Ao se deixarem conduzir pelos democratas frente a um acontecimento como esse e ao esquecerem o seu interesse revolucionário por força de uma sensação momentânea de bem-estar, eles renunciaram à honra de ser um poder conquistador, submeteram-se à sua sina, comprovaram que a derrota de junho de 1848 os havia incapacitado para a luta por muitos anos (Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 13).

Mas, estranhamente, o que Karl Marx redigiu em O 18 de Brumário, não foi que os trabalhadores se perderam pelo sufrágio ali. Os resultados do sufrágio, ao contrário, mostravam sua força, a qual não deveria vir ali dirigida e ou entregues absolutamente em meras apostas na Segunda República democrata.

Aliás, diferente do que redigiu Marcuse em seu prefácio, o movimento operário de meados de 1848 não se entregou ao parlamento burguês democrata. E, disso, absolutamente por sua postura, veio atacado pelas forças policiais do Estado Capitalista francês da época: mediante a prévia autorização do parlamento democrata, é preciso recuperar. Mas foi diante desse dado, não do fato em si, que o filósofo não poderia jamais o desconsiderar: a verdade o desmentiria. Todavia, querendo dar ao entendimento de seus leitores que teria, apesar da argumentação ausente, dado conta de comentar acerca das tarefas que Marx se colocou na obra, e pretendendo, talvez, ir um pouco além de Marx, Marcuse propõe apenas uma vaga sugestão em adaptação do conteúdo do livro de Marx para a contemporaneidade, tempo no qual a ideologia marxista se chocaria com o que ele nomeia pejorativamente por dogma, ortodoxia.

Nesse cuidado, é importante dialogarmos, ainda que muito brevemente, o que, enfim, representa o conceito de ortodoxia, que tem sido comumente traduzido enquanto rusga do passado já superadas, embora a ortodoxia, como bem se reconhece, representa e sustenta apenas o arco que exige rigor e alta disciplina: observação, percepção, organização, análise, revisão, síntese, superação, negação etc. Em suma, um rigor na investigação, desde a apresentação do problema, nas precárias análises iniciais, ao longo do seu desenvolvimento, conclusões preliminares, possíveis afirmações etc.

Esse exercício requer, por exemplo, a verificação dos interesses da classe operária e os distintos anseios da burguesia, para fazer com que o observador reconheça os objetos que sofreram fortes afecções, ao mesmo tempo que dependiam de serem impulsionados, paralisados e ou empurrados nos movimentos em choque, além de suas suficiências, impedimentos, dificuldades, legítimas ou induzidas, condicionadas, desviadas, procuras, reencontros, separações, enlaces, arrastes, espiral em dependência de verdadeiros desenvolvimentos causais, não causais ou, se prejudicados, comprometidos, impedidos em causais metafísicos, ou seja, um denso processo com inúmeras variantes, processos reais e ou ausências em modos afastados, apartados, de aproximação e em distância latente, enquanto transcorrências complexas aos inexoráveis determinantes históricos constituintes dos atos contraditórios e negativos em luta de classe que envolve o proletariado e a burguesia.

Diferentemente da crítica atenta de Marcuse, um pensamento disciplinado e rigoroso requer uma exposição lógica, que não parta do pressuposto de ter resolvido todas as questões, sem considerar as observações feitas ao longo do estudo. É importante reconhecer que, embora algumas questões possam parecer insolúveis à primeira vista, especialmente para os trabalhadores e camponeses, como erroneamente interpretado no primeiro parágrafo de O 18 de Brumário, é necessário abordá-las com uma compreensão mais ampla.

E apesar do esforço de interpretação e seus comentários oportunos, avaliamos que Marcuse não tratou suficientemente dos próprios fundamentos da teoria marxiana, esta tocada e ferida pelo marxismo oficial stalinista ou, como hoje, também em termos danosos, se percebe afastada do pensamento

clássico comunista, conforme veiculado em vários agrupamentos marxistas reformistas, estes sujeitos últimos que confundiram ou substituíram a organização da luta de classes revolucionária (luta que, certamente, carrega sérios riscos de derrota, como a história europeia da época de Marx bem retrata claramente) por um marxismo do tipo ideológico, democrático palaciano, em que se pretende, por meio das supostas fraturas na ossificação do Estado capitalista, encaminhar-se pacificamente à luta de classes por meio do parlamento, executivo e judiciário burguês (abordaremos este sério problema no segundo capítulo de tese, conforme proposto em Domênico Losurdo e, especialmente, em Nicos Poulantzas).

E se se pode mesmo estabelecer, como recorda Marcuse, ao lembrar que Marx teria indicado contra uma minoria que o locava, "no lugar da visão crítica", uma "visão dogmática" e, no lugar da avaliação materialista, tentava assim forçar uma avaliação idealista da situação", Marx lhes combatia e lhes corrigia, indicando ser preciso permitir a educação dos trabalhadores: "Vós deveis apostar quinze, vinte, cinquenta anos de guerras civis e entre nações para transformar não só as condições imperantes, mas também a vós mesmos e capacitar-vos para a dominação política [...]" (Marcuse, 1965, *apud* Karl Marx, 2011, p. 14).

Apesar de estar parcialmente correto o conteúdo, o que Marx alude não diz respeito à prática do dogma marxista revolucionário. Ao menos, Marx não se dirigiu para uma organização revolucionária do proletariado com consciência avançada e disposição para organizar, preparar e lutar diretamente pela revolução proletária mundial.

O próprio pensamento de Poulantzas (1980, p. 92), ainda que encerrado numa perspectiva reformista, reconhece que a monopolização pelo Estado da violência armada como unicamente legítima, que resulta num elemento favorável determinante ao próprio poder de dominação, ainda que esse aparato policial se encontre em sua forma de treinamento, guarda ostensiva, de simples mostra de poder, de intimidação.

Assim, para Poulantzas, o armamento de estruturas policiais do Estado constitui e corresponde ao "papel dos dispositivos de organização do consentimento", em que poder e lutas se atraem e se condicionam mutuamente (Poulantzas, 1980, p. 92). A própria "concentração da força armada pelo

Estado, o desarmamento e a desmilitarização dos setores privados - condição para estabelecimento da exploração capitalista – contribuem para deslocar a luta das classes, de uma guerra civil permanente de conflitos armados periódicos e regulares, para as novas formas de organização política e sindical das massas populares" (Poulantzas, 1980, p. 92).

Nicos Poulantzas faz, também, referência de como as novas formas de dominação seriam superiores, uma vez que até ele, um declarado comunista que reinterpreto o conceito de Estado afirmado por Karl Marx, reconhece que enfrentar as revoltas da população trabalhadora, durante greves, comparado ao enfrentamento policial de até pequenas revoltas operárias, pode resultar em "eficiência relativa" (Poulantzas, 1980, p. 92).

Mas não é Nicos Poulantzas quem melhor nos empresta argumentos para criticar essa ideia formulada por Marcuse sobre a organização trabalhadora e guerra civil. Trotsky (1985, p. 126) discute que, ao contrário de Stalin, Lênin nunca teria se oposto à pressão do proletariado europeu sobre os governos burgueses à conquista do poder pelo proletariado na Rússia durante o processo de preparação e andamento da revolução de outubro.

Diferentemente do que permite compreender Marcuse, Trotsky alertou que Lênin estabelecia a pressão proletária sobre a burguesia de seus países capitalistas enquanto um caminho direto para o alcance do imprescindível auxílio, o auxílio concreto, que adviria não de uma pressão abstrata, estrito democrática, mas sim, decisivamente, por outros golpes mortais ao capital, em radical ampliação do cenário revolucionário externo, em absoluta coerência com o programa da revolução permanente de Marx. Leon Trotsky chamou atenção para o aspecto de Lênin ter afirmado, categórica e repetidamente, que "não poderíamos manter a democracia (nem a democracia!) sem a revolução socialista na Europa" (1985, p. 126).

Nos anos de 1917 e 1918 e nos anos seguintes, lembrava Trotsky que Lênin sempre estimou e teria encarado o destino da revolução soviética em ligação à revolução socialista já iniciada na Europa. Conforme cita diretamente Trotsky, Lênin reconhecia categoricamente que "sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda" (Trotsky, 1985, p. 126). Trotsky registra que Lênin afirmou isso em 1918, e não na época do "nível econômico de 1905,

não se referindo aos decênios futuros e, sim, a um prazo mais próximo, de alguns anos, senão de alguns meses" (Trotsky, 1985, p. 126).

Portanto, quando Trotsky crítica a tese do socialismo em um só país, ao afirmar a questão central da liderança de processos revolucionários pelo proletariado, citando inúmeras vezes Lênin, ele dimensiona o destacado bolchevique que: "O imperialismo mundial (...) não poderia, de modo algum e em nenhuma circunstância, viver ao lado da República Soviética (...) O conflito seria inevitável" (1980, p. 126).

Como se denota, os termos redigidos por Marcuse encontram-se bem distantes das experiências reais dos trabalhadores em guerra civil, em preparação de possíveis futuros levantes revolucionários. A esse propósito, nos seus relatos, Trotsky perguntava aos epígonos da sua época sobre o tema do conflito entre capital e trabalho, luta de classes em verdade, ao respondia, de imediato e sustentando a conclusão, que ali naquelas verdadeiras guerras civis, teria então concluído Lênin, se vivo ainda estivesse questionando seus críticos Trotsky: seria a esperança pacifista na "pressão" do proletariado e na "neutralização" da burguesia externa (Trotsky, 1985, p. 127). Ao contrário, Trotsky deixa claro que não: "a conclusão é esta, afirmada por Lênin nos anos de 1918, 1919 e seguintes: "A maior dificuldade para a revolução russa reside (...) na necessidade de provocar a revolução mundial" (Lênin, Obras Completas, Vol. XV, p. 126, *apud* Trotsky, 1985, p. 127).

Ainda sobre o tema intentado por Marcuse, Trotsky deixa a reflexão sobre o tema guerra civil, assim como Lênin já havia explicado ao fazer um retrospecto da revolução no III congresso da Internacional Comunista, que os bolcheviques compreendiam perfeitamente que a vitória da revolução era impossível (na Rússia) sem o apoio da revolução internacional e mundial, tanto antes como depois da Revolução, e pensava: "ou a revolução irrompe, se não imediatamente, pelo menos muito breve, nos outros países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, ou então estaremos condenados a perecer" (Atas do III Congresso da Internacional Comunista, p. 354 da edição russa, *apud* Trotsky, 1985, p. 127).

Nesse mesmo, congresso, Trotsky ratifica que Lênin pronunciara, numa grande sessão privada das delegações, um discurso contra as tendências à passividade e à expectativa. Em resumo, Lênin teria indicado: "Não se metam

em aventuras, mas, ao mesmo tempo, tratem de andar depressa, meus caros amigos, porque não é possível aguentar muito tempo só com a "pressão" (Atas do III Congresso da Internacional Comunista, p. 354 da edição russa, *apud* Trotsky, 1985, p. 127).

Assim, ao que nos sugere o trecho citado por Marcuse, quando Marx se refere ao tema da guerra civil, como nesta e em tantas outras fontes de Marx, Lênin e Trotsky, os períodos de guerra civil podem estar inseridos tanto enquanto guerra civil, em forma de ataque direto aos levantes proletariados, como em reações prévias e ostensivas por parte dos policiais do Estado, em prevenção burguesa aos atos de organização e expansão de agrupamentos e círculos comunistas; ataques como aqueles que tantos comunistas russos e europeus e o próprio Marx sofrera, mais de meio século antes, sobretudo pelas rondas e pelos assaltos oficiais da polícia canina capitalista, precisando o próprio Marx fugir de vários países, somando-se a esse fato centenas que não conseguiram escapar para outros países, que acabaram presos, torturados, ou mesmo assassinados pela guerra civil burguesa, mesmo antes de conseguirem assentar sequer uma necessidade futura de se vir precisar organizar qualquer barricada proletária armada.

Isto posto, guerra civil, em Marx, se bem entendida a teoria da revolução permanente do filósofo, não se restringe a guerra de classes direta no pós levante e vitória de uma revolução proletária, contemplando, também, quando os exércitos brancos burgueses se unem e atacam os trabalhadores no poder político e do Estado, quando os trabalhadores se organizam em transição reta para derrubar por completo o Estado burguês. Guerra Civil, para Marx, Lênin e Trotsky, reúne e relaciona todo o processo de aproximação, organização e andamento dos processos envolvidos no percurso histórico da revolução proletária. Desde muito cedo aproximando, assentando e aperfeiçoando crescentemente as condições, por meio das lutas, em recuos ataques dirigidos ou que desdobrassem reações burguesas, representando, dessa forma, guias aos embates de classe, o que requer estudo da realidade, a fim de se alcançar meios para a tomada e conservação do poder nas mãos dos trabalhadores.

Aliás, nesse tema, o livro O 18 de Brumário é magnificamente suficiente e instrutivo, mostrando que a burguesia precisou combater o absolutismo feudal ainda resistente entre o final do século XVIII e ao longo do XIX, na

França e demais países europeus, na afirmação e consolidação de sua revolução – a boa toupeira referida por Karl Marx ao se referir ao período posterior a dezembro de 1851, aproximadamente pelos 20 anos seguintes (Padial, 2021). Tais condições e necessidades clássicas burguesas, exigiam, em seu instinto de preservação, ainda que de um estado incompleto, encerrar a sua própria república, seu parlamento democrata, mas não sem antes este deliberar e oferecer a autorização para o Estado burguês assassinar o proletariado, como se deu naquele junho de 1848.

Ou seja, como ocorre com a própria burguesia, também o proletariado, ao estabelecer uma organização independente e liderada por seu partido, adota um programa político claro, visando se fortalecer para confrontos diretos com a burguesia. Isso se manifesta por meio de organizações maduras que buscam criar uma dualidade de poder com o Estado Burguês, por meio de conselhos operários e células comunistas. O objetivo é enfraquecer o poder da burguesia e expropriar os meios de produção, culminando na abolição da propriedade privada e do Estado. É inevitável que o proletariado revolucionário, para se defender, também precise atuar contra seus oponentes, evitando ser caçado, assassinado ou aprisionado pelas forças burguesas. A história mostra que a burguesia recorrerá a qualquer medida para manter seu poder, incluindo assassinatos e repressão, se não houver uma resposta adequada por parte do proletariado.

Nesse sentido, o próprio conteúdo de O 18 de Brumário, muito diferente da interpretação que criticamos do marxismo ocidental, parece suficiente para relacionar e permitir o entendimento de que não se desenvolvem conflitos de classes decisivos sem um contexto político que exija tais armas, de ambos os lados – por parte da burguesia ou da legítima luta revolucionária proletária. Talvez, a única forma desse propósito se mostrar, ainda que de modo apequenado, seria os intelectuais e grupos marxistas ocidentais proporem rupturas românticas com a sociedade de classes por meio de ações circulares nos palácios da própria burguesia. Até porque, nessa intenção, a ofensa será alta aos poderes que realmente representam o capital, forças econômicas e armadas igualmente demonstradas por Marx em O 18 de Brumário e em outras de suas obras. O aparato armado estatal burguês encontra-se totalmente útil, ativo, e radicalmente disciplinado, portanto, disposto em cumprir toda e

qualquer das tarefas que lhe serão exigidas pelas classes dominantes, tanto dentro como para além dos parlamentos, palácios e salões nobres da democracia burguesa – destacamos que para alcançarmos essa conclusão, também o conteúdo de O 18 de Brumário é mais que suficiente.

No mais, e no radical, bem entendida, a citação de Marx, na percepção de Marcuse, criticada aqui em partes, situa e se dirige aos quadros anarquistas e socialistas utópicos, que sim, diferente dos comunistas revolucionários, acreditam ser possível alcançar a direção da sociedade sem derrubar o Estado Burguês e aniquilar os comandos oficiais das forças armadas e de toda polícia em horda oficial em serviço do capital. Mas, reconheçamos, também, que essa é uma crítica que não cabe mais apenas ou centralmente aos segmentos proletários e intelectuais anarquistas. Como mostraremos adiante, o marxismo reformista ocidental tem concorrido – e até superado – com o pensamento anarquista. Uma vez que, se grosso modo, o pensamento anarquista ignora o Estado, não considerando, de forma suficiente, as armas do Estado, mas, de todo modo e indiscutivelmente, crítica e entende as barreiras e dotações societárias impostas pelo Estado. Já por seu modo, o marxismo reformista ocidental tem crescente e absurdamente tentado afiançar as possibilidades possíveis de emancipação do proletariado por dentro do próprio Estado capitalista.

E isso porque qualquer organização comunista revolucionária precisa reconhecer e dominar aquelas sérias preocupações de Marx. As quais, sim, são de Marx, mas precisam estar presentes em qualquer membro militante comunista revolucionário. Essa é uma condição indesviável em uma militância, uma entrega de vida efetiva e que, muitas das vezes, sangra até a morte: muito diferente do mero âmbito acadêmico e intelectual abstrato da sociedade democrática em seu pulso fraco.

Ainda traremos melhor essa não inovação do marxismo reformista. Apenas para concluir esse item de transição de nossos escritos introdutórios, queremos retomar e apontar que, apesar dos círculos comunistas e seus quadros intelectuais dominarem como poucos os conceitos e limites expostos por Marx; apesar de consciência absoluta da distância das batalhas mais decisivas em cada ação, em estudos de possibilidades e bloqueios tantos, em todo e não qualquer curso de formação, em cada intervenção das mídias do

partido, em cada diálogo com operários e camponeses: em todos esses mínimos atos e outros tantos prévios encaminhamentos necessários, sempre, essas e outras atividades se aproximam para fomentar, criar e aproximar as condições subjetivas para se edificar um ainda distante confronto, quando precisará o proletariado, muito conscientemente, enfrentar as armas dos exércitos brancos que virão, do nível interno e externo, em guerra civil de classes.

Desse modo, todos os atos e organização efetiva dos trabalhadores já aproximam, distantes que estejam, a preparação e o apuramento das necessárias e dependentes posições proletárias, por mais longe que se mostre uma direta tomada do poder por parte do proletariado. E a burguesia e a pequena burguesia, por seu lado, reconhecem muito bem esses fundamentos e movimento, por isso mesmo atacam ou permitem, do parlamento burguês, dos intelectuais de alto nível assentados na academia crítica, o ataque a essas organizações e seus simpatizantes, apoiadores externos, desde os primeiros e mesmo meros atos abstratos em organização ainda não suficientemente clandestina.

Essa organização jamais se aproxima em uma espécie de dança cósmica que prometa contornar as concretas e reais contradições capitalistas, e mesmo que se incline e clame por desculpas ante os supostos limites de uma não mais possível instalação de próxima guerra civil com a burguesia e seus incontáveis lacaios armados ou desarmados, atua com o poder artificial de autorizar o uso das armas do Estado contra os trabalhadores e suas organizações independentes.

Apesar das questões filosóficas relevantes trazidas por Marcuse, para além das colocações ponderadas pelo filósofo, leituras insuficientes de O 18 de Brumário têm interpretado essa obra em perspectivas sociológicas, historiográficas precárias ou em próprias e simplistas tentativas de domesticar o conteúdo da obra: isso caso não estabeleçam o próprio Marx enquanto um cativo e fiador das misérias intelectuais de nosso tempo.

Aliás, o realmente elogiável em algumas das teorias mais recentes do marxismo ocidental e o neomarxismo é a sua franqueza e honestidade: admitirem-se em seus escritos estarem procurando reinterpretar Marx, um dado ético importante e digno.

Nesses próprios cuidados nossos, ante as interpretações operadas pelo marxismo ocidental no conteúdo de O 18 de Brumário, tentativas e perspectivas que ao nosso sentir escapam e muito ao fiel e legítimo conteúdo do livro, o que pede o contraste da obra com o que se tem escrito sobre a mesma, dispomos, aqui na sequência, as formulações mais genéricas que se tem fabulado acerca dela, não escrito por Karl Marx, mas que tem tentado bloquear e redecodificar as palavras e sentenças do velho pensador comunista alemão.

### **2.3 Das apropriações e reinterpretações de O 18 de Brumário: a democracia e uma nova sociedade civil**

Com as críticas que tecemos até aqui, não afastamos o marxismo ocidental e quaisquer outros intérpretes de O 18 de Brumário o pleno direito de repensar, propor refutações, em parte ou no todo desta obra de Karl Marx. O que estamos por mostrar e criticar aqui reúne a procura do marxismo ocidental, outras afiliações teóricas, até mesmo esforços intelectuais mais difusos a essas leituras e revisões, para corroborar, em maiores ou menores graus, à obliteração do conteúdo de O 18 de Brumário.

Mais uma vez, todo leitor, intelectual e pesquisador têm o direito e mesmo o dever de propor atualizações de referências, mesmo das clássicas, já que não se trata de negar esse princípio básico e mesmo fundamental. Assim, os termos que aqui questionamos não se relaciona com esta importante ação intelectual, mas busca criticar as tentativas de se procurar assentar e propor argumentos dissertativos de duvidosa correspondência ao legítimo conteúdo da obra. Como veremos, essas leituras, comparando os termos que se escrevem, e, por outro lado, o que Karl Marx efetivamente escreveu, são alcançadas praticamente à medida de tentar retranscrever e alterar, completa e profundamente, o conteúdo do livro O 18 de Brumário.

Nesta parte introdutória ao problema, disporemos os elementos de nossa crítica ainda em termos gerais, sem fixarmos qualquer referência, ou referências, como que diretamente responsáveis por tentativas de apropriação

e reinterpretação de O 18 de Brumário. O objetivo, nesse caso, reúne o sentido de mostrar, da forma geral, como se tem manifestado tais termos: ideias gerais que entendemos enquanto inversões de O 18, sim, porém, de modo algum, oferecemos o entendimento equivocado desses autores inicialmente nomeados os únicos, e mesmo os principais responsáveis pelas alterações significativas no conteúdo deste livro de Marx.

Ao longo deste primeiro capítulo, restará, para as pessoas que tenham já presenciado alguma comum explanação sobre O 18 de Brumário, o que a nossa crítica sugere, ao menos em prol de se assentarem, em termos semelhantes aos mostrados por nós, aquelas formas das ideias pelas quais o livro tem sido apresentado, seja em atividades de salas de aulas, em seminários, artigos etc.: salvo elogiosas exceções, algumas dessas citadas ao longo de nosso trabalho, em especial, no capítulo terceiro da presente tese.

Deste modo, apesar de nossa perspectiva não mirar nenhum autor em particular para a crítica, o nosso procedimento dissertativo não proporrá qualquer barreira artificial de letramento em sentido de vir, ao mesmo tempo, erguer qualquer dificuldade ao entendimento e identificação do que estaremos aqui reclamando. Ao contrário, por se tratar de um vasto agrupamento de atores, intelectuais, comentaristas e intérpretes do conteúdo, nossas indagações acabaram por oferecer elementos e o espaço para que os nossos próprios leitores possam também se perguntar, ao seus modos e pautados em suas próprias experiências, acerca da forma pela qual O 18 de Brumário lhes foi instruído, e disso, com autonomia, poderão ponderar sobre o grave problema que reúne e resulta nas nuances das reinterpretações reformistas estritas democratas em torno deste livro de Marx.

Dito isso, nos dois primeiros capítulos de tese, mostramos alguns exemplos dessas interpretações, de nomeados e citados, bem como, por necessidade e separadamente, colocamos em tela e em perspectiva de superação um dos principais autores base da fundamentação dessas reinterpretações mais gerais, conforme presente e orientado pelo livro O Estado, o poder, o socialismo, de Nicos Poulantzas (1980).

Quanto à escolha, selecionamos Nicos Poulantzas por dois motivos, o principal é pelo fato de o autor representar um pensamento intelectual elevado, destacado aos demais, o qual não temeu quando procurou sustentar o que

redigiu em perspectivas claras de reforma do pensamento marxiano. O segundo motivo é pela qualidade de seus argumentos, os quais exigem o reconhecimento do que Poulantzas trata, em especial, ao refutar uma séria necessidade de crítica para com essas perspectivas reformistas poulantzianas.

Notadamente, ao criticá-lo, melhor damos conta das tarefas que nos colocamos ao longo destes dois primeiros capítulos de tese: mostrar os traços gerais, entender e criticar o pensamento superior, sobretudo em comparação ao muito e vasto do que foi assentado nas largas e quase infindáveis margens do marxismo ocidental reformista.

Portanto, estamos afastando qualquer necessidade de maior contato, que não seja a mera sugestão por leitura passageira, no que tange à construção das ideias reformistas do Estado capitalista em suas quase infindáveis tentativas de formulações e argumentações acerca de O 18 de Brumário, de Karl Marx.

Apesar disso, do muito de tempo dedicado na leitura dessas formulações mais soltas, para não sermos acusados de não termos usado ao menos algumas alusões, a partir daqui, em caminho para nossa crítica aos princípios e formulações centrais da concepção marxista reformista em Poulantzas, situamos e dedicamos algumas letras em comentários críticos gerais acerca de interpretações que tentam relação com trechos legítimos formulados por Karl Marx. Para tanto, é preciso recuperar, como já acenado, que as tentativas de reinterpretação do marxismo ocidental provocam certo espanto em seus leitores: e para nós não foi diferente. No início, até pensamos que se tratava de livros distintos. Isso porque, apesar das bonitas flâmulas presentes no marxismo ocidental reformista mais geral, os termos originais trabalhados pelo autor encontram-se, conforme mostraremos, em absoluta distância dos pleitos perseguidos pelos intelectuais marxistas ocidentais.

Como temos insistido até aqui, em O 18 de Brumário, Marx retrata a democracia burguesa e o parlamento fragilizado da Segunda República francesa enquanto estruturas absolutamente modestas, ideias e grupos assentados e movidos em círculos viciosos, com intentos estreitos e presos aos palácios, gabinetes, salões e mesmo nas ruas e agremiações dirigidas pelos socialistas vermelhos franceses da época. Essas notórias mostras de Marx encontram-se dispostas, explicitamente, desde as primeiras páginas de O

O 18 de Brumário, iniciado pelo autor estabelecendo caras questões que o marxismo ocidental reformista contemporâneo precisaria revisitar e tentar minimamente conjugar, respeitando a letra fonte: em sentido de, ao menos, relacionar essas ideias com suficiência, o que pode conduzir ao fiel entendimento das passagens da obra. Assim Marx inicia seu livro O 18 de Brumário:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845 - 1851 pela Montanha de 1793 - 1795, o sobrinho pelo tio (Marx, 2002, p. 21).

Desde o principiar de O 18 de Brumário, Marx registra que os homens fazem sua própria história, mesmo não a encontrando como querem. Ou seja: "não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 2002, p. 21). Em suma, entendamos: "à tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (Marx, 2002, p. 21).

No entanto, as mais variadas alas do Marxismo reformista não tomam estas duas passagens de Karl Marx, muito menos a segunda, para mostrar a necessidade de se desvelar e afastar fragilidades e insuficiências junto ao programa e ações de organização dos trabalhadores. Pelo contrário, o sentido tomado e fomentado pelo marxismo reformista, não apenas o marxismo vulgar, consiste em convidar, e até mesmo afirmar, simplistamente, que supostamente o passado determinaria as lutas proletárias, detendo inexoravelmente uma tal capacidade de guiar o próprio presente.

Ante uma leitura teológica bíblica, tem-se permitido - o próprio marxismo ocidental reformista se permite - não apresentar, não trazer e, conseqüentemente, sequer discutir legitimamente aquilo que o próprio autor de O 18 de Brumário elenca em tese já nessas duas citadas passagens.

As interpretações reformistas ocidentais distorcem o verdadeiro conteúdo filosófico de Marx em "O 18 de Brumário", sugerindo que ele estava criticando o passado e as heranças culturais como limitantes. No entanto, Marx

estava na verdade reconhecendo e até justificando as ações dos democratas pequeno-burgueses e dos camponeses que contribuíram para a derrota da luta revolucionária dos operários franceses em 1848.

Marx nos mostraria, conforme o possível entendimento do marxismo ocidental, aqueles contextos alcançados e complicados desde a conformação da própria conduta dos camponeses, massa que, na sua imensa maioria<sup>4</sup>, veio oferecer, na França das luzes, a representação popular para as vitórias de Luís Bonaparte: uma história, para o marxismo ocidental, indesejável, como que limitada e fadada ao fracasso pela própria herança maldita do passado reacionário que tomava o cérebro camponês, pura e inelutavelmente, dada suas condições estritas clássicas.

A apropriação em sua inversão não observa, por exemplo, que Marx aponta à possibilidade de existência de não apenas um movimento camponês, mas sim de dois diametralmente opostos, que podem exercer papéis profundamente distintos na luta travada entre a burguesia e o proletariado francês e europeu da época (europeu, no geral, ante a necessidade de relacionamento da teoria da revolução permanente em Karl Marx).

Essa distinção, bem como os diferentes movimentos camponeses, exigem outras duas mínimas considerações iniciais: em Marx, o destino do camponês pode vir trilhado fora das poeiras do passado rural; o seu caminho não reúne um destino canônico, religioso, metafísico: podendo, de maneira difícil, traduzir-se em uma trajetória arrastada, associada ao movimento operário revolucionário, em caminhada e associação não autônoma que depende da correlação de forças em luta de classes, da organização do movimento proletário revolucionário em permanência.

Nesta perspectiva, não considerada pelo marxismo ocidental reformista, se o movimento proletário não estiver suficientemente preparado para a associação entre operários urbanos e camponeses revolucionários - uma condição que é absolutamente impossível de ignorar, considerar ou se desenvolver fora do próprio movimento antagônico e dialético em sua composição política, temporal e dialética, tendendo para uma organização e

---

<sup>4</sup> Marx em O 18 de Brumário elenca um outro e distinto camponês, pequeno, não desenvolvido, entretanto, absolutamente latente ali, enquanto o possível de vir desenvolvido: discutiremos essas relações e suas dependências nos últimos dois capítulos de nosso trabalho.

avanço do programa proletário – pode resultar na manifestação de fatores predominantes instalados na França e em vários outros territórios e momentos históricos. Na ausência ou insuficiência da organização do movimento proletário, os camponeses tenderão a seguir trilhas conservadoras, ficando aquém dos modestos anseios e dos passos tímidos da burguesia latifundiária.

Diferentemente da interpretação feita pelo marxismo ocidental, que se apropria e reinterpreta, Marx, ao estabelecer suas primeiras alusões em "O 18 de Brumário", explora como a vitória de Bonaparte se consolidou na derrota do projeto socialista dos operários e na incapacidade concorrente do parlamento da Segunda República francesa. Na visão de Marx, a derrota dos operários em meados de 1848, em concorrência com os passos da II República, cria as condições que conduzem os camponeses a um destino conservador. Nessas circunstâncias, uma vez que os operários são derrotados e não têm outra orientação, os camponeses seguem em massa para os senhores proprietários de terras, o que leva a burguesia, de forma justificada, a dissolver seu próprio parlamento e a recorrer a meios não convencionais, como o golpe de Estado de 02 de dezembro de 1851.

Assim, seguindo os rastros do passado, atualizados nas heranças mais recentes, estabelecidas e sustentadas pelo próprio marxismo não revolucionário, as poeiras se tornam ainda mais densas, poluindo e comprometendo quase totalmente o acesso ao oxigênio, sufocando os operários urbanos e mantendo os potenciais camaradas camponeses em uma condição política estritamente rural e medíocre.

Para isso, o marxismo ocidental exerce uma estratégica posição: ao contrário de esclarecer aos trabalhadores, os posiciona enquanto um próprio artigo de conforto ao cavaleiro que ferra o animal que carrega a sociedade toda nas costas: ninguém mais que os trabalhadores operários urbanos e os trabalhadores camponeses.

Para uma melhor inferência genérica ao grosseiro e absoluto desvio na interpretação adotada pelo marxismo ocidental, citemos outras primárias passagens de Marx em O 18 de Brumário.

É importante, antes, acenar que não se trata de uma possível falta de atenção por parte dos comentaristas da obra, alinhados ao marxismo ocidental, uma vez que os destaques abaixo se seguiram imediatamente ligados aos

trechos citados pouco acima, sendo impossível uma ideia de não leitura do seguinte trecho.

Com essa observação, sigamos sobre o tema dos limites dados e tropeços das forças que não se aproximaram dos operários assassinados em 1848 (na visão do marxismo ocidental ao menos), forças as quais colaboraram fortemente nos anos seguintes para o contexto que aplacou a França das luzes. Nessa relação, muito diferente dos termos aludidos pelo marxismo ocidental, o que realmente Marx escreve e registra ali, filosoficamente comentando suas próprias palavras, podem ser resumidas assim:

justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada, as novas cenas da história mundial. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela (Marx, 2002, p. 21-22).

Essa pequena passagem já nos serve para começar mostrar que contam na construção do novo, do futuro, distante que se esteja, não a saudação aos determinismos bíblicos. Indaga, ainda, de que o ator e ações, língua, consciências em andamento e afirmação, ali derrotadas, assassinadas e entorpecidas, Marx descreve e procura explorar nestes trechos afinal? Seria um trabalho de desenvolvimento da língua da burguesia, quem ali precisou seguir em frente anormalmente, também em face de seu próprio parlamento vacilante? Ou seria, talvez, a língua culta da pequena burguesia sempre presente, como aos mais pobres encaminhamentos propostos pelos democratas e demais transeuntes quase representantes de classe no parlamento francês da época? Ou, em ainda uma outra versão possível de

interpretação: poderia Marx estar se referindo a estratégia parcialmente equilibrada tomada pelo Partido da Ordem ante uma conjuntura modesta e cada vez mais fragilizada?

Uma leitura simplista mostraria que não se registraria em nenhum destes atores especificamente, isoladamente, dentre este elenco acima e outras flutuações. Ainda que do evidente e absoluto envolvimento de todo tipo de afecções menores, ordinárias e até mesmo aquelas mais discretas.

Nos citados trechos iniciais, Marx se dedica ao cerne filosófico presente na sua obra: como restou à parte dos camponeses, à massa camponesa e aos pequenos proprietários parceleiros oferecerem seus braços e nervos em apoio aos anseios mesquinhos dos Grandes proprietários de terras, justamente por não terem podido decifrar a linguagem revolucionária presente e impressa na língua procurada em voz pelos atos em levante dos operários franceses de 1848.

E, conforme o conteúdo filosófico do livro, surge, em consequência, a conduta camponesa de complicar até mesmo os passos da própria burguesia. Classe esta que precisou se articular ao Partido da Ordem para silenciar a montanha democrata estrita: um caminho, como se lê claramente em O 18, percorrido até a não evitada Ascensão de Luís Bonaparte ao Poder Máximo e despótico, posto junto ao Estado Francês, em 02 de dezembro de 1851.

Mas as perguntas e as dúvidas de nossos leitores, não integrantes da banca de qualificação e posteriormente da defesa do trabalho final, devem se seguir: mesmo porque estes temas todos já foram em todo lavrado por Marx, ao longo da própria obra de O 18 de Brumário. Contudo, ainda insiste uma questão maior: o que leva ao marxismo ocidental requerer tais passagens em estranhos conceitos e diferentes termos aos aplicados por Marx em sua própria obra? Seria uma mera leitura indevida de O 18 de Brumário, uma espécie de errônea compreensão? Entendemos que não é este o motivo da estranha apropriação e reinterpretação operada por parte do marxismo ocidental reformista.

Ao nosso sentir, isso se deve ao próprio girar do marxismo, pois, dos clássicos períodos revolucionários vividos na Europa por Marx e Engels, tantos outros comunistas do século XIX procuraram guiar os trabalhadores e suas organizações para a mera cultura democrata a fim de os manter e mesmo os

prender ao parlamento e ao Estado burguês. Esse dado tem determinado, por parte dos marxistas ocidentais, em sequer apresentar menções legítimas as teses marxianas clássicas as quais, diferente das nuances reformistas, orientam à necessidade de um programa operário autônomo para a revolução proletária, que não prenda o proletariado nos marcos da democracia estrita, em uma representação junto das câmaras parlamentares e, também, não concebe viável as propostas de uma suposta existência pacífica do proletariado em suas jornadas de luta e o Estado Burguês.

Em um contexto intelectual absolutamente magro, ante meras necessidades primárias, o Marxismo ocidental, em sua procura final aos palácios burgueses e tentando justificar o governo dos pequenos burgueses de esquerda eleitoral, contribui para que o proletariado mantenha-se preso em uma condição de sequestro de sua consciência revolucionária, tentando dirigi-lo e mantê-lo em meros pleitos por perspectivas de estreitas reformas de conservação e conserto capitalista, uma vez que elegendo o Estado enquanto um ente pelo qual se possa disputar as necessidades capitalistas, seria possível inserir e disputar, até certo ponto, anseios do proletariado.

Uma dessas perspectivas é a estruturalista, que tem como seu autor paradigmático Nicos Poulantzas<sup>5</sup>. Uma outra situara-se nos trabalhos mais recentes de Eric Olin Wright<sup>6</sup>, para Perissinotto, um representante de uma perspectiva cartográfica das classes sociais (Perissinotto, 2007).

Em Pericinato, uma terceira esfera de interpretação se basearia em determinações subjetivas no campo das configurações de classe e relações de classes: não situadas, contudo, em proposições análogas àquelas elaboradas e orientadas pelas organizações comunistas clássicas, no século XIX e nos anos que circularam a revolução bolchevique na Rússia, e que ofereceram os principais elementos de fundamentos e aos princípios da III Internacional Comunista, particularmente em Lênin e Trotsky.

---

<sup>5</sup> Essa perspectiva de Nicos Poulantzas trataremos em separado dos termos aqui: no próximo e imediato seguido capítulo de tese. Os referenciais com Poulantzas aparecerão neste trecho de nossa tese estritamente trazidos por comentaristas de O 18 de Brumário e ou mesmo alguma referência muito pontual por nossa parte.

<sup>6</sup> Essa perspectiva teórica, por sua vez, sequer será trabalhada em nossa tese.

Perissinotto alude que uma quarta versão, que ocuparia uma posição intermediária entre as correntes mencionadas por ele, se situaria na perspectiva da formação de classe, a qual registra, possivelmente, seu maior representante em Adam Przeworsky (Perissinotto, 2007). Em relação às perspectivas de Adam Przeworsky, essas ideias parecem sugerir uma espécie de síntese diversa das demais comentadas por Perissinotto. E baseado nessas qualidades específicas, suas formulações estariam crescentemente sendo consideradas como teses superiores.

Tais proposições dialogam, mesmo que parcialmente e divergentes, com as teses de Adam Przeworsky<sup>7</sup>. Em Przeworsky, autor também comentado por Perissinotto (2007), o processo de formação da classe precisa ser tomado enquanto uma complexa transição, que supere o clássico entendimento de classe em si e para si (categorias clássicas claramente de Hegel, em sentido estrito, particularmente o Estado; e, de classe, classe operária, por Marx). Para sua conceituação, a definição de classe em si e para si reuniria uma conceituação, hoje, insuficiente. Uma vez que, para ele, o autor que também visita e interpreta ao seu modo o conteúdo de O 18 de Brumário de Karl Marx, informando, de sua reinterpretação, que as posições objetivas de classes, a classe em si, em condições clássicas e estritas, embora possam até identificar estritamente os diversos tipos de classe existentes na sociedade capitalista, estaria presa no que o autor entende por "processo objetivo de derivação de consciência de classe" (Przeworsky, 1989, p. 67-85).

Przeworski defende que essas determinações objetivas limitariam o estudo dos complexos fatores globais que permitiriam uma classe se transformar em ator político organizado e coletivo. Uma vez que, considerando as bases materiais sustentadas enquanto bases societárias fundamentais (condições que parecem estarem em dúvidas no pensamento de Przeworsky), o problema da organização e do movimento estaria já explicado por si só e previamente (Przeworsky, 1989). Ante aos conceitos e problemas trazidos acima, nos variados referenciais críticos citados, parece ser correto inferir que tais intelectuais e comentaristas, em geral, apesar de suas nuances próprias e autorais, convidaram para uma urgente atenção aos considerados cernes

---

<sup>7</sup> PRZEWORSKY, A. (1989). "A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classes". In: **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

difusos que exigiriam, por exemplo, em Przeworsky, entender "o como um grupo de indivíduos ocupantes de lugares torna-se uma coletividade em luta para a realização dos seus interesses objetivos" (Przeworsky, 1989, p. 85).

E para o próprio autor, existe apenas uma maneira de se situar corretamente nesse tabuleiro: defender a tese de que "as classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas porque constituem efeitos de lutas, e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção" (Przeworsky, 1989, p. 86). Conforme trazemos, também para Perissinotto (2007), as teses e pautas não clássicas de organização do proletariado restariam disso, hoje, sugeridas em reformulações, favorecidas em uma distinta orientação programática, ideias inovadas retiradas e desenvolvidas a partir de uma interpretação do texto de O 18 de Brumário, sendo possível, para Perissinotto, encontrar neste livro indicações-chaves das propostas de Marx para o reconhecimento da possibilidade de formulação de uma espécie de súmula, uma espécie de autorização para a adoção de instrumentos teóricos e programáticos capazes, nesse alargamento, resolver todas as barreiras em torno de uma perspectiva de análise de classe e da própria representação política das classes.

Perissinotto, aliás, nos propõe que O 18 de Brumário é, nesse específico, mais completo que o livro O capital, pois, neste, encontram-se apenas referências aos lugares objetivos (processo produtivo) constituintes das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista. Cita, ainda, a expressão de Ruy Fausto, para quem, "em O capital encontramos apenas as "classes em inércia" (Fausto, 1987, p. 203, *apud* Perissinotto, 2007). Nesse sentido, o aspecto mais interessante de O 18 de Brumário se situaria no fator de Marx propor uma análise de classe da política sem reduzir a sua luta política à dinâmica dos interesses econômicos imediatos de classe (Perissinotto, 2007).

Conforme essa interpretação, alude que os republicanos não seriam burgueses por causa do seu vínculo econômico, mas sim em função de uma visão de mundo, a qual atribuiu a ordem burguesa na França enquanto a única ordem social possível (Perissinotto, 2007, p. 80). Nesses termos, os republicanos burgueses, em O 18 de Brumário, seriam representantes de classe não em função dos interesses econômicos defendidos no parlamento, e

sim pela concepção de mundo e respectiva ideologia que professaram (Perissinotto, 2007, p. 80).

Perissinotto aponta, dessa forma, que a representação de classe não pode vir tomada como um simples exercício de ventriloquia, em que o representado manipula o representante, obrigando-o a verbalizar os seus interesses no interior das instituições políticas (Perissinotto, 2007). Mais do que isso, discute que o marxismo tem como obrigação não apenas identificar as relações de exploração que se estabelecem ao longo da história, entre produtores e proprietários dos meios de produção; mas, também, na medida em que atribui às relações de classe a condição de princípio estruturador da totalidade social, "analisar os mecanismos de dominação por meio dos quais as classes atuam na política" (Perissinotto, 2007, p. 81).

Ou seja, não só a luta de classes material e direta ofereceria a configuração às formas políticas de governo burguês, mas, também, as nuances nas configurações de formas políticas, conforme manifestadas no parlamento burguês, que sofreriam de variadas forças não derivadas em estrito apenas das energias advindas da luta de classes. Tais condições, abstratamente, afetariam, sobretudo, o movimento estratégico das classes. Perissinotto ressalta tal ponto, referindo-se diretamente ao conteúdo de O 18 de Brumário que, em sua interpretação:

Marx parece dar-se conta de que o Estado burguês e a sociedade burguesa mantêm entre si uma relação que transcende as influências subjetivas que a burguesia e seus membros possam eventualmente exercer sobre os agentes do aparelho estatal [...] o Estado cumpre a "função objetiva" de garantir a ordem material da sociedade burguesa sem que, para tanto, seja necessário que a burguesia esteja à frente do leme do Estado [...] A análise que Marx faz do período que vai de 1848 a 1851 revela que o movimento das formas políticas não é o reflexo mecânico da vontade das classes sociais (Perissinotto, 2007, p. 85).

Seria, então, para o autor, possível encontrar, em O 18 de Brumário, aquilo que Antoine Artous (1999, p. 168, *apud* Perissinotto, 2007) chamou de "dialética das formas políticas". Para esta concepção, com a qual Perissinotto parece concordar, a análise que Marx estabeleceu, ao contemplar o período de

1848 a 1851, nos revelaria que o movimento das formas políticas não resultaria de um acusado reflexo mecânico da vontade das classes sociais, "ao contrário, não raro, são as classes que buscam adaptar-se às novas condições políticas produzidas à sua revelia" (Perissinotto, 2007, p. 85).

Segundo Adriano Nervo Codato, a partir de 1930, verificou-se, nos pensadores neomarxistas, um avanço no desenvolvimento de uma teoria do Estado contrária ao que se atribuiu enquanto uma visão determinista e instrumentalista. Propondo este movimento intelectual, em substituição, a necessidade de redefinição do considerado já caduco conceito sobre o Estado burguês, conforme mostrado nos termos do Manifesto Comunista: um Estado estritamente burguês e policial, sob os mandos da classe dominante. Essa afirmação de Marx e Engels, no Manifesto, foi considerada uma perspectiva ultrapassada, por resumir as complicadas ligações entre as classes economicamente dominantes, atribuindo ao aparelho estatal os instrumentos de estrito "controle do segundo pelas primeiras" (Codato, 2004, p. 85).

É importante salientar que esse panorama teria exigido a reformulação da teoria identificada em Marx e Engels no Manifesto Comunista, devido às próprias críticas ao conteúdo atribuído ao manifesto, uma forma de mecanicismo tributado por Marx e Engels para com os supostos esquemas de estrutura e infraestrutura econômica e políticas. Nessa perspectiva de crítica, enfatiza-se às ideias de uma nova configuração das classes sociais, mais cultural e flexível.

A esse respeito, expõe Codato que, devido a essa curva, ao menos desde o final de 1960, observa-se uma menor aversão ao desinteresse sistemático pelas questões relativas ao poder e à política na problemática marxista, cenário fundamental para repor o problema do Estado numa nova chave interpretativa: "ela deu aos neomarxistas a oportunidade para focar o nível jurídico-político (diante do econômico) o aparelho do Estado (em relação à sociedade civil) e a prática política (frente à atividade econômica) enquanto objetos de conhecimento distintos (Codato, 2004, p. 85).

Essas perspectivas tendem atribuir ao conteúdo de O 18 de Brumário uma atenção especial para com as relações jurídico-abstratas transitadas no parlamento burguês, relacionando o Estado e as classes sociais, inominadas ou nomeadamente, em trilhas possíveis no campo da sociedade civil e na

representação parlamentar e de classe junto ao Estado Burguês. Também, procuraram reconstituir e justificar uma nova conceituação para o Estado capitalista, reinterpretando ou mesmo negando os termos clássicos do pensamento marxiano. Nesses novos horizontes, proposições diversas têm, de fato, formulado o Estado capitalista numa nova chave interpretativa que ofereceu, aos neomarxistas e marxistas ocidentais, a oportunidade para focar o nível jurídico-político, em detrimento ao suposto e isolado âmbito econômico, o criticado âmbito da infraestrutura material atribuída ao Marx e Engels do Manifesto Comunista.

O aparelho do Estado burguês é retratado, nesse distinto retrato, como operado pelo marxismo ocidental, em disputas possíveis e condições inéditas, se comparadas às teses marxianas clássicas, supostamente benéficas aos trabalhadores, pensando a sociedade encontrar-se em algum tipo metafísico de trânsito livre: trabalhadores que, supostamente, poderiam atuar enquanto atores generalizados, por meio de uma espécie de prática política no âmbito da sociedade civil organizada, capazes de minorar os condicionantes das relações de exploração assalariada capitalista, esvaziando-se, em consequência, os conflitos da luta de classes entre proletariado e os patrões burgueses, isto é, o metabolismo capitalista de produção como que suspenso, considerado enquanto meras condições incertas, sobre as quais, nessa teia, os trabalhadores urbanos e camponeses pouco ou mesmo nada poderiam se organizar em sentido de aniquilação do Estado burguês e da própria sociedade de classes assim pacificada.

Nesse ponto, Adriano Codato (2004) alerta para uma excessiva valorização do aspecto político nas análises marxistas e neomarxistas contemporâneas, possibilitadas, principalmente, por uma identificada "redescoberta" de O 18 de Brumário. O autor indica que essa forma de interpretação pode representar uma abordagem teórica muito flexível, que arrisca afastar a tese central na concepção teórica de Karl Marx, segundo a qual, as superestruturas políticas, ideológicas e culturais são condicionadas, em primeira instância, pela infraestrutura econômica e material da sociedade. Sobre o sério problema, lembra que o pretendido conceito de autonomia relativa do Estado "está longe de ajustar-se à noção marxiana de estrutura econômica", suspeitando que, em relação aos trabalhos históricos de Marx,

estudam-se, hoje, apenas enquanto textos políticos, a parte ou em contradição com a teoria marxiana no seu conjunto. "o aspecto comum às suas interpretações politicistas mais contemporâneas e de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte é, sintomaticamente, a supressão de toda menção à economia e a insistência na especificidade do político" (Codato, 2004, p. 86).

Para Codato, o resultado dessas proposições arriscadas é um tipo de cena a qual conteria também uma espécie de lição, apreendida dos acontecimentos transcorridos na França entre os anos de 1848 e 1851, enquanto relações capazes de solucionar ou ao menos iluminar o cenário político contemporâneo: com destaque na passagem do século XX e a este Início do XXI. Ao considerar essas formulações, nos indica alguns cuidados:

Ainda que a economia não comande absolutamente o comportamento das classes, o interesse puramente político submete-se, estrategicamente, ao interesse econômico geral da classe, o capitalismo, como regime de exploração econômica e como regime de dominação política. Nessa conjuntura precisa, a burguesia como classe, reconhece (ainda que não seja uma ação consciente nem racional) que para manter intacto seu poder social, é necessário quebrar seu poder político; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar tranquilamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, como as outras, à mesma nulidade política. O "econômico" tem, portanto, de ser tomado nesse contexto como o princípio base de organização da vida social que não deve ser contornado nem pode ser negado. Assim, o econômico não se confunde com "a economia" (no sentido de atividade econômica vulgar, como prática econômica ou como acontecimentos econômicos) e a "primazia do econômico refere-se ao papel determinante das estruturas econômicas, e não, a uma relação de causação simples entre razões econômicas estritas (motivações) e condutas políticas empiricamente verificáveis (Codato, 2004, p. 102).

Nesse sentido, para Codato, a superioridade da teoria original e legitimamente de Marx não estaria em reconciliar, mas sim em corrigir e submeter as aparências políticas à sua essência social. Afirma que, uma vez revogada essa confusão, analistas e protagonistas poderiam enxergar a realidade política tal como ela é: "uma luta entre as classes sociais. Tão só"

(Codato, 2011, p. 38). Ao aproximar uma interpretação sua da intenção da análise de Marx em O 18 de Brumário, desde o próprio estilo da argumentação deste, especialmente na sua postura diante dos autores rivais, propõe, por sua parte, um esquema de leitura de O 18 que considere os conceitos de “essência contra aparência”, procurando apresentar e sustentar uma compreensão acerca da análise marxiana na obra e como seu autor definiria o caráter e os limites do espaço político.

Mas, embora da sua boa procura, Codato parece não começar bem essa sua empreitada, visto que orienta que, antes de tudo, é necessário separar a disposição polêmica de Marx, qual seja, de sua disputa com os demais escritores políticos do período "(e a briga daí derivada por impor ao público a interpretação verdadeira do mundo social, a visão desassombrada dos fatos políticos, a essência das coisas contra sua aparência superficial do universo parlamentar etc.) do mecanismo explicativo e das categorias de entendimento presentes na análise dos acontecimentos da II República" (Codato, 2011, p. 38)<sup>8</sup>.

O que Codato pede, ao nosso ver, é justamente a supressão de partes caras do próprio e legítimo conteúdo de O 18 de Brumário que, em parte, ao menos Codato também parece pretender defender. Embora de seus cuidados, Codato parece perseguir a necessidade de levantar a existência de perspectivas que ele considera mais apuradas para a interpretação de O 18 de Brumário. Uma percepção da política que, por um lado, se mostra impedida de escapar de imediato às condições e relações econômicas, mas que consiga, por outro, se mostrar capaz de se relacionar com a suficiência realidade contemporânea do século XX e XXI.

Para Adriano Nervo Codato, a função de mediação entre o nível econômico e o nível jurídico-político tende a se realizar - tomando o caso francês como exemplo característico da política capitalista, de cinco modos combinados, cinco funções entendidas enquanto típicas do espaço político, distribuídas em quatro categorias: função social; função política; função simbólica e a função ideológica (Codato, 2011). Sobre os aspectos

---

<sup>8</sup> Codato registra em notas deste seu artigo que além de Victor Hugo (Napoleón le Petit), Proudhon (Le Coup d'État) e Ténor, Marx tinha em mente Charles Delescluze (De Paris à Cayenne), Hippolyte Castille (Les Massacres de Juin, 1848), Auguste Vermorel (Les Hommes de 1848; Les Hommes de 1851) e Gustave Tridon (Gironde et Girondins: la Gironde en 1869 et en 1793), todos os títulos saídos em 1869.

relacionados, Codato trabalha, inicialmente, acerca de que o espaço político seria o lugar da expressão refratada dos interesses sociais. Um espaço social em que a prática política registraria a própria luta pelo poder de governar. Ou seja, uma competição em termos legais, que traria como fundamento o sentido maior da primazia para legislar, e o poder da autoridade política para discursar (Codato, 2011).

Aqui, Codato, em parte distinto de outros comentaristas da obra, recorda que essa perspectiva não refletiria fatalmente o espaço social da luta de classes, ainda que o âmbito político não possa ser totalmente indiferente aos campos da luta de classes, anotando: "na análise política, não se pode estabelecer ponto a ponto a correspondência entre partido político e classe social, nem se deve fazê-lo a qualquer custo" (Codato, 2011, p. 54). Sobre o complexo tema, descreve que, no capitalismo, essa relação de classe ocorreria quando "os interesses sociais passam de um meio a outro" (Codato, 2011, p. 54).

Esses fatores reuniriam as principais condições para a dominação ideológica, vide as facções políticas adquirirem faculdades alegóricas de representarem a sociedade como um todo. E isso, conforme Codato, colocaria a possibilidade de eficácia política do discurso político "(o interesse geral), e essa refração é por assim dizer a função social da "cena política"" (Codato, 2011, p. 54). Logo, para o autor, essa capacidade de refração, que reuniria e sintetizaria a propriedade fundamental do mundo político, permitiria a produção de uma fratura na relação de representação, possibilitando a criação de um grupo puramente político, "no sentido genuíno do termo, isto é, sem conexões sociais de classe" (Codato, 2011, p. 54).

Ao procurar validar seus pressupostos, Codato convida que essa possível fratura se deveria às exigências específicas do espaço político, as quais estabeleceriam, como o próprio autor explica:

às suas regras próprias e aos seus movimentos característicos. Não deve, portanto, surpreender que as análises de Marx designem partidos sem base social, políticos que representam a si mesmos, ações legislativas compreendidas em função de seus próprios meios e fins etc. Tanto é assim que "os bonapartistas [...] não constituíam uma fração importante da classe

dominante, mas antes uma coleção de velhos inválidos supersticiosos e de jovens cavaleiros da indústria hereges" (...), mas o caso clássico aqui é o dos republicanos da velha guarda. Marx assegura que a certa altura do enredo, os representantes tricolores da burguesia francesa passam da posição de "partido" de classe à posição de "camarilha" política (...) Isto é, passam a agir em nome próprio e em defesa do seu próprio poder legislativo, e não conforme o mandato de um grupo social determinado (Codato, 2011, p. 54).

Aos termos de Codato (numa perspectiva que, ao menos em parte, nos parece com a leitura amarga e espirituosa promovida por Vitor Hugo, quem enxergou Bonaparte como um raio caído de um céu azul), aqueles acontecimentos foram fortes exemplos de como os estratagemas de variados valores corroboraram para que a figura grotesca de Bonaparte viesse ali submeter ao domínio reacionário a França das luzes. Observa, sobre as condições ali institucionalizadas, ter se constituído e entrelaçado tecidos em mostras inequívocas de que, apesar de governar por meio de uma Constituição (leis), o governo Bonapartista relacionava aquelas letras enquanto meras formulações, uma vez que essas letras constitucionais não conseguiam sequer atender, por exemplo, aos objetivos do campesinato parcelar (ator, como se reconhece, dos principais responsáveis para a chegada ao poder do chefe da Associação de Dez de Dezembro).

A respeito dessas questões levantadas por Codato, o seu parecer procura sustentar sua perspectiva e, para tal, cita uma grande passagem de O 18 de Brumário, ao mesmo passo que comenta as ações exercidas pelos camponeses e os resultados imbricados:

(...) ocultavam-se atrás da figura mítica do verdadeiro Bonaparte, depositando seus sufrágios na figura desse pseudo – Bonaparte, que deveria representá-los ideologicamente; e esse pseudo – Bonaparte ocultava, por sua vez, o fato de que ele mesmo não representava de fato os interesses reais dos camponeses, mas seus próprios propósitos políticos (tornar-se um ditador através de um golpe de Estado) e, por tabela, os desígnios políticos "objetivos" da sociedade francesa. Ele deveria, através dessa ditadura, garantir "a ordem civil" (isto é, a ordem burguesa; 18 br., p. 540) numa conjuntura em que nenhuma das frações dominantes, a fidalguia financeira, a burguesia industrial e a aristocracia da terra, haviam conseguido encontrar, através de seus representantes

parlamentares, uma solução constitucional. Esse jogo de espelhos é bastante complexo e é feito de uma comédia de enganos e autoenganos. As forças sociais nunca estão onde deveriam e as forças políticas nunca são aquilo que parecem. Os interesses reais das classes parecem então só se realizar, no espaço político, de maneira equivocada. O "formidável partido da ordem", escreve Marx, dividido em suas disputas dinásticas, "viu-se obrigado, para sua vergonha", à medida que evoluíam os acontecimentos políticos entre 1850 e 1851, "a levar a sério o pseudo – Bonaparte, esse personagem ridículo e ordinário que lhe causa horror" em nome da tranquilidade social (CF, p. 341). Sua representação política era, portanto, o oposto do que gostariam seus homens políticos e de letras, mas o possível em face do que exigiam "objetivamente" as classes que estavam na origem do partido da ordem. Do seu lado, "essa figura sórdida se iludia sobre as causas que [...] lhe conferiam o caráter de homem indispensável" da política francesa: Bonaparte "supunha", dirá Marx, que sua centralidade e importância para o país se "deviam exclusivamente ao poder mágico do seu nome e à caricatura que ele constantemente oferecia de Napoleão" (CF, p. 341), e não ao inevitável reforço do Poder Executivo diante do Poder Legislativo, exigência objetiva desse momento de crise política e social. Já os pequenos proprietários rurais, em função da sua situação social, exigiam, em nome dos seus interesses, "um poder governamental ilimitado" que os "protegesse contra as outras classes", e especialmente contra a exploração econômica através do sistema de hipotecas. O resultado histórico disso foi um Poder Executivo com o poder de submeter ao seu domínio a sociedade inteira (18 br., p. 533). Essa era, todavia, uma demanda que não atendia objetivamente aos interesses objetivos do campesinato parcelar. Tanto é que Luís Bonaparte não revogou os impostos que pesavam sobre a pequena propriedade e, principalmente, no aniversário da sua proclamação como presidente da República, em 20 de dezembro de 1849, "decretou a restauração do imposto sobre o vinho" (CF, p. 314; grifos no original). Esse imposto, argumenta Marx, era o imposto que arruinava e mantinha na miséria a massa dos pequenos proprietários da França (Codato, 2011, pp. 54-55).

Para Codato, esses esquemas exigem, enquanto condição para que os interesses econômicos das classes existam e se sustentem efetivamente e politicamente, "que eles sejam invisíveis: isto é, que eles encontrem um símbolo viável no espaço político que os escamoteie" (Codato, 2011, p. 55). Embora, todavia, nos lembra que uma vez que os interesses sociais assumem

uma forma política no espaço político, "eles passam a existir e a agir conforme os princípios e a lógica desse espaço" (Codato, 2011, p. 55).

Codato adverte seus leitores mostrando que, se tal definição venha minimamente correta, então, as análises políticas do mundo político, das forças características desse meio, dos próprios personagens e dos possíveis discursos não seriam tão desprovidas de interesse do espaço e da dinâmica da política republicana democrata, "com a condição de, com toda a prudência devida, e com toda a consciência dessa série de operações realizadas pelo espaço político, reatar os barbantes que ligam agentes políticos a classes sociais. Se e quando essa operação for possível" (Codato, 2011, p. 55).

A posição de Codato se insere numa perspectiva de que, para Marx, o espaço político não reúne um campo de lutas por posições estratégicas num microcosmo social, como na expressão proposta por Pierre Bourdieu: um "campo político" (Bourdieu, 2000, p. 49-80, *apud* Codato, 2011, p. 35). Como também não representa uma proposta enquanto aquela identificada com a chamada "esfera pública, "imaginada como o lugar do debate livre e esclarecido dos interesses e valores da opinião pública, à moda de Habermas (1989)" (Codato, 2011, p. 35). Logo, para Codato, o espaço político não consiste em um conjunto de instituições políticas funcionalmente integradas, um "sistema político" (Codato, 2011, p. 35), tampouco não representaria, nas sociedades de formação capitalista, o "lugar privilegiado da ação aberta das forças sociais através da sua representação partidária ou, em outros termos, uma espécie de cena política em cujos termos e seus propósitos incluem justamente ocultar" (segundo Codato, por meio do sistema de partidos e outras organizações) "os interesses políticos das classes dominantes" (Poulantzas, 1971, v. II, p. 72, *apud* Codato, 2011).

penso que o espaço político deve ser concebido, pelo marxismo clássico, como uma "forma". O exame dos escritos históricos sobre a política institucional permitiria afirmar que a cena política (ou o "mundo político", o "teatro político", a "cena oficial", os nomes com que Marx designa essa esfera das práticas sociais)<sup>1</sup> funciona, no espaço político-social, tal como a forma-mercadoria funciona no espaço econômico-social. Poder-se-ia falar, então, numa forma política (Codato, 2011, p. 35) 29 - Embora Codato aqui pareça relacionar adequadamente a relação da política com o mundo material burguês e

capitalista, ao que vemos, o comentarista parece perder-se no mesmo erro de Lukács, tomando a mercadoria em O Capital de Karl Marx pelo viés do seu valor: para uma leitura contributiva a respeito dessa questão, sugerimos se ler a dissertação de Fernando Frota Dillemburg (2006), já mencionada na introdução deste capítulo, texto no qual seu autor desenvolve um importante estudo que pode contribuir para essa preocupação levantada por Codato.

O raciocínio de Codato mostra ser possível emprestar, da forma-mercadoria, os contornos que melhor permitiriam compreender a política. Mas o que poderia parecer bastante relevante se complica, já que esse entendimento pode vir apoiado na perspectiva de certas propriedades atribuídas à forma-mercadoria, sobretudo que a mercadoria, no capital e no sistema burguês de produção, seja considerada enquanto uma "ilusão real", como parece sugerir Codato.

Ainda, para outras literaturas, ressaltadas por Nervo Codato, existiriam sentidos próprios em se perceber a mercadoria e a política enquanto uma espécie de alucinação, a qual, no entanto, não reuniria uma miragem estritamente objetiva ou subjetiva passível de ser corrigida, "seja pela crítica filosófica do entendimento, pela análise social dos fundamentos sociais das forças parlamentares; ou até mesmo do "modo mesmo de funcionamento da realidade" (Rouanet, 1985, p. 89, *apud* Codato, 2011).

Esses problemas limitantes, Codato conclui, apenas produziria uma sorte de fetichismo político análogo ao fetichismo da mercadoria. E que, justamente por isso, seria pouco razoável se compreender e expressar o mundo político a partir de uma visão objetivista. O mundo não seria, ao seu ver, uma mera exterioridade ou aparência redutível e explicável por sua essência, mas "a sua aparência, ou melhor, o modo de apresentação do mundo político é, antes de tudo, funcional para sua existência e condição de sua permanência e, de resto, para a permanência do modo capitalista de dominação social" (Codato, 2011, p. 35). Para compreensão e conjugação dos problemas aqui levantados por Codato, indicamos a leitura do livro "Marx e o fetiche da mercadoria: contribuição à crítica da metafísica", de Jadir Antunes (2018).

Codato também evoca Gramsci enquanto apoio, alegando ser ainda bastante complexa a ideia de representação na "cena política", uma vez que tais pressupostos possibilitariam concluir que a política pode estar concebida

como expressão, e disso, portanto, diria respeito à noção marxista usual do partido como manifestação "mais ou menos adequada" da classe (Engels, 1982a, p. 190, *apud* Codato, 2011). Desse modo, o espaço social da política, da representação entre classe e sua organização, muito raramente se dariam em linhas retas, já que, para Codato, existem, nessas relações, infinitos desencontros entre os interesses fundamentais das classes e sua representação partidária, logo: "se nos colocamos unicamente no campo da cena política a fim de denunciar as relações de classe, reduzindo essas relações unicamente às relações partidárias, somos inevitavelmente conduzidos a erros" (Poulantzas, 1971, v. II, p. 73, *apud* Codato, 2011, p. 55).

O autor parece entender a possibilidade de se admitir uma espécie de dinâmica da luta de classes que não se acomodaria, todo modo, sem dificuldades insuperáveis, acerca da metáfora da cena política. Uma legítima representação da estrutura do mostrar e esconder nos exigiria a equação envolvendo o espaço político entre "o fundo e a frente do palco" (Codato, 2011, p. 44), o que implicaria, segundo o referido autor, um descompasso entre o momento da descrição das "aparências (a crônica da política) e o momento da apreensão e explicação das essências (a sociologia marxista da política)" (Codato, 2011, p. 44).

Nessa perspectiva, ainda que as categorias aparência e essência lhes surjam enquanto fundamentais nesse sistema, elas não devem estarem percebidas ao mesmo tempo como o avesso uma da outra. Segundo o formulador da proposta, a suposição de Marx, em O 18 de Brumário, sobre a luta entre as duas formas de governo, monarquia e república, permitia apreender, sob uma mesma metáfora precária, aquele mesmo procedimento analítico que mobilizou a relação entre o palco e as coxias, a vanguarda e a retaguarda etc.: nesses passos, surpreendentemente, com sinal trocado, "o que se passa na cena pública é até mais eloquente do que aquilo que sucede atrás da cortina".

Para Codato, certas contraposições de alguns trechos de O 18 de Brumário com passagens do mesmo livro de Marx – trechos que procurariam evocar os equívocos políticos tanto da Montanha como do partido da ordem sobre seus respectivos interesses - lhe permitem verificar as deficiências em torno da imagem acerca da "cena política", basicamente, em função do tipo de

explicação que ali se sugere e de uma postura então intelectual que ela demandaria.

Sobre o problema, Codato segue discutindo que, em certas análises, se pode muito bem lançar mão do esquema frente/fundo do palco, contudo, alerta que esse princípio quase sempre sofre de uma função retórica, pois o ponto fundamental do movimento deve ser procurado e apanhado em como o próprio mecanismo precisa funcionar, enquanto um elemento recoberto pela própria aparência da imagem, em que a atuação das forças políticas no palco, pode, variavelmente, vir a ser prisioneira de uma sorte de (auto) ilusão, ou não: "a forma de governo pode ser uma tralha para a dominação social, ou não. Os agentes podem enganar-se quanto aos seus propósitos reais, ou não" (Codato, 2011, p. 46).

Embora certamente Codato nos parece melhor apresentar e debater acerca da exposição conceitual da obra de Marx, oferecendo formulações bastante precisas e relevantes ao adequado entendimento do livro O 18 de Brumário, é necessário reconhecer que a sua perspectiva também nos parece carregar demasiada adesão e uma até paixão ao parlamento democrático burguês. Tal impressão se dá ante a inclinação do autor ao comentar um outro trecho de O 18 de Brumário, mencionado em um dos seus artigos por nós estudados, no qual, apesar das suas aspas finais, parece apostar, e muito, na cena republicana democrata:

Nem é preciso ler nas entrelinhas. As condições materiais de existência do pequeno proprietário, essa "odre material" peculiar que constitui o fundamento objetivo de sua prática política e das suas representações ideológicas, impõe a ele um isolamento embrutecedor que impede não apenas que o campesinato se constitua como classe, mas principalmente que ele se represente de forma autônoma "no parlamento" (Codato, 2004, p. 103)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Pedimos aqui bastante atenção aos nossos leitores sobre o termo democracia: este termo, as suas formas, o seu conteúdo e orientações ao escopo da organização proletária íntegra e precisa dirigir a própria crítica ao marxismo ocidental democrata estrito. Aproximamos essa questão ao longo dos três primeiros capítulos de tese: entendendo que nos oferecem essas tematizações as mínimas condições para o que procuramos a partir do quarto capítulo de tese, ao ali partirmos em discutir os dois e distintos campesinos em O 18 de Brumário de Karl Marx.

Se até aqui, em nosso trabalho, mostramos alguns trechos de pensadores mais gerais da teoria crítica, do neomarxismo, faz-se importante, pela crítica mais necessária, nos incidirmos nos pensadores marxistas. E, antes de entrarmos no conteúdo revisionista do livro *O Estado, o poder, o socialismo* (Poulantzas, 1980), queremos, já aqui, discutir alguns dos problemas presentes em Carlos Nelson Coutinho, em particular quando este concebe e renova a conceituação clássica marxiana de democracia, principalmente ao procurar sustentar a perspectiva de uma inovada sociedade civil em arco proposto para uma transição democrática na superação da sociedade capitalista.

E ainda que devamos reconhecer que a obra intelectual de Carlos Nelson Coutinho possui uma importância destacada, sobretudo no que tange o pobre marxismo brasileiro, que, sim, já foi mais frágil, mas por vezes depende de intérpretes de Karl Marx, devido até uma ainda frágil e febril constituição de seus quadros militantes e acadêmicos, simpatizantes que, muitas das vezes, sequer tenham leitura autônoma das principais obras do velho pensador alemão.

Assim, embora de magras condições, amplamente manifestadas, por exemplo, no campo da pedagogia acadêmica (nossa formação de base) e profissional, salvo elogiosas exceções, as reais e inegáveis contribuições de Carlos Nelson Coutinho em prol de uma formação intelectual da militância de esquerda brasileira, bem como suas inserções nos embates contra as teorizações estalinistas; as traduções de diversos autores marxistas estrangeiros e outras de suas contribuições e problematizações quase sempre caminharam no sentido de tentar oferecer condições para aproximar e conhecimento dos próprios textos clássicos marxianos e marxistas da melhor forma.

Este reconhecimento orienta que o artigo de Carlos Nelson Coutinho, "A democracia como valor universal", precisa ser bem estudado e compreendido, além de articulado com outros de seus expoentes textos, de modo que suas formulações sejam reconhecidas, ainda que para discordar parcial e/ou até completamente deste já falecido marxista brasileiro. Nesse sentido, em aproximação e contextualização, exploraremos, inicialmente, conceitos básicos

e gerais formulados pelo autor e o que comentaristas escrevem sobre suas contribuições e problemas passíveis de se discutir e questionar.

Pedro Célio Alves Borges (1995) indica que, desde a queda do chamado socialismo real (o termo que avaliamos adequado é nominal), destacando as ocorrências secundárias, desde as verificadas após 1989, marcou-se uma lista extensa, a qual seguiria aumentando de escritos polêmicos em grau e com certa capacidade de virem provocar perplexidades sobre o socialismo e dos rumos propostos pelo marxismo para a história. De consenso, inicialmente, para o autor, haveria ao menos duas formulações não mais que preambulares: uma em relação à crise dos regimes socialistas com o respectivo método inspirador, o marxismo; e aquelas próprias indefinições e lacunas do pensamento contemporâneo; lembrando ele que reconhecer e debater essa crise não significa, "aderir ao capitalismo nem legitimar os princípios liberais" (Borges, 1995, p. 243).

Dentre outras contribuições de Borges para essa seara, mereceriam destaques alguns outros textos que abordaram o tema, elencando algumas das obras de Carlos Nelson Coutinho, particularmente indicando Borges o texto *Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. Neste livro, Borges lembra que o seu autor recoloca reflexões que inserem Carlos Nelson Coutinho talvez dentre os maiores e ousados polemistas do país neste campo de especulações, motivadamente em face de seus conhecidos argumentos pautados e tributários das concepções gramscianas de "Estado ampliado" e "revolução processual" (Borges, 1995, p. 243).

Assim, vamos encontrar leituras de Carlos Nelson Coutinho que estudam e defendem esses conceitos, dentre outros que, também estudam, com igual profundidade ou até superior, mas criticando-os, como Vitor Rollin Prudêncio, em 2015, no seu texto em esboço de trabalho de Conclusão de curso, o qual leva o título: "Crítica ao conceito de Estado na obra de Carlos Nelson Coutinho" (2022)<sup>10</sup>.

Prudêncio (2022), citando Demian Melo, embora não desconsidere a obra de Coutinho enquanto formulações de suma importância para o marxismo

---

<sup>10</sup> O texto de Prudêncio citado aqui é do portal da Esquerda Online. Portal Mantido pela Resistencia: Corrente interna do PSOL. Editado em WordPress pela Brasa.art.br. Texto citado de publicação inicial em: 5 ago. 2015 07h23: Modificado em: 5 ago. 2015. Conteúdo transcrito em: 7 dez. 2022.

brasileiro, a exemplo do já mencionado artigo "A democracia como valor universal", observa este um texto de Coutinho que precisa vir conhecido, decodificado e suficientemente esclarecido, "seja para concordar, tecer críticas ou discordar completamente" (Melo, 2012, *apud* Prudêncio, 2022, s.p).

Prudêncio discute que esses apontamentos de Demian de fato reúnem reflexões importantes, crescendo e agravando a urgência de se aproximar dos limites e problemas, mesmo considerando que "outras obras de Coutinho passaram a ter uma importância maior para a esquerda do que o polêmico artigo citado por Demian" (Prudêncio, 2022, s.p).

De início, considerando os termos pelos quais estamos tentando corroborar em crítica ao marxismo ocidental, reforçamos os apropriados acenos de Prudêncio, na época de redação deste seu trabalho, militante ou simpatizante da esquerda do PSOL, e o que não reconhecemos se segue próximo ao grupo e, ainda, indicamos que os sérios problemas por se tocar e superar de Carlos Nelson Coutinho não constem em exaustão desenvolvidos enquanto trabalho central desta tese.

As definições de sociedades orientais<sup>11</sup>, em Gramsci e Coutinho, segundo Prudêncio (2022, s.p), encontram-se atribuídas a regiões e/ou países cujo ambiente político não tenha ainda uma sociedade civil com forças suficientemente desenvolvidas, sem partidos de massas, sindicatos com amplo trabalho de base, em condições de liberdades políticas bastante restritas. Antônio Gramsci e Carlos Nelson Coutinho discutem que a sociedade civil nessas condições se mostra pouco desenvolvida (gelatinosa) (Prudêncio, 2022, s.p).

Para Gramsci e Coutinho, a diferença das sociedades ocidentais para as orientais é que aquelas primeiras, avançadas, já conseguiram desenvolver uma sociedade civil com um certo grau de independência do Estado. Para ambos, nas sociedades ocidentais, há, supostamente, um certo equilíbrio trêmulo entre sociedade civil e a sociedade política, no qual o Estado deixaria de centralizar um aparelho de repressão, passando, para estas e outras concepções filiadas

---

<sup>11</sup> O Prudêncio (2022) registra que a definição de sociedade Oriental aparece nas obras de Gramsci e Coutinho enquanto definições sociopolíticas, não enquanto termos geográficos estritos.

ao marxismo ocidental exercer sua dominação através dos aparelhos privados de hegemonia<sup>12</sup>.

Com isso, Coutinho procuraria atuar no imbricamento dos espaços acadêmicos, oferecendo ampliação de margem ao pensamento marxista. E, conforme Borges, os próprios títulos desses trabalhos de Coutinho indicariam, claramente, dentre os já citados, inserindo-se também: Gramsci, o marxismo e as ciências sociais – publicado na revista Serviço Social, no ano de 1990; Vontade Geral e Democracia em Rousseau, Hegel, Gramsci e Luckács: em que Coutinho discute acerca dos conceitos ontologia e política (Borges, 1995).

Borges registra que estes e outros trabalhos, pautados em discussões desdobradas, foram motivados e movimentados a partir e por meio de duas intervenções de Coutinho ainda no início da década de 1990, durante seminários, respectivamente: na USP (1991) e na Unicamp (1993). Onde e quando, desde ali, claramente, Coutinho inaugura sua intenção de conduzir reflexões para revelar uma dimensão que ele percebia fundamental no tratamento marxista ao que toca o conceito política, ou seja, "a concepção da política como esfera privilegiada da interação intersubjetiva consensual"<sup>13</sup> (Borges, 1995, p. 244). Coutinho discute os conceitos de Estado e de revolução, desde os chamados "jovens Marx e Engels" (1848-50), ainda marcados pela visão presente no Manifesto Comunista.

Borges orienta para a compreensão desta orientação, a leitura do próprio livro: Dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista<sup>14</sup>, em que consta desenvolvido os termos, dentre outros: dualidade de poderes; Estado e revolução no pensamento marxista; algumas questões de método; e acerca de Teoria "restrita" do estado e concepção "explosiva" da revolução e A ampliação da teoria do estado e o próprio conceito de revolução como processo: Os marxistas e a "questão democrática"<sup>15</sup> (Borges, 1995).

---

<sup>12</sup> Orientamos pela leitura dos fundamentos que Prudêncio adota ao criticar essas formulações e reinterpretações da teoria marxiana sobre o conceito de Estado. A leitura dessas fontes mostra-se desveladora. Lênin, por exemplo, impede completamente tais alusões.

<sup>13</sup> Ler: COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. Cortez editora. São Paulo, 1994.

<sup>14</sup> COUTINHO, C. N. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987, segunda edição.

<sup>15</sup> COUTINHO, C. N. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987, segunda edição.

Para análise desses problemas e das proposições tomadas por Coutinho, concordamos com a sugestão de Borges sobre a leitura das observações de Michel Löwy, quando ele pede absoluto cuidado ao seguinte e básico, se referindo ao mentor do mestre de Coutinho: La ontologia me parece uma manera de cerrar el sistema..." (Löwy, 1998, p. 181)<sup>16</sup>.

Com suas formulações Coutinho foi o intelectual responsável, talvez pela primeira vez no Brasil, pelas sentenças: "há uma afirmação que devemos rever no marxismo "clássico": trata-se da teoria do fim do Estado". Inspirado em seu mestre Antonio Gramsci, particularmente nos textos do cárcere, defende que: "O comunismo não é contra o Estado". As passagens acima foram trasladadas do texto: Nelson Coutinho, *Conversa com um marxista convicto e confesso*, em que o autor se posiciona elucidativo no tocante aos considerados pontos cegos de Marx e do marxismo sobre o Estado:

[...] há uma afirmação que devemos rever no marxismo "clássico": trata-se da teoria do fim do Estado, se por isso se entender o fim do governo, o desaparecimento de qualquer tipo de governo. Esta teoria está presente em Marx e Engels, mas sobretudo em Lênin: todos dizem que o Estado vai progressivamente se extinguindo ao longo da fase transitória entre o capitalismo e o socialismo, que eles chamaram – com um termo certamente infeliz – de ditadura do proletariado. Essa ideia de que o Estado vai se extinguindo levou a que deixasse de lado a discussão sobre a forma que o Estado deveria assumir no socialismo. Para que discutir as formas do Estado se ele vai desaparecer? [...] A ideia do desaparecimento do Estado deve ser entendida apenas como uma ideia reguladora, no sentido kantiano, ou seja, como o empenho de que haja cada vez menos Estado, mas sem se supor que ele irá desaparecer completamente, pelo menos no horizonte temporal que podemos imaginar. Hoje, quando dizemos que somos comunistas, que lutamos pelo comunismo, devemos assim definir claramente o seguinte: qual vai ser a forma política do comunismo? (Coutinho, 2006, p. 186, *apud* Meneses, 2013).

Jaldes Reis de Meneses (2013, p. 675) escreve que, mediante ao que se conhece, o filósofo político Coutinho foi de fato o primeiro grande intérprete

---

<sup>16</sup> LÖWY, Michael. **Entrevista com Horácio Tarcus**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XIX, n. 56, mar. 1998.

internacional de Antonio Gramsci em nosso país, empreendendo o postulado de uma interpretação dos Cadernos do cárcere enquanto uma "ontologia materialista da política". Coutinho efetivamente procurou fundir o pensador comunista sardo com o último aporte teórico de György Lukács ao marxismo, ou seja, o polêmico projeto interpretativo do filósofo húngaro de percorrer o "fio vermelho da obra de Marx como a unidade de uma surpreendente, polêmica e inconclusa "ontologia do ser social" (Meneses, 2013, p. 676).

Meneses recorda que quando chegou exilado à Itália, em março de 1976, Coutinho pôde ali testemunhar e viver de perto o clima da herética evolução do Partido Comunista Italiano (PCI), partido que vinha revisando suas teses aos poucos, ao menos desde o VIII Congresso, realizado em dezembro de 1956, em meio aos influxos dos efeitos disruptivos do XX Congresso do PCUS (janeiro de 1956), transitando, nesse tempo, da doutrina canônica do marxismo-Lêninismo até o chamado eurocomunismo (Meneses, 2013). Cita, como síntese desse processo, a formulação do Secretário-Geral do PCI, Enrico Berlinguer, um claro postulado que mostrava a revisão do conceito e o novo valor atribuído para a democracia na estratégia comunista italiana, além de explicar que suas principais palavras foram tomadas quase como uma encíclicas por Coutinho: "a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas também é o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma sociedade socialista" (Berlinguer, *apud* Coutinho, 1984, p. 7).

Para Meneses, são essas as palavras do discurso de Berlinguer que vão inspirar e dar título ao mais famoso artigo de intervenção política de Coutinho, "A democracia como valor universal", originalmente publicado na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em pleno período do projeto de "abertura" da ditadura brasileira" (Coutinho, 1979, p. 3347, *apud* Meneses, 2013, p. 676). Recorda que Coutinho, Leandro Konder e outros compunham quadros intelectuais e militantes do PCB, os quais já haviam se pronunciado publicamente, no calor dos debates internos do partido em 1968 (Meneses, 2013, p. 677).

O autor expõe que já se podia perceber ali, no final da década de 1960 no Brasil, uma tendência positiva, da parte de um grupo de intelectuais e dirigentes comunistas, além de: Armênio Guedes, Luiz Sérgio Henriques,

Marco Aurélio Nogueira, Milton Temer, dentre outros, os quais, dum modo ou outro, recepcionavam ideias do eurocomunismo (Meneses, 2013). Discute, ainda, que aquelas ideias não "foram, portanto, simplesmente importadas, nem estavam fora do lugar, mas vieram adaptadas ao Brasil e a uma interpretação renovada da realidade brasileira" (Meneses, 2013, pp. 677-678).

Nesse sentido, Meneses reflete que o principal tema das proposições eurocomunistas, ideias as quais recuperavam elementos das reflexões de Gramsci no cárcere, residia, sobretudo, na revalorização estratégica do conceito de sociedade civil, resultando numa estratégia pautada em elementos e processos absolutamente diferentes da teoria bolchevique, e não só da organização proletária, mas também sobre o Estado e o próprio conceito de revolução socialista no âmbito da tradição marxiana. Sustenta que Gramsci não chegou a manufaturar precisamente a expressão "Estado ampliado", o termo teria aparecido, mais elaborado, no livro de marxismo estruturalista, de Christine BuciGlucksmann, Gramsci e o Estado. Mas, apesar dessa atenção, Meneses deixa claro que:

no entanto, sem dúvida, o termo descreve com precisão as intenções do autor comunista italiano. Para Gramsci, longe de constituir dois aparatos distantes de instituições fechadas e isoladas, ao contrário, Estado e sociedade civil compõem um bloco compacto e interobjetivo de relações de forças, no qual a sociedade civil, por sua condição estrutural de base, é o vetor predominante. Dessa maneira, no mundo ocidental contemporâneo do capitalismo tardio, o Estado "ampliou-se". Habermas (1984), por exemplo, diria, com ênfase mais na teoria jurídica do que propriamente na estratégia política, que houve uma "mudança estrutural da esfera pública". Ou seja, do ponto de vista da correlação de forças é impossível compreender o Estado des- percebido da interferência direta das dinâmicas da sociedade civil. Todo esse conjunto de reflexões sobre o Estado originalmente está em Gramsci, que pensava no cárcere em formular rudimentos de uma estratégia alternativa com base na sociedade civil (Meneses, 2013, p. 679).

Após realizar uma breve mostra de uma quase infundável lista de intelectuais, democratas, marxistas ou não, que atuaram pelo mundo e no Brasil, em adesões parciais e/ou mais diretamente defensores de tais ideias, Meneses percebe se reassentar o poder da teoria na tentativa de interpretar a

realidade, lembrando que, inspirado em O 18 de Brumário, indiscutivelmente, nem todos os gatos reunidos na estratégia de ocupação desses espaços na sociedade civil e ampliação da democracia da época (entre 1960 e 1980) são pardos e que, por isso, ao menos nos deveria restar claro que, apesar de todas as diferenças e rupturas, havia um ponto comum, formal ou afetivo, que o seja, entre os eurocomunistas e aqueles identificados defensores da doutrina marxista-Lêninista (Meneses, 2013, p. 682).

Assim, assinala o autor ser mister observar que os modos desse processo e tematização se constituiriam de forma diferente: os eurocomunistas, a partir da sociedade civil; os marxistas, a partir do Estado. Ao que parece que Meneses restringiu a representação do pensamento marxista revolucionário a Gramsci, como se o terreno do marxismo se resumisse, nesta e em outras épocas, a essas duas perspectivas estritas, ambas, ao nosso sentir, em absoluta ruptura com o pensamento clássico marxiano de organização do proletariado.

Após uma síntese muito ligeira, passando por vários textos de Karl Marx sobre Estado e a suposta descoberta do marxismo tido Lêninista, que quer se encontrar na sociedade civil, conceitos próximos da leitura do estudado jovem Hegel e em manifesto afastamento da tradição Marxiana, Meneses registra que, ao que parece, Gramsci e seus intérpretes perceberam a criação de um espaço novo da política na sociedade civil, o qual estaria composto também na relação de forças do Estado, mas não se confundiria com o mesmo:

Convencionou se nominar esse espaço, a partir das formulações de Palmiro Togliatti (1980) e Pietro Ingrao (1980) – vale dizer, do núcleo dirigente do PCI --, como de "socialização da política". Embora não seja ainda a socialização do poder político (para tanto, seria preciso não haver Estado stricto sensu), a "socialização da política", por assim dizer, "desalienou" em parte a sociedade civil, totalmente alienada no jovem Marx (Meneses, 2013, p. 686).

Alude, por conseguinte, que neste tema, Gramsci escreveu uma esclarecedora nota, com enfoque em "Hegel e o associacionismo", conforme presente no primeiro conteúdo original de escrita dos Cadernos do cárcere: "O conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes

elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística" (Gramsci, *apud* Meneses, 2013, p. 687). Nessa sua síntese, numa reflexão derradeira que nos pareceu apertada por demais, Meneses também situa e compara algumas passagens de Claude Lefort<sup>17</sup> e de Coutinho, comentários que percebemos terem sido abordados sem o fôlego de uma discussão necessária (o que também não o temos aqui, mas não cometeremos o mesmo "erro").

Para o autor, os dois pensamentos citados se aproximariam parcialmente da compreensão comum da história da democracia no capitalismo. Para ambos, segundo Meneses, os clássicos do liberalismo político – os próprios regimes políticos liberais dos séculos XVIII e XIX - desprezavam a democracia, fatores históricos os quais levariam a concepção de que inexistia democracia "burguesa": na verdade, a democracia que foi arrancada a ferro e fogo pelas lutas sociais e operárias (Coutinho, 2006, p. 1327; Lefort, 1987, p. 3769 *apud* Meneses, 2013).

Até para evitar leituras errôneas sobre o que comentamos e o que tomamos por legítimo nesta tese, não podemos, de modo algum, deixar de elucidar que o caso da democracia não é questionar se ela foi uma conquista da luta da população ou não: de trabalhadores, de intelectuais, de burgueses, de filósofos, de sociólogos, de historiadores, de estadistas, de democratas pequenos burgueses, de empresários, de latifundiários letrados, ou ao menos não completamente estúpidos. O caso é que, seja quem tenha mais pesado nessa balança de procuras, ao nosso sentir, embora interfira evidentemente e até altere fatores não pontuais e isolados, em termos e perspectivas comunistas, não se luta pela democracia estrita em si, mas a explora, ações estas que não podem ser o próprio programa das jornadas operárias em guias aos proletários, como que em uma forma cativa de exercício do sufrágio e dos âmbitos fechados da democracia especulativa capitalista.

O que é complicado dentre os marxistas ocidentais, principais formuladores dessas teses tidas inovadas, por terem pensado superar Lênin e Trotsky, quando, em verdade, sequer alcançaram o pensamento de Rosa

---

<sup>17</sup> Conforme Jaldes, Lefort é ex-trotskista, colaborador filosófico de Merleau-Ponty, fundador, junto com Cornélius Castoriadis, do grupo Socialismo e Barbárie, com o qual rompeu e transformou-se num pensador independente (Meneses, 2013).

Luxemburgo. De modo que não é possível se advogar e orientar aos trabalhadores que, por terem na história lutado, não pela democracia, mas por seus anseios enquanto trabalhadores explorados; e terem conquistado, nos meandros do Estado burguês, o simples direito constitucional de pautar estes seus anseios, desviados e controlados pelas câmaras parlamentares democráticas da sociedade capitalista; isso, por si só, significaria que a democracia, o sufrágio e o próprio Estado alcançaram espaços inovados capazes de oferecer e/ou mostrarem-se articulados, enquanto instâncias capazes de virem exigir a revisão da teoria da revolução em Marx.

Meneses afirma que Coutinho, para sustentar sua posição, busca apoio em um dos textos de maior fortuna crítica de Engels – no entendimento de Meneses -, a famosa Introdução escrita em 1895 sobre as lutas de classes na França, texto no qual, para Coutinho, o velho autor comunista, pouco antes de morrer, revisaria elementos da estratégia revolucionária:

Nesta introdução, Engels empreende explicitamente uma autocrítica das posições que, juntamente com Marx, adotara no período [...] entre 1848 e 1850. [...] Ele formula algumas novas propostas estratégicas para o movimento operário, as quais se encaminham no sentido do que chamei de concepção "processual" da transição ao socialismo [...]. É interessante observar que essa nova concepção do processo revolucionário [...] apoiasse numa nova formulação do conceito de Estado: esse não é mais visto por Engels como um simples "comitê das classes dominantes", mas aparece agora como fruto de um contrato: "O império alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é produto de um pacto; primeiramente, de um pacto dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo" (Coutinho, 1994, p. 27, *apud* Meneses, 2013, p. 691)<sup>18</sup>.

Assim, ante ao exposto, avaliamos que a proposta de Coutinho coloca inúmeros espinhos clássicos por se enfrentar. Aliás, sobre esse complicado tema, dispõe Meneses:

---

<sup>18</sup> Sobre este espinhoso tema proposto por Coutinho e muitos outros, ler: RICCI, F.O "testamento" falsificado de Engels: uma lenda dos oportunistas. Tradução de Marcos Margarido. Teoria e Revolução: 29 dez. 2016. Transcrita em: 19 mar. 2020.

Ora, quem menciona pacto ou contrato está penetrando no terreno da fundamentação dos direitos. Para se haver com o direito no âmbito de uma teoria democrática tem que se ir fundo no ajuste de contas em nódulos localizados no pensamento de Marx, principalmente os relativos ao Estado e ao comunismo (Menezes, 2013, p. 692).

Conforme antecipamos, iremos melhor tocar esta questão nos próximos dois capítulos de tese, tanto na seção que discutimos os fundamentos de Nicos Poulantzas, em seu último livro (O Estado, o Poder, O socialismo), como, após, ao recuperarmos o que Marx escreveu e refutou acerca do hoje complicado conceito democracia, que parece confundir lutas democráticas por lutar pela democracia, e qual papel ou papéis caberiam aos comunistas e suas organizações. Nesse sentido, Marx discorreu, e muito bem, sobre o assunto ao formular suas principais ideias sobre esses não discretos fenômenos ao longo de artigos publicados na Gazeta Renana e no seu próprio livro O 18 de Brumário.

Aqui, nesta subseção de tese, nos resta, concluindo, mostrar como Coutinho procurou, em seus últimos escritos relacionados aos temas aqui elencados, em uma direta procura por reinterpretação da teoria marxiana do Estado, mostrar os limites e dificuldades de conjugação das suas ideias ali formuladas, quando cotejadas com a teoria clássica marxiana, sobretudo ao procurar pautar o tema dos direitos, conteúdo discutido claramente em seu último livro (2011), dissertação na qual relaciona os seus ensaios sobre Rousseau e Hegel.

O primeiro problema se refere ao aspecto de que, como lembra e assenta Menezes, se Coutinho foi primoroso ao manifestar as ideias de Rousseau e de Hegel em seus últimos ensaios, ao mesmo tempo, diferente e até estranhamente, em termos de mostrar os princípios marxianos:

O ensaio sobre Marx (Coutinho, 2011, p. 5776) -- que deveria ser estrategicamente fundamental na passagem teórica, histórica e política de Rousseau até chegar a Gramsci -- é claramente insuficiente. Cingese a um tema importante, mas específico e monográfico - o lugar do Manifesto comunista na evolução da teoria política marxista. Um detalhe importante: sentimos pela incrível ausência na bibliografia do aludido artigo sobre Marx (e de todo o livro) de um cotejo com as teses

esboçadas na Crítica do programa de Gotha (Marx, 2012). Definitivamente, é impossível deixar de passar pela resenha crítica do "programa de Gotha" quando se trata de fazer uma avaliação das consequências mais radicais da teoria política de Marx. Especialmente no que tange ao comunismo, modo de produção no qual devem desaparecer o Estado e o direito formal, e o princípio da liberdade (a cada um de acordo com as suas necessidades) cancela o "princípio burguês" da igualdade baseada no trabalho (a cada um de acordo com o seu trabalho), ainda vigente no interregno da sociedade socialista como um resíduo da forma mercadoria, uma vez que a igualdade do trabalho continua sendo uma forma de intercâmbio de equivalentes. Em suma, no comunismo, com o desaparecimento do mercado e do Estado, cessam as determinações e até a necessidade de haver um contrato (Meneses, 2013, p. 692).

Isto posto, conforme Meneses nos mostra e crítica Coutinho, por mais que este notório marxista tenha procurado sistematizar Marx e Rousseau, se sabe, esses dois distintos fundamentos são quase que absolutamente estranhos entre si. Isso porque Rousseau desenvolve uma teoria pequeno burguesa, democrático burguesa ao menos. E, por seu turno, Marx, como também se deve saber, desenvolveu a teoria que mostra dos movimentos reais e políticos antagônicos e negativos revolucionários assentados na luta de classes, a derrubada do Estado e o final da democracia especulativa burguesa e do direito estabelecido pelo capital (Meneses, 2013).

Em suma, problematizar acerca de uma ontologia democrática da política, do direito burguês que protege o capital, ao fim e ao cabo, por mais que Coutinho traga das suas influências iniciais em Marx (no jovem Marx, como gostam de elaborar e propor intelectuais próximos ao marxismo ocidental), nem porque Karl Marx estudou Espinosa, Rousseau; que Hegel tenha sido seu mestre, que isso, por si só, se permita inferir relação da teoria marxiana com esses importantes outros e completamente distintos aportes teóricos, desenvolvidos em diferentes fundamentos, conforme vieram superados e impedidos pelo velho pensador alemão e o pensamento comunista clássico: considerações e orientações dirigidas por Marx e demais líderes daquele movimento.

Assim, ainda que conste no último livro de Coutinho alusão para uma admiração de Marx à figura de Rousseau (Coutinho, 2011), mais

especificamente, ao que pede o tema da questão judaica (2010a, p. 53, *apud* Meneses, 2013, p. 693), onde aquela abstração do homem político é descrita acertadamente por Rousseau; da farta existência de alusões elogiosas de Marx à tradição iluminista; concordamos no todo com Meneses, ao afirmar ser exagero atribuir uma influência decisiva da obra de Rousseau em Marx, no que tange, em especial e mais grave ainda: "à dimensão especificamente política [...] assumindo uma concepção democrática radical, na qual se revela claramente uma influência do 'Contrato social', de Rousseau" (Coutinho, 2011, p. 58, *apud* Meneses, 2013, p. 693).

Isso considerado, é preciso realçar melhor, até para podermos glosar suas posições, como Coutinho assumiu e adaptou a concepção gramsciana de Estado Ampliado aos seus próprios esquemas e leituras da realidade brasileira e sul-americana. Para ele, a possibilidade do Estado ampliado se mostra quando se constrói um equilíbrio entre a Sociedade Civil e o Estado Coerção, quando essas forças deixam de imperar absolutas ou são disputadas por meio da sociedade civil, mas não mais aquela sociedade civil definida por Marx e Engels (Meneses, 2013; Prudêncio, 2022). Ao procurar sustentar suas proposições, Coutinho propõe dos aparelhos privados de hegemonia, os quais estariam, ao seu ver, como organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente, ou seja, sem o caráter da repressão.

Para essa concepção, a alteração no Estado capitalista e seu entorno consequente reuniriam e caracterizariam uma mudança na própria natureza do Estado, não de sua aparência, mas nas relações possíveis de virem acionadas em movimento até de questionamento da própria sociedade. Logo, o Estado teria superado, ao menos nos casos dos países em que ocorreu a condição de ampliação gramsciana, o fato de apenas representar um simples comitê executivo da burguesia, como tomados e analisados por Marx nos seus textos clássicos.

Em sua interpretação, Coutinho enxergou contemporaneamente existir uma fecunda disputa por condições não clássicas das forças do Estado e de seu entorno político representativo, o que representou espaços guiados pela democracia nos quais se manifestam e se disputam diferentes projetos de

sociedade: ainda que ante a hegemonia de uma das classes (Coutinho, 2008 p. 40, *apud* Prudêncio, 2022)<sup>19</sup>.

Nesse arco, para o autor, a sociedade civil cujo Estado foi ampliado (nomeadas por ele e por Gramsci de sociedades ocidentais), teria outra função representada: além da produção e proliferação da dominação ideológica, se tornaria possível, e mesmo tendente, a disputa de um programa proletário por uma hegemonia de classe em vias pacíficas, a fim de explorar as próprias vislumbradas possibilidades, as quais ampliariam os movimentos passíveis de serem envolvidos na direção dessa que já seria uma inovada luta de classes, uma distinta orientação tida revolucionária ao proletariado: com destaque se comparado aos conceitos de luta de classes no clássico em Karl Marx, no sólido programa operário orientado para a construção e ampliação em permanência da revolução proletária mundial<sup>20</sup>.

E, conforme a proposição de Coutinho, com a ampliação do Estado, da reformulação do conceito de política e da própria democracia burguesa, a nova sociedade civil passaria a disputar o poder de uma autonomia material e abstrata, supostamente dotada de legalidades próprias, não vinculadas apenas às condições estruturais e econômicas da sociedade capitalista, contudo não presas em todos os ângulos das superestruturas políticas do Estado e da própria sociedade burguesa.

Dessas alterações nas relações entre a sociedade civil e as novas circunstâncias democráticas políticas por se construir, na verdade por se

---

<sup>19</sup> Observamos que as citações em *apud* em Prudêncio (2022), bem como outros presentes nessa tese, não significam desconhecimento nosso das fontes primárias. Temos leituras das obras nestas condições de citação, adotamos o *apud* aqui, e em outras passagens de nosso trabalho, apenas na perspectiva de evitar muitas passagens em S.D; S.P; e, ainda, devido aos livros de leituras de pessoas cegas, nosso caso, poderem apresentar algum erro de adaptação, sobretudo quando não suficientemente corrigidos em departamentos de educação especial. E como essas obras aqui em *apud* em Prudêncio, como algumas outras poucas por nós citadas, montam-se grandes, com centenas de páginas, certos livros de até talvez milhares de laudas (o caso das obras de Lênin compiladas), um trabalho mais preciso de refinamento de correção dos textos de nossa leitura ao longo da pesquisa - com destaque nossos textos particulares de leituras prévias desta nossa aqui investigação, não mostrou um trabalho de adaptação de textos que pudesse vir suficiente, por impossibilidades técnicas mesmas, por isso, em alguns casos, adotamos a técnica do *apud*, motivadamente e sem riscos de sinais de comprometimento do domínio de conteúdo e a própria lógica de compreensão de possíveis leitores de nosso trabalho.

<sup>20</sup> Nicos Poulantzas (1980) discute melhor essa conceituação tida superior, mesmo que não estrito e ou até afeto ao pensamento de Gramsci, ou de seus seguidores. Em Poulantzas resta mais claro e evidente a procura de superação da teoria da revolução operária clássica formulada por Karl Marx, recuperada e assentada por Lênin e Trotsky na Rússia bolchevique, por isso mesmo, no próximo capítulo, ainda voltaremos a este mais que complicado tema, sobretudo ao que tem resultado em orientações para uma organização dos trabalhadores.

manter e se defender, em distinto ao pensamento clássico marxiano, se abriria para Coutinho uma condição que promete uma possibilidade altamente potencial ao proletariado: de que uma ideologia, ou ainda vários sistemas ideológicos, como aqueles tributados e articulados com as pautas e anseios das nomeadas classes subalternas, venham exercer maiores vozes e, quiçá, até obtenham maior alcance de legitimidade no interior de um ou vários aparelhos hegemônicos privados, antes de as suas classes conquistarem o poder de Estado em sentido estrito (Prudêncio, 2022).

O que defende Coutinho se situa em algo próximo dos termos propostos por Gramsci em seu conceito de Estado Ampliado. Com destaque ao que Gramsci enxergou quando se refere ao aspecto de um grupo social perseguir as condições de vir condicionar-se como que dirigente hegemônico, antes ainda de conquistar o poder, entendendo este enquanto não estrito ao poder governamental burguês. Gramsci tributa essa trilha um caminho democrático possibilitado na abertura derivada do próprio quadro complexo alcançado nas sociedades chamadas ocidentais, em que o Estado teria se ampliado, e que, ali, teria, disso, nascido uma absoluta necessidade, imperiosa, enquanto inéditas condições e que requerem fundamentos e princípios, em vias ainda que não estritas democráticas, mas enquanto vias por perspectiva de conquista do poder pelo proletariado local.

Por seu turno, Marx e Engels apontam que o surgimento do Estado decorreu da divisão das sociedades em classes sociais antagônicas, de forma que o Estado serve, inexoravelmente, enquanto força de dominação para se valer e se garantir, sobre qualquer custo, os interesses da classe dominante por sob toda a sociedade. Sabe-se, também, que a manutenção da dominação de classe fez-se potente em todos os períodos históricos da chamada humanidade, períodos antigo, medieval e com destaque ao capitalista, o mais desenvolvido: "é sem exceção o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. (Engels, 2010, p. 274, *apud* Prudêncio, 2022).

Em correção do pleiteado pelo marxismo ocidental, Lênin lembrava aos trabalhadores que o Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer (Lênin, 1988, p. 238, *apud* Prudêncio, 2022). Essa afirmação alcança os próprios ataques aos

trabalhadores organizados que, porventura, orientam o assalto ao verdadeiro poder, imprimindo em seus jornais formas de organização básicas da classe operária que aproximem os atos, ainda que mais modestos, dos trabalhadores operários contra a burguesia. Lênin nos mostra o que o capitalismo e seu Estado, ampliado ou não, governado pela direita, por partidos de centro e/ou da esquerda eleitoral, em coligação e coalizão, tem para oferecer em caso de crimes básicos ou supostos crimes democráticos políticos ao proletariado.

Em que se pode ponderar, com grande acerto lógico, o que guardam em destino, ao mirar as armas formais, legais e letais utilizadas pela república em gatilho, vai contra os trabalhadores, mesmo em casos de menores sinais de tentativas de séria organização partidária operária por parte do proletariado. Aliás, Karl Marx mostra claramente essa tendência em O 18 de Brumário, completamente diferente do conceito e forma propostos nas apropriações e reinterpretações de seu livro, conforme verificado no conteúdo revisionista do marxismo ocidental.

As afirmações de Marx, de Lênin, de outros comunistas, mesmo intelectuais democratas honestos, apreendem e mostram claramente que a estrutura e essência do Estado é a repressão e contínua opressão da classe operária e ao campesino trabalhador. É preciso assentar e recuperar, quando se aborda o tema da democracia burguesa, que estamos situados em pauta no campo de apenas uma das formas de dominação política exercida pela burguesia, que não é, e historicamente não o foi, a única forma da burguesia governar e dominar o proletariado. A legítima teoria marxiana exige uma separação da substância de constituição e presença constituinte concreto-legal do Estado. E ainda, o que, distintamente, representam os termos que precisam vir entendidos em relação com suas formas aparentes em regimes de dominação ideológica (Prudêncio, 2022).

Nesses termos, como muito bem lembrado e destacado por Prudêncio (2022), o Estado pode ser dirigido democraticamente pela classe dominante, por meio do controle da produção de riquezas, da gestão da economia interna, do setor financeiro, polícia, parlamento, Poder Judiciário e do exército. A burguesia opta e procura, de fato, sustentar tal plano. Entretanto, jamais vacilou em adotar, mesmo radical e completamente, uma gestão governamental da sua sociedade de maneira ditatorial, quando lhe foi

conveniente e necessário, sobretudo. Mas o que importa é que essas estruturas, democráticas e/ou ditatoriais, não passam de representações das estruturas estatais burguesas nocivas ao proletariado, que luta por uma legítima liberdade e emancipação para além das ideias metafísicas do marxismo ocidental.

Tais estruturas estão alocadas e movimentadas pelo Estado Burguês, a fim de garantir a propriedade capitalista dos meios de produção e os contratos de trabalho. Entenda-se bem: a exploração assalariada, como de resto, por meio militar e policial, oferece a segurança para tanto, ao oprimir as organizações operárias, legais e clandestinas, que procuram organizar os trabalhadores contra a exploração assalariada patronal, na cidade e no campo.

Assim, o regime, que se mostra indiferente ao capitalista, não ao burguês democrata, sobretudo ao democrata pequeno burguês, é caracterizado pela principal instituição na qual é exercido o próprio poder do Estado, o qual ode ser despótico ou, como prefere a burguesia, por meio de sua república democrática, o seu parlamento e seu Poder Judiciário.

A teoria marxista admite, desse modo, existir diferenças entre Estado e regime, incluindo os regimes de dominação, de modo que nem todas as formas de dominação exercidas pelas classes dominantes, em cada e não distintas fronteiras dos Estados nação, sejam absolutamente idênticas.

Lênin escreveu sobre essas relações, orientando sobre as formas de governo capitalistas e burguesas, indicando que o tema pode ser tomado até de uma maneira absolutamente estúpida. Assenta, e nos serve aqui para criticar o marxismo ocidental, que qualquer "criança sabe que um regime ditatorial e república são formas de governos diferentes", mas, contudo, segue: "ambas estas formas de governo, como todas as formas de governo transitórias sob o capitalismo, não são mais que variedades do Estado burguês, isto é, a ditadura da burguesia" (Lênin, 2004, p. 11, *apud* Prudêncio, 2022).

E caso Lênin pudesse responder aos cadernos do Cárcere de Gramsci e às ideias formuladas por Coutinho, talvez poderia lhes pedir memória da tradição marxiana, em necessária recordação, pugnar por uma mostra intelectual lógica, e esta sim fundamental, pois vejamos: "Somos pela república democrática como melhor forma de Estado para o proletariado sob o

capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (Lênin, 1988, p. 235, *apud* Prudêncio, 2022).

Com o objetivo de não deixar a crença de que foram Gramsci ou Coutinho que assentaram a definição sobre o sufrágio universal e o ambiente democrático como resultado das lutas dos trabalhadores, Lênin, há muito tempo, criticado e orientado por Marx e Engels, argumentou que, embora o sufrágio possa às vezes ser uma conquista da classe trabalhadora, na realidade, é frequentemente apropriado pela burguesia. Assim, o sufrágio, que deveria ser uma ferramenta para os trabalhadores, acabou sendo distorcido e utilizado pela burguesia para manter seu poder e explorar os trabalhadores, mesmo concedendo o direito de voto aos operários e camponeses.

Ao tecer considerações sobre o governo democrático que foi formado após a Revolução Russa, de fevereiro de 1917, Lênin caracterizou que as democracias burguesas são, em geral e contraditoriamente, o melhor governo para a burguesia explorar e oprimir o proletariado. Isto se assenta e se move, segundo o Lênin, porque esse tipo de regime permite incorporar dirigentes da classe trabalhadora nos cargos do Estado, o que leva ao engano de os trabalhadores confiarem que suas antigas direções poderão mudar a estrutura do Estado por dentro da ordem (Prudêncio, 2022, s.p).

Bem da verdade, em suma, completamente distinto ao que se encontra emanado nas instruções do marxismo ocidental, o que Lênin nos orientou não poderia vir mais claramente decodificado:

Tomai as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, tomai sua administração, tomai a liberdade de reunião ou de imprensa, tomai a igualdade dos cidadãos perante a lei, e verás a cada passo a hipocrisia da democracia burguesa, bem conhecida de qualquer operário honesto e consciente. Não há Estado, nem mesmo o mais democrático, onde não haja escapatórias ou reservas nas constituições que assegurem à burguesia a possibilidade de lançar as tropas contra os operários, declarar o estado de guerra etc. Em caso de violação da ordem, de facto em caso de violação pela classe explorada da sua situação de escrava e de tentativas de não se comportar como escrava (Lênin, 2004, p. 16, *apud* Prudêncio, 2022).

Apesar do posicionamento de Lênin, amplamente conhecido pelos marxistas, Coutinho (1998, p. 58), revisou a teoria marxiana neste ponto e apontou que, por exemplo, em O 18 de Brumário, Marx teria revisado diferentemente do texto do Manifesto Comunista, no qual alterou este conceito. Para Coutinho, nesta reinterpretação, entre o conteúdo de O 18 e o do manifesto, se comparado ambos os textos de Marx, restaria uma percepção de certa simplificação dos antagonismos entre burguesia e proletariado, uma formulação estrita do conceito de Estado "como comitê de negócios da burguesia", em especial ao estabelecer o texto do Manifesto Comunista o Estado burguês como mero instrumento de dominação de classe (Coutinho, 1998)<sup>21</sup>.

Nesse caso, o conteúdo de O 18 de Brumário, conforme sua apropriação e interpretação, teriam suas considerações próprias tornado a concepção marxiana como que desatualizada. E, disso, devido a tudo que aqui foi elucidado, Coutinho precisou questionar a orientação clássica do manifesto comunista, sobretudo, segundo ele próprio, por esta supostamente reduzir o campo de atuação política da classe trabalhadora:

Resumindo, poderíamos dizer que se expressa no Manifesto uma teoria política centrada essencialmente em três pontos: (a) uma noção restrita de Estado, segundo a qual este seria o comitê executivo da classe dominante, que se vale essencialmente da coerção (ou da opressão) para cumprir suas funções; (b) numa concepção de luta de classes como conflito bipolar e simplificado entre burgueses e proletários, que se expressa numa guerra mais ou menos oculta, que levará necessariamente a uma explosão; (c) numa visão da revolução socialista como revolução permanente, que tem em seu momento resolutivo na constituição de um contrapoder da classe operária, que deve derrubar violentamente o poder burguês e substituí-lo por outro poder (que pouco tempo depois do Manifesto, Marx chamará de ditadura do proletariado) (Coutinho, 1998, s.p).

Como se pode denotar, as propostas de Coutinho e de um vasto leque de marxistas ocidentais podem – e precisam – ser relacionadas, em termos

---

<sup>21</sup> COUTINHO, C. N. O lugar do Manifesto na evolução da teoria marxista. In: FILHO, D. A. R. (Org.) **O Manifesto 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ainda que não completamente idênticos, às proposições revisoras gerais colocadas por Antônio Gramsci, ainda que este não teve acesso a textos de Marx publicados quando de seu aprisionamento determinado pelo próprio Estado.

Sugerimos, aqui, como fonte para uma adequada compreensão da teoria desenvolvida por Gramsci, de sua grande e destacada prática comunista, antes de sua prisão, de suas reformulações teóricas empreendidas após o seu cárcere, e o quanto esses últimos fundamentos representaram, para o marxismo ocidental, os textos da dissertação de mestrado e o conteúdo da tese de doutoramento de Fernando Frota Dillemburg (2006); (2011). Estudos que desenvolvem, com bastante competência, a teoria e a trajetória militante de dois dos maiores marxistas do século XX, respectivamente, Giorgy Lukács (1885-1971) e Antonio Gramsci (1891-1937).

Para Dillemburg (2011), a perspectiva gramsciana nos conhecidos cadernos, do Gramsci pós prisão, não o Gramsci do *L'Ordine Nuovo* (Periódico fundado em 1919), propôs uma estruturação do Estado e das ações deste enquanto resultado da correlação de forças manifestadas e disputadas hegemonicamente no seio da sociedade civil capitalista, o que induziria ideias de mudanças nas estruturas sociais econômicas através da atuação/moderação de atores políticos por meio do parlamento e na própria sociedade civil organizada: dentre esses agrupamentos, ainda que não estritamente, também a representação do proletariado.

Essas proposições gramscianas representaram de fato uma mudança significativa em relação à teoria da revolução permanente proposta por Marx e Engels no Manifesto do Comitê Central à Liga dos Comunistas, em 1850. Conforme Dillemburg, a construção da dualidade de poder (guerra de movimento) estaria, na perspectiva de Gramsci, submetida à conquista da "hegemonia na sociedade civil (guerra de posição), o que deixa a estratégia central da revolução permanente em segundo plano" (Dillemburg, 2011, p. 131).

Isso considerado, para Dillemburg, se faz necessário um pequeno parêntese. É preciso se ater às passagens do manifesto da Liga dos Comunistas com muita atenção. Dillemburg chama primeiro nossa atenção para o fato de que, no texto de 1850, Marx e Engels definiram a dualidade de

poder, a frente única (também defendida mais tarde por Lênin, na Rússia), sustentada, no próprio texto do Manifesto da Liga dos Comunistas, a partir da própria definição da Revolução Permanente (Dillemburg, 2011).

De modo que, ao contrário do que mencionam alguns comentadores marxistas ocidentais, os quais defendem atualizações ao programa proletário, “claro o equívoco, por exemplo, também de Vacca, quando este diz que havia uma disputa entre a tática da frente única defendida por Lênin e a teoria da Revolução Permanente, de Trotsky” (Dillemburg, 2011, p. 142). E o primeiro equívoco (como já tocamos) dos partidários que procuram atualizar o programa de organização proletária seria conferir a autoria da teoria da Revolução Permanente exclusivamente em Trotsky. Sobre isso, o autor expõe que a teoria da Revolução Permanente não é criação de Trotsky, nem mesmo de Marx e Engels. Indica Dillemburg que, em 1848, portanto, dois anos antes da expressão ser utilizada por Marx e Engels, um socialista seguidor de Fourier, chamado Victor Considérant, escreveu:

Eu vos digo que, verdadeiramente, a Revolução que proclamou a chegada da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade não está terminada [...] Isto é, a Revolução será PERMANENTE até que esteja em vias de organização uma sociedade capaz de substituir, da base para o alto, [...] o acordo pela luta, a paz pela guerra, a liberdade de todos pela escravidão da maioria, e por fim, a riqueza geral por todas as gradações da miséria [...]”<sup>22</sup>.

Dillemburg afirma que o liberal Aléxis de Tocqueville teria mostrado uma verdadeira angústia em relação ao caráter permanente da Revolução Francesa, em sua obra publicada apenas seis anos depois da redação da Mensagem de Marx e Engels e intitulada "O antigo regime e a revolução"<sup>23</sup>:

A monarquia constitucional tinha sucedido ao Antigo Regime; a República, à Monarquia; ao Império, sucedeu a Restauração; depois veio a Monarquia de Julho. Após cada uma destas mutações sucessivas, foi dito [...] que a Revolução Francesa estava terminada; isto foi dito e nisto

---

<sup>22</sup> Dillemburg (2011, p. 142): citado por OLIVEIRA BENOIT. **Sociologia comteana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso, 1999, p. 181.

<sup>23</sup> Citado por OLIVEIRA BENOIT. **Sociologia comteana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso, 1999, p. 182.

se acreditou. Ai de mim! Até eu tinha esperado que assim fosse [...] e eis que a Revolução Francesa recomeça, pois sempre era a mesma. À medida que prosseguimos, seu fim se afasta e obscurece.

E isso considerado, tão pouco se pode, como tem procurado o marxismo democrata não revolucionário, traduzir a teoria da revolução permanente enquanto uma vaga ideia, uma ideia estritamente atribuída ao militante revolucionário russo Leon Trotsky. Isto porque, a teoria da revolução permanente, que procura posicionar o clássico arco ao programa da revolução proletária marxiana, como bem redigido por Dillemburg, não resulta de qualquer brilhantismo criativo de algum revolucionário, já que "ela é produto da história, da história da luta de classes. Ela é produto da luta originada pela dominação da burguesia sobre o proletariado" (Dillemburg, 2011, p. 143).

Entretanto, distinto aos termos de Marx e Engels, de Lênin, de Trotsky, Gramsci e o que os gramscianos em geral atribuem à luta de classes – sobretudo a partir do fenômeno do fascismo –, há um movimento de classe percorrido estritamente dentro da própria sociedade civil burguesa.

Uma luta pela hegemonia e de guerra sem armas, em que reinariam as posições chamadas ideológicas de classe ou de agrupamentos de classes, em formas e dinâmicas de organização estritamente democráticas, uma mediação entre as classes sociais artificialmente apartadas desde dentro e ao mesmo passo não estrito democrático também fora do parlamento.

Essas leituras e revisões da teoria clássica marxiana, ao relacionar a política da luta de classes na economia capitalista em uma forma não antagônica, elegem o Estado burguês como um ente absoluto mediador (em Gramsci, por exemplo, mediante a sua ideia de Estado Ampliado), verificado pelo parlamento, em ações e pressões de organizações proletárias e outros agrupamentos de classes avulsos não proletários, intelectuais parcialmente críticos, com especiais focos para com querelas de alguns âmbitos sociais capitalistas tidos mais ou menos excludentes.

Logo, essas perspectivas propõem substituir a necessidade de organização da dualidade de poder, acabando por envolver o proletariado em um novo de relações, em que a própria democracia burguesa – ante a ampliação do conceito de Estado em Gramsci –, supostamente bloquearia e,

finalmente, superaria a adoção da fórmula da revolução permanente. Tal interpretação acaba, assim, por substituir a fórmula da revolução permanente pela fórmula da hegemonia civil em Gramsci nos cadernos do Cárcere (Dillemburg, 2011). Com essa chave reinterpretabil, autorizada em autores marxistas ocidentais, alude-se e mesmo clama-se por já um até outro Marx em O 18 de Brumário: um Marx democrata e pequeno burguês.

Ao que pese nas variadas nuances (com grande diversidade verificadas nos pareceres intelectuais críticos contemporâneos do marxismo ocidental, os quais, em geral, reivindicam o conteúdo de O 18 de Brumário em termos muito magros, clamando já por um até outro Marx que o legítimo autor de O 18 de Brumário, não o revolucionário comunista), Dillemburg, defendendo as legítimas interpretações do rigoroso filósofo alemão comunista, ao trazer e comentar algumas passagens de O 18 de Brumário, recuperando as próprias e exatas palavras de Marx, assenta que os diferentes Estados, dos diferentes países civilizados, possuem em comum o fator determinante de que todos repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que se possa, em alguns lugares, ser possível encontrar esta estrutura mais ou menos desenvolvida, se comparada com outros países e ou regiões (Dillemburg, 2011).

Dillemburg resgata da obra a ideia de que a República democrática era, para Marx, uma tendência decorrente da supremacia do capitalismo sobre os modos de produção anteriores, da supremacia do capital na instância econômica, da supremacia da forma mais sofisticada de apropriação privada do trabalho excedente, da supremacia da relação capitalista-trabalhador assalariado, comparada à relação senhor feudal-servo etc. (Dillemburg, 2011).

Mostra-nos, também, que Marx havia indicado, em alguns conjuntos nas passagens da sua obra Crítica ao Programa de Gotha, que nos países de capitalismo mais avançado, o Estado tendia, já no século XIX, "a assumir funções mais amplas, tanto democráticas e quanto coercitivas, enquanto nos países de capitalismo mais atrasado o Estado tendia a manter funções mais restritas, conservando por mais tempo as formas despóticas de Estado (Dillemburg, 2011, p. 129).

Entretanto, mesmo que desses registros marxianos, baseados em textos e cartas de Marx, alguns autores, como o próprio Coutinho, consideram que

Marx teria revisado essas suas posições supostamente primárias ao final da vida. Dillemburg indica, de Coutinho<sup>24</sup>, que, no final da vida, Marx teria superado suas formulações ainda residualmente blanquistas então assumidas em 1848. Para Coutinho, conforme ainda Dillemburg discute, o último Marx teria passado a atentar para o fato de que o Estado capitalista poderia se ampliar ou mesmo já havia se ampliado (Dillemburg, 2011).

Nessa sua compreensão, Coutinho, ao analisar a carta de Marx a Kugelmann, escrita em 12 de abril de 1871, portanto, apenas quatro anos antes de Marx ter redigido a Crítica ao Programa de Gotha, avalia que Marx teria percebido e admitido supostamente que:

(...) em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Holanda, por exemplo, o Estado não se reduzia a uma 'máquina burocrático-militar', mas teria estendido sua faixa de atuação mediante o desenvolvimento de aparelhos consensuais (parlamento etc.) que implicam e/ou resultam de um 'pacto' (Dillemburg, 2011, pp. 129-130).

No entanto, Dillemburg crítica esta noção de Coutinho, apontando que essa percepção sobre Marx se registra em termos completamente distintos aos apontamentos presentes na interpretação de Coutinho, uma vez que essas já eram exclamações de Coutinho de absoluto domínio por Marx, e muito antes da década de 1870 inclusive.

Dillemburg nos mostra que, ao menos desde o início da década de 1850, Marx já indicava a tendência à forma democrática da república: "No 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Marx afirmava que "nas jornadas de junho de 1848 [...] a república democrática anuncia o seu advento [...] a república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário" (Dillemburg, 2011, p. 130)<sup>25</sup>.

Tendo isto reconhecido, Dillemburg afirma ser evidente que não houve qualquer revisão, por parte de Marx, entre 1848 e o final de sua vida, no que se

<sup>24</sup> Dillemburg registra em suas notas a carta de Marx, referida por Coutinho, referenciada em: MARX, K. **O 18 de Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 291. A mesma carta pode também vir encontrada em: MARX & ENGELS. **Obras escolhidas**. Op. cit., v. 3, pp. 262-263.

<sup>25</sup> Dillemburg cita essa passagem de O 18 de Brumário da edição: MARX, K. "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte". In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 2 ed., 1978, p. 393.

refere às formas e às funções do Estado, restando evidente também o "equivoco de Gramsci ao afirmar que Marx possuía uma noção restrita de Estado, cujo papel seria meramente coercitivo. Marx já identificava, desde o início da década de 1850, a existência de uma forma estatal que não agia mais apenas de maneira coercitiva, o que contraria a base de toda a argumentação de Gramsci" (Dillemburg, 2011, p. 130).

O autor discute ser possível afirmar que, apesar de Gramsci desconhecer tal semelhança, existe uma profunda concordância na observação dele e de Marx sobre a tendência à democratização dos Estados capitalistas mais avançados. Mas observa ser necessário entender que, no entanto, a questão de importância atribuída para com o fenômeno da democratização não se encontra na mesma ordem na obra madura de um e de outro autor, uma vez que, "se Gramsci passou a defender um novo programa e definiu toda a estrutura desse novo programa com base na tese da ampliação do Estado, Marx, ao contrário, não dedicou maior atenção ao estudo do Estado em sua obra da maturidade" (Dillemburg, 2011, p. 130).

E, afinal, por que teria Marx optado por esse caminho? Dillemburg discute a questão mostrando que, apesar de Marx compreender as modificações em curso nos Estados de diversos países, nas últimas décadas de sua vida, abandonou o plano original de *O capital*, no qual havia um livro exclusivamente destinado a expor uma teoria sobre o Estado (Dillemburg, 2011). Quanto ao tema do Estado, apont que Rosdolsky registrou que o plano feito por Marx para *O Capital*, em 1857, era, inicialmente, composto por seis livros: Livro I: sobre o capital; Livro II: sobre a propriedade da terra; Livro III: sobre o trabalho assalariado; Livro IV: sobre o Estado; Livro V: sobre o comércio exterior; Livro VI: sobre o mercado mundial e as crises (Dillemburg, 2011, p. 131)<sup>26</sup>.

Em relação ao segundo e definitivo plano de Marx, elaborado em 1866, este resultou na estrutura definitiva da obra, como conhecida atualmente, dividida nas seguintes partes: Livro I: o processo de produção do capital; Livro

---

<sup>26</sup> 23 – Citado por Dillemburg de: ROSDOLSKY. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001. pp. 28-29 (grifos do autor da citação).

II: o processo de circulação do capital; Livro III: o processo global da produção capitalista; Livro IV: história da teoria (Dillemburg, 2011, p. 131).

Dessa forma, Dillemburg sustenta que, apesar de Marx compreender em absoluto as tendências à democratização do Estado, já visível nos Estados mais avançados naquela época, muito diferente do que iria depois propor Gramsci, não enxergou como relevante o que ali já estava em processo de ampliação do Estado e da democracia burguesa (Dillemburg, 2011). Sobre o caro e hoje tão tematizado, se pergunta ainda: teria Marx deixado, por alguma razão, essa lacuna em sua obra madura? E indica sua hipótese:

Pensamos que Marx desistiu de expor, em separado, uma teoria do Estado, justamente porque o Estado, para ele, não possui consistência, não possui qualquer autonomia ou independência frente às relações de produção. Para chegar a essa conclusão, basta atentar para o fato de que, no interior de *O capital*, as ações do Estado aparecem sempre de maneira subordinada (Dillemburg, 2011, p. 131).

Portanto, o autor mostra que Marx afirma ali as determinações legais que regulavam "o período, os limites e as pausas no trabalho [...] não eram, de modo algum, produto de alguma fantasia parlamentar" (Dillemburg, 2011, p. 131)<sup>27</sup>. E, para Marx, as leis inglesas daquela época não passavam da confirmação de uma situação já existente, de uma contradição, mas não uma simples questão abstrata republicana parlamentar democrata, e sim, como o próprio Marx assinou e Dillemburg registra muito bem, uma contradição que se desenvolve "progressivamente das próprias circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno" (Dillemburg, 2011, p. 132).

E é por esta mesma determinação e sentido que Marx teria concluído que "a formulação, reconhecimento oficial e proclamação [das leis] pelo Estado foram o resultado de prolongadas lutas de classes" (Dillemburg, 2011, p. 131). Isso posto, para Marx, a legalização de uma jornada normal de trabalho não é o produto de uma fantasia parlamentar, mas de "uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora" (Dillemburg, 2011, pp. 131-132).

---

<sup>27</sup> Citado em Dillemburg da Obra: MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. I, p. 224.

Em outro momento de O capital, no capítulo XXIV do Livro I, Marx mostra e discute novamente o papel subordinado do Estado. A respeito deste trecho, Dillemburg assenta que o Estado foi um instrumento importante, mas não mais do que um instrumento (Dillemburg, 2011), além de ressaltar o registro de Marx nos trechos do capítulo 24 de O Capital, sobre os quais diz que as leis para o cercamento da terra comunal representaram uma forma parlamentar de roubo das terras do povo, o que se provava por meio de exemplos históricos, nos quais os senhores fundiários se presenteavam a si mesmos com a terra do povo, terra que passava a ser propriedade privada daqueles, e faziam isso através de decretos, que nada mais eram do que meios legais de expropriação do povo (Dillemburg, 2011).

É por isso que, para Marx, o verdadeiro poder não estava ali constituído no voto que aprovava os decretos ou na pena que os redigia, mas na violência direta, que Marx chamava ironicamente de: "método inglês de `clarear' propriedades", isto é, "limpá-las de seres humanos" (Dillemburg, 2011, p. 132). Dillemburg expõe como o Estado, desde muitos séculos, ao contrário de garantir os direitos aos trabalhadores, a esses impunha as leis e os decretos de interesse da classe dominante: como estavam representados pelo método inglês de "limpeza de terras", representado na base material das leis das clareações; no que ele, citando diretamente Marx, comenta:

De 1814 a 1820, soldados britânicos foram encarregados de destruir e arrasar pelo fogo todas as aldeias sob a ordem da duquesa de Sutherland. "Uma velha senhora [diz Marx] foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Quinze mil habitantes, cerca de três mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados". Como observa Marx, as leis das clareações de propriedades (Clearing of Estates) serviam apenas para dar uma roupagem legal a essas atrocidades realizadas contra os trabalhadores, que tinham na terra o principal meio do sustento de sua família. Se as leis das clareações serviam para legalizar a expulsão em massa dos trabalhadores do campo, as leis contra a vagabundagem expulsavam aqueles que, já tendo sido expulsos das terras, chegavam às cidades e não encontravam trabalho. Reproduzimos aqui uma das leis citadas por Marx, a lei de 1572 da Rainha Elisabeth, da Inglaterra: esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira

tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos (Dillemburg, 2011, pp. 132-133) 25 - Aqui, no trecho, as citações em Dillemburg são todas remetidas ao livro *O Capital*, já antes referenciado.

Nessa análise, então, o autor aponta que, para Marx, a luta entre as classes pela apropriação das forças produtivas, como a terra, os instrumentos de trabalho e a força de trabalho operária, constituem-se enquanto os próprios fundamentos das leis. Ou seja, em absoluto, é a luta de classes que exige o estabelecimento de leis que regulamentem até as mais bárbaras ações. Para Marx, conclui:

numa sociedade de classes, as leis e o próprio Estado como um todo não passam de instrumentos para a legitimação da exploração de uma classe sobre a outra, leis que ora assumem características mais bárbaras, ora menos, mas que sempre têm como objetivo conservar as relações sociais como estão (Dillemburg, 2011, p. 133).

Pelo que expomos ao longo desta interseção de nossa tese, embora da forte e manifesta procurada crítica ao status quo, os comentadores de *O 18* de Brumário citados, com exceção de Dillemburg, ainda das possíveis diferenças, muitas semelhanças também entre os tantos autores que citamos, nos parecem marxistas ocidentais que tenderam, em geral, enxergar e pugnar a política como uma – ainda que não simples – derivação e relação dependente com a própria e estrita democracia burguesa.

Para finalizar este recorte, queremos, ainda, emprestar do próprio Dillemburg, partes retiradas de sua dissertação de mestrado, em especial ao registrar algumas notas acerca de uma possível definição e os problemas conceituais em correntes intelectuais identificadas e ou aproximadas ao campo teórico reconhecido por Marxismo ocidental. Ao se referir ao texto "ensaio as aventuras da dialética", de Maurice Merleau-Ponty, citado por José Paulo Netto, considera Lukács, em sua principal obra: "História e consciência de classe", o precursor do que ficou conhecido posteriormente como marxismo ocidental, conceito o qual, segundo Herbert Marcuse, "caracteriza-se pela

oposição ao marxismo soviético" (Netto, 1996, p. 8, *apud* Dillemburg, 2006, p. 21 )<sup>28</sup>.

Em semelhante direção crítica, Guido Oldrini, autor que discute as posições de Gramsci e Lukács enquanto possíveis adversários do marxismo da Segunda Internacional, considera ambos, Lukács e Gramsci, os principais expoentes do "marxismo ocidental" (Dillemburg, 2006, pp. 21-22). Dillemburg (2006, pp. 21-23), em referência às palavras diretas de José Paulo Netto, quando este marxista trata das formas e conteúdos gerais presentes em Gramsci, Horkheimer, Lefebvre e Althusser, ao criticar o chamado pensamento crítico, aos pressupostos aproximados em Lukács, assenta que o marxismo ocidental "não é um conceito preciso, mas uma noção lassa, frouxa, lábil e multivalente".

#### **2.4 Glosas críticas marginais às apropriações e reinterpretações de O 18 de Brumário**

Até aqui, foi mostrado alguns dos principais conceitos que atribuímos enquanto pensamento intelectual do marxismo ocidental, nos quais identificamos e exploramos que uma participação na democracia burguesa não situe, desde logo e indeterminadamente, uma contradição em si. Ao menos se considerando da possível atuação tática do partido operário no parlamento burguês, com destaque para desconstruir, e tão logo possível destruir por completo as teses reformistas e de cunho por concerto do Estado burguês.

Esse é um trabalho de desqualificação crescente dos democratas estritos, que procuram reduzir as danosas inserções pequeno burguesas junto às massas operárias e camponesas. De modo que seja factível superar esse caminho bloqueado, para avançar em termos de uma crescente desconstrução do parlamento burguês enquanto perspectivas proletárias legítimas e suficientes, também por meio de um estratégico afastamento, acumulação de forças comunistas e estabelecimento de certas condições para uma sequente

---

<sup>28</sup> Estes filósofos foram citados por José Paulo Netto no seu livro: NETTO, J. P. "Lukács e o marxismo ocidental". In: **Lukács: Um galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 8.

radical e completa superação desse parcial plano político nominal por destruição ideológica do Estado burguês, substitui-se pela ditadura do proletariado, enquanto estruturas transitórias sob o total controle das plenárias dos conselhos operários.

Mas, conforme pudemos mostrar e perceber, dado ao rompimento com as teses marxianas clássicas, o marxismo ocidental propõe uma espécie de idealismo, estimulando uma ingênua crença de que o capitalismo pode ser controlado por meio de seu próprio Estado e as Câmaras democráticas de mera sustentação burguesa. Com essa sua conduta, o marxismo ocidental atua para interromper e inviabilizar os próprios limites admitidos na provocação e movimentação comunista, em uma participação apenas inicialmente democrata no parlamento burguês. Diferente da orientação marxiana, o marxismo ocidental, em escape ao clássico programa da revolução operária, tem-se colocado até ansioso, absolutamente interessado e disposto por assumir os tidos poderes inexatos tributados aos próprios executivos burgueses.

Para tanto, é necessário conquistar margens nas bancadas do parlamento (compradas por meio de corrupção, não por meio de ampliação das consciências proletárias). Enxerga-se que essa conformação resulta não para mostras da sociedade de classes, daqueles interesses antagônicos, mas sim - e sobretudo - em negar aos interesses clássicos dos proletários, no intuito de garantir tão apenas a governança nominal em mandatos associativos burgueses assumidos junto aos executivos capitalistas que seguem sangrando os trabalhadores assalariados por todo o mundo.

Para essa infeliz verificação, basta observar e reconhecer, na contemporaneidade, os alcances pretendidos e os anseios dos partidos de esquerda eleitorais que se prestam em assumir a identidade de mero artigo de assento no animal representado no sistema Capitalista em corpo e músculos. Esses, alternadamente, lutando e disputando votos nas urnas do sufrágio para bem servir de apoio macio aos proprietários dos meios de produção enquanto candidatos desequilibrados, que procuram, em suas candidaturas e governos, sustentar montaria no adestramento do animal capitalista bestial enfurecido.

E isso segue em solavancos e tombos fantásticos não apenas devido a uma suposta falta de perícia dos diferentes cavaleiros e cavaleiras, quase típicos nobres auxiliares de montaria, educados e cultos, de "direita" ou

"esquerda", os (as) que procuram experimentar e se postarem em doutrinação, tentando artificialmente instruir freios aos meios velozes do puro sangue do capital – o metabolismo burguês.

Em verdade, independentemente de suas filiações aparentes, nas invariáveis e elegantes poses registradas em meio aos solavancos do animal, além dos partidos liberais ou democratas burgueses clássicos, outros, sob a orientação do marxismo ocidental sobretudo, se alistam ali também diversos entes de supostos partidos de trabalhadores, de um socialismo e liberdade liberal ou de trabalhadores unificados, até radicais, enquanto esses, os defensores dos anseios dos trabalhadores, do campo e da cidade, em união difícil, mas sempre alcançada popular, figuram enquanto cavaleiros e cavaleiras vindos das escolas da briosa esquerda eleitoral, absolutamente ansiosa e inscrita no exame de equitação.

Percebamos, pois, esse cenário não em um simples exame de instrução, mas numa espécie de exame probatório, dado pelas avessas, em que só comprova suas teses e condutas reformistas. Apesar das filas de candidatos e candidatas por doutrinar o corpo e nervos furiosos do já velho bestial animal burguês e das tantas e diversificadas encenações, o animal enfurecido, e em agonia, segue oferecendo seus coices e solavancos àqueles que pensam lhe controlar: por certo que os coices e a agressividade viril são desviados pelos talentosos cavaleiros, habilmente endereçados, sem qualquer pudor, aos operários e trabalhadores camponeses, alocados ali como peões de segunda categoria e meramente auxiliares ao cavaleiro montado, chamados apenas enquanto soldados rasos, para balançar bandeiras coloridas, em simples intento por distração da coisa capitalista enfurecida.

No teste, quando conseguem montar no animal, são requisitados e conclamados os agrupamentos da classe operária e campesina desorganizados em socorro, vindo, deseducados, correndo depressa com suas bandeirolas coloridas, dirigindo o animal para cima de si, tentando (conforme recebem da competente instrução na escola do marxismo ocidental) evitar ferimentos e até mesmo a morte trágica do cavaleiro, da cavaleira. E se repete. A plateia urra quando vê surgir das baías mais um candidato, seja da direita ou da esquerda, ou ambos, juntos, invertendo-se, tentando se pegar, se segurando pelos cabelos uns dos outros, uma alternância cômica na postura

enlouquecidamente apaixonada por uma mera e apenas nominal gestão do Estado do velho e bom capital.

Essas posições equitativas contemporâneas, sem dúvida alguma, são curiosas, sem mencionar que, ante o conteúdo, vimos tudo, e bem redigido, no legítimo conteúdo de O 18 de Brumário de Karl Marx, obra na qual figuras e acontecimentos aproximados são mostrados com algum valor apenas quando posicionados e tomados em relação de negação, numa espécie de porvir, em que se decide e se resolve as Conjurações de mortos da história do mundo (Marx, 2002).

Para Marx, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa desempenharam, na história, a tarefa de sua época: libertar e instaurar a moderna sociedade burguesa. Ou seja, em trajes romanos e com frases romanas, em lutas sangrentas, ao ponto de os primeiros terem reduzido "a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido" (Marx, 2002, p. 22). Relata, assim, que o Napoleão tio e os partidos e movimentos da primeira época da revolução francesa, diferente do sobrinho herdeiro e da montanha de 1848/1851, não se opuseram às lutas ferozes que fizeram a França sentir as condições sem as quais não seria possível "desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas" (Marx, 2002, p. 22).

O primeiro Bonaparte e o movimento da Revolução Francesa englobavam atores que testemunharam a força que reuniu, interna e para além das fronteiras da França, condições para se varrer por toda parte as instituições feudais, na medida em que isso era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado junto ao continente europeu (Marx, 2002). O estabeleceu que, após aquelas condições, uma vez a nova formação social já garantida, os então colossos antediluvianos desaparecem. E com eles a própria Roma ressurrecta (sic), os Brutus e os Gracos. Marx descreve que, no contexto revolucionário do século XIX, a burguesia francesa, inteiramente absorta e dedicada na necessidade de organizar a produção de mercadorias e, com isso, permitir uma maior e melhor balança econômica interna, precisava revolucionar o grau de produção mercantil em sua economia; o que exigia a concorrência livre e pacífica entre

proprietários, os proprietários dos meios de produção e os proprietários de não mais que sua própria força de trabalho.

O projeto e as relações burguesas eram colocados a cabo sem quaisquer reservas, ao ponto de a sociedade burguesa não mais perceber: "de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço" (Marx, 2002). E, por menos heroico que possa ter sido aquele período, foi, ao mesmo tempo: "não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade" (Marx, 2002, p. 23).

Marx nos mostra que, em tempos de revolução, como nas clássicas tradições da república romana, a burguesia francesa manteve o conteúdo de suas lutas e organização societária em pontos e em graus crescentes, mantendo o entusiasmo dos demais agrupamentos ali envolvidos no mais alto nível possível, ante as lutas históricas daquele tempo de revolução, o que procurava era soterrar por completo, revolucionar e aniquilar os velhos direitos, com destaque ao modo de produção e à estrutura moral empoeirada do passado feudal (Marx, 2002).

Percebe-se, pois, que Marx, diferente dos termos que o marxismo ocidental aproxima, em meros acercamentos estritos e preso ao parlamento burguês, registra que aquelas procuras verdadeiras exerciam a finalidade de possibilitar o glorificar das novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade. Enfático, Marx estabelece que o maior sentido estava em seu principal aspecto de "exaltar na fantasia as missões recebidas e não para esquivar-se de cumpri-las na realidade" (Marx, 2002, p. 23).

Em suma, uma força revolucionária certamente ainda parcial, dependente, mas destrutora, marcava e movia uma própria aniquilação e queda forçada de eras passadas, por meio de um processo elevado, em que termos e lutas se encontram e se determinam enquanto o próprio espírito da revolução burguesa, um espírito material e ideológico burguês que, em notável andamento, impedia o "espectro caminhar outra vez" (Marx, 2002, p. 23).

Mas, como estamos trazendo, comentando e criticando, o que mostrou Marx, em O 18 de Brumário, tem sido invertido no conteúdo veiculado pelo marxismo ocidental, quando propõe meros sapateios restritos ao âmbito democrático vulgar e um completo afastamento da organização da revolução

proletária marxiana. Sabe-se que as determinações econômico-políticas e as afecções impostas pelas duas frações da classe dominante, a burguesia empresarial urbana e o seu braço aliado latifundiário, os grandes proprietários de terras, fazem-se presentes e dominantes em praticamente toda a sociedade capitalista. E, devido a essa dominação de classe, estes dois entes são capazes de estabelecer e instituir estruturas, órgãos estatais, políticas, teorias humanistas, orientação pela cidadania, pelo progresso, pela sustentabilidade, enquanto ideais em ideologias e procedimentos conservadores, afecções que acabam dirigidas sobre os diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo caso a classe operária e o segmento camponês se verifiquem desorganizados em termos clássicos.

Os diferentes segmentos de classes possuem suas forças, claro. Até por isso, as frações da classe dominante procuram exercer os maiores alcances possíveis sobre eles. Mas eles não constituem ou exercem, isoladamente, fora de seu acercamento e estreito dependente das duas classes em luta, burguesia e proletariado, qualquer condição de ação ou reação autônoma, estando impedidos de se envolverem diretamente na luta de classes de maneira independente.

E, desta determinação, para além dos âmbitos de interesse sociológico ou historiográfico, criticados por Marx em O 18 de Brumário, não representam as performances dos segmentos de classes absolutamente um dado insuperável. Ao contrário, esses se inserem numa totalidade em antagonismo que ultrapassa as pautas e questões isoladas, questões estas que existem como veias frágeis, que podem até se rasgar por completo, em uma ruptura com a já modesta ligação artificial, que percebe e recebe do organismo o modo central metabólico de organização e movimentação na sociedade de classes no capitalismo.

Em tudo, os segmentos de classes não possuem sequer condições de questionar o órgão central e as forças colossais que movimentam os fluidos que oferecem as temperaturas vitais em um dado corpo societário, seja para manutenção, fortalecimento de sua saúde ou, em termos revolucionários, no capitalismo, uma vez doente, dificultar os remédios de controle de sua febre, forçando, dessa forma, e conduzindo ao seu descanso final, oferecendo o sepultamento merecido, ante a morte já não mais apenas presumida da

sociedade burguesa, mas já completamente substituída pela associação dos proletários em todo o mundo.

Todavia, o programa operário para destituição da burguesia de seu Estado, de sua aniquilação por completo, reduz em si as possibilidades absolutamente carentes, dependentes, difíceis, mas passíveis e necessárias de serem arrastadas no processo de organização operária, em perspectiva de associar os braços dos trabalhadores camponeses disponíveis.

Relacionar esses complicados esquemas e determinações sob os segmentos de classes camponeses não se mostra uma tarefa fácil, sobretudo caso o objetivo realmente procure mirar e entender o que se passa nesse movimento associativo proletário operário dependente. Para essa tematização, é necessário desvelar em quais formas e conteúdo tais relações/ composições podem se constituir induzidas, potencializadas ou até entorpecidas, conforme tão bem mostrado ao longo do conteúdo de O 18 de Brumário.

Enlaces e determinações podem relacionar, determinar, exercer e alcançar, provocar e mesmo consumir em atos potentes e relativos ao próprio movimento em luta de classes revolucionária. Isso se exige considerar, com a máxima suficiência possível, as estratégias conservadoras por parte das duas classes dominantes. E o que essas influências conservadoras, suas garras sob os segmentos de classes, camponeses e outros, exigem de um programa político de emancipação proletária. Por outro lado, isso impõe necessidades ao legítimo marxismo que precisa relacionar as sérias considerações implicadas no tradicional movimento que tende a conduzir ao fim da propriedade privada dos meios de produção e a nefasta exploração do trabalho assalariado.

Esta tese aborda e discute termos específicos próprios, os quais, por certo, requerem pautas que precisam ser tratadas dentro do próprio corpus marxista, andamento que avaliamos ter se ampliado em um ainda complicado desenvolvimento muito para além do estrito objeto definido, investigado e apresentado ao longo dos capítulos e itens desta tese.

Assim, apesar das disputas internas no marxismo, é evidente que Marx já havia analisado detalhadamente as complexas relações entre as diferentes frações da classe dominante e seu impacto nos trabalhadores camponeses, como evidenciado em "O 18 de Brumário". No entanto, as interpretações

ocidentais do marxismo frequentemente negligenciam ou distorcem essas análises, ignorando aspectos fundamentais presentes na obra de Marx.

Ao examinar cuidadosamente o que Marx expôs em "O 18 de Brumário", torna-se claro que as lacunas nas teorias marxistas ocidentais são injustificáveis, especialmente quando confrontadas com o conteúdo legítimo da obra. O marxismo ocidental muitas vezes se concentra apenas em uma interpretação superficial da obra, negligenciando a existência de diferentes movimentos camponeses e sua relação com o programa operário clássico.

A abordagem do marxismo ocidental à democracia e ao parlamento burguês também é alvo de críticas. Em "O 18 de Brumário", Marx descreve as limitações e falhas dessas instituições, que eventualmente levaram à ascensão de Bonaparte por meio de um golpe. No entanto, as interpretações ocidentais frequentemente divergem do que Marx realmente argumentou, defendendo visões opostas às suas.

Essas divergências e distorções na interpretação do marxismo ocidental destacam a necessidade de uma análise mais cuidadosa e fiel das obras de Marx, especialmente aquelas como "O 18 de Brumário", que oferecem elementos valiosos sobre a dinâmica política e social de sua época.

O dado absurdo nos leva a pensar o porquê o marxismo ocidental acredita ter estabelecido grande conclusão, achado filosófico ao reivindicar que existiria, naquelas experiências na França das luzes, qualquer lição advinda do suposto e crítico abandono dos operários em luta revolucionária direta com a burguesia aos espaços democráticos, quando, em verdade, os dados históricos, filosóficos e comportamentais explicitados por Marx indicam o contrário.

Conforme retratado no legítimo conteúdo de "O 18 de Brumário", Marx enfatiza que, durante os eventos de 1848 em Paris, o proletariado estava praticamente sozinho em sua luta, enquanto mais de 3 mil operários foram brutalmente reprimidos após a ascensão da república burguesa, com milhares sendo deportados da França. Contrariamente à visão do marxismo ocidental e da teoria crítica, Marx critica fortemente a postura dos democratas no parlamento francês da época, destacando como a Segunda República, ao autorizar o massacre dos proletários em junho de 1848, mostrava sua submissão aos interesses burgueses, o que continuou até seu declínio moral.

Marx mostra em seu livro que foi nesse contexto desfavorável que a nova constituição republicana francesa foi elaborada, revelando que a república servia aos interesses burgueses, apesar dos esforços insuficientes da social-democracia local para estabelecer uma base mais justa. Assim, a tentativa do marxismo ocidental de conferir uma aura benigna ao Estado é vista como uma ilusão, especialmente considerando suas divergências com as teses de Marx sobre a revolução proletária.

Marx demonstra em "O 18 de Brumário" que, durante o período que se estendeu de 24 de fevereiro (queda de Luís Filipe) até 4 de maio de 1848 (instalação da Assembleia Constituinte), conhecido como o prólogo da revolução, tudo era considerado provisório, inclusive o governo provisório nomeado e suas ações. A burguesia, com contribuição decisiva dos social-democratas, estava firmemente no controle, enquanto o espírito democrático local, apesar de algumas hesitações, estava comprometido com os interesses burgueses e distante do proletariado (Marx, 2002, p. 27).

Em "O 18 de Brumário", Marx observa que durante aquele período, ninguém se considerava com o direito absoluto de governar ou agir. Assim, todos os grupos que haviam participado da revolução - a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas - temporariamente encontraram seu lugar no governo de fevereiro. Para Marx, isso era inevitável dado o estágio inicial da revolução. Inicialmente, as jornadas de fevereiro visavam principalmente uma reforma eleitoral, que ampliaria o círculo dos privilegiados politicamente dentro da classe dominante e diminuiria o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Analisando esses acontecimentos, Marx escreve:

Quando estalou o conflito de verdade, porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a sequência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma república social. Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna, conteúdo esse que estava na mais singular contradição com tudo que, com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dadas as circunstâncias e condições

existentes, podia ser imediatamente realizado na prática. Por outro lado, as pretensões de todos os demais elementos que haviam colaborado na Revolução de Fevereiro foram reconhecidas na parte de leão que obtiveram no governo. Em nenhum período, portanto, encontramos uma mistura mais confusa de frases altissonantes e efetiva incerteza e imperícia, aspirações mais entusiastas de inovação e um domínio mais arraigado da velha rotina, maior harmonia aparente em toda a sociedade e mais profunda discordância entre seus elementos. Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra (Marx, 2002, p. 29).

Ali, não só se testemunhou uma oposição dinástica que pega de surpresa os republicanos, e estes segundos aos socialistas; como em tudo se pode afirmar que toda a própria França foi surpreendida por Paris. Sua Assembleia Nacional, reunida em 04 de maio de 1848, enquanto resultado de eleições nacionais: "representava a nação. Era um protesto vivo contra as presunçosas pretensões das jornadas de fevereiro e devia reduzir os resultados da revolução à escala burguesa" (Marx, 2002, p. 29).

Marx mostra que o proletariado de Paris, que compreendeu imediatamente o caráter conservador da Assembleia Nacional, tentou em vão, em 15 de maio, poucos dias depois de sua instalação, anular pela força a sua existência. Mas "o 15 de maio não teve outro resultado senão o de afastar Blanqui e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública (Marx, 2002, p. 29).

Para assegurar a república burguesa, as reivindicações do proletariado de Paris foram traduzidas enquanto devaneios utópicos, ao que se deveria pôr um paradeiro. E a essa declaração da Assembleia Nacional Constituinte, o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de junho, "o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa" (Marx, 2002, p. 29).

Com a vitória da república democrática burguesa, por meio do estado de sítio implementado pela casa do povo burguês, além dos assassinatos, mais de

quinze mil foram deportados sem julgamento. Nessa derrota, o proletariado é jogado pela força do Estado para o fundo da cena revolucionária (Marx, 2002, p. 30). Apesar de o proletariado tentar readquirir o terreno perdido em todas as oportunidades, e o movimento parecia adquirir novo impulso, mas isso mostrava-se em uma energia cada vez menor e com resultados sempre menores, de modo que, a partir daquele momento, já derrotado, sua mera resistência o levava, quando camadas sociais superiores entravam em efervescência revolucionária, "o proletariado alia-se a ela e, conseqüentemente, participa de todas as derrotas sofridas pelos diversos partidos, umas depois das outras" (Marx, 2002, p. 30).

Marx mostra que nesse programa e trilhar decadente, além das alianças frágeis e levadas ao fracasso, paralelamente os dirigentes mais importantes do proletariado na Assembleia e na imprensa caem sucessivamente, vítima dos tribunais, e figuras cada vez mais equívocas assumem a sua direção e o proletariado: "lança-se em parte a experiências doutrinárias, bancos de intercâmbio e associações operárias, ou seja, a um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta alcançar sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, tem por força que fracassar" (Marx, 2002, p. 30).

Ao agir assim em uma conduta já desorganizada, com o proletariado já parecendo incapaz de descobrir novamente em si a grandeza revolucionária ou de retirar novas energias, até devido aos vínculos estranhos que viu se colocarem sob si, alcança o ponto crítico em que:

Todas as classes contra as quais lutou em junho estão, elas próprias, prostradas ao seu lado. Mas pelo menos sucumbe com as honras de uma grande luta histórico-universal; não só a França, mas toda a Europa treme diante do terremoto de junho, ao passo que as sucessivas derrotas das classes mais altas custam tão pouco que só o exagero descarado do partido vitorioso pode fazê-las passar por acontecimentos, e são tanto mais ignominiosas (sic) quanto mais longe do proletariado está o partido derrotado (Marx, 2002, p. 30).

Marx indica que a derrota dos insurgentes em junho estabeleceu as bases para a fundação e construção da república burguesa. Isso também

evidenciou que na Europa, as questões não se limitavam apenas à escolha entre república ou monarquia. Marx explica que a república burguesa representava o domínio absoluto de uma classe sobre as outras, mostrando que em países com uma longa tradição civilizacional, uma estrutura de classes consolidada, condições modernas de produção e uma consciência intelectual que havia dissipado as ideias tradicionais ao longo de séculos, a república se tornava a forma política da revolução da sociedade burguesa e não apenas uma tentativa conservadora de manter o status quo, mesmo que ainda houvesse certa cautela devido aos resquícios dos interesses antiquados dos estamentos rurais (Marx, 2002).

Essa situação contrasta com as condições descritas por Marx em "O 18 de Brumário" quando ele discute os Estados Unidos da América do Norte no mesmo período do século XIX. Nos EUA, embora existissem classes, estas ainda não estavam rigidamente definidas, pois estavam em constante mudança e intercâmbio, formando um fluxo contínuo. Além disso, os modernos meios de produção nos EUA, ao invés de enfrentarem uma superpopulação crônica, compensavam a escassez relativa de mão de obra (Marx, 2002).

Para Marx, nessas parciais distintas condições, o febril movimento juvenil da produção material, ante aos americanos, percebeu um novo mundo para conquistar ali: "não deixou nem tempo nem oportunidade de abolir a velha ordem de coisas" (Marx, 2002, p. 31).

As condições na França permitiam que os operários franceses buscassem diretamente sua própria vitória. O proletariado francês tinha a capacidade de impulsionar a revolução francesa por si mesmo. No entanto, essa possibilidade era vista como uma ameaça pelas classes dominantes, levando a ataques violentos contra os movimentos proletários em Paris. Nesse cenário, todas as classes e partidos se uniam no partido da ordem, contra a classe proletária, que era considerada como o partido da anarquia, do socialismo e do comunismo.

Marx critica essa união conservadora das classes dominantes, observando que esses senhores haviam "salvado" a sociedade dos "inimigos da sociedade". Eles mobilizaram seus exércitos sob as palavras de ordem da velha sociedade - "propriedade, família, religião, ordem" - e proclamaram aos defensores da contrarrevolução: "Sob este signo, vencerás":

A partir desse instante, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: "Propriedade, família, religião, ordem." A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação ainda que dá mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um "atentado à sociedade" e estigmatizada como "socialismo". E, finalmente, os próprios pontífices da "religião e da ordem" são derrubados a pontapés de seus tripódes típicos (sic), arrancados de seus leitos na calada da noite, atirados em carros celulares, lançados em masmorras ou mandados para o exílio; seu templo é totalmente arrasado, suas bocas trançadas, suas penas quebradas, sua lei reduzida a frangalhos em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Os burgueses fanáticos pela ordem são mortos a tiros nas sacadas de suas janelas por bandos de soldados embriagados, a santidade dos seus lares é profanada, e suas casas são bombardeadas como diversão em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. Finalmente, a ralé da sociedade burguesa constitui a sagrada falange da ordem e o herói Crapulinski (8) se instala nas Tulherias como o "salvador da sociedade" (Marx, 2002, p. 32)<sup>29</sup>.

O livro "O 18 de Brumário" revela que, durante o turbulento período da história francesa, especialmente após as jornadas de junho, a Assembleia Nacional Constituinte não foi apenas a história da construção, mas também do declínio da fração republicana da burguesia. Essa fração incluía diversos grupos, como os republicanos tricolores, os republicanos puros, os republicanos políticos e os republicanos formalistas, cujas divergências e desentendimentos acabaram levando à desintegração de sua influência e poder político. (Marx, 2002).

E sob a monarquia burguesa de Luís Filipe, essa fração burguesa formou a oposição republicana oficial e se constituiu enquanto parte do mundo político de então. Marx mostra que essa fração tinha assentado seus

---

<sup>29</sup> Nota no citado trecho de O 18 de Brumário: Nota 8- Crapulinski - Herói do poema de Heine, Dois Cavaleiros. Nesse personagem Heine leva a ridículo os nobres poloneses estróinas (Crapulinski vem da palavra francesa \*crapule\* = canalha, devasso).

representantes nas Câmaras do parlamento e exercia uma considerável esfera de ação no âmbito da imprensa, alcançando o órgão parisiense, "o National, que era tão respeitável, em seu gênero, como o Journal des Débats (Marx, 2002, p. 33).

O caráter do grupo citado por Marx correspondia à própria posição que esta fração ocupava sob a monarquia constitucional. E, embora, recorda Marx, ela não reunisse uma fração da burguesia em prol dos grandes interesses comuns, era uma fração ampla, um grupo de burgueses de ideias republicanas – escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria – que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Filipe: "à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e sobretudo ao nacionalismo francês, cujo ódio aos acordos de Viena e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente" (Marx, 2002, p. 34).

Sobre estas características peculiares, Marx mostra, inclusive, que grande parte dos partidários com quem contava o National, durante o governo de Luís Filipe, se motivavam devido ao seu imperialismo camuflado, o que determinava a centelha do National, em termos de que o grupo "combatia a aristocracia financeira da mesma forma que todo o resto da oposição burguesa" (Marx, 2002, p. 33).

Inclusive, conforme Marx nos explica, as polêmicas contra o orçamento que estavam, na França, estreitamente ligadas à luta contra a aristocracia financeira, resumiam-se, por parte do grupo responsável pelo National, em proporcionar uma popularidade demasiado barata e material para editoriais puritanos demasiado abundantes, para não ser espertamente explorado. De resto, aponta que a burguesia industrial estava agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, "que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que no interesse da economia nacional: a burguesia, como um todo, estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo (Marx, 2002, p. 33).

Em contraste com interpretações como a de Perissinotto (2007), Marx, em "O 18 de Brumário", expõe que o partido do National não diferia muito além de exercer puramente os ideais republicanos. Ou seja, eles buscavam que a dominação burguesa adotasse formas republicanas em vez de monárquicas, e,

principalmente, buscavam obter benefícios significativos desse domínio, como altas remunerações em troca das ideias que promoviam.

O livro sugere que as condições para essa transformação não garantiam um plano de ação claro por parte desse partido de mídia flutuante. Ao contrário do que algumas interpretações sugerem, Marx enfatiza que o objetivo principal do partido do National era assegurar sua própria influência e vantagens financeiras dentro da estrutura de poder estabelecida. Para Marx, pelo contrário, era claro e publicamente admitido nos banquetes reformistas dos últimos tempos do reinado de Luís Filipe, "a sua impopularidade entre os democratas pequenos burgueses e, em particular, perante o proletariado revolucionário" (Marx, 2002, pp. 33-34).

Aliás, Marx mostra que os republicanos puros se comportavam naquele contexto de um modo bastante pragmático e peculiar. Ao passo de, quando estavam já ao ponto de se contentar com a regência da duquesa de Orléans, mas antes disso irrompe a Revolução de Fevereiro, "seus representantes mais conhecidos foram apontados para postos no Governo Provisório" (Marx, 2002, p. 35). E, naquele contexto e conduta limitada, oportunista, ao contarem com o apoio da burguesia e com a maioria na Assembleia Nacional Constituinte, conduziram tais determinações para que os elementos "socialistas" do Governo Provisório fossem "imediatamente excluídos da Comissão Executiva formada pela Assembleia Nacional por ocasião de sua instalação, e o partido do National aproveitou a deflagração da insurreição de junho para dissolver também a Comissão Executiva, e livrar-se assim de seus rivais mais próximos, os republicanos pequenos burgueses ou republicanos democratas (Ledru-Rollin), etc." (Marx, 2002, p. 35).

Marx destaca que, nesse contexto de oportunismo, Cavaignac, o general do partido republicano burguês que liderou a batalha de junho, assumiu o controle da Comissão Executiva e adquiriu poderes quase ditatoriais. Além disso, Marrast, ex-redator-chefe do National, tornou-se o presidente vitalício da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse cenário, todos os ministérios e cargos importantes do governo acabaram nas mãos dos republicanos puros. Isso contrasta com as visões atribuídas por intelectuais do marxismo ocidental ou pela teoria crítica, que tendem a retratar as relações políticas no parlamento burguês como

estritamente definidas. No entanto, conforme narrado por Marx em "O 18 de Brumário", a mesma fração republicana-burguesa, que se considerava a herdeira legítima da monarquia de julho, viu suas expectativas mais otimistas superadas. Reconhece que os republicanos puros alcançaram o poder e realizaram suas aspirações, mas não como sonhara, sob o governo de Luís Filipe, através de uma revolta liberal da burguesia contra o trono, e sim: "através de um levante do proletariado contra o capital, levante esse que foi sufocado a tiros de canhão. O que imaginara como o acontecimento mais contrarrevolucionário. O fruto caiu-lhe nas mãos, mas caído da árvore do conhecimento e não da árvore da vida" (Marx, 2002, p. 35).

Aliás, Marx explica que este poder efêmero de domínio exclusivo dos republicanos burgueses durou o curto tempo entre 24 de junho a 10 de dezembro de 1848. E se resumiu nos próprios atos mencionados pouco antes: "na elaboração da Constituição republicana e na proclamação do estado de sítio em Paris" (Marx, 2002). Naquele contexto oportunista e reformista conservador, restava absolutamente patente que a nova Constituição constituía apenas uma espécie de reedição, em forma republicana, da anterior Carta constitucional de 1830. O próprio limitado cadastro eleitoral da monarquia de julho, que excluía do domínio político uma grande parte da burguesia, era ali incompatível com a existência da república burguesa. Marx expõe que, ao invés dessas restrições, a Revolução de Fevereiro proclamara imediatamente o sufrágio universal e direto (Marx 2002, p. 35).

Por seu lado, os republicanos burgueses não puderam desfazer esse ato. Segundo Marx, tiveram que se contentar com acrescentar uma cláusula instituindo a obrigatoriedade de, pelo menos, seis meses de residência no distrito eleitoral: "a velha organização da administração, do sistema municipal, do sistema jurídico, militar etc., permaneceu intacta ou, onde foi modificada pela Constituição, a modificação atingia o rótulo, não o conteúdo, o nome, não a coisa em si" (Marx, 2002, p. 35).

Essa passagem de "O 18 de Brumário" tem sido reinterpretada de maneiras diversas pelo marxismo ocidental, especialmente quando se trata da luta pelo sufrágio. Marx não estava defendendo simplesmente uma luta restrita pelo sufrágio, como às vezes é mal compreendido. Na verdade, as bandeiras pelo sufrágio não eram empunhadas diretamente pelo proletariado, mas sim

parcialmente pelos republicanos, principalmente pelos republicanos democratas, enquanto o movimento proletário apoiava esse lema burguês de forma distinta, com interesses distintos dos republicanos, sejam moderados ou radicais da pequena burguesia.

O ponto crucial aqui não era se essas bandeiras pelo sufrágio seriam ou não alcançadas efetivamente. Ao contrário, havia a convicção de que, nesse contexto, essa luta legal poderia parcialmente servir para unir e reorganizar o proletariado, embora as perspectivas proletárias estivessem em um patamar muito além da simples luta democrática. Estrategicamente, as lutas pelo sufrágio eram vistas como oportunidades para desenvolver e aprimorar a organização proletária, buscando aproximar os trabalhadores de uma nova consciência que os libertasse das ideias democratas burguesas e os conduzisse a perceber um caminho além das estreitas perspectivas do sufrágio burguês.

O contexto discutido por Marx em "O 18 de Brumário" é radicalmente diferente do que tem sido aludido pelo marxismo ocidental. Marx destaca que mesmo as liberdades aparentemente garantidas em 1848 aos proletários na França - liberdade pessoal, de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião etc. - eram na verdade limitadas pelo estrito contexto constitucional e moral de classe. Marx ressalta que cada uma dessas liberdades era proclamada como um direito absoluto do cidadão, mas sempre acompanhada de restrições que as subordinavam à harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Marx nos oferece alguns exemplos disso, conforme presentes na própria clássica Constituição Francesa eleita:

Os cidadãos gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar suas opiniões, quer pela imprensa ou por qualquer outro modo. O gozo desses direitos não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública (Capítulo 2, parágrafo 8, da Constituição Francesa).

E mais: "(...) "O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do

Estado" (Ibidem, parágrafo 9). Ainda, outros direitos: "(...) O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, exceto nas condições prescritas na lei" (Capítulo 2, parágrafo 3, Constituição Francesa, citada por Karl Marx, 2002, p. 36).

E, para Marx, a Constituição burguesa (em sua clássica configuração) sempre remete a futuras leis orgânicas que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas, de maneira que não colidam nem entre si nem com a segurança pública.

De modo que todas as liberdades previstas na constituição clássica acabam, como ocorreu naquela oportunidade comentada por ele em O 18 de Brumário, regulamentadas em formato de garantir que a burguesia, no gozo delas, se encontre sempre livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes: "onde são vedadas inteiramente essas liberdades "aos outros" ou permitido o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito sempre apenas no interesse da "segurança pública", isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição" (Marx, 2002, p. 35)<sup>30</sup>.

Como resultado, Marx nos expõe que cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem: "desde que o nome da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva - de acordo com a lei, naturalmente - a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência na vida real" (Marx, 2002, p. 36)<sup>31</sup>.

Aderente com a definição constitucional burguesa clássica, a oficial constituição francesa da época foi absolutamente adequada, ao ponto de os grupos burgueses que compunham e ocupavam o Estado Francês, embora defendessem um domínio republicano por meio do parlamento, em que tinham maioria, mantiveram uma posição excludente de participação no governo

---

<sup>30</sup> Mostraremos, no capítulo seguinte, o quanto e como Nicos Poulantzas (1980) altera e agride esta concepção clássica acerca da lei, da Constituição Burguesa e, de resto, acaba por encobrir o próprio Estado burguês em sua perspectiva de condensação cidadã classista proletária.

<sup>31</sup> Nicos Poulantzas indiscutivelmente leu o livro O 18 de Brumários. Vários de seus comentaristas, dentre eles Adriano Codato inclusive celebram isso, relacionando com sua tese presente no livro: O Estado, o poder, o socialismo (1980). Por isso mesmo, é ainda mais difícil admitir o como o grego consegue propor o que sugere em sua tese, a qual mostraremos e criticaremos nos dois próximos capítulos desta tese.

provisório daqueles representantes democráticos que erroneamente se acreditaram ser socialistas radicais (Marx, 2002).

A propósito desta conduta, Marx observa em "O 18 de Brumário" que esse pode ter sido um dos maiores equívocos dos democratas puros da época. Ele destaca especialmente a exclusão exigida naquele contexto, ressaltando a necessidade de uma mudança drástica, principalmente diante do enfraquecimento do movimento operário e da passividade dos grupos proletários no parlamento, que se mostravam inofensivos para a burguesia. Marx enfatiza como poderia ter sido garantida uma representação parlamentar meramente formal e abstrata do proletariado francês, algo que acabou ocorrendo posteriormente.

Além disso, Marx analisa o período que vai de 20 de dezembro de 1848 até a dissolução da Assembleia Constituinte, em maio de 1849, destacando a situação difícil enfrentada pelos republicanos burgueses durante esse período. Os quais, "após terem fundado uma república para a burguesia"; de terem "expulsado do campo de luta o proletariado revolucionário"; de terem conduzido momentânea e desnecessariamente a própria pequena burguesia democrática ao silêncio; são por fim "eles mesmos postos de lado pela massa da burguesia:

que com justa razão reclama essa república como sua propriedade. Essa massa era, porém, monárquica. Parte dela, latifundiários, dominara durante a Restauração e era, portanto, legitimista. A outra parte, os aristocratas da finança e os grandes industriais, havia dominado durante a monarquia de julho e era, conseqüentemente, orleanista. Os altos dignitários do exército, da universidade, da igreja, da justiça, da academia e da imprensa podiam ser encontrados dos dois lados, embora em proporções várias. Aqui, na república burguesa, que não ostentava nem o nome de Bourbon nem o nome de Orléans, e sim o nome de Capital, haviam encontrado a forma de governo na qual podiam governar conjuntamente. A insurreição de junho já os unira no "partido da ordem". Era agora necessário, em primeiro lugar, afastar o núcleo de republicanos burgueses que ocupavam ainda as cadeiras da Assembleia Nacional. Na mesma proporção em que esses republicanos puros haviam sido brutais em seu emprego da força física contra o povo, eram agora covardes, dissimulados, desanimados e incapazes, de lutar na hora da retirada, quando se tratava de assegurar seu republicanismo e

seus direitos legislativos contra o Poder Executivo e os monarquistas. Não preciso relatar aqui a história ignominiosa de sua dissolução. Não sucumbiram; desapareceram. Sua história terminou para sempre, e tanto dentro como fora da Assembleia, figuram no período seguinte apenas como recordações, recordações que parecem reviver sempre que o mero nome república está novamente em causa e sempre que o conflito revolucionário ameaça descer ao nível mais baixo. Posso observar de passagem que o jornal que deu seu nome a esse partido, o National, foi convertido ao socialismo no período seguinte (Marx, 2002, pp. 41-42)<sup>32</sup>.

As últimas palavras de Marx acima representam a suposta transformação do National em organização "socialista". Ou seja, o clássico trânsito abstrato nas representações de classes parece fazer com que os desaparecidos retornem, reclamem que nunca se perderam e, claro, encontrem também aqueles demais pares degenerados que já se encontravam alocados desde muito proximamente. De modo que, quando se reúnem, trilham ao máximo possível para o seu local e paradeiro certo: sucumbir ante os anseios e interesses da burguesia e desorganizar o proletariado.

Marx, em "O 18 de Brumário", descreve o breve período da República Constitucional e Parlamentar francesa como um assento clássico, evidenciado pela autorização direta do violento ataque armado contra o proletariado, resultando no massacre das experiências da classe operária em suas lutas revolucionárias durante a guerra civil na França de 1848. Isso decorreu de um processo amplo de organização dos operários na Europa e da rápida reação burguesa.

No livro, Marx também destaca as tramas pobres e artificiais das condutas democratas e republicanas, que visavam retardar o progresso da história para conter o perigo representado pela organização independente do proletariado. O objetivo era paralisar o espírito da Revolução Francesa até que a burguesia, por meio do Estado, se sentisse completamente segura.

Essa análise filosófica evidenciada por Marx coloca em questão as ideias do marxismo ocidental e da teoria crítica, conforme discutido

---

<sup>32</sup> Ante ao que mostraremos em Nicos Poulantzas no capítulo próximo, é passível aludir que o grego subverte e nega completamente esta análise de Karl Marx em O 18 de Brumário. É possível até estabelecer que ele inverte, coloca de cabeça para baixo, esta rica e clássica análise comunista (uma tese ultrapassada, certamente nos criticaria o grego, ou farão, seus seguidores).

anteriormente no primeiro capítulo da tese. Marx também destaca a importância da independência do movimento proletário revolucionário, especialmente em relação aos democratas estritos, como um passo crucial para ampliar a consciência dos operários e camponeses, cujas condições eram consideradas insuficientes e degeneradas na época: "na Revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno burguês democrático. É traído e abandonado por esse a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho" (Marx, 2002, p. 42).

Mostra que o resultado daquela trama de frações e cenas democratas grotescas foi o mais terrível possível, uma vez que o movimento proletário independente já derrotado e o seu corpo degenerado restante submisso, os democratas pequeno burgueses, apoiando-se nos ombros do partido republicano, pensando estarem estáveis, percebem os republicanos-liberais (Marx, 2002). Estes, também mal acabando de sentir algum chão debaixo dos próprios pés, ao passo que procuravam se ver livre do incômodo camarada, tão logo tentam se apoiar nos ombros do Partido da Ordem, conforme aquelas relações todas: rapidamente o Partido da Ordem: "ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas" (Marx, 2002, p. 42).

Foram essas as relações que esvaziaram a assembleia parlamentar francesa, devido às próprias necessidades ali postas, o interesse dos grandes proprietários de terras, assumidos e defendidos pelos pequenos proprietários parceiros rurais, e, no conjunto complicado, o próprio risco colocado ao projeto burguês de dominação social. E, no modo que ali se desenvolveu e veio assentado, ainda que das insuficiências perceptíveis na câmara parlamentar da república, para Marx, também muito diferente do que alude o marxismo ocidental, todos aqueles modestos acontecimentos não se mostravam em nada surpreendentes, tão menos pudesse provocar qualquer surpresa às posições democratas e liberais clássicas que os levam a perceber que estavam perdendo completamente o chão e vindo "solapados e postos em terra em estranhas caretas" (Marx, 2002, p. 42).

Marx argumenta que a Segunda República francesa não foi efetivamente encerrada, mas sim esvaziada para se adequar aos interesses burgueses, especialmente após 1848, quando Luís Bonaparte e o partido monarquista de

ordem assumiram o poder. Bonaparte, apoiado pela alta burguesia, tomou medidas para minar a república desde o início de seu mandato presidencial. Ele formou um ministério liderado por Odilon Barrot, um liberal burguês, mas usou-o para seus próprios fins, aliando-se aos jesuítas e legitimistas.

Aparentemente, Bonaparte parecia em segundo plano, mas por trás das cortinas agia contra a Assembleia Nacional. Ele conspirou com poderes estrangeiros absolutistas e, mais tarde, usou o exército para consolidar seu poder. O partido monarquista, que inicialmente apoiara Bonaparte, logo se tornou seu principal oponente, pressionando pela dissolução da Assembleia Constituinte.

Bonaparte explorou as divisões na Assembleia e usou as massas desorganizadas, especialmente os camponeses, para minar sua autoridade. Ele aprendeu a apelar diretamente ao povo contra as instituições parlamentares, como demonstrou em sua ascensão ao poder em dezembro de 1851.

Os republicanos democratas, cegos para os verdadeiros motivos de Bonaparte, não perceberam sua manipulação das circunstâncias políticas. A Assembleia Constituinte, enfraquecida por suas próprias ações, acabou sucumbindo ao golpe de Bonaparte em janeiro de 1849.

Os monarquistas, interessados em manter seu controle sobre a legislação, pressionaram pela dissolução da Assembleia e pela aprovação de leis que fortalecessem sua posição. Bonaparte, por sua vez, aproveitou essas divisões para consolidar seu próprio poder, mesmo quando aparentava ser apenas um espectador.

As tentativas posteriores da Assembleia de desafiar Bonaparte foram em vão, pois ele já havia assegurado o apoio do exército e dos monarquistas. A trama política e a manipulação dos eventos por Bonaparte levaram à queda da república parlamentar e à ascensão do Segundo Império. Marx destaca como os interesses da classe dominante, especialmente a burguesia e os grandes proprietários de terras, influenciaram os acontecimentos políticos da época.

Por seu lado, recorda Marx, os bonapartistas, desinteressados e ou incapazes de constituir um partido formal autônomo, naquele contexto, se incorporaram ao partido da ordem, em sua facção mais reacionária (Marx, 2002). Em seu quadro geral, o partido da ordem reunia os altos signatários das

forças armadas, da academia e da imprensa, e essas forças estavam divididas entre: as facções legitimistas e orleanistas, em suas alas e demais profissões dos quadros intelectuais da sociedade também assentados no partido (Marx, 2002).

E Bonaparte, como ponte de apoio às suas intenções despóticas, avança seu plano, chantageando o legislativo, ameaçando denunciar o ato de violação da soberania popular cometido pela assembleia com as alterações promovidas na lei eleitoral, mostrando novamente uma boa astúcia, no mínimo, uma perspicácia superior aos dos pequenos burgueses democratas. Marx nos mostra, também, que um outro elemento utilizado por Bonaparte consistia na exploração da divergência existente entre o poder executivo e o parlamento, como nos episódios envolvendo a intriga entre o ministro da guerra e o chefe das forças armadas e da Guarda Nacional: situações e retratos que também promoviam o desgaste do partido da ordem (Marx, 2002).

Naqueles contextos e sobre o olhar embriagado de Bonaparte, o partido da ordem sentia seu poder reduzir cada vez mais, devido às próprias fissuras internas e cenários sociais militares bárbaros externos que acercavam os salões e os palácios em todos os seus contornos. Diante do perigo iminente, procurando algum tipo de salvaguarda, surge, por fim, a aproximação do Partido da Ordem com a pequena burguesia tida radical, e entra naquela cena o agrupamento democrata que restou reconhecido por a nova Montanha.

O texto de "O 18 de Brumário" destaca a estratégia de Bonaparte de fomentar as disputas internas dentro do partido da ordem para alcançar seus objetivos políticos. Ele aproveitou a proposta de anistia aos presos políticos como uma oportunidade para alimentar o medo do perigo comunista, aumentando as divisões no partido da ordem.

Marx observa como Bonaparte, por meio de mudanças frequentes nos ministérios, criou a instabilidade necessária para realizar seu golpe de Estado. Ele também analisa a influência crucial do campesinato nas eleições de dezembro de 1848, que levaram Bonaparte à presidência.

Este aspecto, muitas vezes negligenciado pelo marxismo ocidental, destaca o papel dos camponeses na ascensão de Bonaparte e questiona a compreensão simplista da luta de classes na política francesa da época. O campesinato, em grande parte conservador, foi crucial para o sucesso de

Bonaparte, já que ele se apoiou em suas visões tradicionais para alcançar o poder, em meio à disputa entre as várias facções burguesas.

E, uma vez já assentado na autoridade máxima do governo, enquanto já presidente, Luís Bonaparte explorou as contradições entre as forças políticas, bem como as limitações e debilidades decorrentes da composição destas forças e dos respectivos interesses que representavam no quadro da luta de classes: primeiro, quando a revolução em permanência foi atacada e derrotada em junho de 1848, ante ao ataque assassino do Estado Francês sob os operários (em que o proletariado é traído e condenado pelo parlamento Francês); na sequência, em ato racional, burguês naquele contexto ainda efervescente, com destaque na ação restante das massas camponesas, a burguesia se unifica e precisa encerrar sua própria república democrática; ou seja, quando nenhuma força política conseguia ali se mostrar capaz de aglutinar as demais e centralizar o poder político, foram criadas as condições que permitiram a chegada despótica ao poder do Estado Francês o General Bonaparte.

Ante aqueles contextos e em meio a muitas caretas, Marx trabalha que Bonaparte, o príncipe do lumpen proletariado, usando desde suas orgias e bebedeiras, mantidas por festas e salsichões, pôs um fim trágico, tragicômico, para a Segunda República Francesa. Ao redigir os trechos até aqui por nós trazidos e comentados, nos parece que Marx talvez até pudesse, se inspirado, pensar em um quadro, que se pintado, poderia trazer uma ilustração de uma cena grotesca, em termos políticos regressivos, abrangendo uma heterogênea mistura de insuficiências e complicações severas e mais que clamorosas.

Ainda que do impossível aqui postulado, em termos ao menos concretos das telas admitidas pelo campo artístico cultural das belas artes, mesmo porque desconhecemos que Marx possa ter se dedicado em pintar uma hipotética obra de arte que representasse o seu livro O 18 de Brumário, o conteúdo crítico, em tese aberta, no retrato daquela realidade, ainda que nas cores e vestimentas da época da França napoleônica, poderia representar algo como – no cenário mais recente, séculos XX e XXI, cenas presas no tempo e em parte interpretadas pelo marxismo ocidental:

Constitucionalistas que conspiram abertamente contra a constituição; revolucionários declaradamente constitucionalistas; uma Assembleia Nacional que quer ser onipotente e permanece sempre parlamentar; uma Montanha que encontra sua vocação na paciência e se consola de suas derrotas atuais com profecias de vitórias futuras; realistas que são pares conscripti (12) da república. (...) Um Poder Executivo que encontra sua força em sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira. (...) Alianças cuja primeira cláusula é a separação; lutas cuja primeira lei é a indecisão; agitação desenfreada e desprovida de sentido em nome da tranquilidade, os mais solenes sermões sobre a tranquilidade em nome da revolução; paixões sem verdade, verdades sem paixões, heróis sem feitos heroicos, história sem acontecimentos; desenvolvimento cuja única força propulsora parece ser o calendário, fatigante pela constante repetição das mesmas tensões e relaxamentos; antagonismos que parecem evoluir periodicamente para um clímax, unicamente para se embotarem e desaparecer sem chegar a resolver-se; esforços pretensiosamente ostentados e terror filisteu ante o perigo de o mundo acabar-se, e ao mesmo tempo as intrigas mais mesquinhas e comédias palacianas representadas pelos salvadores do mundo que, em seu *laissez aller* (13) recordam mais do que o dia do juízo final os tempo da Fronda - o gênio coletivo oficial da França reduzido a zero pela estupidez astuciosa de um único indivíduo; a vontade coletiva da nação, sempre que se manifesta por meio do sufrágio universal, buscando sua expressão adequada nos inveterados inimigos dos interesses das massas, até que finalmente a encontra na obstinação de um filibusteiro (Marx, 2002, pp. 47-48)<sup>33</sup>.

Entendemos esta bela passagem enquanto uma fonte cabal clássica, por se colocar ante o marxismo reformista, aos que já citamos, criticamos e ao que iremos mostrar em Nicos Poulantzas, no próximo capítulo de tese. E apesar de os marxistas reformistas contemporâneos conseguirem identificar, em partes, um Estado como gestor não dos interesses dos proprietários dos meios de produção, mas dum vislumbrado gestor de uma justiça procurada em uma tida nova sociedade civil, em completa ruptura com o programa do partido político operário e tão logo alheios às causas revolucionárias de interesse dos

---

<sup>33</sup> Notas de Marx no citado trecho:

(12) – Patres Conscripti, senadores romanos.

(13) – Laissez Aller – deixar os acontecimentos seguirem seu curso.

trabalhadores, operários e camponeses, faz-se necessário assentar que Marx registrou, em O 18 de Brumário, termos absolutamente opostos aos pressupostos do marxismo ocidental, em distintas orientações, as quais mostram, bem ao contrário, não se ter transcorrido na história do mundo um outro período de menor relevância que aquele, comentando também sobre o grave problema, e as palavras de Marx são fortes e pesadas: "os homens e os acontecimentos aparecem como Schlemihls (14) invertidos, como sombras que perderam seus corpos (Marx, 2002, p. 48)<sup>34</sup>.

Aqui, pedimos por uma atenção suficiente na leitura do trecho. Uma vez que, em termos fidedignos, se mostra necessário compreender e assentar que, diferente do que emana dos fundamentos do marxismo ocidental, em condições tais, criticadas por Marx, ali: "a revolução paralisa seus próprios portadores, e dota apenas os adversários de uma força apaixonada" (Marx, 2002, p. 48). Naquele nebuloso trilho e destino francês aplacante, descreve Marx que, na sua procura, os republicanos puros naufragados verificavam que estavam reduzidos a um grupo de cerca de 50 homens na Assembleia Legislativa Nacional, chefiados pelos generais africanos Cavaignac, Lamoricière e Bedeau (Marx, 2002). Já em relação ao partido de suposta oposição, fraca e com uma equivocada orientação, este era constituído pela Montanha (Marx anota em O 18 que o partido social-democrata adotara a nomenclatura montanha no Parlamento, desde o seu batismo) (Marx, 2002).

Conforme relata, apesar da pequenitude dos atos empreendidos pelos membros da montanha, ela, por sua vez, comandava mais de 200 dos 750 votos da Assembleia Nacional e era, por conseguinte, pelo menos tão poderosa quanto qualquer grupo das três frações do partido da ordem tomados isoladamente (Marx, 2002). Essa condição do Partido social-democrata, em comparação com toda a coligação monarquista, estava ainda apoiada por circunstâncias muito especiais. Segundo Marx, não só as eleições departamentais demonstravam que ele havia conquistado um número considerável de partidários entre a população rural, como também contava com quase todos os deputados eleitos por Paris e outros apoios: "o exército fizera

---

<sup>34</sup> Nota de Marx no trecho:

(14) - Schlemihls - Herói do \*Peter Schlemihl\* de Adalbert von Chamisso. Peter Schlemihl vendeu sua sombra por riquezas, pondo-se depois a procurá-la pelo mundo inteiro.

profissão de fé democrática elegendo três suboficiais, e o líder da Montanha, Ledru-Rollin, em contraste com todos os representantes do partido da ordem, fora elevado à nobreza parlamentar por cinco departamentos, que haviam concentrado nele a sua votação" (Marx, 2002, p. 49).

Eis outras lições e ensinamentos que devem chamar atenção do proletariado contemporâneo, convidado pela esquerda em sufrágio a acreditar que quando as condições são mais favoráveis, os marxistas reformistas e seus partidos estritos democráticos irão transformar a sociedade: aquele palavrorio que os trabalhadores ouvem cotidianamente em seus sindicatos, tomados e dominados pelos progressistas e defensores da sustentabilidade - da sustentabilidade do capital e de seu Estado.

Retomando as observações de Marx em "O 18 de Brumário", destacando como o marxismo ocidental e os grupos socialistas democratas reformistas interpretaram erroneamente a obra. Eles tendem a atribuir um sentido diferente à análise de Marx, sugerindo que seu papel seria de guiar os trabalhadores rumo a fins democráticos pacíficos, como se os parlamentos fossem suficientes em si mesmos para representar os interesses dos trabalhadores contemporâneos.

Essa interpretação é comparada à postura dos sociais-democratas na França do século XIX, que, após a derrota dos operários em 1848, adotaram uma postura conservadora de "reação". No contexto contemporâneo, isso pode ser observado em propostas eleitorais que tentam enganar os trabalhadores, usando a retórica da "reação".

Uma tendência do marxismo ocidental em defender estratégias que, de fato, favorecem a "reação", transformando os socialistas democratas em meros defensores do status quo burguês, em vez de agentes de transformação revolucionária. Essa distorção das ideias de Marx em "O 18 de Brumário" serve aos interesses oportunistas dos partidos eleitorais, que buscam manter sua posição política em vez de promover mudanças efetivas.

Essa revisão distorcida da teoria marxiana representa uma inversão completa dos princípios presentes em "O 18 de Brumário", obscurecendo o verdadeiro significado da obra e servindo apenas aos interesses de partidos e grupos políticos em busca de poder.

A experiência política na França do século XIX, descrita por Marx em "O 18 de Brumário", não deve ser interpretada de maneira simplista conforme o marxismo reformista, uma vez que as alianças políticas complexas vistas naquela época têm paralelos com as alianças estranhas e muitas vezes contraditórias observadas na esquerda eleitoral contemporânea.

Aliás, Marx desautoriza essa fundamentação ao revelar, em "O 18 de Brumário", que as facções políticas na França não estavam verdadeiramente unidas por um ódio comum à república ou à democracia, apenas, pura e simplistamente. Ao contrário, o Partido da Ordem, composto por diferentes facções monarquistas, só aparentava ser um novelo unido, enquanto na realidade essas facções se uniam em seu ódio à república, ao movimento que a república arriscava ali, no que Marx enquanto tese e desenvolvimento dependente, ali ainda ausente, suficientemente nomeia por revolução e permanência.

Da mesma forma, a Montanha, que aparentemente representava a república, também não era verdadeiramente unida em seus interesses. Essas aparentes contradições e alianças superficiais são, segundo Marx, uma ilusão causada pelo mundo das aparências e das ideias metafísicas.

Sendo assim, a interpretação simplista das alianças políticas na França do século XIX, assim como sua comparação com as alianças contemporâneas na esquerda eleitoral, não captura a complexidade das relações políticas e sociais descritas por Marx em "O 18 de Brumário".

Observemos que nesses desenhos e disfarces, discursos e práticas, o que conta mesmo é o programa de classe. E isso só se enxerga com a necessária observação dos termos da representação política de classe. Ou seja, embora o tanto ali indubitavelmente complicado na França de então, não se permite com isso apresentar O Partido da Ordem se mostrar ali constantemente ocupado com uma suposta "reação". Mas sim que, tanto quanto "na Prússia, onde havia uma forte atuação da Liga dos Comunistas, do próprio Marx em pessoa em sua atuação na Gazeta Renana, voltou-se contra a imprensa, a associação e coisas desse tipo e, como na Prússia, concretiza-se em brutais intervenções policiais da burocracia, da gendarmaria e dos parketts [tribunais]" (Marx, 2002, p. 50).

Marx, sobre o suposto problema, e que tem sustentado as concepções dos conceitos de democracia e de política aos democratas estritos do marxismo reformista, da teoria crítica, segue em seu livro o autor comunista, e o que Marx afirma é muito importante para a presente tese: "a montanha, por sua vez, está ocupada com a mesma constância em rechaçar esses ataques e assim defender os "eternos direitos humanos", como vinha fazendo todo e qualquer assim chamado partido popular mais ou menos há um século e meio" (Marx, 2002, p. 51).

No livro "O 18 de Brumário", Marx enfatiza a importância de examinar cuidadosamente a situação política e os partidos envolvidos, a fim de identificar com precisão seus planos e programas. Ele destaca que essa análise detalhada é essencial para superar a mera aparência superficial das lutas políticas, que muitas vezes mascaram a verdadeira luta de classes e complicam a compreensão dos períodos revolucionários.

Nesse sentido, Marx destaca a necessidade de uma leitura legítima da determinação social dos partidos, que vá além das aparências superficiais e revele as relações de classe subjacentes. Ele argumenta que uma vez que essas aparências são superadas, torna-se possível compreender como as classes sociais em luta revolucionária, como a classe trabalhadora e a burguesia, influenciam e determinam os diferentes segmentos da sociedade, incluindo os trabalhadores camponeses. Essa compreensão é crucial para entender como as tendências e interesses das classes em conflito afetam os diversos grupos sociais e suas possíveis alianças ou oposições à luta da classe operária contra a burguesia:

legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flores-de-lis e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A monarquia legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a monarquia de julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que

separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real - quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os atos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses (Marx, 2002, pp. 51-52).

Sobre o tema, em sua brilhante argumentação, a qual pode e deve ser dirigida aos marxistas ocidentais, progressistas e reformistas, aos seus todos gostos e preferências de reconhecimento e nomenclaturas, segue Marx:

E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas. Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses em que se divide a burguesia - o latifúndio e o capital - procurava restaurar sua própria supremacia e suplantar o outro. Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna. Também os tories (16) na Inglaterra imaginaram por muito tempo entusiasmar-se pela monarquia, a igreja e as maravilhas da velha Constituição inglesa, até que a hora do perigo lhes arrancou a confissão de que se entusiasma apenas pela renda territorial (Marx, 2002, p. 52).

Retomando, em sua argumentação, a qual pode nos livrar das ideias metafísicas do marxismo reformista, Marx assevera que os monarquistas coligados se intrigavam uns contra os outros pela imprensa, tanto em Ems, em Claremont, fora do Parlamento; atrás dos bastidores, contudo, envergavam novamente suas velhas librés orleanistas e legitimistas e retomavam suas velhas disputas. Ou seja, no que realmente importava, decidiam "sob um rótulo social, e não sob um rótulo político; como representantes do regime burguês, e não como paladinos de princesas errantes" (Marx, 2002, p. 52).

Em suma, essas e outras frações burguesas, democratas ou não, se portavam como classe dominante, enquanto a própria classe burguesa contra a classe proletária, não como monarquistas contra republicanos, como alegaria uma leitura ingênua poulantziana de O 18 de Brumário.

No contexto específico da França, o Partido da Ordem, unificado em suas forças, exercia um poder mais amplo e severo sobre as demais classes sociais do que nunca antes sob a Restauração ou a monarquia de julho. Esse poder, em geral, só era possível na forma de uma república parlamentar. Sob essa forma, os dois grandes setores da burguesia francesa puderam unir-se e impor o domínio de sua classe, em contraposição ao regime de uma facção privilegiada dentro dessa classe.

Apesar de às vezes manifestarem repugnância pela república e insultá-la, o Partido da Ordem não o fazia apenas por motivos monarquistas. Eles reconheciam que a república consolidava seu domínio político, mas ao mesmo tempo minava suas bases sociais. Agora, eles tinham que enfrentar as classes subjogadas e lutar diretamente com elas, sem a mediação da coroa ou a capacidade de desviar o interesse nacional com lutas secundárias contra a monarquia.

Para Marx, esse sentimento de fraqueza levava o Partido da Ordem a desejar as antigas formas de dominação, menos desenvolvidas e, portanto, menos perigosas para o domínio burguês. Isso os levava a uma atitude infantil, ansiosa pelo retorno a formas de governo menos desafiadoras e mais familiares.

Aliás, cada vez que os monarquistas coligados precisavam entrar em conflito com o pretendente que se lhes opunha, como ao próprio Bonaparte, cada vez que avaliavam ali sua onipotência parlamentar ameaçada pelo Poder

Executivo, cada vez, portanto, que tiveram que exibir o título político de seu domínio, expõe Marx: "apresentam-se como republicanos e não como monarquistas, desde o orleanista Thiers, que adverte a Assembleia Nacional de que a república é o que menos os separa, até o legitimista Berryer que, a 2 de dezembro de 1851, cingindo uma faixa tricolor, arenga o povo reunido diante da prefeitura do décimo distrito em nome da república. É claro que um eco zombeteiro responde-lhe: Henrique V! Henrique V! (Marx, 2002, p. 54).

Conforme os trechos acima, resta-se lavrado que, na obra recorte desta tese, Marx realmente trabalha nuances que se dão e se procuram mover no parlamento democrático e executivo burguês francês da época, de modo que seu conteúdo realmente detalha várias situações e ocorrências transcorridas nos salões e palácios nobres em que os Bourbons e Orleanistas disputavam suas teses primárias e ordinárias.

Pode-se, assim, verificar em O 18 de Brumário em que e como os democratas pequeno burgueses procuraram encaminhar os trabalhadores, ao instruírem a melhor leitura e os planos certos para, antes de tudo, garantir a manutenção das próprias condições que lhes mantêm enquanto uma espécie de elite tipificada como culta, intelectual, em poucas palavras, uma escama não amorfa flutuante: encaminhando teses conforme a ocasião lhes apresenta em melhor sugestão, com destaque para o seu próprio bem estar e demais comodidades burguesas.

Portanto, ao examinar cuidadosamente a situação e os partidos políticos envolvidos, o livro "O 18 de Brumário" de Marx revela os tecidos que encobriam os diversos contextos políticos na França da época. Além disso, destaca a influência das classes dominantes sobre os segmentos proletários, especialmente os camponeses, e como essas influências afetaram o curso dos eventos políticos e revolucionários.

Ao contrário do que propõe o marxismo ocidental, que tende a polarizar a disputa política entre o proletariado e a burguesia em suas diferentes frações, o livro de Marx mostra que as classes dominantes se unem para combater o verdadeiro inimigo: a classe operária e seu movimento político independente. Isso é evidente nas alianças e ações das classes proprietárias e suas frações em momentos de crise política, como na França de 1848.

O papel dos camponeses, em particular, é crucial para entender o fracasso do projeto comunista proletário em 1848. Ao oferecerem apoio aos interesses conservadores da classe dominante rural, os camponeses contribuíram significativamente para a derrota das aspirações revolucionárias dos trabalhadores urbanos. No entanto, o marxismo ocidental muitas vezes falha em considerar essas questões, optando por uma análise superficial e polarizada da luta de classes e dos eventos históricos. Em vez disso, foca em supostas falhas dos trabalhadores em obter apoio da burguesia democrática, ignorando as complexidades das relações de classe e as influências ideológicas sobre os segmentos proletários.

O marxismo ocidental ergue essa lupa, tentando enxergar e evocar um suposto conteúdo não presente em O 18 de Brumário, em sua ideia fixa pela urgência de se explorar uma chamada dinâmica da luta de classes, aquelas forças polarizadas e representantes de uma crise de dominação burguesa real, mas que apenas se apresenta em suas sombras nas disputas estritamente democratas por dentro do Parlamento e república burguesa e a sociedade civil clássica.

Assim, o marxismo ocidental reformista falha ao tentar atualizar o conteúdo de "O 18 de Brumário" de forma a defender a sociedade burguesa, ao reconhecer as desigualdades sem compreender suas raízes na luta de classes e na exploração econômica. Ao evitar discutir a origem e a natureza das desigualdades econômicas entre capital e trabalho, os teóricos desse viés ideológico acabam oferecendo uma interpretação distorcida da obra de Marx.

Em vez de seguir as análises claras e detalhadas de Marx sobre as alianças de classes na França do século XIX, o marxismo ocidental reformista propõe uma abordagem que busca explorar supostas brechas nas disputas entre as diferentes frações da classe dominante. Essa abordagem negligencia as alianças reais e subterrâneas entre as classes dominantes, que muitas vezes se unem para reprimir as lutas revolucionárias dos trabalhadores.

Ao invés de buscar uma verdadeira transformação social e política, o marxismo ocidental reformista perpetua uma visão limitada que busca apenas acomodar os interesses do capitalismo. Em vez de promover uma estratégia revolucionária que organize o proletariado e busque a instauração de uma verdadeira dualidade de poderes, baseada nas necessidades e interesses da

classe trabalhadora, esse viés ideológico busca apenas uma suposta influência nas estruturas de poder existentes.

Portanto, é fundamental rejeitar essa abordagem distorcida e buscar uma compreensão mais profunda das análises de Marx em "O 18 de Brumário", que destacam a importância da luta de classes e da organização proletária na transformação da sociedade.

Em absoluto rompimento com essa orientação clássica, o marxismo ocidental reformista procura criar uma mera reformulação teórica que explicaria sua própria conduta revisionista e orientação inconsequente, transformando o próprio Estado, os estritos salões nobres da democracia burguesa, nos melhores – se não os únicos – em privilegiados espaços de atuação dos grupos e partidos de esquerda eleitoral, socialistas vermelhos, progressistas e todo tipo de nomeados movimentos populares e ou de lutas, lutas sempre avulsas e desconectadas para além do sufrágio partidário interessado.

Ao desconsiderar ou distorcer as análises e propostas revolucionárias de Marx, o marxismo ocidental reformista acaba por abandonar os princípios fundamentais do comunismo e se torna mais uma corrente ideológica que busca acomodar-se dentro do sistema capitalista em vez de transformá-lo radicalmente. Isso representa uma ruptura com o espírito e o legado revolucionário de Marx, como expresso em obras como "O 18 de Brumário".

Em poucas palavras, se pode extrair resposta para as questões trazidas pelo Marxismo ocidental: O movimento operário não contou na França das Luzes com o apoio de nenhuma fração da burguesia porque se constituía ali em um programa revolucionário, conforme procurado pelo Comitê Central da Liga dos comunistas, completamente diferente das pactuações que hoje encaminham as frações democratas estritas, conforme manifestadas no seio do marxismo vulgar ao pensar e pugnar por uma transição estrito democrática ao socialismo (Veremos muito bem esse enlace em Nicos Poulantzas no próximo capítulo).

E não deve interessar aqui o quanto os operários franceses já tinham isso em consciência, importa mais saber que este reunia o caminho histórico possível ao período, provocado pelas tensões de classe, pela oportunidade ali aberta.

É reconhecer, em crítica ao marxismo ocidental reformista, que os operários parisienses em 1848 não contaram qualquer apoio de qualquer fração burguesa porque respiravam ali um novo ar, em perspectivas potentes e revolucionárias, ainda que possam não terem conseguido aspirar todo aquele oxigênio que se movia por grande parte da Europa enquanto um verdadeiro espectro comunista.

Já, contemporaneamente, por seus turnos, quanto aos elos do marxismo democrata estrito reformistas, esses possuem o apoio de tantas frações da burguesia porque não apresentam qualquer projeto proletário revolucionário.

E são essas suas distintas qualidades estranhas ao legado clássico marxiano que permitem ao marxismo ocidental suas proposições por cirandas pacíficas com as tantas frações da burguesia, em práticas sem qualquer tática revolucionária que pudessem, de formas que fossem, minimamente vir de algum modo impedir uma não aproximação de encaminhamentos errôneos que complicam e dificultam as estratégias de lutas proletárias que podem vir aproximadas, instaladas, elevadas em programa operário que ao próprio passo do seu movimento tende colocar ao largo e a margem essas não mais que meras perspectivas bonitas instruídas pelo marxismo vulgar.

Do que se apanha no tempo e movimento em ciranda pelo socialismo de tipo democrata estrito, a revolução é algo hoje não só absolutamente fora de qualquer projeto, não é possível identificar sequer diferenças sérias nos governos tidos socialistas e os próprios governos de direito princípio liberal capitalista. E o que resulta disso? Apenas a aliança de classes, proposta sobretudo pelos grupos marxistas eleitorais, crescentemente em cena junto ao sufrágio burguês, legitimando-se, com isso, apenas um ainda maior escárnio dos laboriosos, operários e camponeses.

Nesta distinção, em completo afastamento dos termos e conteúdos que Marx efetivamente estabeleceu em O 18 de Brumário, O marxismo ocidental procura insistir em reivindicar, a partir do que nomeiam por segundo período no livro – conforme operam ao dividir o conteúdo íntegro de O 18, ao reivindicar uma suposta ênfase de Marx para com as consequências que poderiam ter sido evitadas, caso as fragilidades e ausências republicanas e parlamentares tivessem sido menores: seria como que se essas talvez cautelas democratas estritas pudessem ter evitado o golpe de Bonaparte em 02 de dezembro de

1851, mais que isso até, ter evitado o próprio massacre dos proletários no sangrento junho de 1848, ataque que se sabe, foi autorizado pela Segunda República, leia-se república burguesa, Estado burguês, parlamento burguês.

Em suma, procura-se, com tais alusões democratas estritas, convidar que o golpe de Bonaparte tenha sido ali cestado pela burguesia para impedir a sua própria república, e não erradicar por completo qualquer anseio independente ao movimento operário atacado brutalmente em junho pelo Estado Francês, sob aquela tão bem-disposta autorização determinada pelos republicanos no parlamento francês.

E é baseado em tais acercamentos que a leitura revisionista por parte do marxismo ocidental advoga existir a necessidade de fomentar aos trabalhadores contemporâneos novos contextos de participação, em imperativos trânsitos democráticos para supostamente nisso se organizar os operários e campesinos: tudo dentro da legalidade, da ordem, da formalidade e do Estado burguês, por meio do voto democrático em exortação do sufrágio (nada disso pode ser atribuído ao conteúdo de O Dezoito Brumário, repetimos mais uma vez, por necessidade).

Para tanto o marxismo ocidental reformista reclama para suas teses e condutas em instrução aos proletários contemporâneos particularmente aqueles períodos trabalhados por Marx ao se remeter ao assento e declínio da Segunda República (reinterpretados, se não até mesmo reescritos pela caneta do marxismo ocidental), e que antecedem o cerne e tese de Marx na obra: a forte e contundente mostra de Marx ao papel reacionário assumido pelo campesinato.

Essa análise é fundamental para compreender as nuances do pensamento de Marx em "O 18 de Brumário" e contrastá-lo com as interpretações equivocadas do marxismo ocidental reformista. Enquanto o marxismo ocidental tende a enfatizar uma abordagem mais democrática e parlamentar, Marx destaca a importância das lutas de classes e das alianças políticas na busca por transformações sociais.

Marx mostra como a pequena burguesia e os operários, apesar de suas diferenças de interesses e estratégias, encontraram motivos para se unir contra a ameaça representada pela contrarrevolução e pela ascensão de figuras autoritárias como Bonaparte. Essa aliança, mesmo que temporária e instável,

refletiu a compreensão pragmática dos pequenos burgueses de que seus interesses estavam em risco e de que as garantias democráticas estavam sendo questionadas.

Portanto, ao invés de se apegar exclusivamente ao sufrágio burguês e à participação parlamentar, Marx destaca a necessidade de uma análise mais profunda das relações de classe e das dinâmicas políticas em jogo. Essa perspectiva vai além das limitações do marxismo ocidental reformista e ressalta a importância de uma abordagem mais ampla e crítica para compreender e transformar a sociedade.

Marx mostra que aquela nova velha montanha era constituída - excluindo "alguns figurantes oportunistas da classe dos trabalhadores e alguns sectários socialistas" (palavras do próprio Karl Marx), dos mesmos elementos da antiga Montanha, embora nesta sua nova composição os democratas se totalizassem numericamente mais fortes (Marx, 2002).

A nova montanha, ao mesmo tempo diferente de sua representação no passado, quando enfrentou e atacou o conservadorismo medieval, em meados do século XIX, já se assentava em uma conduta moderada e conservadora, adequando-se à nova composição e, sobretudo, às perspectivas da classe que em última instância ela representa:

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia (Marx, 2002, p. 53-54).

E, mesmo que Marx apresente enquanto noção equivocada a ideia estreita de que a pequena-burguesia tenha pretendido na França, por logo e desde o princípio, impor um interesse egoísta de classe, anota que, no clássico, "ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes" (Marx, 2002, p. 54).

Marx segue seus comentários ao relevante tema, em termos que tampouco autorizam imaginar que os representantes democratas franceses da época das luzes eram todos lojistas, ou mesmo simplesmente seus defensores entusiastas, mesmo porque, dependendo das condições econômicas, de certas composições sociais e políticas estabelecidas na sociedade (com destaque o grau de organização e atuação independente do proletariado), em suas tantas variações democráticas possíveis, dependendo para isso da posição política de suas alas e composições, até mesmo de postura individual dentre seus quadros intelectuais, podem virem colocados "tão longe deles como as estrelas e os demais planetas encontram-se distantes do solo terrestre" (Marx, 2002, p. 55).

E, sobre o tema, assenta e assevera o filósofo alemão que aquilo que os toma os democratas e os tornam representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta fração não ultrapassa na vida: "são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia" (Marx, 2002, p. 55).

Para Marx, em tudo essa caracterização define, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam (Marx, 2002, p. 55).

Parece-nos, dessa forma, que este trecho acima, aliás, foi uma das principais matérias relevantes que o marxismo ocidental estudou em O 18 de Brumário, e talvez ainda assim não compreendendo suficientemente os conceitos aqui expostos. Ou isso ou o dolo teórico propriamente posto: em termos de simples tentativas decididas por enganar aos trabalhadores operários e camponeses. Isto porque, em verdade, nem para a burguesia o parlamento se mostra absolutamente indispensável. A burguesia, no clássico, procura exercer seu controle por meio de suas repúblicas e parlamentos democráticos, mas não representam estas instâncias burguesas, em absoluto, como que tecidos absolutamente indispensáveis, sobretudo em dadas e certas circunstâncias de tensão: aliás essa exceção transcorreu-se na própria França napoleônica, os capítulos de O 18 de Brumário registram isso com clareza.

As próprias definições de Marx assim já deveriam permitir aos esclarecimentos devidos e encerrar com os encantos que os chamados flancos

democráticos e os supostos espaços parlamentares e ou junto ao executivo do Estado burguês representariam na contemporaneidade nas teses do marxismo ocidental reformista.

Tese em que o Estado burguês tem sido transformado pelo marxismo vulgar em uma espécie de estrutura metafísica soberana em meio duma inovada sociedade civil enquanto substância suficiente, como que uma força talvez até apolítica, neutra, ou se não neutra, ao menos positiva e consequente.

Uma ideia por proposição de sincréticas disputas pelas quais se desvia a luta de classes das diretas mãos dos trabalhadores e as clássicas formas de organização efetivamente operárias, se equilibrando com esses arranjos as tensões de classes, em construção de um discurso ideológico que se dirige em orientações por novas fórmulas e formas abstratas de organizações de entidades proletárias, presas aos pleitos e períodos eleitorais.

Com tais condutas se rebaixam e se delegam as pautas dos trabalhadores aos fins circulares estritos em perspectivas e ou resultados eleitorais procurados estritamente, conduzindo ao entorpecimento das diretas lutas proletárias e consequentemente se instalando uma pura afirmação da própria cela societária burguesa.

E, nesses modos, as pautas políticas legítimas do proletariado acabam quitadas e passam, nesse sequestro, trasladadas para as plenárias do parlamento e aos gabinetes do executivo burguês.

E essas transferências por certo contribuem, com êxito importante, para uma parcial despreocupação dos patrões da cidade e do campo, com destaque devido isso concorrer ao pacificar a luta de classes que, apesar de tudo, se segue posta, continuamente o patronato absorvendo as energias vitais do operário, por meio da exploração de sua jornada de trabalho assalariada: e o quanto mais dócil estiver o corpo do trabalhador, mais facilmente sua pele é levada pelo empresário burguês ao processo de "despele" (Marx, 2013, p. 327).

E, como hoje pensam e refletem os intelectuais do marxismo ocidental reformista, também na época da França das luzes havia inconformados do porquê a sociedade burguesa seria dirigida assim, por meios tão vis em relação à exploração proletária. Com destaque intelectuais, padres, e grupos pequeno

burgueses em geral que não entendiam o que se passava ao menos desde o ano de 1848 naquela luta revolucionária.

Ali, como exposto por Marx em seu livro, aquelas figuras não entendiam ou no mínimo não quiseram enxergar. Aquelas figuras até se desagradavam ao não conseguirem admitir o porquê, apesar de republicano e parlamentar democrata, o domínio político ali era estrito, absoluto, exclusivo e colossal das duas grandes classes dominantes: a burguesia urbana e os grandes proprietários de terras.

E uma vez aqui minimamente trazidos e comentados aqueles acontecimentos, na própria caneta de Marx, nenhum trecho mostrado fora do íntegro teor da obra marxiana, aquelas pobres formas e contextos democratas vulgares, os sérios e danosos desdobramentos para a França em meados do século XIX, resta exposto e patente que várias passagens de Marx em O 18 de Brumário tem sido reinterpretadas pelo marxismo ocidental, aos seus próprios fins, ao tributarem um equivocada valor isolado ao sufrágio universal e a termos que a classe operária e os camponeses supostamente deveriam atualmente tributar e mesmo apostar nos parlamentos democratas e respectivos palácios burgueses.

Ao tom que o marxismo ocidental estabelece (Perissinotto, 2007); em parte o próprio Codato (2004, 2011); com destaque as formulações do marxismo ocidental envolvidas com raízes do conceito gramsciano de Estado Ampliado (acenos ao problema com os trechos trazidos e comentados em Dillemburg, 2011), no que Carlos Nelson Coutinho apostava ao ter enxergado o que nunca se viu, representado em uma nova e superior sociedade civil em que, ante tantos argumentos, um palavrório quase sem fim, até poderia transparecer, nessas formulações, conforme trouxemos, Marx estivesse nos trechos por nós aqui acima citados elevando o valor do sufrágio universal, dos papéis existentes nos parlamentos burgueses, dos ângulos nos palácios da justiça e, por conseguinte, do próprio Estado burguês.

Uma ideia a qual, ante ao que nos restou da investigação até aqui parcialmente apresentada, após os estudos realizados sobre as formulações do marxismo ocidental ou do que se possa nomear por pensamento crítico, comparadas as fidedignas sentenças de Karl Marx em O 18 de Brumário, não podem, contudo, tais apropriações/interpretações e reinterpretações virem em

qualquer modo atribuídas ao filósofo alemão, para além de qualquer mínimo flanco democrata fechado já reconhecido na teoria clássica marxiana e nas duas principais fontes do marxismo revolucionário, Lênin e Trotsky.

O legítimo contexto e análise de Marx em O 18 de Brumário nos mostra e suficientemente esclarece acerca dos flancos fechados possíveis ou não em trânsito pelo parlamento Burguês. De modo que se deve até mesmo sugerir que as passagens acima de O 18 precisam vir muito bem e suficientemente decodificadas e tomadas como clássicas lições ao marxismo: essas necessidades nem os democratas estritos assentados no marxismo ocidental o negam, embora as invertam, como mostramos ao longo deste nosso primeiro capítulo de nosso trabalho.

E, isso já exposto, mostra-se forçoso aqui colocar de lado o marxismo ocidental reformista. Mas, não faremos isso sem antes trazer e comentar o como entendemos existir já os próprios fundamentos dessa viragem no programa da revolução proletária, em que se pensa e orienta-se por uma transição estrito democrática ao socialismo. E é o que tratamos no próximo capítulo, ao trazermos os fundamentos da principal obra de Nicos Poulantzas, O Estado, o poder, o socialismo (1980).

Após apresentar e mostrar o que atacam as ideias de Nicos Poulantzas com o conteúdo deste seu livro, mostraremos, no terceiro capítulo, o como suas definições de democracia, de lutas pela democracia e sua própria ideia de transição, encontram-se em equívoco, ao menos ante as teorias marxianas, ao esta conceituara própria luta democrática revolucionária.

Mas essa crítica a colocaremos apenas após trazermos antes as próprias e claras ideias formuladas por Nicos Poulantzas. E é com o que nos dedicamos no próximo capítulo de tese.

### **3 CAPÍTULO SEGUNDO – NICOS POULANTZAS E SUA CRÍTICA AO PROGRAMA DA III INTERNACIONAL COMUNISTA: A DEFESA DE UMA TRANSIÇÃO ESTRITO DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO**

Alguém disse eu, e não havia mais nada a ganhar dizendo nós. De maneira geral, a gente exerce o bem quando faz sentido. Uma sociedade boa é aquela que dá sentido a essa bondade. De um momento para o outro (...) nós estávamos em uma sociedade em pedaços. Estávamos nos desintegrando. De um momento para o outro, a escolha sensata era cuidar de si (Ian McEwan)<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> In Memoriam, citamos aqui uma menção poética explorada pela professora Maria Célia Marcondes de Moraes (Moraes, 2001). Uma de nossas professoras na Universidade Federal do Paraná, quando da realização do mestrado. Persona peculiar e especial, quem muito nos ensinou. Naquela jornada acadêmica, junto com a professora orientadora da nossa pesquisa, a professora Taís Moura Tavares: uma luxemburguista que aprendi amar, admirar e respeitar, e muito. A Taís inclusive, muito rapidamente, desde que nos conheceu ali ela passou referir-se, carinhosamente, para comigo enquanto um bolchevista. Na época não sabíamos suficientemente do porquê, mas ela estava, também nisso, bem assertiva. A Taís me recebera com um abraço verdadeiro desde o primeiro dia de aulas, ainda no momento de minha matrícula, dentro do ambiente administrativo da Secretaria do PPGE da UFPR, situado na época, início de 2006, na Rua General Carneiro no centro de Curitiba (hoje o PPGE e outras estruturas da UFPR se situam próximo da Avenida Sete de Setembro). Não seria possível, de nossa parte, aqui indicar se a professora Maria Célia tinha filiação partidária, mas isso não é o que nos interessa nesta tratativa pontual. Mas sim de ela orientar, no campo da educação (a Maria Célia tinha também formação de base em filosofia) que nos tempos atuais, talvez como nunca antes na história, convivemos com uma confiança extremada nas possibilidades da educação: "governo e oposição, filósofos, teólogos, cientistas, sindicatos e empresas, locutores e jornalistas." (Moraes, 2001, s.p). Por nossa parte e sob nossa responsabilidade autoral, incluímos os governos de posição de esquerda eleitoral brasileiros, os quais foram e já voltaram na gestão do Estado nacional tupiniquim. Maria Célia nos indicava que todos esses e outros sujeitos citados por ela tributarem aos âmbitos da educação – trocaremos aqui o termo educação pela palavra e significado hoje tomado para a democracia, reivindicando a educação – de nossa parte a democracia, enquanto um conceito excepcional, em uma indisputável tese de primazia e privilégio (Moraes, 2001). E, preocupada, redigiu ela sobre essa esperança exacerbada, com destaque aos problemas que recaem disso no campo da educação, e, aqui, adaptadamente, propomos relação com o conceito poulantziano de democracia e sua proposta de transição estrito democrática ao socialismo: "e não é de surpreender que seja assim. Afinal, é sempre em tempos adversos, como os que vivemos, que a educação galga os degraus mais altos do reconhecimento público e o imaginário popular reveste-a com a velha fantasia salvacionista, cujos exemplos a história os têm em grande número para contar. (Moraes, 2001, s.p). Como estabelecemos para esta nota, pedimos que este trecho trazido de Maria Célia venha substituído no termo educação pelo conceito poulantziano de democracia, de sua inovada proposição de uma possível transição ao socialismo, e tentemos, disso, considerar do próprio título do texto de Maria Célia, o qual talvez muito possa nos inspirar. Desde ao que preocupou esta intelectual ao selecionar em seu texto uma epígrafe, que lhe inspirava em pensar aos termos gravíssimos do que ela nomeou de "Recuo da Teoria". Eis o que ela se preocupou em inspiração com a epígrafe aqui também disposta neste nosso segundo capítulo de tese, e queremos emprestar no todo os sentidos procurados na autora, novamente, lembrando de que estamos alterando o termo educação por democracia:

(...) Ela foi tomada de empréstimo a um livro que Ian McEwan publicou em fevereiro de 1998. Trata-se de um romance, intitulado *Enduring Love*, uma obra de ficção que capta, com rara precisão – e em apenas um capítulo, o primeiro –, o perfil do ethos dilacerado das relações sociais no Ocidente contemporâneo. A estória relata a tentativa de um grupo de homens de resgatar um menino, imobilizado pelo medo, dentro da cesta de um balão que insistia em subir levado por rajadas de vento. A estória não tem um final feliz. O menino salva-se, quando mais tarde supera o medo e consegue manejar o balão, trazendo-o de volta, mas morre um dos homens que procurava salvá-lo. Ao descrever o desenlace, o narrador, participante dos acontecimentos, expõe como se quebra o campo de atuação coletiva. O que aproximava os seis homens – que se desconheciam até então – envolvidos no salvamento e que se agarravam às cordas que pendiam do cesto na tentativa de segurá-las, era apenas uma vaga intenção

Ao organizarmos este segundo capítulo de nossa tese, chegamos trabalhar para aqui abordar algumas leituras de Domênico Losurdo e seus postulados sobre o marxismo ocidental. Postulados em que Losurdo procura mostrar e discutir o como o marxismo ocidental nasceu, como morreu e como poderia renascer (Losurdo, 2018).

Ainda nesse sentido de diálogo crítico, pensamos também em relacionar um outro livro deste Italiano, o qual leva o título "A luta de classes. Uma história política e filosófica" (Losurdo, 2015). Em que poderia ser discutido o que Losurdo elege e procura defender nessas outras de suas formulações.

Um livro no qual Losurdo centrou sobretudo dedicação para defender Joseph Stalin, as atuações despóticas do Estado Soviético sob os prumos do stalinismo, e, em ato conexo, procurar criticar os fundamentos clássicos da revolução permanente, teoria que ele faz referência e renomeia por "lógica binária" (Losurdo, 2015).

Entretanto, considerando a limitação de argumentos nestes dois livros citados acima, suas fontes frágeis, conteúdos e desenvolvimentos magros, em assento de ideias bastante questionáveis, ante estes sérios problemas, embora tenhamos efetuado um amplo fichamento das duas obras que mencionamos aqui acima, até para melhor expor o que efetivamente Losurdo combate com a sua tese de necessidade de superação da perspectiva binária de orientação da luta de classes, optamos por dirigir o presente capítulo de tese em estrita discussão com o conteúdo desenvolvido no último livro de Nicos Poulantzas "O Estado, o poder, o socialismo" (1980): um texto absolutamente superior aos termos e postulados de Losurdo.

Nicos Poulantzas, em sua obra O Estado, o poder, o socialismo (1980) adverte seus leitores desde o principiar dessa sua formulação conceitual existir uma situação política inédita na Europa que para ele justificaria e ou mesmo exigiria o conteúdo proposto no seu livro.

E, apenas lembrando, o marxismo ocidental, em suas formulações diversas, não completamente idênticas, também sugere para uma adaptação

---

comum, uma predisposição para a ajuda. Tão somente isto os unia na busca de fixar o balão. Nenhum conhecimento partilhado, nenhuma organização, nenhuma hierarquia, nada, a não ser o vago, fragmentário e individual propósito de ajuda (Maria Célia, 2001, s.p).

de fundamentos teóricos marxianos, mostrando da importância de se vir incidir aos sérios problemas relacionados, dentre outras determinações, das próprias questões propostas por Poulantzas neste seu último e emblemático livro. Mas do marxismo ocidental, no seu amplo e geral, já o abordamos bastante, aqui nos fixaremos apenas no que Nicos Poulantzas defendeu em seu livro.

De partida, podemos nos indagar, afinal, que conteúdo e norte de problematização integra e dedica Nicos Poulantzas no livro Estado, o poder, o socialismo. É possível acenar, de início e grosso modo, que centra-se na ideia de um socialismo democrático, transitado em meio da manutenção do Estado burguês, com alterações profundas no que o marxismo clássico entende e representa por luta de classes.

Para Poulantzas, se o tema de um socialismo democrático não estaria na ordem do dia em todo o mundo quando ele redigia seu texto aqui, final da década de 1970, o que lhe parecia ainda realmente bastante improvável, ao menos na maioria dos países do globo; ele acreditava, por seu turno, apresentar-se, por outro lado, colocadas essas condições e mesmo urgências "em vários países europeus" (Poulantzas, 1980, p. 11).

Poulantzas adverte também que, em plenas condições de saúde mental, não haveria quem pudesse negar a relação entre o poder e as classes dominantes, uma vez que toda teoria política procuraria discutir a mesma questão, em perspectiva da mesma resposta, ainda que por meios e através de inúmeras variantes, debatendo o Estado, as relações de poder, dentre outras, tentando disso explicar o como as classes dominantes estabeleceriam tais ou quais relações, redigindo diretamente sobre isso o grego relata:

Percebem-se estas relações de maneira mais ou menos sutil, evocando-se os grupos de pressão que agem sobre o Estado ou as engenhosas e sinuosas estratégias que se propagariam nas malhas do poder e que se moldariam aos seus dispositivos. Esta representação levaria sempre ao seguinte: o Estado e o poder seriam constituídos de um núcleo inicial impenetrável e de um "resto", que as classes dominantes, agindo por fora, poderiam influenciar ou no qual poderiam se introduzir. É, no fundo, tomar a imagem renovada do Estado pela de Jano ou, melhor ainda, pela que já obcecava Maquiavel: Poder-Centauro-metade-homem, metade-fera. O que muda de um autor a

outro é que ora a face-homem, ora a face-fera se coloca do lado das classes (Poulantzas, 1980, p. 14)<sup>36</sup>.

O autor aqui alude que, se assim fosse, como explicar, senão como por ataque de cegueira (palavras de Poulantzas), o que se constata cotidianamente no enredo das práticas inscritas na sociedade, geridas pelo Estado, nos mínimos detalhes, enquanto o próprio manifesto das relações existentes entre interesses particulares bem precisos. Apesar das suas palavras que parecem coerentes, Reinterpretando Karl Marx neste tocante, escreve Nicos Poulantzas:

Um certo marxismo, sempre preso a uma certa tradição política, pretende nos dar a resposta: o Estado se reduziria à dominação política no sentido em que cada classe dominante produziria seu próprio Estado, à sua medida e à sua conveniência, e manipulá-lo-ia à sua vontade, segundo seus interesses. Todo Estado não passaria, neste sentido, de uma ditadura de classe. Concepção puramente instrumental do Estado que reduz, empreguemos já os termos, aparelho de Estado a poder de Estado (1980, p. 14).

Poulantzas nesses seus argumentos parte em acionar uma questão que nos parece ligeira e desnecessária, sobretudo errônea, ao procurar apontar o como então se discutir, por exemplo, sobre o tema da "segurança pública", dentre outros temas (não mais que apenas incidentes aos papéis centrais do Estado), e que supostamente fugiria ao papel de opressão societária da classe dominante (Poulantzas, 1980, pp. 14-16).

E mesmo que o principal argumento usado por este tema da chamada segurança pública, fenômeno nada difícil de apreensão e evidente até aos olhos de um trabalhador com pouca escolaridade, que não teve o acesso

---

<sup>36</sup> Na mitologia romana, Janus, ou Jano, representa a divindade que carregaria a dupla fronteira em caminhos, tendo uma de suas faces sempre voltada para frente, em porvir, ou devir; e, outra, para trás, responsável pela apreciação do que já se trilhou no não passado. Se dizia: Jano ou Janus, eis o Deus da transformação e mediador das preces humanas aos demais deuses. E, em Poulantzas (1980), também dos comunistas que formulam preces em tentativa de suposta transição ao socialismo por vias democráticas burguesas estritas, talvez assim vindo tentar se vestir do próprio poder de Jano:

"Jano tem poder sobre todos os começos" (...). "E, em poder de Jano estão os inícios, em relação às mudanças (inícios, começos)". (decodificação e citação livre nossas). O marxismo democrata estrito pensa ter poder sobre todos os começos (...) e em poder do marxismo comunista democrático estrito estariam todos os inícios, em relação às mudanças (inícios, começos: o começo de mais uma nova tentativa de enganar a classe operária) (Adaptação nossa).

aquela considerada alta cultura, as letras, ao âmbito acadêmico não raro tão prepotente; em que mesmo tal trabalhador, ainda que preso na periferia, determinado por misérias de tantas ordens, nutricionais, físicas, culturais, intelectuais, etc., ainda disso tudo, ausente ou imposto sobre seu corpo e mente, encontra-se suficientemente constituído para perceber e mesmo descrever do que efetivamente se constitui o chamado setor da "segurança pública" de Nicos Poulantzas", o qual, não reúne, tanto em conceito como menos ainda na existência reais das armas e aparatos policiais, em modo algum, sinônimo de procura de bem estar ao corpo dos trabalhadores: de modo que este próprio pobre homem conseguiria questionar essa, se não de Poulantzas apenas, mas suas palavras no texto acima citado também permitem cirandas com aquelas simplistas e falsas ideias de segurança pública.

Poulantzas, nesse enredo pobre e estranho, bem culto e carregado de relações conceituais que parecem pretender fazer brilhar a redação do conteúdo do livro do grego, tenta fazer provocar e mesmo demarcar uma necessidade de se afastar de uma tida concepção economicista-formalista da sociedade, postura de análise que considera a economia como sendo composta de elementos invariantes, os quais, como que fossem constituídos e viéssem herdados em legados através dos diferentes modos de produção , em modos e meios como de natureza, enquanto uma essência aristotélica, como que suas matérias e mecanismos fossem reguláveis por "uma espécie de combinatória interna" (Poulantzas, 1980, p. 18).

Poulantzas aqui mostra bem que essa foi uma tentação permanente na história do marxismo e que se mostraria ainda presente. Tanto lá, quando o grego redigia seu livro, como hoje, século XXI, ainda é de fato facilmente, talvez ainda mais, de se encontrar essas noções criticadas por Poulantzas. Ou seja, concepções marxistas que, reatando o economicismo tradicional, ocultam as lutas travadas no cerne mesmo das relações de produção e de exploração.

Essa vertente marxista (talvez até muito provavelmente predominante neste início de século XXI), consideraria o espaço ou campo do econômico, o do político, do Estado, como que imutável, preso em limites intrínsecos, traçados de uma vez por todas em uma inevitável e pretensa autorreprodução,

ditada e trazida através de todos os modos de produção (Poulantzas, 1980, p. 18).

Embora Nicos Poulantzas nos mostre com acerto que, ao longo e ao passo parco e limitado dos modos de produção pré-capitalistas, em que os produtores diretos estivessem ali separados do objeto do trabalho e dos meios de produção, no que pede a relação de propriedade econômica, segundo ele, não estavam, todavia, separados na segunda relação constitutiva das relações de produção, "a relação de posse", em que: "os produtores diretos (os camponeses e os servos no feudalismo, por exemplo) estavam ligados a estes objetos e meios, conservavam um domínio relativo do processo de trabalho e podiam acionar estes processos sem a intervenção direta do proprietário" (Poulantzas, 1980, p. 22)<sup>37</sup>.

Para Poulantzas, talvez embaralhando um pouco a teoria marxiana desde essa sua introdução, parece o grego partir aqui da consequência do fenômeno aludido por ele, tentando emprestar dos próprios termos trabalhados por Marx, e que o filósofo alemão nomeou de "imbricação" estreita ou "mixagem" do Estado e da economia, de modo que: "o exercício da violência legítima está organicamente implícito nas relações de produção para que haja extorsão do excesso de trabalho aos produtores-detentores da posse do objeto e dos meios de trabalho" (Poulantzas, 1980, p. 22).

---

<sup>37</sup> Ainda que não completamente, mas parece também aqui, nestes termos de Poulantzas, existir fortes indicativos de conflito de concepção do grego em relação ao pensamento marxiano. Se ambos, Nicos Poulantzas e o pensamento marxiano possam reconhecer o mesmo, este próprio conteúdo menor propriamente citado por Poulantzas, por outro lado, diferentemente: em Marx, isso mantido, o pequeno proprietário parceleiro continuando com essa sua propriedade direta e apenas nominal dos seus meios de produção, ao contrário de suposto valor superior, integram essas condições, as condições do trabalhador camponês proprietário, em verdade, seu isolamento, sua prisão ao passado já ultrapassado em muito pelas relações capitalistas, tanto as relações produtivas em si, e, muito mais ainda, em termos políticos. Por seu turno, lendo esta obra de Nicos Poulantzas, relacionando esta passagem aqui com o próprio conteúdo do livro como um seu todo, a fraqueza e miséria das condições e pobres relações políticas impostas em verdade sobre os camponeses, encontra-se, para o grego, em um prisma não afeto ao estabelecido por Karl Marx, bem ao contrário, colidindo seriamente com o que o velho alemão estabeleceu para esse segmento da classe operária: o grego tende, nesse seu livro, se entendido sua lógica de argumentação tentar uma reafirmação, válida apenas para a Idade Média, tentando a transpor como que passasse, para a modernidade capitalista e ainda que ante a superioridade absoluta alcançada na política de organização da classe operária. E a macula de Nicos Poulantzas, com este seu entendimento equivocado, se deve sobretudo dado ao que ele tenta afirmar ao final do livro aqui em comento e crítica, ao Poulantzas propor o rompimento com as teses clássicas marxianas para a revolução. Ainda discutiremos isso com fôlego mais por frente, ainda neste capítulo de tese. E, colocaremos por terras rurais esses argumentos possíveis de virem desenvolvidos das ideias do grego nos dois capítulos de tese, quando tratamos diretamente dos condicionantes sociais e políticos que recaem e concorrem em definir o destino dos trabalhadores rurais proprietários enquanto uma material ideia não mais que completamente deslocada no tempo e mais ainda na história da luta de classes.

E, ao reconhecer essas definições clássicas, Poulantzas mostra, diferente – o que deve soar um tanto estranho na leitura de seu livro, ao menos para o leitor que não tenha ainda compreendido o real conteúdo do presente livro de Nicos Poulantzas, que as nítidas relações entre o Estado e a economia no capitalismo, considerando essas relações apresentarem-se em contorno, extensão e sentido totalmente diferentes no modo burguês da produção econômica:

No capitalismo, os produtores diretos estão totalmente despojados de seu objeto e meios de trabalho; e deles estão separados não somente na relação de propriedade econômica, como também na relação de posse. Vê-se o aparecimento dos "trabalhadores livres", possuindo apenas sua força de trabalho e não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimentos do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho. É esta estrutura precisa das relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia, e que dá lugar igualmente nas relações do Estado e da economia a uma separação relativa (acumulação do capital e produção da mais-valia), base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista, pois traça os novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia. Contudo a separação do Estado e do espaço de reprodução, específico ao capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular de instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes, qualquer que seja o modo de produção (Poulantzas, 1980, p. 22).

E, isso assentado, observemos com bastante atenção aos termos que Nicos Poulantzas fecha a citação aqui acima disposta. Isso é muito importante, diria primordial, para entender a reinterpretação operada por Poulantzas neste seu livro no que pede aspectos muito caros na teoria marxiana, no que pede, em especial, ao tema da revolução proletária, a teoria da revolução permanente.

Ele, o grego, indica parecer verdade se poder lançar, ante ao que Nicos Poulantzas cita de Marx, nas disposições imediatas aqui acima, certas proposições teóricas gerais relativas ao Estado" (Poulantzas, 1980). E todas teriam o mesmo valor das teorias de Marx relativas "à produção em geral" (Poulantzas, 1980). E, não obstante isso, destaca ainda Poulantzas, isto não

pode vir tomado como que um estatuto da teoria geral do Estado (Poulantzas, 1980).

Concluso ao seu objetivo com o livro, em seus termos, Poulantzas problematiza isso se dever sobretudo em face do dogmatismo prodigioso inerente à apresentação das proposições gerais sobre o Estado dos clássicos do marxismo sob a rubrica "teoria marxista-leninista do Estado" (Poulantzas, 1980). E sugere Poulantzas que essa tese se situa verifica ainda forte no marxismo (ao que aqui, nessas passagens do livro, mostrou o grego um seu não disfarçado pesar), indicando que: "pude constatá-la, quando do recente debate sobre a ditadura do proletariado no interior do PCF, junto a certos defensores da "manutenção" desta noção, notadamente E. Balibar no seu livro: Sobre a ditadura do proletariado" (Poulantzas, 1980, p. 24).

Para Poulantzas não se encontraria nos clássicos do marxismo uma teoria geral do Estado. Ele defende que isso, essa sua aqui hipótese, não significaria e ou alegue que aqueles destacados textos e movimentos comunistas não tenham mostrado sabedoria para desenvolver esses conceitos, mesmo plenamente, a acerca de uma teoria ainda que completamente distinta tese a essa que encontra-se defendida em seu livro: O Estado, o poder, o socialismo; mas, sim, porque, ao seu sentir, aqueles comunistas clássicos entendiam que "não deveria haver uma teoria geral do Estado", escrevendo mais o grego:

Questão terrivelmente atual, observada especialmente no debate desenvolvido no seio da esquerda italiana. Em dois artigos de grande repercussão de N. Bobbio, escritos há pouco tempo, ele acentua o fato de o marxismo não dispor de uma teoria geral do Estado. Inúmeros marxistas italianos sentiram-se obrigados a responder que uma teoria semelhante existe em "gestação" nos clássicos do marxismo e que se trata apenas de desenvolvê-la, afirmando, pois, sua legitimidade. (1) Mesmo não sendo boas as razões de Bobbio, o argumento continua válido: não existe teoria geral do Estado, pois não poderia haver. Nesse ponto, é preciso ser rígido com todas as críticas, de boa ou de má fé, que recriminam as pretensas carências do marxismo ao nível de uma teoria geral do político e do poder. Um dos méritos do marxismo é justamente o de ter afastado, neste caso como em outros, os grandes devaneios metafísicos da filosofia política, as vagas e nebulosas teorizações gerais e abstratas que pretendem revelar os grandes segredos da

História, do Político, do Estado e do Poder. Fato este que deve ser hoje mais do que nunca observado num momento em que, em face das premências políticas na Europa e particularmente na França, vê-se mais uma vez esta dissimulação típica do ressurgimento das grandes sistematizações Filosóficas Primeiras e Derradeiras do Poder, as quais só fazem, na maioria das vezes, ruminar as proposições gastas da mais tradicional metafísica espiritualista. De Deleuze aos "novos filósofos" seria longa a lista<sup>(2)</sup> dos que inundam inconsequentemente o mercado de conceitos das grandes Noções terroristas e mistificadoras do Déspota, do Príncipe, do Senhor e de outras da mesma lavra. Atualmente na França o Congresso filosófico se diverte; no fundo, porém, nada disso é divertido. Os problemas reais são bem graves e complexos para serem resolvidos por generalizações ultra simplificadoras e grandiloquentes, que jamais conseguiram explicar o que quer que seja (Poulantzas, 1980, pp. 24-25).

Como se percebe o intento da reformulação operada por Poulantzas não é sincrético ou muito menos simplista: por isso mesmo o elegemos para a nossa crítica, enquanto fundamento dos termos do que no geral pugna o marxismo ocidental.

Poulantzas mostra que leu e compreendia muito bem as principais obras de Karl Marx, bem como dos seus herdeiros, particularmente os textos de Lenin. De modo que criticá-lo, mostrar seus intentos, que escapam completamente ao que Marx e as organizações comunistas clássicas e herdeiras do pensamento marxiano revolucionário orientavam, mostra-se uma tarefa em nada simples.

Ante isso considerado, sigamos na tarefa que nos propomos aqui neste capítulo. Para Poulantzas, alegando ele que existiriam carências do marxismo nas análises do Estado e do poder, o principal aspecto para ele situaria no fator das carências não situarem-se onde se procuram as mesmas.

Para Poulantzas esses enganos inclusive custaram caro às massas populares em todo o mundo. O autor estudioso alude disso, contudo, não ter sido a ausência no marxismo de uma teoria geral do Estado e do Poder o responsável pelos altos preços pagos pelos trabalhadores, que ele nomeia aqui de massas populares, uma outra sua inovação em relação ao pensamento marxiano. O que Poulantzas entendeu por determinante para tanto teria reunido o resultado de um dogmatismo escatológico e profético que tentara

oferecer durante muito tempo um sistema teórico como que pronto e acabado sobre o tema (Poulantzas, 1980, p. 25).

Com essa sua passagem, Nicos Poulantzas teria sido muito efetivo, talvez até parcialmente assertivo, caso tivesse interrompido seu livro em seus primeiros parágrafos aqui: e, em ato seguinte, reservado o seu restante conteúdo íntegro para rascunhos, abandonados, como fizeram outros pensadores, dentre esses, o próprio Marx, quem acenou que um dia talvez escreveria sobre, mas, ao que se sabe, não veio Marx oferecer dotação intelectual específica para tais arcos de análise procurados com ardor pelo inteligente grego.

No tema de um possível abandono, mesmo Lenin, que pode e deve estar nas prateleiras superiores dos clássicos marxistas no tocante também ao tema do Estado, ao ter feito alusão ao objeto, mesmo Lenin restringiu-se, apesar de seu intelecto e capacidades racionais indiscutíveis, em apenas mostrar (conforme o famoso caderno azul, as passagens de Marx e Engels, nas quais se afastam quaisquer necessidade de um outro, novo e tido necessário estudo e proposições pendentes acerca do Estado Burguês: mostrando Lenin da absoluta impossibilidade de transição ao socialismo por meio deste aparato capitalista, por meios despóticos e ou democráticos, que não fossem os próprios meios muito bem expostos na indispensável ditadura do proletariado em guias ao tombo e sepultura final para o Estado burguês.

Bem diferente de ter esclarecido-se sobre uma possibilidade de condução ao arquivamento de tal tema e de um então apenas rascunho interrompido nas letras desse seu livro aqui em comento, Nicos Poulantzas concluiu o seu livro , até o final, certamente o revendo por várias vezes até o considerar concluído. E, nesse ato, que com todo direito entendeu por necessário, apesar do que o próprio Poulantzas admite acima em nossas citações, veio em seu livro reinterpretar e tentar alterar<sup>38</sup> não apenas as teses

---

<sup>38</sup> Sobre o espinhoso tema, ler o texto de Luiz Eduardo Motta, "O Estado, o poder, o socialismo: um livro reformista?" (2022) O seu autor discorda da leitura que atribui teor ao livro de Poulantzas aqui criticado por nós, enquanto um claro ato revisionista. Para Motta, o eurocomunismo não pode ser considerado um conceito científico em si, isoladamente. Para ele o debate político e intelectual imprime uma forte diferença entre os eurocomunistas de esquerda e os eurocomunistas institucionalistas de direita (mas Motta não responde se os agrupamentos de esquerda seriam ou não institucionalistas: pensamos que, talvez, isso até ante ao próprio dilema e faltas de saídas também não encontradas por Poulantzas quando redigiu o seu próprio livro O Estado, o poder, o socialismo.

passíveis de virem aludidas ao que se nomeia por "teoria marxista-leninista" do Estado, Poulantzas procurou ainda ir um quantum além, se inclinou ao tema do Estado, do poder, da democracia, dum socialismo de tipo democrático, tentando, com um verdadeiro ardor filosófico, criticado por ele mesmo em passagens de seu texto, acabamos de citar um trecho brilhante dessa consciência latente, impedida pelo próprio grego, incidindo em tidas carências, duma forma ou outras, supostamente verificadas no marxismo clássico.

Sobre o seu tema central, Poulantzas escreve o seguinte:

Na medida em que não poderia haver teoria geral do Estado estabelecendo leis gerais que regulassem as transformações de seu objeto através dos diversos modos de produção, também não poderia haver teoria semelhante referente à transição de um Estado a outro, especialmente à passagem do Estado capitalista ao Estado socialista. Uma teoria do Estado capitalista fornece elementos importantes no que se refere ao Estado em transição ao socialismo. Estes elementos, porém, não têm a mesma categoria da teoria do Estado capitalista e sim formam uma categoria particular no seio das proposições teóricas gerais sobre o Estado. Só poderiam constituir noções teórico-estratégicas no estado prático, funcionando como guias para a ação e, no máximo, como painéis indicadores. Não pode e nem poderia haver modelo possível de um Estado de transição ao socialismo, nem receita infalível teoricamente garantida, a não ser para um país em particular, o que também não pretendo fazer nas análises do presente trabalho sobre o Estado de transição ao socialismo nos países da Europa ocidental. É preciso decidir de uma vez por todas que análise fazer, sabendo-se agora que não se pode pedir a uma teoria, por mais científica que seja, o que ela não pode dar - e aí se inclui o marxismo, que permanece uma real teoria da ação. Sempre existe uma distância estrutural entre a teoria e a prática, entre a teoria e o real (Poulantzas, 1980, p. 26).

Aqui, a consciência parecendo incomodar Nicos Poulantzas, ante ao que resultou a extensão temporal do Estado no socialismo real, na Rússia, em Stalin e seus seguidores, dentre outras marcas de um suposto comunismo comandado por um Estado ainda mais danoso que o próprio Estado burguês, ao Nicos Poulantzas relacionar menção sobre duas distâncias que, no radical, se resumiriam a uma apenas, de que: assim como os filósofos do Iluminismo não seriam "responsáveis" pelo totalitarismo do Ocidente; o marxismo não

seria "responsável" pelo que se passou na experiência do Leste socialista e o Estado Soviético (Poulantzas, 1980).

Nicos Poulantzas parece, e isso restará bem mais claro ao passo da sequência comentada de seu livro aqui, optar, inteligentemente, em tentar escapar ao tema do internacionalismo proletário, ao procurar ofuscar essa tese marxiana, a qual registrou Leon Trotsky como o seu provável último grande tenor.

E, nessa perspectiva de crítica em escape, defende Poulantzas, generalizadamente, não se dever tomar um insuficiente sentido de que no Leste europeu teria se dado o deslocamento de um marxismo desviado. Em termos que pudesse se inocentar o marxismo puro (Poulantzas, 1980, p. 27). Parecendo Poulantzas se referir aqui para com Lenin, Trotsky e, claramente, ele vai alcançar no seu livro uma séria crítica as orientações de ambos ao longo da III Internacional Comunista. Nos perguntamos do porquê Poulantzas não se referiu aqui também de Marx e Engels: talvez, e muito possivelmente, porque o grego avaliou isso conduziria ao esvaziamento, por completo, de qualquer viabilidade de uma leitura séria de sua obra: por conseguinte, de vir preciso qualquer crítica até já desnecessária.

Considerando que o que Lenin e Trotsky adotaram ao longo da III Internacional reuniu o próprio resgate da teoria permanente marxiana, ante aqui um possível imperativo hipotético adotado por Nicos Poulantzas, numa postura nada elogiável, não se pode, ainda disso, negar que os próprios argumentos técnicos ponderados por Poulantzas não tenham sido eficientes aos seus termos procurados no livro: obliterar a teoria da revolução proletária marxiana.

Dessas primeiras frases e conjugações iniciais em seu texto, Nicos Poulantzas se coloca disposto em discutir o tema que tantos outros intelectuais marxistas, reconhecidamente superiores à sua caneta, evitaram sobre todo custo prospectar, se inclinar a um suposto maior estudo do Estado e procurar o melhor conceituar:

Este vazio não representa um obstáculo intransponível, muito pelo contrário, pois é justamente neste vazio sempre aberto que se precipitam as vanguardas dos contestadores. Sabe-se agora que não há teoria -

qualquer que seja e por mais liberal - que possa, na pureza de seu discurso, impedir seu eventual emprego com fins de poder totalitário pelos encobridores da distância entre teoria e prática, e defender-se dos aplicadores de textos e os redutores do real, que sempre poderão alardear a própria pureza da teoria. A culpa não cabe a Marx, nem a Platão, a Jesus, a Rousseau ou a Voltaire. O responsável por Stálin não é Marx; por Napoleão Bonaparte, Rousseau, Franco – Jesus; nem por Hitler o culpado é Nietzsche, ou por Mussolini – Sorel, mesmo se suas ideias foram usadas, sob alguns pontos de vista, em sua própria pureza, para encobrir totalitarismos (Poulantzas, 1980, p. 27)<sup>39</sup>.

E Nicos Poulantzas aqui, declaradamente, o que nos causa um certo entorpecimento, ante as palavras de introdução em seu livro, em que parece se mostrar ele atento para com tantas questões, parece recuar de seus próprios argumentos, comprometendo suas indicações iniciais: "não considerar a distância entre a teoria e o real; querer reduzir a qualquer preço a distância entre teoria e prática; querer que o marxismo exprima o que quer que seja; pedir ao marxismo, ao "verdadeiro" marxismo, a receita infalível e expurgada de desvios de uma autêntica transição ao socialismo democrático; arrebatando nessas suas preocupações Nicos Poulantzas: "trata-se de algo que ele não pode dar, assim não pôde demarcar o caminho para as sociedades do Leste" (Poulantzas, 1980, pp. 27-28).

E sobre o imbricado campo teórico e complicado contexto, alude Nicos:

Isto não quer dizer que não se possa analisar à luz do marxismo uma parte importante (pois o marxismo em si não explica tudo, nem poderia fazê-lo sozinho) do Estado nos países do "socialismo real" (URSS, Europa Ocidental, China), isto é, nos países em que se tentou uma certa transição ao socialismo e chegou-se à situação que sabemos. É evidente que, para fazê-lo, as análises históricas (do tipo "as condições concretas desses países") ou as de estratégia política que as seguiram, embora indispensáveis, são insuficientes. Será que seria necessário construir uma teoria marxista geral do Estado que explicasse os aspectos totalitários do poder nesses

---

<sup>39</sup> Perceba-se que Poulantzas, falando da experiência russa, não cita Lenin nem Trotsky dentre os listados não responsáveis. Essa ausência, ou melhor, uma inserção como também responsáveis, é importante trazer, desde já, serve sobretudo para aguçar atenção ao nosso possível leitor: ao final, como em um grande teatro, as cortinas se abrem neste livro de Poulantzas e o conteúdo procurado pelo grego se mostrará desnudado.

países, de maneira análoga às várias generalizações simplificadoras que nos dão do outro lado, do modo terrorista que se sabe, os diversos especialistas em \*goulags?\* Não o creio, embora (melhor: porque) o problema do totalitarismo seja terrivelmente real. Não pode ser apreendido em sua totalidade por generalizações totalizantes. Pondo as cartas na mesa, diria que só se pode estabelecer as premissas de uma análise simultânea do totalitarismo moderno e de seus aspectos nos países do Leste, desenvolvendo as proposições teóricas gerais sobre o Estado e, também, definindo a teoria do Estado capitalista em suas ligações com as relações de produção e a divisão social capitalista do trabalho (Poulantzas, 1980, p. 28)<sup>40</sup>.

Poulantzas assenta que, em relação ao Estado na experiência socialista soviética, apesar de tudo o que houve ali, ele apenas poderia partir de algumas premissas. Para ele o Estado nos países do Leste reuniriam um fenômeno específico e complexo, e não se poderia avaliá-lo nos termos do Estado em desenvolvimento nas sociedades ocidentais, europeias ou não, o que reuniria o objetivo principal de seu trabalho no seu livro aqui comentado. Palavras essas de justificação um tanto inadmissíveis. Neste particular, tristemente, o grego até se pareceu com os pobres argumentos de Domênico Losurdo (Losurdo, 2015).

---

<sup>40</sup> Apesar do teor democrático evidenciado para a sua obra, soa estranho a dificuldade que Poulantzas indiscretamente manifestou de citar aqui no trecho o nome Stalin, ou o termo stalinismo: isso nos chamou muito a atenção ao ler este seu livro. Mas não nos cabe incidir a isso aqui, não temos condições de escrever e vir desenvolver dos possíveis motivos, mas que isso nos chamou atenção, sem dúvidas chamou. Em especial ao ele, Poulantzas, aqui parecer caminhar em leituras limitadas como aquelas operadas por Domênico Losurdo (2015), quando este marxista opta por tentar justificar os campos de trabalho forçado stalinistas ao mencionar as formas de julgamento liberais, ou seja, se o método de crítica foram e ainda seguem insuficientes, inadequados; ou esqueceram de avaliar também que os estados capitalistas também praticaram situações análogas (vide na atualidade a realidade do povo oprimido pelo Estado de Israel, que mantém a população vizinha em uma verdadeira prisão a céu aberto, com recentes bombardeios e invasão armada pela terra, pelo ar e pelo mar; mas nada desse clássico do Estado capitalista leva para impedimentos e ou licenças para não tocar e ou desculpar as ocorrências, brutais, muito mais brutais que as próprias executadas pelo Estados capitalistas em âmbito interno: o próprio número de mortes resultantes dos dois expurgos stalinistas dão mostras da forte carnificina adotada pelo Estado Soviético na era de Joseph Stalin. Nesse tocante, a letra de Poulantzas e de Losurdo de fato se confundem. O problema é que, se por um lado, entendemos os motivos que determinam ao italiano. Já, por sua vez, entender o que levou Poulantzas a também se inclinar nesses termos próximos, nos soa muito intrigante. Só podemos ponderar que seja devido ao inimigo visado por ambos os autores serem o mesmo, atacar ao legado marxiano revolucionário, principalmente atacar Trotsky, ao que Lenin e ele desenvolveram e alcançaram na Rússia em 1917, superando as perspectivas apequenadas estritas ao revolucionário processo que permitiu o governo democrático de fevereiro: fora disso seria inexplicável um democrata como Poulantzas se confundir com o reacionário marxista italiano aqui citado.

E o grego se esquivou de fazer a necessária crítica ao Estado soviético aqui não devido o conteúdo de seu livro, o conteúdo não só o permitiria, lhe exigiria isso: foi o sentido oculto do livro de Poulantzas que o impediu.

Ao contrário dessa ausência inexplicada e imperdoável, o conteúdo de seu livro o levaria para a crítica ao stalinismo e também as experiências Estatais despóticas do partido comunista da China: muito para além de algumas parcas passagens isoladas em seu livro, como veremos mais pela frente em nossos comentários.

Por ora, queremos grifar que mostraria-se de fato muito fácil e até absolutamente lógico Nicos Poulantzas precisar criticar e condenar aqueles desvios totalizantes e despóticos praticados pelo stalinismo, da ideia absurda de socialismo em um único país, socialismo de Estado (China: isso colide diretamente com os próprios fundamentos que ele elegeu ao reunir os sentidos de seu livro aqui.

Isso, essa própria defesa da democracia estrita, permitiria a todo e qualquer autor, ao se colocar ainda disposto em tratar do Estado, de poder e de uma transição democrática ao socialismo, vir abordar, mesmo por necessidades, esses não discretos aspectos históricos desdobrados na experiência do socialismo real soviético e na China<sup>41</sup>. De modo que as desculpas adotadas mostram-se para nós completamente inadmissíveis.

Entendemos que o motivo justificante para uma não inserção aos caros temas e complicantes não reuniram os argumentos alegado por Poulantzas em seu livro. Mas, sim, que ele pretendia com seu livro atacar algo não discreto, claramente citado só ao final de seu livro: criticar a teoria recuperada e posta em movimento pela III Internacional Comunista, quando Lenin e Trotsky militavam e certo modo a orientavam. Ainda aproximaremos melhor essa nossa percepção e crítica ao grego.

Aqui, faz-se suficiente assentar que o afastamento de dedicar-se em analisar e criticar a experiência stalinista, seguida na Rússia, bem como na China, tem muito mais relação ao qual inimigo Nicos Poulantzas mirou em seu

---

<sup>41</sup> E advertimos que poderia vir isso abordado também em termos da relação e papel da família Castro em Cuba, seus atuais seguidores, outra ofensa ao marxismo clássico revolucionário. Ainda, dentre outras ofensas, a realidade danosa verificada na Venezuela, com seu enredo, não mais que um enredo literário, e inspirado em literatura de quinta categoria, Simón Bolívar: o que o próprio Marx escreveu em vida sobre este suposto libertador da América já seria suficiente para o enterrá-lo, sem qualquer homenagem.

livro: não a esses, que naturalmente deveriam representar seus adversários reais, presentes, concretos. Nicos Poulantzas, contudo, visava algo bem mais concreto, bem mais presente, e que deveria lhe assombrar como o não fantasma bolchevique que tende retomar a condução da história da luta de classes e preparar uma nova vaga revolucionária, em um movimento operário orientado na tríade do programa proletário encontrado em Marx, Lenin e Trotsky, fundamento teórico que se levanta e coloca-se por sob os escombros do que fizeram do marxismo: o propondo um cativo e depositário da democracia burguesa.

Para Poulantzas, nesse seu excessivo cuidado e condenável cautela, seria preciso considerar que, nesses países, o Estado estaria longe de ser uma simples variante do Estado capitalista, de modo que Poulantzas se mostra mesmo pouco propenso a achar que as raízes e o segredo de certos aspectos totalitários do Estado nos países do Leste teriam vindas herdadas da sociedade capitalista: "pois o capitalismo não é a fonte de todos os males" (Poulantzas, 1980, pp. 28-29).

Além de parecer querer dar ao entendimento de que o socialismo soviético de tipo stalinista teria dado conta, por fim e ao cabo, de derrubado o Estado capitalista, pois só assim, em uma revolução como aquela seria possível alterações desta base de dominação societária mencionada acima (termos bastante duvidosos); Poulantzas parece ao mesmo tempo querer negar-se em também avaliar tais condições pós revolucionárias na Rússia; mostrando-se interessado muito mais, como ele mesmo escreveu em seu livro, em estudar e mostrar da estrutura do Estado capitalista no ocidente: parecendo indicar que uma tal teoria do Estado só logrará caráter científico se conseguir explicar a reprodução e as transformações históricas de seu objeto: "nos lugares em que essas transformações estão ocorrendo, nas diversas formações sociais, lugares da luta de classes; e isto se conseguir explicar as formas de Estado segundo os estágios e fases do capitalismo (Estado liberal, Estado intervencionista etc.), a distinção entre essas formas e as formas de Estado de exceção (fascismos, ditaduras militares, bonapartismos), formas de regime em países concretos" (Poulantzas, 1980, p. 29).

O curioso aqui é que Poulantzas, ao falar em Estado, em estudá-lo onde ele se assenta, nas regiões onde a luta de classes se encontra em andamento,

nos exigem sérias perguntas de o porquê então, se ele falava aqui neste seu livro, ou pretendia falar de luta de classes, não nos parece oferecer lógica isentar ou saltar das experiências vivenciadas no socialismo soviético e demais figurações não totalmente assemelhadas ao Estado Burguês em si, a exemplo dos termos no experimento do "socialismo" de capitalismo de Estado" – conceito no qual certamente a experiência chinesa reúne o maior e central exemplo, podendo ser arroladas outras também experiências que se querem nomeadas por socialistas, oriundas em contextos específicos menores, em formatos absolutamente discretos distribuídos pelo globo, Coréia do Norte, pequenos países na América Latina, ao largo de vários continentes, em localidades isoladas, pouco desenvolvidos e em condições econômicas que levam no máximo, ante condições absurdas impostas aos trabalhadores, sua população sonhar com a chegada do exército branco capitalista e a libertação das imposições e reais ali restrições tidas socialistas.

Mas, Poulantzas, efetivamente esquivando-se de estudar as experiências das lutas de classes mais notórias, tendo a experiência soviética o clássico objeto, por mais que Poulantzas procure sustentar justificações para um afastamento deste trabalho necessário, seus motivos assentariam-se no seguinte:

Contrariamente ao economicismo tradicional que leva diretamente ao tecnicismo e que vê apenas nas relações de produção a simples cristalização-envoltório-reflexo de um processo tecnológico das forças produtivas como tais (assim, sendo importante na origem do processo de produção a concepção das relações entre base e superestrutura reflexo), é o primado das relações de produção sobre as forças produtivas que dá à sua articulação a forma de processo de produção e de reprodução. Embora as forças produtivas possuam uma materialidade própria que não se pode ignorar, elas se organizam, contudo, segundo relações de produção dadas (o que não exclui nem as contradições entre elas, nem seu desenvolvimento desigual no seio de um processo que é consequência deste primado). Não é a passagem do moinho a vento ao moinho a vapor que explica a passagem do feudalismo ao capitalismo. Toda obra de Marx o comprova, apesar das ambiguidades que contém, fruto da influência da ideologia do progresso técnico da filosofia Iluminista, que o acompanha até nos trabalhos de sua maturidade (Poulantzas, 1980, p. 31).

Aqui avaliamos que a citação de Poulantzas fala por si. Em parte, profundamente assertiva. E no exagero deste seu pequeno, mas ambicioso texto citado, quer, mas não consegue o grego superar Marx, na verdade lhe faltam até a seriedade intelectual e a ética esperada em um texto tão valioso como este seu livro aqui.

Aqui, no trecho último citado, parece Poulantzas se referir as condições de trabalho, as condições de exploração na organização da sociedade burguesa, na transição do feudalismo ao capitalismo, enquanto os elementos centrais e mediadores do desenvolvimento do capitalismo: e nisso não há qualquer correção possível.

E isso, somado que por vezes Poulantzas menciona mercadoria, trabalho assalariado, mais trabalho, lucro, mais-valia, tudo parece oferecer uma imagem de que Poulantzas segue tributário as ideias formuladas por Karl Marx. E, onde surjam divergências, seriam nos pontos que o grego teria superado ao velho pensador alemão, não por um intelecto superior, o que seria um evidente engano, mas, sim, por Poulantzas ter vivenciado experiências que Marx não teria podido testemunhar.

Mas, para todo pesquisador, intelectual, mesmo leitores de passagem, marxistas ou não, e desde que tenha lido este livro de Poulantzas, embora do audacioso título, um real estímulo para uma leitura séria, terá o leitor de reconhecer que, ao contrário de entregar o que sugere; ao contrário de considerar e tentar incidir no rico tema da transição socialista em seu vigor e potência inigualável – provavelmente muito em tributo de seu posicionamento marxista reformista, não comunista, atrelado aos seus termos de um suposto caminho ao socialismo sem revolução, Poulantzas elege o Estado burguês, ou das lutas que atribui decisivas no entorno do Estado capitalista, ainda que da admitida ossatura, em uma espécie de condensação da política em lutas de classes difusas, como que potentes em suficiência prospectada pelo grego como capazes de vir-se comprometer as bases estruturais, mediadoras e até mesmo possivelmente aquelas consideradas fatais ao menos ao núcleo ou fração dominante de classe (Poulantzas, 1980).

Feitas essas nossas primeiras observações introdutórias, reveremos nossas inserções, em sentido de reafirmá-las e ou revê-las, no que pede a crítica aos fundamentos de Poulantzas neste seu livro.

O próprio conceito de violência, tão evidenciado e atribuído ao Estado pelos comunistas, em Poulantzas, como sugerimos antes, parece concorrer para a proposição de outras e até inéditas relações.

Se sabe, o papel da violência, no Estado capitalista, ao contrário dos Estados pré-capitalistas, se situa no aspecto de o Estado passar a deter, com uma legitimidade imposta, o monopólio da violência física legitimada. O Estado resume-se no poder da classe dominante (ainda que o conteúdo do livro de Poulantzas possa nos interpelar e discutir e defender que uma força em algum ponto poderia vir como que difusa influir também neste escopo da violência estatal, em face de interesses proprietários intermédios, fundidas em representações jurídicas estamentais em meras disputas de interesses focais (Poulantzas, 1980), de modo que, no capitalismo, desenvolvido e consolidado, se abriria-se um status quiçá capaz de superar as teses que mostram, quando Nicos Poulantzas, emprestando definições de Max Weber, aponta em síntese o seguinte:

A legitimidade do Estado, que concentra a força organizada, é a legitimidade "racional-legal" fundamentada na lei: a acumulação prodigiosa de meios de coação corporal pelo Estado capitalista acompanha seu caráter de Estado de direito. O grau de violência física aberta exercida nas diversas situações de poder privado exteriores ao Estado, da fábrica às famosas micros-situações de poder, está em regressão na exata medida em que o Estado se reserva o monopólio da força física legítima. Os Estados capitalistas europeus formaram-se quase sempre pela pacificação de territórios devastados pelas guerras feudais. Com o poder político institucionalizado, que, contudo, detém o monopólio da violência, nas circunstâncias normais de dominação ela é menos usada do que nos Estados pré-capitalistas. Se pusermos de lado: a) as formas, que não se pode esquecer, com a memória curta e a leviandade europocentrista de nossos teóricos, de Estados capitalistas de exceção (...) (b) os casos de terror supremo da guerra (Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, as outras... e agora a nuclear: quem se preocupava em dizer que o poder moderno não mais funciona para a morte?); c) a conjuntura de exacerbação das lutas de classe, o emprego efetivo da violência aberta fica relativamente limitado ao passado. Tudo se passa como se o Estado precisasse usar menos a força na medida em que detém o monopólio legítimo (Poulantzas, 1980, p. 90).

Na citação acima, excluimos a passagem que tenta encobrir e ou meio que justificar as práticas do Estado Soviético e outras experiências socialistas: uma vez que, se quer mostrar das abomináveis armas do Estado capitalista sanguinário, assassino de trabalhadores, não se pode, em hipótese alguma, ocultar e ou minorar os cruéis ataques ao processo de construção da luta revolucionária proletária procurada sobretudo na Rússia, em que os expurgos praticados por Stalin, autorizados ou não por "letras constitucionais", as quais ali constitucionalmente representaram praticamente ao extermínio dos quadros dos bolcheviques, com teses suficientes ou não, mas que tinham todo o seu "direito", direito aqui com o condão de legitimidade e liberdade política, (superando largamente o louvor ao direito burguês), o dever de criticar Stalin, os seus epílogos (escrita da palavra), disputar os congressos e, para tanto, forçosamente, precisariam para isso poder manter íntegro o seu corpo, suas mentes (sem o uso de tortura física e mental pelo Estado soviético stalinista). Em suma, o direito não burguês estrito de manter sua vida: o assassinato do próprio Trotsky mostra do ilimitado alcance das supostas minoradas brutalidades soviéticas na passagem acima por Poulantzas.

Embora Poulantzas tenha sido tão benevolente com o estado soviético, mesmo sem citá-lo, ou pelo fato de não citá-lo em suas palavras críticas, observemos que ante o conteúdo que manifesta em seu livro na passagem acima, o grego tinha totais noções do sentido e fundamento procurado pelo Estado, apesar de em seu livro alimentar uma ideia de possibilidade de haver espaço para uma discussão e sobretudo alteração do Estado, em relação ao poder e a própria malha de controle do Estado ao que pede sua força de dominação, mencionando que as formas modernas de controle e conservação estatal não mais baseiam-se necessariamente na violência física, em que pese as fragilidades de afirmações que reduzem esta ainda vigente atuação policial, e que precisa vir decodificada e advertida, no que escreve bem o grego sobre a violência do Estado:

Mesmo que essa violência não transpareça no exercício cotidiano do poder, como no passado, ela é mais do que nunca determinante. Sua monopolização pelo Estado induz as formas de domínio nas quais os múltiplos procedimentos de criação do consentimento desempenham o papel principal. Para apreendê-lo

devemos nos distanciar da metáfora analógica de mera complementaridade entre violência e consentimento, calcada na imagem do Centauro (metade-fera, metade-homem), de Maquiavel. A violência física não existe somente lado a lado com consentimento, como duas grandezas mensuráveis e homogêneas que mantêm relações invertidas, de tal como que maior consentimento corresponderia a menos violência. Se a violência-terror tem sempre um lugar determinante, isso não se deve ao fato dela se manter constantemente retraída e só se manifestar abertamente em situações críticas. A violência física monopolizada pelo Estado sustenta permanentemente as técnicas do poder e os mecanismos do consentimento, está inscrita na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos, e molda a materialidade do corpo social sobre o qual age o domínio, mesmo quando essa violência não se exerce diretamente (Poulantzas, 1980, p. 90-91).

Assim, Poulantzas aqui explica que não se trataria de substituir o binômio lei versus terror, repressão versus ideologia, como que assumindo a ideia de um "trinômio repressão-normalização disciplinar – ideologia", como ao se tentar se substituir um terceiro termo numa relação de funcionamento inalterado, como que grandezas heterogêneas e distintas de um poder quantificável ou modalidades de exercício de um poder-essência, escrevendo outros termos muito caros e absolutamente importantes aos trabalhadores que lutam por sua legítima e verdadeira emancipação impedida pelo capital:

Trata-se de apreender a organização material do poder como relação de classe em que a violência física organizada é a condição de existência e garantia de reprodução. A colocação das técnicas do poder capitalista, a constituição dos dispositivos disciplinares (o grande "internamento"), a emergência das instituições ideológico-culturais (do Parlamento ao sufrágio universal e à escola) pressupõem a monopolização da violência pelo Estado, recoberta precisamente pelo deslocamento da legitimidade para a legalidade e pelo reino da lei. (...) Para citar apenas um exemplo, o exército nacional é consubstancial ao Parlamento e à escola capitalista. Essa consubstancialidade repousa na materialidade institucional comum decorrente da divisão social do trabalho que seus aparelhos encarnam e também no fato de que o exército nacional, justamente como peça do monopólio pelo Estado da violência física legítima, induz as formas de existência e de funcionamento de instituições - parlamento, escola - nas quais a violência não precisa se atualizar como tal. A existência regular, a

própria constituição do Parlamento como editor de leis é impensável sem a instituição do exército nacional moderno (Poulantzas, 1980, pp. 91-92).

Nestes aqui certos termos, conforme Poulantzas (1980, p. 92), a monopolização pelo Estado da violência legítima permanece o elemento determinante do poder, mesmo quando essa violência não é exercida direta e abertamente.

Para Poulantzas a monopolização se situaria disso na base das novas formas de lutas sob o capitalismo, "às quais corresponde o papel dos dispositivos de organização do consentimento", em que poder e lutas se atraem e se condicionam mutuamente (Poulantzas, 1980, p. 92). Onde e quando, a própria "concentração da força armada pelo Estado, o desarmamento e a desmilitarização dos setores privados – condição para estabelecimento da exploração capitalista – contribuem para deslocar a luta das classes, de uma guerra civil permanente de conflitos armados periódicos e regulares, para as novas formas de organização política e sindical das massas populares " (Poulantzas, 1980, p. 92).

Além de destacar tais categorias, parecendo retomar o clássico conceito desenho atribuído ao Estado, Poulantzas, apesar deste seu claro e correto reconhecimento, vai mostrar e apostar o como as novas formas de dominação se condicionam superiores, resultado de as classes dominantes terem então percebido resultar mais adequado se utilizar de meios inovados ao combater as organizações e lutas dos trabalhadores.

Poulantzas mostra, parecendo esquecer e ou reduzir ao máximo possível sua acuidade reconhecida sobre os tantos e brutais ataques policiais sobre a população trabalhadora em luta, mesmo em lutas pacíficas, que o Estado, atualizando-se, procurando melhor se posicionar no enfrentamento de greves, pequenos levantes, o grego aqui defende que a velha violência física aberta seria cada vez mais um poder "de eficiência relativa" (Poulantzas, 1980, p. 92).

Eis que começa aparecer, ainda que em pontos ainda discretos, as reais intenções de Nicos Poulantzas ao formular sua tese no livro em comento. Mesmo porque, ainda que reconhecendo-se os chamados novos meios de dominação ideológica e controle dos trabalhadores, afirmar que o controle

físico, policial, Estatal e aquele realizado pelo jagunço não remunerado pelo Estado – pago diretamente pelas mãos do patrão, seriam essas armas menos eficazes nos ataques aos trabalhadores: essa proposição, inelutavelmente, reúne um grave erro de análise e de proposição.

Sobre o tema discute ainda Poulantzas, em parte agora assertivamente, ao tentar, partindo de suas formulações, avançar para sua tese de lutas democráticas pelo poder, ainda que pelo imaginário poder do Estado por membros não preferenciais, guiados por representantes sociais democratas estritos, reformistas e ou aqueles conservadores progressistas, em que Poulantzas, apaixonado em parte pelo sufrágio, enxerga uma tamanha inovação, mesmo essa arena não se mostrando substancialmente distinta as pautas e propostas já de muito alardeadas em fórmulas e bandeiras liberais modernas propaladas em ideologia de sustentação da classe dominante, fenômeno o qual, parece estar vindo determinar completamente, por fim e declaradamente, que a esquerda reformista venha completamente embrenhada aos fios do discurso e círculos democratas intelectuais burgueses mais desqualificados.

Em sua própria formulação, Poulantzas indica que aquilo que importa nesse movimento situaria o próprio sentido do que ele nomeia por "permanente contestação política ao poder" (Poulantzas, 1980, p. 93). Em que, para ele, até mesmo dado a própria monopolização da força física pelo Estado, essas próprias condições tendem favorecer a organização das marchas populares, que evitando os confrontos diretos, tendem procurar aqueles mecanismos de organização do consentimento instalados nos postos avançados do poder, em que se coloca o próprio "reino da lei", em que reina as leis capitalistas: "designa este lugar aos mecanismos de consentimento, inclusive sob a forma de inculcação ideológica, na exata medida em que encobre a monopolização da força física pelo Estado" (Poulantzas, 1980, p. 93).

Sobre o que chama aqui de papel da lei, Poulantzas expõe que, embora seja essencial no exercício do poder, e em que pese, enquanto um próprio poder organizador da repressão, da violência física organizada, não significaria isso, contudo, que por essa mesma ação, a lógica da lei resultaria puramente negativa, e que nos levasse disso para uma simples e direta "rejeição, de

barragem ou de obrigação de não-manifestação e mutismo" (Poulantzas, 1980, pp. 93-94)<sup>42</sup>.

Poulantzas, em seu livro, inspirado em leituras suas, interpretações absolutamente suas, parece procurar referenciar-se em passagens de O 18 Brumário de Karl Marx, mas invertendo o conteúdo presente no livro do comunista alemão, afastando-se de vir discutir as lutas dos proletários no ano de 1848, conforme ali se deram e desenvolveram-se, em tudo, ante o completo detrimento aos interesses dos trabalhadores, ali sequestrados pelos pensamentos democratas estritos, de dentro e de fora da II República democrata e o seu próprio parlamento assassino, não tratando o grego da própria deliberação legislativa que autorizou o massacre assassino que veio ali deliberado, ordenado e executado sobre os amotinados em Paris naquele clássico junho de 48 .

Poulantzas, evitando entrar nessas cenas reais descritas em O 18 Brumário, este brilhante intelectual, opta em seu livro em dirigir seus olhos e sua reflexão estritamente aos idos da antiga Grécia, período que sequer conheceu a burguesia, o Estado moderno e tudo o que o autor arrola, encobre e muito bem reconhece sobre o Estado capitalista, expondo o seguinte:

O poder jamais é exclusivamente negativo, pois é algo mais que a lei. A lei em seu papel repressivo comporta um aspecto de positividade elevado, pois a repressão

---

<sup>42</sup> Neste tema fomentado por Nicos Poulantzas, sugerimos leitura de dois capítulos de um livro recentemente organizado por Tatiana Berringer e Angela Lazagna (2022), livro no qual se aborda o tema da atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas. O primeiro encontra-se posicionado enquanto o primeiro capítulo do livro, este constituindo uma produção do cientista político Décio Azevedo Marques de Saes: "A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista", desdobrado e constituinte de uma versão ampliada da sua Conferência de Abertura na III Jornadas Poulantzas, proferida em 2016, pressupostos pelos quais o autor oferece uma sua inovadora abordagem da teoria regional do político no modo de produção capitalista, abordando da principal contribuição de Nicos Poulantzas na reinterpretação da teoria marxiana do Estado: partindo desses elementos, o texto de Décio Saes vai ainda propor de algumas necessidades de retificações, reorganizações conceituais, nas quais Saes propõe uma adequação conceitual entre a matriz althusseriana do modo de produção em geral e a teoria regional do político, em que sugere uma abordagem do Estado como estrutura jurídico-política e da luta de classes articulada ao político, ao econômico e ao social, procurando com isso sustentar uma sua crítica ao que se tem considerado como um pensamento marxista ortodoxo. Orientamos também por leitura do capítulo seguinte, texto no qual se aborda o tema: "O direito: estrutura, instituição e hegemonia", em que seu autor, Thiago Barison de Oliveira (2022), apresenta e discute acerca de um diálogo entre as teses de Nicos Poulantzas e as do teórico marxista russo Evgeni B. Pachukanis, este último fortemente militante na problematização acerca do conceito de direito. Em seu texto aqui mencionado Oliveira procura delinear e problematizar acerca de uma teoria do direito na sua relação com o Estado e a política, propondo uma certa complementaridade conceitual entre estes dois pensadores citados, o que abriria a possibilidade de uma análise estrutural da relação de correspondência funcional entre a forma jurídica e as estruturas do modo de produção capitalista.

jamais se identifica à pura negatividade. (...) É a lei, desde o direito greco-romano, que emite injunções positivas, que proíbe ou deixa fazer segundo a máxima de que é permitido o que não é proibido pela lei, mas que faz fazer, obriga a ações positivas em vista do poder, obriga também a discursos dirigidos ao poder. A lei impõe o silêncio ou deixa dizer, é ela que freqüentemente obriga a dizer (a prestar juramento, a denunciar etc.). No geral, a lei institucionalizada nunca foi pura injunção de abstenção ou pura censura, de tal modo que teríamos na organização do Estado, de um lado a lei-censura-negatividade, e de outro lado "outra coisa" – ação-positividade. Essa oposição é parcialmente errada na medida em que a lei organiza o campo repressivo como repressão daquilo que se faz quando a lei proíbe e também como repressão daquilo que não se faz quando a lei obriga que se faça. A lei sempre esteve na ordem social, no sentido em que aparece depois para pôr ordem num estado natural pré-existente, porque é constitutiva do campo político-social como codificação de interditos e injunções positivas. (...) Enfim, a lei detém um papel importante (positivo e negativo) na organização da repressão ao qual não se limita; é igualmente eficaz nos dispositivos de criação do consentimento. Materializa a ideologia dominante que aí intervém mesmo que não esgote as razões do consentimento. A lei-regra, por meio de sua discursividade e textura, oculta as realidades político-econômicas, comporta lacunas e vazios estruturais, transpõe essas realidades para a cena política por meio de um mecanismo próprio de ocultação-inversão. Traduz assim a representação imaginária da sociedade e do poder da classe dominante. A lei é, sob esse aspecto, e paralelamente a seu lugar no dispositivo repressivo, um dos fatores importantes da organização do consentimento das classes dominadas, embora a legitimidade (o consentimento) não se identifique nem se limite à legalidade. As classes dominadas encontram na lei uma barreira de exclusão e igualmente a designação do lugar que devem ocupar. Lugar que é também lugar de inserção na rede político-social, criadora de deveres-obrigações e também de direitos, lugar cuja posse imaginária tem conseqüências reais sobre os agentes (Poulantzas, 1980, p. 94)<sup>43</sup>.

Ao esboçar esse seu raciocínio, parece que Poulantzas deseja fazer acenos como que os representantes clássicos da teoria da revolução permanente, Karl Marx, o movimento comunista de meados do século XIX, Lenin, Trotsky e outros comunistas anônimos, não reconheciam dos flancos

---

<sup>43</sup> É deste caráter, desse mostrar e esconder, que Adriano Nervo Codato apanha e orienta, pugna, conforme o seu artigo citado por nós no capítulo anterior de tese.

fechados desse âmbito legislativo constitucional, parlamentar democrata, que Poulantzas parece pretender indicar teria ele descoberto, se não tanto – talvez o grego reconhecendo no seu íntimo o quanto seria absurdo tal perspectiva, ao menos imaginado ele ter melhor entendido e desenvolvido a ideia de que o Estado burguês e seus aparelhos de dominação não estruturais, pudessem vir disputados não tão vis como nas análises clássicas comunistas<sup>44</sup>.

A diferença, nada discreta, entre Marx, o movimento comunista europeu que ele liderou na segunda metade do século XIX; depois, na militância não estrita ao âmbito intelectual de Lenin, de Trotsky, outros; em relação a essas quase teodiceias propostas por Poulantzas, é que, sim, para qualquer organização comunista, sem sombras de dúvidas, se atuar em um âmbito social democrático burguês, quando de alguma liberdade de reunião, conquistada e vigiada policialmente pelo Estado, uma limitada liberdade de organização operária, de fruição de ideias, inclusive ideias revolucionárias, de debates abertos e clandestinos acerca de caminhos e dos bloqueios aos caminhos de ruptura radical com a sociedade burguesa, em determinante e final derrota forçada do Estado Burguês. De modo que tudo isso de fato é incontestado, e não precisaria sequer Poulantzas ter entrado nisso (não fosse seu intuito maior, que se mostrará revelado até o final desta seção), bastaria ter citado várias passagens destes nomeados e outros comunistas. Para oferecer apenas um exemplo, Marx, ao ele orientar pela organização dos operários para sua luta salarial, em combate as ideias reacionárias de Lassale, militante que enxergava na luta salarial apenas uma luta já perdida, visto que, após muitas greves, lutas, enfrentamento da polícia, assassinatos, ao final e ao cabo, mesmo quando conquistavam os operários reajustes salariais, rapidamente os patrões elevavam artificialmente o preço das mercadorias para desfazer tais aumentos salariais. Um raciocínio bestial que conduziria ao falho entendimento de que a luta salarial ali então resumiria-se em uma luta inútil. Quando e onde Marx corrigia pronta e fortemente essa ideia errônea na organização dos trabalhadores, ainda que mostrando Marx aos trabalhadores que sim, o aumento momentâneo dos salários operários concorrem nos custos de

---

<sup>44</sup> Lembramos que já abordamos o tema em nossa tese, com destaque ante as referências que tomamos em Fernando Dillemburg. Pelo que não retomaremos aqui ao tema, nos remetendo para aquelas passagens e a própria definição clássica marxiana sobre a real essência do Estado burguês, em que pese os argumentos reivindicados por Poulantzas em seu livro aqui comentado.

produção dos víveres de consumo básico pelos trabalhadores; os ganhos salariais, ainda até antes da sim praticada majoração dos preços dos alimentos; combatendo as ideias incorretas de Lassalle, o velho comunista mostrava e orientava existir nesse processo de luta salarial um movimento, um movimento no qual, desde que revestido de um processo político operário organizado, cientificamente organizado, viria essa luta salarial altamente decisiva nas pautas históricas e até revolucionárias aos trabalhadores.

Marx mostrou ao combater os pensamentos de Lassalle que em uma forma e conteúdo dirigido, os trabalhadores podem vir gradativa e crescentemente ampliando suas consciências. Amparado em tais fundamentos, Trotsky, ao recuperar das lutas operárias a luta do trabalhador pelo salário relativo, retomou essa orientação marxiana e mesmo veio assinar o programa operário mínimo, o qual parte das lutas operárias em defesa das escalas móveis de horas de trabalho e escalas móveis de jornadas, em claras mostras do quão clássico reúne o legado trotskista em termos de organização proletária.

Um programa clássico o qual, longe de vir suficiente, decisivo, ao mesmo tempo de seu dado e sérios limites, o programa mínimo da teoria da revolução permanente em Marx determina elementos que tendem, se explorados por uma organização comunista estrategicamente assentada, desdobrar consequências políticas absolutamente imprescindíveis na organização e andamento do proletariado em sua jornada de emancipação da exploração da sociedade capitalista.

E caso o preconceito com as teses de Trotsky dificultem leitura e compreensão dos termos de nossas considerações últimas acima, tomemos então a figura de Lenin, quem, na Rússia pré e pós-revolução de outubro de 1917, mostrou-se um militante que tão bem apanhou, mostrou e diretamente atuou na orientação proletária em diferentes condições na atuação das organizações da classe operária, em seções públicas e nos círculos clandestinos de um partido comunista que se reerguia, atuando, nesses nem sempre firmes e suficientes próprios passos, de modos distintos (mas sempre com o fim dialético estabelecido pela organização comunista que militava). Em que, ante tantas oscilações e rápidas mudanças naquela dura conjuntura que viveram e militaram Lenin, Trotsky, as quais convivia com uma forte atuação

repressiva policial, de muito maior e ou até total restrição de lutas públicas encampadas e ou mesmo orientadas pelo partido, desde pelos ataques policiais disparados desde o seu Poder Judiciário, as forças civis, militares e paramilitares da Rússia reacionária: em que tudo tenderia, aparentemente, levar a ideia de que o caminho seria uma transição ao Estado democrático de direito burguês, como gostam atualmente de estabelecer os democratas do século XXI.

Mas, como se sabe, e a história registra, o caminho da república democrática não foi um fim em si mesmo, mas um passo para muito mais para frente, por meio dessa luta se aproximaram as condições para o estabelecimento do outubro bolchevique histórico para a humanidade: revolução que, pela primeira vez e até aqui ainda inédito, colocou-se em andamento efetivo e concreto, politicamente amparado, os próprios termos da revolução permanente marxiana, experiência posteriormente desviada pelo Estado soviético stalinista.

Isto posto, além de algo enfadonho, se tornam passagens indevidas e nada inéditas certas passagens nas letras de Poulantzas neste seu livro aqui comentado. Ao menos lhe faltaram citar as fontes, ainda que não lhe tenham sido em nada inspiradoras ao grego decidir por redigir o seu livro.

Abordamos o sério e caro tema arrolado na luta salarial operária por seu valor relativo no quinto capítulo de tese, e também em nossas considerações finais. Aqui nesta seção, aos fins procurados, estritamente, seguiremos com o trabalho de mostrar os distintos caminhos escolhidos e procurados por Poulantzas em seu livro.

E aqui surge uma outra pergunta, por que Poulantzas, um reconhecido marxista, profundamente conhecedor do que provocamos acima, iria então omitir o respectivo conteúdo nesses trechos especiais de seu livro: Será que isso veio assim motivado devido que Poulantzas registra no livro, ainda na introdução mesmo, tecnicamente lavradas nas primeiras páginas, que algumas questões, dados temas, os quais ele teria abordado em outros de seus livros, artigos, em outros e até supostos distintos horizontes, não contariam acenos neste livro; o que lhe permitiria omitir certas citações, certas passagens, alguns comentários; expondo ali que gostaria com isso de escapar ao acadêmico. Bem, como temos colocado, ao menos, resta patente que o que cobramos não

são as discussões acadêmicas, ao contrário, reveste-se de toda lógica Poulantzas ter a necessidade de incidir nesses temas evitados, ante ao próprio título de seu livro, pois leiamos novamente da nomenclatura: O Estado, o poder, o socialismo.

Pelo que, tais licenças prévias e gerais não podem vir tomadas para justificar essas suas ausências aqui: sua escolha por uma espécie de teodiceia. E, muito menos, que suas próprias alusões, ainda antes, até nas partes que acerta, seriam sequer inéditas. E, assim, resta inadequado conceber que muitos de seus argumentos efetivamente permitem criticar e propor a superação dos clássicos fundamentos do movimento comunista e de uma necessária organização ortodoxa da classe operária, fundamentos que deveriam então vir superados e abrir espaço para uma tida transição ao socialismo democrático poulantziano.

E a verdade aqui é uma só, Poulantzas não citou os clássicos da parte que acerta porque não mirou em seu livro qualquer aproximação e ou relação com os fundamentos clássicos do comunismo.

E, por isso mesmo, o conteúdo do livro de Nicos Poulantzas aqui discutido, e também as versões dos comentaristas que seguem esses mesmos aproximados fenômenos democráticos difusos propostos por Poulantzas, apenas alguns trazidos ao longo deste capítulo de tese, encontram-se em seus escritos por intentar encaminhar os trabalhadores, suas organizações, já emagrecidas pelos ideários do marxismo ocidental, em orientações estritas democratas de aproximação junto ao parlamento e ao Estado burguês, orientando assim por lutas proletárias mortas, seguidas amordaçadas, desenvolvidas refletidas em tristes dias, que pedem por caminhadas irrestritamente pacíficas e absolutamente presas as correntes das rodas que fazem o velho veículo pesado do capital seguir ao menos patinando na lama de negação que encontra-se enterrado, ainda sustentado em posição histórica por meio do caduco Estado Burguês: para onde, já de largo tempo, parte não discreta das organizações operárias e camponesas tem sido conduzidas, iluminadas por um projeto social-democrata estrito que os arrebanha como ovelhas, guiadas por pastores não tementes ao bom Deus.

E para Poulantzas, por parte das classes dominantes, uma das razões do consentimento pode se situar no próprio corpo da lei, esta enquanto parte

da estrutura societária do Estado e de uma possível condensação de relações e interesses de classes.

Assim o grego sugere ser preciso entender que a lei não apenas engana ou encobre, reprime, obrigando a fazer ou proibindo de se fazer. Em tudo, para Nicos Poulantzas a lei: "também organiza e sanciona direitos reais das classes dominadas (claro que investidos na ideologia dominante e que estão longe de corresponder em sua aplicação à sua forma jurídica) e comporta os compromissos materiais impostos pelas lutas populares às classes dominantes" (Poulantzas, 1980, p. 95).

Para Poulantzas, não restaria assim menos evidente, em oposição "a toda concepção jurídico-legalista, e psicanalítica" que a ação, o papel do Estado, em muito ultrapassam a lei ou a regulamentação jurídica:

a) A ação do Estado, seu funcionamento concreto nem sempre toma a forma de lei-regra: existe sempre um conjunto de práticas e técnicas estatais que escapa à sistematização e à ordem jurídicas. Isso não quer dizer que sejam "anômicas", arbitrárias, mas que obedecem a uma lógica diferente da ordem jurídica, à lógica da relação de forças entre classes em luta cuja lei é apenas investimento a distância e em registro específico. b) Frequentemente o Estado age transgredindo a lei-regra que edita, desviando-se da lei ou agindo contra a própria lei. Todo sistema autoriza, em sua discursividade, delineado como variável da regra do jogo que organiza, o não-respeito pelo Estado-poder de sua própria lei. Chama-se a isso razão de Estado, que significa que a legalidade é compensada por "apêndices" de ilegalidade, e que a ilegalidade do Estado está sempre inscrita na legalidade que institui: o stalinismo e os aspectos totalitários do poder nos países do Leste não se devem especialmente às "violações da legalidade socialista". Todo sistema jurídico inclui a ilegalidade assim como comporta, como parte integrante de seu discurso, vazios e brancos, "lacunas da lei": não se trata de simples descuidos ou cegueira causados pela operação ideológica de ocultação que sustenta o direito, porém de dispositivos expressamente previstos, brechas para permitir ir além da lei, sem falar das violações puras e simples que o Estado faz de sua lei, que embora pareçam transgressões selvagens, pois não foram previstas na lei, assim mesmo fazem parte do funcionamento estrutural do Estado. Todo Estado é organizado em sua ossatura institucional de modo a funcionar (e de modo a que as classes dominantes funcionem) segundo a lei e contra a lei. Inúmeras leis não teriam existido em sua forma precisa se, com o apoio do

conjunto de dispositivos estatais, uma taxa de violação das classes dominantes não houvesse sido descontada, isto é, inscrita nos dispositivos do Estado. A ilegalidade é freqüentemente parte da lei, e mesmo quando ilegalidade e legalidade são distintas, não englobam duas organizações separadas, espécie de Estado paralelo (ilegalidade) e de Estado de direito (legalidade), e menos ainda uma distinção entre Estado caótico, um não-Estado (ilegalidade) e um Estado (legalidade). Ilegalidade e legalidade fazem parte de uma única e mesma estrutura institucional (Poulantzas, 1980, pp. 95-96).

Como se denota acima, não se pode, em hipótese alguma, ponderar e ou defender que o autor no momento que redigia estas passagens textuais, as estaria se dedicando com algo muito diferente do que enfrentaram Marx, Lenin, Trotsky, dentre outros comunistas que baseavam-se nos fundamentos clássicos da teoria da revolução permanente marxiana, e detinham uma clara definição do conceito lei Estado, Estado legislação, legalidade e ilegalidade, dentro do Estado, por fora, em seu entorno e, no que efetivamente conta e precisa interessar aos comunistas, para valer, decidir, sobretudo em organizações políticas clandestinas, pelas quais os objetivos se vertem em derrubar o Estado, suplantar as leis hipócritas burguesas que garantem a exploração dos trabalhadores urbanos e do campo, sustentam a polícia do capital, o exército serviçal burguês, em uma ampla malha legislativa voltada em garantir a solvência das relações de troca de mercadorias no setor interno e em relações internacionais de cambio de mais trabalho, apuração e distribuição de mais-valia entre os as empresas, os bancos e os latifúndios que controlam o Estado nação, enquanto o próprio quadrante econômico-opressor de exploração do proletariado em nível mundial.

De modo que a última citação de Nicos Poulantzas aqui acima poderia lhe posicionar na lista desses reconhecidos comunistas e militantes revolucionários. Mas avaliamos que isso não passa de uma ilusão ótica, nos servindo apenas para comprovar o como as aparências enganam, e, das vezes, deliberadamente<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> O sinistro, o engano, na passagem soa ou em verdade retorna, ao Nicos Poulantzas parecer, nas sombras das linhas deste seu texto, usar essa sua passagem longa para minimizar as ocorrências stalinistas. Se pode ponderar que aquela clara tolerância fosse motivada ali na citação em defesa do socialismo real, nominal: mas, não pode ser isso o motivo. Já colocamos antes de nossas impressões acerca de vários impedimentos para uma consideração nestes termos. E, aqui, nesta última citação, se ampliarão essas nossas sensações, as quais devem também manifestar-se no possível leitor desta tese,

O que nos parece saltar, clara e destacadamente deste trecho do livro de Poulantzas, reúne o aspecto de que: se para os que desenvolverão e defenderam a teoria marxiana, tratava-se de derrubar o Estado burguês. Por seu turno, para Poulantzas, o caminho é distinto, reinterpretado, de modo que trataria-se de entender o secular no Estado, sua força sobre a Lei e na lei, e vir o complicar em meio esses próprios determinantes:

(...) Enfim, a ação do Estado sempre ultrapassa a lei pois o Estado pode, dentro de certos limites, modificar sua própria lei. O Estado não é a simples figura de alguma lei eterna, seja ela originária de algum interdito universal ou de uma lei natural. Primado suposto e, é o caso de se dizer, de direito da lei sobre o Estado que, no fundo, é a própria base da concepção jurídica do Estado pela qual se explica a convivência atual com a concepção analítica (psicanalítica) das instituições. Ora, se todo Estado é consubstancial a uma lei, se então na verdade a lei não é uma criação utilitária de um Estado pura força prévia, é o Estado, numa sociedade dividida em classes e no seu aspecto de violência legítima, em suma, como detentor da força e da repressão física, que sempre domina a lei. Pois se é verdade que a lei organiza essa violência, não há nessa sociedade lei ou direito sem aparelhagem que obrigue sua aplicação e assegure a eficiência, em resumo, a existência social: a eficácia da lei jamais é a do puro discurso, da palavra e da regra emitida. Se não há violência sem lei, a lei pressupõe sempre a força organizada a serviço do legiferante (o braço secular). Mais prosaicamente: a força permanece na lei (Poulantzas, 1980, pp. 96-97).

Embora pareça contraditório aqui acima em sua teorização, ponderamos que não foi lapso de escrita do autor. Se pode claramente decodificar, no todo do livro, embora o filósofo grego esteja aqui acima referindo-se para com as formas pelas quais o Estado capitalista assume os postos de decisão da

---

sugerindo essa sensação cada vez mais forte, que inegavelmente deva reunir outro o motivo de Nicos Poulantzas neste seu livro evitar sob preços altos tocar no nome Staline ou, quando aparece, o nome ou o próprio termo estado soviético stalinista, ante ao que se encontra em discussão nas passagens do livro, como indiscutivelmente na última citação aqui, as próprias aspas utilizadas pelo grego na passagem para cercar uma parte de frase que poderia parecer ali Poulantzas estivesse criticando o stalinismo, corroborar ao sentido de abrandamento que o autor procura cuidadosamente adotar em seus comentários acerca das práticas brutais e despóticas adotadas pelo Estado Soviético stalinista. E relacionar e oferecer lógica a isso, neste livro de Poulantzas, o qual se quer tão social-democrata estrito, que pugna por defender uma transição democrática ao socialismo, tais nuances, inegáveis nas próprias letras e parágrafos de Poulantzas no seu livro aqui comentado, devem isso tudo vir gerar um incômodo importante ao leitor e sobretudo às pessoas e grupos que assumem as principais ideias formuladas por Nicos Poulantzas.

sociedade e da lei ou não lei, da legalidade e ilegalidade intercambiadas. Ao mesmo tempo, em paralelo, considerando sua tese geral e mesmo central neste seu livro, fundamentos para as teses mais conhecidas e reconhecidamente defendidas pelos poulantzianos, voltam-se essas bases de argumentação para Poulantzas lançar ao longo do livro aqui a sua defesa de uma transição e transferência da luta de classes para o entorno do Estado burguês, para sua própria ossatura (palavra usada por Poulantzas no livro) e enquanto andamento das próprias divisões que existem tensionadas e movem-se do espiral metabólico – político liberal desdobrado e disputado pelas frações de classe dominante.

Em suma, se o pensamento comunista clássico observava e considerava como a classe operária, o campesinato, estavam pautados, determinados e organizados em dadas condições materiais, e que elementos subjetivos dominavam suas ideias, formulações, por donde as organizações proletárias de vanguarda clandestinas procuravam inserção, ação e intervenção guia, em vistas de alteração do próprio grau das consciências operárias e proletárias latentes, sempre tendo como prumo alterar as condições insuficientes inscritas nas perspectivas imediatas da classe; em Poulantzas ocorre um fenômeno outro e não discreto: Poulantzas se volta para o estudo e considerações acerca das condições da classe dominante, do que ele nomeia por bloco e ou blocos no poder, suas divisões, suas frações, suas representações, (mesmo que indiscutivelmente o grego sabia que constituem-se representações apenas aparentes, que existem entre estas uma ligação estrutural e não apenas ideológica entre as facções, que Poulantzas educadamente nomeia por frações, no marco das divisões da classe dominante), acabando, assim, Poulantzas por eleger um Estado de coisas tendentes ao concerto societário, forças que sempre se seguem em movimentos de conservação, enquanto supostos elos representantes de ângulos ampliados de condições e oportunidades, não apenas aos próprios proprietários dos meios de produção, mas, também, na ideação de Poulantzas, mesmo que não igualmente, também encontram-se dispostas em perspectivas para os trabalhadores.

Longe de sugerirmos aqui que o estudo das condições e nuances das classes dominantes não devam estarem consideradas pelo movimento

comunista. Mas, uma coisa é o estudo e considerações, sobretudo das logísticas e armamentos em mãos da classe adversária e franca inimiga (cálculo absolutamente necessário aos comunistas). Outra parte e questão complicada, bastante diferente, reúne em afastar as considerações sobre as organizações proletárias e fixar-se em imersão nos âmbitos materiais, concretos, jurídicos e abstratos do Estado capitalista: sugerindo esses como flancos ampliados e mesmo privilegiados da luta de classes ao proletariado.

Marx, ao que tomamos de seus escritos e militância, teria dito a Poulantzas, se pudessem ter conversado sobre essas ideias formuladas em seu livro aqui: o Estado não é o ambiente onde a luta de classes se desenvolve. Ao contrário, se vier vitoriosa os ataques por parte da burguesia ao movimento do programa operário em termos da revolução permanente, representará essas armas do Estado, dentre essas o próprio parlamento e a lei da civilização e ética civil dos proprietários capitalistas, forças legislativas e armadas pelas quais, legal e ou ilegalmente, se adotará implacavelmente ações constitucionais republicanas burguesas que farão banhar em sangue e vir disso concorrer para vencer e sepultar a luta de classes dirigida ao proletariado pela classe operária em levante.

Ou seja, o Estado sempre foi suficientemente mostrado pelo pensamento marxiano em um retrato assim inequívoco, em uma sua exata figura e real e conclusiva face opressora e assassina.

O pensamento comunista clássico alertava ainda que, mesmo de a classe operária viesse conseguir se estabelecer e vindo com isso vencer as guerras civis revolucionárias últimas contra a burguesia, vindo instalar e dirigir a ditadura do proletariado, que mesmo esse Estado, um Estado proletário, não mais estrito aos marcos e grilhões da luta de classes, não mais de ataque de classes para com classes (excetuando a luta proletária interna e internacional, que sofre e exige de qualquer república socialista confrontos direto e colaterais com os países e coalizões burguesas em territórios onde os trabalhadores ainda estejam subordinados e controlados pelo Estado capitalista burguês), onde e quando, o próprio Estado proletário representativo precisaria, o quanto antes, vir superado por completo.

E se mesmo numa revolução, vitoriosa pelo proletariado, o comunismo clássico estabeleciam estes e outros elementos enquanto principais pesos e

medidas necessárias, por quais motivos afinal Poulantzas veio aqui em seu livro extrapolar e mesmo negar esses fundamentos.

E perceber e criticar a negação do livro do grego não se mostra um trabalho simples. Como vimos até aqui aproximando, existem várias nuances, reconhecimentos, até mesmo supostas parciais permanências do pensamento clássico neste livro de Poulantzas.

Nesse trabalho, que nos propomos por fazer, sigamos em melhor aproximar aos termos integrantes da formulação de Poulantzas no tocante a disputa do Estado, senão de ampliação, termo gramsciano (ou de seguidores de Gramsci), ao menos da ideação do grego ao propor uma compreensão em forma de condensação da luta de classes em relações contraditórias junto e ou em paralelo ao Estado burguês e acercamentos múltiplos.

E nos parece o Estado, os ambientes intra câmaras parlamentares, os âmbitos administrativos estatais, suas inserções, focos de condensação das lutas junto e ou no entorno do Estado, essas variações não flutuantes, conforme enxergadas por Poulantzas, acabarem por retirar da classe operária e transferindo ao logro de uma ética em propostas amanteigadas (com sal) democratas reformistas em palavras ruminadas, uma ruminação das concretas e diametrais contradições que se seguem de tudo isso mais que vivas e impostas pela sociedade capitalista, aliás, devidamente reconhecidas por Poulantzas ao longo do próprio livro aqui em comentários nossos<sup>46</sup>.

Em seu livro *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas (1980) nos expõe os seguintes termos, em relação de seus argumentos crescentes acerca de uma transição democrática ao socialismo:

---

<sup>46</sup> Aliás, sobre a alteração, e brusca na teoria clássica marxiana, este foi um outro esforço de Nicos Poulantzas, ao escrever, e não estrito a este livro aqui comentado, mas sim em suas demais obras literárias: *Poder político e classes sociais e; as classes sociais no capitalismo de hoje*. Ante ao que não entendemos o grego tenha apenas rompido com o marxismo clássico ao escrever o seu livro *O Estado, o poder, o socialismo*: nos resta que seu posicionamento intelectual revisionista vem de anos antes, já visíveis então assentados desde estas duas citadas e outras de suas formulações. Nestas, aqui diretamente mencionadas, por exemplo, é flagrante as alterações do próprio conceito de classe social, em que a classe operária passa a se situar dependente e ou hierarquicamente inferior numa suposta organização de elites oriundas de flutuações esperadas que se aproximem surgidas de um "não proletariado" (a chamada classe média, ou classes médias, curiosamente não assalariadas, ou com salários bastante distintos aos dos pobres trabalhadores operários e camponeses), ente esse considerado por Poulantzas como que superior e ponta de lança para um processo dinâmico de organização do proletariado: quanta alteração e ofensa ao conteúdo do programa operário revolucionário em seus fundamentos comunistas clássicos.

Esta especificidade da lei e do sistema jurídico capitalista tem, portanto, seus fundamentos nas relações de produção e na divisão social capitalista do trabalho: ela se relaciona assim com as classes sociais e com a luta de classes, tais como elas existem sob o capitalismo. Classes abertas e não mais castas fechadas, o que é da maior importância quanto à sua reprodução: reprodução ao mesmo tempo de seus lugares (extensão, diminuição, extinção) e de seus agentes (qualificação-adestramento específico dos agentes para que eles ocupem tal ou qual posição de classe). É evidente que o sistema jurídico-capitalista (abstrato, formal, geral) é aquele que pode regulamentar a relação entre os lugares de classes sociais (capital, trabalho assalariado) e dos agentes que não lhe são formalmente "ligados". É ele que pode regular ao mesmo tempo a ventilação permanente de agentes das classes dominadas entre os lugares de classes sociais (campesinato, classe operária, pequena burguesia), que não é mais que o papel da lei na submissão real ampliada do Trabalho ao Capital, e a separação relativa desses lugares, e de seus agentes, na relação classes dominantes/classes dominadas. No fundo, para esta axiomática jurídico-burguesa, efetivo direito nacional-popular de classe, todos são livres e iguais diante da lei sob a condição de que todos sejam e tomem-se burgueses, o que a lei ao mesmo tempo permite e interdita (Poulantzas, 1980, p. 102-103).

Nicos Poulantzas discute assim que esse próprio sistema jurídico corresponde às coordenadas específicas das lutas políticas sob o capitalismo, o detalhando nos termos que se seguem aqui abaixo:

a) A sistematização axiomática do direito como quadro de coesão formal recobre uma função estratégica: o capitalismo apresenta uma reprodução ampliada. Enquanto as sociedades pré-capitalistas apresentavam apenas uma reprodução simples, repetitiva e, por assim dizer, cega, esta reprodução ampliada implica aqui, já ao nível do processo de produção, um cálculo estratégico por parte de diversas frações do capital e seus portadores. Esse cálculo exige, por sua vez, a possibilidade de uma determinada previsão fundada num mínimo de estabilidade das regras do jogo. É isso que permite a axiomatização do direito: seu caráter sistemático, com base em normas abstratas, gerais, formais e estritamente regulamentarizadas, consiste entre outras coisas em comportar suas próprias regras de transformação, fazendo assim com que suas modificações se tomem transformações reguladas no seio de seu sistema (papel notadamente da Constituição). b) A lei regula o exercício do poder político pelos aparelhos de Estado e o acesso a esses aparelhos

por meio precisamente desse sistema de normas gerais, abstratas, formais. Em relação a uma dominação específica, ou seja, a um bloco de poder composto de várias classes e principalmente de várias frações da burguesia, esse direito controla uma certa ventilação do poder entre elas e regulariza suas relações no seio do Estado. Ele permite assim que a modificação das relações de força no seio da aliança no poder se traduza no Estado sem aí provocar reviravoltas. A lei capitalista é de qualquer maneira o amortizador e o canalizador de crises políticas, de tal modo que elas não provocam efetivas crises do Estado. De maneira mais geral, a lei capitalista surge como a forma necessária de um Estado que deve ter uma autonomia relativa em relação à essa ou àquela fração do bloco no poder para que possa organizar sua unidade sob a hegemonia de uma classe ou de uma fração. Isso está ligado à separação relativa do Estado e das relações de produção, ou seja, ao fato de que os agentes da classe economicamente dominante (a burguesia) não se confundam diretamente com os mantenedores e agentes do Estado (Poulantzas, 1980, pp. 102-104).

Nessas suas passagens aqui, ao que tomamos em interpretação lógica, Poulantzas não deixa dúvidas para que se confunda o que ele esteja ali entendendo e orientando: uma ruptura com o clássico conceito marxiano, em tudo ao que pede o conceito de Estado e a separação deste e da força exercida e imposta inexorável sob toda a sociedade.

Nessas passagens acima já resta bastante patente o sentido maior fixado no livro de Poulantzas aqui em revisão e crítica nossa, permitir o relacionar e entender das relações das lutas das frações e blocos no poder do Estado, frações burguesas, sempre. E não que tais considerações sejam menos importantes virem consideradas, observadas e até monitoradas pelos comunistas (como já dissemos). Contudo, essa tarefa não é a principal, a principal tarefa de uma organização comunista é atuar na organização dos trabalhadores, intervindo para que essa venha absolutamente autônoma e independente, sobretudo não chafurdando com os mesquinhos e sim reais (e daí, o que importa aos trabalhadores se são disputas reais, se são disputados entre os patrões: que disputem e morram juntos em suas condições parasitárias) interesses das frações burguesas. Ao movimento comunista clássico, este deve até, se puder, favorecer a essas disputas e levar a crise ao Estado: não, ao contrário, como proposto em Poulantzas, entrever-se entre os

senhores do poder e do dinheiro e tentar fazer, como se possível fosse, virar o Estado para pautas proletárias (isso é uma absoluta vergonha intelectual: com isso apenas se procura enganar o proletariado, o qual seguirá assalariado e explorado pelos capitalistas, como assentam Marx e Engels no texto da Liga dos Comunistas).

Assim, esses termos até dedutíveis nas disputas das frações burguesas, que Marx mostrou de maneira tão clara em O 18 Brumário, sem qualquer semelhança ao conteúdo e orientações presentes em Poulantzas no seu livro O Estado, o poder, o socialismo (1980), de modo que no pensamento marxiano essas formulações seriam até quase que secundárias, observadas de longe, sobretudo no que pede aproximações fundamentais para a organização proletária: sim, monitoradas, consideradas, mas sempre para instruir e organizar a movimentação da classe revolucionária, a classe operária, de modo e em uma forma completamente independente aos acercamentos e interesses imediatos e ou futuros de frações burguesas.

Por sua vez, completamente diferente, em Poulantzas, os termos se alteram e muito, vejamos mais um trecho do autor, diretamente em suas palavras redigidas no seu célebre livro:

Mas o direito capitalista regula igualmente o exercício do poder frente às classes dominadas. Em face da luta da classe operária no plano político, esse direito organiza o quadro de um equilíbrio permanente de compromisso imposto às classes dominantes pelas classes dominadas. Esse direito regula também as formas de exercício da repressão física: esse sistema jurídico, essas liberdades "formais e "abstratas" são também, cumpre destacar, conquistas das massas populares. E nesse sentido, e apenas nesse sentido, que a lei moderna coloca os limites do exercício do poder e da intervenção dos aparelhos de Estado. Esse papel da lei depende da relação de força entre as classes, e esboça também uma barreira ao poder das classes dominantes imposta pelas classes dominadas, o que se observa claramente no caso da abolição desse papel do direito nas formas de Estado capitalista de exceção (fascismo, ditaduras militares (Poulantzas, 1980, p. 104).

Nesse entendimento poulantziano, ao menos no que pede a parte e interesses das classes e frações dominantes, o direito burguês como posição de limites, expressariam as relações de força no seio do bloco no poder: e isso

se concretizaria, particularmente, ao se pensar esses arranjos e quadrantes delimitarem os campos de competência, de intervenção e até de alguma compensação, vindo aproximado por meio de diversos aparelhos de Estado, em que atuam as classes e diferentes frações de bloco (Poulantzas, 1980, p. 105).

Ante ao já exposto, e considerando que nossa tese não se volta ao estudo ou considerações em detalhes sobre a totalidade dos argumentos refundadores do marxismo em Poulantzas neste seu livro, acerca da sua conceituação detalhada do Estado, de uma já outra até luta de classes; presas as mangas longas da sociedade democrática capitalista, propomos discussão que o grego também vai dimensionar em seus escritos que o pensamento marxiano não abordou suficientemente o conceito de nação (novamente, outra não discreta semelhança de Poulantzas ao que também tentou sustentar Domênico Losurdo (2015)): uma já crítica direta de Poulantzas ao internacionalismo proletário marxiano, crítica que ele vai adensar e registrar com todas as suas letras até o final deste seu livro.

No tema ao que pede sua discussão de reinterpretação do trabalho ou não dedicado pela teoria marxiana ao conceito nação, Poulantzas acaba por contribuir com o defendido anos após por Domênico Losurdo (2015), ao ele, também, em sintonia inquestionável neste ponto, uma sintonia fina, apesar da distância entre esses dois pensamentos. Mas, por que da percepção nossa de sintonia fina entre os dois autores: suas bases, o ataque aos fundamentos clássicos da revolução permanente em Karl Marx, em uma indistinta procura de ataque ao pensamento Trotskista e ao bolchevismo clássico como o herdeiro das orientações do pensamento comunista marxiano.

Poulantzas, neste tema mostrando-se nada diferente de Losurdo, ao contrário de aproximar suficientemente o conceito, mostrar que sim Marx e o movimento comunista clássico situou e muito bem o conceito nação, ou Estado nação (aos que elegem o Estado como uma figura quase dócil, minimamente uma fera doutrinável): mas não nos termos burgueses, pequeno burgueses. O pensamento comunista clássico não restringiu-se em relacionar a nação, o Estado-nação em uma condição geográfica estrita, relacionava as frações burguesas ali atuantes, dominantes; mas, entretanto, o cerne das observações, in loco, dos estudos, dos fichamentos de tanta coisa e tantos

equipamentos de guerra, armas, número de soldados e policiais, voltavam-se em organizar o proletariado ali para as lutas que pudessem soldar e ampliar ao máximo as crises entre o que Poulantzas nomeia de bloco no poder.

Mais que isso, essas inserções comunistas, basta ver por quantos países Marx passou, exilado, expulso da nação burguesa onde militava anteriormente (será que Poulantzas não soube que Marx, ao chegar na França, nação esta que tão bem acolheu e suficientemente bem remunerou o brilhante intelectual grego marxista teórico (professor), teve como sua primeira visita uma equipe policial, que sua esposa sofreu e muito naquela ação do Estado: será mesmo que Poulantzas não reconhecia isso; será que Poulantzas avaliava que Marx, Lenin, Trotsky, mesmo Stalin (que também foi preso e torturado ao longo do processo que levou ao outubro de 1917, quando Joseph não passava de um bom burocrata do partido, o que seguiu aliás carregando em qualidades, mesmo quando já principal chefe do Estado soviético: a historiografia mostra que o intelecto nunca foi o lado forte deste bravo militante comunista), estariam esses e outros militantes clandestinos fazendo turismo em seus deslocamentos regionais ao longo de uma longa e integral dedicação militante junto do movimento operário revolucionário.

E não colocamos aqui acima sequer o ponto de interrogação porque sabemos que Poulantzas reconhecia tudo isso. Poulantzas reconhecia e muito bem que o marxismo clássico sim se dedicou as questões das nações. Mas, o fizera, sem sombras de dúvidas, não em prumos e procuras do marxismo ocidental, como nas orientações de Losurdo (2015) e também das de Nicos Poulantzas (1980), o fizeram, em militância e séria perspectiva de organização do proletariado ao nível local e internacional: mas não os organizando em sentido de os conduzir, como gado, para as selas dos mecanismos de Estado, nacional e ou supranacional, democrático e ou crítico alienado ao Estado nação despótico, vir apoiar e ou posicionar-se decisivo entre os lacaios interesses da burguesia, independente de qual fração e ou bloco esteja assentada nas marchas do Estado capitalista.

Ao contrário desse reconhecimento, dessa necessária recuperação dos papéis que não cabem ao movimento operário revolucionário, o que poderia restar uma ainda que pequena contribuição sua aos termos que interessam aos agrupamentos comunistas, Poulantzas preferiu em seu livro voltar no tempo; e,

ao contrário de abordar os conceitos de nação modernas, com suas reais e notórias contradições modernas, as perspectivas vastas de organização operária moderna; em uma espécie de contenção da estética e humanidade proletária espalhada e desorganizadas nas diversas fronteiras do globo: optou o grego em permanecer na França, na Europa do nomeado eurocomunismo, em corpo e mente, isolado em seu gabinete; e, pior, vindo por eleger e tomar discussão por uma tematização que descamba ao conceito de nação numa espécie de pertencimento cultural, pertencente ao passado e até com tons reacionários (não precisando se dizer: nada mais reacionário e radicalmente distante do legítimo pensamento marxiano).

E, se não fosse suficiente Poulantzas se negar em vir adotar sequer um de seus intermináveis parágrafos em seu livro aqui comentado para ao menos aproximar com honestidade e discutir com seus leitores acerca do internacionalismo comunista clássico, ainda que o fosse para criticá-lo, com força, com as forças que tivesse, se haviam mesmo; ao contrário, Poulantzas desvia aos fundamentos, simplesmente os negando, em uma toda perspectiva esquisita.

Porém, por outro lado, quando se dedica para algo tão cafona como o termo nação para um comunista, em estilo aqui absolutamente similar ao disposto por Domênico Losurdo (2015), redige com paixão e tenta sustentar termos absurdos, medíocres, sem problema algum em vir intentar propor um tema tão vulgar, nação, Estado nação (para um autor que desejou discutir e redefinir o conceito Estado: que coisa, que lamentável), pateticamente iniciando um de seus parágrafos justificantes citando o termo internacionalismo, mostrando ao menos que reconhecia e quiçá devesse dominar bem o conceito, só que, curiosamente, o admitia e o adotava apenas quando em relação da organização, associação e ou dissociação burguesa, pequeno burguesa: no que toca aos operários, camponeses, esses, por meio dos argumentos de Poulantzas que pugnam pelo socialismo democrático, pelas questões nacionais, culturais, atuantes sobre o proletariado, para esses lhe basta seguir o controle dos mesmos por meio de organizações reformistas da esquerda em seus países encarcerados no pensamento marxista ocidental, com tantas nuances, fraseologias, de modo que se rompe com qualquer possibilidade de se pensar uma associação e unidade intelectual programática internacional.

Assim, internacionalismo haveria, para Poulantzas, em um internacionalismo restrito, apenas ao se pensar e admitir-se as classes dominantes em lutas regionais, continentais, globais: a vedação se situaria, em Poulantzas, em discutir o internacionalismo da luta proletária, conforme orientada no pensamento comunista clássico marxiano, leninista, trotskista (e isso resultaria diferente, errado, e necessitava, em Poulantzas, vir corrigido):

A atual internacionalização do mercado e do capital, como já demonstrei, não modifica em nada a importância específica da nação. Isso acontece porque os elementos que entram em jogo na constituição da nação moderna têm uma significação inteiramente diferente da que tinham no passado. Para ater-se apenas ao território e à tradição histórico-cultural, dois elementos aparentemente muito naturais", eles encerram, sob o capitalismo, um sentido totalmente diferente que no passado. Diferença que situa precisamente a questão do mercado como problema de unidade do mercado "interno", e que aliás produz o desenvolvimento desigual do capitalismo como desigualdade entre momentos históricos e espaços diferenciados, divididos e distintos - as nações, as formações sociais nacionais. Diferença que aparece como um pressuposto do desenvolvimento capitalista (Poulantzas, 1980, p. 110).

Em seu tematizar aqui Poulantzas procura desenvolver uma tese que pende relacionar esses e outros elementos como que novos, inéditos, a partir de conceitos de território, tradição, e que marcariam um sentido supostamente diferente do que se toma de tempos passados (leituras comunistas passadas: ele poderia ter escrito diretamente), devido esses se inscreverem enquanto próprias modificações derivadas de matrizes de espaço e tempo no capitalismo, o que para Poulantzas relacionaria modificações consideráveis na realidade e no sentido do território e da historicidade, as quais, ao mesmo tempo: "permitem e implicam a constituição da nação moderna" (Poulantzas, 1980, p. 111).

Embora Poulantzas considere que essas condições "modernas", talvez ele devesse ter redigido neomodernas, combinaria melhor ao sentido adotado por ele, estabeleçam uma nova organização da língua e uma nova relação do Estado com o território, o que até sugeriria, em primeira leitura ao menos, um seu completo afastamento de autores como Domênico Losurdo (2015), este

sim capaz de propor o conceito nação em termos absolutamente rurais, assumindo Losurdo um senhor feudal marxista,; mas, como ainda traremos e comentaremos aqui abaixo, no radical, mesmo que um pouco mais moderado, Poulantzas também não afastou-se da ideia de reencontro com uma historicidade que dum jeito ou doutro aporta conceitos que tentam investigar sobre "a nação moderna e o Estado nacional" (Poulantzas, 1980, p. 111).

Isto posto e convidado em debate, dispomos abaixo outra bela passagem, que pode pegar os leitores de Nicos Poulantzas um tanto distraídos e ou desatentos por um momento. Aqui pedimos que se perceba o como Poulantzas escreveu com muito cuidado sua tese neste livro, reforçamos, nos exigindo, se pretendermos decodificar este livro de Nicos Poulantzas de maneira suficiente, vir enxergar nos detalhes entre as linhas, nas coesões e mesmo nas não coerências entre até algumas de suas palavras:

Se pelo mesmo movimento que o Estado estabelece as fronteiras nacionais e unifica o interior, é também por esse movimento que ele se volta para o exterior dessas fronteiras neste espaço irreversível, delimitado embora sem fim, sem horizonte último: extensão de mercados, do capital, dos territórios. Estabelecer fronteiras equivale a poder deslocá-las: nesta matriz espacial só há avanço possível pela homogeneização, assimilação e unificação, apenas pela delimitação de um interior que continua, no entanto, tendencialmente em condições de estender-se ao infinito. Essas fronteiras só são, portanto, estabelecidas como as de um território nacional a partir do momento em que se trata exatamente (para o capital, para as mercadorias) de franqueá-las. Só se pode deslocar-se neste espaço atravessando fronteiras: o imperialismo é consubstancial à nação moderna na medida em que ele não é mais que inter, ou antes transnacionalização de processos de trabalho e do capital. Esta matriz espacial está ancorada no processo e na divisão social do trabalho: o capital é uma relação (capital-trabalho), dizia Marx, e se, por mais desterritorializado e a-nacional que possa parecer sob suas diversas formas, ele só pode se reproduzir ao se transnacionalizar, é porque move-se sobre a matriz espacial dos processos de trabalho e de exploração que é em si mesma internacional (Poulantzas, 1980, pp. 121-122).

Ao aqui acima Poulantzas demonstrar diferenciar muito bem essas condições, relacionando Estado e o conceito de nação, estabelecendo

acertadamente as condições clássicas e superiores no capitalismo, sistema de produção o qual coloca as relações de trabalho, da produção da economia, o próprio surgimento e desenvolvimento do ente operário, enquanto necessidades em torno dos ciclos da produção em mercado transnacional e político internacional de classe dominante, o grego ainda discutirá em seu livro do capital monopolista e não monopolista, afirmando, em tudo assertivo nisto, que se defender o capitalismo não monopolista reúne uma pauta conservadora (citaremos esta passagem como uma importante contribuição de Poulantzas, mais ainda ante aos termos equivocados que se tem inserido em geral sobre o tema), desse movimento imanente ao modo burguês de produção societária, infinitamente superior aos modos de produção anteriores, Poulantzas reconheça (como se deve, é preciso assentar) o internacionalismo do modo de produção burguês, embora, paradoxalmente, tenha assumido um afastamento da tese central marxiana acerca do internacionalismo proletário.

Ou seja, embora aparentemente pareça em seu livro Poulantzas defender o internacionalismo marxiano, uma vez que ele formula com dedicação certos aspectos específicos, bem observado os trechos de seu livro, como restará abaixo mostrado em nossos comentários, não podem os termos do grego virem considerados com a filiação teórica clássica de Marx.

Mas, antes de trazermos seus termos próprios que mostram Poulantzas afastado e muito afastado da tradição marxiana de internacionalismo proletário, tomemos antes ainda uma outra passagem que pode, com certa facilidade, nos fazer duvidar de complicantes em sua tese.

Então diretamente leiamos o como segue o grego ao problematizar acerca dos temas que ele entende centrais para a tomada do conceito de nação, de dominação e atuais riscos totalitários:

Vê-se, aqui também, o esboçar-se das raízes desse fenômeno propriamente moderno que é o totalitarismo. Separar e dividir para unificar, fracionar para enquadrar, celularizar para englobar, segmentar para totalizar, estabelecer balizas para homogeneizar, individualizar para suprimir as alteridades e as diferenças, as raízes do totalitarismo estão inscritas na matriz espacial materializada pelo Estado-nação moderna, já presente nas suas relações de produção e na divisão social capitalista do trabalho (Poulantzas, 1980, pp. 122-123).

Embora o próprio Poulantzas tenha redigido neste seu livro, em vários de seus muitos parágrafos abertos, em dupla possibilidade de interpretação, como este aqui acima, o qual parece contrapor-se aos seus pensamentos manifestados ao longo do seu livro; como por exemplo ao Poulantzas indicar que "não é o Estado que é o sujeito da história real: esta é um processo sem sujeito, o processo da luta de classes" (Poulantzas, 1980, p. 130). Apesar destas passagens quase dúbias, todo leitor, com um mínimo importante de acesso a teoria marxiana, direta, sem interpretações, poderá criticar Poulantzas e apontar que essa frase não cabe na teoria marxiana da revolução proletária, na teoria da revolução permanente de Marx: particularmente na noção de que a história, a história da luta de classes não tem sujeito, tem, nome e sobrenome, o operário, a classe operária, o programa operário, o partido operário e sua responsabilidade em organizar e liderar o proletariado .

Mas, como temos sugerido desde o início deste capítulo, em vários trechos de seu livro, várias passagens mesmo, surgem trilhas em dubiedade com o que o próprio autor formula em tese geral. E avaliamos que estas dubiedades não foram redigidas no livro de Poulantzas por acaso: mesmo porque Nicos Poulantzas era um intelectual marxista importante, escrevia muito bem e seria totalmente suficiente para corrigir seu próprio texto, caso houvesse sido algum lapso de redação inoportuna.

Então, se, conforme interpretamos, não foram lapsos de escrituração no livro, ao menos em relação da última citação aqui acima, caso não venham dúvidas sobre as dubiedades outras que sugerimos anteriormente, tomemos o que mais Poulantzas seguiu nos seus parágrafos próximos, agora, nesta redação, já totalmente aderente a sua tese procurada com o livro, a qual não é outra, que não procurar afastar as leituras leninistas e trotskistas acerca do programa operário e da necessidade de guia em levante para a revolução proletária, sobretudo aos seus termos internacionalistas e a teoria mundial da revolução operária.

Em um trecho de seu livro sem palavras de duplo sentido, misturadas, comprovando o como Poulantzas era um bom escritor, competente, redige aqui abaixo claramente o sábio autor:

Mas, seguramente, o verdadeiro problema é o da relação da classe operária com a nação moderna: relação profunda, largamente subestimada, pelo marxismo, que tendeu permanentemente a examiná-la ora sob o ângulo da simples dominação ideológica da burguesia (esse foi particularmente o caso da IIIª Internacional), ora sob o ângulo da participação da classe operária na cultura nacional (austro-marxismo). Ora, não é o caso de se colocar em dúvida os efeitos ideológicos do nacionalismo burguês sobre a classe operária, mas de considerar que eles não são mais que um dos aspectos, muito parcial, do problema. Se a existência e as práticas da classe operária trazem já em si um desfastamento histórico da nação em seu sentido moderno, elas só podem se materializar sob o capitalismo como variante operária desta nação. A especialidade e a historicidade de cada classe operária são uma variante de sua própria nação, igualmente porque compreendidas em suas matrizes espacial e temporal, e porque são parte integrante desta nação como resultante da relação de força entre a classe operária e a burguesia. É na medida em que existem classes operárias que ocorre a internacionalização da classe operária e, também, internacionalismo operário: começa-se a compreender isso, e há que entender essa proposição num sentido radical. (...) Não porque haja um internacionalismo-internacionalização operária primeiros que revestem em seguida formas nacionais, uma essência supra- ou a-nacional que se manifesta num quadro nacional ou que simplesmente se concretiza em singularidades (...) O processo de trabalho capitalista que implica a cooperação como internacionalismo operário. A tendência atual à mundialização dos processos e da divisão social do trabalho é sempre, como é também o caso para o capital que aí se articula, apenas inter- ou transnacionalização. Só pode haver apenas transição nacional para o socialismo, não apenas no sentido de um modelo universal adaptado às singularidades nacionais, mas no sentido de uma pluralidade de vias originais para o socialismo, cujos princípios gerais tirados da teoria e da experiência do movimento operário mundial não passam de painéis indicadores (Poulantzas, 1980, pp. 135-136).

Em que pese também neste trecho do livro do grego, novamente colocarem-se dúvidas, os termos de duplos sentidos, quando o seu autor parece indicar algo, mas, nas linhas, entre as linhas e entre as palavras, se bem observado, a procura de Poulantzas mostra-se outra, diferente dos conceitos que ele sim domina, mas não reconhece como válidos, no que em tudo ele aproxima e avança em atacar a teoria da revolução marxiana, a teoria da revolução permanente.

Isso se mostra desde na citação já disposta, como ainda mais no trecho seguido a citação aqui acima, em que novamente Poulantzas lembra aos seus leitores quem e quais teses procura atacar: primeiro, claro, com o seu fundamento inicial, dar como superado o conceito de internacionalismo operário; e, em sua caneta seguida, em tom ainda mais amplo, criticando toda e qualquer orientação internacional comunista, mesmo que sem oferecer uma mínima informação, vaga que fosse, sobre as teses da mencionada internacional (III Internacional), teor que torna os próprios argumentos e conseqüentemente a própria crítica em muito comprometida, considerando ser de conhecimento geral as diferenças de teses entre as internacionais comunistas, algumas, aliás, até bem próximas dos conceitos que Nicos Poulantzas procura entregar aos seus leitores como que ideias inéditas, ao ele apresentar-se neste seu livro enquanto um marxista que pensa estar descobrindo os caminhos e descaminhos da esquerda marxista mundial.

E, mesmo que ele não discuta no livro com detalhes, como deveria, sem dúvida alguma, o foco de sua crítica é a III Internacional, a própria Komintern, com ênfase na época em que esta encontrava-se sobre os domínios teóricos de Lenin e Trotsky, sob o que Poulantzas escreveu, ao se referir ao movimento comunista, propondo que a III Internacional condicionava a existência primeira de:

Um proletariado internacional substancializado e estabelece assim a questão de quem define seus interesses, de quem manifesta melhor sua essência e pode falar em seu nome (sua parcela de vanguarda que realizou essa essência, a Revolução). Questão que só pode levar a abusos, em primeiro lugar porque os termos nos quais ela é colocada são falsos. Mas há mais: o Estado, que desempenha um papel decisivo na organização da nação moderna, não é, ele também, uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação de uma relação de força que é uma relação de classe. Esse território e essa história que o Estado cristaliza ratifica a dominação da variante burguesa da matriz espaço-temporal sobre sua variante operária, a dominação da historicidade burguesa sobre a historicidade operária. Mas, a história operária, sem se trair, marca com seu selo precisamente o Estado em seu aspecto nacional. Esse Estado é também, em sua ossatura institucional, a resultante do

processo nacional de luta de classes, ou seja, a da luta da burguesia contra a classe operária, mas também da classe operária contra a burguesia. Assim como a cultura, a língua ou a história nacionais, o Estado é um campo estratégico revolvido, de lado a lado, por lutas e resistências operárias e populares que nele estão inscritas, ainda que de maneira deformada, e que irrompem sempre a capa de silêncio que o Estado coloca sobre a memória operária. O Estado nacional como meio e objetivo das lutas operárias, é também reapropriação pela classe operária de sua própria história. O que certamente não pode ser feito sem a transformação do Estado, mas que coloca a questão de uma determinada permanência desse Estado, sob seu aspecto nacional, na transição para o socialismo; permanência não apenas no sentido de uma sobrevivência lamentável, mas no sentido também de uma necessidade positiva para uma transição para o socialismo (Poulantzas, 1980, p. 137).

Com uma canetada só, em apenas um parágrafo síntese, Nicos Poulantzas pensa ter aqui acima conseguido esgotar e vindo superar as teorias densas, sérias e conflitantes existentes e mesmo concorrentes nas diferentes internacionais comunistas, inclusive durante a própria vigência da Komintern, internacional comunista unicamente representante de uma experiência efetivamente revolucionária até estes nossos presentes dias: admita, goste ou não autores como Nicos Poulantzas. De modo que, também, gostem ou não os poulantzianos disso, a III Internacional Comunista foi a organização proletária que, conduzida por Lenin e Trotsky, tomarão adequadamente as orientações da teoria da revolução permanente de Karl Marx e, conseguiram, as adotando em clara e inequívoca interpretação da realidade interna da Rússia, entretanto, não por isso, ou devido a realidade da Rússia mesmo, Lenin e Trotsky defendiam o que em verdade padecia aquela primeira experiência exitosa da revolução operária: dependia àquela e dependerá qualquer outra, dependerão da revolução vir desenvolvida e sustentada em nível mundial.

Assim, o ataque é notório. e as diferenças, que levaram ao ataque de Poulantzas também é mais que claro. Nicos Poulantzas pensava, ao ponderar de uma revolução, no caso democrática, essa vir por meios democráticos, por meio de determinações relativas do Estado burguês e de sua constituição em condensação não estrito contraditória, contraditória, mas não absolutamente antagônica, em que pese aos reconhecidos distintos interesses dos trabalhadores e o dos patrões.

Essas pautas, distintas, embora estejam para Poulantzas enquanto esferas contraditórias, antagônicas, mas, na proposição poulantziana, o próprio âmbito democrático, atuante nas mediações do próprio Estado capitalista, entre e no entorno do mesmo, as lutas democráticas colocariam e aguçariam a própria contradição, se não entre classe operária e o capital, ao menos entre as frações e blocos da classe dominante no poder (Poulantzas, 1980).

E se por seus pareceres, Marx, Engels, Lenin, Trotsky, estes e outros, enquanto firmes orientadores e herdeiros dos conceitos clássicos na concepção do Estado e das formas do programa e da organização do proletariado revolucionário, entendendo todos estes comunistas que as associações de trabalhadores, seus círculos mais desenvolvidos, devem procurar organizar os trabalhadores, pensar e remeter-se para com as práticas políticas das entidades dos operários e camponeses, em Nicos Poulantzas, dada a diferença evidente na sua concepção, tanto do Estado, da democracia e dos sentidos das organizações dos trabalhadores, radicalmente distinta da orientação em programa clássico, as organizações proletárias em Nicos Poulantzas passam atuar como meios e ou até propriamente apêndices das disputas das classes dominantes, conflitos que Poulantzas nomeia por lutas entre as frações e bloco no poder.

Isto posto, Nicos Poulantzas opta em estudar as condições de dominação da burguesia, de suas disputas, entre frações da classe dominante e o bloco no poder, que pode ser separado ainda entre bloco econômico no poder, e, não necessariamente, bloco dominante no poder do Estado: pode até se afirmar que Poulantzas aposta e muito nessas gradações e disputas, por meios dos freios e contra freios em luta política democrática nesses campos e relações.

Aqui, ao focar sua concentração em estudar essas relações que ele acaba por adjetivar por possibilidades de fissuras na ossatura do Estado, nesse seu prumo e rumar, em detrimento de retomar as questões e necessidades de independência ao programa proletário, o assenta, ainda que fora do Estado, em uma conduta guia pela luta de classes vir disso desenvolvida assumindo o campo democrático como termos centrais para o seu pensamento, vindo disso propor uma absoluta ruptura com a teoria marxiana.

Lendo as passagens de Nicos Poulantzas neste seu livro aqui comentado, é mister notar que ele substitui o termo clássico marxiano de revolução operária por um organograma em perspectiva de processo democrático de transformação qualitativa do Estado.

A crítica parcial de Nicos Poulantzas ao Estado, o qual ele considera um organismo multideterminado, historicamente modificável, sim, carregado de conflitos de classes, mas, para o grego, o Estado se encontraria, dada suas próprias relações com a sociedade, passível de vir sofrer alterações qualitativas, mesmo profundas, e isso é o que lhe desdobraria em razões principais para o seu próprio postulado: uma transição estrito democrática ao socialismo (Poulantzas, 1980).

Mas, embora Nicos Poulantzas procure mostrar deduções de superioridade teórica, como que sua orientação viesse aplacante as teorias clássicas marxianas e marxistas revolucionárias, acerca de teoria do Estado e do próprio programa da revolução proletária, em verdade, pode até mesmo o grego ter vindo propor muito pouco, quase nada, além de corroborar ainda para mesmo confundir seus leitores: quando parece, apenas parece, admitir em parte o clássico marxiano, ao mesmo passo que em seus próprios trechos e tese procurada não omite seu radical rompimento com as mesmas.

E, ao contrário do que conseguiu Poulantzas com sua teoria, a qual serve e muito bem para de tudo considerar e vir estudar as relações da classe dominante no Estado, que ele explica disputado por frações quase intermináveis, acabando suas teses por operar no proletariado, em um teor pelo qual os operários são levados para uma representação figurativa, em compasso de espera, transferindo para uma elite intelectual os seus papéis na organização dos trabalhadores em geral, em uma então política atribuída aos agrupamentos democratas de esquerda.

Por seu turno, a III Internacional, alvo central de crítica por Poulantzas em seu livro aqui, foi capaz de reestabelecer as teorias marxianas clássicas, desviadas pela II Internacional; foi capaz de ler suficientemente as realidades locais, regionais; as compreendendo em um não estrito contexto específico e isolado, mas sim em um amplo determinante múltiplo, mas nem por isso em uma orientação menos ortodoxa e em arco dialético- dependente: orientando pela adoção da teoria da revolução permanente marxiana nas duras, concretas

e reais condições de exposição dos trabalhadores em todo o mundo, em especial, enquanto mais um passo, já no marco da revolução de outubro de 1917, em outras partes da Europa, Alemanha de imediato (ou o quanto antes).

E isso até dadas as próprias condições internas naquele país desde o início do século passado, com destaque no andamento daquele potencial processo também na Alemanha, durante aqueles anos e os seguintes, naquela oportunidade que veio depois perdida, uma vaga revolucionária não exercida com suficiência, em particular, dentre outros fatores, dado ao meio subjetivo social-democrata e sua tendência ao passo de espera interminável em observação metafísica quase sem fim: olhar atento que se fixa ao quase estritamente fitar aos acontecimentos, até que algo conservador ocorra naquele movimento assistido e analisado em detalhes, até vir nisso encontrado e verificado as condições de vir-se perder a vaga revolucionária aberta, ou em vias de se estabelecer.

Esses passos lentos e titubeantes eram assumidos e exercidos pelos marxistas democratas da época, no mínimo sessenta e cinco anos antes deste livro de Poulantzas: e o ano de 1914 constitui-se em um marco bem emblemático desse processo que se desdobrou dentro e no entorno do próprio marxismo.

E em que pese tudo o que se tem escrito e ruminado dos fundamentos de Nicos Poulantzas, como uma orientação inédita e ou mesmo superior, a leitura do clássico movimento de organização do proletariado, com o mentor do socialismo ainda presente e, também, já pós Marx, quem morreu em 1883, mais tarde Engels, falecido em 1995, todo aquele contexto pode nos colocar algumas questões por se considerar.

Em face disso, faremos uma pequena pausa na mostra dos conceitos de Nicos Poulantzas em seu livro aqui, trazendo que reúne já de longa data manifestações não completamente diferentes ao pensamento de Poulantzas, manifestando-se inclusive com Marx ainda vivo e plenamente militante, enquanto manifestações até bastante similares ao contemporâneo pensamento estrito democrata.

E as diferenças, claras, com a orientação tomada e exercida pela teoria marxiana para a revolução proletária, mantem-se presente. Mais que isso até, encontra-se na ordem do dia dentre os críticos ao marxismo chamado

ortodoxo. Em uma procura por discussão de caminhos alternativos ao socialismo. A própria tese de Poulantzas aqui comentada, a adesão de tantos seus adeptos, parcial e ou completamente, inscrevem-se nisso.

E relacionar e separar perspectivas democráticas estritas de orientações em percursos socialistas militantes ortodoxos (sem qualquer receio de adotar o termo), em termos comunistas clássicos, exige se observar, ainda antes das amplas ocorrências verificadas desde a vigência da II internacional, também, em período imediatamente anterior na Europa, as próprias ocorrências, embora mais discretas, simples e ali fortemente combatidas e derrotadas, verificadas quando da I Associação dos Trabalhadores.

Na Primeira Associação internacional de trabalhadores Marx seguiu-se inteiramente dedicado e radicalmente comprometido com a revolução proletária proposta e procurada em movimento pelo movimento comunista em meados do século XIX.

Nesse caminho, durante a vigência da I AIT, associação internacional fundada em 1864, os operários puderam testemunhar a experiência transcorrida na Comuna de Paris, que desabrigada das teses do socialismo científico, acabou esmagada implacavelmente pelas forças beligerantes do capitalismo transnacional, comprovando cabalmente do que consiste a luta de classes e a que grau de força o Estado capitalista é investido em tropas militares e paramilitares a serviço da burguesia, como tão bem retratou Marx em sua obra *Guerra Civil in França* (Já tocamos neste assunto no primeiro capítulo, não retomaremos aqui).

Aos fins procurados com este capítulo de tese importa aqui aproximarmos que durante a vigência da I internacional de trabalhadores a orientação ortodoxa pela revolução proletária não foi pouco combatida em seu interior. Desde sua fundação, acentuavam-se divergências a este respeito. Essas disputas eram travadas devido as diferenças entre o socialismo científico e as correntes permisionistas e outras velharias requentadas e sobreviventes do socialismo utópico em suas quase infindáveis correntes.

As divergências ao longo da existência da I AIT consolidam-se ali em termos programáticos em uma tamanha distância ao ponto de a original AIT vir dividir-se em 1872, após a realização do congresso de Haia.

E a cisão ali se deu, de vez e por fim, em face de que no congresso de Haia afirmara-se ortodoxamente a conquista do poder político revolucionário violento como uma meta a ser alcançada pelo movimento operário internacional, conferindo aquele congresso inclusive poderes mais amplos ao Conselho Geral da I AIT (uma simples leitura de seus anais demonstram os conflitos e as resoluções alcançadas).

Aliás, foi neste período que, devido divergências manifestadas com estas teses de Marx, o Conselho geral expulsa Bakunin e seus seguidores da organização. Após a depuração se formaria a Internacional de Saint-Imier: seção que reuniu, além dos anarquistas, todos os agrupamentos formais e legalistas, reformistas e demais opositores da linha política assentada na direção do Conselho Geral da I AIT.

Para uma verificação do que se passava ali naquele contexto se pode ainda resgatar um encontro de trabalhadores em Basileia<sup>47</sup>, ainda bem antes do conhecido encontro de 1912, quando, entre 6 e 11 de Setembro de 1869, os delegados presentes aprovam em 10 de Setembro a seguinte proposta de Marx e seus camaradas sobre a propriedade fundiária e demais necessidades imperiosas aos obreiros: "1) A sociedade tem o direito de abolir a propriedade privada da terra e de a transformar em propriedade social. 2) É indispensável abolir a propriedade privada da terra e transformá-la em Propriedade social" (AIT, 1969 – Tradução livre).

Este Congresso de Basileia de 1869 adotou também resoluções sobre a unificação dos sindicatos à escala nacional e internacional e uma série de resoluções com vista ao reforço orgânico da I AIT e ao aumento do poder do seu Conselho Geral (conforme os seus manifestos). E, como se pode depreender deste conteúdo, essas pautas e as decisões aprovadas guardam uma estreita relação aos princípios ortodoxos da teoria da revolução permanente: uma organização em movimento operário crescente, não uma

---

<sup>47</sup> O referido encontro da I AIT foi realizado em Basileia devido a cidade se situar no rio Reno, na zona noroeste da Suíça, próxima das fronteiras do país com a França e a Alemanha. E devido a cidade ser banhada pelo Rio Reno, isso permitia uma aproximação com várias outras regiões e países da Europa, o que mostrava-se relevante para reunir células e grupos comunistas. Aspectos estratégicos que somam-se ao fator de localizarem-se ao longo do curso do Reno cidades altamente industrializadas, registrando nessas regiões um grande contingente operário. Não à toa, nesta mesma cidade, ocorreu um outro e bem importante encontro de comunistas, ao qual faremos menção, em Lenin, quando Lenin ataca Kautsky, demais socialistas, os quais acabariam em vir capitular aos seus respectivos países burgueses na deliberação democrática sobre a I Guerra Mundial.

simples tese em si, como que elevada e isolada da realidade histórica do proletariado, como que frutos de partes citadas de um ou outros documentos e ou mesmo apenas passagens de livros de Marx, de Engels, de Lenin e de Trotsky.

E, naquele seguido contexto no final do século XIX, após o encerramento da primeira associação internacional de trabalhadores (1876), passados pouco mais de uma década, os debates teóricos acerca da teoria da revolução voltam se manifestarem com a instalação da II AIT (1889, inicialmente ainda sob o prumo e orientações na presença de Engels, já sem a presença de Marx, 1818-1883).

Aqui entram ali em tema os pressupostos da II internacional. Em que, gradativa e crescentemente, iria ganhar ali força no ambiente intelectual e congressos da mesma a ideia, ou ideias, no plural, por reformas e não revolução: pressupostos os quais tem como o seu primeiro teórico Eduard Bernstein.

Berstein, em 1896, ou seja, um ano após a morte de Engels, começa a publicar no Die Neue Zeit (principal revista teórica do partido alemão), escrevendo ali uma série de artigos nos quais gradativamente viria atacar questões fundamentais ao marxismo clássico.

Esses escritos de Bernstein acabam organizados e publicados em um livro intitulado As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Socialdemocracia (1899), e que causou ali naquele contexto muitas discussões e até dado desconforto dentre os quadros da II Internacional (Ricci, 2016).

A tese de fundo do livro de Bernstein era absolutamente clara, se mostrava, para ele, e outros, preciso rever o marxismo: vindo rejeitar dele a parte "envelhecida" e, também, o que Bernstein definia pôr os "esquemas da dialética", substituindo a perspectiva da derrubada revolucionária da sociedade, conforme teorizada em todo o trabalho e a vida de Marx e Engels, pela democratização gradual da sociedade, pelo parlamento (Ricci, 2016).

As formulações de Bernstein cresceram num grau manifesto que, em alguns anos, este principal colaborador de Engels tornou-se o principal teórico de um "socialismo liberal". Ricci indicando que, inicialmente, suas teorias não encontraram uma aceitação explícita no partido, mas que estavam crescendo

amplamente dentre um quadro importante intelectual militante da II Internacional (Ricci, 2016).

O mesmo comentarista discute que essa formulação de Berstein foi crescendo na sombra do grupo parlamentar, que era ali cada vez mais numeroso e com uma prática sindical que se colocava cada vez mais moderada (Ricci, 2016).

Comenta Ricci (2016) que o Congresso do SPD em Dresden, em 1903, condenou as posições revisionistas por ampla maioria e, nessa ocasião, August Bebel pronunciara inclusive uma acusação dura contra Bernstein. Mas lembra bem Ricci aqui que, as posições revisionistas, derrotadas ali em teoria, forçaram seu caminho em grandes setores do SPD: "no sul da Alemanha, por exemplo, o partido votava regularmente pelos orçamentos dos governos burgueses"; "nos sindicatos liderados pelo SPD, as posições reformistas dominavam a atividade diária" (Ricci, 2016).

Como é disso possível se denotar, as diferenças entre prumo e decisão pelo caminho forte em aproximação de condições subjetivas necessárias para uma revolução operária e, por outro lado, teses, bandeiras, lutas avulsas, teorias e práticas estrito democráticas, já marcam longos tempos e debates e disputas políticas muito sérias no campo da organização e movimentação do proletariado.

Até por isso, reúne importante percebermos e virmos mostrar as insuficiências dos argumentos de Nicos Poulantzas, com destaque, ao Grego tentar fazer passar uma noção de inediticidade ao conteúdo assentado no seu livro *O Estado, o poder, o socialismo* (Poulantzas, 1980).

Nesse próprio sentido de crítica, parece importante também situar o como Karl Kautsky, outro reconhecido marxista alemão, democrata, quem, muito antes de Poulantzas, já escreveu e militou em defesa da democracia.

Kautsky, juntamente com Berstein, como se sabe, foi também um dos principais intelectuais da II Internacional Comunista. Inclusive, após a morte de Engels, veio Kautsky crescentemente assumir e passando ali exercer ainda maior peso junto da direção da II Internacional. Ao ponto de para Karl Kautsky ter sido atribuído a responsabilidade de editar o livro IV de *O Capital* de Marx, intitulado *Teorias sobre a mais-valia*, ainda no início do século passado.

Este intelectual marxista, naquele contexto e em sua militância comunista, ao recepcionar os acontecimentos de 1905-1907 na Rússia, aquela movimentação do proletariado baseada nas experiências dos conselhos (Sovietes), com destaque as ocorrências verificadas em São Petersburgo, Kautsky reconhecia que, após aqueles acontecimentos no oriente, o ocidente e o mundo capitalista como um todo não passariam indiferentes ao que se passava no Leste Europeu (Musse, 2005)<sup>48</sup>.

E aquela insurreição, a primeira sublevação proletária depois de um período de cerca de quatro décadas, desde a comuna de Paris, colocava ao campo político dos sociais democratas europeus discussões sobre em que perspectivas de nortes tais acontecimentos caminhavam, e, se colocariam, ou não, aqueles acontecimentos uma nova vaga em termos de superação do capitalismo, exigindo isso análises e proposições acerca de processos através dos quais então se poderia desenvolver uma passagem ao socialismo, ou perspectivas de bloqueio e ou até alguma acomodação preventiva de aventuras em tendências de levantes proletários considerados prematuros.

Segundo Ricardo Musse (2005), aquelas ocorrências na Rússia, desde os anos de 1905 e anos em diante, acentuavam a necessidades de estudos dos mais diversos<sup>49</sup>, e, ao que pede seus alcances e influências nos quadros intelectuais dos sociais democratas alemães, forçaram vir ali colocadas mais as claras as divergências acerca da estratégia política adequada ante uma nova conjuntura da luta do proletariado, tematizações com forças de mesmo estabelecer e cristalizar uma tripartição no partido social-democrata alemão: "entre revisionistas, ortodoxos e esquerdistas, sob o comando, respectivamente, de Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo" (Musse, 2005, p. 154)<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> MUSSE, R. Kautsky e a Revolução de 1905. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005, p.154-166.

<sup>49</sup> Além de sua análise sobre a trajetória de Karl Kautsky no contexto relatado, Ricardo Musse mostra aqui o como dois textos de Max Weber também versaram, naquela realidade, sob tais acontecimentos e desdobramentos. Os textos de Weber mencionados por Musse foram citados da referência de Maurício Tragtenberg, em: Max Weber, *Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1907*. Rio de Janeiro: Azou- bgue, 2005.

<sup>50</sup> E, embora dos posicionamentos parcialmente críticos de Ricardo Musse ao nível interno, em especial para com as experiências do Partido dos Trabalhadores, seus governos, sobretudo ao este comentarista considerar regular e até natural a subordinação desta sigla entreguista a figura simplista popular de Luís Inácio Lula da Silva – praticamente propondo que a esquerda brasileira depende e ou até deva a este senhor, este artigo de Musse, pontual e com fins bem delimitados, nos contribui aqui, para colocar em

Entretanto, essa tematização foi ali, na Alemanha, também marcada para além dos debates teóricos mais sérios. Contaram aqueles debates acompanhados de ações burocráticas de dirigentes de seções sindicais, em que uma estranha e quase que imediata contraditória decisão ao contexto amplo aberto veio desde logo assumida e sendo oferecida ampla publicidade pelas cúpulas sindicais, mesmo antes de sequer conhecidos os desdobramentos da insurreição oriental: e a posição majoritária sindical veio ali na Alemanha se colocar em negar qualquer possibilidade de assimilação dos procedimentos procurados pelos trabalhadores russos:

Sentença que não se limitou a um gesto formal, pois chegou-se a proibir, nessas organizações, inclusive a propaganda da greve de massa. Com isso, a direção do aparato sindical pretendia coibir as interpretações que tendiam a conceber num mesmo registro os eventos na Rússia e a recente ofensiva da classe operária alemã, configurada simultaneamente por uma radicalização do movimento grevista, cujo ápice foi a greve dos mineiros do Ruhr, e por uma intensificação das reivindicações políticas, como a luta pela reforma eleitoral na Prússia e na Saxônia (Musse, 2005, p. 155).

E, embora do rico e potencial contexto no oriente, preso com as grades que ele próprio cercou-se na Alemanha, tomado pela sua divisão em diversas alas, o partido social-democrata alemão não encontrava-se ali capaz de reagir a insubordinação da burocracia sindical (Musse, 2005)<sup>51</sup>.

Assim incapacitado, o partido social-democrata alemão contentou-se em aprovar no seu Congresso de 1905 uma resolução, "encaminhada por August Bebel", que recomendava, estritamente, o recurso à greve de massas apenas em dois casos extremos, e mais que claros da pobre orientação assentada: "na defesa do sufrágio universal ou para manter o direito de associação" (Musse, 2005, p. 156).

---

questão o livro de Nicos Poulantzas. E a contribuição de Musse é ainda importante por também impedir acusações de se tratar a fonte citada de uma perspectiva teórica alinhada aos pressupostos que guiam a presente tese.

<sup>51</sup> Musse orienta, para aprofundamento dos acontecimentos correlatos ao enfrentamento entre partido e sindicatos, em relação ao tema da greve de massas na Alemanha a seguinte fonte de leitura: Salvadori, "A Social-Democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905". In: Eric Hobsbawm (org.). **História do marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 1982, pp. 245-261.

Com essa orientação fraca, o partido, pensando que atuava assim em melhor lidar com as tendências e disputas internas, favoreceu até aos funcionários sindicais de virem com isso levar adiante a desobediência às decisões (indecisões, palavra nossa) partidárias (Musse, 2005, p. 156).

E, durante o Congresso de 1906, estabeleceu-se por fim um acordo pelo qual o SPD reconhecia a autonomia dos sindicatos: "selando uma influência da cúpula sindical no partido que daí em diante cresceu cada vez mais" (Musse, 2005, p. 156).

Dado ao claro manifesto titubear democrata, determinado pela própria história e tendência dominante no partido, e embora ali, naquele contexto vindo da Rússia, Todos – segundo Ricardo Musse, inclusive Bernstein, entendendo que a Revolução de 1905 desmentira uma das premissas centrais do programa político esboçado por: Engels na "Introdução de 1895": "a hipótese de um sepultamento definitivo de formas de enfrentamento, como manifestações e combates de rua, lutas de barricadas etc., consideradas inadequadas aos novos tempos, isto é, à modernidade fin de siècle" (Musse, 2005, p. 156).

Para Musse, essa então leitura, releitura dos democratas alemães, exigia, pelo menos, uma revisão da proposta de levar adiante o confronto com a burguesia exclusivamente por meio da atuação legal, via eleições e ação parlamentar dos partidos socialistas (Musse, 2005, p. 156).

E conforme Musse toma e comenta daquele contexto, enquanto líder da tendência centrista, Karl Kautsky<sup>52</sup> não deixou de ali, claramente, olhar para os acontecimentos revolucionários presentes na Rússia, Inferindo, inicialmente, visto que alteraria depois esse seu postulado, que a influência da revolução em andamento na Rússia no ocidente: "ajudaria a oxigenar a social-democracia alemã, a seu ver, excessivamente comprometida com uma prática política, na situação atual, ineficaz" (Musse, 2005, p. 157)<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Aqui Ricardo Musse faz referência ao livro de Kautsky "O caminho do poder" (1911), em que Kautsky, transcrevendo trechos de um artigo seu de fevereiro de 1904, no qual ele próprio prevera que uma revolução na Rússia "não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos; estimularia e aticaria neles o movimento operário que receberia assim um impulso vigoroso no combate às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia, como é o caso, na Prússia, do sufrágio das três classes" (Kautsky, O caminho do poder, São Paulo: Hucitec, 1979, p. 13, *apud* Musse, 2005).

<sup>53</sup> Ricardo Musse indica, para uma breve apresentação biográfica de Karl Kautsky, a leitura de Giuliano Procacci, "Introdução a Questão Agrária de Karl Kautsky". In: Antonio Roberto Bertelli (Org.), Karl Kautsky e o marxismo. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, pp. 77-107. E embora Karl Kautsky ter

E, muito diferente de Lenin e Trotsky (palavras nossas), em Kautsky, segundo Musse denota, percebe-se uma conjugação de uma excessiva rigidez no campo doutrinário teórico, ao passo, em paralelo, de uma espantosa flexibilidade na determinação do presente histórico na configuração e orientação da tática política, ante "a conhecida dificuldade de Kautsky orientar-se perante circunstâncias inesperadas", derivando, disso, também, o seu comportamento recorrente de: "subordinar a teoria à prática partidária" (Musse,2005, p. 161).

Musse comenta que esta característica de Kautsky, que em última análise parece até se confundir com o próprio conceito da social democracia clássica, ali e naquelas condições sopradas do oriente, em um momento em que a polêmica interna extravasa os limites frequentemente autoimpostos pela preocupação comum a todas as alas do partido social democrata, apesar da

---

abordado o tema nominalmente próximo ao escopo do objeto de pesquisa de nossa tese, não o aproveitamos diretamente na parte específica da nossa investigação, ao discutirmos dos dois possíveis e distintos segmentos camponeses em Karl Marx. Isso por entendermos que a orientação de Kautsky neste livro citado por Musse tratou-se de um estudo de caráter antropológico estatístico, sociológico, com seu valor, indiscutivelmente. Contudo, a ideia kautskyana de que com o desenvolvimento do capitalismo se ampliaria as pequenas propriedades rurais parcelárias, ao menos em alguns cenários específicos; e que isso seria inclusive um fator importante, salutar para a sociedade, chegando Kautsky a ponderar que a produção nessas terras diminutas e médias poderiam vir até superiores a produção de larga escala nas grandes propriedades rurais, mesmo já sobre regimes socialistas; forma de ele ter pendido artificialmente a balança favorável ao papel dos pequenos agricultores proprietários, ainda que Kautsky reconhecendo os camponeses viriam no processo, ao fim, por ceder as vantagens de uma produção associativa, cooperativa; e de que tudo isso, relacionado com sua previsão de aumento das pequenas propriedades com o desenvolvimento do capitalismo (fator o qual só se mostrou real em alguns países da Europa, e ante um forte desenvolvimento econômico industrial, inclusive no mercado agrícola não parcelário: o que, em tudo, foi o que mesmo permitiu e segue permitindo a nefasta subvenção por parte do Estado para com esses produtores agrícolas que não conseguem competir com a produção agrícola capitalista desenvolvida e movimentada pelo mercado mundial das trocas de mercadorias), condições essas, que supostamente mostrariam uma preocupação da sociedade com os trabalhadores que produzem os alimentos, os víveres. E Kautsky alega em seu livro citado que isso deveria, inclusive, necessariamente, vir mantido em caso de experiências socialistas. Mas toda a qualidade enxergada por Kautsky na produção dos pequenos proprietários, só se mantém, nas condições modernas e desenvolvidas do capitalismo, ante a manutenção da expropriação da classe operária, a exploração do mais trabalho, da apuração de mais-valia, e, isso apurado, seus dividendos vindos distribuídos entre os Estados capitalistas, suas empresas nacionais e ou transnacionais. E, parte disso, como nominalmente representado em impostos retirados do processo de circulação das mercadorias em geral, conforme meros valores apenas simbólicos artificialmente acompanhados ao real valor das mercadorias produzidas pela classe operária, amontoam os fundos do tesouro oficial que permitem ao Estado vir fomentar políticas de subvenção aos produtos agrícolas em dados países. Mas isso não é obra das ações e pautas dos sociais-democratas estritos, e, sim, resulta e tem garantido lastro por meio da despele do operário. Em suma, é o processo de exploração capitalista do trabalhador urbano, da expropriação do salário relativo do operário, que integram-se os lastros que permitem uma moderna produção econômica ainda chafurdar com enxertos do passado: sem o dinheiro retirado dos salários dos operários nada o Estado teria para oferecer aos proprietários rurais dos séculos XX e XXI, sejam esses: proprietários parcelários ou proprietários abastados. Por esses e outros motivos não se encontrará no elenco de nossa tese, as inserções de Karl Kautsky ao tema da propriedade rural e a produção advinda das pequenas e médias propriedades rurais já de muito ultrapassadas.

aposta no equilíbrio e na moderação, como ainda procurados pelo centro teórico, passam não convencer mais ante as necessidades postas: sobre o que conclui Musse:

A adaptabilidade e heterogeneidade do programa, deliberadamente bifronte pela incorporação de propostas da direita e da esquerda, já não bastam para agrupar ou conciliar as forças centrífugas que dilaceram o partido. Daí em diante, servem apenas como racionalização teórica da atuação política do grupo centrista (Musse, 2005, p. 161).

Mas, observemos, para se evitar compreensões apressadas, a estratégia para a superação do capitalismo delineada por Kautsky sustentava-se em formulações baseadas em termos de uma própria e inevitável "ruptura da ordem vigente, descartando como utópica qualquer expectativa de transição "suave" para o socialismo" (Musse, 2005, pp. 161-162).

Conforme Ricardo Musse, Kautsky estabelecia que caberia ao proletariado decidir sobre o momento e a oportunidade do combate final, em que ele, Kautsky, julgava mais prudente, ao longo desse caminho, tanto por parte do movimento operário, assim como principalmente ao seu braço político, o partido social-democrata: "manter a autonomia e preparar-se para a revolução social", em que, "a melhor via para fortalecer sua capacidade prática e teórica seria":

(...) a luta cotidiana por reformas. Tal combate visa tanto debelar a miséria (uma "ame- aça constante" que ronda os trabalhadores), promovendo o "renascimento físico e intelectual do proletariado", quanto favorecer, pela democratização do espaço público, a implantação ou o bom andamento de instituições da classe operária tais como cooperativas, sindicatos e mesmo governos municipais socialistas (Musse, 2005, p. 162).

Segundo críticas recebidas, Kautsky, com essa sua proposição aqui acima comentada por Ricardo Musse, a direção do partido social-democrata alemão no início do século XX, por mais que sustentasse argumentação literária em contrário, não veio assentar o processo da revolução como um

processo histórico em andamento, "mas como um horizonte longínquo pouco influenciável pelas decisões do momento" (Musse, 2005, p. 162).

Assim, para Kautsky, a tática de guardar fileiras, de desenvolver o antagonismo da classe operária em relação ao mundo burguês contando apenas com a autonomia e independência de sua estrutura organizacional (base da política de "intransigência" dos socialistas); o desprezo de Kautsky pela possibilidade de aglutinar, educar e formar o exército proletário no próprio curso da luta revolucionária; conforme Musse apanha e comenta bem, assentam-se, em Kautsky, em uma perspectiva de que "a grande e decisiva batalha" consistirá em algo semelhante a uma medição, quase estatística, de força e de potência entre o campo proletário e o bloco burguês" (Musse, 2005, p. 162).

Percebamos que nem o termo bloco, "bloco no poder", adotado por Nicos Poulantzas pode ser considerado um conceito inédito ao marxismo, isso para não tocar e indagarmos se os argumentos de Poulantzas pareçam superiores aos fundamentos e orientações construídas e formuladas pelo partido social-democrata alemão na passagem do século XIX ao século passado, quase cem anos antes do livro de Poulantzas.

Todo modo, e independente da comparação possível ou não, Ricardo Musse (2005) corrobora ao que nos propomos neste capítulo de tese, ao mostrar que as ambiguidades e as contradições do programa social-democrata alemão, naquelas condições postas, ante a sua incapacidade em reconstruir o consenso interno perdido, as determinações e razões para tanto afloram nitidamente em Kautsky em *O caminho do poder*. Nesse livro de 1909, comenta Musse, considerado como o mais independente dos textos de Kautsky, por talvez ter reunido, pela primeira vez, "um texto redigido sem passar pela chancela do partido" (Musse, 2005); um texto em que seu autor procura aplicar, analisar e também adequar os princípios gerais da estratégia aproximada ao longo da polêmica com o revisionismo e também em parte como resposta às estocadas da ala esquerda alemã e para além fronteira; com destaque aquelas desdobradas dos acontecimentos ali recentes, como os próprios acontecimentos revolucionários travados na Rússia – em que pese em um momento que aquelas lutas já haviam sido debeladas pelas forças reacionárias governistas russas; e, na Alemanha, já pesando a derrota eleitoral

do SPD de 1907; sobre esses termos todos e perspectivas, relata e comenta Ricardo Musse que:

No balanço de Kautsky, os eventos dos últimos anos confirmaram seus prognósticos, emitidos no decorrer da revolução e até mesmo antes de sua deflagração, de que o Ocidente seria fortemente impactado por uma rebelião do proletariado russo. A radicalização do confronto entre as classes, o crescimento da agitação operária, o agravamento dos antagonismos sociais, o aumento da probabilidade, devido à crise de 1907, de "catástrofes financeiras" e ainda, pelo outro lado, o incremento da política neocolonial, tudo isso compõe um cenário marcado por uma "insegurança geral". Mais ainda, indica a abertura de um período de convulsões mundiais, de constantes deslocamentos de forças que, quaisquer que sejam sua forma ou duração, não poderão dar lugar a uma estabilidade duradoura enquanto o proletariado não encontrar forças para expropriar política e economicamente a classe capitalista e inaugurar assim uma nova era da história universal (Kautsky, *O caminho do poder*, 1979, p. 107, *apud* Musse, 2005).

Musse mostra que esse contexto era reconhecido por Kautsky em face de sua expectativa na disseminação do impulso revolucionário do Oriente, na tendência de sua transferência e contaminação junto ao Ocidente, não enquanto um fruto de entusiasmo ou de uma aposta no escuro, mas sim explicado:

Pela nova fase do capitalismo mundial, caracterizada por uma ampliação da penetração e da influência de seus princípios em todo o planeta. Na interpretação de Kautsky, o imperialismo teria unido (pela economia e pela política) de tal forma os mais diversos países que, doravante, não seria mais possível evitar que "perturbações políticas do Oriente repercutam no Ocidente" (Musse, 2005, pp. 163-164).

Conforme ainda Ricardo Musse, (2005, p.1 64), a nova era de revoluções que se descortina ao Oriente, segundo Kautsky tomava em leitura, assemelhava-se ao período insurrecional que a Europa Ocidental viveu entre 1789 e 1871: e isso é muito relevante ao tema que perseguimos em aproximação na presente tese: relaciona em parte ao clássico da teoria da revolução operária marxiana.

E um outro ponto das passagens de Karl Kautsky aqui comentadas por Ricardo Musse que diminuem a contribuição do livro de Nicos Poulantzas, desde o pensamento poulantziano constar enquanto um conteúdo inédito, quiçá superior, reside no aspecto de que, quase sessenta anos antes de Poulantzas, o entendimento de Kautsky estabelecia que "uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições econômicas estão ali demasiado atrasadas" (Kautsky, 1979, p. 12, *apud* Musse, 2005). Teria aquela revolução, Kautsky ainda se refere aqui aos desdobramentos dos anos de 1905, 1906, 1907 e seguintes (o livro de Kautsky aqui é de 1911), "limitar-se a um regime democrático com forte presença dos setores mais representativos dos interesses dos trabalhadores (Kautsky, 1979, p. 12, *apud* Musse, 2005)<sup>54</sup>.

Kautsky, todavia, entendia que uma possibilidade de revolução na Alemanha não poderia, de modo algum, ali, naquelas condições, ser de pronto descartada e, tão menos, desconsiderada em formas distintas as colocadas e encaminhadas na Rússia: os próprios termos de divergência e fortes conflitos que passaram ali travar ele e Lenin, dentre outros, como Leon Trotsky, mostram isso claramente.

Mas compreender o que o teórico marxista revolucionário democrata alemão orientou ao formular de possibilidade de revolução na Alemanha, exige compreender enquanto uma tendência muito mais relacionada e adaptada aos termos estritos democráticos procurados em qualificação e aumento de margens de influências internas no ambiente político na Alemanha, diretamente conexo aos sentidos sociais-democratas, que efetivamente qualquer outro sentido, conforme bem comenta Musse:

O proletariado alemão já teria preenchido todas as condições para que uma ocasional sublevação sua não fosse mais considerada uma experiência prematura: "não

---

<sup>54</sup> Conforme Ricardo Musse(2005, p. 164), Kautsky veio se prender a essa sua concepção mesmo após 1917, conforme mostram suas teses escritas no texto a ditadura do proletariado. Texto em que, se Kautsky, de início, ressalte que "não é o fator material, mas o fator humano que é decisivo", ele salienta entender que "é preciso que a maturidade do proletariado se acrescente à maturidade das condições e ao patamar necessário de desenvolvimento industrial" (Karl Kautsky, A ditadura do proletariado. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, pp. 12-13). E conforme o mesmo comentarista, ainda em seu texto adverte Kautsky que "a destruição do capitalismo não é ainda o socialismo" principalmente se for levada a cabo "em um país pouco desenvolvido do ponto de vista econômico e onde o proletariado constitui apenas a minoria" (Idem, *ibidem*, p. 57).

só cresceu consideravelmente sua força numérica, não apenas se fortaleceram suas organizações, mas a classe operária também adquiriu uma enorme superioridade moral" (id., ibid., p. 100), amplificada pela "decadência moral e intelectual" da camada dirigente. Essa análise, entretanto, soa mais como uma ameaça aos altos escalões do Estado e da burguesia alemães, renitentes opositores de uma reforma democrática do sistema político, do que como um prognóstico a ser cumprido em qualquer situação. Kautsky acredita ainda ao bloco dominante uma capacidade de estabilização e de integração, bem como um potencial de mobilização (sobretudo do aparelho burocrático e do exército), que inviabilizam a hipótese de uma transição, a curto prazo, ao socialismo, a não ser como alternativa ao confronto imperialista mais extremado, ou seja, enquanto medida defensiva (não apenas do proletariado, mas de certo modo da própria civilização) contra a ameaça de uma guerra mundial ou então como consequência desse conflito (Musse, 2005, p. 165).

Segundo Ricardo Musse (2005, p. 165), ante isso, Kautsky recomendava ali que o proletariado alemão se dedique particularmente, enquanto tarefa imprescindível em seu esforço pela conquista do poder, à realização dos seguintes objetivos: reformar o sistema eleitoral do Reichstag; conquistar o sufrágio universal e o escrutínio secreto para as eleições das câmaras, principalmente nas da Saxônia e da Prússia; e, por fim: "elevar o Reichstag acima dos governos e das câmaras dos diferentes estados" (Id., ibid., p. 85).

E, nesse caminho, pouco tempo depois, diante da retomada das demonstrações de rua na Prússia e premido pelas cobranças de apoio às formas de luta avalizadas em *O caminho do poder*, Kautsky acaba, não completamente contraditoriamente, por alinhar-se com a direção do partido, com a cúpula sindical e, principalmente, com os revisionistas, em condenação da viabilidade e da oportunidade de se recorrer a greves de massas (Musse, 2005).

E conforme comenta Ricardo Musse, (2005, p. 166), para ele, Kautsky, aquele momento vivido na Alemanha, marcado ali por uma disparidade de força e organização entre o bloco proletário e os setores aglutinados pela classe dominante, exigia isso na Alemanha "a manutenção da estratégia histórica de "desgaste" e não a opção prematura por uma (potencialmente suicida) tática de "aniquilamento" do adversário."

Ante as passagens acima, para quem ler este texto de Kautsky, poderia vir concluir que tais fundamentos estariam baseados no livro de Nicos Poulantzas. Mas, sabe-se, o que Kautsky escreveu e defendeu deu-se muitos anos e décadas antes do livro do grego aqui comentado, não guardando, disso, a discussão qualquer direta relação com o último livro de Poulantzas, embora, admitamos, não se possa descartar, por outro lado, ao seu modo, Poulantzas tenha se inspirado em muito nas passagens desse citado texto do maior teórico marxista da II Internacional Comunista.

Um ponto que pode aproximar as produções de Karl Kautsky e as de Nicos Poulantzas, guardadas as dimensões de suas teses, que evidenciam uma completa e radical distinção evidente entre elas, diferenças em dotação teórica, intelectual e militante, distinções enormes e incomparáveis, e que posiciona Kautsky muito superior ao grego, uma dada tematização de Kautsky dialoga com a crítica que Nicos Poulantzas, também, muito depois, veio acusar ao clássico marxista da III Internacional Comunista: o tema se aproxima ao teor kaustkista manifestado no contexto em que perguntas e respostas, acusações e sérias críticas, réplicas e tréplicas, envolvem Lenin, Trotsky e Kautsky, conforme se manifestaram sobretudo após o marco da Revolução Bolchevique de 1917.

Mas, alertamos desde aqui, por precaução, embora da relação possível, Poulantzas não formular ao longo de seu livro aqui em comento, com precisão, como seria necessário, qualquer referência maior aos contextos e textos críticos aos quais Kautsky, Lenin e Trotsky encontram-se ali em 1917 profundamente envolvidos, e diferentemente posicionados.

Nicos Poulantzas optou em centrar-se em seu último livro, como ainda mostraremos, em trazer suas menções, ainda que também de passagem, em relação estrita com as críticas de Rosa Luxemburgo para com a falta de democracia no pré e pós processo de revolução bolchevique na Rússia.

Poulantzas talvez com isso, em seu livro, procurasse algum alinhamento, incerto, a uma ala teórica mais à "esquerda" e mais "radical" em comparação com Kautsky. Uma tese febril e patente de sérias imprecisões. Imprecisões agravadas pelo dado de ali, naquele contexto, terem as principais e mais sérias críticas de falta de democracia no pós levante de outubro, indubitavelmente as mais fortes, as mais densas, terem vindas formuladas por

indubitavelmente por Karl Kautsky (entendemos apenas de uma forma essa ausência: inserir para valer Kautsky em seu livro fragilizaria o próprio conteúdo mostrado como original no livro de Poulantzas, o colocando em outra e menor estante ao que o mesmo foi artificialmente elevado, só isso explicaria uma tão grave ausência de tematização no livro do grego).

E isso, o combate, direto e nominalmente direcionado, Kautsky claramente procurou exercer, manifestando seus posicionamentos, e o fazendo em termos infinitamente superiores aos acenos de Poulantzas com seu livro em comento neste nosso segundo capítulo de tese.

Kautsky atacou, acusou, recebeu as réplicas e tréplicas, em crítica à sua crítica para com as orientações de Lenin e Trotsky, de tudo as teses adotadas pela III Internacional Comunista. Kautsky ali em 1917, anos seguintes, escreveu, voltou incidir, e recebeu todas as respostas suficientes.

E, até dado esses fundamentos superiores ao grego, antes de retomarmos ao livro de Nicos Poulantzas, quando restará já inafastável a necessidade de crítica para com as orientações de Nicos Poulantzas, não podemos deixar de aqui, uma vez que aproximamos alguns fundamentos kautskistas para aproximar da nada original e muito menos inovada orientação trazida no último livro de Poulantzas, de ao menos mencionar alguns dos elementos programáticos comunistas distintos e disputados naquele contexto revolucionário procurado em desenvolvimento no início do século XX, envolvendo, diretamente, Kautsky, Lenin e Trotsky, um confronto entre a teoria da revolução em permanência marxiana, a necessidade da ditadura do proletariado, e, "por outro lado", as perspectivas sociais-democratas de Karl Kautsky.

O que traremos aqui, muito rapidamente, aproxima e antecipa a própria crítica que estabeleceremos ao final deste capítulo de tese, ao precisarmos criticar a concepção Poulantziana manifesta no final de seu livro, também sobre uma suposta falta de democracia na experiência da revolução russa, conforme conduzida por Lenin e Trotsky sob o comando da III Internacional Comunista .

E pedimos que não se confunda a tematização aqui com qualquer admissão nossa aos atos despóticos stalinistas e do Estado Soviético em geral, sob as diretas ordens de Joseph Stalin e ou em seus sucessores e herdeiros.

Aqui, em forma e alcances bem pontuais, visamos apenas o mencionar do problema, das críticas, das réplicas entre Kautsky, Lenin e Trotsky, sem qualquer outro objetivo: sequer tomamos por relevância vir se desenvolver um novo debate. Aliás, avaliamos que o debate já foi conduzido e mais que completamente respondido pelos autores envolvidos.

O próprio artigo que adotaremos para uma rápida mostra do debate, embora importante, se mostra ao mesmo tempo bastante pobre, com destaque, ao não reconhecer já suplantada as tidas divergências entre a revolução bolchevique, a ditadura do proletariado, e uma suposta ausência de democracia: tematização, para nós, já suficientemente tomada, considerada e suficientemente respondida nos três atores antes mencionados.

O artigo, o qual colocaremos honestamente aqui como sugestão de leitura, nos pareceu mais preocupado em recolocar perguntas que em mostrar imparcialmente das indagações e das respostas colossais já assentadas pelos autores envolvidos na época.

O artigo em questão é o texto de Ruy Fausto<sup>55</sup>, de título "A polêmica sobre o poder Bolchevista: Kautsky, Lenin, Trotsky" (Fausto, 2001). Um texto polêmico, parcialmente equivocado, sobretudo parcial na sua exposição. O maior problema que vemos no artigo, o maior, não que inexistam outros, remete-se ao dado de citar o documento de orientação da Liga dos Comunistas de 1850, escrito por Marx e Engels, admitindo Fausto até que este escrito de Marx e Engels deva guardar relação com as perspectivas e orientações programáticas de Lenin e Trotsky na Revolução Russa e mundial, inclusive no que pediria ao tema da democracia: mas, apesar disso, o tema caríssimo aqui aparece apenas de passagem no artigo de Fausto, em uma vaga referência; guardando o todo do artigo de Fausto uma sua corroboração as próprias críticas de falta de democracia naquele trânsito.

Ao nosso sentir, este reunindo o grave erro do texto de Fausto, ante ao rico tema que o artigo toma e retoma com bastante seriedade. E embora não retomaremos aqui todos os vários termos e o desenvolvimento procurado por Ruy Fausto no artigo, texto este que sugerimos atenta leitura, inclusive das

---

<sup>55</sup> FAUSTO; R. A polêmica sobre o poder Bolchevista: Kautsky, Lenin, Trotsky. **Revista Lua Nova**, Edição 53: 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452001000200003>. Acesso em: 7 de jun. 2022.

ricas fontes citadas, grosso modo, e traduzindo em simples e mais que apertada síntese aqui, o seu texto incide na discussão que estamos aproximando para discutir com o livro de Nicos Poulantzas: a suposta falta de democracia no pós-revolução de 1917.

Em verdade, não uma falta de democracia burguesa, certamente nos corrigiriam Lenin e Trotsky: uma ausência mesmo. Afinal, como avaliamos as perspectivas de Lenin e Trotsky nos autorizariam mencionar, na verdade os repetir, retomar suas próprias palavras, não se tratava ali de proteger a democracia burguesa numa ditadura do proletariado, tratava-se, isso sim, de suplantá-la e, com isso, encerrar a classe que fala por meio desta: a classe dominante e opressora.

Em tudo, reunia e tratavam-se ali, nos entornos de preparação e mesmo no pós-levante de outubro, como responderam bem claramente Lenin e Trotsky, este último em um texto homônimo ao de Kautsky (Terrorismo e Comunismo), de estabelecer a democracia do proletariado; a qual exige, em seu trânsito e avante, uma forte ditadura do proletariado: a imposição da ditadura operária aos burgueses e liberdade aos trabalhadores.

E, desse modo, ainda que muito grosseiramente estabelecendo, é contra a formulação socialdemocrata, estrita ou não, isso é discutível (mas o texto de Fausto não discute nem isso com propriedade), que remeteram-se Lenin e Trotsky ao responderem as acusações de Kautsky.

E, verdadeiramente beneficiados, em capacidades de oferecerem respostas para Kautsky, e outros, Luxemburgo por exemplo, por Lenin e Trotsky situarem-se absolutamente dentro e até liderando aquele processo revolucionário na Rússia, ímpar na história até nossos dias, de tudo que os sociais democratas propuseram e ainda insistem, Lenin e Trotsky, Trotsky ainda mais duramente, respondiam ali com absoluta precisão as críticas de Kautsky, de Rosa Luxemburgo, explicando eles que não existia ali, naquelas condições, contradição alguma em os bolcheviques representarem a consciência operária, considerando e mostrando, ambos, que a classe, naquelas condições colocadas e em movimento, não poderia alcançar e manter, exportar a revolução proletária por modos outros e supostamente mais "democráticos" (curiosamente, condições e limites reconhecidos pelo próprio Kautsky nas citações que dispomos dele pouco acima: quem reconhece que os

trabalhadores da Rússia não encontravam-se ainda em condições de sustentar uma revolução, quiçá então defendê-la, desenvolvê-la e exportá-la para outros países, outros continentes).

Mais uma vez pedindo pela leitura do importante artigo antes citado de Ruy Fausto, nele, seu autor admite que se "terrorismo e comunismo" de Kautsky não é uma réplica ao texto "Renegado Kautsky" de Lenin, "; por sua vez, "Terrorismo e Comunismo" de Trotsky, de 1920, este último, indiscutivelmente, reuniria para Fausto "explicitamente uma resposta ao livro homônimo de Kautsky" (Fausto, 2001, s.p).

Para Ruy Fausto, A discussão entre Lenin, Trotsky, contra Kautsky, situa-se no ponto de, do lado bolchevique, se abandonar de vez toda veleidade democrática, não se verifica ali mais qualquer procura do bolchevismo em representação da suposta política de uma "maioria", trate-se da "maioria" do "povo" ou mesmo da maioria do proletariado" (Fausto, 2001).

Pelo contrário, aponta Ruy Fausto, ali afirmar-se com todas as letras o direito do partido de vanguarda, ou seja:

de "representar" o proletariado. Isto se explica sem dúvida pela dificuldade crescente que encontra o bolchevismo em se apresentar como partido majoritário. Pode ser que a mudança tenha alguma coisa a ver também, mas de um modo secundário, com as diferenças entre Lenin e Trotsky; no essencial eles estão de acordo (Fausto, 2001, s.p).

O texto de Ruy Fausto aponta que ao menos desde 1920 o Partido Bolchevique manifestaria uma espécie de "ultra-bolchevismo"<sup>56</sup>. Ao ponto de Trotsky tomar enquanto "O papel excepcional" (Fausto anota que o texto da tradução inglesa do texto "Terrorismo e Comunismo" de Trotsky diz: "exclusivo") "que desempenha o Partido Comunista nas condições de uma revolução proletária vitoriosa" – escreve Trotsky – é bem compreensível" (Fausto, 2001, s.p).

---

<sup>56</sup> Conforme Fausto a expressão citada por ele foi adotada por Michael Lowy, na parte final do seu livro "La théorie de la révolution chez le jeune Marx", Paris, Maspero, 1970. Destacando Fausto que toda esta parte final do livro foi omitida na edição brasileira, o que a ao seu sentir, nisso, com razão, resultou do desaparecimento de importante análise crítica de Trotsky no início dos anos 20: e nossa concordância com Fausto se encerra aqui. Em relação a ele sugerir que se trataria de um Trotsky luxemburguista, disso, deixamos apenas como suas próprias e duvidosas conclusões.

Para este mesmo texto de Trotsky, "a questão é a da ditadura de uma classe" (Fausto, 2001, s.p). E Conforme ainda Fausto, segue aqui em suas palavras Leon, assentando que em um processo revolucionário, na composição desta classe entram elementos variados: "estados de espírito heterogêneos, diferentes níveis de desenvolvimento. Mas a ditadura pressupõe unidade de vontade, unidade de direção"; arrematando Trotsky na continuidade deste trecho que, em suma, isso não é nada mais que "unidade de ação", defendendo:

(...) Por que outra via poderia ela se realizar? A dominação revolucionária do proletariado pressupõe no interior do próprio proletariado a supremacia 30 30 O texto inglês diz "dominação". de um partido que dispõe de um programa de ação claro, e de uma disciplina interna sem falha" (TC (T), tr. inglesa p. 108 Ir. fr. p. 118, *apud* Fausto, 2001).

Fausto questiona em seu artigo aqui comentado que O Partido Bolchevique entendia que os métodos democráticos "retardam" no que se refere ao processo revolucionário: "se o regime parlamentar, escreve e esclarece Trotsky:

(...) "mesmo no período de desenvolvimento "pacífico" estável era antes um método "grosseiro" de descobrir a opinião no país, na época da tempestade revolucionária ele perdeu completamente a sua capacidade de acompanhar o curso da luta e o desenvolvimento da consciência revolucionária. (...) O regime soviético, que está ligado da maneira mais estreita, orgânica 31 31 O texto inglês diz "direta", mais honesta, com a maioria do povo que trabalha, encontra a sua significação não de maneira estática, refletindo estaticamente uma maioria, mas a criando de maneira dinâmica. Tendo entrado na via da ditadura revolucionária, a classe operária russa significou através disso mesmo que, no período de transição, ela não edifica a sua política sobre a arte inconstante de rivalizar com os partidos camaleões, na caça aos votos camponeses, mas sobre a participação efetiva das massas camponesas, lado a lado com o proletariado, no trabalho de dirigir o país em função dos verdadeiros interesses das massas trabalhadoras. Esta democracia é muito mais profunda do que o parlamentarismo" (TC (T), inglesa, p. 45, fr. ed. Prométhée, p. 55, *apud* Fausto, 2001).

Embora Fausto não concorde com os posicionamentos e respostas de Lenin e de Trotsky para com Kautsky e Luxemburgo, de que não haveria aí qualquer espaço para espécies de substituísmo de classe, ou da classe, ele dispõe outra importante passagem do texto de Trotsky, uma passagem muito importante, em que o líder bolchevique responde com precisão inigualável ao texto Homônimo de Kautsky:

(...) "Acusaram-nos mais de uma vez de ter substituído a ditadura dos soviets pela ditadura do nosso partido. E, entretanto, pode-se dizer com completa justiça que a ditadura dos soviets só se tornou possível graças à ditadura do partido. É graças à clareza de sua visão teórica e à sua forte organização revolucionária que o partido assegurou aos soviets a possibilidade de se transformar de informes parlamentos operários em um aparelho da dominação do trabalho. Nessa 'substituição' do poder da classe pelo poder do partido não há nada de acidental, e na realidade não há lá nenhuma substituição. Os comunistas exprimem os interesses fundamentais da classe operária. É totalmente natural que no período em que a história põe na ordem do dia esses interesses em toda a sua extensão os comunistas se tornem os representantes reconhecidos da classe operária na sua totalidade" (TC (T), tr. inglesa p. 109, tr. IV. p. 119, *apud* Fausto, 2001).

Para acusar e criticar as afirmações de Leni e Trotsky, os quais colocam as ações e a condução do Partido Bolchevique, podemos dizer da própria direção da III Internacional revolucionária, ali enquanto dependente de uma quase disciplina militar em suas decisões, Ruy Fausto em seu artigo alega que tais termos teriam assim oferecido e mesmo até já estabelecido e preparado as bases para a burocracia e violência do Estado soviético stalinista.

E, enquanto supostas justificativas para essas suas afirmações, Ruy Fausto procura chamar as conceituações críticas do chamado "Jovem Trotsky, para tentar assentar e criticar uma tida tese de "substituísmo de classe" (Fausto, 2001) pelo partido bolchevique naquela experiência.

Mas, aqui, semelhante ao que já adotou Fausto antes em seu artigo, ao apenas mencionar de relance, apenas citando a nomenclatura do texto clássico da Liga dos Comunistas de 1950 (em que tenta escapar ao mais sério no tema em discussão no documento da Liga), também aqui, ao adotar seus argumentos frágeis de um "Jovem Trotsky", não aproxima mais que eleger e

fomentar aquela prática acadêmica já até cansativa: se pretender flexibilizar um pensamento filosófico maduro, uma concepção já assentada, em termos de se intentar acenar que o autor da própria tese formulada teria, quando jovem, antes, colocado questões divergentes a sua nova formulação, ainda que mesmo para com uma tese madura e superior (palavras nossas: palavras necessárias).

Quem já não leu, percebeu sendo sugerido, mesmo lecionado: "o jovem Marx"; "o jovem Hegel"; e, aqui, em Fausto (2001), "o jovem Trotsky". Longe de demandarmos ao erro que os pensamentos de um dado autor, qualquer que seja, até de sua infância se for o caso, não possam ter e sustentar importância.

De modo que sim, claro, todos os textos devem vir tomados, lidos e colocados em seu devido tempo, com a percepção da maturidade intelectual que é comum, mesmo entre os gênios.

Isso é uma necessidade. Porém, querer refutar um texto de maturidade com outro inferior, é uma pauta zoológica, é querer formular e defender que o homem retorne no tempo e venha andar em quatro patas.

E parece-nos assim incontestável, também em termos de teoria, de concepção marxista, revolucionária ou não, ter-se que propor análises não estritas e isoladas com o primário de todo autor, não se voltando, isoladamente, ao chamado pensamento jovem, mas, ao contrário e distinto: instruir-se pela máxima teoria alcançada e desenvolvida, em sua posição vertical e em andamento sobre duas pernas, e conduzidas pela cabeça, pela razão, pela lógica conceitual superior, em suma, pelo pensamento filosófico alterado pelas próprias experiências históricas vividas e até já em movimento de negação.

De resto, do artigo de Ruy Fausto aqui brevemente comentado, parece-nos assentar-se o oposto, uma sugestão por uma apenas vaga e notória ideia equivocada de ter faltado democracia na revolução Bolchevique de 1917 e anos imediatamente posteriores: só quase se sugere que faltara ali estabelecer um parlamento; assentarem-se ali uma plenária de um Congresso em estilo República burguesa; em que se sentariam todos os opositores da revolução proletária, desde os democratas convictos e irrecuperáveis, os representantes da direita, da extrema direita, quiçá até uma representação externa das nações que atacavam de armas em mãos aquela experiência socialista real soviética,

ali, em 17, anos imediatamente seguintes, em plena guerra civil, ainda em muito nominal e apenas "provisoriamente" assegurada a vitória do proletariado, revolução operária, como dito por tantas vezes por Lenin e Trotsky, em tantos termos dependentes (Trotsky talvez tenha sido o teórico e líder revolucionário bolchevique que melhor abordou tais termos: inclusive em franco e direto combate ao stalinismo).

Embora reúna este cenário situado ausente uma leitura pobre, uma mostra intelectual que fere os próprios reconhecimentos que devem vir tributados aos escritos de Ruy Fausto, em parte até neste seu artigo de 2001, mostram-se tais ideias, não mais que apenas bonitas, completamente distante da realidade e do movimento que ali se alavancava, não apenas na Rússia, mas sim uma retomada e guia em orientação da revolução em permanência relacionada com a queda do capitalismo mundialmente; em que se pretende forçar da admissão de uma apequenada ideia de falta de democracia de base, como que o que "faltou" ali foi reunir todos em comunhão em um grande parlamento em transição ao socialismo, observando e procurando ajustes de políticas específicas, de tipo: se todos viéssem envolvidos na luta comunista, como bons cidadãos, imbuídos pelo bem maior da sociedade e da própria humanidade, tudo poderia ter sido evitado ali (teria se evitado a própria revolução proletária, isso com certeza: o lema e os resultados alcançados pela transição ao socialismo de tipo estrito democrata adotados nas últimas décadas comprovam o grave e sim sério erro, não de Lenin, não de Trotsky, em parte alguma do programa da revolução marxiana em permanência).

No mais, de todo o palavrório culto, falta coerência para admitir que mesmo na equivocada adesão pela nada superior democracia burguesa, em um próprio partido considerado de esquerda, democrata de esquerda, aquelas alas do partido que não sigam as decisões do congresso do partido serão convidadas ao silêncio, ao fiel cumprimento das decisões do partido e, em casos não raros, serão até expulsas da sigla democrática partidária.

Mas os críticos poderiam ainda insistir, indicar que no partido que conduzia a revolução bolchevique não haveria uma representação dos trabalhadores: mas não creditamos que se acredite, de verdade, ter sido possível levantar e avançar tudo aquilo sem o apoio das massas trabalhadoras.

O simples ato de se admitir uma tal possibilidade já leva ao absurdo de tal sugestão.

A revolução bolchevique tinha e manteve o apoio dos trabalhadores russos, não apenas russos, o reconhecimento se espalhou por vários países. Para esse reconhecimento basta se ler os anais dos congressos da III Internacional, constatando aliás não apenas o apoio, a pressão dos trabalhadores de vários países sobre suas burguesias internas; mas, muito mais, a orientação para que isso viesse desdobrar e articular em associação em outros levantes: isso era e segue reunindo a democracia ao seu máximo ato representante. Não o oposto, o maculado parlamento e câmaras de participação e de enganação dos trabalhadores. As poucas passagens citadas de Trotsky, retiradas incrivelmente do próprio artigo de Ruy Fausto já respondem a tudo isso: o que torna ainda mais complicado entender o porquê se intentar ao desvio do principal e procurar fomentar um debate já respondido, pela prática militante revolucionária e textos em respostas para com as acusações vindas em ilações por parte de Kautsky e mesmo Luxemburgo.

Isso posto, e apesar desses e outros dados registrados enquanto verdadeiros pontos clássicos da organização operária comunista, em prática de organização e em contínuos atos de sustentação de uma organização revolucionária dos proletários, ali naquela experiência, como se deram nas três décadas iniciais do século XX, tudo aquilo só veio aproximado e desenvolvido mediante os grandes esforços de anos de atuações táticas e estratégica.

Em uma larga atuação que desdobrou o ponto de as perspectivas ideológicas comunistas revolucionárias virem novamente retomar a força necessária para derrotar os pensamentos reformistas predominantes na II Internacional.

Um trabalho de organização, amadurecimento em próprio andamento das tarefas do partido revolucionário, um movimento que pelo menos desde 1912, precisou ali na Rússia, enfrentar outras correntes do marxismo, sobretudo ideários dos principais intelectuais da II Internacional, quando se mostrou indesviável combater tanto as influências reformistas e tendências socialistas vacilantes, que seguiam e orientavam ao compasso de espera; bem como as claras propostas pequeno burguesas conservadoras, forças que

concorriam ali e seguem nos dias atuais em seus sentidos em procura por dissolução do movimento proletário comunista.

E tudo se colocava em meio aquela movimentação militar burguesa belicosa, em que se instalava passos e já anunciava o forte cheiro de morte nos Balcãs, na Líbia, no Marrocos (Ricci, 2016). E, apesar de tudo, a ala predominante na II Internacional insistia com os princípios limitados na orientação aos socialistas e suas organizações.

E naquele contexto, em que se viria brevemente disparar a I Guerra Mundial, apesar de tudo o que se passava na Rússia, Alemanha e Inglaterra, muitas organizações operárias, que de muito já haviam fincado raízes na estrita ordem burguesa, assentando enquanto o seu principal lema organizativo atuar em apoio crítico aos planos próprios da burguesia de cada país: dificultando e impedindo o andamento da revolução proletária ali naquele contexto eminente.

Em um artigo escrito em outubro e publicado em 1 de novembro de 1914, Lenin analisava esse relatado contexto, e verificava ali que o único conteúdo real, o significado e o sentido da guerra em aproximação situava-se no interesse burguês por:

Anexar terras e subjugar outras nações, arruinar a nação concorrente, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas de Rússia, Alemanha, Inglaterra e demais países, desunir e confundir os operários com propaganda nacionalista e exterminar a sua vanguarda para debilitar o movimento revolucionário do proletariado (Lenin, 1976, p. 161).

Aliás, foi neste contexto que, ainda antes da publicação do artigo de Lenin, tinha sido organizado e realizado um Congresso comunista na cidade de Basileia, Suíça. Um encontro internacional extraordinário, desenvolvido entre os dias 24 e 25 de novembro de 1912. O citado congresso havia sido convocado para tratar da questão da luta contra o perigo da guerra mundial imperialista, perigo que aumentava e muito naqueles anos.

No dia 25 de novembro foi aprovado neste congresso, por unanimidade (importante observar este dado), o manifesto sobre a guerra de pilhagem capitalista ali naquele momento iminente. O manifesto alertava os trabalhadores de todo o mundo sobre o perigo da guerra mundial que se

avizinhava. O documento traduzia os objetivos espoliadores da guerra que os imperialistas preparavam e sobretudo exortava os operários de todos os países a travar uma luta revolucionária, em termos de contrapor ao imperialismo capitalista a força da solidariedade internacional do proletariado (Basiléia, 1912: tradução livre).

E, em caso de declaração da guerra imperialista, o manifesto recomendava aos socialistas que utilizassem as crises econômica e política aprofundadas pela guerra para lutar pela sua direta emancipação, por meio da revolução socialista (Basiléia, 2012).

Lenin e outros camaradas haviam mostrado no congresso de Basiléia o que precisava vir ali encaminhado para complicar a guerra burguesa que se avizinhava, em seu início envolvendo os interesses da burguesia germânica e da coligação burguesa anglo-francesa.

Para o enfrentamento do que ali se avizinhava, se defendeu e veio aprovado no encontro de Basiléia ser necessário travar a única guerra verdadeiramente emancipadora: a "guerra civil contra a burguesia, tanto de seu "próprio" país, quanto dos países "alheios" (Lenin, 1976, p. 162-63).

Ali neste mesmo Congresso de Basiléia, os principais dirigentes da II Internacional Kautsky, Vandervelde e outros, votaram pela aprovação do manifesto contra a guerra. Mas a triste história ali seguida iria mostrar, muito rapidamente que, uma vez iniciada a guerra mundial imperialista pelos capitalistas, a posição destes e outros intelectuais da II Internacional alteram-se significativamente, vindo esses quadros colocarem no esquecimento o Manifesto de Basileia, assim como outras resoluções dos congressos socialistas internacionais sobre a luta contra a guerra.

E, naquele contexto crítico, verificava-se ali gradativa e crescentemente a tradicional socialdemocracia desviar da perspectiva socialista da revolução proletária em permanência, a substituindo em tática e estratégia por pautas e lemas estritamente nacionais.

E a postura oportunista era ali sustentada pela corrente dominante na II Internacional de então, que assumia a tese de organização pacifista: tática adotada para sobretudo encobrir a própria falência da II Internacional.

E, em contrário aquele traço revisor, defendeu ali Lenin ser preciso: "reconhecer abertamente essa bancarrota e compreender suas causas para

poder criar um novo agrupamento socialista, mais sólido, dos operários de todos os países" (Lenin, 1976, p. 165).

Para Lenin, entrava ali em ordem "do dia" a revolução socialista internacional. Lenin registrou nos seguintes termos aquele período, e mostrando que "os oportunistas conservem":

(...) as organizações legais ao custo da traição de suas convicções; os socialdemocratas revolucionários utilizarão os hábitos de organização e os vínculos da classe operária para criar formas ilegais de luta - em consonância com a época de crise pelo socialismo e unir estreitamente os operários de todos os países e não com a burguesia chovinista de seu próprio país. A Internacional proletária não pereceu e nem perecerá. As massas operárias criarão a nova Internacional por cima de todos os obstáculos (Lenin, 1976, p. 168).

Lenin, naquele contexto, o qual assentava as próprias condições de suplantamento das ideias reformistas dominantes na II Internacional, ao escrever o seu texto "O oportunismo e a falência da II Internacional" (1916), registrou (ao comentar o Manifesto de Basileia), explicitamente, sem reservar espaços para manobras indevidas, que seria naquele momento um grave erro tomar o manifesto de Basileia enquanto:

(...) uma declamação oca, uma fraseologia oficial, uma ameaça pouco séria. Assim que gostariam de apresentar a questão aqueles que esse manifesto desmascara. Mas isso é falso. O manifesto é apenas o resultado de um grande trabalho de propaganda de toda a época da II Internacional, é apenas um resumo de tudo aquilo que os socialistas lançaram entre as massas em centenas de milhares de discursos, artigos e apelos em todas as línguas. Ele apenas repete aquilo que escreveu, por exemplo, Jules Guesde em 1899, quando fustigava o ministerialismo (2) dos socialistas em caso de guerra: ele falava da guerra provocada pelos "piratas capitalistas" (En garde!, p. 175); apenas repete aquilo que escreveu Kautsky em 1909 em O Caminho do Poder, onde reconhecia o fim da época "pacífica" e o início de uma época de guerras e revoluções. Apresentar o manifesto de Basileia como fraseologia ou como um erro significa considerar como fraseologia ou como um erro todo o trabalho socialista nos últimos 25 anos. A contradição entre o manifesto e a sua não aplicação é tão intolerável para os oportunistas e kautskistas porque ela revela a profundíssima contradição no trabalho da II Internacional.

O caráter relativamente pacífico do período de 1871 a 1914 alimentou o oportunismo primeiro como estado de espírito, depois como tendência e finalmente como grupo ou camada da burocracia operária e dos companheiros de jornada pequeno-burgueses. Estes elementos só podiam submeter o movimento operário reconhecendo em palavras os objetivos revolucionários e a tática revolucionária. Eles só podiam conquistar a confiança das massas através da afirmação solene de que todo o trabalho pacífico constitui apenas uma preparação para a revolução proletária. Esta contradição era um abcesso que alguma vez haveria de rebentar, e rebentou. Toda a questão consiste em saber se deve tentar, como fazem Kautsky e c.a, reintroduzir de novo esse pus no organismo em nome da "unidade" (com o pus) ou se, para ajudar à completa cura do organismo do movimento operário, se deve, o mais depressa possível e o mais cuidadosamente possível, livrá-lo desse pus, apesar da temporária dor aguda causada por esse processo (Lenin, Revista Vorbote, 1 ed., v. I, n. 1, jan. 1916).

Ante ao exposto, Apesar das críticas, duras e caluniosas críticas imprimidas no livro de Nicos Poulantzas (1980 contra o Partido Bolchevique (mostraremos bem isso ao seguir com nossas explanações), muito diferente ao conteúdo que o grego destilou em seu livro mostrado ao longo deste nosso capítulo de tese, a III internacional que veio neste processo fundada e movimentada, superou e isolou Kautsky, sobretudo os kautskistas, reasentou o pensamento marxiano clássico, incendiando o mundo capitalista por meio da legítima e verdadeira democracia proletária, levando aos trabalhadores aquela necessidade de condenar as posturas dos partidos marxistas europeus estrito democratas que aprovavam em seus parlamentos os votos em favor da I Guerra Mundial como que, com isso, estivessem defendendo os trabalhadores de suas nações Estado, quando acabavam, em verdade, por defender não mais que os seus Estados nação capitalistas.

E, cerca de pouco mais de cinquenta anos depois, é algo próximo o que Nicos Poulantzas insiste: ao defender o conceito e Estado nação e a democracia burguesa enquanto um sentido próprio e superior em si mesma.

Por mais que os poulantzianos entendam que seu mestre não estivesse orientando assim ao longo do livro aqui neste capítulo em comento, ao ele propor dos conceitos de Estado-nação, de blocos dominantes, das disputas de frações burguesas, e de o como o proletariado se inscreveria nesse balanço,

nos valores democratas estritos correlatos, com fito primordial pela sua paixão pela democracia burguesa, o grego, sim, acabou não se afastando dos limites reformistas burgueses estritos.

Uma vez que, colocando as categorias de Poulantzas em ação lá na época de Lenin e Trotsky, permitamos essa especulação: independente das frações burguesas que saíssem vitoriosas daquela guerra; independente que bloco da classe dominante se assentasse no Estado, nos Estados nação, todos capitalistas; o que determinaria todas essas possíveis variantes ao proletariado, não resulta todo modo mais que o próprio metabolismo e o Estado burguês capitalista em si, o ente em sociedade manifesta, já absoluto desde o início do processo de carnificina, reformas e transformações geográfico-político-econômicas, não exatamente apenas aparentes, mas no essencial, ao que pede ao capital e a burguesia dominante, tocada claro em seus blocos e frações pelos conflitos militares, mas, enquanto classe dominante e Estado gestor, segue, ainda que alterado em sua aparência, toda a dominação de classe assegurada durante e no pós-guerra.

Fora disso, aos proletários, algum destino distinto, só se vier reeditado os termos mostrados na Rússia, os trabalhadores tomarem o poder do Estado nação e passem, disso, por avançar em internacionalizar a revolução em levantes nos demais Estados capitalistas nação: aproveitando até o muito que se mostra quando dos conflitos militares estritos burgueses e que a luta não deve ser entre soldados, mas contra os comandos da ordenação nacionalista burguesa em Estado e ou mesmo suas coalizões não proletárias armadas.

Foi nesse contexto que os fundadores da III Internacional Comunista, claramente visada no livro de Poulantzas (como traremos), livro no qual se tenta retratar a mesma como idêntica, como que indistinta nos períodos posteriores próximos ao ano de 1917 e as completas e radicalmente diferentes perspectivas teóricas e ação ideológica praticada nas décadas seguintes ao outubro vermelho, sobre a personalidade e intelecto limitado de Stalin.

Apenas a própria desonestidade intelectual pode admitir essa relação proposta pelo grego: pretender igualar a III Internacional revolucionária, quando encaminhada por Lenin e Trotsky, para além de divergências entre estes dois destacados bolcheviques, situando a Komintern aos expurgos e a ideia de

socialismo num único país, como formulado e adotado pelo Estado Soviético com Stalin e seus epílogos.

Esta falsa acusação que veremos em Poulantzas afasta o forte e sólido conteúdo que Leon Trotsky recupera e mostra em seus textos após a morte de Lenin, dentre alguns já aqui antes citados, em nosso diálogo crítico de passagem com o parcial artigo de Rui Fausto, quando Rui Fausto sequer refere-se ao livro *A Revolução Permanente* (Trotsky, 1985). Em que Fausto, também absurdamente, apenas menciona, mostrando-se completamente desinteressado no texto, das orientações do comitê da Liga dos comunistas de 1950. E a não mostra do conteúdo da Liga é lógica, porque Fausto entrar e incidir no conteúdo e orientação do texto clássico da Liga dos Comunistas destruiria todo o conteúdo do seu artigo parcial. E isso serve também aos termos também do último livro de Nicos Poulantzas: o *Manifesto da Liga* lhe assombra seus piores pesadelos, por isso o grego não entra ao tema deste manifesto comunista: *O Manifesto do Comitê central da Liga dos Comunistas de 1850* destruiria o seu livro, da primeira à última página.

Lembremos, entretanto, em sentido importante e superior em Poulantzas, em relação com toma Domênico Losurdo (2015) que, conforme Marx e Engels, quem assinaram no início da década de 1850 o *Manifesto do comitê central da Liga dos Comunistas*, estabeleceram como absolutamente reacionário uma adesão para com a luta do pequeno proprietário em relação ao grande proprietário: mostrando Marx e Engels que o movimento comunista não deveria se guiar e emprestar razões a defesa dos burgueses, nem grandes, nem médios e tão pouco dos pequenos capitalistas; que tais aceno e orientações, no radical se mostrava uma perspectiva absolutamente inadequada, que desde logo, ante ao próprio movimento da sociedade burguesa mesma, cavaria esses lamentos apenas sua própria sepultura enquanto meras perspectivas pequeno burguesas inexoravelmente fadadas ao fracasso econômico e político: os grandes capitalistas sempre prosperarão em relação ao médio e ao pequeno burguês.

E, disso, ainda que apenas devido alguma condição específica, na qual bem as formulações de Poulantzas, de fração e bloco no poder podem vir aproveitadas, nisso apenas, para deixar bem claro. E ainda disso, percebamos, mesmo que um dos ramos da produção capitalista sofra, tenha alterada ou

mesmo até venha completamente comprometida sua empresa: seja na produção industrial, empresas responsáveis pela logística de transporte, depósito, movimentação e circulação de consumo das mercadorias (comércio interno ou externo, atacado e varejo), mesmo empresas do setor financeiro responsáveis por oferecer movimentação nominal aos dividendos dos ganhos econômicos dos diferentes ramos do capital – sempre e inexoravelmente sob a exploração do mais trabalho retirado da jornada do operário; em suas múltiplas relações, as empresas de negócios fazerem-se mais competitivas e superarem concorrentes fracos, o que resultará não será nada, absolutamente nada, nada além de uma apenas inversão na posição, em que um dado setor ou ramo do capital, que percebia menor capacidade de força e influência junto ao Estado de coisas, em detrimento ou até arranjo com outros ramos que outrora estivessem dentre os blocos proprietários no poder, no poder econômico central e do Estado, dentro de um estrito jogo de interesses egoístas dos proprietários do mercado das trocas de mercadorias.

E tais interesses, até quando de falências motivadas, mesmo quando fiscalizadas pelo Poder Judiciário do Estado, documentando à bancarrota de uma empresa específica, das vezes várias de um mesmo ramo econômico, devido alguma flutuabilidade ou dolo dos sócios proprietários, ante aos olhos patéticos dos sindicatos burocráticos e presos aos conluíus com os partidos eleitorais que os controlam, os apurados "prejuízos" são todos carreados e o quanto antes transferidos aos trabalhadores produtores de valor e valorização do valor, os trabalhadores operários assalariados.

Em suma, seja que posição o titular burguês ocupe no cenário do mercado capitalista, ainda que da sua capacidade maior ou menor de instrumentalizar a condensação do Estado poulantziano ao seu favor, em favor de sua fração dominante, de seu bloco no poder, o que restará disso tudo movimentado, determinado e por fim apurado e prejudicado na luta entre os assentos de maior domínio societário capitalista e nas possíveis e mesmo tendentes meras alterações do bloco no poder, não serão os capitalistas, suas empresas, suas frações, por mais que essas sim sofram dessas afecções, das vezes sérias e até terminais, todo o processo, recairá sobre os ombros dos trabalhadores assalariados em redução da já parca e pobre condição de vida do proletariado em geral.

O capital burguês, por seu turno, nesse mesmo percurso de balanço e reassentamento dos blocos e frações burguesas capitalistas, inexoravelmente, composições sairão, em sua real composição, não nominal, em sua representação econômica em si, em mantido o capitalismo intacto, totalmente intocadas ao largo do próprio processo dessas lutas e disputas entre próprias frações do capital. Claro que, nominalmente, ocorrem alterações, trocas de posição até fusões, exclusões, mas, no radical, enquanto capital, enquanto força e própria classe que dirige o Estado burguês, os resultados se mostram ao fim e ao cabo ao máximo possível no atendimento de interesse dos senhores da indústria, dos senhores do comércio, dos senhores banqueiros, e, no campo, dos senhores proprietários de terras.

E Nicos Poulantzas (1980) apanha e mostra isso em seu livro, sobretudo o como essas disputas entre as frações de classes e bloco dominante no poder do Estado, podem vir afetadas por lutas dos trabalhadores, complicadas, dificultados os simples arranjos: em tudo isso não há o que corrigir Poulantzas.

O que se torna patente de vir em reconhecimento, e este dado teórico foi lavrado muito antes do livro de Poulantzas aqui em comento, embora o grego não tenha exercido nenhum esforço em reconhecer isso ao longo de seu livro: os próprios e clássicos conceitos de Karl Marx, e de o como esses se relacionam com a teoria da revolução permanente, e, mais ainda, o como a III Internacional Comunista bolchevique, antes de Stalin, recupera e orienta aos trabalhadores do mundo. Podemos estabelecer que Nicos Poulantzas ofereceu um desserviço ao marxismo, não só ao omitir, mas ao querer criticar o conceito da revolução permanente sem o mostrar.

Mas, para atacar aos pressupostos da III Internacional Comunista, seu ato planejado com o seu livro, o grego, sem sequer citar as formulações que critica, as mantendo até o final do livro apenas como oponente latente, adotando conceitos e categorias fortes, como admitimos acima, em nomenclaturas e conceitos que sim ele assenta, mas não explica aos seus leitores suficientemente que são termos ligados e até cópias parciais dum quantum científico marxista e que já contavam lavrado acerca desses apenas lemas e dilemas dos patrões e de o como esses princípios egoístas, pautados na realidade econômica ou não, legítimos ou não, certamente afetados pela

organização dos trabalhadores: o livro de O Capital é mais que competente para colocar aos ratos a teoria de Poulantzas neste seu livro aqui criticado.

Isso formulado por Poulantzas, como um achado, das lutas das frações, das alterações da classe e ou bloco dominante, já se reconhece de muito (leiamos as passagens de Kautsky citadas aqui em nosso capítulo mesmo: está tudo lá, está lá em uma orientação superior, orientada em norte equivocado, mas já situa-se também em Kautsky, quem conhecia e muito bem o livro O capital de Marx). E, ainda que sem necessariamente ter leitura de O capital, até um sindicalista estrito burocrático consegue perceber isso que Poulantzas entendeu ter encontrado como chave aos trabalhadores: uma simples luta nominal salarial; o como isso, uma mera luta nominal, complica e bastante as ações e procuras do patronato: complica, mas não compromete, isso precisa vir corrigido no pensamento de Poulantzas.

Sem as relações políticas possíveis e necessárias, disparadas na luta em disputa pelo salário relativo do trabalhador operário, para o que é preciso se superar as atuais cirandas colocadas e dominantes no leque sindical democrata serviçal, sequestrado aos lemas estritos burgueses e fiéis depositários aos governos de plantão em socorro as crises de dominação burguesa (Discutiremos um pouco sobre a luta pelo salário relativo no quinto e último capítulo desta tese).

Assim o problema, um sério problema que Poulantzas lança com seu último livro foi o propor, claramente, que a luta dos trabalhadores não deve vir autônoma ao Estado, pela derrubada do Estado. Poulantzas parece até apontar e esperar que essas pautas agarrem-se nas malhas dos balcões e mesas de negociações burocráticas em si, orientando o grego que essa insuficiente ação levaria sérios complicantes aos capitalistas, suas frações, e, de resto, no que pede ao próprio Estado, nesse passo, tenderia levar a uma crise de dominação.

Poulantzas, ao contrário de reconhecer a crise de dominação burguesa instalada na sociedade, como encontra-se na realidade, omite esse dado histórico, o qual não é determinado e ou controlado pelo Estado, mas sim totaliza-se em uma força latente e altamente perigosa em crises constantes determinadas pelo metabolismo capitalista da produção. Uma forma econômica

e política, econômica capitalista; e, política operária, política operária revolucionária.

Essas manifestações e oportunidades, dependendo de tantas condições e condicionantes, não necessariamente do Estado como pensa Poulantzas, divide-se em crises cíclicas e a crise em plethora: tocaremos isso melhor no quinto capítulo de tese, ao mostrar que a vaga aberta e por vir explorada nas crises capitalistas só se aproxima caso venham forçadas ao máximo pelas ações autônomas dos trabalhadores operários assalariados e organizados em partido revolucionário.

Mas, em Nicos Poulantzas (1980), e é a isso que aqui nos restringiremos, deveriam os trabalhadores, ao contrário do que Marx e Engels estabeleceram nas orientações da Liga dos Comunistas (entraremos melhor nessas orientações clássicas no próximo e terceiro capítulo de tese), passarem a lutar e se envolver de cabeça entre as crises dentre frações capitalistas e bloco econômico no poder. Ou seja, o que mais conta em Poulantzas não é a organização dos trabalhadores, suas formas, seus sentidos, seu programa independente: mas sim o como essas crises entre frações instalariam como que quase que naturalmente crises de dominação.

Isso como que as crises de dominação não estivessem, se assentassem, de tempos em tempos, cada vez mais próximas em termos de temporalidade. Poulantzas (1980) pensa elevar a luta dos trabalhadores ao propor, ao contrário de independência ao movimento comunista, uma completa submissão em direto envolvimento com a trama e porcarias que de tudo desdobram e cheira mal nos mesquinhos interesses das frações de classe burgueses ou de suas ordenações dominantes junto ao seu todo Estado: estejam plenamente no exercício simbólico-nominal do Estado ou não.

Poulantzas orienta para uma união proletária selvagem aos próprios planos da burguesia, envolvendo-se com suas frações, seus blocos econômicos, no poder do Estado, fora deste, entendendo o grego que isso levará para um ponto de rebento, em que, só ali, os trabalhadores iriam, sem destruir o Estado, mas sim o assumindo, nos tons democráticos estritos, em uma orientação tida superior ao clássico e considerado ortodoxo programa da revolução permanente marxiana: a orientação estrito democrática ao socialismo prospectada por este livro de Nicos Poulantzas.

Nicos Poulantzas parece pensar que, independentemente da conduta, das lutas, que modos, que meios se adotem, se exercitem, quando chegar a hora, que seria definida não pelos trabalhadores, por suas lutas independentes, por meio de uma sua autonomia comunista ao capital e ante uma necessária derrubada violenta do Estado: juntando-se ao próprio capital e envolvendo-se com o Estado burguês, pacificamente, democraticamente, em um dado dia, como que num dia de juízo final, mesmo que não desça o salvador, não mais o próprio proletariado, em Poulantzas o proletariado guiado pela classe média, pelos intelectuais de classe, ou não mais de classe, ou de uma classe difusa em construção, viriam esses sábios, em seções de assembleias parlamentares burguesas em transição democrática ao socialismo, solucionar a crise capitalista e estabelecer o bem máximo aos trabalhadores de seus respectivos países nação democrata.

Mas, apesar da orientação de Poulantzas em seu último livro, o marxismo em sua ortodoxia, toma e orienta que o programa marxiano já mostrou de muito que o socialismo não é aproximado se não se rume para este horizonte. E a autonomia dos proletários é uma condição inafastável para a construção dos verdadeiros caminhos de transição ao socialismo: e, gostem ou não os poulantzianos, independência aos operários é uma condição efetivamente afastada no livro de Poulantzas.

Poulantzas parece imaginar, caso sua teoria difusa fosse acatada, caso fosse a mesma viável, o que notadamente não o é: em um dado ponto, indefinido, os trabalhadores encontrariam uma consciência oculta que estariam, a cada passo, a cada aplicação da teoria do grego, junto ao Estado e amparado nos interesses das frações e blocos dominantes flutuantes, tendo suas pautas negadas, apesar de virem subordinando suas necessidades e anseios em jornadas políticas depositárias e tributadas nas lutas das frações capitalistas, mesmo esperando apoio e pugnando por esperança junto ao Estado e ao parlamento burguês, cegamente.

Mas Poulantzas não explica o como isso seria aproximado. Afinal, o como se daria o salto de qualidade que o grego advoga existir em potencial em seu livro. Quando chegar a hora, suponhamos que ela pudesse nestes termos chegar, como ali então será transformada a tranquilidade e ingenuidade proletária desarmada e presa no parlamento de paletó em uma luta

revolucionária, e, reconheçamos, a isso ao menos Poulantzas de fato tentou incidir. Expomos pouco abaixo o como o grego ponderou tudo isso como que possível, viável, mais ainda, enquanto uma condição de tipo: ou será assim ou o socialismo não virá jamais.

Por nossa parte, combateremos essas ideias fabulosas com o quinto capítulo de tese, retomando as orientações clássicas de lutas operárias, lutas salariais e políticas em espiral, um programa operário independente posto e movimentado em luta proletária pela revolução e a instalação da ditadura do proletariado.

Mas, aqui, ainda seguiremos, detalhadamente, mostrando dos problemas na tese poulantziana. E aqui, nessa altura de nosso capítulo de tese, pelo já mostrado e pelo que se seguirá abaixo, apesar de semelhanças aparentes, vão mostrando-se e restando disso mais claras as não discretas diferenças entre o pensamento poulantziano e o marxiano.

E, se para Marx, Engels, conforme orientaram nas teses adotadas na Liga dos Comunistas em meados do século XIX, as pautas das organizações operárias e proletárias, ao relacionarem-se com os democratas estritos deveriam sempre guiar-se por um passo para mais, para frente: se os democratas proporem x, os operários deveriam avançar e exigirem x mais; se os democratas ponderassem do x mais, os operários deverão então requerer dois x. E isso era orientado dado ao reconhecimento de que, atuando deste modo, em uma ação tática e já estratégica, o movimento comunista mostrando aos trabalhadores as contradições e diferenças, profundas diferenças, colocadas entre as pautas, âmbitos e meios procurados pelos socialistas, em comparação as teses em arautos democratas burgueses.

Aqui a Liga tentava atuar para organizar cada vez mais os trabalhadores operários, ampliando suas consciências sobre os pesos postos, para o que, necessariamente, estava situado o fundamental ato em vir denunciar e superar os trilhos conservadores reformistas procurados pelos modestos papéis dos escribas da imprensa democrata e de seus representantes ainda mais idealistas assentados no parlamento do Estado capitalista opressor.

Este ato guardava estreita relação ao sério programa orientado pelo movimento comunista de meados do século XIX. E, para tanto, fazia-se e se segue como fundamental o preciso caminho por desvincular-se dos princípios

democratas estritos, mesmo das ideias errôneas de supostas fissuras na ossatura do Estado como proposto por Nicos Poulantzas (1980), enquanto uma tarefa maior de construção de autonomia completa da organização política da classe operária, em aproximação de uma condição em que os trabalhadores organizados em seu partido venha alcançar e se mostrar capaz de exercer e sustentar a sua consciência de classe revolucionária, em preparação e andamento das reais e radicais tarefas historicamente colocadas ao proletariado que luta pela liberdade não nominal e que apreende que precisa quebrar as correntes dos grilhões burgueses.

E é nada menos que isso que o livro aqui em comento de Nicos Poulantzas inverte. Se Marx colocou a dialética, de cabeça para baixo que estava em Hegel, mostrando a mesma em seu movimento vertical; em Poulantzas, ele considera e orienta ser possível, que alterações apenas nominais, em perspectivas estrito democráticas localizadas proximal e ou até junto ao Estado e seu entorno burocrata periférico, em um estado de coisas não mais infernais de relações em que atuam as frações, os blocos econômicos dominantes, envolvendo os próprios trabalhadores, com seus interesses maculados e postos enquanto pautas difusas, como que a sociedade tivesse alcançado, talvez por meio da própria sabedoria dos intelectuais de ação democrata estrita, apreender a manobrar e assim posicionar tantos elementos da teoria marxiana ao gosto da esquerda em luta metafísica.

E mais crítico, em Poulantzas (1980), que esses achados e tidas conclusões inéditas levariam ao socialismo. Em que, ao contrário da formulação clássica marxiana para as determinações societárias, base da dialética política marxiana, na perspectiva poulantziana, esta fixa-se em pautas abstratas tomadas e confundidas pela própria estrita democracia burguesa. Uma proposta por atuação de diversas e conflituosas forças, até de forças antagônicas, mas sempre antecipadas e impedidas em tudo que possa escapar ao controle racional e ideológico democrata de concerto, em especial no que possa se mostrar desvelador do antagonismo das classes assim mantidas em aproximação e em um enlace pacífico duradouro.

Para tanto Nicos Poulantzas orienta por uma diversa e ampla participação, interna, externa e ou mista junto até ao próprio Estado e aquelas

quase intermináveis gradações estamentais prometentes garantidoras sociais, bolhas não mais que epidermes sequer percebidas pela pele grossa do monstro mastrodonte gestor dos negócios e força armada protetora do capital.

O caminho poulantziano seria aproximado não apenas nos termos de participação democrata conselhistas. Embora, sim, Poulantzas assente e mesmo oriente para uma participação conselhistas, esta não se daria, em Poulantzas (1980, pp. 159-160), nos termos clássicos dos Soviéticos. Mas sim numa relação estreita ao Estado, suas gradações burocráticas e jurídico parlamentares: isso seria e representaria ainda mais complexo nos termos da jornada de transição de libertação e de distante aproximação ao socialismo na perspectiva poulantziana.

Esse movimento viria ante um amplo e inexorável apoio e até fusão completa aos parâmetros estritos democratas progressistas, como que por meio de pautas e passos, elaboradas e tomados em meio da luta pelos interesses indiretos do trabalhador operário, do camponês e de um proletariado, um proletariado já bem dissolvido e interpretado enquanto novas e extensas composições, bastante estranhas em comparação as clássicas definições marxianas de classe proletária.

Essa também uma atualização e associação estrito democrata, em Poulantzas, como tão bem mostrado em outros livros seus, já citados aqui neste próprio capítulo, em que se assentariam e envolveriam-se desde variações profissionais elevadas, representações "corporativas" difusas e distintas ao operário e trabalhador camponês, o que levaria ao manifesto de outros pontos de composição ideológicos, com destaque uma ideia de elites salariais e de consciências evoluídas, o que conformaria algo próximo de uma classe média possível de vir disputada, mesmo com capacidade de exercer o cerne guia de um compromisso com o âmbito da luta de classes e perspectivas que podem vir assim representar, em Poulantzas, enquanto forças capazes de compor um agrupamento não clássico proletário radicalmente críticos ao capital e as desigualdades, sempre postas no plural. Mas até aqui Poulantzas não é nada inédito: Marx já abordou essa esperança do grego em seu livro O 18 Brumário, mas, em nada próximo aos termos eleitos pelo grego aqui (disso já tratamos no capítulo anterior).

E essas perspectivas poulantzianas, este pensamento democrata estrito, observaria tantas mudanças, nuances: supostamente não previstas pelo pensamento clássico marxiano. E, disso, orienta-se para uma atuação e condução da luta de classes em formas dicotômicas, de suposta condensação de forças e disputas, inclusive dentre os próprios órgãos do Estado nação.

E se Karl Marx não se preocupou, com maior ênfase, em escrever sobre o conceito de Estado em si; tão menos preocupou-se em disputar a definição do discreto termo hoje tão tomado e propalado Estado nação – como no próprio Poulantzas (1980); e, mais agudo e complicado ainda, como formulado em Losurdo (2015).

Marx, diferente da perspectiva dos marxistas democratas ou mais afetos as ditaduras de esquerda; como Poulantzas (1980), marxista democrata convicto, ou do quase advogado de defesa do legado de Stalin (Losurdo, 2015); parece que ele concebia o Estado Burguês em sua ampla estrutura de relações mercantis, em tudo relações econômico-políticas, e independentemente de fronteiras entre países. O que não quer isso significar que Marx não considerava: as fronteiras dos países; a evolução interna dos conflitos em cada uma das repúblicas burguesas; mesmo fenômenos outros em territórios em que sequer ainda se contava com uma república. Ante o que um correto entendimento e limite do conceito de democracia se mostra fundamental: este será o tema central do nosso próximo capítulo.

Nesse vasto em tema e em tudo, Marx, apesar de considerar tantas diferenças, questões internas e regionais, políticas e mesmo de contornos e relações nominais capitalistas influentes, reconhecer tudo isso não afastou um milímetro Marx de conceber o Estado Burguês enquanto um ente não apenas unificado, mas unificado e imbuído na opressão da classe operária aos níveis local e internacional.

Por seu lado, se Nicos Poulantzas viveu e com todo direito exerceu suas teses em disputa e debates no seio comunista francês de sua época, quando o grego indica ter precisado combater tantas ideias que ele avaliou ali insuficientes. Embora deste direito, mesmo dever militante, certo ou errado estivesse Poulantzas ali, a leitura que essas suas ideias aqui comentadas tem alcançado, cegando e mediando posições e teses tão apequenadas, isso apenas nos mostra o quanto e como o grego poderia ter encontrado outras

formas, mais eficazes inclusive, de combater aos pensamentos e orientações que Poulantzas ali tomava enquanto seus adversários.

Embora, por certo, não afastamos, em nada, também no campo da teoria marxista, os bons combates apenas carregarem seus logros se mirarem e combaterem, com a maior exaustidão possível, com todo o rigor em mãos do crítico, com toda a precisão, os adversários teórico conceituais.

Aliás, destaquemos, é exatamente esse movimento, absolutamente legítimo, que provoca o próprio desenvolvimento mútuo entre as teses marxistas em conflito, das vezes num estado forte de combate mesmo, em absorção, compreensão, refutação e no processo a própria procura de necessária anulação no todo ou em parte de dadas leituras e inserções: e foi o que tentou Nicos Poulantzas em relação a teoria marxiana e a aquela sua concepção herdeira, a legítima III Internacional.

De modo que, não estamos aqui, em parte alguma, propondo escape aos sérios debates, evitar-se as críticas, apenas pedindo que as mesmas sigam o caminho intelectual e político adequado, suficiente e mesmo devastador: mas, para se devastar essa ou aquela teoria, é preciso, além da intenção, propor e se colocar aos enfrentamentos concretos e reais encontrados.

E, embora também as nossas observações encontrem-se em condição muito longe de sequer aproximar tantas questões complicadas no que apenas tocamos aqui, quiçá qualquer ideia ingênua de esgotamento do tema. Ao mesmo tempo, não podemos evitar o dispor, trazer e comentar aqui que, ao Nicos Poulantzas indicar da ossatura do Estado, da sua posição do espiral estrito democrata em condensação necessária junto ao próprio Estado burguês nação, embora das reais flutuações regulares (de muito reconhecidas pelo movimento comunista), distribuídas em suas frações, as quais alternam dominação junto das organizações proletárias e em leituras acerca do papel ou papéis possíveis junto ao seio do Estado, ainda que não necessariamente de forma idêntico ao conceito de Estado ampliado, como proposto pelos gramscistas, se não pelo próprio Gramsci, em que, tentando se colocar diferente da escola italiana, o grego enxerga e entende necessário vir orientado um novo programa aos proletários, conforme resta claro e evidente manifesto ao longo deste seu livro, fruto resultado de suas análises acerca dos temas

(Estado, classes, frações de classe, condensação de forças, das variações e flexibilidades nas formas e dinâmicas da luta de classe e lutas de classes, enfim, na sua evidente procura por mostrar da diluição do Estado numa perspectiva de condensação móvel que lhe permitiria colocar um importante problema referente "à ascensão das massas populares e de suas organizações políticas ao poder, numa perspectiva de transição para o socialismo", escreve ele:

Certamente esse processo não pode se deter na tomada do poder de Estado e deve se estender à transformação dos aparelhos de Estado: mas isso supõe sempre a tomada do poder de Estado. a) Dada a complexidade de articulação dos diversos aparelhos de Estado e de seus setores, o que com frequência se traduz em uma distinção entre poder real e poder formal (este, aparente, da cena política), o fato de a esquerda ocupar o governo não significa forçosa nem automaticamente que a esquerda controle realmente os, ou mesmo alguns, aparelhos de Estado. Tanto mais que essa organização institucional do Estado permite à burguesia, no caso do acesso das massas populares ao poder, permutar os lugares do poder real e poder formal. b) Mesmo no caso em que a esquerda no poder, além de ocupar o governo, controle realmente os setores e aparelhos de Estado, nem por isso ela controla forçosamente aqueles, ou um entre eles, que detêm o papel dominante no Estado, que constituem o pivô central do poder real. A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle. Há mais: a organização institucional do Estado torna possível à burguesia permutar o papel dominante de um aparelho por outro, no caso em que a esquerda ocupando o governo conseguisse controlar o aparelho que, até então, desempenhasse o papel dominante. De outra maneira, essa organização do Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico. Essa permutação do papel dominante entre os aparelhos dada a rigidez dos aparelhos de Estado que os torna refratários à uma simples manipulação por parte da burguesia, não se faz certamente do dia para a noite, mas acompanha um processo mais ou menos longo: essa rigidez e ausência de maleabilidade também podem assumir um papel desfavorável à burguesia e deixar um espaço para a esquerda no poder. Mas esta permutação não tende a reorganizar a unidade centralizada do Estado em torno do novo aparelho dominante, centro-refúgio por excelência do poder burguês no seio do Estado,

mecanismo constantemente em marcha ao longo de uma situação na qual a esquerda tenha o poder. Mecanismo complexo que pode encobrir várias formas algumas das quais aparentemente paradoxais: particularmente a função decisiva que assumem repentinamente aparelhos-instituições que até então tinham um papel perfeitamente secundário senão simplesmente decorativo (...). c) Isso não é tudo: as contradições internas e os deslocamentos entre poder real e poder formal não se situam unicamente entre os diferentes aparelhos e setores do Estado, mais igualmente no seio de cada um deles, no sentido em que o centro real de poder em torno do qual cada aparelho se organiza não se situa igualmente no cume de sua hierarquia tal como se apresenta na cena da função pública: isso vale tanto para a administração, polícia ou exército. Do mesmo modo, senão mais, que em termos de aparelhos verticalmente centralizados, é preciso raciocinar aqui em termos de núcleos e focos de poder real situados em lugares estratégicos dos diversos setores e aparelhos de Estado. Mesmo quando a esquerda no poder consegue controlar, em sua hierarquia formal, os devidos cumes, ou aparelhos dominantes do Estado, resta saber se ela controla realmente seus núcleos de poder real (Poulantzas, 1980, pp. 159-161).

Com isso, conforme as próprias letras e exatas palavras de Nicos Poulantzas, tomando as inúmeras divisões internas do Estado, responsáveis pelo funcionamento concreto de sua autonomia relativa e o estabelecimento de sua política, seguiria disso mediado, através das fissuras na sua ossatura, as quais não se reduzem às existentes contradições entre as classes e frações do bloco no poder: "dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente às classes dominadas " (Poulantzas, 1980, p. 162).

Desta forma, para o grego, os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas.

Em que, de maneiras variadas, em formas e conteúdos bastante alteráveis, os aparelhos de Estado procuram organizar e unificar o bloco no poder, e, ao mesmo tempo, nessa atuação, corrobora em desorganizar e dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e com isso atuando também para curto-circuitar suas organizações políticas específicas. Sobre o que redigiu diretamente Poulantzas:

a autonomia relativa do Estado diante de tal ou qual fração do bloco no poder é necessária igualmente para a organização da hegemonia, a longo termo e de conjunto, do bloco no poder em relação às classes dominadas, sendo imposto muitas vezes ao bloco no poder, ou a uma ou outra de suas frações, os compromissos materiais indispensáveis a essa hegemonia (Poulantzas, 1980, p. 162).

Nicos Poulantzas aqui acima antecipa e mesmo já procura, declarada e deliberadamente, desculpar as esquerdas que adotarem e ou minimamente venham compor e adaptar suas orientações proletárias em focos de lutas para dentro e ou no entorno indeterminado do Estado.

E o espirituoso dessas orientações ao proletariado, para com suas organizações, é que Poulantzas não se interessa em mostrar, conforme a centelha marxiana nos exige, o como, nesse processo orientado, se daria o amadurecimento das consciências e das lutas da classe operária e do trabalhador camponês.

E embora isso não reste claro, parece o autor ter trabalhado para isso vir assim, em orientações difusas. Essas "não orientações", no entanto, sem dúvidas, encontram-se em oposição aos termos das orientações bastante claras do Manifesto do Comitê da Liga dos Comunistas, ainda lá no início da segunda metade do século XIX.

Se lá, exponhamos novamente, para reforçar a orientação clássica, a orientação era de um crescente afastamento das proposições democratas estritas, dos socialistas vermelhos, conforme claramente redigido no manifesto do Comitê central da Liga (ainda discutiremos bastante isso no próximo capítulo); em Poulantzas, totalmente em oposição da orientação clássica, o caminho é deliberadamente por vir unir-se aos democratas, se inserir nas células infernais do Estado, e, mesmo considerando as condições da exploração assalariada e do trabalho rural, assumir, trilhar e manter-se firmes no meio técnico jurídico estatal, mediado pelo político, um político limitado, limitado ao próprio espaço democrático parlamentar e o executivo governamental na república burguesa do Estado-nação, enquanto espaços privilegiados disputado com as frações e bloco dominante no poder.

Esses passos devendo vir seguidos ainda que torne-se necessário recuar e mesmo ceder as pautas operárias aos sentidos parciais e reformistas

das relações com as lutas mediadas na pressão das frações e bloco econômico forte e ou até fragilizado no poder de direção da sociedade.

E isso equivaleria, falando diretamente, em sequestrar as pautas dos trabalhadores e as fazer assim se sucumbir aos interesses disputados pelas classes em fração não dominantes e ou dominantes em uma formação tendente por assentamento de condições de dado enfraquecimento e possível potencial de atuação nesse desequilíbrio em movimento.

Sobre isso, sobre o não programa clássico para se vir colocar em andamento as oportunidades que poderiam se abrir, ainda que o livro de Nicos Poulantzas prometa esclarecer sobre O Estado, o poder, o socialismo, de uma transição democrática ao socialismo, deste seu programa nada mostra em termos sólidos e coerentemente com sua tese.

Ao contrário até, apesar de adotar parcialmente os termos clássicos da teoria marxiana em algumas de suas passagens textuais, no que talvez tenha parecido para Poulantzas importante para tentar dar notoriedade ao seu livro, oculta, até onde pôde, o sentido efetivamente procurado no livro, de dar por superada, mesmo sem oferecer qualquer mostra de razões para tanto, salvo aquelas comuns de um democrata pressionado, os termos da teoria da revolução em permanência proposta por Marx.

Afinal, mesmo porque, bem diferente do que sugere o grego Nicos Poulantzas em seu livro aqui em comento, embora das diversas frações do capital, capital monopolista, capital não-monopolista, capital industrial, bancário ou comercial; e essas não sustentem estas composições do capital sempre as mesmas contradições com as classes populares (ou uma ou outra dentre elas, palavras de Poulantzas; e de que, portanto, suas atitudes nesse aspecto não conformam-se idênticas; em que as distintas e até das vezes diferenças de tática, mesmo de estratégia política entre elas, numa conjuntura dada ou a mais longo prazo, frente às massas populares, revestem essas muitas possíveis diferenças: "um dos fatores primordiais de divisão no seio do próprio bloco no poder" (Poulantzas, 1980, p. 164).

E, sobre esta questão, em particular, Poulantzas pede ao entendimento de que, embora um grupo de certos países capitalistas possam se constituir, e seguir capitalistas, "não se pode deixar de mencionar as diferentes políticas seguidas, frente aos mesmos problemas, pelos diferentes Estados"

(Poulantzas, 1980, p. 165). Ou seja, convida ao fator de que sim é. O grego admite por verdade existir um acordo de fundamento entre as classes e frações dominantes quanto à sustentação e reprodução da dominação e exploração de classe, mas, também, seria propriamente: "falso acreditar em um acordo sobre uma política unívoca, a todo momento, diante das massas populares" (Poulantzas, 1982, p. 165).

Para tomarmos suficientemente esclarecidas as ideias formuladas pelo grego aqui em seu livro, ao novamente ele parecer tentar se antecipar, e desculpar-se aos termos que talvez soubesse que suas proposições encaminhariam, sobretudo se exercidas em desacordo e fora dos princípios de trato com os democratas identificados pelo Manifesto da liga dos Comunistas, a qual orientava, se não ao rompimento imediato, mostrava como caminho reto as propostas das organizações comunistas virem em crescentes atos por desmentir as propostas reformistas dos democratas socialistas estritos da época. Para tomarmos bem essa distinção, leiamos mais uma citação de Nicos Poulantzas e consideremos se a mesma não serve, como uma luva, para justificativas de todos os modos e tipos de acordos que entidades proletárias e partidos de esquerda eleitorais desenvolvem nos dias atuais, e já desde muito tempo, em pactuações com o bloco dominante e frações da mesma classe burguesa, negociando e entregando sem qualquer pudor a pele do proletariado ao curtume, seja ao empresariado capitalista seja ao Estado burguês em si, ou indistintamente: do tipo quem paga mais, ou ofereça mais cargos ou votos no penar do sufrágio estrito ao qual os operários e camponeses tem sido crescentemente caridosos como gado:

Tanto é assim que, desta vez em sentido contrário, as diversas frações do bloco no poder procuram muitas vezes, segundo suas próprias contradições com as massas populares, assegurar-se, por diversas políticas, de seu apoio contra outras frações do bloco. Ou seja, utilizá-las em suas relações de forças com as outras frações desse bloco, com o fim quer de impor soluções mais vantajosas para si, quer de resistir mais eficazmente às soluções que as prejudicam em relação a outras frações: compromissos do capital monopolista com certas parcelas da classe operária ou com a nova pequena burguesia (as camadas médias assalariadas) contra o capital não-monopolista, compromisso deste com a classe operária ou a pequena burguesia tradicional

(comerciantes, artesãos) contra o capital monopolista. Tudo isso que se condensa nas divisões e contradições internas do Estado, entre seus diversos segmentos, redes e aparelhos, e no seio de cada um deles (Poulantzas, 1980, p. 166).

Percebamos que para Poulantzas são as frações de classe e ou o bloco dominante que levam aos descaminhos aos trabalhadores: não as organizações democratas e pelegas que tem carreado o proletariado como gado ao abate e o pondo ao todo serviço dos burgueses. Uma leitura lamentável e completamente fora da realidade. Evidentemente se Nicos Poulantzas admitisse essa realidade, sua tese cairia por terra, por isso ele tenta afastar isso, lacuna e necessidade, criada artificialmente pelo próprio grego em seu livro, para disso propor o próprio remédio: que não é outro que a sua própria tese no livro, as lutas democráticas como cerne ao proletariado.

Nesse sentido, Nicos Poulantzas segue explicitando e melhor mostrando seus planos, sem qualquer programa, propondo os termos: "fazer ou não o jogo do poder; integrar-se ou não ao Estado; depende da estratégia política seguida; mesmo que, chamando Foucault, situe o fato da "plebe" estabelecer para si uma estratégia que a "integra" no poder substancializado, que a faz abandonar o fora-de-lugar absoluto do poder, o "não-lugar" de fato, para reintegrá-la em suas linhas"; arrematando neste seu trecho o grego:

a) É sabido que essa estratégia deve ser fundamentada na autonomia das organizações das massas populares: mas atingir essa autonomia não significa para as organizações sair do terreno estratégico da relação de forças que é o Estado-poder, assim como para as outras organizações (sindicais ou qualquer outra) colocar-se fora dos dispositivos de poder correspondentes, como se isso fosse possível, segundo a velha ilusão anarquista, no melhor sentido do termo. Organizar-se no campo do poder não significa, tanto num caso como noutro, que essas organizações devam inserir-se diretamente no espaço físico das instituições (isso depende das conjunturas), nem, o que também acontece, que elas devam reproduzir sua materialidade (muito pelo contrário). b) É sabido igualmente que as massas populares devem, paralelamente a sua eventual presença no espaço físico dos aparelhos de Estado, manter e desenvolver permanentemente focos e redes a distância desses aparelhos: movimentos de democracia diretamente na base e redes de autogestão. Mas estes

não se situam, por mais que visem aos objetivos políticos, nem fora do Estado nem, de qualquer maneira, fora do poder, conforme as ilusões simplistas de uma pureza anti-institucional. E ainda: colocar-se a qualquer preço fora do Estado quando se pensa em situar-se por isso fora do poder (o que é então impossível) pode ser muitas vezes exatamente o melhor meio de "deixar o campo livre para o estatismo", em suma, recuar nesse terreno estratégico diante do adversário (Poulantzas, 1980, p. 177).

Assim, para o grego, conforme formulado no livro, "apenas essa concepção teórica do Estado"; "apenas essa teoria do Estado capitalista pode explicar as formas diferenciais e as transformações deste Estado", defendendo em si aqui a sua tese, segue Poulantzas:

Ela, unicamente, pode articular os efeitos no Estado, ao mesmo tempo das modificações das relações de produção/divisão social do trabalho e modificações nas lutas de classes, mais particularmente lutas políticas. Somente quando se percebe a inserção da dominação política no arcabouço material do Estado enquanto condensação de uma relação de força é que se pode romper com a formação dogmática de gênero "todo Estado capitalista é um Estado da burguesia", e compreender o complexo papel da luta política na reprodução histórica desse Estado (Poulantzas, 1980, p. 183).

O autor desta passagem tão clara e inesgotável aos seus adeptos, defende que para se circunscrever o conteúdo político dessas funções estratégicas frente ao bloco no poder, ou frações de classe em disputa pelo poder, seria em caminho preciso tomar as coisas pela raiz e isso nos colocaria ante a seguinte questão: porque tais ou quais medidas econômicas são tomadas exatamente pelo Estado e não diretamente pelo capital propriamente, perguntando o grego: "isso se deve apenas à ação de "razões econômicas?" (Poulantzas, 1980, p. 207). E, em ato contínuo, em uma retórica tida científica, responde para si mesmo:

Essa é a questão chave, tanto mais que um estudo preciso das diversas formações capitalistas nos revela um fato absolutamente importante: não existem praticamente funções econômicas que não possam ser preenchidas senão pelo Estado. Com exceção de

funções tais como a fiscalização, por exemplo, elas foram ou são preenchidas, segundo as diversas formações sociais e segundo os diversos períodos históricos, quer pelo Estado, quer diretamente pelo próprio capital, ou ainda pelos dois. Desde o estabelecimento da infraestrutura ou das "condições" materiais gerais da produção (estradas de ferro, transportes, comunicações, etc.) à gestão monetária, moradia, saúde, ensino, os equipamentos coletivos, a qualificação da força do trabalho, até as modalidades concretas personificadas pela concentração-centralização do capital, a lista seria longa. A história do intervencionismo estatal não é nem uma história homogênea nas diversas formações sociais, nem uma história linear de um Estado acumulando e adjudicando, progressivamente, tais ou quais atividades ou domínios econômicos intrínsecos: é uma história de desenvolvimento desigual segundo as diversas formações, com avanços e recuos (6). Isso não pode ser inteiramente explicável apenas por razões econômicas (Poulantzas, 1980, p. 207).

Nicos Poulantzas, novamente aqui no seu livro parecendo ter preocupado-se mais com as questões das classes dominantes do que aos interesses e necessidades da classe operária e aos anseios do campesinato trabalhador, sobretudo em relação de quais seriam então as suas fórmulas centrais para uma organização da luta de classes e superação do Estado burguês, opta por referir-se para com as relações entre Estados e ou entre os capitais dispostos e ou disponíveis em cada nação capitalista, chegando aos termos que ele nomeia por ajuda direta, sob formas múltiplas, do Estado ao capital monopolista, em detrimento do capital não monopolista.

Nicos Poulantzas cita como exemplo disso as subvenções e encomendas públicas, tarifas preferenciais, etc. Para Poulantzas essas medidas se inscrevem, "elas também" (palavras exatas de Poulantzas), "na trama geral das relações políticas de forças entre frações do capital", em que, nessas próprias relações econômicas e políticas:

Elas se chocam com as resistências do capital não monopolista, cuja existência, termo da relação de forças, se expressa sob a forma de limites impostos ao Estado em sua ação em favor do capital monopolista, ação que deve ser duramente negociada (diversos "paliativos" e "contra-medidas") com o capital não monopolista. Já então, observa-se: a extensão atual do setor público e das funções do Estado não corresponde apenas às necessidades econômicas. Mas trata-se aí de um

fenômeno essencialmente político, que não pode ser explicado por uma simples penhora pelo Estado de um capital monopolista, que teria obtido sua unificação e a exclusão do capital não monopolista do terreno da hegemonia política. Se ele está certamente ligado a esta hegemonia, isso diz respeito, mais fundamentalmente, às formas de dominação do capital em seu conjunto, pois ele é também uma resposta à atual acentuação das contradições sobre o terreno da dominação política (Poulantzas, 1980, pp. 211-212).

Ao Nicos Poulantzas mostrar essas relações ele coloca que o Estado capitalista absorve essas necessidades e, ao médio prazos, tende conseguir traduzir parte disso enquanto anseios dos trabalhadores, enquanto pleitos inseridos e desdobrados das próprias relações capitalistas gerais de exploração, em termos tais que inscrevem-se enquanto: "funções do Estado a favor das massas populares" (Poulantzas, 1980, p. 214).

E o grego segue, indicando que, de "outra parte" (as aspas são do texto de Poulantzas), o Estado age em funções econômicas a favor do capital, de modo que, todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as que atenderiam necessidades das massas populares, tendem ao final e a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada, assentando sobre o seu grande problema programático Poulantzas:

É levando em conta a relação de forças com as classes dominadas e suas resistências, que o Estado leva a cabo as medidas essenciais em favor da acumulação do capital e elabora-as de maneira política, ou seja, de maneira tal que elas possam, por meio de certas concessões às classes dominadas (as conquistas populares), garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares. Não apenas o Estado assegura esse mecanismo, mas ele é o único a poder assegurá-lo: as classes e as frações dominantes, entregues a si mesmo e a seus interesses econômico-corporativos a curto termo e contraditórios, se revelam incapazes disso. Enfim a assunção pelo próprio Estado de certas reivindicações materiais populares que podem encobrir, no momento em que estão impostas, uma significação bastante radical (ensino público livre e gratuito, segurança social, assistência-desemprego, etc.), pode a longo termo favorecer a hegemonia de classe. Essas "conquistas populares" podem, quando de uma mudança

da relação de forças, ser progressivamente despojadas de seu conteúdo e carácter iniciais, e isso de maneira oblíqua e dissimulada. Ainda que essas retiradas ou recuadas, efetuadas pelo capital em pessoa nos casos de funções econômico-sociais diretamente preenchidas por ele, corressem o perigo de provocar explosões sociais muito mais graves (Poulantzas, 1980, p. 214).

Mas, comparemos este pensamento de Poulantzas ao que o pensamento comunista clássico tomava e entendia. Ora, mas não seria absolutamente o oposto da tese do grego que tomavam em lição e orientavam Karl Marx e Engels pela Liga dos Comunistas, pugnar por um Estado o mais livre possível, em que pese ali em meados do século XIX também aqueles democratas prometiam o que não poderiam entregar. E o caso e ação dos comunistas não era amenizar a crise e ou dizer que isso ou aquilo, as promessas dos democratas, não podiam vir alcançadas. Ao contrário, as propostas dos comunistas deveriam sempre ir numa crescente, exigindo sempre mais: dialeticamente, sempre ensinando a classe operária a reivindicar justamente o que não poderia ser garantido pelo Estado capitalista: se os democratas chegassem a propor isso, os trabalhadores deveriam requerer aquilo; se os democratas estritos acenassem com aquilo, os trabalhadores deveriam requisitar um muito mais e distinto a pauta avançada dos democratas.

Para Nicos, este bom grego, não seria, neste mesmo sentido clássico o movimento das suas propostas e o posicionamento do proletariado se situa bem diferente, seria necessário não deixar o Estado capitalista apenas aos burgueses e aos democratas, mas sim orienta por uma atuação do proletariado até junto das frações burguesas, pactuando com aquelas facções de classe em seus interesses mesquinhos, quase sempre absolutamente transitórios.

Nicos Poulantzas em seu livro orienta e espera que os conflitos de classes se assentem e venham desenvolvidos nas próprias margens do Estado e de seu entorno. Com esta proposição, além de desorganizarmos a classe trabalhadora, se estaria, ainda, por fim e ao cabo, contribuindo com que os esforços dos trabalhadores venham até reduzir os conflitos das frações, entre frações e das frações com o bloco dominante no poder do Estado.

Com isso, ante essas ideias do grego, não se estaria permitindo inclusive o fluir protegido e salvaguardado pelo Estado (ao contrário de os trabalhadores levantarem suas teses independentes, em anseios maiores e próximos, em tendente avante proletário), mantendo esses níveis de luta presos aos meros e estritos interesses mesquinhos das frações e do bloco dominante, ainda que em tom pseudo crítico, como que atuando o proletariado em um ponto de equilíbrio provisório das tensões da classe dominante, das disputas carnais entre os capitais.

Mas essas crises, esses confrontos entre frações burguesas e blocos dominantes, reúnem e resultam em manifesto de uma crise de dominação burguesa. Crise esta que precisa vir aprofundada pelo proletariado, não esfriada por meio de atos e reates por meio do Estado e ou em seu entorno de pressão democrática estrita, em perspectivas reformistas que procuram frear ao máximo possível a contradição capitalista, controlar os antagonismos de classes manifestados entre os operários e a burguesia.

A crise de dominação de classe, conceito ausente no livro do grego (naturalmente ausente: seu conteúdo não permite menção a esse conceito marxiano), é justamente o campo político aprofundado que pode vir conduzir para um melhor organizar da luta revolucionária da classe operária, enquanto o andamento político de reivindicações proletárias independentes, em preparação das condições subjetivas para o enfrentamento direto e em cumprimento da tarefa em processo de revolução permanente vir derrotar a burguesia e seu Estado.

Questões clássicas, embora notadamente não possam vir respondidas neste livro de Nicos Poulantzas, entendemos que o conteúdo reformista instruído por Poulantzas, ainda do título forte escolhido ao livro, o seu êxito nominado em sua capa e contracapa não logrou êxito, nem de longe do que a obra sugere: salvo se o intento fosse o de oferecer meios para a perpetuação da exploração assalariada e acenar possibilidades de saídas para as crises do capital, termos tais que indiscutivelmente não reunia o intento das formulações do grego.

E embora isso com certeza não tenha reunido o objetivo de Nicos Poulantzas, os não poucos problemas conceituais formulados no livro saltam aos olhos. Assim apesar do que Nicos Poulantzas por vezes se orientou em

parte ao escrever seu livro, em particular ao assentar certos dados clássicos do Estado; alguns conceitos e problematizações acerca da exploração assalariada; alguma mostra do contorno do Estado controle e policial; em termos tais que pudessem lhe manter de algum modo no marco da teoria marxiana; o grego constituindo-se em um brilhante quadro intelectual; apesar de tudo isso, ao aproximar o final de seu livro, em uma inspiração que talvez o colocaria dentre muitos ídolos e figuras conhecidas dos Estados Unidos da América do Norte, da Europa, aqueles bons meninos de princípios e apegados aos sonhos da cidadania burguesa, dessa democracia de veiculação de ideias, como que ideias livres e sem qualquer barreiras, em um horizonte qualitativo supostamente superior, semelhança enfraquecida dado ao foco temático apenas, Nicos Poulantzas, embora do título audacioso deste seu livro, a sua também esperança não juvenil é notável ao estabelecer do que estaria ali em 1970 palpável em termos da democracia estrita, a qual, para Poulantzas (não apenas para ele: os adeptos são muitos), carregaria o caminho para a libertação do jugo capitalista:

O estatismo autoritário engendra ele mesmo, por um lado, novas formas de lutas populares. Constata-se generalizadamente, nos países de que nos ocupamos, a emergência de lutas que visam o exercício de uma democracia diretamente na base. Essas lutas são marcadas por um anti-estatismo característico e se expressam na proliferação de focos autogestores e de redes de intervenção direta das massas nas decisões que lhe cabem: dos comitês de cidadãos até os comitês de bairro, passando por diversos dispositivos de autodefesa e de controle popular, o fenômeno é espantoso e propriamente inédito levando em conta seu caráter maciço. Mesmo se esse movimento se situa "à distância" do Estado, produz consideráveis efeitos de deslocamento no seio do Estado. Fenômeno que caracteriza ao mesmo tempo as lutas políticas mais tradicionais e, muito particularmente, as novas lutas: movimento das mulheres, movimento ecológico, luta pela qualidade da vida. O estatismo autoritário não apenas não consegue o enquadramento das massas em suas malhas disciplinares, ou seja, a "integração" efetiva dessas massas em seus circuitos autoritários, mas provoca uma reivindicação generalizada de democracia direta na base, uma verdadeira explosão de exigências democráticas (Poulantzas, 1980, pp. 286-287).

Aqui, ainda neste nosso segundo capítulo de tese, nos resta relacionar o que Poulantzas registrou como fundamento para esse clímax democrático que ele entende como o mais novo programa político ao proletariado.

E Nicos Poulantzas é didático, mostrando que, conforme explanado ao longo de seu texto, suas problematizações acerca das incidências políticas das análises relativas à transição para um socialismo democrático (uma transição sem levante e ditadura do proletariado), teria um eixo de aproximação e andamento de sua própria formulação teórica e de orientação programática renovada.

E para o grego, socialismo e democracia, uma via democrática para o socialismo, esses temas e suas questões implicantes, restariam exigidas segundo Poulantzas devido duas experiências históricas, que resultam para ele de qualquer modo como salvaguardas, como o exemplo de mostras, as quais, em nome da paz e pela soberana democracia burguesa (palavras nossas), precisariam vir absolutamente evitadas, e quais seriam essas experiências: "o exemplo social-democrata tradicional, tal como se verifica em numerosos países europeus, e o exemplo dos países do Leste, ditos do "socialismo real" (Poulantzas, 1980, p. 287).

E, embora o grego lembre aos seus leitores, em especial, "de tudo o que diferencia esses dois exemplos históricos" (Poulantzas, 1980, p. 287); não obstante tudo o que opõe a social-democracia e a experiência do socialismo real, como correntes teórico-políticas, para Poulantzas essas duas experiências históricas apresentariam uma convivência de base: "o estatismo e a profunda desconfiança em relação às iniciativas das massas populares, em suma, a suspeição diante das exigências democráticas" (Poulantzas, 1980, p. 287).

Nesse seu postulado, Nicos Poulantzas nominalmente cita, em termos do socialismo real, o que se reconhece por stalinismo, Poulantzas cita inclusive a palavra stalinismo no trecho acima: retiramos a palavra apenas para melhor aproximar o que queremos mostrar aqui com este nosso comentário pontual.

E o que queremos mostrar e discutir é que, embora o grego mostre-se acima em fito de questionar a falta de democracia do Estado soviético stalinista, diretamente sob o governo de Stalin e o que se seguiu após sua

morte, o encoberto neste trecho por Poulantzas é seu foco para com outro e decisivo alvo, completamente distinto ao que aparece numa primeira leitura.

Aqui, Nicos Poulantzas (1980), citando o contexto que convivia na França, o grego alude que ali se gostava de se discutir acerca de duas tradições do movimento operário e popular, a estatista e jacobina, de Lênin; e a Revolução de Outubro, orientada pela III Internacional (Poulantzas, 1980, p. 287).

Nicos Poulantzas alude sobre estes temas, que estão em conflito com sua tese, que, embora das necessidades da autogestão democrática pela base, que se verificaram inegavelmente ao longo das experiências das duas primeiras décadas do século passado na Rússia pré e pós-revolução de outubro, embora desse seu reconhecimento, inclusive fazendo referências para com dadas disputas que houveram no citado processo, o grego aqui alerta seus leitores que aquelas experiências bolcheviques não se enquadram nas correntes com as quais ele se identificava. E Poulantzas escreve sobre esse seu posicionamento e cuidados, que: "acreditar, além disso, que basta situar-se na corrente autogestora ou de democracia direta na base para evitar desta forma, o estatismo, é um erro básico" (Poulantzas, 1980, p. 288).

Até aqui acima nada de novo, fora do que Poulantzas já admitiu e mesmo inaugurou no campo do marxismo reformista e estrito democrata e lutas proletárias trasladadas ao Estado Burguês com este seu livro: sobre o que já tocamos o bastante.

O que importa agora aqui é mostrar o como, estrategicamente em seu texto, de maneira certamente muito bem pensada, o grego procura aqui vincular o Stalinismo aos pressupostos da III Internacional comunista, quando Lenin e Trotsky dirigiam esta organização, com um pulso bolchevique absolutamente vivo: muito antes dos atos despóticos praticados por Joseph Stalin sob o comando do Estado soviético, os dois expurgos e assassinatos de tantos trabalhadores e lideranças bolcheviques<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Como mostramos, isso, em verdade, não pode vir atribuído apenas para com este livro de Poulantzas, também Karl Kautsky, e, nos dias atuais, autores como Rui Fausto, tem tentado propor essa mesma relação. É, disso, necessário melhor entender o porquê dessa procura por uma tida condição previamente instalada desde a revolução proletária russa, ou de suposta continuação de um então germe do autoritarismo bolchevique em Stalin. Mesmo porque, a teoria e os fundamentos marxistas profundamente antagônicos entre Lenin e Trotsky, em comparação com Stalin, o que escreveram e o que fizeram, nada, absolutamente nada permitem tais ilações.

Nicos Poulantzas redigiu sobre o que intenta embaralhar e fazer passar como que uma mesma coisa:

Cumpra então, uma vez mais e antes de tudo, voltar a Lênin e à Revolução de Outubro. O stalinismo e o modelo legado pela 3ª Internacional para uma transição para o socialismo se distinguem certamente do pensamento e da ação de Lênin, porém não são um simples desvio. Os germes do stalinismo estavam inteiramente presentes em Lênin e não apenas em razão das particularidades da situação histórica a que Lênin teve que fazer frente (a Rússia e o Estado czarista): o erro da 3ª Internacional não foi simplesmente ter pretendido, ao desviá-lo, universalizar um modelo de transição para o socialismo que, em sua pureza original, deveria convir à situação concreta da Rússia czarista. Afinal, esses germes não podem ser encontrados em Marx. (...) Lênin teve, antes de todos, que resolver a questão da transição para o socialismo e do desaparecimento do Estado, a respeito do qual Marx não deixou mais que algumas vagas indicações, todas no sentido de uma estreita relação entre socialismo e democracia (Poulantzas, 1980, p. 288).

Nesses seus termos aqui em clara procura, sem sequer ter aproximado um quantum efetivo e sério que o fosse neste seu livro sobre o bolchevismo, o grego recorda bem que existia na Revolução de Outubro uma linha principal que permeava as análises e a prática de Lênin: "o Estado deve ser destruído em bloco por uma luta frontal numa situação de "duplo poder" e sucedido - substituído pelo segundo poder, os Soviets, poder que não seria mais um Estado no sentido próprio posto que seria já um Estado em desaparecimento" (Poulantzas, 1980, p. 288).

E Nicos Poulantzas aqui se mostra em seu livro como que se perguntando, mas, em verdade: "qual é o sentido leninista desta destruição do Estado burguês?" (Poulantzas, 1980, p. 288). E Para ele, o grego, essa questão de extermínio, aniquilação, estaria, em Lenin, intimamente relacionada também com o fim de instituições da democracia representativa e as liberdades políticas, que ali na Rússia pós o outubro de 17 se verificaram frequentemente reduzidas (Poulantzas, 1980, p. 288).

Concepção e orientação, conduta, segundo interpreta o grego neste mesmo trecho de seu livro, jamais teria reunido uma preocupação mais séria

por parte de Marx, enquanto, para Lenin, a democracia burguesa reúne "uma pura e simples emanção da burguesia: democracia representativa = democracia burguesa = ditadura da burguesia. Elas devem ser totalmente erradicadas e substituídas pela democracia direta na base, com mandato imperativo e revogável, em suma pela verdadeira democracia proletária (os Soviets)" (Poulantzas, 1980, pp. 288-289).

Embora o grego aqui acima acene em seu livro que esquematiza em extremo a sua menção para com Lenin, indicando que supostamente não teria feito isso propositadamente, segue Nicos Poulantzas neste próprio marco textual convidando que:

a linha principal de Lênin não era originalmente um estatismo autoritário qualquer. Se digo isso, não é por tomar a defesa de Lênin, mas para apontar o simplismo de uma concepção que oculta o verdadeiro problema e que vê, no que ocorreu na Rússia soviética, o resultado de um leninismo centralizador que, como tal, impediu o desenvolvimento da democracia direta na base. (...) Quer se queira ou não, a linha principal de Lênin foi originalmente, frente à corrente social-democrata, a seu parlamentarismo, e a seu terror pânico do conselhismo, a de uma substituição da democracia dita formal pela democracia dita real, da democracia representativa pela exclusiva democracia direta dita conselhistas (à época, não se empregava ainda o termo autogestão). O que me leva a colocar a verdadeira questão: não seria antes esta situação mesma, esta própria linha (substituição radical da democracia representativa pela simples democracia direta na base) o fator principal do que ocorreu na União Soviética, ainda durante a vida de Lênin, e que deu lugar a um Lênin centralizador e estatista, do qual se conhece a posteridade? (Poulantzas, 1980, p. 289).

O curioso é que Nicos Poulantzas recepciona tão bem a estrita democracia burguesa, o parlamento burguês parco, fraco e falso, insuficiente das vezes até para atender e cumprir os próprios e necessários atos ordinários burgueses menores. Vindo propor, apesar disso, como ordem do dia, uma formulada necessidade de o proletariado se unir no que o grego nomeia por uma espécie de condensação junto e ou em modo proximal ao entorno não afastado do Estado burguês, ainda que reconhecendo este manter seu caráter de controle social e policial, ossatura lamentada, mas recepcionada, compreendida e tolerada na tese formulada por Poulantzas.

E, contraditoriamente, por outro lado e profundamente afeto a esses seus princípios e sentimentos postos como superiores, no que pede ao trânsito do socialismo real russo atacado pela burguesia de vários países, muitos com estruturas democráticas sólidas e consolidadas, diga-se de passagem, não por isso deixaram ali de rapidamente atacar, bem armados, aquela experiência do socialismo real do Leste: mas para Poulantzas aqui seria diferente, aqui o Estado em ditadura do proletariado, um Estado ainda em construção e em procura de melhor assentamento da ditadura do proletariado, retornaria e passa a estar considerado por Poulantzas e outros (já citamos alguns outros) como o Estado opressor definido por Karl Marx: ao menos coerência deveria ter sido garantida neste livro, em termos capazes de justificar o próprio título; título este que, em relação ao conteúdo textual publicado por seu autor, mostrou-se muito frágil e mesmo completamente afastado dos caros conceitos iniciais pretendidos em explanação: O Estado, o poder, o socialismo.

Apesar desta fragilidade, Nicos Poulantzas em seu livro claramente coloca a democracia burguesa como que superior ao rico processo que desdobrou-se nas oportunidades que se abriram e vieram confirmadas em 1917. Em verdade não apenas na Rússia, mas verificadas em condições latentes, possíveis de virem desenvolvidas em outros países europeus, como na Alemanha, enquanto um movimento em ponta de lança em arco político por ser movimentado em todo o mundo, emanado em orientação da revolução permanente marxiana.

Dessa base e herança clássica Nicos Poulantzas nada aproxima ou sequer menciona em seu livro. Apenas, sem citar deste processo, sem mostrar o seu andamento, as barreiras praticadas, em especial, por alas dos partidos de esquerda alinhados e presos ao sufrágio e ao âmbito estrito da democracia burguesa como suficiente aos trabalhadores, caminha diretamente em tentar afastar e condenar aquela experiência do socialismo real, procurando a integrar como uma coisa só, tentando absurdamente unificar os pensamentos e práticas militantes de Lenin, Trotsky e Stalin.

Nicos Poulantzas assim, nesse seu modo de exposição aqui posto, afasta o seu objeto de crítica procurado com o livro. Uma conduta aliás, bem estranha, até para os marcos da ciência positiva, que exige a mais profunda imersão no que se estuda e se procura refutar.

Apesar deste absurdo, em ato seguinte, Nicos Poulantzas procura vincular seu objeto de crítica, as formulações da III Internacional com Lenin e especialmente Trotsky, a vinculando ao próprio Stalinismo: mesmo Poulantzas muito bem reconhecedor que a conceituação da revolução proposta e sustentada pela III Internacional Comunista reunia uma teoria absolutamente cara e profundamente distinta a ideia equivocada de socialismo em um só país, adotada por Joseph Stalin: distinção a qual Nicos Poulantzas inegavelmente tinha um absoluto conhecimento, e por isso só, o grego jamais poderia ter tentado estabelecer os pesos nas medidas propostas em seu livro.

Isso, esse seu posicionamento absurdo, completamente errôneo, tem contribuído para tantas leituras fragilizadas, desprovidas de quase tudo. Embora desse possível desdobramento dentre as fileiras dos militantes socialistas, que certamente Poulantzas ponderou acerca desse alto risco, parece que o seu sentido procurado conscientemente no livro, atacar ao pensamento de Lenin, de Trotsky, ao marxismo clássico, parece isso lhe ter sido mais forte que sua consciência e os próprios e indubitáveis plenos domínios intelectuais do grego.

Uma mostra bem clara de sua intenção de atacar a formulação clássica para a revolução proletária, encontra-se revestida no passo de Nicos Poulantzas acenar que a questão não mostrada por ele em seu livro inclusive já teria sido colocada na época da Rússia bolchevique, mesmo recebido um tratamento e lhe oferecendo uma resposta, a qual, para ele, demonstrava ser até mesmo, em suas palavras, "dramaticamente premonitória":

Foi o caso de Rosa de Luxemburgo, que Lênin dizia ser uma águia da revolução. De águia ela também tinha o olhar. A primeira crítica, justa e fundamental, à revolução bolchevique e à Lênin, foi a de Rosa de Luxemburgo. É decisiva porquanto não vem da social-democracia (que nem mesmo queria ouvir falar de democracia direta e conselhismo), mais precisamente dessa militante convicta da democracia conselhistas pela qual deu sua vida, executada quando do esmagamento dos conselhos operários na Alemanha pela social-democracia. Ora, o que Rosa reprova em Lênin não é sua negligência ou seu desprezo com referência à democracia direta na base, mas muito exatamente o contrário: a saber, que ele se apoiou exclusivamente nesta última (exclusivamente, porque para Rosa a democracia conselhistas sempre foi essencial) quando eliminava pura e simplesmente a

democracia representativa, quando especialmente da suspensão da Assembleia constituinte, eleita sob o governo bolchevique, em benefício apenas dos Soviets. É preciso reler A Revolução Russa da qual cito apenas uma passagem: "Ao negar os corpos representativos resultantes das eleições populares gerais, Lênin e Trotsky instalaram os Soviets como a única representação autêntica das massas trabalhadoras. Mas com o esmagamento da vida política em todo o país, a vida dos Soviets não poderia escapar a uma progressiva paralisia. Sem eleições gerais, liberdade de imprensa e de livre reunião, de livre debate de ideias, a vida esvai-se de toda instituição política e só triunfa a burocracia" (Poulantzas, 1980, pp. 289-290).

Pedimos que se leia, do acima, apesar do ledó engano, não do autor, mas sim do que ele tenta semear entre os militantes de esquerda: o próprio Rui Fausto, que também redigiu um artigo com conteúdo complicado e condenável, próximos aos sentidos procurados por Poulantzas aqui, reconhece ao menos Fausto no artigo que já citamos que, Luxemburgo teria revisto ao menos a sua crítica a suspensão da Assembleia Constituinte eleita sobre o chamado governo Bolchevique.

E, mesmo que rapidamente, queremos alertar que não era aquela experiência em andamento um governo meu caro grego, governo, governante e governados são pautas (como Nicos Poulantzas tão bem sabia e mesmo orientou em seu livro aqui), pautas liberais democráticas estritamente burguesas.

Uma outra clara mostra do que ataca em seu livro se percebe ao fato de o grego ao longo de todo o livro evitar ao máximo citar o nome Trotsky. Apesar do absurdo, só aqui, depois de muitas laudas, já caminhando ao final de sua tese livresca, e, ainda assim, apenas na caneta de Luxemburgo, que cita e ataca diretamente o líder bolchevique Leon Trotsky. Faz isso aqui como também o fez em vários momentos de seu livro, sem o citar diretamente, ou mencionando de maneira como que oculta.

E, novamente, chama-nos isso muita atenção, claro que Nicos Poulantzas não desconhecia a estreita relação de Trotsky com o bolchevismo. Pelo contrário, avaliamos que assim o grego se portou, evitar Trotsky ao máximo, absolutamente para tentar escapar em ter que responder as formulações do líder do exército vermelho no enfrentamento das ideias

absurdas sustentadas por Stalin e pelos seus epílogos. Até por isso, certamente, o livro *A revolução Permanente*, de Trotsky, outros de seus textos, sequer aparecem no livro de Poulantzas.

Em mesmo o filho de Trotsky tendo sido assassinado por Stalin na França, sua família perseguida e assassinada, mesmo um sobrinho distante, que servia na força aérea soviética, sob os mandos de Stalin, foi também assassinado pelo Estado soviético.

Isso sem tocar nas centenas e mesmo milhares de militantes próximos e que admitiam as leituras trotskistas (e de Lenin) para a revolução não apenas russa, mas mundial, que foram também perseguidos e assassinados. O próprio Trotsky foi assassinado sob mando de Stalin. Apesar de tudo isso, relacionado que as formulações de Lenin, de Trotsky, em nada podem vir aproximadas ao que se tornou e veio fomentado em estratégia e táticas política pelo Estado soviético, formulações como essas de Nicos Poulantzas em seu livro tem tentado fazer passar que tratariam as orientações da III Internacional, sob Lenin e Trotsky, os próprios germes de fundação do stalinismo.

Para além disso, dessa crítica infundada ao bolchevismo revolucionário, herdeiro do programa da teoria marxiana para a revolução em permanência, o que restou na sequência do livro do grego foi o seu também ataque ao fundamental e imprescindível livro de Lenin, o conhecido livro "Que fazer", criticando Nicos Poulantzas a forma de organização e de atuação do Partido Bolchevique formulada por Lenin.

Aqui, conclusivamente, só faltou o grego Nicos Poulantzas acenar que o caminho da luta de classes na Rússia não deveria ter sido o manifestado nas Teses de abril de Lenin, assumidas pelos bolcheviques, conforme mostrado por Pierre Broué, tendo ali Lenin tratado dos termos direta e especificamente com Trotsky, o convencendo do caminho ali aberto: Lenin reconhecendo o quão superior se mostrava este quadro que viria ali naquela experiência do socialismo real (nominal, se considerarmos, como se deve, a necessidade da revolução mundial), nada mais nada menos que a chefia do exército vermelho na necessidade de combater os exércitos brancos que pretendiam derrubar a revolução proletária em andamento, tamanha era a confiança que Lenin tinha para com Leon Trotsky, em detrimento aos burocratas do partido em personas

ainda carentes em cultura geral e até mesmo leituras do pensamento clássico marxiano.

Enfim, não podemos, após o que escreveu o grego em seu livro aqui comentado, e criticamos aqui por necessidade, em pedir que avaliemos, possa ser que Nicos Poulantzas entendesse e queria que Lenin e Trotsky, os demais bolcheviques revolucionários, ali no início de 1917, diferente do que ergueram ao longo de mais de duas décadas de preparação, do que viria ali orientado para a Europa, para o mundo, contra e muito aos planos do marxismo social democrata estrito atuante naquela época, devessem, quiçá, terem apoiado candidatos à presidência da república da Rússia após o governo de fevereiro, compor coligações com a direita e centro esquerda democrata, em termos de se vir garantir alguma presença crítica junto ao Senado e Câmara parlamentar ali possíveis de virem constituídas em Congresso democrata, os bolcheviques se distribuindo dentre os burgueses e pequenos burgueses, chafurdando também com partidos reacionários restantes do regime despótico e atrasado assentado ali na Rússia até então, ou seja: viessem aderir ao governo democrático que lutaram para vir instalado, mas que, ante a vaga revolucionária novamente aberta ao menos desde 1914, para que, o mais breve possível, e isso dependia ali de tanta coisa, de tantas condições e orquestras, objetivas e subjetivas, mas o fim ali poderia, e foi, o correto processo de desdobrar e avançar ao andamento da teoria da revolução permanente marxiana, derrubando a república burguesa e o encerramento do parlamento burguês, pondo fim em todo o palavrorio vazio que, até os dias atuais, em que pese a escola que o livro de Poulantzas tende ter instruído, se segue, de tudo, ainda como ilusão e garras mortais sobre os braços e a consciência revolucionária dos operários, corroborando com que a burguesia segure como águia sua presa proletária e siga desferindo seus golpes em entorpecimento aos trabalhadores acerca de vir estabelecer, de modo independente, o seu próprio programa revolucionário, em condições de assim vir por um fim aos grilhões impostos pela opressão da classe burguesa e o seu Estado.

Em suma, mais que parecendo, em seu livro aqui comentado e criticado, mesmo que não tenha o grego admitido, ao menos escrito diretamente, aos que conheçam algum pouco do quantum da teoria marxiana é indesviável tocar

no tema de que sim Nicos Poulantzas tentou afastar, sem qualquer pudor, relacionando como teses de valor teórico conceitual menor, ou minimamente enquanto fontes ultrapassadas, os escopos marxianos e bolcheviques que miram ao indesviável estabelecimento da ditadura proletária. Em verdade, diferente do que intenta sugerir em conteúdo oculto o livro de Poulantzas, mesmo o Estado operário, a ditadura do proletariado, é admitida enquanto um trânsito, o menor possível, mesmo que sem prever tempo, duração, intervenções necessárias, mesmo duras, como se remeteu Trotsky no seu texto: "Terrorismo e comunismo", já citado e comentado no nosso texto aqui.

Mas, Nicos Poulantzas, enquanto um bom homem, inspirado em seu gabinete intelectual, se mostra absolutamente crente na democracia como trânsito pacífico ao socialismo, como se também a democracia burguesa, mesmo fora de revoluções, não tenha pactuado e aprovado ataques assassinos de massas, crianças, mulheres e homens desarmados e completamente indefesos: totalmente diferente do que se deu na experiência do socialismo real com Lenin e Trotsky, em que os trabalhadores lutavam em guerra civil revolucionária.

Mas não queremos incidir muito nesta questão, na necessidade e legitimidade das lutas bolcheviques antes de Stalin e do Estado soviético sob seu já posterior ordenamento. Isso poderia soar como desculpas ao Czar vermelho, e essa é uma falta que não cometeremos aqui em nossa tese (sobre o tema, sugerimos leitura de textos de Gustavo Machado, esclarecem o muito necessário sobre este tema.).

Em suma completa reformulação da teoria da revolução em permanência em Karl Marx, Nicos Poulantzas escolhe por vir assinar este seu livro, oferecendo um outro e antagônico norte, reformista, incrivelmente mostrando uma sua capacidade de defender que, os trabalhadores não devem acreditar num Estado operário, dirigido por si mesmos, com cargos eletivos de curtíssima duração, sempre passíveis de suspensão, determinada pelos conselhos operários, dirigidos por um grupo de comunistas reconhecidos; mas sim, assumirem os termos que o grego nomeia por transição democrática ao socialismo, em sua pobre nível de análise, os quais pedem e orientam que os proletários confiem, ainda que com suspeição, das disputas dos blocos capitalistas no poder, se fixem, voláteis, não necessariamente dentro dos

próprios blocos burgueses, mas como que se enxertando entre estes, nas fissuras da ossatura do Estado, nas determinações do Estado para ele nem sempre absolutas, uma vez que as contradições aí existentes abririam, desde que em lutas nos termos democráticos parlamentares estritos, ainda que em riscos enormes que o próprio Nicos Poulantzas sugere em cuidado, conforme ilustrado entre linhas por todo o seu livro aqui posto em seus por menores.

E este não programa marxiano proposto por Nicos Poulantzas em seu livro maior afirma contundentemente que, sua orientação refere a toda e qualquer transição para o socialismo, "mesmo que ela se apresente de maneira consideravelmente diferente, conforme os diferentes países" (Poulantzas, 1980, p. 294). Escrevendo sobre seus planos considerados superiores as orientações da III Internacional comunista em Lenin e Trotsky:

Sabe-se agora: não pode haver, segundo os diferentes países, ora um socialismo democrático, ora um outro. Ninguém duvida que as situações concretas sejam certamente diferentes, que as estratégias devam ser adaptadas às particularidades dos diversos países, porém só pode haver socialismo democrático. O Estado, hoje menos que nunca, não é uma torre de marfim isolado das massas populares. As lutas atravessam o Estado permanentemente, mesmo quando se trata de aparelhos onde as massas não estão fisicamente presentes. (...) A via democrática para o socialismo, é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado, mas aplica-se às contradições internas do Estado. A tomada do poder supõe decerto sempre uma crise do Estado (crise que ocorre hoje em dia em determinados países europeus), mas esta crise, que acentua precisamente as contradições internas do Estado, não se reduz a uma crise de desmoronamento do Estado. Tomar ou conquistar o poder de Estado não pode significar um simples confisco das peças da maquinaria estatal, com vistas à sua substituição em benefício do segundo poder. O poder não é uma substância quantificável detida pelo Estado de que seria necessário despojá-lo. O poder consiste numa série de relações entre as diversas classes sociais, concentrada por excelência no Estado, que ele, constitui a condensação de uma relação de forças entre classes. O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se sarrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro de exercício do poder político (Poulantzas, 1980, pp. 294-295).

Como se pode constatar, embora o grego passe o seu livro inteiro criticando a ortodoxia do marxismo revolucionário, quando se trata de defender o sufrágio, colocar qualidades ao Estado, defendera democracia estrita, em suma, se entregar reformista ao capitalismo e a burguesia. Para isso a ortodoxia não se mostra problema para fincar os pobres argumentos poulantzianos. Os problemas só estariam na ortodoxia do levante, naquela tese que sustenta a transição socialista por meio da ditadura do proletariado: aqui é Estado, clássico, condenável e que precisa supostamente ser superado, bem como sua democracia, a democracia imposta pelos trabalhadores, essa, também, supostamente seria inferior a democracia liberal e burguesa, Nicos Poulantzas afirma isso claramente em seu texto, literalmente.

Isto tomado como que posto, como que caminho aceitável ao proletariado, o grego Nicos conclui seu texto por fim tentando convencer que, embora sempre se possam nos criticar ) o grego não escreve exatamente com estas palavras, mas é este o sentido do seu trecho aqui), em nome de argumentos tido reais, bem entendido (palavras de Poulantzas), em discussão sobre da necessidade da ditadura do proletariado ou, de outras, por parte, por exemplo, dos neo-liberais bem pensantes (palavras também de Poulantzas), que possam o acusar do socialismo democrático que ele defende não existe em parte alguma do globo, e que, disso, ele seria impossível, etc.; novamente o grego, como um bom antecipador do futuro, estabelece aqui em suas próprias e seguidas palavras que, talvez tenhamos dificuldades para afirmar uma "fé milenar baseada em algumas leis de bronze de uma revolução democrática e socialista inevitável"; "nem a cobertura de uma pátria do socialismo democrático" (Poulantzas, 1980, p. 305), embora disso, conclui ele:

Mas uma coisa é certa: o socialismo será democrático ou não será. Ademais, ser otimista em relação à via democrática para o socialismo não nos levará a considerá-la como uma via real, fácil e sem riscos. Os riscos, existem, mas de qualquer modo deslocados: no extremo, os riscos são de que nos encaminhe para os campos e os massacres sendo nós mesmos as vítimas predestinadas. A que responderei que, risco por risco, isso é melhor, de qualquer forma, do que massacrar os outros para acabar, no mais das vezes, nós mesmos, sob o cutelo de um Comitê de Saúde pública ou

de algum ditador do proletariado. Riscos do socialismo democrático que só poderemos evitar seguramente, de uma única maneira: manter-se tranquilo e marchar direito sob os auspícios e à palmatória da democracia liberal avançada (Poulantzas, 1980, pp. 305-306).

Ao aqui caminharmos em conclusão deste capítulo de tese, embora tenhamos também fichado um livro recentemente publicado<sup>58</sup>, o qual oferece mostras das implicações e complicações que as orientações de Nicos Poulantzas tem alcançado, pelo que talvez fosse relevante comentar algumas de suas passagens ao menos. Mas, embora dessa possibilidade, e de termos inclusive detalhado algumas dessas formulações, como uma, em especial, que não concebe que as proposições de Nicos Poulantzas consagrem um teor reformista, dentre outras pontuações relevantes em se dialogar sobre, algumas citadas, em menção, em algumas notas de rodapé acima neste capítulo de tese, decidimos por apenas registrar esta fonte de recente publicação, datada do ano de 2022, para que interessados possam ler o seu conteúdo na íntegra. Até mesmo porque, não queremos, de modo algum, transferir para outros a responsabilidade que cabe ao livro e aos sentidos que o grego Nicos Poulantzas estabeleceu e muito bem pensou antes de redigir este seu conteúdo aqui criticado.

E o grego erra várias vezes ao longo do seu livro, como mostramos e discutimos. Erra, cabalmente, também ao ter criticado o livro "Que fazer" de Lenin. Embora Poulantzas fosse absolutamente capaz de decodificar e suficientemente entender o conteúdo deste conteúdo em orientação aos bolcheviques. Condição que lhe permitiria, por exemplo, compreender que este seu sincrético e modesto livro de título audacioso, O Estado, o poder, o socialismo, serve, e muito bem, para relacionar e até vir explorado no primeiro e não discreto degrau básico de acesso ao nível de organização do partido comunista revolucionário em sua ação clandestina.

Assim, poderia o seu livro aqui em crítica, com algum problema claro, até vir explorado em uma formação ainda magra e estritamente relacionada com a porta de entrada aos demais e superiores níveis de organização dos comunistas. Este, enquanto um primário e pré-nível geral, genérico e pouco

---

<sup>58</sup> BERRINGER, T.; LAZAGNA, A. (Orgs). **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André : EDUFABC, 2022.

conexo, no qual se trabalha apenas conceitos básicos, voltado para possíveis e ainda distantes quadros, para que esses, muito para frente, quiçá venham aproximados ao mais sério e imediato nível de organização.

Ou seja, um nível de acesso ao degrau mais inicial, tão básico, que Lenin chegou a indicar em seu livro "que fazer" por deixarmos esse limbo aberto para atuação dos reformistas pura e simplesmente. Lenin indicava aproximadamente o seguinte, em letramento nosso, mas fidedigno ao pensamento bolchevista: deixemos que façam este trabalho sujo e rasteiro, isso nos poupara quadros e permitirá um maior tempo e foco para atuarmos nas duas fundamentais seções de nosso partido.

Bem, exposto o que estabelecemos para este capítulo de tese, resta-nos agora vir mostrar e contrastar aos leitores desta tese que o conceito de democracia proposto pelo grego Nicos Poulantzas não se afasta, por completo, apenas do pensamento e ordenações bolcheviques. Relacionado a este indiscutível afastamento, fundamentos clássicos bolcheviques que tanto o grego procurou atacar em seu modesto livro aqui comentado, o que ele ataca por fim e ao cabo é a própria conceituação democrática marxiana, legitimamente orientada pelo pensamento comunista clássico.

E é justamente o conceito clássico marxiano ao relacionar e retomar a democracia, seus meios, seus flancos, seus limites, que adotaremos para impedir o pensamento de Nicos Poulantzas até aqui posto em manifesto: para o que dedicamos o próximo capítulo de tese.

#### **4 CAPÍTULO TERCEIRO – TEXTOS DA GAZETA RENANA E O CONTEÚDO DE O 18 BRUMÁRIO: O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM KARL MARX E A SUA ORIENTAÇÃO AO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE**

"Só a verdade, única e exclusivamente a verdade, é revolucionária" (Lenin).

Ao longo dos dois primeiros capítulos de tese apresento as críticas aos planos e ideários em apropriações e reinterpretações democratas de O 18 Brumário. E, como mostro e crítico, essas variadas formulações têm sido

apresentadas numa esteira em tipificações revisoras da teoria marxiana clássica, de um modo ou doutro, vindo tais ideias contribuir ao estabelecimento e o próprio aprofundamento de sérios problemas que acercam a organização e o andamento de um programa autêntico proletário, um processo que precisa vir movimentado em uma total independência aos flancos estreitos dos planos formulados pela burguesia e ou pelos ideólogos pequeno burgueses.

Esses elementos e inserções ideológicas democratas já de muito tempo tem sido inseridos, enquanto pautas dos trabalhadores, comprometendo uma verdadeira organização socialista revolucionária dos operários e camponeses.

Um dos problemas desdobrados disso, certamente e talvez mesmo o nuclear, assenta-se, como dispomos e discorreremos em crítica nas seções, na verificação de uma clara revisão do conceito e perspectivas relacionadas ao campo político, atribuído ao conceito de democracia, e qual o papel, poderiam guiar os trabalhadores em suas legítimas lutas.

Mas para aproximar e verdadeiramente retomar e até caminharmos para uma devida compreensão do conceito democracia, no pensamento marxiano e comunista, das relações possíveis e limitadas no campo da organização política do proletariado, temos que, de pronto e sem cerimônias, afastar e deixar completamente para trás as tentativas de mostras e qualidades da democracia como apresentada e discutida pelos marxistas ocidentais: essas concepções, como discutimos, nada aproximam do clássico conceito já de muito estudado e considerado por Karl Marx na arena dos flancos fechados da democracia burguesa.

Assim, aqui neste capítulo, estudaremos termos totalmente opostos das perspectivas marxistas ocidentais. Em procura de recuperação dos principais elementos de ligação e andamento relacionado ao processo da luta de classes, na perspectiva da clássica organização comunista: orientação estabelecida ainda no marco do ano de 1848.

Em tudo, aproximar, compreender e apreendermos o que exige, organiza e se põe em movimento negativo dialético na concepção da categoria democracia no que segue estabelecido e orientado pelos fundamentos da revolução permanente em Karl Marx.

Para essa discussão mostraremos uma detalhada e fidedigna apresentação de dois artigos, de um livro recentemente publicado, no ano de 2021<sup>59</sup>, livro este já mencionado no primeiro capítulo.

Este livro dispõe, dentre seus demais textos de relevantes análises, que recomendamos fortemente por leitura, o texto de Rafael de Almeida Padial: "O lugar de O 18 de Brumário no balanço da revolução de 1848"; e, ainda, o texto de Marcio Lauria Monteiro, o qual tem o título: "A noção de "Revolução Permanente" em Marx e sua presença em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte".

Estes dois capítulos citados apontam elementos inafastáveis para uma adequada compreensão, no pensamento de Marx, de certos pressupostos, absolutamente caros, para uma correta recepção do conceito e campos estratégicos relacionados com a democracia e a luta dos trabalhadores, em uma não absoluta condição, e muito menos relação suficiente, conforme o programa clássico da revolução operária e comunista estabelece. E, como aproximaremos e apontaremos mostras suficientes: esta reveste-se em uma discussão conceitual em termos completamente distintos e mesmo antagônicos aos ideários progressistas propostos pelo marxismo ocidental.

Partimos aqui em mostrar da concepção inicial, dos âmbitos e fatores influentes para uma precária e provisória relação nas lutas dos trabalhadores e do movimento comunista em enxertos relacionados aos estritos campos democráticos burgueses: esse um processo percorrido e procurado ao longo dos anos quarenta do século XIX, tanto por Marx como pelo próprio movimento comunista, em que inscreve-se ali um trânsito no qual ainda não se decodificava, com suficiência, da necessária independência na organização proletária em relação aos termos e pautas políticas assentadas no estrito espírito democrata burguês.

Esses termos iniciais e transitórios nos exigem o reconhecimento do movimento intelectual de Marx, em suas próprias análises e orientações estabelecidas ao longo da década de 1840, quando Marx ali já estava assumindo o papel de representar um dos principais quadros militantes

---

<sup>59</sup> Os dois artigos base deste capítulo de tese encontram-se publicados no livro – Bonapartismo, história e revolução: reflexões sobre O 18 de brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, organizado por: ANTUNES, J.; MELO, R. P.; PRADO.

comunistas daquele período, quem precisou, naquele contexto europeu revolucionário, apreender com os próprios acontecimentos em, particularmente – na França e Alemanha entre os anos de 1842 e 1852.

Nesse sentido, Rafael Padial (2021) expõe que esse movimento intelectual de Marx pode ser verificado ao longo de vários de seus textos publicados nas Gazetas Renanas, enquanto as próprias análises de Marx daquele processo histórico e político em andamento. E, dentre outros textos do velho comunista alemão, também, o próprio livro O 18 Brumário insere-se neste processo.

Padial nos provoca sobre essa interpretação que para se tratar do bom e velho problema do "que fazer certamente se referindo aos clássicos termos de Lenin?" Se analisar como a classe proletária possa ou não tomar para si o poder político da sociedade moderna, indicando ele que a compreensão do balanço realizado por Marx da revolução de 1848/49 em parte da Europa reúne e integra uma análise a qual não pode em modo algum vir desconsiderada (Padial, 2021, p. 149).

Para este comentarista o mencionado contexto e desafios ofereceu um impacto enorme em Marx, indicando que Marx teria retirado daquele processo conclusões políticas que são mantidas ao longo de toda a vida e militância. Inclusive, para Rafael Padial, Marx atribuiu aos acontecimentos revolucionários do ano de 1848 "certa validade histórico-universal" (Padial, 2021, p. 149).

Para Padial o movimento foi tamanho no pensamento de Karl Marx ao ponto de ser possível aludir, por exemplo, que o Marx de O 18 Brumário – quando no livro ele ali conclui o seu balanço da revolução. O parecer de Marx se desloca ao ponto de se mostrar outro em relação aos seus próprios termos defendidos então em 1847 (Padial, 2021).

Padial nos lembra que esta diferença, muitas das vezes, tem sido ignorada ou deliberadamente afastada e até obscurecida por comentaristas marxistas. Sobre esse dado, o autor chama-nos atenção que com frequência "toma-se sem ressalvas o mais novo pelo mais velho" (Padial, 2021, p. 149). E, segundo comenta Padial, as consequências políticas disso não implicariam questões pequenas e ou discretas, implicariam nada menos que o impróprio apagamento da experiência histórica fundamental da classe trabalhadora naqueles anos na Europa (Padial, 2021, p. 149).

Rafael Padial postula que, para uma adequada compreensão desses termos complicantes, das interações envolvidas, das consequências passíveis ao movimento comunista contemporâneo, ser necessário antes retornar ao início do período clássico da década de quarenta do século XIX, partindo da abstrata noção de tomada do poder impressa no próprio manifesto do partido comunista.

Rafael provoca e alude que a forma pela qual tem sido continuamente lido a posição expressa por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, em especial no tema acerca da tomada do poder pelo proletariado, tem se revestido hoje numa leitura e perspectiva insatisfatória (Padial, 2021).

O comentarista chama aqui atenção para um trecho do Manifesto, presente no final do capítulo II, em que redigiram Marx e Engels o seguinte:

Já vimos acima que o primeiro passo [der erste Schritt] da revolução dos trabalhadores é a elevação [die Erhebung] do proletariado à [condição de] classe dominante, a luta pela democracia [die Erkämpfung der Demokratie]. O proletariado usará seu domínio político para retirar pouco a pouco todo capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado [in den Händen des Staats], ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível (Marx; Engels, 1977, p. 481 *apud* Padial, 2021, p. 149-150)<sup>60</sup>.

Conforme de conhecimento geral, após o trecho acima, segue-se no manifesto uma série de reivindicações (listadas em 10 (dez) medidas, lidas, ainda hoje, segundo comenta Rafael Padial, por parte do marxismo, enquanto pautas como que clássicas e que ofereceriam uma transição ao socialismo, itens em geral de caráter estatizante (Padial, 2021, p. 150).

Entretanto, Rafael Padial explica que Marx e Engels, no prefácio de 1872 do Manifesto, mostram que tais reivindicações, ante aos acontecimentos seguidos e desdobramentos, suas novas análises, se mostraram erradas: "esclarecem eles que isso se deu graças à experiência das revoluções de 1848 e de 1871" (Padial, 2021, p. 151).

Padial, ao alertar para estes sérios cuidados, indica ser preciso verificar que as perspectivas marxistas, que escapam as legítimas definições de Marx e

---

<sup>60</sup> Rafael Padial indica que a tradução utilizada por ele aqui resulta de trabalho intelectual próprio.

Engels no contexto acima comentado, contêm, inevitavelmente, a repetição de uma concepção sim de Marx e Engels, mas que foi definida pelos próprios autores do Manifesto Comunista enquanto "uma concepção errada sobre o Estado e seu papel na transição ao socialismo" (Padial, 2021, p. 150).

E, apesar desta questão não discreta, em clara e evidente contradição aos termos que os próprios Marx e Engels assinaram, reivindicações democráticas estritas, reformistas e estatizantes, seguem sendo a cartilha de muitos marxistas considerados defensores e até como que depositários da teoria marxista.

Ao menos dois exemplos poderiam ser apontados, dos que citamos até aqui na tese: em Domênico Losurdo (2015) e Nicos Poulantzas (1980); e, ainda, os próprios complicados termos que trazemos e comentamos no primeiro capítulo, das formulações de Carlos Nelson Coutinho.

Sobre o grave problema, não estrito nos autores que citamos ao longo dos dois capítulos anteriores, Padial expõe que, não à toa, a esmagadora maioria das traduções do manifesto comunista para línguas neolatinas (francês, espanhol, português e italiano), expressam nesse trecho a ideia de "conquista da democracia" (Padial, 2021, p. 150).

Rafael aqui resgata que tais traduções foram produzidas em matrizes stalinistas (casas editoriais antes financiadas por Moscou), sobre o que nos alerta severamente o comentarista: "traduzir "Erkämpfung der Demokratie" (literalmente, "luta pela democracia") por "conquista da democracia" não expressa tanto uma licença poética, mas um ato falho de tipo freudiano ou propriamente uma carta de intenções políticas" (Padial, 2021, p. 150).

Ante esses sérios problemas de partida, levantados pelo comentarista, se mostra imperioso discutir acerca do tema aqui inafastável, desde na própria necessidade de se questionar e combater as apropriações e reinterpretações do processo e formas de organização da revolução proletária, conforme se encontra emanado e amplamente defendido por alas marxistas reformistas, baseando-se em errônea e na vaga noção de "luta pela democracia" [Erkämpfung der Demokratie] como uma suposta forma de se pretender elevar o proletariado à condição de classe dominante (Padial, 2021, p. 150). E Padial, ao se perguntar e avançar em seu texto sobre o que então significaria "luta pela democracia", expõe que tal noção abstrata pode facilmente até mesmo vir

oferecer a ideia ingênua e equivocada de que o proletariado chegará ao poder político por meios, estritamente democráticos, como, por exemplo, pelo sufrágio universal e o controle do Poder Legislativo (Padial, 2021, p. 150).

Padial aponta ter sido em concepções como essa que se desenvolveu uma série de leituras reformistas, de tipos social-democrata ou stalinista (sobretudo "eurocomunista"), nas quais a "democracia" assume, por fim, valor universal" (Padial, 2021, p. 150).

Procurando esclarecer ao tema aqui mais que caro aos comunistas, Padial recorda que no próprio conteúdo do Manifesto, ao final do último capítulo, Marx e Engels expressam os seguintes termos a respeito da futura revolução burguesa alemã em andamento naqueles anos, na década de quarenta do século XIX:

Os comunistas dirigem sua atenção principal à Alemanha, pois ela está às vésperas de uma revolução burguesa e esta é provocada sob as condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado muito mais desenvolvido do que o da Inglaterra do séc. XVII e o da França do séc. XVIII. Portanto, a revolução burguesa na Alemanha só pode ser o prelúdio imediato [unmittelbare Vorspiel] de uma revolução proletária (Engels, Marx, 1977, p. 493 *apud* Padial, 2021, p. 150-151).

O mesmo comentarista discute que não resta suficientemente esclarecido nesse trecho o que Marx e Engels entendem por "prelúdio": deveria tal revolução burguesa ser considerada enquanto uma etapa, no sentido de que tem primeiro de realizar tarefas democrático-burguesas, para então, só depois de as ter consolidado, encaminhar-se para uma revolução de tipo socialista?; Ou deveria essa revolução, desde o começo, se dar num processo ininterrupto, permanente, transcrendo imediatamente de burguesa a socialista? (Padial, 2021, p. 151).

Padial desenvolve a questão implicando que esses itens e temas não são ainda respondidos pelos autores do Manifesto Comunista devido um dado simples e categórico: o movimento da classe trabalhadora não lhes dera ainda a resposta (Padial, 2021, p. 151).

Para Padial, de todo modo, é certo que esses dois problemas: o problema da "luta pela democracia"; e o problema da temporalidade das

revoluções (se burguesa ou permanente); não estão ainda completamente resolvidos em Marx e Engels nos anos de 1847/48 (Padial, 2021, p. 149, grifos nossos).

O mesmo estudioso alude que ao longo daquele processo revolucionário que imediatamente se abre ali na Europa, concretizando as previsões do Manifesto, Marx e Engels encontram-se inicialmente como que reféns de sua própria abstração programática redigida (Padial, 2021, p. 151).

E, conforme Rafael Padial explica, tanto foi assim que precisaram, anos mais tarde, Marx e Engels reconhecerem e atenderem a necessidade de uma autocrítica). Sobre esta autocrítica, mostra e comenta Padial, relacionando a atuação de ambos, Marx e Engels, na revolução alemã de 1848, nos aproximando que:

O estouro da Revolução de Fevereiro de 1848 na França encontrou Marx em Bruxelas, na Bélgica. Por motivos políticos, Marx foi expulso desse país justamente para a França (aonde tencionava ir, para participar da revolução). Em Paris, Marx soube do início da revolução democrático-burguesa de março na Alemanha. Ainda na França, com poderes de dirigente máximo da Liga dos Comunistas (composta sobretudo por alemães), Marx reconstruiu a direção dessa organização e escreveu, com seus companheiros, um célebre panfleto contendo dezessete reivindicações a serem difundidas na Alemanha (bastante parecidas com as dez reivindicações do final do capítulo II do Manifesto Comunista). É o panfleto denominado "Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha" (de março de 1848) (Padial, 2021, p. 151).

Uma das reivindicações desse panfleto exigia o seguinte:

10. Todos os bancos privados devem ser substituídos por um banco estatal [Staatsbank], cuja moeda tem curso legal. Esta medida permite regular o crédito no interesse de todo o povo e, assim, mina o domínio dos homens do dinheiro [Geldmänner]. Substituindo gradualmente o ouro e a prata pelo papel-moeda, reduzirá o preço do instrumento indispensável do comércio burguês, do meio geral de troca, permitindo que ouro e prata funcionem no comércio exterior. Em última análise, esta medida é necessária para entrelaçar [zu knüpfen] os interesses da burguesia conservadora [konservativen Bourgeois] à

revolução (Engels; Marx; *et al.*, 1959, p. 4, *apud* Padial, 2021, p. 152)<sup>61</sup>.

Para Padial, literalmente, aqui Marx e seus companheiros queriam com essa reivindicação, em tática procurada, vincular o interesse do "burguês conservador" à revolução alemã. Tratava-se ali propriamente do burguês industrial alemão, que possivelmente teria interesse em desbancar revolucionariamente os "homens do dinheiro" (os detentores do hoje dito "capital financeiro") (Padial, 2021, p. 152).

Entretanto, essa pretensão se mostrou falsa historicamente. Padial indica que Marx, muitos anos depois, na seção I do livro II de O Capital, explica detalhadamente que "não há nenhuma autonomia real desse "capital dinheiro", dito "financeiro", em relação ao ciclo global do capital industrial: "não são interesses realmente opostos" (Padial, 2021, p. 152).

E o que segue exposto por Padial em suas palavras no que elegemos de sua análise, monta seus apontamentos ainda mais relevante para este capítulo de nossa tese, ao abordar que aquela direta intervenção de Marx na revolução alemã, sobretudo por meio da Nova Gazeta Renana (jornal periódico dirigido pelo velho alemão, e que tinha sua sede em Colônia, a maior cidade da região mais avançada economicamente da Alemanha, a Renânia), pelo qual, seguindo a linha geral apontada no item 10 do panfleto das "Reivindicações pouco antes acima destacado, trabalho que certo modo revivia a atuação de Marx à frente da antiga Gazeta Renana, em que o panfleto buscava instruir uma aliança entre o proletariado alemão e um possível setor radical, supostamente revolucionário ou progressista da burguesia do país, mas, apesar das aparências, das sinalizações iniciais do próprio Marx, o movimento real acaba desenvolvendo-se em condições diferentes, tão logo exigindo novas instruções profundamente diferentes (Padial, 2021, p. 152).

---

<sup>61</sup> Este panfleto, conforme Rafael Padial registra em nota, foi redigido pelo próprio Marx, e seguiu assinado por ele, K. Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll e W. Wolff. Padial anota ainda que, chamando atenção aqui que esse não seria um mero detalhe, questão de simples termos ou palavras aplicadas sem maior atenção no texto de Marx, que – o documento se chama "Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha", e não "da Alemanha" (Padial, 2021, p.152). E o comentarista nos adverte também que este não mero detalhe é absolutamente relevante para se aproximar da concepção dos autores, para quem o partido comunista era um só (enquanto movimento geral e mundial da classe trabalhadora), embora atuasse diferentemente, dadas as condições e circunstâncias transitórias em cada país (Padial, 2021, p.152).

Naquelas condições em francas alterações, o próprio subtítulo do novo jornal de Marx, já em seu cabeçalho, deixava claras as suas intenções: "Órgão da Democracia" [Organ der Demokratie] (Padial, 2021, p. 152). Ante isso, para Padial, a aliança entre o proletariado e um setor da burguesia talvez não parecesse impossível a Marx, mesmo porque o próprio novo governo provisório alemão, "formado a partir da Revolução de Março de 1848", continha antigos conhecidos de Marx (Padial, 2021, p. 153).

E Padial segue indicando que, dessa condição específica, considerando que o próprio novo governo era ali formado por homens com os quais Marx conseguiria dialogar: "por que então não tentar levá-los à radicalização política?" (Padial, 2021, p. 153). Antes de avançarmos na análise de Rafael Padial, queremos anotar que o mesmo discute sobre as alusões acerca do periódico dirigido por Marx, "Gazeta Renana" comumente, mesmo entre marxistas, costumam dar a noção de constituir-se este um único e mesmo periódico, de igual organização, e, ainda, como que um periódico de mesmo caráter e com iguais aplicações e sentidos políticos buscados (Padial, 2021, p. 153). Entretanto, conforme registra Padial, existiram dois distintos periódicos dirigidos por Marx, jornais que atuaram em dois diferentes períodos, orientando movimentos políticos completamente diferentes (Padial, 2021, p. 153).

Essas distintas condições e procuras teóricas por responder ao movimento da realidade apresentavam-se, como poucos outros escritos de Marx, a dialética do pensamento marxiano, doutrina a qual não se desenvolve por supostos dogmas (como costuma vir acusado o pensamento marxiano), mas sim alimenta-se, sofre e responde absolutamente impelida pelos próprios dados e acontecimentos que emergem da realidade dirigente na sociedade burguesa e a organização de um não simples espelhado movimento operário assentado no programa programático político revolucionário ao proletariado.

Sobre esta questão, o próprio Rafael Padial, até considerando as sequências de nomes similares e datas relacionadas com os periódicos das duas diferentes "gazetas Renanas"; e entendendo ele que tais lapsos podem até vir gerar um pouco de confusão aos leitores, nos explica que Marx esteve, durante aquela década de 1840, à frente de dois jornais, ambos sediados na cidade de Colônia (região da Renânia):

Em outubro de 1842, tornou-se redator-chefe da Gazeta Renana (Rheinische Zeitung), até março de 1843, na qual teve grande sucesso político. Esta também era um órgão democrático-burguês, e seu subtítulo era "Para Política, Comércio e Indústria" [für Politik, Handel und Gewerbe]. Em junho de 1848, apontando certa continuidade do trabalho anterior, Marx fundou a Nova Gazeta Renana, Órgão da Democracia (Neue Rheinische Zeitung - Organ der Demokratie), com a qual também teve sucesso político ("o jornal mais famoso do período revolucionário alemão", disse Engels no seu "Marx e a Nova Gazeta Renana"). A segunda experiência durou cerca de um ano. Note-se ainda que após a revolução, em 1850, já estando na Inglaterra, Marx iniciou um novo órgão com nome similar: a Nova Gazeta Renana, Revista de Economia Política [Neue Rheinische Zeitung-Politisch-ökonomische Revue]. Trata-se de revista teórica, com periodicidade mais ampla (Padial, 2021, p. 153-154).

Retomando o que colocava antes dessas observações, Padial em sentido de problematizar as expectativas iniciais de Marx, se teriam ou não se confirmado, recorda que bastaria olhar para os próprios artigos revistos e ou assinados posteriormente por Marx na Nova Gazeta Renana para compreender que não: "não só a "burguesia progressista" alemã não se aliou ao proletariado, como se entregou à reação monárquico- feudal para atacar o proletariado, impedindo a realização de medidas democráticas que ela mesma reivindicara" (Padial, 2021, p. 154).

É devido o reconhecimento de que os dilemas da revolução em curso na Alemanha, por meio sobretudo da revolução democrático-burguesa, ao longo de um processo complicado e não previsível, é que encontraremos Marx, ainda que primeiramente considerando a iniciativa da Nova Gazeta Renana parte do grande Partido Democrático (apoiador ao próprio partido burguês progressista) (Padial, 2021, p. 154).

Para Padial, entretanto, em seguida, encontraremos o mesmo Marx quase desesperado, exortando os líderes burgueses "democráticos" à radicalização (à medida que capitulavam e abriam espaço à reação) (Padial, 2021, p. 154).

Padial alude que por fim, encontraremos o entendimento marxiano corrigido pelo próprio Marx, ante o movimento impulsionado das próprias forças dos dados e acontecimentos então desdobrados, realizando, por conseguinte,

Marx um verdadeiro balanço profundo de que a burguesia alemã é incapaz, por medo do proletariado, de radicalizar sua revolução (Padial, 2021, p. 154).

E isto posto, torna-se assim possível acompanhar o desenvolvimento de ao menos dois elementos fundamentais no pensamento de Marx ao longo daquela década de 1840, e absolutamente importantes para a estratégia revolucionária do proletariado:

1. A noção de "ditadura revolucionária" (contendo em si a ideia de "dualidade de poderes", ainda que com conteúdo de classe inde-terminado); e 2. a noção de revolução permanente. Tais elementos ainda não significarão a conclusão das reflexões de Marx sobre estratégia revolu-cionária. Serão um passo importante, mas muita coisa ainda faltará. O período à frente da Nova Gazeta Renana será fundamental para finalmente colocar em cheque o limite da estratégia an-terior. Contradições surgirão nos próprios artigos de Marx (Padial, 2021, p. 154).

Rafael Padial segue aqui em seu texto indicando que, para bem se relacionar esse processo, faz-se indesviável acompanhar o desenvolvimento da Nova Gazeta Renana (NGR), desde a ocasião em que o periódico é planejado até o momento em que envereda por um chamado e mal compreendido suposto "jacobinismo" (Padial, 2021, p. 154).

O autor reconhece o caráter democrático-burguês inicial da NGR, conforme veio à tona antes de sua primeira publicação, nas próprias declarações de intenções, conforme carta pública, dirigida ao jornal italiano L'Alba, reproduzida neste ao final de maio de 1848, na qual Marx, em nome da NGR, afirmava o seguinte:

Estendemos a nossa mão ao povo italiano de forma fraterna e quere-mos mostrar-lhe que a nação alemã [die deutsche Nation] repudia em todos os sentidos a política de opressão que é executada no seu país pelas mesmas pessoas que sempre perseguiram a liberdade no nosso. Faremos o possível para promover a união e o bom entendi-mento entre as duas grandes e livres nações [der beiden großen und freien Nationen], que um vergonhoso sistema de governo até agora levou a acreditar que são inimigas (Marx, 1959 a, p. 8, *apud* Padial, 2021, p. 154).

Em sua citação, destaca a abstração da noção de Estado-nação ,uma definição que não realiza ainda grandes distinções entre as classes internas às

nações (similar ao adotado por Nicos Poulantzas (1980): entretanto, em um contexto mais de 120 anos já passados, em condições completamente distintas; todo modo, os problemas já foram expostos e criticados no capítulo anterior desta tese, não cabendo aqui os recuperar em detalhes), característica do pensamento burguês, e que condiz, em certo grau, com a estratégia de revolução nacional-burguesa prevista por Marx para a Alemanha (Padial, 2021, p. 154). E pontua este mesmo comentarista aqui que o "inimigo", que combate a "liberdade" tanto na Alemanha quanto na Itália, obviamente, são as monarquias prussiana e austríaca (e não a burguesia "democrática" desses países) (Padial, 2021, p. 154)<sup>62</sup>.

E, embora desses sim seus pressupostos, em pouco tempo Marx iniciará ali suas críticas aos burgueses do Partido Democrático que ele mesmo, de certa forma, via-se ali naquele contexto enredado (Padial, 2021, p. 154).

Segundo Padial, O Partido Democrático passa ali vir criticado por Marx por ser vacilante e centrista demais. E, ainda, destacadamente, e muito mais importante, por não levar adiante a revolução, por não consolidar realmente suas vitórias: ou seja, por sempre abrir uma brecha para que o inimigo feudal - monarquista prussiano se reorganizasse e recuperasse frentes de batalhas (Padial, 2021, p. 154).

E, ali em um desenvolvimento não linear, conforme palavras do próprio comunista alemão (Marx, 1959b, p. 22, *apud* Padial, 2021, p. 155), em editorial na segunda edição do novo e posterior jornal, conforme o artigo "O Partido Democrático", publicado em 2 de junho de 1848, escreveu Marx:

Pedimos ao Partido Democrático que esteja ciente de sua posição. Tal exigência surge das experiências dos últimos [dois] meses. O Partido Democrático abandonou-

---

<sup>62</sup> Em outra de suas notas presente em seu texto, Rafael Padial nos explica que o conceito "Partido Democrático" não existia ali formalmente enquanto uma única entidade legal. A noção de "partido" nos textos ali era usada no sentido amplo, no sentido do movimento de todos aqueles (organizações e indivíduos) que lutam pela democracia. Marx se via como parte desse partido não apenas em sentido figurado, mas literalmente, conforme Padial: "a Liga dos Comunistas, após a ida da maioria dos seus membros para a Alemanha (para participar da revolução), praticamente se dissolveu na legalidade burguesa (ou seja, perdera sua organização interna). O próprio Marx, contra a vontade de J. Moll e K. Shapper, ajudou a dissolvê-la" (Padial, 2021, p. 154). E, tão logo que chegou em Colônia, Marx mesmo ajudou a fundar a Sociedade Democrática dessa cidade, entidade que em parte concorria localmente com a Associação dos Trabalhadores (liderada por Gottschalk, também membro da Liga dos Comunistas, respeitado entre operários, mas representante do chamado "socialismo verdadeiro", ou seja: "de um socialismo humanista-feuerbachiano, pequeno-burguês)" (Padial, 2021, p. 154).

se demais ao delírio da primeira vitória. Embriagado com a alegria de finalmente poder proclamar seu princípio em voz alta e abertamente, imaginou que só necessitava declará-lo para assegurar imediatamente sua implementação. Depois da primeira vitória e das concessões diretamente vinculadas a ela, não foi além dessa proclamação. Mas, enquanto era generoso com suas ideias e abraçava como um irmão todos os que não ousavam desafiá-lo imediatamente, os outros, aos quais o poder foi deixado ou cedido, agiam.

E, neste mesmo texto, pouco adiante, Marx (1959b, p. 23) ataca ali aqueles que conseguem gradualmente "conquistar uma posição intermediária entre o Partido Democrático e os absolutistas, avançando de um lado e retrocedendo de outro, ou seja, aos: "que são ao mesmo tempo progressistas, contra o absolutismo, e reacionários, contra a democracia" (Padial, 2021, p. 155).

Conforme Rafael Padial, este setor conciliador, aqui criticado por Marx, situava-se no setor "da moderada e prudente burguesia", o qual fazia presente tanto na Assembleia Nacional Alemã quanto no governo provisório liderado por Camphausen (ambos organismos criados após a Revolução de Março) (Padial, 2021, p. 155).

E o citado setor burguês, conforme apreende de Marx Rafael Padial, estava ali enganando o partido do povo [Volkspartei]; com seu centrismo, capitulando ali ante uma "poderosa reação que alcançava o poder antes mesmo de ter feito uma ação revolucionária ". (Marx por Padial, 2021, p. 155-156).

Para o autor, esses grupos eram, segundo Marx (1959b, p. 23-24, *apud* Padial, 2021, p. 156), os "amigos hipócritas", que se diziam de acordo com o "princípio" democrático, mas duvidavam da possibilidade de sua realização. "Tais pessoas são perigosas", dizia ele, Marx" (Padial, 2021, p. 156). Sobre isso Rafael Padial nos explica que, em um tal contexto, poucos dias depois, ao que parece já cansado das vacilações dos democratas burgueses, Marx expressará ali contundentemente que estes deveriam agir "ditatorialmente" para garantir o poder e não permitir o retorno da reação monárquico-feudal" (Padial, 2021, p. 156).

Em um outro texto de Marx, um artigo datado de 07 de junho de 1848, tal compreensão restou completamente esclarecida por parte dele, quando a

defesa de uma ditadura democrática aparecerá pela primeira vez na obra do comunista Alemão. Segundo Padial, "aí ele exige que a Assembleia Nacional Alemã aja energeticamente, sem esperar ação do governo provisório (ministério Camphausen), redigindo Marx os seguintes termos sobre o assunto:

(A) situação de então da Alemanha deu-lhe [à Assembleia Nacional] a oportunidade de superar sua infeliz situação material. Tudo o que ela precisava fazer era opor-se ditatorialmente [diktatorisch entgegenzutreten] às incursões reacionárias do governo caduco em todos os lugares, pois assim conquistaria um poder tal na opinião popular que, contra ele, todas as baionetas e fuzis se estilhaçariam (Marx, 1959d, p. 40-41, *apud* Padial, 2021, p. 156).

Entretanto, conforme Padial segue comentando em seu texto, em vez disso, a Assembleia Nacional, "entediou o povo alemão" com shows de parlamentarismo e frases ocas (o que em 1850 ele chamará de "cretinismo parlamentar") (Padial, 2021, p. 156).

Em um ainda outro texto de balanço pouco posterior, Marx (1959c, p. 402, *apud* Padial, 2021, p. 156) teria retomado o tema e volta problematizar acerca da questão da ditadura, acrescentando ainda um outro item, fundamental até para reforçarmos os termos que adotamos ao criticar da postura de Kautsky e de Rosa Luxemburgo aos atos e direções tomadas pela III Internacional comunista, por Lenin e Trotsky:

Qualquer situação provisória depois de uma revolução requer uma ditadura [Diktatur], e na verdade uma ditadura enérgica [energische Diktatur]. Desde o início, culpamos Camphausen por não agir ditatorialmente [daß er nicht diktatorisch auftrat], por não ter destruído e removido imediatamente os restos das velhas instituições. [...] Assim, enquanto o Sr. Camphausen dormia o sonho constitucional, o partido derrotado fortalecia posições na burocracia e no exército, e até mesmo arriscava uma luta aberta aqui ou acolá. A Assembleia fora convocada para se entender sobre a constituição. Ela ficou ao lado [neben] da Coroa, em pé de igualdade. Dois poderes iguais [Zwei gleichberechtigte Mächte] em um governo provisório!

O comentarista registra reunir este trecho aqui acima o texto no qual Marx trata com destaque pela primeira vez o problema da "dualidade de

poderes" (2021a, p. 156). Para o autor, naquele contexto, o governo de Camphausen era visto por Marx enquanto um elemento intermediário ou aglutinador entre poderes: "dois poderes iguais num só governo" (Padial, 2021, p. 156-157).

Conforme postas naquelas condições e condutas, por parte da burguesia, a função do governo era a de conciliá-los, evitando a abertura da guerra civil. De um lado estava o poder Legislativo, da Assembleia Nacional, representando a nação em geral: setores nobres, burgueses, proletários, camponeses e outros. No mesmo processo, mas em outras condições, estava situado o Poder Executivo, com todas as suas alavancas de realização da violência e controle estatais (sobretudo exército e burocracia), representando grandes proprietários de terras, sobretudo a nobreza Junker, conforme Padial (Padial, 2021, p. 157).

E, entretanto, conforme o mesmo autor, Marx esperava (e orientava) justamente o fim da citada conciliação, objetivando que: "a dualidade de poderes se desenvolvesse e caminhasse para a destruição do poder monárquico-feudal pelo da Assembleia Nacional (ou seja, do Executivo pelo Legislativo)" (Padial, 2021, p. 157).

Nas próprias e diretas palavras de Marx (1959c, p. 404, *apud* Padial, 2021, p. 157): "A Coroa e a Assembleia estão frente a frente. A 'conciliação' [enfim] levou à separação, ao conflito. Caberá talvez às armas decidir. *Aquele que tiver mais coragem e consequência vencerá!*"<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Outras das notas de Padial, que reproduzimos aqui na íntegra, são as de número nove e dez em seu texto fonte, nas quais o comentarista relata e comenta com absoluta competência duas questões altamente relevantes:

Notarmos que a noção de "dualidade de poderes" já havia aparecido, pela primeira vez, no artigo "Programas do Partido Democrático Radical e da Esquerda de Frankfurt". (...) Após o artigo "A crise e a contrarrevolução", a noção de dualidade de poderes será cada vez mais uma constante na NGR. Veja-se, particularmente, os artigos "A liberdade de deliberação em Berlim" (17/09/1848); "A crise em Berlim" (9/11/1848); "A contrarrevolução em Berlim" (12/11/1848); "O Ministério é acusado", (15/11/1848); "A Procuradoria Geral e a Nova Gazeta Renana" (22/11/1848); "O processo contra o comitê distrital renano dos democratas" (25/02/1849 e 27/02/1849).

Conforme Rafael Padial, neste movimento intelectual de Marx, a própria noção de "povo", muito comum nos artigos iniciais de Marx na NGR, sofre severas críticas do autor à medida que se desenvolverem os acontecimentos. Marx se afastaria dessa palavra vazia, que pode juntar em si muitas classes diferentes. Ver, por exemplo, a partir do artigo "A Gazeta Nacional Berlinense aos eleitores primários", de 26/01/1849 (Padial, 2021).

Padial expõe que, o movimento dialético da realidade, acabou ali por exigir alterações nos conceitos presentes nos artigos publicados por Marx nas NGRs e defendidos até ali, ao ponto de apenas dois meses depois, como se a palavra "ditadura" já não bastasse, o comunista alemão então veio se mostrar ainda mais incisivo, (Marx, 1959e, p. 459, *apud* Padial, 2021, p. 157), ao analisar a derrota da revolução em Viena (Áustria), afirmando, naquele contexto que:

[...] o canibalismo da própria contrarrevolução convencerá os povos de que só há uma maneira para simplificar e concentrar as dores de morte da velha sociedade e as sangrentas dores de parto da nova, apenas um meio, o terrorismo revolucionário [nur ein Mittel - den revolutionären Terrorismus].

Para Padial, nos termos acima, já se observa claramente um Marx significativamente diferente daquele do Manifesto Comunista. Em vez da abstrata "luta pela democracia", manifesta-se a necessidade de execução de um "terrorismo", por meio de uma "ditadura enérgica" do Poder Legislativo (representando a maioria do "povo"), e que conduza uma guerra civil contra o Poder Executivo (Padial, 2021, p. 157).

Padial discute que entra em cena, em vez do conceito democrático abstrato, um Marx "jacobinista" (Padial, 2021, p. 157-158). Mas o comentarista alerta, entretanto, que ainda a estratégia de Marx em linhas gerais parece seguir a mesma, centrada no Poder Legislativo (visando a usá-lo para ocupar o espaço do Executivo) (Padial, 2021, p. 158).

Em suma, apenas o que era abstrato passava suposto por determinado. Para Padial é possível se estabelecer que Marx levou ao limite do possível o que estava contido latente e limite já lá no Manifesto (Padial, 2021, p. 158).

Ao ter assim compreendido melhor Marx, a necessidade de uma ditadura e mesmo de um "terrorismo" revolucionários (mesmo que não presente um conteúdo de classe ainda, bem determinado ao menos, destaca Padial que Marx passa na NGR a refletir sobre o porquê de isso tudo não ter ocorrido na Alemanha, uma vez que, tal movimento geral, ocorrera tanto na Revolução Inglesa de 1648 quanto na Francesa de 1789 (Padial, 2021, p. 158).

Para responder essa questão Marx teria empreendido uma comparação entre as revoluções inglesa, francesa e alemã. Conforme Padial (Padial, 2021,

p. 159), na série de artigos conhecida por "A burguesia e a contrarrevolução", datados de dezembro de 1848, expressara Marx que as revoluções de 1648 e de 1789 não foram revoluções inglesa e francesa, mas sim revoluções de tipo europeu.

Segundo ainda o próprio Padial estas duas revoluções representaram para Marx a vitória de uma classe particular [*bestimmten*] da sociedade sobre a velha ordem política; a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia (Padial, 2021, p. 159). E, nesse sentido, para Marx, sim, a burguesia triunfou nelas, mas não apenas isso, o triunfo da burguesia representou o triunfo de uma nova ordem social (Padial, 2021, p. 159).

Rafael Padial, amparado nessas considerações de Marx, explora e mostra que isso não ocorreu na revolução prussiana de março de 1848. Esta, longe de representar uma revolução europeia, a Revolução de Março de 1848, ao contrário, para Marx, representou um mero resultado do atrofimento de uma "revolução europeia em um país atrasado [*zurückgebliebenen Lande*]": "[...]. Não se tratava de criar uma sociedade, mas do renascimento em Berlim da sociedade já morta em Paris. A revolução prussiana de março não foi sequer nacional, alemã, mas desde o início provincial-prussiana" (Marx, 1961a, p. 107-108, *apud* Padial, 2021, p. 159).

E Padial reforça que Marx destacava esses elementos e compreendia que os dados desenvolvidos e exercidos pela burguesia nas revoluções inglesa e francesa, por sua vez, constituía-se em um processo histórico-universal (Padial, 2021). Isto posto, faz-se relevante compreender a importância histórico-universal da revolução de junho de 1848 na França.

O autor comenta que na França, aos 23 dias de junho de 1848 estourou, em Paris, a primeira revolução proletária contra a ordem burguesa. O comentarista nos explica que a análise que Marx dedicou à Revolução de Junho na França é das mais belas de todo o jornal. Em seus artigos Marx teria comentado que o proletariado francês, ao já ter possibilitado a primeira revolução daquele ano, em fevereiro de 1848, ocasião em que o Rei Luís Filipe foi derrubado, o proletariado, ingenuamente, julgava já ter derrubado toda a ordem burguesa, uma vez que Luís Filipe, da Casa de Orléans, era conhecido como o "Rei Burguês", "representante de grandes setores do capital" (Padial, 2021, p. 159).

Entretanto, nos chama atenção Rafael Padial, que a derrubada desse Rei era também do interesse de fortes setores burgueses, não representados por Luís Filipe, que, após os combates conduzidos pelo proletariado, e devido ao fato de este não ter uma organização política própria, logo esses quadros colheram os frutos da revolução, ou seja, nas exatas palavras do comentarista aqui, no vácuo de poder, os burgueses instituíram um parlamento "democrático" seu e uma constituinte sua, tendo em vista representar no Estado burguês o máximo das frações da burguesia (eis a essência da "democracia" burguesa) (Padial, 2021, p. 159).

E essa condição de assalto, fruto de apropriação de fruto alheio, durou tão somente até o junho sangrento de 1848, quando o proletariado se insurgiu contra a própria ordem democrático-burguesa recém instituída na França; ao enxergar ali – uma parte do proletariado que, com a revolução de fevereiro de 1848, "tudo mudara para continuar igual" (Padial, 2021, p. 160).

No artigo de Marx acima citado por Rafael Padial, intitulado "A Revolução de Junho", Marx (1961b, p. 134, *apud* Padial, 2021, p. 160), o filósofo alemão apresenta um célebre comentário do caráter das duas revoluções francesas de 1848 (de fevereiro e de junho), registrando em palavras inequívocas o velho comunista revolucionário:

A Revolução de Fevereiro foi a bela revolução, a revolução da simpatia geral, porque as contradições que nela estouraram contra a monarquia dormiam lado a lado, ainda não desenvolvidas; porque a luta social que a formava só tinha ganhado uma existência aérea, uma existência na frase, na palavra. A Revolução de Junho é a revolução feia, a revolução repulsiva, porque o fato ocupou o lugar da frase, porque a república desnudou a própria cabeça de monstro, ao retirar a coroa que o protegia e dissimulava.

Assim como mostramos no capítulo primeiro desta tese, em nossas glosas críticas ao marxismo ocidental, ao abordarmos e comentar algumas das principais passagens de o 18 Brumário; também Rafael Padial descreve o junho de 1848, o levante proletário francês, enquanto uma luta proletária que foi massacrada pelas tropas do General Cavaignac, genuíno representante político da burguesia democrática e republicana. Assentando o comentarista que o ataque sangrento contou com o próprio apoio dos republicanos

"radicais", figuras pequeno-burgueses, bem como de todas as frações monarquistas da burguesia (Padial, 2021, p. 160).

Para o comentarista, naquelas condições, como viram manifestadas, a derrota de junho sofrida pelo proletariado na França significou o ponto de inflexão, o início de um retrocesso que feria todas as lutas revolucionárias europeias transcorridas entre os anos de 1848/49: inclusive as de caráter meramente nacional (Padial, 2021, p. 160).

E um dos resultados imediatos daquelas ocorrências na França e na Alemanha, resultou que a burguesia renunciou a qualquer pretensão própria, a qualquer ação radical, temerosa do proletariado, de um junho alemão, constituindo o que Marx chamou de "miséria alemã":

A burguesia alemã desenvolveu-se de forma tão indolente, covarde e lenta que, no momento em que ameaçou o feudalismo e o absolutismo, percebeu diante dela ameaçadoramente o proletariado e todas as frações da burguesia cujos interesses e ideias se relacionam ao proletariado. [...] [Ela] estava desde o início inclinada a trair o povo e a se comprometer com o representante coroado da velha sociedade (...) [Ela está] sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo [das Volk], sem missão histórico-universal [weltgeschichtlichen Beruf] (Marx, 1961a, p. 108-109, *apud* Padial, 2021, p. 161).

Comenta ainda Rafael Padial que, na sequência daqueles tristes e pobres acontecimentos na Alemanha, na mesma importante série de seus artigos, em que tematizou sobre o papel da "burguesia e a contrarrevolução" Marx (1961a, p. 124, *apud* Padial, 2021, p. 161) arremataria:

A história da burguesia prussiana, e da burguesia alemã em geral, de março a dezembro, mostra que na Alemanha uma revolução puramente burguesa e a fundação do domínio burguês sob a forma da monarquia constitucional são impossíveis [unmöglich]; que apenas a contrarrevolução feudal absolutista ou a revolução social-republicana são possíveis [nur die feudale absolutistische Kontrerevolution möglich ist oder die sozial-republikanische Revolution].

Para não possibilitar margens que possam levar ao erro possíveis leitores de nossa tese, destaco o lembrado por Rafael Padial, quando este

comentarista registra que Não pode haver dúvida de que por "revolução social-republicana" Marx entendia a revolução socialista" (Padial, 2021, p. 161). Este termo era o mesmo que as sociedades socialistas parisienses (conhecidas por Marx desde o final de 1843) utilizavam para expressar que não mais queriam uma revolução política, como a de 1789, mas sim algo que a ultrapassasse: uma revolução social (Padial, 2021, p. 161).

Naqueles termos e condições, a iniciativa histórica passava para as mãos do proletariado. E para Rafael Padial esse processo histórico mostrava para Marx que a burguesia se tornara definitivamente já uma classe reacionária (Padial, 2021, p. 161). E conforme segue em comentário Padial, aqui Marx e seus companheiros comunistas chegaram à conclusão de que, caso uma revolução se iniciasse num país atrasado, como então a Alemanha, ela não estacionaria numa "etapa" propriamente burguesa, mais que isso até:

Tal etapa nem mais existiria como possibilidade histórica. A revolução somente poderia prosseguir como propriamente socialista. Do contrário, adviria a contrarrevolução. A revolução, portanto, teria de ser permanente, ou não ser. Embora tal termo "revolução permanente" não apareça na NGR, aparecerá em texto seguinte de Marx e Engels a respeito dos dilemas da revolução na Alemanha, a "Mensagem do CC à Liga dos Comunistas", de março de 1850. É nesse texto que Marx finalmente sintetiza o que na NGR aparecera em forma contraditória (Padial, 2021, p. 161)<sup>64 65 66</sup>.

---

<sup>64</sup> Em nota, Padial (2021, p. 160) registra que esta autocrítica em relação às próprias posições anteriores de Marx é evidente. Padial alude que não à toa, Marx romperá com a Sociedade Democrática de Colônia em 15 de abril de 1849: uma organização que o próprio Marx havia fundado; a ruptura se tornou pública em artigo da NGR do mesmo dia. Rafael Padial também anota que Marx foi "acusado, por Gottschalk, justamente de não compreender que a revolução tinha de ser permanente" (Padial pede, para maior aprofundamento, se ler: McLellan, 1990, p. 234 (Padial, 2021, p. 161).

<sup>65</sup> Padial observa também em suas referências específicas de notas que O fim da missão histórica da burguesia não a impedirá, em 1848 e nos anos seguintes, de realizar o que Marx e Engels chamaram depois de "revolução por cima", "pelo topo", tanto na Alemanha quanto na França (Padial, 2021, p. 160). A burguesia, temendo processos revolucionários populares, buscou ela própria, por dentro do Estado, "com férreas ditaduras contra o proletariado, modernizar as relações econômico-sociais" (Padial, 2021, p. 160). Segundo Padial, o exemplo clássico para Marx e Engels para esse enlace consistiu no governo de Bismarck, mas, lembrando o comentarista que tais condições foram também adotadas na França de Luís Bonaparte) (Padial, 2021, p. 160). E, por fim, Rafael Padial alude que esta conceituação clássica de Marx precisa vir adotada na explicação do golpe e governo ditatorial aplicado por "Getúlio Vargas no Brasil" (Padial, 2021, p. 160).

<sup>66</sup> Para o aprofundamento de estudos e análises sobre a realidade interna brasileira ao longo do século XX, das acomodações e movimentações da burguesia nacional e transnacional, do(s) papel (papéis) dos grupos de esquerda existentes ao longo da estruturação da era Vargas e décadas seguintes, ler o texto e

Esta citada circular interna à Liga dos Comunistas foi redigida e distribuída para orientar os comunistas alemães no que Marx e Engels consideravam ser um novo e imediato ascenso revolucionário na Alemanha, em 1850. E para Padial, desta vez, ante as experiências recentes, acreditavam eles, Marx e Engels, não mais os comunistas "cometeriam os erros democrático-burgueses anteriores como em 1848/49 (Padial, 2021, p. 161).

Mas, conforme a história conhece, o mencionado ascenso, entretanto, não se realizou. E apesar disso, conforme assenta Rafael Padial, a Mensagem do CC à Liga nos representa ensinamentos táticos da maior importância.

O comentarista assenta que neste documento interno da liga, Marx e Engels (1960, p. 247-248, *apud* Padial, 2021, p. 161) anunciam abertamente, pela primeira vez, a necessidade da revolução permanente, esclarecendo aos socialistas revolucionários:

Enquanto a pequena-burguesia democrática quer finalizar [zum Abschlüsse bringen] a revolução o mais rápido possível, (...) os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente [die Revolution permanent zu machen] até que todas as classes mais ou menos possuidoras sejam expulsas do poder, até que o poder do Estado seja conquistado pelo proletariado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países [nicht nur in einem Lande, sondern in allen] predominantes do mundo, até que cesse a competição entre os proletários

---

referências de Carlos Prado, publicado no mesmo livro em que consta os dois artigos comentados aqui neste nosso capítulo de tese, artigo o qual leva o título: As primeiras interpretações de O 18 de Brumário no Brasil: os trotskistas e o conceito de bonapartismo na década de 1930 (Prado, 2021). O citado trabalho expõe diversas interpretações produzidas por destacadas organizações revolucionárias ao longo dos anos entre as décadas de 1930 e 1960. O seu autor mostra o como essas organizações trotskistas representam as primeiras leituras marxistas a explorarem a obra O 18 brumário de Karl Marx na perspectiva de se investigar e compreender a complexa realidade brasileira e latino-americana. O autor aproxima no seu trabalho que, apesar de alguns problemas e limitações, avanços e recuos, essa fundamentação foi essencial para que estas organizações operárias pudessem realizar uma análise mais rigorosa das condições econômicas e políticas, diferenciando-se da perspectiva apresentada pelo PCB (Prado, 2021, p. 85). Carlos Prado nos mostra que, municiados deste aporte marxiano e das "inovações teóricas realizadas por Trotsky em seus escritos sobre a América Latina", estes oposicionistas conseguiram ali avançar na investigação das relações entre o Estado, as classes sociais e o capital internacional, alcançando condições de com isso melhor explicarem as particularidades da formação e conformação política brasileira. O mesmo Carlos Prado registra ainda que o termo utilizado em seu trabalho, "trotskista", foi por ele adotado em referência aos membros da Organização Oposição de Esquerda Internacional (OEI), e, também, para com aqueles grupos organizados a partir desta organização, como o Grupo Comunista Lenine (GCL) e o seu jornal A Luta de Classe, criado em 08 de maio de 1930, dentre outras organizações que se aproximam ao longo daquele processo de oposição ao cerco stalinista burocrático soviético e que se reconheciam "Bolcheviques-leninistas" (Prado, 2021).

nesses países, e que, pelo menos, as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado.

Padial comenta que Marx e Engels fecham o texto circular interno à liga com a seguinte afirmação: "Seu grito de guerra [do proletariado alemão] tem de ser: a revolução em permanência [Die Revolution in Permanenz]" (Engels; Marx, 1960, p. 254, *apud* Padial, 2021, p.161)<sup>67</sup>.

Padial resgata e discute, enquanto elementos absolutamente importantes presentes neste texto da circular interna à Liga dos Comunistas, a própria crítica às reivindicações estatizantes da pequena-burguesia (neste tema, uma crítica indireta também às reivindicações do Manifesto Comunista); a apresentação da tática da dualidade de poderes; a apresentação da tática da frente única; a apresentação da estratégia partidária ao mesmo tempo legal e secreta; a tática eleitoral dos comunistas; a exigência de se manter a independência organizativa e programática total dos proletários frente aos pequeno-burgueses; a tática para desmascarar os pequeno-burgueses ditos socialistas com reivindicações radicais etc.; concluindo o comentarista, desses tantos temas e orientações, que o texto da circular interna aos membros da liga revestem-se de elementos da maior importância e teria oferecido base fundamental e perfeita à "atuação de Lenin e Trotsky, à frente do Partido Bolchevique, durante a Revolução Russa de 1917" (Padial, 2021, p. 162).

É necessário aqui chamarmos atenção que esta circular interna aos membros da Liga dos Comunistas não foi redigida em 1848, no auge das lutas proletárias e possibilidades abertas na França. Conforme mostrado acima, a circular interna se dirigia a uma nova e já outra oportunidade que se esperava viria agora aberta na Alemanha, portanto: já após a derrota sangrenta do proletariado em junho na França.

---

<sup>67</sup> Segundo Rafael Padial (2021, p. 162), o termo "revolução permanente", ainda que sem destaque, já aparecera na Sagrada Família, de Marx e Engels (redigida ao final de 1844). Amparado em Day e Gaido, Rafael Padial lembra também de referência anterior à da Sagrada Família, em "A Questão Judaica", nos Anais Germano-Franceses (ver primeiro capítulo de Day, R., & Gaido, D., *Witnesses to Permanent Revolution*, Chicago/Leiden: Haymarket/Brill, 2009). Padial indica que se pode também afirmar que em diversas passagens da chamada Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (Manuscrito de Kreuznach) Marx expressa claramente que a burguesia alemã é impotente demais (sem expressar, no entanto, o termo "revolução permanente"). Ainda que a orientação só tenha sido erigida, enquanto termo "revolução permanente", enquanto própria essência da estratégia do proletariado, a partir do ano de 1850 (Padial, 2021, p. 162).

Em suma, numa realidade marcada por recentes derrotas proletárias; o fechamento da NGR, em maio de 1849; a dura e policial perseguição dos membros da liga dos comunistas e proletários organizados; ou seja, um duro contexto de derrotas e perseguições policiais no qual o próprio Marx foi expulso da Alemanha e acaba precisando fugir para a França, permanecendo ali poucos meses (Padial, 2021, p. 162).

E esta permanência de Marx na França, apesar de ter sido bastante curta, ainda assim lhe possibilitou uma experiência no território francês suficiente para testemunhar o medíocre levante pequeno-burguês dirigido pelo partido parlamentar da Montanha (Padial, 2021, p. 162).

O comentarista recupera que, naquele contexto de final de 1849, uma vez Marx já residente em Londres, procura estabelecer contatos estreitos com diversos revolucionários do continente, foragidos de todas as revoluções derrotadas. Rafael Padial indica inclusive que nessas relações, absorvendo as diversas experiências de seus camaradas, com um destaque particular para as experiências da realidade francesa e alemã "Marx avança em seus balanços políticos e recepciona de vez o termo "revolução permanente" como elemento de sua estratégia revolucionária" (Padial, 2021, p. 163).

Rafael Padial registra que esse elemento teórico é inclusive expresso na nova publicação teórica de Marx, a Nova Gazeta Renana, com nome similar a anterior, mas, esta última, uma Revista de Economia Política: periódico que dura de janeiro a novembro de 1850, integrando seis números publicados (Padial, 2021, p. 163). Registra o comentarista aqui em tela que foi neste periódico que Marx apresenta o primeiro grande balanço do processo revolucionário na França. Posteriormente reunido em livro, denominado As Lutas de Classes na França (Padial, 2021, p. 163).

Neste balanço, novas e importantes determinações aparecerão. Mas, conforme o próprio Padial discute, entretanto, foi apenas "em O 18 de brumário de Luís Bonaparte (1851/1852) é que Marx chegará numa síntese geral de todo o processo revolucionário" (Padial, 2021, p. 163).

Escreve o comentarista sobre, expondo que nesta obra, além da análise genial dos fatos, momentos e movimento geral da revolução de 1848 e 1849 na França, uma análise que acompanha o conflito entre as classes do país, Marx desenvolve em seu livro O 18 Brumário outros temas fundamentais, como, por

exemplo: "do problema do poder dual". Tratou também, do que já começara a desenvolver na NGR-jornal, "do destino das revoluções nacionais (o que corrobora em mostrar dos limites presente nos pensamentos e propostas de Nicos Poulantzas em seu livro O Estado, o poder, o socialismo (1980); e, do próprio Domênico Losurdo (2015), o qual não desenvolvemos mostras em nossa tese de suas ideias conservadoras, mas, este último citado também encaminha reflexões problemáticas, como aquelas presentes em um de seus livros no qual ele aborda o marxismo ocidental, morte e possibilidades de um seu renascimento, adotando e pugnando por temas completamente estranhos aos termos clássicos sustentados pelo pensamento marxiano), apontando e comentando Rafael Padial que:

Marx é contra a ideia de "autodeterminação dos povos" como um princípio abstrato e universal, ou seja, válido para qualquer situação e país, e sempre submete tal autodeterminação nacional à "autodeterminação" dos proletários em relação ao capital. Ou seja, Marx sempre submete o problema nacional ao problema de encontrar os elos da revolução socialista permanente internacional). Marx trata também da resignificação de termos históricos (como, por exemplo, "revolução", "esquerda" e "direita") após a revolução de junho de 1848 na França ter aberto uma nova etapa histórico-universal. Marx critica o termo "social-democrata", como amálgama pequeno-burguês (nome que submete o proletariado programaticamente à pequena-burguesia). Marx trata do governo provisório francês após fevereiro de 1848, caracterizando o que depois será chamado de "Frente Popular" (ou – "Kerenskismo"). Marx critica novamente (embora indiretamente) as dez medidas contidas no final do cap. II do Manifesto do Partido Comunista. Ainda critica seriamente noções como a de "reforma agrária" e apresenta a tese de que os camponeses são incapazes de realizar uma revolução (Padial, 2021, p. 163-164).

Para Padial um dos elementos mais interessantes do livro O 18 Brumário talvez seja a análise, ao final da obra, sobre o ciclo econômico (industrial) da produção capitalista, bem como das possibilidades de revolução vinculadas a tal ciclo, a ideia de que a "revolução vem na esteira da crise (Padial, 2021, p. 164).

No final de seu livro O 18 Brumário Marx estabelece elementos e comentários que explicam, por exemplo, como o ciclo econômico-industrial do país dominante, no caso a Inglaterra, regulava o ciclo econômico relativamente

autônomo de todas as demais economias capitalistas de então (Padial, 2021, p. 164).

Padial enxerga, em O 18 Brumário, Marx relacionar absolutamente elementos acerca da estratégia revolucionária de tomada do poder pelo proletariado. Para ele, diferentemente do que se passara nos artigos da NGR-Jornal, conforme mostrado e comentado acima – em exposições fidedignas dos trechos do texto de Rafael Padial – Marx não se mostra mais "favorável a uma "ditadura" em abstrato, mas propriamente defensor da ditadura do proletariado" (Padial, 2021, p. 164).

Assim, para Rafael Padial, se antes, na NGR-Jornal, Marx exigia centralmente da própria burguesia e setores aliados, primeiro, do governo provisório de Camphausen, depois, da Assembleia Nacional Alemã, o agir ditatorialmente, com terrorismo, para quebrar-se o antigo Poder Executivo monárquico-feudal, agora, em O 18 brumário, mais do que exigir algo da burguesia, Marx propõe ação própria e direta ao proletariado (Padial, 2021, p. 164).

Segundo este, Marx estabelece em O 18 Brumário, ao tratar da derrota da Revolução de Junho de 1848 na França, que ela, ao final:

[...] convenceu [o proletariado] de que mesmo uma diminuta melhora [geringste Verbesserung] em sua situação permanece uma utopia [Utopie] dentro da república burguesa, uma utopia que se converte em crime assim que se tenta realizá-la. As exigências, exuberantes quanto à forma, mas mesquinhas e ainda burguesas quanto ao conteúdo, que o proletariado parisiense queria arrancar da república [burguesa] de fevereiro, deram lugar à ousada palavra de ordem: Derrubar a burguesia! Ditadura da classe operária! [Sturz der Bour-geoisie! Diktatur der Arbeiterklasse!] (Marx, 1960a, p. 33, *apud* Padial, 2021, p. 164)<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Rafael Padial indica em uma outra de suas ricas notas mais alguns pontos que interessam ao tema em tela neste capítulo :

a) Em carta de 5 de março de 1852 a J. Weydemeyer, Marx afirma: "No que me concerne, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência de classes nem a luta entre elas. Muitos historiadores burgueses, antes de mim, haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu fiz de novo foi:

- 1) mostrar que a existência das classes está ligada a determinadas fases históricas de produção;
- 2) que a luta de classes conduz necessariamente [noten- dig] à ditadura do proletariado;

Portanto, esse próprio movimento, dada as alterações das condições históricas postas aos proletários, levam não apenas Marx e Engels, mas a organização comunista em si, a alterar e substituir as reivindicações usuais adotadas até ali, como aquelas apresentadas ao governo provisório Alemão, exuberantes, aparentemente radicais, mas burguesas em conteúdo (como as próprias pautas apresentadas ao final do cap. II do Manifesto Comunista), e que, segundo Padial, algumas das quais o governo provisório buscou inclusive realizar, mas que acabaram substituídas pela exigência de derrubada da burguesia e de constituição de uma ditadura propriamente de classe do proletariado (Padial, 2021, p. 165).

Segundo o que Rafael Padial anota, foi aqui, neste contexto e experiências, a primeira vez na qual o proletariado desenvolveu propriamente a ideia de uma ditadura de sua classe. O comentarista indica que nessa nova ocorrência da noção de ditadura do proletariado, Marx curiosamente a vincula também à ideia de revolução permanente, ao menos na primeira aparição pública desse termo em forma propriamente ligada à estratégia revolucionária (Padial, 2021, p. 165).

Rafael Padial mostra que nessa adoção, Marx criticaria os socialistas pequeno-burgueses, fazedores de sistemas (mais ou menos utópicos), e assenta Padial, ainda que Marx faz referência aqui a corrente francesa operária, propriamente comunista, sobre o que o filósofo alemão mentor comunista escreveu:

[...] enquanto os diversos líderes socialistas em luta entre si exigem a adesão a cada um de seus sistemas como ponto de transição da convulsão social, o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia inventou o nome de Blanqui. Esse socialismo é a declaração da permanência da revolução

---

3) que essa própria ditadura representa apenas a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes (...)" (Marx, 1963, p. 507-08, *apud* Padial, 2021, pp. 164-165).

b) Antes disso, os blanquistas franceses eram favoráveis a uma "ditadura", mas esta não era expressa em termos propriamente de classe, e sim às vezes com a noção de "povo" e às vezes com a ideia de uma minoria (supostamente muito bem selecionada e preparada), que governaria por um tempo mais ou menos longo, até permitir que o "povo" se educasse e es - tivesse apto a se autogovernar. Tais ideias remontavam, em linhas gerais, à tradição da convenção Nacional de 1793. O nosso comentarista indica para aprofundamento sobre o tema último, ler-se: (Soboul, 1951), (Padial, 2021, p. 165).

[die Permanenzerklärung der Revolution], a ditadura de classe do proletariado [die Klassendiktatur des Proletariats] como ponto de transição necessário [notwendiger Durchgangspunkt] para a abolição de todas as diferenças de classe [...] (Marx, 1960a, p. 423.20, *apud* Padial, 2021, p. 165).

O proletariado, nos termos trabalhados por Marx, aqui recuperados por Padial em seu texto, afastando todos os "sistemas" idealistas" dos "líderes" socialistas; o proletariado francês ali se aproximava do comunismo, ou seja, da compreensão de que a ditadura de classe do proletariado é um ponto necessário de transição: não algo fortuito ou ocasional, "mas propriamente estratégico" (Padial, 2021, p. 166). Nesses termos, tal ditadura deve realizar o processo da revolução em permanência (sem estacionar em qualquer fase democrático-burguesa) (Padial, 2021, p. 166).

E é, disso, preciso tomar aqui por grave engano qualquer perspectiva que contemporaneamente pretenda orientar que tais noções teriam validade estratégica apenas para países chamados por Marx de atrasados. Conforme o próprio Rafael Padial, tais concepções teriam validade universal, pois a própria revolução socialista teria de vir ser, em Marx, por essência, por seus próprios fundamentos ontológicos, devido ao processo em movimento do sistema capitalista de produção reunir e confluir um processo histórico antagônico, negativo e dialético, de negação universal das contradições burguesas (Padial, 2021).

Aliás, foi em face desta concepção e direção que, nesse mesmo período, conforme também relatado e discutido por Rafael Padial, ali Marx e seus companheiros comunistas esforçam-se por construir uma nova organização internacional, com os "blanquistas franceses e a ala à esquerda dos cartistas ingleses, a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários (SUCR)" (Padial, 2021, p. 166).

Rafael Padial registra e discute que o primeiro artigo do estatuto da nova organização política internacional fundada ali naquele contexto trazia os seguintes fundamentos e princípios:

Art. 1 - O objetivo da associação é a derrubada de todas as classes privilegiadas, sua submissão à ditadura dos proletários [Diktatur der Proletarier] e a manutenção da revolução em

permanência [Revolution in Permanenz] até a realização do comunismo, que é a última forma de constituição da família humana (Marx, 1960a, p. 553, *apud* Padial, 2021, p. 166).

E o artigo 5 do citado estatuto, por sua vez, afirmava que o artigo primeiro era uma condição de existência da própria associação, por isso absolutamente importante o dispor aqui:

Art. 5 - Todos os membros da associação comprometem-se sob juramento [eidlich] a cumprir o disposto no primeiro artigo do presente estatuto. Uma modificação que possa enfraquecer as intenções expressas no artigo primeiro desobriga os membros da associação em relação a este acordo (Marx, 1960a, p. 554, *apud* Padial, 2021, p. 166).

Padial registra em seu texto (2021, p.166), reunir importante notar-se que o "Universal" do nome da citada organização pode ser traduzido também como "Mundial". Explica-nos o mesmo comentarista ainda que o estatuto dessa organização consistia apenas em seis artigos; e, até onde Rafael indica possuir conhecimento, o estatuto nunca foi traduzido integralmente para o português (Padial, 2021, p. 166).

Rafael Padial registra por fim que os membros que assinam este estatuto foram: Adam e J. Vidil (pelos blanquistas franceses); Marx, Engels e Willich (pela Liga dos Comunistas); e J. Harney (pela ala à esquerda dos cartistas, pedindo atenção em seguida Padial para com as seguintes questões:

O texto, como se sabe, escrito em francês, está com a letra de Willich. Este, juntamente com Schapper, iniciava um processo de disputa contra Marx e Engels pelo futuro da Liga dos Comunistas (que, pouco tempo depois, rachará e findará). Willich era mais próximo dos blanquistas franceses (e, após o racha, estes apoiarão a fração Willich-Schapper, contra Marx e Engels). O racha da Liga é um dos motivos que explicam a SUCR nunca ter saído do papel. Hal Draper (1986, capítulo 12) parece estar certo ao afirmar que tal documento tem de ser visto como uma carta inicial de intenções, para trabalho futuro. Mas, daí a conceber, como quer Draper, que as posições ali expressas não tinham grande valor para Marx e Engels (e sim apenas para os blanquistas e para Willich), é um exagero. Draper busca sempre afastar Marx do suposto "blanquismo" para, assim, afastar leituras leninistas em nome das supostamente luxemburguistas. Isso, entretanto, não é tema deste artigo (Padial, 2021, p. 166-167).

Aos termos que nos propomos abordar neste capítulo de tese, em sentido de ampliar a relação até aqui acima exposto em Rafael Padial (2021) enquanto questões inafastáveis, e a partir daqui seguiremos no sentido de melhor relacionar o próprio livro O 18 Brumário naquele contexto de fundamentação da teoria da revolução permanente.

O próprio Rafael Padial apresenta O 18 Brumário, o seu capítulo IV, enquanto uma especial reprodução condensada do texto As Lutas de Classes na França. Para o comentarista, inclusive, o que existiria de mais inédito em O 18 de brumário consiste justamente no seu conteúdo apresentado a partir do capítulo V: capítulos seguintes de O 18 Brumário que tratam dos fatos históricos não abarcados cronologicamente pelo texto da Lutas de Classes na França (Padial, 2021).

Segundo Padial, nesta sua concepção, o principal conteúdo e cerne mais importante por vir compreendido em O 18 Brumário reúne as implicações do golpe de Bonaparte em 02 de dezembro de 1851, enquanto aspectos clássicos, e que representaram, definiram ali implicações diretas no escopo da luta de classes (Padial, 2021).

Para Rafael Padial, após a experiência da revolução na França em 1848 e 1849, o próprio Poder Legislativo passa vir desacreditado ante o operariado francês. Uma vez que ali o Poder legislativo foi notadamente o responsável "pela repressão do levante proletário de junho de 1848" (Padial, 2021, p. 167).

Ante aquela ordenação assassina posta em prática no junho de 1848 na França, o Poder Legislativo burguês mostrou todo o seu verdadeiro caráter de classe. E para Padial, a partir daquela experiência, a história da luta de classes não mais permitiria a ideia de uma verdadeira revolução conduzida pelo Poder Legislativo contra o Executivo: tendo em consideração que: "(...) ambos os órgãos foram desmascarados enquanto instituições burguesas, partes componentes da ditadura da minoria contra a maioria proletária. A revolução proletária não mais faria o que fizeram as revoluções burguesas anteriores (como a inglesa e a francesa)" (Padial, 2021, p. 167).

Desta experiência, ante aqueles acontecimentos históricos, a partir desse enlace conservador e absolutamente assassino exercido pelo parlamento democrata da Segunda República, a revolução proletária se assentaria desde ali, e definitivamente, enquanto uma revolução de novo tipo.

E explica este marco Rafael Padial apontando que não se tratou apenas de uma alteração quanto ao conteúdo, mas também e sobretudo quanto à forma e programa da revolução operária (Padial, 2021, p. 167).

Para este também comentarista de O 18 Brumário, esta mudança opera uma séria e rigorosa adequação no programa do partido operário, em termos revolucionários, distinto as experiências anteriores até ali vivenciadas por suas organizações e lutas (Padial, 2021, p. 167).

E conforme Rafael Padial comenta de O 18 de brumário, Marx, curiosamente, e contrariando todas as análises correntes da época, avaliou em seu livro que a derrubada do Poder Legislativo francês pelo Poder Executivo (o Golpe de Estado de Luís Bonaparte, do dia 2 de dezembro de 1851) significava algo não outro que uma obra turva da própria revolução proletária (Padial, 2021, p. 168).

Em Padial (2021, p. 168), haveria por trás daquele acontecimento algo como uma dialética perversa da história: "como se a revolução de junho de 1848 corresse por baixo dos conflitos internos aos poderes do Estado democrático-burguês".

E segundo Rafael Padial, essa condição, então uma vez desgastada, ante a derrubada do Poder Legislativo (já dominado pelas facções monarquistas-burguesas do Partido da Ordem), na ação do Poder Executivo (Bonaparte) efetuava-se ali uma apenas metade do trabalho (indireto) da própria revolução proletária (Padial, 2021, p. 168).

Alude o comentarista, com clareza, que esses termos só se tornam possíveis de virem compreendidos se se entende que Marx analisa ali e defende que, em termos e condições clássicas do movimento da revolução burguesa, não mais se vislumbra em termos comunistas a tomada do poder com atos associados e como que indistintos no Poder Legislativo: "mas sua derrubada (junto com a do Poder Executivo)" (Padial, 2021, p. 168).

Assim, para Padial, teria ali reunido, doutra parte, em perspectiva de conservação burguesa, resultado dos mesmos clássicos fundamentos, já maduros nas ações e perspectivas das classes dominantes abastadas da França, uma vez a burguesia já tendo realizado ali o mais importante, e com destaque enxergando os riscos que cresciam para o modo de produção burguês ante a recepcionada luta beligerante proletária, ela própria, após ali ter

já realizado ou completado o Poder Parlamentar, demonstrado historicamente que "a democracia-parlamentar é parte componente da ditadura de classe da burguesia, ela mesma o derrubou" (Padial, 2021, p. 168).

E a burguesia tendo por necessidade implementar essa operação, por seu lado, por sua vez, a organização proletária teria, por consequência, que seguir o seu caminho: "preparando a derrubada do único poder que havia restado, e que concentrou em si toda a atenção ou ódio nacionais: o Poder Executivo" (Padial, 2021, p. 168).

Nesse duplo e simbiótico movimento, dialeticamente, correndo por baixo dos acontecimentos, dos aparentes conflitos entre Poder Legislativo e Executivo, em O 18 Brumário a revolução "para Marx avançava como uma toupeira, a toupeira da História, que apenas escavara em junho de 1848 e saía de cena para retornar mais à frente, com o dobro de força e voracidade" (Padial, 2021, p. 168).

Citando Karl Marx (1960b, p. 196, *apud* Padial, 2021, p. 168-169), comenta sobre esse percurso Rafael Padial:

A revolução é profunda. Ela ainda passa pelo purgatório. Ela completa metodicamente seu trabalho. Até dois de dezembro de 1851 [data do golpe de L. Bonaparte] ela concluíra metade do que havia preparado e agora conclui a outra metade. Ela completou [vollendete] primeiro o poder parlamentar, para poder derrubá-lo [stürzen]. Agora que o fez, completa [vollendet] o Poder Executivo [Exekutivgewalt], reduzindo-o à sua expressão mais pura, isolando-o, confrontando-o com suas próprias acusações, para concentrar contra ele [gegen sie] todas as suas forças de destruição [Kräfte der Zerstörung]. E quando ela tiver completado esta segunda metade do seu trabalho prepara-tório, a Europa saltará de sua cadeira e gritará: bem escavado, velha toupeira!

Assim, como esclarece Rafael Padial, para Marx a revolução burguesa de 1789 demarcava um caráter ascendente. Nela, cada setor que impulsionava uma revolução amparava-se em outro, vindo atrás, um ente mais amplo e radical, que logo substituía o primeiro e forçava a revolução avançar (Padial, 2021).

E essa leitura, correta, claramente mostrada em O 18 Brumário, acessível para qualquer leitor deste livro, mesmo leitores de primeira aproximação, pelo que resta a dúvida: o como relacionar então, no seio do

marxismo contemporâneo (Poulantzas, 1980); (Losurdo, 2015); o encanto pelos salões da assembleia burguesa e pelos executivos de seus respectivos países e o próprio Estado Burguês.

Bem, responder a isso caberia ao marxismo reformista. E esse até tentou, mostramos, parte desse intento, ao dispor as ideias e formulações de Nicos Poulantzas e outros. Entretanto, pelo aludido e comentado sobre o conteúdo do livro *O Estado, o poder, o socialismo*, não convencem os argumentos de reformas do grego, acerca da condensação da luta de classes em guias de uma suposta transformação qualitativa do Estado capitalista burguês.

Mas, por outro lado, na Revolução de 1848, conforme nos deixou redigido Marx, dava-se o inverso, demarcava-se uma linha descendente. Rafael Padial indica que ali e já em condições absolutamente decadentes e degeneradas, o setor mais radical (proletário) tomava em primeiro lugar a cena: "por falta de independência política, era logo traído pelo pequeno-burguês, que ancorava-se no burguês, o qual amparava-se no monarquista, tudo tendo em vista paralisar a revolução proletária (impedir sua permanência)" (Padial, 2021, p. 169).

Rafael Padial nos explica e mesmo nos adverte que a análise de Marx a respeito do golpe de Luís Bonaparte em *O 18 Brumário* é, portanto, tão única ao ponto de Marx não permitir denotar qualquer lamento frente ao fim da "democracia" parlamentar-burguesa (2021, p. 169).

Isto posto, e desde que o *18 Brumário* venha lido com sua contextualidade histórica e lógica expositiva adotada por Marx, restará disso indesejável uma até necessidade de se considerar que para este filósofo comunista não há ali na França espaço para "lágrimas, lamúrias democráticas estritas, em nada" (Padial, 2021, p. 169).

Rafael Padial recorda que Marx jamais perdeu de vista em seu livro *O 18 Brumário* que o golpe apenas engendrava uma revolução socialista por vir, e por isso mesmo: "Marx jamais deixou de prepará-la". (2021a, p. 169). Acresce sobre isso Rafael Padial que, ante a ação e estratégia dos proletários ela chegou, com a Comuna de Paris, em 1871 (2021, p. 169).

E ao concordar com Padial ao indicar que não se trata agora de nos determos procurar incidir se a Comuna foi ou não suficiente, se atendeu as

estratégias de levante e avante de seu tempo, mas sim, compreender o como aquela experiência real veio possibilitada, e não foi, com certeza não veio aquela experiência aproximada por meios democráticos estritos.

Isso porque, diferente de Marx e os efetivamente comunistas, os que choraram ali na França em meados do século XIX o fim da "democracia", foram exatamente os mesmos, como bem destaca Rafael de Almeida Padial, os primeiros a se acomodar "à nova situação": "Proudhon buscou acordo com Bonaparte. Na Alemanha, frente a um governo similar, de Bismarck, também caracterizado como "bonapartista" por Marx e Engels, F. Lassalle e os seus acomodaram-se politicamente, buscando uma via de "socialismo" estatal bismarckiana" (Padial, 2021, p. 169).

O comentarista prestigiado aqui, atualizando esse caminho aos dias atuais, desde as décadas seguintes, meados do século XIX, por parte da burguesia, o problema da queda de governos burgueses ditatoriais teria tornado-se uma pauta inclusive da maior importância para as classes dominantes: "ganhando destaque nas reflexões dos departamentos de Estado de muitos países imperialistas, bem como nos inúmeros departamentos universitários de sociologia financiados por estes" (Padial, 2021, p. 169).

Em síntese, diferente dos conceitos formulados por Nicos Poulantzas no final da década de 1970, o Estado tomado enquanto uma forma de condensação pela luta de classes em exercício da democracia estrita, mediado pelas disputas das frações burguesas, das conseqüentes alterações e pesos da classe dominante no bloco no poder ao proletariado, no que pede aos processos burgueses clássicos, ao que se se convencionou nomear por processo de "Descompressão Política"<sup>69</sup>, enquanto regressão de um regime de ditadura burguesa explícita para um regime de democracia burguesa, conforme Rafael Padial nos permite ler: "no qual mais frações da burguesia participam da dominação" (Padial, 2021, p. 169), nada além da já própria dominação burguesa se encontrará posto e em disputa pelas frações e o bloco de classe dominante no poder, diferente do orientado por Poulantzas em seu livro que criticamos no capítulo anterior.

---

<sup>69</sup> Padial cita como uma obra clássica a esse respeito a de Samuel Huntington, *Approaches to political decompression*. Para Padial, Huntington se encontrou algumas vezes com o General Golbery do Couto e Silva, cérebro da última Ditadura Militar brasileira (1964-1985), para discutir a "descompressão" a ser realizada aqui no Brasil (Padial, 2021).

Os termos aqui ponderados por Rafael Padial tendem assim se mostrar bastante distintos aos escopos e defesas sinalizadas por Nicos Poulantzas (1980), enquanto uma orientação representante dos termos clássicos não afastados pela história da luta de classes, ao contrário, fundamentos que precisam vir tomados e concentrar seriamente a atenção daqueles que ainda insistem na teoria marxiana enquanto um próprio programa dirigente do processo histórico de emancipação dos trabalhadores, dos percursos que possam ou não aproximar uma sociedade socialista em real transição ao comunismo.

Retomemos, assim, que para Padial, Marx desenvolve nesses textos clássicos citados as características peculiares de uma revolução proletária, na qual uma nova forma coaduna com um novo conteúdo. E, particularmente em O 18 Brumário, Marx teria nos explicado que o Poder Executivo é a grande essência do Estado burguês, o elemento realmente disputado em todas as revoluções anteriores, pois encontram-se em suas mãos as verdadeiras alavancas de domínio e controle (Padial, 2021, p. 169).

Marx nos explica assim em O 18 Brumário que todas as revoluções anteriores, portanto, classes ou frações de classe, se valiam do Poder Legislativo enquanto uma espécie de trampolim, para, por assim dizer, tomar de assalto o Poder Executivo, como espólio de guerra (Padial, 2021, p. 169). E, tão logo assim o faziam, modernizavam o Executivo, tornavam-no ainda mais centralizador e violento, tendo em vista subjugar as demais classes (Padial, 2021, p. 170).

Para Padial, por seu turno, a revolução proletária, pelo contrário, por nem mesmo intentar tomar o poder Legislativo, já falido historicamente frente uma luta real do proletariado, não mais buscam os trabalhadores a conquista ou o aperfeiçoamento da máquina à disposição do Poder Executivo, mas sim sua destruição, e do Estado em seu conjunto (2021, p. 170).

Este competente comentarista, para mostrar o movimento inerente ao Estado burguês, apresenta uma longa citação de Marx (1960b, p. 196-197, *apud* Padial, 2021, p. 170, grifos do autor):

Esse Poder Executivo [Exekutivgewalt], com sua monstruosa organização burocrática e militar, com sua máquina estatal

extensa e artificial [künstlichen], um exército de funcionários de meio milhão ao lado de um exército [militar] de outro meio milhão, esse terrível corpo parasita [Parasitenkörper] que enclausura o corpo da sociedade francesa e entope todos os seus poros, surgiu na época da monarquia absoluta, com o declínio do feudalismo, que ajudou a acelerar. [...] A primeira Revolução Francesa [1789], com sua tarefa de quebrar todos específicos poderes locais territoriais, urbanos e provinciais para criar a unidade burguesa da nação, teve de desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas também, ao mesmo tempo, a extensão, os atributos e os servos do governo. Napoleão completou [vollendete] essa máquina de Estado. [...] Por fim, a república parlamentar, em sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer as formas e a centralização do poder governamental por meio de medidas repressivas. Todas as revoluções [Umwälzungen] aperfeiçoaram essa máquina em vez de quebrá-la [statt sie zu brechen]. Os partidos, que se revezavam na disputa pelo poder, consideravam a posse desse imenso edifício estatal [o Poder Executivo] como o principal butim do vencedor.

Marx, como se pode denotar da citação de O 18 Brumário acima, apresenta aí alguns dos piores adjetivos para se descrever o Estado moderno: "corpo parasita que enclausura e entope todos os poros da sociedade"; "interesse geral superior, contraposto à sociedade, que mata a autoatividade de seus membros individuais" (Padial, 2021, p. 170).

Claro que se Nicos Poulantzas, pudesse ler a passagem acima, tenderia aludir em sua defesa que existem outros textos, da juventude de Marx, em que o autor teria feito essas "mesmas" críticas e, por isso, tão logo, numa perspectiva poulantziana, o entendimento aqui não reuniria maior dotação clássica.

Entretanto, apesar da possível réplica, Rafael Padial (2021) nos permite lembrar aos poulantzianos que sim, embora verdade que em suas obras de juventude Marx já expressara grande desprezo pelo Estado com destaque para a chamada Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, ou Manuscrito de Kreuznach (Padial, 2021, p. 170). E, no entanto, segue aqui o comentarista: "tais obras não refletiam sobre uma estratégia de tomada do poder pelo proletariado (classe que, aliás, nem mesmo é nomeada no Manuscrito de Kreuznach)" (Padial, 2021, p. 170).

Mas, apesar deste devido domínio, o qual precisa vir compreendido, Padial reforça de reais cuidados necessários, acenando que, o

amadurecimento teórico colocou e exigiu Marx melhor enxergar o movimento da luta de classes em desdobramento em meados do século XIX, possibilitando, com isso, o estabelecimento de relações antes talvez até impossíveis, de modo que os próprios acontecimentos transformam e elevam o pensamento do teórico e militante comunista, o levando para com inéditas conclusões sobre o processo e forma de tomada do poder político pelo proletariado (Padial, 2021, p. 170).

O comentarista afirma que, nesse sentido, mesmo atividades superiores e qualitativamente distintas em ações do Estado, como que supostamente neutras (Poulantzas e Losurdo insistem e muito em algo bastante próximo desta ideia fantasiosa) ou científicas, como o trabalho das escolas e universidades, passam consideradas por Marx enquanto componentes da opressão promovida pelo Poder Executivo. Para Padial, a partir deste marco, em Marx, muito diferente da ideia do marxismo reformista, de Domênico Losurdo (2015), Poulantzas (1980), nada restara de transformador na “máquina do Estado”, esta converte todo interesse comum em superior, oposto e opressor, eis por que Marx conclui o que consideramos ser o mais importante: “não é necessário aperfeiçoar a máquina do Estado, mas destruí-la” (Padial, 2021, p. 170).

Nesses termos marxianos, por parte das perspectivas da luta de classes que deve interessar ao proletariado, ao velho alemão comunista analisar o contexto da Comuna de Paris, em termos também profundamente distintos aos teóricos da esquerda democrata contemporânea, era para Karl Marx aquela experiência de tomada do poder a antítese do Império. Sobre isso comenta Rafael Padial que “Só isso explica por que, em meio à própria Comuna, Marx (1976a, p. 205, grifos do autor) lembrou de seu antigo livro, e, em carta de 12 de abril de 1871 a seu amigo L. Kugelmann, escreveu o seguinte”:

Se você olhar o último capítulo do meu 18 de brumário, verá que anuncio que a próxima tentativa da revolução francesa não consistirá mais em transferir [übertragen] a máquina burocrático-militar [estatal] de uma mão a outra, como até agora, mas de quebrá-la [zerbrechen], e que isso é a pré-condição [Vorbedingung] de qualquer revolução efetiva no continente. Nisso consiste, precisamente, a tentativa dos nossos camaradas heróicos de Paris (Padial, 2021, p. 170).

Padial, como ele mesmo declara, sem pretensões de analisar a Comuna de Paris aqui neste seu artigo explorado, nos aponta o competente comentarista em seu texto apenas que Marx valorizou aquela experiência devido a mesma ter criado um poder, um corpo de trabalho que procurava suprimir a divisão entre Parlamento e Executivo "falatório e ação", em que na própria forma de poder da sociedade se expressaria a tendência "ao fim da divisão entre trabalho espiritual e manual, bem como a tendência ao fim de qualquer força metafísica superior, oposta e opressora diante da sociedade e seus indivíduos" (Padial, 2021, p. 171).

Para Rafael Padial esse conteúdo clássico encontra-se absolutamente em gérmen no livro O 18 de brumário. Padial alude inclusive que, com o seu livro O 18 brumário, Marx completaria e ou perfez toda uma nova estratégia revolucionária, desenvolvida então como balanço da revolução europeia de 1848 (Padial, 2021, p. 171).

Isto posto, Rafael Padial afirma, se antes, num primeiro momento, Marx considerou de uma ditadura "popular", que conduziria uma luta do Poder Legislativo contra o Executivo; naquele processo de final da década de 1840, alcançou, compreendeu e orientou que tal ditadura só poderia ser diretamente da classe proletária, e que o processo revolucionário, em qualquer que fosse o país, só poderia se expressar enquanto um processo permanente, que aproximasse e fosse capaz de erguer e dirigir os trabalhadores ao socialismo mundialmente (Padial, 2021, grifos nossos).

Para Padial Marx abandona ali qualquer concepção de conteúdo ou forma que envolvesse a equivocada ideia – recuperada por Nicos Poulantzas em seu livro: O Estado, o poder, o socialismo (1980), como mostramos, de necessidade de luta do Poder Legislativo contra o Executivo: em nome de um novo tipo de poder, um poder imanente e diretamente e completamente sob o controle e condução dos próprios operários (Padial, 2021, p. 172).

O segundo autor que nos referenciamos nesta seção de tese para corroborar nossa crítica ao pensamento democrata reformista, Marcio Lauria Monteiro (2021), a este comentarista discutir o conceito de Revolução Permanente em Marx e sua presença em O 18 De Brumário De Luís Bonaparte, nos indica inicialmente que, apesar de frequentemente se verificar

atribuído os fundamentos da teoria da revolução permanente associado estritamente as principais teses de Leon Trotsky e ao movimento trotskista; apontando que embora se possa e mesmo deva vir reconhecido Trotsky ter sido o principal responsável por desenvolver a teoria da revolução permanente de forma bastante aprofundada; e, indiscutivelmente, Leon ter atribuído a revolução permanente enquanto uma categoria inafastável ao programa da revolução proletária; embora disso tudo, adverte o comentarista que Trotsky não partiu do zero: "A noção de "revolução permanente", enquanto uma estratégia para a revolução socialista, foi originalmente formulada por Marx e Engels, os quais, por vezes, também utilizaram o termo "revolução em permanência" (Monteiro, 2021, p. 175).

Assim, conforme verificado em Padial (2021), também para Marcio Lauria Monteiro essa concepção marxiana monta, mostra e reveste-se de uma valiosa caracterização daquelas dinâmicas clássicas de totalização dos processos acerca da revolução proletária: especialmente em relação ao seu programa (Monteiro, 2021, p. 175).

Para Lauria, o fato de essa origem reunir hoje ainda desconhecida resulta mais "uma consequência dos inúmeros frutos negativos da hegemonia stalinista" (Monteiro, 2021, p. 175). E podemos apontar também os próprios desvios assumidos pelo marxismo ocidental, como exemplos: Poulantzas (1980); Losurdo (2015).

Este mesmo autor nos indica que as necessidades de afastamento da teoria da revolução permanente marxiana acabou também compartilhada pelas demais burocracias à frente das outras formações sociais que surgiram das revoluções dos pós Segunda Guerra e da expansão burocrático-militar da URSS para o Leste Europeu: "de forma que o trotskismo foi sempre tratado como uma heresia por tais regimes" (Monteiro, 2021, p. 175).

Marcio Lauria Monteiro assenta o entendimento já explorado, conforme presente em Padial (2021), ao ambos abordarem elementos históricos que mostram, em verdade, que a definição clássica do programa da revolução proletária nascer da concepção de revolução permanente, conforme elaborada por Marx e Engels durante o período conhecido por "Primavera dos Povos", conceito que, segundo Lauria, designa a onda de revoluções que varreu a Europa em 1848-49, sobre o que discute Lauria:

Esse acontecimento ocupou um papel de peso nas análises de Marx e Engels e, por conseguinte, no próprio desenvolvimento do marxismo. A aparição mais conhecida do referido termo, por sua vez, consta na Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas, de março de 1850, redigida por Marx, que consiste em um breve balanço de tal vaga revolucionária, e, ao mesmo tempo, de novas indicações estratégicas para uma nova onda que ele acreditava que eclodiria em breve (Monteiro, 2021, p. 175-176).

O comentarista nos indica Trotsky ter retomado a noção de "revolução permanente" de Marx e Engels em um seu próprio esforço para compreender a dinâmica da revolução social na Rússia e delinear a estratégia mais adequada para ela, no contexto da revolução de 1905 (Monteiro, 2021).

Segundo Marcio Lauria Monteiro, a linha estrategicamente desenvolvida por Trotsky reunia a mesma que o Partido Bolchevique posteriormente viria seguir na revolução vitoriosa de 1917: "após alguns ziguezagues iniciais entre fevereiro e agosto daquele ano" (Monteiro, 2021, p. 176-177).

Para Marcio Lauria Monteiro a teoria da revolução permanente foi assim confirmada na prática pela Revolução Soviética. Mas Lauria nos alerta que o próprio Trotsky só teria revisitado teoricamente essa questão nos anos de 1920, no contexto da Revolução Chinesa de 1925-27 (Monteiro, 2021, p. 177).

Segundo Lauria, para Trotsky, havia muitas similaridades entre aquele processo e o caso em desenvolvimento da revolução procurada na Rússia, a despeito de suas inevitáveis particularidades (Monteiro, 2021, p. 177).

E segundo Lauria comenta, esta apropriação levou Trotsky a precisar tentar generalizar a validade da teoria da revolução em permanência para formações periféricas em geral e onde o desenvolvimento das relações capitalistas ocorreu de forma tardia, em que: "a teoria da revolução permanente constituiu um aspecto central do "trotskismo" e da organização a ele associado, a Quarta Internacional" (Monteiro, 2021, p. 177).

Marcio Lauria Monteiro mostra e explica que são duas as obras principais nas quais Trotsky apresenta suas elaborações acerca da teoria da revolução permanente: um primeiro momento, focado na dinâmica da revolução social na Rússia czarista, destaca-se o texto "Balanço e Perspectivas", de 1905, um texto no qual Trotsky aproxima uma análise da

revolução que fracassara, e na qual o próprio Trotsky desempenhara um importante papel enquanto presidente do soviete de São Petersburgo (Monteiro anota que esta obra de Leon foi redigida na prisão) (Monteiro, 2021, p. 177).

Um segundo momento, e distinto texto, trata-se do livro de Trotsky que leva um título em mostra da forte relação com a teoria clássica marxiana: "A revolução permanente, um texto já dos anos de 1929-30, trabalho este resultado de uma polêmica contra seu até então aliado na "Oposição Unificada", Karl Radek, escrita por Trotsky no contexto das lutas internas do Partido Comunista da URSS e da Internacional Comunista: "entre os "oposicionistas" e o grupo ao redor de Josef Stalin" (Monteiro, 2021, p. 177).

E nos aponta o comentarista aqui que, apesar de reunir o livro a Revolução permanente uma própria polêmica e combate aos seus adversários, Trotsky nela também atendeu ao seu claro propósito de apresentar uma síntese da teoria da revolução marxiana, em que ele mostra e defende a tese marxiana ortodoxa e aponta da validade dessa orientação clássica comunista para os países periféricos do sistema capitalista (Monteiro, 2021, p. 177)<sup>70</sup>.

E conforme Trotsky mostra em A Revolução Permanente, a sua interpretação da teoria clássica marxiana conduz a três conclusões estratégicas centrais, assim colocadas por Leon Trotsky:

a) Nos países de industrialização tardia (ou, ainda, "hipertardia") a realização das tarefas históricas da revolução burguesa, como a unificação nacional, a reforma agrária, a instauração do regime república-no e a conquista dos direitos civis democráticos, só poderia se dar como parte de uma revolução proletária, de forma que haveria uma "ligação orgânica ininterrupta" entre as tarefas "nacional-democráticas" (ou "democrático-burguesas") e as socialistas; b) Após a realização das tarefas "nacional-democráticas", a revolução não cessaria, havendo uma contínua transformação da sociedade ao longo do período de realização das tarefas propriamente socialistas (de transição ao comunismo), sem chegar a um ponto de equilíbrio, até a extinção das classes sociais; c) Apesar de necessariamente começar no terreno nacional, a revolução só pode sobreviver através da sua internacionalização, de forma a eliminar o risco de

---

<sup>70</sup> Em nota Lauria Monteiro registra que no Brasil, essas obras foram mais recentemente publicadas juntas, e acompanhadas de outros materiais pertinentes, em especial as cartas trocadas entre Trotsky e outro quadro oposicionista, Ievgeni Preobrazhenski, acerca da Revolução Chinesa de 1925-27, conforme presente em: Trotsky, Leon. "A revolução permanente" [1930]. In: Trotsky, Leon. A Teoria da Revolução Permanente. São Paulo: Editora Sundermann, p. 130-317, 2011.

contrarrevolução externa e, ao mesmo tempo, a fundir cada vez mais os meios de produção através da extinção das barreiras nacionais (cf. Trotsky, [1930], p. 161-163, *apud* Monteiro, 2021, pp. 177-178).

E como se pode denotar do acima (e queremos dar ênfase ao trecho: “sem procurar ponto de equilíbrio”), Leon Trotsky interpreta adequadamente a tese programática marxiana clássica, propondo fundamentos coerentes, em nada presos aos flancos fechados da especulativa democracia burguesa, muito diferente, como se pode perceber, ante ao que mostramos no capítulo anterior, do ideário reformista orientado em Nicos Poulantzas (1980).

Segundo Monteiro, as bases trotskistas constituindo-se em bases centrais ao programa proletário internacional, as quais se fizeram presentes na política dos bolcheviques durante a Revolução Soviética de 1917: “mas que não foram mantidas pela Internacional Comunista stalinizada diante das revoluções dos anos 1920-30, como a Chinesa e Espanhola” (Monteiro, 2021, p. 178).

Monteiro discute que as posições de Trotsky e dos bolcheviques, um programa absolutamente marxiano para a revolução, envolviam: “fusão e subordinação do programa nacional-democrático com o programa socialista”; “total independência política e organizativa frente ao liberalismo e à burguesia, mesmo nas suas variantes mais radicais”; “aliança estratégica com o campesinato pobre, na forma de um bloco revolucionário hegemônico pelo proletariado, contra as oligarquias fundiárias, a burguesia nativa e os capitais imperialistas”; “chamado internacionalista à defesa da revolução pelo proletariado de outros países contra a contrarrevolução externa e também auxílio à realização de revoluções nos demais países” (Monteiro, 2021, p. 178).

O mesmo comentarista aqui nos explica que essas conclusões estratégicas e programáticas fluíam do que se convencionou ali naquele contexto das duas primeiras décadas do século XX se chamar de “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, destacando e discutindo Marcio Lauria Monteiro esta definição encontrar-se intrinsecamente ligada à teoria da revolução permanente de Marx (Monteiro, 2021, p. 178).

Para Monteiro (2021), Trotsky, ao compreender o sistema capitalista como uma totalidade internacional, observava esse movimento enquanto

resultado e de relações múltiplas nas quais os países se desenvolviam em ritmo desigual e, ao mesmo tempo combinado (Monteiro, 2021, p. 178).

Conforme Monteiro (2021), para Trotsky, apesar de cada país sofrer sua própria dinâmica e ritmo, na medida em que o capitalismo se desenvolve em termos gerais, seus desdobramentos alcançam e matizam todo o cenário local e ou regional, "crescentemente interligados pelo mercado mundial, com os capitais imperialistas desempenhando papel dominante ao impulsionarem, de forma subordinada a si e também através do "salto" de "etapas", o desenvolvimento na periferia do sistema" (Monteiro, 2021, p. 178).

Para Trotsky, segundo Monteiro (2021), as formações sociais periféricas, nas quais formas de produção não capitalistas ainda se mesclavam, de maneira subordinada, às formas capitalistas nativas e aos capitais imperialistas, não poderiam, disso, essas meramente repetir o desenvolvimento das primeiras nações a se industrializar, como a França e a Inglaterra (Monteiro, 2021, p. 178-179).

Para Trotsky, na periferia, a burguesia, entrando em cena "tardamente", confrontada pela existência de capitais imperialistas, não teria, dessas determinações, quaisquer condições e nem interesse de travar uma luta revolucionária contra as relações de produção e classes sociais pré-capitalistas ali existentes, e nem contra a dominação imperialista (Monteiro, 2021, p. 179).

Trotsky compreende bem e instrui que a burguesia, nesses países "atrasados", ao já nascer associada aos capitais imperialistas e também às oligarquias fundiárias nativas, seus interesses de classe se confundiam com os destes próprios setores articulados (Monteiro, 2021, p. 179). E ante essa formulação aqui exposta, poderia parecer Nicos Poulantzas (1980) poder vir sugerido como que supostamente inspirado em teor similar.

Entretanto, essa tola relação entre Trotsky e Poulantzas só pode vir sugerida em modo equivocado e errôneo: como que o grego estivesse, mesmo que parcialmente, amparado nesta concepção de Trotsky ao escrever sobre os jogos e disputas das classes dominantes e ou melhor, dos joguetes das frações de dominação: em uma hipotética inspiração apenas; uma ideia absolutamente frágil e completamente estúpida.

Se sim, Trotsky aponta as alianças e insuficiências dos processos e interesses estritamente burgueses, os de dentro e os de fora dos países e ou

territórios dominados pelo capital monopolista. Essa não simplista distinção, completamente diferente da perspectiva em Poulantzas, não encontra ou propõe a perspectiva trotskista qualquer espécie de suposta saída democrática estrita ao proletariado.

Enquanto, por parte da medíocre e magra tese de Poulantzas (1980), profundamente distinto ao pressuposto de Trotsky e dos bolcheviques revolucionários, propõe meramente Nicos Poulantzas em seu livro *O Estado, o poder, o socialismo* – estacionar o programa proletário nos flancos fechados e condenados nos próprios joguetes reais do Estado capitalista, enquanto um então destino final aos operários e camponeses, dentre as demais classes que Poulantzas inova e procura ilustrar com sua teoria de acomodação do conceito que eleger e define por movimento popular, forças populares avulsas, quase que dissolvidas, em proposição de uma chamada condensação desequilibrada no estado capitalista em permanente crise: mas uma crise, em Poulantzas, eternamente presa a um estado caótico democrático estrito em disputa desigual.

Abandonando Poulantzas, e retomando ao que precisa interessar as organizações proletárias comunistas, para Trotsky, recuperando a teoria da revolução permanente, se o próprio proletariado periférico não passou por todos os estágios de desenvolvimento do seu equivalente nas nações primeiramente industrializadas, isso implica várias questões, mas não os fundamentos da teoria marxiana, sobre o que comenta Marcio Lauria Monteiro:

(...) Já em seu nascimento, tal classe estava longe de ser a heterogênea "massa popular", que participara das revoluções inglesa e francesa nos séculos XVII e XVIII de forma subordinada à burguesia. Ele já entrou em cena na forma do proletariado moderno, como uma classe numerosa e forjada em um ambiente propício à rápida percepção de seus interesses particulares e à sua mobilização combativa em prol deles (Monteiro, 2021, p. 179).

Segundo Monteiro (2021) comenta com propriedade, para Trotsky, ainda que nas formações sociais periféricas e de industrialização tardia ou hiper tardia restassem ainda por se concretizar as tarefas nacional-democráticas, historicamente associadas à revolução burguesa, a burguesia nativa não seria,

de qualquer modo, capaz de desempenhá-las: "caberia, portanto, ao proletariado, em aliança com o campesinato pobre, tomar essas tarefas em suas mãos" (Monteiro, 2021, p. 179).

Marcio Lauria Monteiro (2021) expõe que ao chegar ao poder, todavia, seria necessário rapidamente que o proletariado adentre no terreno das tarefas da revolução operária, tanto para fazer valer seus próprios interesses de classe, ou, ainda, também, para se proteger da contrarrevolução: "que rapidamente uniria burguesia nativa, oligarquias fundiárias e capitais imperialistas contra o abalo da ordem" (Monteiro, 2021, p. 179). É exatamente isso que ocorreu na Revolução Soviética de 1917 e que teria se demonstrado válido "pela negativa" nas experiências fracassadas das Revoluções Russa de 1905 e Chinesa de 1925-26 (Monteiro, 2021, p. 180).

Ele nos explica que o próprio Trotsky, em análise daquelas experiências, mais tarde, teria inclusive adicionado também como exemplo o caso trágico da Revolução Espanhola de 1936-39 (Trotsky, 2014, *apud* Monteiro, 2021)<sup>71</sup>.

O mesmo Marcio nos indica ser preciso admitir que, em alguns países de industrialização tardia, como Itália, Alemanha e Japão, uma parte das tarefas nacional-democráticas foi realizada pela própria burguesia, sem mobilização revolucionária do proletariado (Monteiro, 2021, p. 179-180).

Mas absolutamente atento, o comentarista esclarece que tais processos tampouco constituíram "revoluções democrático-burguesas" propriamente ditas, uma vez que foram realizados "pelo alto" (o que Gramsci teria chamado de "revolução passiva") e, por consequência, realizaram as ditas tarefas apenas parcialmente, estes exemplos constituindo-se assim apenas e não mais que: exceções que confirmam a regra" (Monteiro, 2021, p. 180).

Ante ao exposto, resta patente que Trotsky reconhecia abertamente em suas elaborações os fundamentos da teoria da revolução permanente, e as reivindicava inclusive enquanto resultado diretamente das perspectivas e postulados de Marx e Engels, para os quais, na caneta do próprio Trotsky, a "revolução permanente" significava:

---

<sup>71</sup> Citado conforme: Trotsky, L. A Revolução Espanhola. compilação. São Paulo: Iskra, 2014.

[...] uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes (Trotsky, 1930, p. 160, *apud* Monteiro, 2021, p. 180)<sup>72</sup>.

Monteiro (2021) registra em uma de suas notas que, após o assassinato de Trotsky, por um agente stalinista da URSS, em agosto de 1940, foi a Quarta Internacional, não obstante sua crescente fragmentação teórico-programática e organizativa no pós Segunda Guerra, de tudo isso, a organização que manteve viva a teoria da revolução permanente, não só reivindicando sua validade histórica para os eventos do pré-guerra, como também a sua vitalidade diante dos novos processos revolucionários que então eclodiam na periferia capitalista (Monteiro, 2021).

Monteiro (2021) assevera neste seu artigo e em um outro (2016)<sup>73</sup>, que inclusive houveram propostas de "atualizar" a referida teoria, diante das peculiaridades dessas novas revoluções, afirmando Lauria Monteiro que foram tais perspectivas de refundação os principais pivôs das lutas internas e divisões organizativas entre os trotskistas do pós-guerra, constituindo o contexto um elemento fundamental de estudos e considerações para uma devida compreensão da atual fragmentação do movimento trotskista internacional (Monteiro, 2021).

Retomando ao cerne deste capítulo de tese, assim como comentamos em Rafael de Almeida Padial, Marcio Lauria Monteiro corrobora, amparado em Riazanov (1927, p. 111) e Day e Gaido (2009, p. 6-8), que a partir de fevereiro de 1848 Marx e Engels alteram ali radicalmente sua orientação até então formulada, passando da ala extrema do "partido democrático" (sua vanguarda pró-proletária), para uma orientação mais radicalizada, o que: "objetivava fortalecer e unificar organizações proletárias independentes, como a "União

---

<sup>72</sup> Citado por Monteiro de: Trotsky, L. "A revolução permanente" [1930]. In: Trotsky, L. A Teoria da Revolução Permanente. São Paulo: Editora Sundermann, p. 130-317, 2011.

<sup>73</sup> Para uma leitura desses debates e divisões, ler o artigo completo citado por Lauria, in: Monteiro, M. L. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 27, nov. 2016. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-trotskista-internacional-e-as-revolucoes-do-pos-guerra>. Acessado em 7 abril de 2022.

dos Trabalhadores de Colônia", em relação às organizações democráticas, com as quais chegaram a romper" (Monteiro, 2021, p. 185).

Deste modo, também para Lauria Monteiro, como já expomos do texto de Rafael Padial, a mudança de orientação se fez presente na linha editorial da "Gazeta", que ali, pouco antes de ser suprimida pela censura, em maio de 1849, esta passou a publicar artigos demonstrando a diferença de interesses entre a burguesia e o proletariado: "como os ensaios de Marx sobre mais-valor, que compuseram Trabalho assalariado e capital, e também sobre a revolução na França, que compuseram As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850" (Monteiro, 2021, p. 186).

Até ali, e antes da mencionada mudança na leitura de Marx, por mais que o editorial criticasse duramente as vacilações da burguesia liberal e dos democratas: "a "Gazeta", até então, não havia levantado nenhuma demanda em prol do proletariado, focando apenas nas tarefas da revolução burguesa (Cf. Riazanov, 1927, p. 108-109 e 111; Day e Gaido, 2009, p. 6-8, *apud* Monteiro, 2021, p. 186).

E a razão dessa mudança, conforme comentado tanto por Rafael Almeida Padial (2021) como aqui também por Márcio Lauria Monteiro (2021), foi não outra que a própria passagem da burguesia definitivamente para o lado da reação, massacrando o proletariado parisiense após seu levante de junho, e a capitulação da burguesia alemã às forças monarquistas, aceitando a supressão da sua Assembleia Nacional (Monteiro, 2021, p. 186).

E, ante aquelas condições novas postas em meados do século XIX, conforme já aproximamos no conteúdo do artigo de Padial (2021), ante as observações e releituras comunistas de Marx essas:

Movimentações teriam deixado claro que a expectativa de um processo similar ao francês de 1789 havia se mostrado equivocada. A fase revolucionária da burguesia já havia se encerrado a partir da formação do moderno proletariado, uma classe cada vez mais numerosa em decorrência do avanço do processo de industrialização, e também a partir da consciência cada vez maior de seus interesses específicos de classe e das suas contradições em relação aos da burguesia (Monteiro, 2021, p. 186).

Como vimos, foi ante ao risco eminente de entrada em cena do proletariado, em procura por sua própria e autônoma vitória, que a burguesia passou ali na França e parte da Europa em meados do século XIX em precisar se aliar com as forças reacionárias (monarquistas) contra o risco da revolução socialista esperada e empurrada pelo movimento operário (Monteiro, 2021).

E, naquele novo contexto, em uma já perspectiva de mera conservação burguesa, sob qualquer custo, em seus atos em contrarrevolução, a pequena-burguesia democrática acaba nisso sem uma base real para a implementação de seu projeto de república democrática burguesa.

Naquelas condições, se percebendo limitada e arriscada, segundo Monteiro (2021) nos ajuda compreender, essa perspectiva estrito democrata no máximo poderia vir a cumprir o papel de um escudo de aparência progressista, mas com o fito intento de no fundo voltar-se em proteger as forças da reação, no caso, sobretudo de a burguesia não conseguir suprimir completamente ali a revolução procurada pelo proletariado. Em um modo pelo qual, ainda que mesmo impelida em acenar com algumas parcas concessões ao proletariado: agia com o intento em "frear e encerrar o processo" (Monteiro, 2021, p. 186).

E o autor sustenta que, por parte de Marx, nessas novas condições e tendências, O proletariado deveria manter uma total independência política em relação ao "partido democrático", ainda que alianças ocasionais pudessem ser feitas, de forma tática, contra a reação: "Ao passo que a burguesia desejaria evitar a todo custo a revolução e que os democratas desejariam a todo custo freá-la e encerrá-la, o proletariado deveria fazer todo o possível para manter a revolução em marcha" (Monteiro, 2021, p. 186).

Como se pode denotar, também para Marcio Lauria Monteiro, como aproximado em nosso texto na exposição de Rafael de Almeida Padial, é essa a lógica fundamental exposta na Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas, de março de 1850 (Marx; Engels, 1850), texto e contextos que apontam para a noção e encaminhamento em um processo de "revolução permanente", ou "em permanência" (Monteiro, 2021, p. 186). E o conceito de revolução em permanência se baseava na previsão de que uma nova onda revolucionária logo eclodiria, levando o proletariado ao poder na França.

E, conforme Monteiro (2021, p. 186), retoma e comenta, já, no caso da Alemanha, onde as tarefas da revolução burguesa ainda não haviam sido

realizadas e onde o partido do proletariado (os comunistas) ainda não estava devidamente desenvolvido, após as experiências ali iniciais (já comentamos isso no texto de Rafael Padial), essas favoreceram as melhores e superiores orientações por lado dos comunistas:

Marx encarava como o mais provável que fosse a pequena-burguesia democrática que chegaria ao poder. Nessa condição, a melhor forma de acelerar o desenvolvimento do "partido comunista" e o triunfo de uma revolução proletária seria que este atuasse como firme oposição às forças democráticas, sempre opondo a seu programa de melhorias do capitalismo propostas mais radicais, que servissem para desmascarar suas limitações e, ao mesmo tempo, manter em marcha o processo revolucionário (Monteiro, 2021, p. 186).

O mesmo Monteiro (2021) nos explica que esse processo deveria culminar na conquista do poder pelo proletariado e na expansão internacional da revolução, a qual seria impulsionada a partir dos países onde a possibilidade de tal conquista estava mais próxima, como ali, naquele contexto de 1848, na França (Monteiro, 2021).

Para esse arco, se enfatizava ali a necessidade de independência e autonomia do "partido comunista" e a defesa dos interesses de classe do proletariado. Como afirma a própria Circular aos membros da Liga dos Comunistas:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exi-gências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos pos-sidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos pro-letários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (Marx; Engels, 1850, p. 87).

[...] Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização dos seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvi-mento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez têm eles a certeza de que o primeiro acto deste drama revolucionário iminente coincide com a vitória directa da sua própria classe em França e é consideravelmente acelerado por aquela. (...) Mas têm de ser eles próprios a fazer o máximo

pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autónoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do prole-tariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência. (Id., p. 94, *apud* Monteiro, 2021, pp. 186-187).

Isto posto, é importante criticar o conceito de democracia hoje tão propalado pelo marxismo reformista ocidental, o qual procura se contrapor ao conceito clássico desenvolvido por Marx e Engels. Sobre este grave problema, o qual exigiu e dirigiu nossas críticas nos dois primeiros capítulos de tese, Márcio Lauria Monteiro corrobora ao comentar e discutir uma importante questão ao nosso tema de pesquisa, ao nos mostrar que se no manifesto Marx e Engels inicialmente igualavam a "democracia" à elevação do proletariado à condição de classe dominante", já, depois, em uma carta do primeiro ao segundo, de 13 de julho de 1851, Marx refere-se à Circular como um "plano de campanha contra a democracia" (Day e Gaido, 2009, p. 11, *apud* Monteiro, 2021).

Essa nova e superior linha do partido comunista da época, destacado por Day e Gaido no artigo de Marcio Lauria Monteiro (2009, p. 11-12, *apud* Monteiro, 2021), foi reforçada ainda em outros materiais significativos do mesmo período. Ela aparece, por exemplo, segundo o mesmo Lauria Monteiro anota, na terceira parte de *As Lutas de Classes na França* (publicada também em março de 1850, na "Gazeta"), através da tese de defesa de que o socialismo revolucionário" significava "a declaração da permanência da revolução", e que essa se daria através da ditadura da classe proletária sobre a burguesia, como uma forma de transição ao comunismo (Monteiro, 2021, p. 189).

Nesses termos, ao fim de 1850, Marx e o movimento comunista de vanguarda europeu encaram que o período revolucionário, então aberto em 1848, em decorrência da crise econômica de 1844, estava encerrando-se na Europa, de modo que a eclosão de uma nova onda revolucionária já não se colocava no horizonte imediato devido a sinais de recuperação econômica, o que indicava o começo de um provável novo ciclo de expansão do capitalismo. E para Monteiro (2021), os anos seguintes vieram confirmar essa avaliação, de

modo que o próprio "tema da revolução permanente não voltou a aparecer nas obras de Marx e Engels, salvo pontualmente e de forma esporádica" (Cf. Day e Gaido, 2009, p. 12; Riazanov, 1927, p. 116) *apud* Monteiro, 2021, p. 189)<sup>74</sup>.

Em suma, diante do relatado na presente seção de tese, no texto de Rafael de Almeida Padial, no texto de Marcio Lauria Monteiro, das experiências na Alemanha, na França, o partido comunista depreendeu e passou ali orientar a linha de "revolução permanente", orientação que passou definir a atuação de Marx e Engels a partir de fins de 1848 e o começo de 1849, em destaque para uma absoluta e inafastável "necessidade de independência do proletariado (e de seu partido legítimo, os comunistas) em relação à pequena-burguesia e seu partido democrático" (Monteiro, 2021, p. 193).

E assim como nos mostrou Padial (2021) e Monteiro (2021) esse termo revolução em permanência, principalmente o conteúdo a ele atribuído por Marx e Engels, fizeram-se efetivamente presentes em diversos outros materiais, no período de 1849-52. E Lauria Monteiro também concorda e desenvolve que, entre tais materiais, consta O próprio livro de O 18 Brumário de Luís Bonaparte.

O comentarista alude que quando se aborda o tema da revolução permanente em Marx e Engels, não se costuma incluir tal obra entre as referências, talvez até devido ao simplista entendimento de o termo em si não constar redigido diretamente nela (Monteiro, 2021)

Para Monteiro (2021) ao se discutir e debater acerca do conceito revolução permanente, em permanência, foca-se apenas no rico conteúdo da

---

<sup>74</sup> Destacamos, sem querer polemizar, que no livro de O Capital, a maior obra de Karl Marx, quando Marx se refere ao processo inexorável do metabolismo do capital, de sua negação, da negação da negação, se o próprio conceito de revolução permanente não aparece ali neste trecho não isolado e não desconectado da obra de O capital - nos três livros, o conteúdo do trecho, articulado ao todo posto em manifesto e mostrado nos livros sobre o universal determinante capitalista contraditório, antagônico e negativo, conforme o mercado de troca das mercadorias, do trabalho operário, da produção de valor, do processo em mais trabalho de valorização do valor, da forma burguesa de obtenção da mais valia,: este conteúdo, ainda que não o programa do partido comunista, esses próprios fundamentos e termos trabalhados por Marx em O Capital carregam e retratam os sentidos em apoio e fortalecimento do programa revolucionário do proletariado.

Em nota, Marcio Lauria Monteiro registra que antes dessa mudança clara de linha, ao perceberem o crescimento da contrarrevolução, na qual a Rússia passara a desempenhar um papel internacional de peso, Marx e Engels defenderam por certo tempo uma guerra entre a Alemanha e a Rússia, "como forma de manter a revolução viva e propiciar sua radicalização, tal qual a guerra contra a reação externa impulsionara a radicalização da Grande Revolução Francesa (cf. Riazanov, 1927, p. 107-108, *apud* Monteiro, 2021, p. 185).

Circular da Liga dos Comunistas, e, em muito menor medida, se tem tocado e feito alguma referência ao conteúdo de O 18 Brumário, conteúdo o qual veio apoiar e mesmo compor os artigos que posteriormente compuseram a obra *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*: "onde o balanço de 1848 encontra-se desenvolvido mais a fundo" (Monteiro, 2021, p. 176).

E para superar esses termos, limites, restrições, Marcio Lauria Monteiro indica ser preciso compreender, e bem, a teoria da revolução permanente de Leon Trotsky. E isso uma vez posto, assentado, mediante a tarefa aproximada e superado os conceitos democratas estritos vazios, verificarmos se aquilo que a orientação clássica do programa da organização operária guardaria ainda ou não em conteúdo e forma ao que pede a legítima concepção e andamento da revolução operária marxiana.

Em O 18 Brumário, como bem assenta o comentarista em tela, Marx faz duras críticas ao fator de os "social-democratas" não terem chamado o povo à ação revolucionária contra a reação burguesa até que fosse tarde demais, tendo se perdido em meio ao que Marx nomeou de "cretinismo parlamentar", isto é, "a ilusão de que é no parlamento, que as grandes questões sociais são resolvidas" (Cf. Marx, 1852, p. 64-66 e p. 107, *apud* Monteiro, 2021, p. 193). Arrematando Monteiro (2021) os seguintes e fundamentais aspectos, dos mais caros na organização proletária:

Ao passo que os "social-democratas" deixaram-se iludir pela democracia parlamentar temporária, que só durou até que a burguesia conseguisse reorganizar suas forças, através do "Partido da Ordem", e cortar progressivamente a democracia conquistada pela Revolução de Fevereiro, Marx ([1852], p. 141), em contraste, conclui que se faz necessário não meramente tomar e "aperfeiçoar" a máquina estatal, o que as revoluções até então haviam feito com fins de implementar as medidas repressivas, mas "quebrá-la". Ou seja, a revolução não pode se deter nas conquistas democráticas formais, ou mesmo na conquista de postos estatais, devendo seguir em marcha "permanente", de modo a ter como passo seguinte necessário a destruição do Estado burguês e a construção de um regime proletário (Monteiro, 2021, p. 193).

E ante ao exposto, resta evidente a importância da nossa crítica trabalhada e discutida nos capítulos anteriores de tese, acerca dos problemas de interpretação de O 18 Brumário e nas formulações de Carlos Nelson

Coutinho, de Nicos Poulantzas, do próprio Domênico Losurdo: autor com o qual não dialogamos diretamente, mas por opção, não por qualquer ideia de superioridade e ou exigências maiores, bem ao contrário.

Teses e fundamentos que temos nomeado por marxismo ocidental. Enquanto pensamentos e formulações, em suas não poucas variantes, as quais, em geral, apresentam-se aderentes e mesmo presas ao estrito democrata e até o acercamento do Estado burguês, em uma proposição não estritamente antagônica e policial e burocrática a serviço do capital, no que a inovada sociedade civil cumpriria um papel atribuído por fundamental e de suposto interesse ao proletariado.

E tais traços marcantes já mostrados e criticados, cumpre, por nossa parte, aqui caminhar em sentido de vir entrar nos termos diretos de nosso objeto de pesquisa, qual seja, relacionar, tentando permanecer e se guiar pelos clássicos fundamentos marxianos para a revolução proletária, ao procurarmos incidir na possibilidade ou não, e em que termos, qualidades e ordenação, seja possível organizar-se a classe operária relacionando os trabalhadores camponeses.

Sobre o tema e seus fatores implicantes, o próprio Márcio Lauria Monteiro aponta ser preciso em temas como o que objetiva a presente tese tocar, partir de um elemento da teoria da revolução permanente, conforme o fundamento presente em O 18 de brumário, o "da necessidade de aliança entre o proletariado e o campesinato" (Monteiro, 2021, p. 193).

Este autor indica que na famosa passagem em que Marx analisa a composição social do campesinato e a impossibilidade de o trabalhador camponês desenvolver uma unidade política que o torne uma classe, para além da mera semelhança de condições materiais de existência e político limitadas, Monteiro sustenta que o proletariado moderno é um aliado necessário do campesinato na luta por suas demandas particulares (Monteiro, 2021, p. 194).

O mesmo comentarista nos chama atenção, no que pede e relaciona o conteúdo de O 18 Brumário, na necessidade de associação entre a classe operária e o campesinato, enquanto mesmo a única forma de tais demandas serem concretizadas, pois o inimigo central do campesinato francês já não era ali " mais a contrarrevolução externa, como em 1789, mas "os huissiers [oficiais

de justiça] e os funcionários do fisco" (Marx, 1852, p. 149, *apud* Monteiro, 2021, p. 194).

Márcio Lauria Monteiro registra que em um conteúdo de O 18 Brumário, em um trecho que mais tarde teria sido suprimido da primeira edição do livro, Marx teria defendido ali que o proletariado depende dessa aliança para concretizar a revolução socialista, tal qual a burguesia precisou mobilizar o "povo" para lutar contra as forças feudais:

Em suas palavras, através da aliança com o campesinato, "a revolução proletária recebe o coro, sem o qual o seu canto solo se transforma em lamento fúnebre em todas as nações camponesas" (Ibidem.). Essa é uma noção que foi posteriormente reforçada em 1856, em uma carta de Marx à Engels, de 16 de abril de 1856, na qual ele afirmou que, na Alemanha, "tudo depende da possibilidade de respaldar a revolução proletária com alguma segunda edição da guerra camponesa" (Marx, 1856, s.p, *apud* Monteiro, 2021, pp. 194 – 195).

Para Monteiro (2021), conforme ali na França diante a avaliação de Marx mostrada também no livro O 18 Brumário, em que o autor expõe que a Revolução de 1848 foi feita pelo proletariado, mas, entretanto, a classe que chegou ao poder através dela na França foi a burguesia. Em que e quando, diante da incapacidade do proletariado em fazer o processo seguir em proveito de seus próprios interesses, e da posterior submissão aos interesses políticos da pequena-burguesia radical, na forma do "Partido Social-democrata", a burguesia francesa impôs uma dinâmica contrarrevolucionária ao processo (Monteiro, 2021, p. 195).

E, como exposto, aquela dinâmica, nas condições que se seguirão na França, contribuíram decisivamente para a revolução recuar cada vez mais, até o ponto em que finalmente solapou as bases do próprio regime republicano da burguesia, apeada do poder direto pelo golpe de Bonaparte (Monteiro, 2021, p. 195).

Isto posto, ali na França de meados do século XIX, a alternativa que estava historicamente colocada diante da diferença de interesses entre o proletariado e a burguesia era revolução em permanência ou contrarrevolução (também em permanência) (Monteiro, 2021).

Entretanto, como pede atenção o comentarista aqui, para que se desse suficiente a primeira alternativa, era necessário que o proletariado já tivesse maturado com clareza seus objetivos políticos e que estes estivessem corporificados em lideranças adequadas, de forma que se fez presente uma contradição entre a necessidade e a possibilidade de concretização da "revolução moderna" (Monteiro, 2021, p. 195).

Sobre o tema conclui Monteiro que, conforme Marx ali afirmou posteriormente, em seu balanço acerca da Comuna de Paris de 1871, o golpe de Bonaparte e a restauração do Império acabaram sendo a única alternativa em um cenário no qual "a burguesia já tinha perdido a capacidade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido" (Marx, 1871, s.p, Parte III, *apud* Monteiro, 2021).

Jadir Antunes também parece concordar com este pressuposto, de que o livro O 18 Brumário reúne uma obra de Marx na qual o conceito da revolução em permanência encontra-se desenvolvido. Para este comentarista, o alcance é tamanho ao ponto do livro O 18 brumário de Luís Bonaparte ter exercido uma decisiva influência nos rumos da revolução russa de 1917 (Antunes, 2021).

Nesse sentido de relação, Antunes nos explica que a própria fórmula "ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato", então elaborada por Lênin em 1905 na Rússia revolucionária, se enredava em "contradições e imprecisões exatamente por não considerar com toda profundidade essa caracterização descrita em O 18 Brumário: a qual detalha o campesinato enquanto uma massa dependente e subordinada às classes sociais da cidade" (Antunes, 2021, p. 198).

Neste texto de Antunes, encontra-se desenvolvido alguns elementos e termos absolutamente relevantes para a melhor compreensão do valor do tema desta tese. Um desses itens pode vir verificado ao nosso orientador expor que Trotsky, se apoiando na caracterização de Marx sobre os camponeses no livro O 18 Brumário, ter Leon conseguido corrigir e solucionar, com base nas formulações marxianas de "revolução permanente", as – imprecisões da citada fórmula de Lênin (Antunes, 2021, p. 199).

E sobre este sério problema, lembra e destaca Antunes que os próprios termos, "Corrigir e solucionar Lênin", na verdade sugerem um sentido mais metafórico que real (Antunes, 2021, p. 199).

E isso porque, conforme registrou o próprio Trotsky, Lênin nunca chegou a ler "sua tese sobre a estratégia revolucionária para a Rússia, elaborada ainda em 1905" (Antunes, 2021, p. 199).

E no problema, Antunes (2021) conclui ter o próprio contexto histórico ali respondido, ao longo daqueles aproximadamente 15 anos seguintes na Rússia e fora desta: articulado aos movimentos da realidade material, econômica, ideológica e política do capital; aos termos organizacionais da classe operária em perspectiva de negação revolucionária da sociedade burguesa por parte do proletariado; orientação pela qual ali na Rússia e em parte da Europa o partido bolchevique procurou e veio desenvolver suas teses; enquanto as próprias condições e aquelas resposta aos acontecimentos, processo no qual Lênin, "corrige a si mesmo no intervalo entre 1905 e 1917":

Neste intervalo de tempo Lênin percebe, a partir de sua própria experiência e do curso dos acontecimentos, a necessidade do proletariado se pôr efetivamente à frente do campesinato como seu senhor e dirigente natural. O auge desta compreensão se realizou em abril de 1917 com as famosas Teses de Abril, onde Lênin defendeu a palavra de ordem revolucionária de "Todo poder aos soviets" (Antunes, 2021, p. 199).

Isto posto, e ante ao aproximado, mostrado e desenvolvido nos três primeiros capítulos da tese até aqui, parece que um primeiro passo na compreensão consiste no fator de que as lutas democráticas estritas não são suficientes para se tomar e vir compreender e conceber um legítimo movimento proletário. E, tão menos, nos serve para aproximar o conceito que ao pesquisar, investigar e propor de um segundo e distinto ente campesino em O 18 Brumário.

E tendo assim abordado os temas prévios que julgamos inafastáveis para esse trabalho, passaremos, daqui, ao capítulo quarto, em preparação ao quinto e em aproximação de nossas considerações finais, caminho restante no qual adotaremos uma tratativa que consideramos um passo importante aos largos marcos requerentes de tantas considerações que precisam vir aproximadas, tratadas, avançadas e mesmo superadas, em termos de efetivamente se incidir no escopo ao qual, por exemplo e pontualmente, nos

propomos com o presente trabalho: discutir da possibilidade de existência conceitual de dois e distintos entes camponeses em Karl Marx.

## **5 CAPÍTULO QUARTO – DOIS E DISTINTOS CAMPESES EM O 18 BRUMÁRIO DE KARL MARX**

Espaço curvo e finito. Oculta consciência de não ser, ou de ser num estar que me transcende (José Saramago, 1981).

Neste capítulo de tese aproximamos o que entendemos Marx mostrar em O 18 Brumário da possibilidade de constituição de dois e distintos movimentos camponeses. E o que é diferente de uma leitura antropológica e ou sociológica, é que esses dois distintos movimentos camponeses, na verdade suas diferenças, suas quase que completas distinções, não virão tomadas por meio de estudos de quaisquer conflitos isolados, lutas como que empreendidas por braços camponeses estritos.

Aproximaremos aqui neste capítulo que esses dois diferentes e distintos movimentos camponeses podem vir denotados no conteúdo de O 18 Brumário enquanto tendências, em leis, máximas, que tanto os podem comandar em trilhos reacionários como em um outro e distinto destino histórico, emancipatório, por meio dum arraste operário suficientemente organizado, associado e ordenado.

Mas, antes de tocar os principais problemas que relacionam uma possível constituição do distinto e superior movimento camponês, aspectos que discutiremos no capítulo quinto e próximo capítulo, aproximaremos antes o clássico camponês parcelar, aquele que atuou conservadoramente e decidiu a queda da França das luzes: conforme mostrado e comentado diretamente por Marx no livro O 18 Brumário.

Ao longo dos aplacantes acontecimentos trágicos para a França das luzes, entre os anos de 1848 e 1851, em paralelo da incapacidade dos pequenos burgueses democratas estritos, conformaram-se ali também absolutamente decisivos os trilhos reacionários que se afirmam enquanto

senhores sob os nervos dos trabalhadores camponeses franceses. Naquele contexto, desde os condicionantes complicados na Segunda República Francesa, um todo corrobora aos termos da massa camponesa se insurgir alienadamente ao lado do patronato abastado rural.

E esse trilho reacionário veio concluir a história conhecida e mostrada por Marx, na qual os trabalhadores acabam curvados ante um executivo sem qualquer autoridade.

Ante a derrocada da república parlamentar francesa, após esta ter cumprido a autorização dos massacres que vieram adotados contra os operários em 48, em perspectiva alcançada em encerrar-se o germe da perspectiva autônoma proletária; uma vez e cabalmente assumida aquela conduta camponesa conservadora; os resultados altamente reacionários disso relacionados e determinados; reúnem os principais elementos que levam ali a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento: "do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, da força sem frases sobre a força das frases" (Marx, 2002, p. 123).

Ali, pelo parlamento burguês se deu a própria deposição do Parlamento, a massa da nação, prostrada, tornou a lei a sua vontade geral, isto é, tornou sua vontade geral a lei da classe dominante (Marx, 2002).

Nesse contexto a república democrata veio ali renunciar toda e qualquer vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha: curva-se diante da autoridade, "o Poder Executivo, em contraste com o Poder Legislativo, expressa a heteronomia de uma nação, em contraste com sua autonomia" (Marx, 2002, p. 123).

Para Marx ali a França das Luzes escapa ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo. E, ainda pior, submetida sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade, de modo que a luta ali parecia resolver-se de tal maneira que "todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil (Marx, 2002, p. 123-124).

Marx assina em seu livro que naquele contexto aplacante o poder Executivo em Bonaparte se estabelecia por meio de uma imensa organização burocrática e militar, montando uma colossal máquina de Estado "abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão" (Marx, 2002, p. 125).

E mostra ainda que Bonaparte reuniu a este clássico aparato parasitário um outro exército em tropa regular de mais meio milhão, agrupando com isso um verdadeiro e tremendo corpo de parasitas, "que envolvia como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufocava todos os seus poros" (Marx, 2002).

Marx relata, sobre esta questão, em suas próprias e diretas palavras que, naquele cenário, exigia seguir a:

(...) Primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental (Marx, 2002, pp. 125-126).

E Marx descreve que naquelas tarefas, as quais o Napoleão tio apenas havia as iniciado, com o último Bonaparte, após a monarquia legitimista e a monarquia de julho terem implementado uma maior divisão deste trabalho, em perspectivas de acompanhar a própria proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa estabelecia e exigia, ao criar grupos de interesses e, por conseguinte, exigir um novo e evoluído material para a administração do Estado burguês; após terem as forças militares do Estado concluído os ataques e garantido ali o assassinato dos proletários organizados; ainda que o destino do período tendesse se guiar aquele processo num outro e distinto caminho; os resultados foram modestos, pobres, invertidos e completamente distantes das necessidades de um percurso histórico para o andamento da revolução em permanência:

Todo interesse comum (gemeinsame) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (allgemeins), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse

dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor (Marx, 2002, p. 126).

E esses aspectos, mais que caros em perspectivas da revolução proletária em permanência, trazem importantes elementos para consideração no tema empenhado na presente tese, em termos de virem tomados, esclarecidos e expostos com a maior precisão possível.

Marx chama aqui atenção, por exemplo, que naquela trajetória, ao invés de uma legítima autonomia proletária e revolucionária, que poderia ali conduzir e vindo encaminhar uma seguida derrubada do Estado burguês, foi, ao contrário, o Estado Francês quem se tornou completamente autônomo ante a própria sociedade (Marx, 2002).

Com a figura de Luís Bonaparte II, A máquina estatal consolidou-se de tal forma face à sociedade civil ao ponto de que bastava ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que segue constantemente recheada de salsichas, "daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada" (Marx, 2002, p. 126).

E embora de todo aquele triste contexto que encerrava a França das luzes, Marx assevera que o poder estatal ali não pairava no ar. Marx estabelece que Bonaparte representava uma classe, mais precisamente, a classe mais numerosa da sociedade francesa em meados do século XIX, os "pequenos (Parzellen) camponeses" (Marx, 2002, p. 126).

E assim como os Bourbons, que representavam a grande propriedade territorial; e, os Órleans, que representavam a dinastia do dinheiro; os Bonapartes eram representantes da dinastia dos camponeses, os senhores daquela massa que reunia a maioria do povo francês.

E, naquelas condições, como se deram e como não veio aproximado outras condições necessárias para uma melhor e maior organização proletária e o andamento de um processo independente em revolução proletária, as pautas do campesinato não veio em termos do Bonaparte que se curvou ao Parlamento burguês: "mas o Bonaparte que o dissolveu" (Marx, 2002, p. 127). Conforme Marx, durante três anos as cidades haviam conseguido falsificar o significado da eleição de 10 de dezembro e roubar aos camponeses a

restauração do Império. A eleição de 10 de dezembro de 1848 só se consumou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851” (Marx, 2002, p. 127).

Marx, sobre o desenrolar daqueles acontecimentos, referindo-se direta e claramente aos marcos que ali decidem aquele trágico percurso, nos mostra em O 18 Brumário que os camponeses parceleiros constituíam uma gigantesca massa e que seus membros, por viverem na mesma situação, estagnados, não logram alcançar a possibilidade de vir estabelecer relações diversificadas sequer entre si mesmos, apesar de suas semelhanças e possessões pela propriedade privada agrícola isolada (Marx, 2002, p. 127).

E, dessa sua imensidão ali anulada, vertia-se enquanto força que o toma em determinação sob os parceleiros. Em que os pequenos camponeses se integravam em uma massa, cujos membros viviam em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si (Marx, 2002, p. 127).

E esse seu próprio modo de produção, o próprio trabalho do camponês, os isolando uns dos outros, e sobretudo dificulta e muito sua associação aos trabalhadores urbanos, ao programa e processo político desdobrado do trabalho operário assalariado. Marx nos explica em O 18 Brumário que essas particulares condições camponesas, ao contrário de criar entre eles um intercâmbio mútuo, os afasta, os faz competir até entre si e tende os manter afastados do movimento proletário mais avançado e urbano.

Marx nos relata em o 18 Brumário daquelas condições já pobres, terem ali sofrido os camponeses trabalhadores, também, pelo frágil sistema de comunicações existente no país e sobretudo dada a peculiar e modesta condição de produção das matérias econômicas de quase pura subsistência, em condições de privação tantas que afeta gravosamente a própria vida política dos camponeses:

Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem

uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas (Marx, 2002, p. 127).

Para Marx, na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem ao seu modo de vida, os seus interesses e sua Cultura aos das classes sociais na sociedade (a classe burguesa e a classe operária), constituem, desorganizados, não associados ao movimento proletário urbano, um simples agrupamento, uma espécie de classe em termos apenas de classificação, mas não uma classe social (Marx, 2002, p. 127-128).

Nessa adequada conceituação marxiana, os milhões de camponeses constituem uma classe apenas em termos aritméticos e de sua proporção em uma própria e isolada classificação, em destacada separação das classes sociais existentes (Marx, 2002, p. 128).

E devido tais características, e do distinto caráter político alienado e dependente, Marx vai definir em O 18 Brumário, em face de existir entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida "não constituem uma classe" (Marx, 2002, p. 128).

E sobre esta sua clássica definição, Marx estabelece que, por conseguinte, em termos políticos de representação independente, os trabalhadores camponeses mostram-se incapazes de fazer valer seus interesses por meio de seu próprio nome: "quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção" (Marx, 2002, p. 128). E, mais: "não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva" (Marx, 2002, p. 128).

E, conforme apresentamos e criticamos, o marxismo ocidental, em suas diferentes interpretações e flutuações, como por exemplo em Nicos Poulantzas (1980), parece se tomar e aludir em reinterpretação, em uma estranha apropriação do conteúdo marxiano, que o autor de O 18 Brumário estaria

sugerindo, apesar das observações estabelecidas diretamente pelo próprio Marx – fidedignamente aqui citadas no trecho do livro, discutindo de uma representação parlamentar aos camponeses junto ao Estado, em Poulantzas, talvez em uma ideia de luta de classes em condensação.

E embora Marx cite aqui no citado trecho em palavras inequívocas suas, parlamento, convenção; e disso possa parecer poder vir admitido ao menos parcial acerto no pensamento do marxismo ocidental, o próprio pensamento de Poulantzas (1980), entretanto, agravamos e glosamos tal permissão: não pode isso assim vir admitido e concebido em Marx.

Isso porque, os termos aludidos na citação pouco acima destacada, guardando absoluta lógica e coerência ao que foi relatado ao longo de toda a obra até estas páginas finais no livro de Marx, exigem uma conclusão absolutamente oposta aos termos convidados pelo marxismo ocidental, por Poulantzas, uma vez que o verdadeiramente lavrado pelo autor de O 18 Brumário, o sentido de suas explanações não foram outras que mostrar da incapacidade de uma representação não apenas indireta, pelo parlamento, mas mesmo de uma representação de classe direta e independente por parte do campesinato.

Aliás toda a lógica de exposição no livro aqui, o que Marx vem discutindo nos trechos próximos e ao longo do texto como um todo nos obrigam a tal reconhecimento.

De modo que convidar Marx esteja nessas passagens de O 18 Brumário defendendo uma representação democrata estrita aos camponeses equivaleria sustentar que Marx pede que alguém, algum grupo político fale por eles, seja no parlamento ou fora dos salões e palácios burgueses.

Entender uma falta de compreensão assim tamanha, só poderia alcançar alguma suposta coerência se tal perspectiva venha procurada em termos como aqueles enxergados e justificados pela esquerda apaixonada pelo sufrágio, pelo parlamento e até governos junto aos executivos burgueses, conforme a orientação sustentada nos lemas do marxismo ocidental republicano estrito democrata.

Por seu turno, por lado do legítimo conteúdo de O 18 brumário, Marx se refere nos trechos e ao longo de toda a lógica filosófica assentada no seu livro, as relações possíveis, caminhos passíveis aos camponeses, enquanto

resultado de forças exercidas por uma das classes sociais: os grandes proprietários de terras ou a classe operária precisam vir representar o segmento trabalhador rural, o colocar em cena, o dirigir, como uma autoridade; e, nas relações com a classe dominante abastada, enquanto um poder governamental ilimitado e irrestrito (Marx, 2002).

Aliás, os já próprios mínimos termos morais considerados no parco cenário parlamentar liberal impediria que em qualquer sentido se venha indicar, com honestidade, que por meio de uma traslada representação no parlamento, algum grupo ou segmento de classe pudesse, com legitimidade, exercer a figura de ente de representação como um seu próprio senhor do representado: tais palavras e conceituações soariam mais propriamente insultos medievais aos meros e ainda que já mancos sentidos de representação democrática especulativa junto aos parlamentos burgueses.

É preciso disso reconhecer que nos trechos acima trazidos e comentados Marx está dedicando-se em mostrar da dependência involuntária do trabalhador camponês as classes em luta pelo poder da sociedade. Em suma, ou o camponês segue, como ocorreu na França Napoleônica, ao braço mais conservador da burguesia dominante, os proprietários dos meios de produção rurais, corroborando ao todo complicado ali manifesto na França de então, ou também de modo estranhado, difícil, mas possível, venha associado e, caminhando ao lado, e venha nisso se perceber reunido ao movimento operário urbano em luta contra a classe burguesa: fora dessas relações, apenas as formulações do marxismo ocidental, de uma inédita e apenas falsa sociedade civil, ou a tese poulantziana de condensação junto da ossatura do Estado, restarão em acesso e orientação errônea aos trabalhadores do campo.

Em que e quando, independente de meios e formas, fora de uma aproximação dirigida pelo proletariado urbano, estará o segmento camponês enganado, numa forma ou outra: nas mãos dos grandes proprietários de terras ou na mera e especulativa representação democrata estrita, conforme pensada e proposta pelo marxismo ocidental, termos tais tão bem expostos e defendidos em Poulantzas (1980). Nessas duas últimas perspectivas, estará o movimento camponês afastado e impedido de vir efetiva e verdadeiramente se libertar do jugo rural do capital.

Marx nos mostra em O 18 Brumário que a massa dos camponeses, as massas não aproximadas ao programa proletário urbano e independente, nas revoltas que se seguiram na França já decadente, poucos meses após os massacres que vieram impostos aos proletários em meados do ano de 1848, ante os proletários revolucionários ali já assassinados pelo Estado Burguês, a grande parte dos camponeses, nos limites dados pela tradição e sua condição material econômica e política magra, agravada por uma não sua consciência dependente, operário dependente ali ausente em suficiência, aquela imensa parte dos trabalhadores camponeses franceses protestam de armas na mão contra o resultado do seu próprio voto em 10 de dezembro de 1848, sobre o que comenta Marx:

A experiência adquirida desde aquela data abra-lhes os olhos. Mas tinham entregado a alma às forças infernais da história; a história obrigou-os a manter a palavra empenhada, e a maioria estava ainda tão cheia de preconceitos que justamente nos Departamentos mais vermelhos a população camponesa votou abertamente em favor de Bonaparte. Em sua opinião a Assembleia Nacional impedira a marcha de Bonaparte. Este limitara-se agora a romper as cadeias que as cidades haviam imposto à vontade do campo. Em algumas localidades os camponeses chegaram a abrigar a ideia ridícula de uma Convenção lado a lado com Napoleão (Marx, 2002, p. 130).

Mais uma vez verificamos aqui em Marx, no legítimo conteúdo de O 18 Brumário, distinto ao que decide na paixão marxista ocidental pelo parlamento burguês, que a representação procurada ali pelos trabalhadores camponeses não ultrapassava uma mera e ridícula ideia de convenção lado a lado com Bonaparte.

E naqueles contextos e estreitas ideias camponesas, se a primeira revolução francesa libertara os camponeses da semisservidão e os transformava em proprietários de terra livres, com Napoleão, se consolidava e regulamentam-se as condições que permitiriam aos pequenos trabalhadores parceiros rurais explorarem aparentemente sossegados o território da França que recentemente havia caído como que de sua propriedade, em uma espécie de cobiça juvenil por propriedade privada.

E, sobre essa que é uma errônea e ingênua ideia o livro de Marx nos adverte que, diferentemente da consciência limitada campesina ali dominante,

aqueles próprios acontecimentos, os quais pareciam trágicos aos camponeses, poderiam em verdade lhe libertar, caso houvessem vindo arrastados por passos firmes em aproximação das lutas proletárias que foram procuradas pelo movimento comunista no ano de 1848, seu período histórico próximo, latente, em diferentes contextos e realidades conexas.

E essa procura revestia-se em organizar e dirigir uma aliança operária guia com as massas rurais trabalhadoras que viessem, em relação com a classe operária, superar o seu destino aplacante.

Mas, conforme registra a história da França, ao contrário de se acabar por completo com as falsas expectativas dos camponeses franceses, o que enfim determinou o destino das massas camponesas foi sua fixação pela própria parcela de terras, a divisão do território, a forma de propriedade consolidada por Napoleão na França:

Duas gerações bastaram para produzir o resultado inevitável: o arruinamento progressivo da agricultura, o endividamento progressivo do agricultor. A forma "napoleônica" de propriedade, que no princípio do século XIX constituía a condição para libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei da sua escravização e pauperização. E essa, precisamente, é a primeira das idéias napoléoniennes que o segundo Bonaparte tem que defender. Se ele ainda compartilha com os camponeses a ilusão de que a causa da ruína deve ser procurada, não na pequena propriedade em si, mas fora dela, na influência de circunstâncias secundárias, suas experiências arrebentarão como bolhas de sabão quando entrarem em contato com as relações de produção (Marx, 2002, p. 130-131).

As condições de produção isoladas, e o conseqüente aplacamento da consciência pautada na propriedade parceleira na França do século XIX, alcançava e balizava ali as bases de relações dos camponeses com a sociedade burguesa. De modo que naturalmente parecia ao camponês, ante outras condições ausentes, em relação ao possível aproximar e associação ao movimento proletário de 1848, representar as ideias caducas o seu claro desejo de retorno ao passado distante, já ultrapassado pela sociedade moderna, enxergando o camponês trabalhador em borrões retinianos ainda algum caminho virtuoso, mas que, na realidade, na realidade material e

econômica capitalista em franco andamento, restavam-lhes, em realidade, apenas lembranças febris, meros sentimentos em teor econômico absolutamente ultrapassado, um sonho que já havia sido ali substituído completamente, em que suas pobres condições de vida e seus lemas foram tomados e serviram, em tudo, aos próprios e estritos interesses da burguesia: sob Napoleão o parcelamento do território rural complementava a livre-concorrência e a grande indústria incipiente protagonizada pelas cidades; a classe camponesa constituía o protesto onipresente contra a aristocracia rural que acabara de ser derrubada; as raízes que a propriedade parcelada lançou no território francês privaram o feudalismo de todo e qualquer nutriente; os seus marcos divisórios compunham a fortificação natural da burguesia contra qualquer ataque-surpresa dos seus antigos senhores (Marx, 2002, p. 131).

De modo que, apesar dos não mais que belos sonhos das massas camponesas, ao longo do século XIX os senhores feudais foram substituídos pelos usuários urbanos; o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca; a aristocrática propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês (Marx, 2002, p. 131).

Em suma, a pequena propriedade do camponês era o que restara em pretexto que permite ali ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder: e o assalariamento emergente não era o que lhe aprisionava, era o que poderia vir, em associação, lhe libertar.

Em tais condições, inexoráveis, a modernidade capitalista na França, em franco e acelerado desenvolvimento, levava a dívida hipotecária sobre o solo francês vir crescentemente pesar ao campesinato, o obrigando ao pagamento de uma soma de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida nacional britânica (Marx, 2002, p. 131).

Assim, a pequena propriedade rural, em uma verdadeira e concreta escravização presa ao capital, nos exatos termos que o desenvolvimento da sociedade burguesa forçosa e inevitavelmente conduz, acabou ali na França por transformar aquela grande massa francesa em trogloditas, em que 16 milhões de camponeses (entre esses também mulheres e crianças) viviam em antros, a maioria dos quais só dispunham de uma abertura, outros apenas duas e os mais favorecidos apenas três (Marx, 2002, p. 131-132).

Assentando em seu texto Marx que, assim como as janelas, que em uma casa, aos moradores da casa, representam o que os cinco sentidos são para a cabeça: "a ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital (Marx, 2002, p. 131-132).

Em condições clássicas como aquelas, somada a pobre realidade de organização política das massas campesinas ali, embora o lema inscrito nas ideias de Napoleão já não representasse na França mais do que um código de arrestos, vendas forçadas e leilões obrigatórios, Marx comenta e assevera ainda que somavam-se aos mais de 4 milhões, dentre esses crianças, mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas da França, conforme registravam os dados oficiais da época, outros 5 milhões que pairavam totalmente à margem da vida produzida pelo trabalho, tendo seu pouso no próprio campo ou, "com seus molambos e seus filhos, constantemente abandonam o campo pelas cidades e as cidades pelo campo" (Marx, 2002, p. 132).

E essas condições, ao lado da hipoteca que o capital impunha ao trabalhador camponês na França, a mesma parcela era ainda onerada pelo imposto. Marx registra em O 18 Brumário o imposto ter se constituído ali como a fonte vital da burocracia, do exército, dos padres e da corte: "de toda a máquina do Poder Executivo. Governo forte e impostos fortes são coisas idênticas" (Marx, 2002, p. 132).

E devido à sua própria natureza, ali a pequena propriedade formava uma base adequada aos termos burgueses. A pequena propriedade ali criava e permitia expandir um nível uniforme de forma de produção material, bloqueava e mesmo impedia relações mais complexas e politicamente superiores, condicionando assim os campesinos enquanto massas amorfas espalhadas por toda a superfície de um dado território.

Marx relata que aquela condição se mostrava absolutamente adequada a uma burguesia poderosa e inumerável, criando um nível uniforme de relações e de pessoas sobre toda a superfície da França, permitindo, por conseguinte, também a influência de uma pressão uniforme, exercida de um centro supremo, sobre todos os pontos dessa massa uniforme, aniquilando as

gradações intermediárias da aristocracia entre a massa do povo e o poder do Estado, vindo provocar a ingerência direta desse poder do Estado e a interposição de seus órgãos imediatos: “finalmente, produz um excesso de desempregados para os quais não há lugar nem no campo nem nas cidades, e que tentam, portanto, obter postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável, provocando a criação de postos do governo” (Marx, 2002, p. 132-33).

E Marx conclui seu livro apontando para a teologia ideológica societária cristã da época, quando já até esta instituição conservadora não mais se via ali mais crente em qualquer esperança para os camponeses naqueles termos ditados por Bonaparte e impressos pelo capital.

As condições implacáveis impostas pelo capital aos camponeses levou com que a própria precária consciência religiosa ali tivesse que reconhecer a população trabalhadora francesa conduzida e mantida em absoluta pobreza, em grau que os próprios líderes da Igreja Católica se mostravam mais que céticos e desesperançosos.

E em tais condições e também ante uma crescente desconfiança dos seus fiéis assentados nas massas camponesas francesas, sobretudo quando alguns de seus Santos Homens – em posto inferior na hierarquia da instituição, devido até ao direto contato com o povo camponês, com as massas populares, insistiam os padres em chamar atenção para o conteúdo do que outrora teria representado a promessa do céu na terra aos proprietários parcelheiros; o que lhes parecia prometer um bom futuro ao povo cristão agrícola; quando muito apenas sugeriam o clamar e a devoção, a oração, em espera pela consequente bênção por bom clima em apoio a produção camponesa; já, quando explodem as hipotecas contratadas pelos camponeses junto ao capital, precisavam vir instruídos em sentido de entender aqueles bons homens de fé que o céu e o clima haviam sido substituídos pela hipoteca e os juros dos rentistas.

E a bênção procurada uma vez impedida pelo capital, os líderes teológicos superiores assentados no topo da hierarquia sob a base da Igreja Católica corrigiam ali seus padres e mesmo lhes braveavam: que Deus já havia abandonado aos servos camponeses, e que a pátria já ter esquecido seus filhos mais fiéis (Marx, 2002, p. 134).

Marx, ao comentar essa adequada observação e atenta procura da orientação impressa pela Igreja Católica ao capital, em orientação de calma ao desespero que tomava os padres alocados na base horizontal da hierarquia cristã, contrastando com os bispos e arcebispos em termos de consciência das determinações econômicas, em que se reconhecia até o uniforme já querer cair do corpo magro do pequeno proprietário rural endividado e completamente arruinado, registra o autor de O 18 Brumário o seguinte:

Quando os puritanos, no Concílio de Constança, queixavam-se da vida dissoluta a que se entregavam os papas e se afligiam sobre a necessidade de uma reforma moral, o cardeal Pierre d'Ailly bradou-lhes com veemência: "Quando só o próprio demônio pode ainda salvar a Igreja Católica, vós apelais para os anjos ". De maneira semelhante, depois do golpe de Estado, a burguesia francesa gritava: Só o chefe da Sociedade de 10 de dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a família; a desordem, a ordem! (Marx, 2002, p. 134).

E, naquele contexto de expansão capitalista, tão atual e presente na América Latina, tanto lá atrás como na contemporaneidade, o que coube e segue cabendo as massas camponesas, sejam por meio em impostos ditados pelo Estado seja pela exploração mercantil, não é mais que o cumprimento de uma mera instrução pelo suposto dever do trabalhador campesino por uma maior entrega gratuita do seu trabalho aos ganhos burgueses.

Assim, esses e outros fatores clássicos determinam e quitam toda e qualquer ideia de recurso ou trabalho superior, sobretudo capacidade de organização independente aos camponeses.

De modo que, também não particular e ou estrito as condições da época da França napoleônica, caso se siga orientando os trabalhadores campesinos por meio de pautas rurais estritas, baseadas em condições tidas locais, regionais, étnicas, em suma, presas ao círculo do liberalismo e, portanto, do próprio capital, se seguirá em um próprio fortalecimento da nefasta ideia patriótica, que tanto terror conduziu na época de Bonaparte. Ideia nacionalista patriótica que hoje, contemporaneamente, pode vir disputar e arriscar uma falsa ideia de uma esquerda nativa e estrito nacional: ideias que, ao frear o agrupamento operário em nível internacional, toda a colossal força aí latente, acabando por bloquear as próprias guias possíveis que possam aproximar aos

camponeses trabalhadores virem lutar verdadeiramente contra o seu pauperismo crescente.

E o fenômeno napoleônico pode se verificar contemporaneamente, ante tudo o proletariado campesino trabalhador seguir não aproximado ao programa internacionalista em organizações operárias em luta de classe para a além de territórios dominados e orientados por ideias fantasiosas de esquerdas estrito-democráticas, ideias derivadas em paixão inadequada por ilusões no estrito sufrágio eleitoral ou até mesmo na chamada condensação junto ao Estado burguês: sem tocar aos sérios problemas que representam as perspectivas dos governos bonapartistas supostamente de esquerda. Em uma ampla e pobre realidade, pela qual mesmo a democracia liberal admite-se já em uma própria negação da estrita e hipócrita democracia burguesa.

E o caso mais grave, e que precisa vir superado, a ideia de representação bolivarianista de "pátria grande". Uma pátria que se assenta, segue e seguirá capitalista, em que pese e apesar do ditador de "esquerda" e ou grupos populares que se dizem representar o povo.

E, nesses contextos amplos, ao que pede os interesses da classe dominante, a burguesia urbana e os latifundiários, tanto lá na França das luzes como na contemporaneidade, em governos de todo tipo: burgueses democratas; governos liberais despóticos; governos de esquerdas socialistas (também por meio de regimes democráticos ou despóticos). Tristes realidades, no radical, que asseguram uma burguesia e ou uma camarilha popular, armada e atendida em suas necessidades e interesses, procurando essas meras correias manter o domínio ideológico por qualquer forma, inclusive também por modos todos anômalos: como naqueles formulados e orientados pela esquerda pseudo socialista na América do Sul, essa vindo adaptar-se ao que Marx chamou de "ideias napoleônicas", conforme se inscreviam nas práticas e relacionamento político demagógico adotado nas ações de Bonaparte (Marx, 2002, p. 133).

Marx nos aponta que essas relações, apesar de aproximadas por meios anômalos, no radical, em geral, jamais podem se dar de maneira absolutamente distinta ao seu teor clássico e altamente conservador, nefasto e hostil aos trabalhadores, operários e camponeses trabalhadores.

Como se colocara ali na França, em que as classes existentes e realmente dominantes na sociedade, em luta de classe, o proletariado, o II Bonaparte se percebe certo modo também ele próprio forçado, pelas próprias condições postas e dadas, a sustentar uma casta artificial, pela qual a manutenção do seu regime se transforma em uma questão prioritária e de manutenção de subsistência.

E é possível comparar aquelas condições mostradas e criticadas por Marx no final de seu livro com a conduta atual das esquerdas eleitorais presas ao sufrágio e sua chegada aos governos capitalistas populistas e sua perspectiva por se manter lá, se utilizando de inúmeros meios, não descartados mesmo os danosos meios despóticos. Em condutas absolutamente estranhas a já pobre tradição e cultura democrática burguesa: com esta sua conduta a esquerda eleitoral reformista mostra-se absolutamente distante, em clara oposição, em radical rompimento com as teses marxianas clássicas assentadas no programa da revolução em permanência.

E, considerando estes tristes dados contemporâneos, ao se ler com atenção o livro O 18 Brumário de Karl Marx, muitos termos bonapartistas ali descritos parecem hoje reaparecer e estarem postos claramente em condutas, em relações, em descaminhos da organização dos trabalhadores, conforme aproximadas em teses, discursos e programas das esquerdas eleitorais em ilações abomináveis em progressiva e mesmo já avançada alienação aos trabalhadores.

E não deve isso nos causar muita inquietação e muito menos espanto: o fenômeno se mostra até absoluto e mesmo bastante comum. Ante o que, perante o verdadeiro conteúdo de O 18 Brumário, é preciso reconhecer as sérias questões em torno das relações promíscuas exercidas junto ao Estado Francês da época, sob a gestão de Bonaparte II. Isso nos permite melhor enxergar e relacionar as inclinações adotadas pela esquerda eleitoral, com destaque, em suas também orgias e confraternizações com as classes dominantes e/ou os seus representantes de classe no parlamento e programa reformista estrito democrata.

Os toma lá dá cá, a ideia estranha de ampliações de margens remuneratórias de quadros partidários pelegos assentados em cargos estratégicos nos balcões do Estado: nos Ministérios, nas Secretarias, nos

Gabinetes, nos Conselhos das megaempresas estatais e mistas e não sem razão, para manter tudo isso, nos mais variados e maiores sindicatos e unidades sindicais. Em que montam essas orgias atuais, plenamente em ação, visíveis, condições que não só aproximam vulto aos próprios termos que Bonaparte se usou para chegar e manter-se no poder, em verdade, os termos parecem terem sido efetivamente apreendidos e até desenvolvidos ao máximo possível pelas esquerdas em sufrágio eleitoral contemporâneo em nominal administração do Estado burguês: os retratos das condutas resultam impressionantemente semelhantes, embora de suas nuances e figuras cômicas próprias.

E, para se escapar ao orientado pelas esquerdas eleitorais, das ideias absurdas nas formulações da esquerda despótica governamental sul-americana, o próprio conteúdo filosófico aberto em O 18 Brumário nos pareceu mostrar, ao menos para os fins desta tese, um ponto de partida importante.

E esse ponto de partida, em termos específicos para a nossa tese, relaciona o aspecto de ser possível postular que naquela experiência na França, entre os anos de 1848 e 1851, Marx não apenas enxergou ali a existência daquele movimento clássico camponês reacionário, a massa campesina que Marx retratou e comprovou ter oferecido seus braços em apoio ao golpe e as ideias de Bonaparte.

Marx parece em o 18 Brumário também ter enxergado um outro, um outro e distinto ente campesino, dependente, diferente e em muito superior ao clássico retrato assentado nas massas campesinas da França napoleônica.

No sério tema, relacionado ao cerne de nossa pesquisa, alcançar o postulado de um distinto e diferente movimento campesino, até para evitar interpretações difusas sobre os reais acontecimentos transcorridos durante aquele contexto francês, nossas leituras e interpretações voltadas ao objeto de investigação, sobretudo que possa comprometer uma necessária leitura e orientação comunista clássica alcançada e sustentada em 1848 e anos seguintes, como se assentou e veio imprimido no conteúdo do Manifesto do Comitê Central aos membros da Liga dos Comunistas em 1850, ideias de tipo como aquelas variantes tantas difundidas pelos teóricos marxistas ocidentais, e esses críticos questionarem a tese marxiana sobre a dependência campesina, como em algum intelectual democrata estrito vir tentar pôr em suspensão o

esquema e destino determinado ao trabalhador camponês da época retratada em O 18 Brumário, a exemplo de Ihes virem perguntas, tais como: "e as revoltas camponesas em meia França"; "as caçadas aos camponeses promovidas pelo exército"; "o encarceramento e a deportação em massa de camponeses?" (Marx, 2002, p. 127).

Afinal, poderiam Ihes evocar como seria então possível explicar essas ocorrências se o trabalhador camponês não pode, segundo o senhor Marx, vir representar autonomamente seus próprios interesses? E Marx Ihes respondeu no próprio conteúdo de O 18 Brumário, ao redigir o que segue abaixo:

A França não experimentara, desde Luís XIV, uma semelhante perseguição de camponeses "por motivos demagógicos". É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènes (51), mas a sua moderna Vendée (52) (Marx, 2002, pp. 127-128).

Marx ao se referir a moderna cevènes, se remete aqui em O 18 brumário a uma região montanhosa da França, na qual, em princípios do século XVIII, houve um grande levante de camponeses protestantes, os chamados comissários.

E por parte do segmento camponês reacionário tão bem mostrado por Marx em O 18 Brumário, aqui no final do seu livro, também no mesmo trecho acima citado, ele os enxerga e Ihes dedica o nome da região da França em que se deram os principais combates conservadores e mesmo reunia na França de então o centro da contrarrevolução durante a revolução burguesa, em fins do século XVIII, a região de Vendée: quando e onde, em sua luta contra a França revolucionária, os contrarrevolucionários se apoiavam nos grupos

"politicamente atrasados camponeses da Vendée, fortemente influenciados pelo clero católico" (Marx, 2002, p. 128).

E segundo Marx, as palavras de ordem dos distintos camponeses da região de Cevènes, ao terem ali empunhado armas e lutar bravamente, resumiam-se aos seguintes temas: "Abaixo os Impostos!", "Liberdade de Consciência! os insurretos tomavam castelos feudais, escondiam-se nas montanhas, empenhavam-se em guerrilhas. A luta prolongou-se por quase três anos" (Marx, 2002, p. 128).

Avaliamos que esses termos reúnem e tendem representar um conteúdo aberto em O 18 Brumário. O qual permite e até exige entender que sim, é possível, necessário até uma constituição de movimentos camponeses distintos, superiores ao seu clássico, se os camponeses vierem não independentes, arrastados, associados e aliados com o programa operário e a luta que se desenvolve pelos trabalhadores assalariados do meio urbano, nas fábricas e indústrias da cidade. Em que pode e mesmo se deve vir nesse movimento aproximado uma união proletária. Uma unidade por se estabelecer, que permita aos camponeses avançarem não mais das montanhas: mas sim, seguindo os trabalhadores operários, organizados em partido, em enfrentamento e procura pela derrota dos próprios burgueses, proprietários rurais e proprietários da empresa capitalista da cidade, os palácios da lei e da ordem.

E nos parece esse o caminho aberto que precisa interessar aos camponeses em luta por sua liberdade. De modo que as passagens de Marx acima citadas representam um conteúdo dos mais ignorados pelo marxismo ocidental. E tratam estes escritos passagens em que Marx claramente mostra da possibilidade da existência de lutas "camponesas" consequentes, aproximadas ali primeiramente pelas próprias bandeiras burguesas da revolução no final do século XVIII.

E entendemos que também se pode ler no conteúdo de O 18 brumário, relacionado ao escopo da teoria da revolução de Marx e Engels, de Lenin, de Trotsky, em um andamento da revolução permanente, uma real possibilidade para aproximação, relação e associação de lutas, operárias e camponesas não estritas, capazes de virem forçar o arraste, enquanto forças colossais relacionadas em termos absolutamente superiores, dirigidos pelo programa e

organizações e movimentação do partido operário em sua ação revolucionária autônoma e independente. Pelo aqui exposto, nos parece Marx permitir sugerir que no ano de 1848 na França tenha existido dois e distintos movimentos campestinos.

Um ente campestino e superior, que em clássico programa operário, pode vir aproximado, arrastado e associado ao movimento proletário revolucionário urbano. Um ente campestino o qual pode apreender com os operários organizados a lutar diretamente pela revolução proletária.

E o outro, destacado, afastado das lutas operárias, alienado, representado na imensa massa dos campestinos proprietários parceleiros, ao terem permanecido ali na França presos ao seu estado rural, ao seu passado, aos termos societários capitalistas que o arruinam, veio ali contido e mostrou-se impedido de avançar, assumindo por suas as ideias dos abastados proprietários de terras que os guiaram conservadoramente: por conseguinte, ante a marcha da história da luta de classes, inexorável, acabou por fim atropelado pelo capital, pelo modo de produção burguês da economia; procurando, disso, tão muito, em vão, sob as ordens ideológicas dos grandes proprietários de terras, oferecer seus braços, armas e toda sua representação popular ali reacionária ao príncipe do lumpen proletariado, o militar Luís Bonaparte.

E, para escapar a esse sempre possível destino campestino, diferente do que toma equivocadamente de O 18 Brumário o marxismo ocidental, o que interessa aos trabalhadores, camponeses e operários, não é o campo abstrato em escamas de perspectivas democráticas pequeno burguesas instadas ao parlamento burguês. E tão menos envolver-se nas relações e articulações políticas artificiais, quase sempre imorais e em regras medíocres em termos de história, em termos de marcha da história, de necessária força de torque em luta de classes, conforme ali na França acabou praticadas pelas duas classes abastadas dominantes e suas quase infindáveis frações de interesses avulsos: com destaque aquelas correias e disputas mesquinhas pequeno burguesas no parlamento ali afastado.

O que precisa interessar aos trabalhadores é o que Marx mostrou em tendência possível, a perspectiva de existência de um movimento campestino consequente, associado a luta operária revolucionária em permanência: este é

o conteúdo que se encontra aberto no livro e deve dirigir os estudos e pesquisas que se pretendam ir além da literatura historiográfica e ou dos campos sociológicos democratas estritos, magros e conservadores.

E, com isso, se enxergar no conteúdo de O 18 Brumário, em tendência, afastada qualquer ideia de segurança, de certezas, mas sim de um processo difícil, bastante complicado, em um percurso de relações clássicas guias possíveis, necessárias, um prumo inafastável para a própria constituição de um ente campesino em por vir não autônomo, precário e em uma não potência independente.

Em que, ao contrário de se vir procurar identificar em O 18 Brumário grupos concretos, já apanhados por Karl Marx, os possíveis números discretos de campesinos franceses que possam ter ali caído ao lado dos operários assassinados em junho de 1848 sob a autorização do parlamento francês na Segunda República, números e organização campesina, se existentes, certamente reuniu insuficientes ao que pede um movimento campesino especulado por Marx, no que pode vir até decisivo em uma batalha direta entre o proletariado socialista e a burguesia, aquilo que precisa interessar e se por assentado e em andamento não é outra coisa que o próprio movimento constituinte do distinto entre campesino.

E caminhamos ao concluir este capítulo orientando e chamando atenção, muito seriamente, para não se vir do acima retirar, aludir, equivocadamente, aquela outra e diferente experiência camponesa indicada por Marx no final do livro de O 18 Brumário enquanto um movimento camponês passível de vir inserido artificialmente em lutas operárias, como que um ente específico, extraordinário, apenas surgido ali, representando moralmente um exemplo a ser seguido, como que um acontecimento de destaque.

Ao contrário, a possibilidade aberta por Marx em O 18 Brumário, a qual considera possível, não sem problemas, problemas sérios, os camponeses levados em organização e ação tão distinta ao seu clássico destino, como se deu propriamente aplacante sobre os seus nervos na França napoleônica, entre os anos de 1848 e 1851, tratasse de uma lei, uma máxima, uma tendência, certamente não autônoma, em muito dependente, mas que carrega uma possibilidade de lições muito caras ao movimento proletário mundial.

É necessário, devido a própria seriedade deste tema, perceber-se não se tratar aquele distinto movimento campesino mencionado por Marx em O 18 Brumário de algum fenômeno regional, como que em face de os camponeses, porventura, terem vivido até dado tempo em terras mais fartas e férteis, ou, ainda, ao contrário, viriam de terras pouco produtivas, como em possíveis visões sociológicas, geográficas, antropológicas, zoológicas até.

Ao contrário, os possíveis bravos camponeses mencionados por Marx, talvez também em algum número assassinados juntamente com o movimento operário em junho de 1848, não surgiram ali de experiências da natureza ou estritas e restritas ao mundo do campo. Em radical oposição a essa ideia fantasiosa, vieram ali, parcial e limitadamente, diferenciando-se em um já outro e distinto movimento campesino por terem sido influenciados pelas lutas proletárias superiores, por distante que tenha isso se dado ali, com destaque ao que pede na inafastável necessidade de os camponeses virem aproximados e ampla e ortodoxamente guiados pelo programa do partido comunista revolucionário em representação dos trabalhadores assalariados: em suma, independentemente do tamanho e status que tenha essa relação ali alcançada, inspirada que o seja, tais termos e alcances só foram sentidos dado a movimentação da teoria da revolução em permanência sustentada por Marx e Engels e orientada pelas organizações comunistas europeias, a vanguarda da classe proletária.

Assim, relacionar, entender e conceber um distinto possível segmento campesino superior nos exige, diferente de procurar explicações metafísicas ou teológicas, geográficas, marcações cartográficas territoriais, de algum privilégio e ou mesmo prejuízo natural, climático local, os considerar em um movimento proletário universal dependente, que integra e precisa vir apoiar uma união dos trabalhadores em todo o mundo "civilizado", o mundo civilizado capitalista burguês, com vistas a substituição da sociedade dividida em classes, o fim da propriedade privada dos meios de produção, o encerramento da exploração assalariada assentado no metabolismo capitalista e, nesse passo, passos, a própria e absoluta necessidade de completa destruição do Estado Burguês e a instituição do socialismo.

Portanto, não se trata de apanhar um outro e distinto movimento camponês mencionado por Marx em qualquer especificidade da França

napoleônica, salvo as já mostradas e relacionadas ao ente camponês conservador, muito bem e suficientemente descritas pelo próprio autor de O 18 Brumário.

O importante, mesmo necessário, afastado de perspectivas de meros relatos das lutas camponesas, é considerar e compreender a teoria da revolução permanente enquanto a experiência de organização proletária com a capacidade de aproximação, constituição e movimentação revolucionária de um distinto agrupamento camponês. E para isso se deve procurar evitar o que se sucedeu na França napoleônica e, também, no percurso da revolução Russa de 1917.

Em especial os determinantes que permitiram o completo desvio da trajetória da experiência do socialismo na União Soviética, com destaque no marco dos anos vinte e as práticas revisionistas da teoria da revolução marxiana, conforme operado e movimentado ante uma crescente burocratização do Estado soviético: adequações stalinistas impostas também aos trabalhadores rurais mediante uma completa atomização dos camponeses, em uma clara ruptura com a teoria da revolução permanente de Karl Marx (Antunes, 2021; Trotsky, 1985).

E ao procurar sustentar uma crítica aos fundamentos do marxismo ocidental e defender a existência de dois distintos movimentos camponeses em Karl Marx, nos termos que dispomos e discutimos até aqui ao longo das seções de tese, aproximaremos no quinto capítulo desta tese que o legítimo conteúdo de O 18 Brumário constitui uma matéria absolutamente necessária de estudo para uma precisa elaboração junto ao projeto comunista de revolução da sociedade burguesa.

Em tudo, em termos de sustentação de um programa envolvendo os operários e camponeses, em um programa com a marcha decidida por superação revolucionária da sociedade de classes.

Entretanto, esta perspectiva não se mostrara interessada em aproximar formas decadentes e conteúdos discursivos escamoteados, como possível fosse vir se resolver por modos não clássicos os termos da exploração da vida real e material dos trabalhadores do campo e operários urbanos: cantos e encantos que insistem em velar os trabalhadores e os enganar, os orientando

em guias passivas aos palácios dos executivos e salões e plenários do limitado parlamento burguês.

Entendemos que para a necessária superação das afecções republicanas democratas pequeno-burguesas influentes sob as organizações camponesas e operárias contemporaneamente, a concepção e termos da revolução permanente marxiana reunirem os fundamentos que nos devem interessar em atenção e correção, e é o que procuramos tocar no próximo e último capítulo de tese.

## **6 CAPÍTULO QUINTO – CONDIÇÕES PARCELEIRAS RURAIS ESPECÍFICAS, MERCADORIA, PREÇO E LUCRO: A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E A LUTA PELO SALÁRIO RELATIVO OPERÁRIO**

Perseu necessitava de um elmo de névoa para perseguir os monstros. Nós puxamos o elmo de névoa sobre nossos olhos e ouvidos para poder negar a existência dos monstros (Marx, 2013, p. 116).

Neste capítulo final, discutimos de condições materiais econômicas que prendem o camponês trabalhador explorado em condições rurais estritas, pobres, isoladas e limitantes em termos de uma representação política autônoma. Analisamos, também, certos elementos que permitem apontar problemas nas ideias estrito democratas reformistas formuladas e dirigidas aos trabalhadores camponeses<sup>75</sup>, mostrando essas concepções não permitirem uma real compreensão dos condicionantes que determinam a vida material dos

---

<sup>75</sup> Sobre o tema, orientamos para leitura de artigo publicado por Ricardo Serra Borsatto e Maristela Simões do Carmo: "A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)", publicado em dezembro de 2013. No texto os comentaristas mostram e explicam didaticamente o sistema rural proposto por Chayanov, um método inspirado na adoção de tecnologias de produção camponesa. Uma metodologia pautada no respeito as estruturas rurais existentes e os próprios "processos espontâneos" (Borsatto; Carmo, 2013, s.p). Essa interpretação reúne uma tentativa de refundação crítica, em aproximação ao ideal do reformismo estrito democrata verificado no marxismo ocidental, ao orientar que essa concepção camponesa favoreceria e mesmo "promoveria a igualdade social e, ao mesmo tempo, atuaria como uma escola para formar novas lideranças democráticas nas comunidades" (Borsatto; Carmo, 2013, s.p).

campeiros e, tão menos, representam uma luta política emancipatória aos mesmos.

Neste debate, Borsatto e Carmo (2013), citando um amplo leque de referenciais, discutem sobre uma renovação teórica procurada atualmente no MST e orientada pela Via Campesina. Amparando-se na classificação trazida por Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), em especial, no tema correlato "a evolução do conceito de campesinato"; nos apontam esses autores uma necessidade de reformulação do conceito conhecido por *narodnismo* russo<sup>76</sup>.

A defesa dos autores é por uma recuperação e atualização da concepção do *narodnismo* russo, segundo os comentaristas aqui e suas fontes, no caso de virem tais orientações aplicadas cientificamente, se poderia até mesmo abstrair e desenvolver da própria organização econômica e política do campesinato uma forma de exploração dos recursos naturais que possibilite estender ao conjunto da economia e da sociedade sistemas de valores em que o processo técnico e econômico esteja subordinado ao progresso social e moral; em um modo que em: "tal forma de exploração dos recursos naturais resulte uma planificação substantiva ao que hoje se conhece como Agricultura

---

<sup>76</sup> Para uma melhor compreensão sobre o *narodnismo* russo, ler os textos de Sevilla Guzmán e González de Molina, referências de peso no texto de Borsatto e Carmo (2013); e, também, os seguintes referenciais citados pelos mesmos comentaristas:

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA J. G. e STOLCKE V. (Orgs.). A questão agrária São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

\_\_\_\_\_. Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa Rio de Janeiro: ASPTA, 1991. (Textos para debate, 41).

HEGEDÜS, A. A questão agrária. In: HOBBSAWM, E. História do marxismo IV : o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 56) p. 149-171.

SEVILLA GUZMÁN, E. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. Agricultura y Sociedad , n. 55, p. 201-237, abr./jun. 1990.

\_\_\_\_\_. Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario La Paz, Bolivia: AGRUCO/Plural Editores/CDE/NCCR, 2011.

WANDERLEY M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. F. e BRANDENBURG, A. (Org.). Para pensar : outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49. (Pesquisa n. 40).

Ecológica" (Guzmán e González de Molina, 1990, p. 235, *apud* Borsatto e Carmo, 2013)<sup>77</sup>.

O texto de Borsatto e Carmo (2013), suficientemente referenciado, procura mostrar e discutir de maneira detalhada as principais alterações teóricas assentadas no MST nos últimos 30 anos<sup>78</sup>. Talvez até mais que isso, contribua Borsatto e Carmo com seu texto em disponibilizarem, em direto manifesto, as novas fontes teóricas majoritariamente dirigentes no MST, conforme dirigidas pelas orientações ditadas pela Via Campesina ao nível internacional junto de organizações camponesas.

Ante a renovação mostrada e defendida no artigo de Borsatto e Carmo, se marca uma clara e forte crítica ao que os comentaristas nomeiam no seu texto de "marxismo clássico", "marxismo agrário". E as formulações marxistas clássicas agrárias criticadas no texto de Borsatto e Carmo se remetem para uma direta e clara referência daquelas concepções de Marx, de Lenin e de Kautsky, suas análises sobre o campesinato: temas que sequer foram compreendidos dentro do MST; quiça então possível se defender, como pretendem Borsatto e Carmo, ao indicarem que as formulações marxistas clássicas seriam as principais responsáveis pelo que chamam de declínio moral de um projeto socialista derrotado nas organizações camponesas (Borsatto; Carmo, 2013).

---

<sup>77</sup> Registramos aqui de nossa tradução livre no trecho citado do artigo de Borsatto e Carmo.

<sup>78</sup> Além das clássicas referências no escopo das organizações camponesas no Brasil, ao menos disputadas enquanto teses por dentro dos respectivos movimentos camponeses, Borsatto e Carmo citam e referenciam-se em vários outros documentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em explanações sobre as revisões assentadas no MST e Via Campesina, dentre os quais – já enquanto uma própria assimilação crescente dos ideários de Chayanov, os seguintes documentos do MST:

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Carta do 5º Congresso nacional do MST. MST, 2007a. Disponível em: <http://www.mst.org.br>.

\_\_\_\_\_. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Sistematização de experiências agroecológicas do MST [São Paulo]: [s.n.], 2007b.

\_\_\_\_\_. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A reforma agrária necessária : por um projeto popular para a agricultura brasileira. MST, 2009a. Disponível em: <http://www.mst.org.br>.

\_\_\_\_\_. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Nossas bandeiras MST, 2009b. Disponível em: <http://www.mst.org.br>.

Em verdade dada as próprias e duras características camponesas brasileiras, as concepções clássicas marxianas, ao longo dos contatos tentados com tais organizações, contaram no máximo aproximadas ao MST e outras organizações assemelhadas; e, ainda assim, apenas disputadas por algum tempo dentro daquelas organizações camponesas.

E, mais, é preciso um outro e distinto ponto crucial aqui, mesmo fundamental, o qual o artigo de Borsatto e Carmo sequer toca, em verdade estranhamente se silencia: refere-se ao dado de a possível aproximação marxista no MST, onde tenha ocorrido essa aproximação, a mesma deu-se majoritariamente em termos da teoria stalinista da revolução socialista (a ideia da revolução em um só país).

E aqui é preciso cuidar, a orientação stalinista representa uma orientação teórica errônea, com profundas e sérias diferenças com as legítimas e densas teses do pensamento clássico marxiano para com a revolução em permanência.

Assim, e mesmo que aqui acima orientemos pela leitura do texto de Borsatto e Carmo (2013), bem como por uma atenta leitura de parte significativa de suas referências bibliográficas, alertamos para o dado da ausência no artigo de Borsatto e Carmo de um sério debate sobre as concepções e os alcances da tese stalinista da revolução socialista no MST, uma necessidade que restaria indisviável: ante a própria história do movimento; as conhecidas concepções teóricas sustentadas pelos PCs na América Latina; influências oficiais soviéticas stalinistas que sem sombras de dúvidas alcançam e matizam o MST desde sua fundação e podem, ainda hoje, encontrarem-se presentes, mesmo que ocultas em princípios formulados como conceitos inovadores, mas que seguem carregados de traços de um ideário reacionário e altamente complicante para a construção de uma legítima organização da revolução proletária.

E o exemplo categórico desta questão e risco, conforme o texto de Borsatto e Carmo assume, acreditando inovarem, encontra-se na referência teórica e uma clara adesão para com a tese de Chayanov: um economista agrícola profissional contemporâneo da revolução de outubro. Contudo, uma persona completamente alheia ao tudo que moveu-se ali na Rússia, o movimento procurado pela revolução bolchevique, na necessidade de

representar o parto de uma revolução socialista mundial; uma orientação resultado de correta apreensão e exercício clássico dos próprios fundamentos da teoria da revolução permanente marxiana: o que veio posteriormente revisto e barbaramente desviado na União Soviética sob a direção de Stalin.

Em si, Chayanov representava uma figura completamente alheia as teses de Marx, de Lenin e de Trotsky, de tudo o que se movia na revolução socialista soviética, a maior experiência do proletariado na história: eis o perfil do homem inspirador da ideia de um possível gérmen campesino ao futuro aludido pelos intelectuais ligados aos agrupamentos camponeses contemporâneos.

Um futuro incerto é preciso afirmar. Dito, prometido e procurado das pobres realidades particulares campesinas e suas parcas condições, as quais supostamente podem, apesar de tudo o que aprisiona o trabalhador rural, segundo o pensamento popular de Chayanov (o termo popular tem crescentemente sido adotado pelo MST e seus teóricos ao longo dos últimos anos), apoiar e mesmo sustentar condições abstratas de transformação das condições sociais por meio de termos morais, nos quais se tributa aos campesinos uma espécie de sentelha do futuro, em que, a própria e pobre mentalidade camponesa, se desenvolvida, alcançaria uma peculiar condição de vir exercer uma guia em superioridade em relação aos demais componentes da sociedade, dentre essas, as próprias classes sociais, e, sobretudo, ante a crítica ao pensamento de Marx, uma tida superioridade em comparação com a classe operária.

E não se deve rapidamente suspender qualquer semelhança da crítica popular campesina com o pensamento stalinista, defensor da equivocada ideia de os soviéticos terem representado o exemplo proletário mundial; não os operários soviéticos, mas a própria personalidade de Joseph Stalin sob os soviéticos; não os operários tomados em sua associação internacional e em organização política guiada pela revolução permanente e mundial, conforme legítima e verdadeiramente mostrado por Marx, Lenin e Trotsky: um movimento proletário mundial de organização do programa operário comunista independente em sua procura por alcançar e movimentar um enlace fraterno entre as futuras repúblicas socialistas.

Em suma, a organização e o andamento da revolução proletária mundial enquanto resultado de um processo em enlace procurado pelos operários de diferentes países e regiões não por supostamente admirarem a moral soviética, mas porque os trabalhadores operários de todos os países capitalistas sofrem da exploração burguesa e, nessas condições, precisam lutar por seus salários e necessidades políticas de emancipação, pelo que devem se unir internacionalmente em combate aos interesses mesquinhos do capital, interesses garantidos, em última instância, pelo recurso da adoção dos braços armados e letais da república democrática burguesa contra os operários: como mostrou Marx em O 18 Brumário.

Isso tomado em questão, torna-se muito difícil assimilar coerentemente que as transformações sociais advirão em qualquer tipo de experiência e ou modo teórico, como em um passo ecológico e ou moral campesino, como defendido por Borsatto e Carmo (2013). Aliás, necessário reconhecer, este um teor em geral presente em vastos referenciais reformistas estrito democratas, como já manifestamos crítica na presente tese, em seus dois primeiros capítulos, e aqui, verificamos também na perspectiva camponesa, conforme defendido e orientado no MST e Via Campesina.

E, isso em tema, ante as atuais afecções impostas ao segmento campesino, considerando o escopo desta tese, passaremos aqui por aproximar das condições só encontradas na classe operária, os trabalhadores assalariados, discutindo o que tais distinções proletárias implicam e podem determinar aos trabalhadores camponeses em termos de uma legítima e real emancipação proletária.

A nossa contribuição específica com este quinto capítulo de tese procura contribuir ao afastamento da concepção estrito democrata reformista também junto dos agrupamentos camponeses, considerando a formulação marxista ocidental progressista encontrar-se alocada distante – e distinto – aos termos da teoria política presente no livro de O 18 Brumário e, dentre vários outros textos do velho comunista alemão, no próprio texto de O Capital, de Karl Marx (2013), conteúdo científico que esclarece as reais determinações materiais estabelecidas pela sociedade capitalista sobre o proletariado.

E a relação aqui proposta para este quinto e final capítulo de tese, baseada em alguns trechos de O Capital, é importante porque estudos

marxistas não devem isolar os escritos de Marx, mutilando seus principais textos clássicos e/ou afastar o autor da própria e notória prática comunista e revolucionária para a qual ele dedicou toda a sua vida. E isso nos exige aproximar e avançar sobre quais determinações clássicas, portanto válidas e aplicáveis no século XXI, permitem a teoria marxiana relacionar e definir os determinantes, os limites e os graus latentes externos possíveis de virem em dependência na organização do campesinato em relação ao programa político operário revolucionário de interesse da classe proletária em seu conjunto geral.

A primeira questão por se observar, e em completa distinção ao que orienta em interpretação do velho e reacionário pensamento popular russo aos camponeses, reúne a distinção entre a organização isolada e limitada camponesa, com ênfase em suas capacidades políticas precárias e dependentes; profundamente distintas, se comparadas as determinações sociais capitalistas relacionadas nas formas clássicas de exploração assalariada da classe operária, em que os trabalhadores operários precisam lutar por seu salário relativo.

Isto compreendido, as condições econômicas implacáveis capitalistas mostram a forma política de luta operária contra a escravização societária, um programa revolucionário com movimento de negação desdobrado, enquanto o próprio processo histórico operário autônomo inacessível (diretamente) quando se observa o trabalhador rural isolado em sua produção agrícola parcelar.

Entendendo assim que, devido ao isolamento dos camponeses, distantes dos modos e meios nos quais se encontram explorados os operários, estes tendem a sofrer afecções das classes sociais abastadas, comumente, por parte da classe social abastada mais reacionária os proprietários latifundiários: o que, certamente, soa difícil se conceber por razoável, devido aos constantes enfrentamentos armados que o bravo agrupamento trabalhador pequeno camponês e os ruralistas latifundiários estão envolvidos.

Até o final deste capítulo restará claro o que estamos retomando aqui: Karl Marx, e aqueles termos que a teoria marxiana entende por arriscar o trabalhador camponês seguir aos ruralistas. E mais, hoje, talvez, em termos verificáveis, dado ao grau de desenvolvimento da produção no campo, das inovações nas teorias que orientam as organizações camponesas, MST e Via Campesina, o trabalhador pequeno camponês mostre-se até mais reacionário

que em seus tempos idos, ao lutar até contra os termos econômicos corretos e crescentemente aplicados na produção agrícola – termos técnicos e tecnológicos capitalistas societários superiores que obrigam aos próprios reacionários ruralistas abastados a se submeterem aos avanços econômico-científicos aplicados na produção rural.

Aqui neste quinto e último capítulo de tese, ao questionarmos as teses de refundação das perspectivas camponesas, encontramos e mostramos a classe operária em sua jornada histórica de direta luta pelo seu salário relativo, em condições muito superiores aos termos conservadores verificados em pautas e anseios de organizações campesinas contemporâneas, em suas lutas bárbaras contra a ciência em uma mera e pobre ideia de reinserção ecológica agrícola de homens e mulheres nas propriedades parceleiras rurais, perdendo em termos amplos aos já modestíssimos conceitos capitalistas que impõem-se aos proprietários rurais abastados.

Isso tomado em questão, perguntamos se as superiores experiências políticas em luta de classes estritamente possíveis aos trabalhadores operários podem ou não estabelecer um enlace difícil aos camponeses, ampliada dada a postura teórica das lideranças dessas organizações campesinas, como mostrado, uma dificuldade que cresce.

E apesar da séria dificuldade, na ainda necessidade de um programa para o andamento de luta proletária que resulte em uma efetiva transformação socialista da sociedade capitalista, entendendo a classe operária o ente de vanguarda que, se organizada nos termos marxianos clássicos da revolução permanente, encontrará e exercerá no processo de organização da luta socialista revolucionária as suas próprias condições para vir então arrastar aos camponeses. E, ao sentirem esses últimos lhes agarrarem as forças operárias em luta de classes com a burguesia, podem, com muitas dificuldades, esses homens e mulheres ainda presos aos sonhos da terra prometida, ao largo e completamente afastados de um suposto campo perpétuo e sagrado camponês, estarem ali guiados em um efetivo caminho de libertação da alienada religião rural.

As afecções estranhas aos trabalhadores camponeses são determinadas em condições materiais, econômicas e político-ideológicas que lhes alcançam, pautam e mesmo lhes ditam, e, no caso das afecções por parte

da classe operária, estas podem lhe retirar do isolamento embrutecedor do modo rural de organizar a produção na propriedade parceleira que lhe é imposta.

E, ante essas condições, em processos de lutas proletárias nos quais se encontre envolvidos os camponeses (e isso precisa interessar sobremaneira um programa comunista que precise exercer, em condições operárias próprias, num dado processo peculiar regional geográfico, a difícil tarefa de guiar as massas camponesas trabalhadoras de modo não reacionário), em que seja necessário aproximar uma aliança condicionada pela classe operária e urbana em arraste dos trabalhadores camponeses, admitindo passos em uma associação em constituição da classe proletária em sentido amplo, experiência na qual os problemas e complicantes virão muitos e bastante sérios, os quais precisarão reunir ali suficientemente considerados.

E, assim, este sério problema, ao representar um tema de extremo interesse para um projeto comunista, precisa considerar o rigoroso cumprimento das tarefas dos trabalhadores urbanos organizados e dos papéis secundários relacionados aos trabalhadores camponeses enquanto um enlace socialista legítimo, em cumprimento das complicadas tarefas na arena econômico-material e política, em consolidação a um programa operário em elevação dos graus das consciências de classes dentre o proletariado em geral; um programa que organize e, finalmente, alcance a capacidade de o proletariado se sublevar e dirigir os trabalhadores em direção aos ataques contra o poder econômico capitalista e o Estado guardião da burguesia.

E os problemas que envolvem as relações entre a classe operária e o campesinato não são discretos e exigem compreensão dos termos determinantes da distinção do trabalho isolado camponês ao trabalho assalariado operário fabril. Em tudo, é essencial saber das determinações latentes e dos seus consequentes desdobramentos na organização das classes sociais e do difícil trânsito em envolvimento do segmento trabalhador camponês num possível curso procurado pela classe operária na tese da revolução permanente de Marx.

O segmento camponês, em meio às múltiplas relações externas, estranhas ou mesmo anômalas sobre si, tende a se situar num difícil processo, no qual tem seu destino definido, em que pode o campesinato tanto

caminhar para um lado como para o outro, completamente inverso. E isso decorre das distintas perspectivas de classes, que reúnem conduções derivadas de pontos antagônicos – inacessíveis aos camponeses desorganizados ou organizados em lemas ecológicos Chayanovianos, e que tendem forçar, devido ao clássico determinante camponês, os camponeses a cumprirem os papéis mais reacionários, ainda que expostos a uma arena política potente, como foram constituídos e verificados nos processos movimentados nos anos de 1848/1851, na França das luzes.

E entendendo que Marx se refere à possibilidade de os camponeses trabalhadores vir em face de uma força de arraste determinada pela classe operária, é preciso entender como se aproxima uma tal condição, como se pode trilhar em luta de classes ou, tão pouco, vir apenas olhar a aproximação e acometimento da força camponesa junto das calhas anacrônicas do contexto rural reacionário: percebendo, portanto, quais determinações causam tais riscos e o como se pode, ou não, em modo associativo e precário, superar as fortes tendências conservadoras sob os camponeses. E é o que colaboramos em parte com a análise e os termos que se seguem aqui em nosso capítulo final de tese.

### **6.1 Acerca dos limites que acometem os trabalhadores camponeses parceiros**

O inquérito proposto neste quinto capítulo de tese, exige perguntar-se sobre certos limites materiais definidos aos trabalhadores camponeses e sobre a capacidade da consciência e dos alcances de uma guia operária, ou seja, é preciso aproximar e discutir acerca possibilidades limitadas desse possível, porém dificultado enlace. Para tanto, nos propomos, aqui, inicialmente, a olhar para alguns elementos guiados aos camponeses, por meio de uma crítica social estrito democrata reformista, a qual procura denunciar que os trabalhadores camponeses estariam sendo vítimas de uma espécie de roubo na forma societária de exploração da produção econômica apanhada na parcela agrícola de propriedade do pequeno trabalhador rural.

A crítica estrito democrata reformista refere-se à questão de os patrões do campo explorarem o trabalho do camponês de forma vil. Em geral, tem sido denunciado que os atuais patrões latifundiários do campo, compram o produto do trabalho do camponês (mandioca, milho, produção de aves, pequenos e médios rebanhos – o produto é indiferente aqui) em valores monetários que representariam um próprio assalto dos bolsos do pequeno trabalhador do campo. Tal equação permite, inclusive, que o capitalista do setor agrícola multiplicasse o seu capital em apuração de taxas de lucros tidas superiores aos três dígitos.

Nas transações com o patrão capitalista do mercado agrícola, ao contrário da percepção de intelectuais do marxismo democrata reformista, o que tem se dado no regular repasse do produto pelo pequeno proprietário parceleiro ao empresário da agroindústria não é mais que a manifestação do próprio processo de troca estabelecido pelo capitalismo. Um processo econômico que, sim, envolve a própria aquisição inicial do produto agrícola, mas o processo econômico de produção do valor apenas procura o valor requerido e denunciado pelos intelectuais marxistas reformistas por suposto roubo – o que virá apenas posteriormente produzido, por meio do trabalho de labor fabril, na transformação da mercadoria primária, do produto agrícola comprado a preço justo<sup>79</sup>, por meio da exploração assalariada operária.

Essa verificação se faz importante, porque apenas, posteriores as relações de trocas mercantis capitalistas, virá o incremento do valor parco inicialmente pago ao camponês proprietário parceleiro, que passará, desde aquela pobre saída do produto da propriedade agrícola do pequeno proprietário camponês, matizado por relações de trabalho muitas vezes de mão-de-obra familiar, transformado no trânsito do produto agrícola e sua metamorfose em mercadoria industrializada capitalista em si.

Sabe-se, por exemplo, que produtores agrícolas, pequenos proprietários que atuam na produção de peixe, estão envolvidos em uma relação que explica

---

<sup>79</sup> E para não virmos aqui atacados, acusados como que estivéssemos defendendo os patrões da agroindústria, nos antecipamos, indicando que com os adotados termos de "justo" pagamento estamos nos referindo ao que Karl Marx estabeleceu no livro *O Capital* (Marx, 2013): termos aliás iremos aqui neste capítulo explorar, mostrando o porquê o entendimento de suposto roubo do camponês encontra-se profundamente equivocado.

com clareza esse processo de exploração. Em Cascavel (PR) e região, por exemplo, pagam, como no mês de novembro de 2023<sup>80</sup>, para cada quilo de tilápia criado nos açudes alocados nas propriedades dos trabalhadores camponeses, aproximadamente, R\$ 1,17. Nesse exemplo, parece coerente a postura dos críticos estrito democratas e reformistas. Considerando que, depois, as empresas vendem ao consumidor do varejo o quilo da tilápia por até mais de R\$ 32,00. Isso, como que suficiente, tem dado voz para supostas críticas da exploração vil, não estrito ao ramo em si, mas em uma equação regular e comumente presente na exploração agroindustrial capitalista em geral.

Nessas críticas, comumente, são mostrados os valores reais, inicialmente pagos ao pequeno proprietário parceleiro, e os valores adotados no varejo, evidenciando os roubos dos vultos retirados do trabalho supostamente não pago aos trabalhadores proprietários parceleiros, também chamados de agricultores familiares. Esse cenário parece oferecer uma lógica coerente. Nós mesmos, como colocamos em referência em rodapé, temos conhecimento, retirado de testemunhos de pequenos proprietários parceleiros, trabalhadores que atuam na produção de tilápia, de chegarem a precisar, durante as madrugadas, após deixarem seus filhos dormindo, permanecer à beira dos açudes de peixe, na procura de manter o ritmo de engorda em cumprimento do ciclo da produção estabelecido pela megaempresa que compra o peixe pelo valor citado.

Isso é uma questão. Outra, bem diferente e falsa, é indicar que a diferença apurada dos valores já teria sido produzida na propriedade rural do pequeno proprietário, parcelar é uma bela estória, mas não passa de uma estória. São muitas as variantes que se somam a esse exemplo, como: os peixes, no caso da tilápia, terem sido trazidos e inseridos nos açudes do pequeno trabalhador rural; contar as visitas periódicas de trabalhadores especializados, químicos, veterinários, trabalhadores assalariados, pagos pela empresa que os explora e que contratou, também, o açude em aluguel,

---

<sup>80</sup> Esses preços citados podem vir verificados, ainda que se alterem alguns centavos, dependendo dos contratos firmados com a empresa da indústria agrícola: mas circulou, neste mês citado, em torno deste valor os testemunhos e relatos que tomamos de produtores que encontram-se nessas relações de trabalho: não citaremos as fontes de testemunho e relatos, pelo óbvio, isso prejudicaria os pequenos proprietários, os quais, ao virem assim identificados, poderiam vir citados e mesmo processados em ações por parte da empresa capitalista agrícola que os explora.

ambiente que os profissionais visitam periodicamente para garantir a saúde do peixe alimentado pelo pequeno produtor parceleiro, ou seja, o ciclo da produção não é determinado isoladamente pelo pequeno produtor dono das poucas terras, mas envolve, e sobretudo é dirigido e explorado, pela empresa capitalista contratante.

Assim, dependendo do produto produzido, a periodicidade irá variar, o que não pode variar é o ciclo de uma mesma produção específica, e caso isso aconteça, os custos adicionais recaem sob os pagamentos recebidos pelo pequeno agricultor; em que, quando da retirada do produto; dependendo do contrato firmado, poderão outros trabalhadores somar na aproximação do valor nominal que se verifica apenas artificialmente nos congeladores dos supermercados quando o produto, no caso a tilápia, estará embalada e congelada à disposição do consumidor final.

Ainda muito antes da venda ao consumidor final, dependendo do contrato de relação entre o pequeno parceleiro e a empresa capitalista, poderá até a ração ser disponibilizada, já precificada, produzida em outro local, ao proprietário de terras que irá, em uma relação de simples troca, participar com sua força de mão-de-obra familiar, como dissemos, dedicada mesmo de madrugada e em muito em detrimento da saúde do trabalhador agricultor e de sua família. Desse modo, com destaque ao trabalho assalariado, a definição do valor apenas nominalmente percebido e pago pelo consumidor final, no caso aqui em comento inicial, do peixe tilápia então disponível nos supermercados, acontece em um leque amplo de exploração.

Todo esse contexto já permite tomar por falsa e equivocada as teses do marxismo estrito democrata reformista, em seus modos e arautos amparados em uma apenas aparente defesa dos trabalhadores da agricultura familiar, os pequenos proprietários parceleiros nomeados por Karl Marx em O 18 Brumário. Mas, em termos de plena superação dessa ilusão crítica, ao que pede o processo capitalista de produção, se o objetivo for a superação deste metabolismo, existe a necessidade de considerar os fatores primários e os desdobramentos mercantis societários na forma de produção de valor e forma de representação da magnitude de valor. Ou seja, como se concebe que certa mercadoria equivale a tal patamar de equivalente no momento da troca: a

resposta a esta questão mostrará ou não legitimidade às teorias de diversos intelectuais da esquerda camponesa reformista contemporânea.

### 6.1.1 Mercadoria, dinheiro, preço e lucro em o capital de Karl Marx

Notemos, em caminho ao que nos propomos para este quinto capítulo de tese, que Marx, desde a Seção I de seu livro *O Capital*, demonstra existir uma forma peculiar para o considerado complexo mercado das trocas no capitalismo. Apresenta elementos de contraste quanto aos reais e efetivos processos que se acionam e se seguem precisos em desdobramentos no movimento social de trânsito da mercadoria, apresentando as formas e metamorfoses dos equivalentes, do trânsito frenético e constante em que a mercadoria se dirige ao mercado capitalista, envolvendo: a forma simples da mercadoria, a forma singular ou acidental de valor; os dois polos da expressão de valor: forma relativa de valor e forma equivalente; a determinação quantitativa da forma de valor relativa; os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor; substância do valor, grandeza do valor; o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias; a forma de valor ou o valor de troca; grandeza de valor e expressão relativa dessa grandeza; a forma equivalente o conjunto da forma simples de valor; forma de valor total ou desdobrada; forma relativa de valor desdobrada; a forma equivalente particular e insuficiências da forma de valor total ou desdobrada; transição da forma valor geral para a forma dinheiro; o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo: o dinheiro; a circulação das mercadorias; as medida dos valores etc. (Marx, 2013).

Aqui, não iremos nos aprofundar em cada um desses conceitos, ficaremos estritos aos elencos conceituais que corroboram para uma simples mostra dos problemas que estamos levantando e discutindo. Feita essa observação, em termos de aproximação de uma específica leitura da Seção I e de outros elementos presentes no livro I de *O Capital*, é preciso reconhecer que a definição do valor das mercadorias, inclusive da mercadoria força de trabalho, exige o devido entendimento e a distinção dos conceitos: trabalho concreto, trabalho abstrato – trabalho em geral. O primeiro, caracterizado no trabalho aplicado pelo homem para a realização de qualquer mercadoria,

parcial ou totalmente. O trabalho abstrato, por sua vez, forma-se desde o primeiro ato, passando ao longo do movimento em lei societária econômica apurada em definição do valor médio das mercadorias, através do processo metabólico capitalista no mercado das trocas, em que a média social de trabalho dispensada para a produção de uma certa mercadoria define seu "preço", até a despida de sua aparência, se prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, até que:

Resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes [Bestandteilen] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (Marx, 2013, p. 161).

Marx, desde as suas primeiras explicações introdutórias em *O Capital*, nos explica que a forma relativa de valor da mercadoria e o valor equivalente das mercadorias expressam, cada uma, o valor de uma mercadoria em geral. Seja numa única mercadoria de tipo diferente ou numa série de muitas outras mercadorias diferentes (Marx, 2013). Explica, também, dos dois casos acima mencionados – a forma relativa de valor da mercadoria, e o valor equivalente das mercadorias – dar-se a si mesma uma forma de valor é algo que, "por assim dizer, pertence ao foro privado da mercadoria individual, e ela o realiza sem a ajuda de outras mercadorias" (Marx, 2013, p. 198). Dessa forma, ele nos ensina que as outras mercadorias representam, diante da primeira, o papel meramente passivo do equivalente, logo, a forma universal do valor só surge, ao contrário de um encontro acidental, como pensam os marxistas estrito democratas reformistas, como obra conjunta do mundo das mercadorias: "uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo,

todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo" (Marx, 2013, p. 199).

Marx nos revela, então, que a objetividade do valor das mercadorias, por reunir a mera "existência social" dessas coisas, "também só pode ser expressa por sua relação social universal [allseitige], e sua forma de valor, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida" (Marx, 2013, p. 199). As formas da mercadoria, a exemplo do artigo adotado por ele, ao mencionar em O Capital o tecido linho, aparecem disso não só como qualitativamente iguais, como valores em geral, mas também como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. E por espelharem suas grandezas de valor num mesmo material, o linho, essas grandezas de valor se espelham mutuamente (Marx, 2013, p. 199).

Em sua explicação, Marx nos oferece exemplos dessa relação: 10 libras de chá = 20 braças de linho; e 40 libras de café = 20 braças de linho; etc. E conclui em seguida: "portanto, 10 libras de chá = 40 libras de café. Ou: em 1 libra de café está contida apenas a substância de valor, de trabalho, contida em 1 libra de chá" (Marx, 2013, p. 199).

Isto posto, as críticas dos intelectuais da esquerda reformista só teriam sentido se, no estudo do processo de troca das mercadorias camponesas, a coisa fosse analisada simplistamente e, com isso, equivocadamente, parece razoável se afirmar que o produto agrícola camponês, como se especial, tivesse a capacidade de absorver o valor do dinheiro, no caso da crítica intelectual reformista, de um suposto dinheiro quitado pela empresa capitalista.

Essa falsa ideia é fruto da representação metafísica cultural da sociedade baseada em pagamentos nominais, em suas frágeis tentativas de relacionar as condições sociais do equivalente geral com as demais mercadorias, sugerindo o conceito vulgar do dinheiro como um mero signo nominal específico.

Karl Marx, em O Capital, mostrou que insuficiências como essa levarão a considerar "o valor do ouro e da prata como sendo imaginário" (Marx, 2013, p. 227). E, alertando dos riscos disso, alude que, podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por dados signos dele mesmo, aparecia assim e se assentava o grave erro iluminista que aludia o dinheiro enquanto "mero signo [Zeichen]" (Marx, 2013, p. 227).

Existe, pois, a equivocada ideia de uma noção de que a forma-dinheiro da coisa, da mercadoria, estaria situada em um âmbito externa a ela mesma, não sendo mais do que uma forma de manifestação misteriosa de relações humanas que se esconderiam como segredos intransponíveis em sombras por detrás dela: "cada mercadoria seria um signo, uma vez que, como valor, ela é tão somente um invólucro reificado [sachliche] do trabalho humano nela despendido" (Marx, 2013, pp. 227-228).

Sobre o tema, Marx elabora uma lista de diversas interpretações:

(...) "L'oro e l'argento hanno valore come metalli anteriore all' essere moneta" ["Ouro e prata têm valor como metais antes de ser dinheiro"], Galiani, Della moneta, cit., p. 72. Locke diz: "O consenso geral entre os homens conferiu um valor imaginário à prata, em razão de suas qualidades, que a tornam adequada a servir como dinheiro", John Locke, "Some Considerations" (1691), cit., p. 15. Já Law, ao contrário, diz: "Como poderiam diferentes nações conferir a uma coisa qualquer um valor imaginário [...] ou como teria sido possível obter esse valor imaginário?". E mostra o quão pouco ele entende dessa questão: "A prata era trocada com base no valor de uso que ela tinha; portanto, de acordo com seu valor efetivo; por meio de sua determinação como dinheiro, ela obteve um valor adicional (une valeur additionnelle)", Jean Law, " Considérations sur le numéraire et le commerce", em E. Daire (ed.), Économistes financiers du XVIII. siècle (Paris, 1843), t. I, p. 469-70 (Marx, 2013, p. 227).

Neste mesmo trecho, Marx elenca e comenta sobre outros pensadores em suas notas explicativas, os quais analisavam e defendiam que:

(...) "L'argent en [...] est le signe" ["O dinheiro é seu" (das mercadorias) "signo"], V. de Forbonnais, Éléments du commerce, nouvelle édition (Leyde, 1766), t. II, p. 143. "Comme signe il est attiré par les denrées" ["Como signo, ele é vestido pelas mercadorias"], ibidem, p. 155. "L'argent est un signe d'une chose et la représente" ["O dinheiro é signo para uma mercadoria e a representa"], Montesquieu, Esprit des lois, OEuvres (Londres, 1767), t. II, p. 3. "L'argent n'est pas simple signe car il est lui-même richesse; il ne re- présente pas les valeurs, il les équivaut" ["O dinheiro é não um mero signo, pois ele mesmo é riqueza; ele não representa os valores, mas é seu equivalente"], Le Trosne, De l'intérêt social, cit., p. 910. "Qu'aucun puisse ni doive faire doute, que à nous et à notre majesté royale n'appartienne seulement [...] le

mestier, le fait, l'état, la provision et toute l'ordonnance des monnaies, de donner tel cours, et pour tel prix 1141/1493 (...) comme il nous plaît et bon nous semble" ["Quando observamos o conceito de valor, a coisa mesma parece ser apenas um signo, e não é considerada como ela mesma, mas como aquilo que ela vale"], G. W. F. Hegel, Philosophie des Rechts [Filosofia do direito], cit., p. 100 (Marx, 2013, pp. 227-228).

Marx comenta que os signos, ao considerar os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem em um determinado modo de produção como meros signos, passavam por produto arbitrário da reflexão dos homens. Em *O capital*, Marx nos mostra que isso era uma mania de esclarecer pela superfície, muito apreciada desde o período antigo, e parecia ter alcançado uma quase fixação indesejável no século XVIII, eliminando, pelo menos transitoriamente: "a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar (Marx, 2013, p. 228).

O autor aludiu sobre o problema, dizendo que, muito antes dos economistas modernos, os antigos e clássicos medievais juristas depositavam também suas teses, as quais defendiam a noção do dinheiro como mero signo e do valor apenas imaginário dos metais preciosos, "servindo como sicofantas para o poder real, cujo direito de falsificação de moedas eles sustentaram, durante toda a Idade Média, com base nas tradições do Império Romano e no conceito de dinheiro dos Pandectas" (Marx, 2013, p. 228).

Com essa vaga fundamentação, era procurado aludir que ninguém poderia levantar dúvidas das condições enigmáticas criacionistas da realeza e seus porta-vozes. Marx, ao incidir e discutir o fenômeno, abordou um dos principais discípulos mais aplicados àquelas nobres ideias, Philipp von Valois, criticando aqueles termos: "sobre a produção, a qualidade, o estoque e todos os éditos relativos às moedas, podendo colocá-las em circulação pelo preço que nos apraz e convêm" (Marx, 2013, p. 227). Essa herança e prepotência, segundo Marx, advinha de um dogma do direito romano, que aludia o imperador deter o poder de decretar o valor do dinheiro. Comenta que, com tais leis, era expressamente proibido negociar o dinheiro como mercadoria: "Pecunias varo nulli emere fas erit, nam in usu público constitutas oportet non

esse mercem" ["Porém, a ninguém deve ser permitido comprar dinheiro, pois este, tendo sido criado para o uso geral, não pode ser mercadoria"] (Marx, 2013, p. 228)<sup>81</sup>.

O trecho de *O Capital* aqui posto lista três entendimentos modernos que já aproximavam de forma limitada o desvendamento do enigma antigo e medieval:

A prata e o ouro em si, que podemos referir com o nome geral de metal precioso, são, no [...] valor [...] mercadorias [...] que aumentam e diminuem [...]. Assim, ao metal precioso pode-se atribuir um valor maior quando um peso ínfimo dele pode comprar uma quantidade maior do produto [natural] ou dos bens fabricados do país etc. (S. Clement, *A Discourse of the General Notions of Money, Trade, and Exchange, as They Stand in Relations to Each Other. By a Merchant*, Londres, 1695, p. 7). É verdade que o ouro e a prata, cunhados ou não cunhados são utilizados como padrão de medida para todas as outras coisas, mas não são menos mercadorias do que o vinho, o óleo, o tabaco, o lenço e os tecidos. (J. Child, *A Discourse Concerning Trade, and That in Particular of the East-Indies*, Londres, 1689, p. 2). O patrimônio e a riqueza do Reino não podem, tomados corretamente, limitar-se a dinheiro, tampouco podem o ouro e a prata ser excluídos como mercadorias (Th. Papillon, *The East India Trade a Most Profitable Trade*, Londres, 1677, p. 4) (Marx, 2013, p. 228)<sup>82</sup>.

Portanto, Karl Marx estabelece que ouro é dinheiro e, por isso, é diretamente permutável com todas as mercadorias. Embora, como mostrado por ele, essa definição científica ainda era negada pelos filósofos e economistas metafísicos, ao menos no que pede termos e elementos suficientes que permitissem definir "quanto valem, por exemplo, 10 libras de ouro", expondo com absoluta clareza as necessidades impressas no tema tão discutido na época, escrevendo o seguinte:

---

<sup>81</sup> O tradutor desta edição de *O Capital*, Rubens Enderle, sugere que uma salutar discussão que corrobora ao entendimento de termos e citações adotadas por Marx no trecho aqui citado, pode vir encontrada em G. F. Pagnini, *Saggio sopra il giusto pregio delle cose*, em *Custodi, Collezioni* (1751), t. II, parte moderna. Em que Pagnini polemizaria com os juristas especialmente na segunda parte do escrito. Anota ainda o tradutor que *Pandectas*, ou *digesto*, reúne a coleção das decisões dos jurisconsultos mais célebres, convertidas em lei pelo imperador bizantino Justiniano no ano de 529 (N. T. in Marx, 2013, p. 228).

<sup>82</sup> Os conteúdos originais em inglês das citações efetuadas por Marx nesta passagem encontram-se registrados na edição da *Boitempo*: omitimos os respectivos conteúdos em língua original aqui, em livre organização nossa.

Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor de modo relativo, confrontando-se com outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho requerido para sua produção e se expressa numa dada quantidade de qualquer outra mercadoria em que esteja incorporado o mesmo tempo de trabalho 48. Essa determinação de sua grandeza relativa de valor ocorre na fonte de sua produção, na permuta [Tauschhandel] direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado. Quando, já no início da análise do valor, nos últimos decênios do século XVII, concluiu-se que o dinheiro era mercadoria, tal conhecimento dava apenas seus primeiros passos. A dificuldade não está em compreender que dinheiro é mercadoria, mas em descobrir como, por que e por quais meios a mercadoria é dinheiro 49 (Marx, 2013, p. 228).

Na expressão mais simples de valor,  $x$  mercadoria A =  $Y$  mercadoria B, a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada (embora a mercadoria pareça possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza (uma apenas falsa aparência), sua verdadeira forma se enxerga tão logo o equivalente geral tenha se fundido com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizada na forma dinheiro.

As palavras abaixo, nos termos diretamente escritos por Marx, nos revelam a impossibilidade de o valor da mercadoria vendida pelo pequeno proprietário camponês já levar ao patrão da agroindústria o valor "potencial", valor apenas apurado no futuro da exploração assalariada, já sob os processos de ordem e determinação pela empresa capitalista, em que o próprio representante é o dinheiro:

Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas (Marx, 2013, p. 229).

Marx afasta o fetichismo da mercadoria<sup>83</sup>, até dado ao detalhamento e as especificidades trabalhadas no texto de *O capital*, em mostras das diferentes e conflituosas teses então formuladas sobre o valor do dinheiro, conclui que "o ouro e a prata – tais como saem das entranhas da terra – constituem imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano" (Marx, 2013, p. 229). Para o autor, devido as condições e os condicionantes, materiais e econômicos, sobrestados sob o pensamento ideológico liberal, resumiam-se aquelas outras interpretações apenas como aparências, imagens intelectuais magras, desfocadas da realidade, do concreto material e econômico da sociedade burguesa, ideias que, tão muito, ofereciam magia ao dinheiro. Apenas formulações e ilustrações reificadas (*sachlich*), trasladadas abstratamente em uma espécie de análise alquimista, que caminhavam por afastar a realidade econômica capitalista de suas próprias e implacáveis condições de produção societária (Marx, 2013, p. 229).

Em oposição aos pensamentos metafísicos, pautados no simples fetiche sobre o processo de constituição do valor das mercadorias, o real processo encontra-se determinado pelo modo social burguês adotado na produção, uma organização absoluta, independente e fora do controle, em ação consciente intelectual, observadora e em análise fora do processo concreto, dado e posto em seu próprio movimento de extensão da jornada do trabalhador. Aos trabalhadores operários, sob determinações societárias, as quais manifestam-se: "de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria" (Marx, 2013, p. 230), essas condições são impostas. Este é um ponto de partida pelo qual o então chamado enigma do fetiche do dinheiro vai se mostrando não mais que um próprio "enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão" (Marx, 2013, p. 230).

#### 6.1.2 O valor de uso e o valor de troca das mercadorias: primárias distinções entre o trabalhador camponês e o trabalhador operário

---

<sup>83</sup> Ler sobre o tema: "Marx e o fetiche da mercadoria: contribuição à crítica da metafísica", de Jadir Antunes (2018).

A fim de uma adequada tomada e compreensão dessa questão, precisamos recuar para a diferenciação do trabalhador operário e o trabalhador camponês proprietário, ao que se coloca uma primeira perspectiva de resposta para uma não discreta pergunta: afinal, por que Marx começa a primeira seção de seu livro O Capital pela categoria mercadoria?

Marx não procedeu por acaso, pois o movimento concreto, abstrato e dialético de produção, que alimenta e movimenta o mercado local, regional e mundial das trocas capitalistas, é concebido por um universo de convergências em meio a certas e específicas relações sociais/societárias, as quais se integram enquanto as próprias forças, objetivas e subjetivas, em manifestação da própria política de transformação socialista, relacionando pautas programáticas de decisivo valor na organização e andamento da luta proletária por sua emancipação de classe. O autor inicia a primeira seção de sua obra O Capital indagando sobre o que constituiria o valor da mercadoria, suas primeiras e nominais formas primitivas de constituição, ainda enquanto formas não desenvolvidas de produção.

Ele traz inicialmente incontáveis formulações metafísicas que precisam ser bem marcadas, afastadas e distinguidas, para que se possa apanhar adequadamente a teoria de Marx, a qual nos explica quais forças constituem os determinantes materiais na produção da economia no sistema capitalista de produção: conteúdo no qual encontraremos as condições operárias de produção e, na própria observação assentada por Marx em O capital, o necessário reconhecimento de uma diferente e peculiar forma na produção isolada que determina o corpo e o espírito dos camponeses.

Na referida obra, Marx mostra introdutoriamente o fato de o valor das mercadorias não se definir a partir das errôneas percepções que atribuíam a definição do valor como que advindas pelas relações de consumo, nos diferentes interesses pelo consumo de uma dada mercadoria: a suposta figura decisiva do símbolo do valor de uso nas trocas entre os agentes no comércio das coisas.

Em um trecho da seção II do Capital, Marx se dedica ao processo de produção da mercadoria e solicita necessário entendimento adequado dessas relações, apresentando como necessário aproximar-se dos termos que definem em verdade apenas os primeiros e meros traços aparentes da mercadoria, que

tendem a confundir o entendimento dos reais e materiais processos que se movem no processo da produção da própria coisa. Marx oferece ao leitor a dúvida intelectual instigante sobre o que, afinal, consiste este símbolo maior burguês e como se tributava no século XVIII o valor da mercadoria, a coisa.

Neste instigante gesto, os metafísicos e fisiocratas que Marx criticou defendiam que o valor das coisas, das mercadorias e a formação de valor, de mais-valia, se situaria na circulação promovida pelo comércio: e um outro pensador que defendia tais traços era o filósofo francês Étienne Bonnot de Condillac. Analisando também as interpretações de Condillac, Marx comentava que, por trás das tentativas de apresentar a circulação de mercadorias como fonte de mais-valia, em verdade, espreitava-se apenas um mero quiproquó, "uma confusão com valor de uso e valor de troca" (Marx, 2013, p. 304).

Condillac entendia enquanto errôneo estabelecer que, na troca de mercadorias, se troque valor igual por valor igual. Em contrário, pensava não representar "verdade que na troca de mercadorias troca-se um valor igual por outro valor igual" (Marx, 2013, p. 304). E, sobre a questão defendida, Marx, inicialmente citando a própria e equivocada pena de Condillac, apresenta:

Ao contrário. Cada um dos dois contratantes dá sempre um valor menor em troca de um valor maior [...]. Se valores iguais fossem trocados, não haveria ganho algum para nenhum dos contratantes, mas as duas partes obtêm um ganho, ou pelo menos deveriam obtê-lo. Por quê? O valor das coisas consiste meramente em sua relação com nossas necessidades. O que para um vale mais, para outro vale menos, e vice-versa [...]. Não colocamos à venda artigos que são indispensáveis para nosso próprio consumo [...]. Abrimos mão de uma coisa inútil para nós em troca de uma coisa que nos é necessária; queremos dar menos por mais [...]. É natural julgar que, na troca, dá-se um valor igual por outro valor igual, sempre que cada uma das coisas trocadas vale a mesma quantidade de ouro [...]. Mas outra consideração tem de entrar nesse cálculo; a questão é se cada uma das partes troca algo supérfluo por algo necessário." 21 (Condillac, 1847, pp. 267-291, *apud* Marx, 2013, pp. 304-305)<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> A referência completa na citação de Marx é a que segue: Condillac, *Le commerce et le gouvernement* (1776), em Daire e Molinari (Orgs.), *Mélanges d'économie politique* (Paris, 1847, p. 267, 291).

Trazendo uma citação de outro teórico fisiocrata, o economista Guillaume François Le Trosne, Marx demonstra e comenta sobre como Condillac recebia a crítica da própria corrente fisiocrata liberal mais avançada:

Le Trosne responde muito corretamente a seu amigo Condillac: "Dans la société formée il n'y a pas de surabondant en aucun genre" ["Numa [...] sociedade formada não há nada que seja supérfluo"]. Ao mesmo tempo, ele observa jocosamente que, "se as duas partes que realizam a troca recebem igualmente mais do que fornecem uma à outra, então ambas obtêm a mesma quantidade". É pelo fato de Condillac não ter a mínima ideia da natureza do valor de troca que ele foi escolhido pelo sr. professor Wilhelm Roscher, como a autoridade a fundamentar seus próprios conceitos infantis. Cf. a obra de Roscher, *Die Grundlagen der Nationalökonomie* (3. ed., 1858) (Marx, 2013, p. 305).

Na passagem acima, Marx expõe que Condillac não apenas confunde o valor de uso com valor de troca, mas, também, de um "modo verdadeiramente pueril" (Marx, 2013, p. 305), sendo, para ele, possível, numa sociedade desenvolvida, cada produtor produzir diretamente seus próprios meios de subsistência, como que estritamente colocando em circulação o excedente da necessidade: o chamado supérfluo em Condillac (Marx, 2013).

E apesar de Marx evidenciar a completa falta de cientificidade de Condillac, os argumentos deste autor costumavam se verificar assentados, e mesmo repetidos, por economistas, principalmente envolvendo as ideias sobre o conceito da forma desenvolvida da troca de mercadorias, quando, comumente, considerava-se que o comércio reuniria um elemento produtor de mais-valor, na crença de que, conforme procurava sustentar Condillac: "(...) o comércio, por exemplo, adiciona valor aos produtos, pois os mesmos produtos têm mais valor nas mãos do consumidor do que nas mãos do produtor, e, por isso, ele tem de ser considerado estritamente (strictly) um ato de produção" (Marx, 2013, p. 305).

Karl Marx, em sua crítica, nos explica que as mercadorias não são pagas duplamente como se primeiro fosse pago pelo valor de uso e, depois, pelo seu valor. Ou mesmo que o valor seria arbitrado subjetivamente, como na tese de Condillac, ou como ainda é hoje, se insiste em reformular o confuso intento de Condillac, como nas interpretações de muitos intelectuais do

marxismo reformista, ao tentarem explicar a exploração do trabalhador camponês pelo patrão capitalista atuante no mercado agrícola capitalista.

Para Marx, em resposta às confusas ideias de Condillac, se o valor de uso da mercadoria supostamente é mais útil ao comprador do que ao vendedor; se a sua forma dinheiro seria então mais útil ao vendedor do que ao comprador; Marx dissolve a confusão de Condillac, demonstrando que, de forma alguma, não se paga duas vezes pelas mercadorias: como que uma vez por seu valor de uso e outra vez por seu valor (Marx, 2013, p. 305).

Mesmo porque, conforme segue a crítica de Marx, se o valor de uso da mercadoria é mais útil para o comprador do que para o vendedor; então, a sua forma dinheiro, do mesmo modo, precisaria se situar mais útil "para o vendedor do que para o comprador" (Marx, 2013, p. 305). E sobre esta questão Marx adverte: "Se assim não fosse, ele a venderia?" (Marx, 2013, p. 305). E com uma forte base científica tomada da razão lógica do concreto em movimento na economia, Marx finda os elementos idealistas propostos por Condillac, ao mencionar que seria possível que o comprador realizasse um ato de produção "quando, por exemplo, transforma as meias do mercador em dinheiro" (Marx, 2013, p. 306).

Fora de tal ideação, Marx nos explica ser necessário se seguir e procurar, no processo de trabalho operário dedicado à produção de mercadorias, o legítimo assento e movimento de produção e valorização do valor, conforme mostrado no livro *O Capital*. E nos aponta que, com isso, se constatará que são estritamente trocadas mercadorias, ou mercadorias e dinheiro de mesmo valor de troca, enquanto entes equivalentes, chamando atenção para o dado patente, que cada uma das partes em relação "não extrai da circulação mais valor do que nela lançou inicialmente" (Marx, 2013, p. 306). Mostra-nos, pois, que no universo do mercado de trocas de mercadorias, confrontam-se apenas possuidores de mercadorias, em pé de igualdade, e é justamente por isso que Marx não pode ser confundido com os defensores do igualitarismo.

E conforme Marx, inclusive, o poder que essas pessoas dotam, exigem e exercem umas sobre as outras não reúne nada mais nem menos do que o poder que suas próprias mercadorias lhes possibilitam (Marx, 2013, p. 306).

Compreender isso nos exige entender e avançar no que se situa apenas características, variedades e mesmo diferenças comuns entre as mercadorias, aquilo que se pode conceber por condição material para que ocorra a troca e que tornam os seus possuidores de mercadorias mutuamente dependentes uns dos outros, uma vez que nenhum deles tem em suas mãos o objeto de suas próprias necessidades, pelo contrário, "cada um tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro" (Marx, 2013, p. 306).

Mas esses termos, caso tomados de forma descuidada, podem ser confundidos como suficientes nos meros e respectivos valores de uso da mercadoria. E Marx nos adverte existir uma diferença peculiar entre as mercadorias: "a diferença entre sua forma natural e sua forma modificada, entre a mercadoria e o dinheiro (Marx, 2013, p. 307). Ou seja, os possuidores de mercadorias se distinguem simplesmente como vendedores, possuidores delas, e compradores, possuidores de dinheiro" (Marx, 2013, p. 307).

Em tratamento dessas mostras iniciais, na seção I de O Capital, em uma abordagem apenas prévia para a posterior mostra e então superação dos limites relacionados com os pensamentos filosóficos e econômicos modernos, Marx discute algumas importantes e sérias questões: o valor de uso ainda consistir e residir na relevância (utilidade) para o indivíduo que adquire a mercadoria; em que o indivíduo a requer para dar cabo de sua(s) necessidade(s); ao consumir os elementos que se encontram nos atributos da coisa: desde suas condições naturais, legadas e relacionadas com a exploração direta e mediatizadas pela e com a natureza; as condições percebidas, estabelecidas e ditadas pelo mercado capitalista de produção; nesse processo, apenas muito particularmente e em mera exceção se pode abstrair a presença das alterações determinadas pelo trabalho operário assalariado.

Segundo Marx (2013), algumas dessas condições e exceções são observadas no valor e atributos de específicas substâncias e condicionantes naturalmente necessários para a produção de certas mercadorias, como o oxigênio, não o oxigênio enquanto mercadoria, aplicado em algumas atividades específicas, mas aquela própria substância, presente na natureza do planeta Terra, acessível sem a necessidade de um trabalho prévio de absorção, concentração e tratamento.

Outros exemplos de aproveitamento e meios naturais encontram-se nas condições climáticas, maiores tempos e graus de chuvas ou temporadas seguidas de sol, o fenômeno do vento (o exemplo da energia eólica é um bom indicativo: desde que não se pense que seja o vento o vetor do valor apurado na produção daquela energia). Entretanto, essa prévia medição das condições naturais serve apenas para calcular uma viabilidade do negócio ou não e irá mostrar se os custos da produção da energia ultrapassarão os custos da instalação e manutenção das torres: equipamentos produzidos e mantidos em funcionamento por meio do exclusivo trabalho operário.

Ainda relacionado ao clima, também se marcam as possibilidades de influências negativas no campo da agricultura, como na queda ou perda da produção agrícola: como no caso de frios intensos ou temperaturas muito elevadas, considerando e se cultivando uma produção agrícola que explore esses próprios polos de intensidade, desde que evitando (ao menos enquanto os dados científicos não o permitam) aquelas terras e territórios climáticos mais difíceis, com intensidades e exposições naturais máximas, a exemplo, os desertos e as geleiras.

Esses elementos, naturalmente, exercem forças sobre as formas e os meios de produção da economia. E, no particular da exploração do trabalho rural, as influências e condicionantes são bastante voláteis: diferente dos ramos industriais, os quais, no geral, dominam a natureza em seu propósito. Esses termos reúnem elementos absolutamente importantes para o estudo proposto neste último capítulo da tese, no qual pretendemos mostrar das condições e, tão logo, distinções que, concreta, subjetivamente e politicamente, se colocam como montanhas entre as poucas condições de existência, de trabalho e, conseqüentemente, de possibilidades de luta e consciência revolucionária aos trabalhadores camponeses, em comparação às estruturas e condições de exploração do trabalhador operário assalariado.

O camponês sofre de uma relação insuficiente da qual depende, entranhadamente, para ser colocado em cena, em associação precária ao movimento de organização do operário fabril em termos de movimentação do projeto emancipatório proletário, travado pela classe operária em direta luta de classes com a burguesia.

Isso porque o trabalhador camponês, aquele agricultor que possua sua propriedade privada ou que luta para conquistar essa propriedade parcelada, está inserido em condições de dependência e exploração indireta, que não tornam equivalentes suas limitadas relações produtivas desempenhadas enquanto trabalhadores camponeses, com a luta política disparada por meio da organização e distribuição dos resultados da exploração operária em jornadas diárias de trabalho, disputadas entre o trabalhador operário assalariado e o empresário capitalista.

No campo, a própria terra, substância básica e fundamental, não passa de uma mera medida de perímetro geográfico de localização. Um elemento da natureza imediatamente disposto ao homem desde os tempos das sociedades primitivas. Uma disposição natural, e desde logo improdutiva, para além dos frutos acidentais alcançados pela própria natureza. Pelo que a própria terra, a propriedade da terra, a exploração econômica da terra, enquanto meio de produção, faz-se e requer o trabalho humano proletário para se realizar, incluído nisso o próprio uso químico das toxinas, fertilizantes, alterações biológicas da semente usada no plantio, isto é, fatores decisivos para a aproximação do valor na produção econômica agrícola, com destaque à produção capitalista de larga escala, com forte e crescente presença do trabalho operário fabril indireto. Por certo, a produção rural na pequena propriedade rural, sobretudo a de produção ainda procurada em cultivos com modos distantes das adoções de controles e intervenções tecnológicas de alta geração - aplicadas e gerenciadas pelas empresas capitalistas, a fim do lucro da produção agrícola local, regional e mundial -, as influências naturais, do sol e da chuva, do calor e do frio climáticos, da água em excesso e ou carência, mesmo carências minerais, enfim, mostra-se colossalmente maiores.

E mesmo quando a produção agrícola use adubo; caso use semente não cabocla; produtos químicos de controle e com menor influência tóxica, como no uso de óleo de new; ao emprestar ou alugar máquinas dos médios e grandes proprietários, em tudo isso e outras aplicações possíveis verifica-se uma presença cada vez maior do trabalho da classe operária no meio rural, atuando e alterando a qualidade e a produtividade da produção econômica no campo, em formas e graus cada vez maiores, e seguirá crescendo essa

influência operária, dos homens e mulheres proletários em construção da sociedade do futuro, de uma realidade que se mostra e se impõe.

Entendemos que uma rigorosa compreensão desses aspectos pode favorecer à superação de vagas ideias dos marxistas estrito democratas reformistas contemporâneos, que, ao intentarem incidirem nos sérios problemas dos trabalhadores do campo, discursarem pautas por defesas do trabalhador camponês, procurando sustentar na simples exploração mercantil o milagre da transformação do preço dos produtos agrícolas produzidos nas parcas terras parcelárias (mandioca, milho, fruticulturas, frango, trigo, gado de corte, açudes de peixes etc.), não corroboram aos reais e fundamentais interesses dos proletários, sequer dos trabalhadores do campo. Parece que as interpretações equivocadas do marxismo estrito democrata reformista ocidental colocam em manifesto sua brutal ausência de um estudo do livro *O Capital*, de Karl Marx, tendo em vista que o conhecimento e domínio do seu conteúdo os impossibilitariam de definir o valor da mercadoria por simples trocas de mãos dos proprietários parcelários e do patrão do campo ou aos patrões das agroindústrias como que um valor tomado previamente do pobre trabalho executado pelo camponeses em suas parcas terras rurais.

Ante ao conteúdo de *O Capital*, caem por terra as ideações do marxismo reformista, mostrando que os valores das mercadorias, produzidas e/ou transformadas após muitas das vezes uma pobre retirada dos produtos naturais da propriedade parcelar camponesa, tais valores serão apenas posteriormente apurados sob uma rigorosa aplicação das leis econômicas capitalistas, exatas, adotadas em qualquer empreendimento burguês moderno. De modo que as reais e contraditórias condições materiais e econômicas que determinam a vida real e cotidiana dos proletários, embora da acuidade positivada e de forte esperança dividida pela paixão dos bons homens de consciência pequeno burguesa, burgueses e marxistas não comunistas, matizadas pelo capital, a exploração burguesa capitalista, assalariada, seguem por meio da exploração dos trabalhadores operários.

Portanto, ante ao inexorável metabolismo do capital, mesmo que esse sofra de muitas variações e alterações contínuas em suas formas, suas aparências não assumem a forma científica e clássica de sua real composição, as condições materiais e econômicas que as ditam. Por isso que acenar

lamúrias estrito democrata reformistas aos proletários em uma condição trabalhadora proprietária camponesa parcelar equivale a não mais que lhes dirigir aparências fenomenais da mercadoria e dos processos estabelecidos e seguidos na empresa capitalista societária, pois, em suma, tais aparências críticas apenas podem incidir em enganar ao proletariado.

De tudo que possa ser ponderado e formulado no campo das ideias, a sociedade burguesa se assenta e se move a partir da exploração do mais trabalho, ao longo do processo de produção de valor e valorização do valor. E, apesar de relacionar a isso uma possível redução dos custos da produção - no caso de baixa do custo das mercadorias de subsistência do trabalhador, no que se verificará a participação dos viveres produzidos no campo também pelo correto perseguido método prático em zelo para o alcance do menor desperdício de matérias-primas e materiais auxiliares na produção de mercadorias -, o que altera e determina o lucro do capitalista não é mais que o resultado das condições econômico-sociais, em equações apuradas em jornadas de trabalho operário.

Um processo social e político pelo qual, desde as origens até o produto em resultado, em termos das jornadas de trabalho em produção da mercadoria, apuração da taxa de mais valia pelo empresário burguês, o lucro final apurado e distribuído entre os capitalistas, o que soma de fato neste processo econômico científico, em indistinto ciclo do capital, em sua frenética procura pela mais-valia operária (independente da paixão inadequada do marxismo reformista ou do bom burguês) é a contratual e legal exploração e empobrecimento do trabalhador. Nessas condições, o contrato de exploração do trabalho operário encontra-se determinado e firmado: protegido pelo Estado, pelo exército, pela polícia, pelo Judiciário, por seu Poder Executivo e garantido nos papéis do também Poder Legislativo burguês, em suma, sustentado em tudo por uma democracia de classe.

Um âmbito societário e de alienação dos trabalhadores em que, na verdade, a norma do capital tem garantido os seus termos e resultados procurados com a exploração do trabalho assalariado pelo patrão burguês capitalista, inclusive no que toca ao poder de determinar o parco valor que virá estritamente e insuficientemente, verificado e também retribuído em forma de pobre remuneração da produção nas propriedades rurais parceleiras do

pequeno agricultor proprietário. Diante disso, em apoio para uma melhor compreensão e superação dos tantos problemas até aqui exposto, procuramos, com a sequência textual deste nosso último capítulo, retomar, discutir e aproximar conceitos que corroborem ao assentamento de algumas categorias marxianas, a fim de elucidar os equívocos manifestados numa espécie de paixão espinosista presente nas teses apaixonadas de capitalismo menos selvagem, conforme os bons desejos do marxismo ocidental estrito democrata reformista.

## **6.2 O metabolismo capitalista de produção e a questão de produção do valor da mercadoria**

Em disputa de tese, apesar dos inegáveis elementos não discretos que exercem uma determinação econômica na produção agrícola parceleira, em especial ao que pedem as influências de variações climáticas; uma maior ou frágil adoção de insumos, naturais e tóxico-químicos; aumento e ou restrição de adoção da própria cultura técnico-científica na produção no campo; conseqüentemente, maior ou menor composição da capacidade produtiva agrária, isso não é suficiente para admitir as razões colocadas nos reclames. Isso porque, se consideradas isoladamente, tais características não representam as leis centrais e as normas concretas de trabalho operário adotado na apuração do valor da produção retirada da própria parcela agrícola: organização da produção operária a qual é organizada de modo não planificada em meio ao processo social e econômico capitalista, adotado e controlado pelo mercado capitalista das trocas, resultando, disso, um montante de produção agrícola em geral, separada e apurada em cada ramo de cultivo ou produção, relacionando custos implicados no processamento, manutenção das máquinas, produção fabril das sementes para o plantio, produção dos insumos tóxicos artificiais ou naturais para pulverização de controle nas plantações, das garantias veterinárias, sanitárias e medicamentosas sob os animais criados para abate; concorrendo com a definição dos custos da

produção agrícola. Uma produção em que tudo é determinado pela exploração dos trabalhadores camponeses e operários.

Em suma, ao considerar produtos agrícolas, meios de compra do trabalho camponês e forma clássica capitalista aplicada em apropriação do mais trabalho operário enquanto fontes dos lucros que virão equacionados na partilha de mais-valia entre os capitalistas (sejam estes latifundiários, patrões urbanos ou industriais, comerciantes ou banqueiros), existirão condições e relações contratuais, legais e de garantias judiciais contra as quais precisam os proletários lutarem. E, para tal esforço, é de interesse do proletariado a questão da mercadoria, da produção do valor, da valorização de valor, conforme lavrado por Marx.

Karl Marx nos apresenta, em seu livro *O Capital* (2013), elementos contraditórios inerentes a esse processo essencial capitalista. Nesse sentido, o capitalismo atua como um modo de produção no qual as necessidades humanas não se resolvem na natureza como em parte se dava nos primórdios – coleta e mesmo na chamada comuna primitiva. Logo, as necessidades humanas, e hoje do capitalista, necessitam de resolução societária no âmbito privado social, em um mercado de trocas em que diversos empresários capitalistas percebem o salto das mercadorias por meio do resultado da exploração do trabalho. Desse modo, a empresa burguesa capitalista concorre com outros empreendimentos, trocando e procurando relações com outros proprietários de meios de produção, em um caminho de produção assalariada de mercadorias, bem como sua distribuição aos empreendimentos de atacado, em necessidade de circulação no varejo, visando o lucro, processo concluído com o consumo da mercadoria por seu consumidor final, formando, assim, um ciclo contínuo e interdependente que procura assegurar o fluir médio de rendimentos dos capitais envolvidos. Por meio desses processos articulados e interdependentes, os empresários capitalistas procuram o trabalhador operário assalariado para comprar sua força de trabalho e explorá-la em benefício de sua empresa social.

Marx nos mostra quais elementos constituem a forma dessas relações, como se aproximam, realizam e acabam mensuradas, sustentando a própria empresa burguesa de exploração assalariada dos operários. Isto é, existe uma universalidade de necessidades de mercadorias para que a sociedade

mercantil consiga exercer seus anseios, sobretudo na procura por expansão não planificada do mercado de trocas. Tal produção, no capitalismo, diferente de outros marcos históricos, não é realizada individualmente, já que produz os valores e potências social e societariamente.

Marx, desde a já citada primeira seção de *O Capital*, aponta às características do processo de troca e circulação das mercadorias, demonstrando que seu valor encontra seu núcleo determinante na média de trabalho humano contido em cada mercadoria - trabalho abstrato, geral e social, conteúdo em movimento que apura, determina e caracteriza o legítimo e verdadeiro valor das mercadorias, não as qualidades aparentes – valor de uso – interesse, necessidade e ou perspicácia mercantis dos senhores de negócios (Marx, 2013). Portanto, o processo metabólico capitalista compreende a forma de composição do valor, do método capitalista de obtenção do mais valor e, por seu turno, em termos políticos em luta aos interesses dos patrões, compreende a necessidade de luta operária pelo salário relativo.

Ao definir que a formação do valor de troca se dá pelo dispêndio de determinado tempo de trabalho humano socialmente aplicado à produção de uma mercadoria, a própria força de trabalho precisa – e se faz - determinada na mesma equação. Ou seja, o valor da força de trabalho é definido em valor - em equivalente monetário - ouro, prata, moeda impressa etc. -, para garantir o suprimento do consumo mínimo de mercadorias para a reposição da energia que o trabalhador operário dispense ao se relacionar em termos contratuais livres com o capitalista (Marx, 2013).

Assim, para Marx, em sua análise e exposição da coisa, da mercadoria capitalista, aquela alusão fisiocrata criticada por ele é deixada para trás, ao indicar em quais esquemas de formação de valor a mercadoria ganha sua legítima e científica forma e conteúdo, estabelecendo que o trabalho é medido por meio da sua duração, em que o tempo de trabalho é medido por jornada de ofício, organizada em turnos, segundo certos intervalos de duração fixa, em horas e minutos devidamente cronometrados pelo patrão (Marx, 2013).

Antecipamos, ao introduzir a discussão procurada para este último capítulo de tese, que a força de trabalho, no sistema burguês de produção, não passa de uma mercadoria, como as demais. Mas a mercadoria força de trabalho constitui-se, ao mesmo tempo, em uma particular mercadoria,

especial, com a capacidade de criação de valor e valorização de valor (Marx, 2013). Dessa forma, a força de trabalho é, ao mesmo tempo, uma mercadoria em si, como outra qualquer, e, em sua qualidade específica, durante o seu tempo prolongado na jornada de trabalho operário, assume uma forma diferente das demais, com qualidade e conceito científico distinto das mercadorias ordinárias (Marx, 2013).

Portanto, as mercadorias ordinárias, que englobam todas as demais que não a força de trabalho operária, são incapazes de oferecer produção de valor, por conseguinte, também de atribuir qualquer valorização do valor: e esse conceito científico marxiano impede que se possa atribuir qualquer razão para a equação de formação de valor proposta pelo marxismo reformista, ao pensarem estarem com suas teses magras defendendo os proprietários camponeses parceiros dos patrões da agroindústria capitalista mundial.

Tomemos, para tanto, que o valor da força de trabalho do operário é determinado pelos mesmos 'prumos' aritméticos das demais coisas, em que o próprio salário operário é determinado pelo preço (valor) dos víveres de subsistência do trabalhador.

E, nesta regra capitalista inexorável, uma vez o patamar da produção do valor constituir-se do dispêndio de determinado tempo de trabalho humano socialmente aplicado à produção de uma dada mercadoria, como vimos antes, que resulte na produção de coisas (mercadorias) com atributos específicos, valor de uso, a própria força de trabalho é também constituída por certas características próprias: desde aquelas relacionadas com a definição de seu valor e forma de produção do valor.

Pelo que, o seu consumo enquanto valor de uso, fator que determina o custo e a potência da força de trabalho do operário, será consumida, como qualquer outra mercadoria capitalista, com o total esgotamento de seu valor de aplicação.

Marx expõe em *O capital* (2013), que a força de trabalho do operário constitui-se em uma magnitude de valor que carrega a potência de ultrapassar os limites iniciais de formação do valor, definidos na representação das necessidades para a manutenção da vida do operário em labor por um dado tempo, cronologicamente medido e controlado pelo patrão.

Assim, o próprio valor da força de trabalho é definido em valor monetário equivalente – ouro, prata, moeda impressa, etc., – em igual equivalente quantitativo que garanta ao operário condição de comprar os suprimentos de consumo mínimo de mercadorias para a reposição da energia que o mesmo dispense ao se relacionar de igual termo com a empresa capitalista – livre, ambos proprietários – (Marx, 2013).

É importante disso situar sobre propriedade e liberdade, mesmo que rapidamente. Marx afirma que a liberdade burguesa possui um duplo caráter, em que o operário precisa, necessariamente, estar abastado de qualquer outra condição, seja contratual ou material (eis outra diferença não discreta, no que define a existência do operário e o pequeno agricultor camponês parceleiro).

E isso determina ao possuidor de dinheiro capitalista precisar necessariamente encontrar no mercado o trabalhador livre. Um estado de liberdade incondicional, em dupla determinação.

O trabalhador deve dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria. E o trabalhador assalariado deve, ainda, nessa dupla determinação, não ter outra mercadoria para vender, estar desprovido e livre em todos os sentidos da palavra: se encontrar absolutamente livre, não possuir nada das condições de produção que sejam requeridas para o empenho e realização de sua força de trabalho (Marx, 2013).

Portanto, nestas próprias condições é que são encontradas e determinadas as fórmulas da base de apuração do valor da mercadoria força de trabalho – trabalho necessário – as despesas que o proletário detém ao prover sua habitação, alimentação, vestimenta e mesmo a reprodução de sua prole, sua família.

No caro tema é fundamental compreender que, o trabalhador operário, distinto ao trabalhador camponês, não pode deter qualquer outra propriedade que aquela relacionada a sua própria força de trabalho, essa força que será explorada ao operário despender seus fluídos vitais em jornadas diárias de trabalho junto da empresa capitalista, entregar constantemente suas energias físicas e intelectuais à mercadoria, produzindo valor e adicionando valor ao valor, valores usados e apurados ao próprio passo do fabrico da coisa pelo trabalhador na fábrica (Marx, 2013).

Isso observado, o processo de totalização e fruição da empresa capitalista assenta e se movimenta cumprindo as absolutas e exatas normas do mercado burguês de produção, com sua crescente busca por redução dos custos da produção de mercadorias em termos de uma maior apropriação do trabalho operário excedente – mais trabalho –, método científico o qual se define na apropriação da parte adicionada pelo trabalhador em jornada diária realizada gratuitamente ao patrão<sup>85</sup>.

Neste plano ainda inicial de exposição, nos é importante apontar ao fenômeno que pode eventualmente também ampliar a possibilidade de apropriação de maior fatia de mais valia pelo empresário capitalista: a condição inscrita no preço das mercadorias que se relacionam ao consumo de subsistência do trabalhador. Fenômeno no qual, caso se manifeste uma ocorrência de redução de custos da produção das mercadorias de manutenção da vida do trabalhador operário, é disso determinado uma baixa no valor necessário para o custeio da produção da força de trabalho: aspecto que possibilita a relativa obtenção de maior fatia do mais trabalho pelo empresário capitalista (Marx, 2013).

Ao capitalista, assim, caso seja impossível, apesar da lei, ou da alteração da lei, se prolongar o dia de trabalho além de certas e medidas horas de jornadas de trabalho; em sendo igualmente impossível obrigar os operários a um labor mais intenso; se pode reduzir o tempo de trabalho necessário: caso esses meios de subsistência puderem vir produzidos em menos tempo, exigirem uma quantidade de trabalho menor para sua produção; dessas condições relativas, uma vez alteradas, a magnitude de mais valia procurada pela empresa burguesa capitalista se achará aumentada por meio da exploração relativa da jornada de trabalho (Marx, 2013).

Este conteúdo mostra também que o processo de exploração burguês capitalista se instala e move-se de maneira bastante diferente no que pede as condições do assalariamento operário em comparação ao que se encontra

---

<sup>85</sup> Marx mostrou e explicou este fenômeno em O capital desde ao apontar a exploração dos operários ingleses, quando por meio de uma Lei de 1833, crianças e adolescentes de ambos os sexos eram postos a trabalhar toda à noite, todo o dia, às vezes noite e dia segundo a vontade do empregador" ("Relatórios de Inspetores Ingleses de 30 de abril de 1860, pág. 51" In: Marx, 2013b).

definido a exploração do trabalhador parceleiro pequeno proprietário camponês.

E ainda de os camponeses pequenos proprietários parceleiros, devido ao clima, ou por causa de pouca adoção de tecnologia em sua propriedade rural isolada, possam nisso serem considerados capazes de contribuir para um relativo aumento de taxa de mais-valia, isso só pode se pôr de maneira contingenciada, indiretamente, através de uma safra mais abundante, a qual possa determinar uma redução dos custos do trabalho necessário, em especial aos alimentos básicos de consumo dos trabalhadores (E destaquemos que parece bem mais factível tal fenômeno vir se mostrar nas amplas e quase irrestritas capacidades de produção agrícola instaladas nas terras concentradas nas mãos dos grandes proprietários de terras, senhores do campo, detentores das tecnologias, etc.).

Mas, apesar de tal fenômeno possível, não se tocará com isso qualquer influência na produção do próximo e outro valor, um valor também estrito operário. O qual só será aproximado após a retirada de qualquer produto agrícola da propriedade camponesa: em condições e dimensões salariais com as quais unicamente se encontra-se exposto o operário fabril.

#### 6.2.1 Acerca do conceito de salário, produção de valor e mais-trabalho

Aproximar as questões postas em *O Capital*, de Karl Marx, se mostram imprescindíveis ao escopo em desenvolvimento neste capítulo de nossa tese. Ou seja, apenas após a retirada de qualquer produto agrícola da propriedade privada parceleira, é que se passa a revolucionar por completo o processamento das mercadorias agrícolas, com a adoção do assalariamento do trabalhador, magnitude que possibilita, mensura e imprime o grau apurado de mais-trabalho, só obtido por meio de jornadas operárias ampliadas e que apuram e crescem o valor, oferecendo a valorização do próprio valor.

E o valor produzido e acrescentado pelo operário, tomado gratuitamente pelo patrão capitalista burguês, seguindo as regras do assalariamento burguês, constituem as substâncias que irão mensurar e constituir o denominador

resultante do mais trabalho, substância em grau que, quando do salto da mercadoria, se verte em mais-valia ao patronato.

Apesar de o mencionado processo econômico material capitalista vir reconhecido parcialmente por qualquer ideólogo burguês, esses mesmos ideólogos, e desde a época de Marx e isso se segue aos dias de hoje, o salário recebido pelo operário lhes parecia e ainda pode parecer representar o simples preço do trabalho, como se uma determinada quantidade de dinheiro pagasse uma determinada quantidade de trabalho predeterminada.

É ante isso patente e igualmente importante perceber o problema da tese dos intelectuais progressistas vermelhos sul-americanos do século XX e XXI. Os quais, neste par, se confundem com a neblina que encobre a razão pragmática dos gerentes de fábrica, economistas e pensadores burgueses do passado e contemporâneos.

Marx se detém com muita atenção para com o tema da neblina que tanto tem cegado estudiosos, tanto os ideólogos homens de ciência do passado, ou mesmo hoje em intelectuais da esquerda eleitoral.

Marx, ao apresentar e explicar o que efetivamente consiste o salário do operário, embora as inúmeras teses econômicas e algumas bastante sérias e consequentes, conforme algumas inclusive muito importantes, desenvolvidas nos séculos XIX, XVIII e XVII (reconhecidas por parte de Marx), mostra-nos ele tais perspectivas teóricas não terem conseguido estabelecer cientificamente de onde se originaria o salário e a que elementos se subordinariam em termos de dimensionamento e equação quantitativa na própria jornada de trabalho dos operários. Dentre aquelas teorias mais respeitáveis que procuraram explicar a relação salário/ trabalho, o pensador alemão destaca os economistas clássicos, como, um deles, David Ricardo. Ricardo foi considerado por Marx um pensador dos mais brilhantes dentre os ideólogos burgueses. E, teria Ricardo se detido e concebido as análises mais consequentes a respeito do processo de trabalho na sociedade moderna.

Marx mostra e discute que, em face dessas teses deterem limites ideológicos, não conseguiram os estudiosos naquelas épocas perceberem a substância constituidora do salário verdadeiramente e, ainda, de como tal relação material envolve, se processa e determina o processo produtivo capitalista: ou seja, não entenderão o como e em que condições o valor da

força de trabalho se acha determinado pela necessidade de absorção e consumo duma quantidade de meios de subsistência ao operário assalariado e o como essa equação é a única que origina valor e é capaz de oferecer valorização ao próprio valor.

Como é reconhecido, antes de Marx, atribuía-se ao conceito salário o mero valor real presente no pagamento efetuado pelo patrão devido a certo trabalho dedicado pelo operário. Marx, superando aquela lacuna insuficiente – e que parece a ela ainda estarem presos os intelectuais estritos democratas e reformistas, no século XXI, demonstra que o salário se refere não ao valor do trabalho do operário (novamente chamamos aqui atenção da fundamental diferença, radical, em relação a distinta forma impressa nas relações isoladas no trabalho no campo em comparação ao trabalho assalariado capitalista), mas sim o pagamento pelo direito de uso e exploração pelo patrão da força de trabalho em sua totalidade, magnitude potencial que não pode ser confundida com a fração de valor da jornada na qual o operário precisa laborar para reproduzir a si mesmo e sua prole, em essência a seus filhos – operários em potencial.

Isso desde porque, o trabalho passado que se acha acumulado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ele pode fornecer, as despesas diárias de conservação e utilização diárias, são duas grandezas totalmente diferentes, nos explica Marx em *O capital* (Marx, 2013).

Marx nos mostra que apesar do dado de ser preciso meio dia de trabalho para manter o operário vivo por certo tempo (24 horas) e com certa saúde que permita sua exploração pelo patrão capitalista, isso em nada desvia e ou muito menos impede que o operário venha ser levado a trabalhar o dia inteiro, e até parte da noite: mesmo já tendo produzido sua vida em algumas horas ao longo do mesmo dia e parte da jornada de labor.

E, uma vez já tendo sido ultrapassado na jornada do trabalhador operário a própria produção da substância material constituidora do valor, isso permite, a partir dali, ao patrão acessar o mais trabalho gratuitamente dispensado pelo operário: ante o absoluto e regular processar do modo de produção capitalista.

E, ante esta lei de bronze da economia burguesa, ante ao dado inexorável que regula e rege a produção econômica capitalista em todos os

cantos do mundo, Marx mostra em *O capital*, não obstante as diversas teorias que procuravam tomar o salário enquanto representante do valor do trabalho, não terem alcançado aquelas teses a capacidade científica de ir ao cerne da questão. E, partindo dos passos que tentaram avançar alguns dos principais teóricos economistas burgueses, com destaque as teses de Ricardo, ultrapassando tais teses, Marx desvela as reais características e movimentos nucleares da produção de valor e valorização do valor.

Marx discute em seu livro maior que, se comparado com cuidado e atenção o processo da formação de valor e o processo de produção de mais-valia, se constata que este último é em suma apenas o primeiro, prolongado além de um certo ponto: substância material constituidora que ele conceituou por mais trabalho (Marx, 2013).

Marx mostra em *O Capital* que o processo primeiro, produção do valor, não dura senão até onde o valor da força de trabalho – o trabalho necessário (força de trabalho apenas nominalmente paga pelo capitalista), é repostada por um novo equivalente.

E Marx explicitando estes termos básicos, vai além desta determinação, mostrando o como esse processo não se encerra na produção e restituição do valor empregado aos custos da vida do operário por 24 horas.

Em tudo, Marx nos explica que a jornada do trabalhador operário não consiste apenas no processo de produção do valor. O processo burguês capitalista de exploração do operário instala, por meio da apropriação do mais trabalho, um procedimento laborioso incessantemente assentado, repetido, replicado por dias, semanas, meses, envolvendo um trânsito contínuo na jornada operária no alcance de um quantum além da produção do valor: reunindo e determinando este quantum expropriado a própria fórmula assalariada capitalista pela qual se extrai a substância que determina a apuração de valor, de valorização do valor e pelo processo no qual se concorre para a apuração de mais-valia entre as empresas capitalistas (Marx, 2013).

Tomemos que quando Marx escrevia o seu livro se podia perceber a veiculação de teses que especulavam acerca da esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias. Porém, essas teses se situavam distante de apanhar os reais meios, formas e magnitudes envolvidas no assalariamento do operário pelo empresário capitalista.

Entre aquelas perspectivas se percebiam até mesmo algumas explicações que retratavam a realidade de exploração operária enquanto uma espécie de éden dos direitos naturais do homem. Em tais pensamentos, o que se colocava realizado pela burguesia representaria a mais absoluta liberdade:

(...) são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral (Marx, 2013, pp. 225-226).

Ao apresentar essas formas errôneas presentes nas interpretações dos livre-cambistas vulgaris (vulgar), presos e cegos pelo foco na circulação simples e troca simplista de mercadorias, um equivocado método de onde retiram concepções, conceitos e critérios para formar um juízo todo torto sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado (o que pode contemporaneamente ser também identificado nos discursos dos marxistas ocidentais- intelectuais formais, e por conseguinte nos partidos da esquerda eleitoral sustentados em argumentos teóricos pautados nos termos estritos democratas reformistas), Marx corrige tais argumentos, explicando ele constituírem aqui e se seguirem nisto duas figuras, completamente opostas em suas relações antagônicas. O primeiro, o antigo possuidor de dinheiro, que "se apresenta agora como capitalista"; e o possuidor de força de trabalho, "como seu trabalhador": "o primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela" (Marx, 2013, p. 327).

Em suas notas no citado trecho Marx descreve que o filósofo Jeremy Bentham é um fenômeno puramente inglês e medíocre, e Marx tripudia suas análises, mostrando que:

sem excetuar nosso filósofo Christian Wolf, em nenhuma época e em nenhum país o lugar-comum mais simplório se difundiu com tanta convicção. O princípio da utilidade não é uma invenção de Bentham. Este se limitou a reproduzir, sem espírito, o que Helvetius e outros franceses do século XVIII haviam dito espiritualmente. Se, por exemplo, queremos saber o que é útil a um cachorro, temos de investigar a natureza canina. É impossível construir essa natureza a partir do "princípio da utilidade". Aplicado ao homem, isso significa que, se quiséssemos julgar segundo o princípio da utilidade todas as ações, movimentos, relações etc. do homem, teríamos de nos ocupar primeiramente da natureza humana em geral e, em seguida, da natureza humana historicamente modificada em cada época. Bentham não tem tempo para essas inutilidades. Com a mais ingênua aridez, ele parte do suposto de que o filisteu moderno, e especialmente o inglês, é o homem normal. O que é útil para esse homem exemplar e seu mundo é útil em si e para si. De acordo com esse padrão, Bentham julga, então, o passado, o presente e o futuro. Por exemplo, a religião cristã é "útil" porque repudia religiosamente os mesmos delitos que o código penal condena juridicamente. A crítica da arte é nociva porque perturba o deleite que as pessoas honestas encontram em Martin Tupper etc. E foi com todo esse lixo que nosso bom homem, cuja divisa é *nulla dies sine linea*, encheu montanhas de livros. Tivesse eu a coragem de meu amigo H. Heine, chamaria o sr. Jeremy de gênio na arte da estupidez burguesa. [*Nulla dies sine linea* (nenhum dia sem uma linha): frase atribuída ao pintor Apeles (IV a. C.), que colocara para si a obrigação de trabalhar todos os dias em suas pinturas (Marx, 2013, pp. 1412-1413).

Em uma outra sua nota no trecho de O Capital Marx alude que os economistas políticos se inclinam demasiadamente a considerar determinada quantidade de capital e determinado número de trabalhadores instrumentos de produção dotados de força uniforme e que operam com certa intensidade uniforme. E, disso, reclamariam [...] "Os que afirmam que as mercadorias são os únicos agentes da produção demonstram que esta não pode ser ampliada de modo nenhum, pois, para realizar tal ampliação, seria previamente

necessário aumentar a quantidade de meios de subsistência, matérias-primas e ferramentas" (Marx, 2013, p. 1413).

E isso significaria, aos estudiosos ideólogos, que incremento algum da produção poderia "ter lugar sem um incremento precedente ou, em outras palavras, que todo incremento é impossível" (S. Bailey (Org.), *Money and its Vicissitudes*, cit., p. 58, 70, *apud* Karl Marx, 2013, p. 1413).

Marx, ao iniciar a Seção III em seu livro *O Capital*, ao mostrar e detalhar "A Produção da Mais-Valia Absoluta", desenvolve e mostra, em contrário desses pensamentos limitados, a real forma e conteúdo da produção de valor. Em verdade, até mais que isso, a forma e condições da valorização do valor. O que também nos pareceu um conteúdo absolutamente contrário aos temas e ideias hoje propostos pelo marxismo ocidental. Sobre isso, vejamos o que Marx estabeleceu verdadeiramente quando escreve:

(...) O vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada inteira seja o dobro de seu valor diário, tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça ao vendedor (Marx, 2013, pp. 348-349).

Karl Marx nos descreve assim o operário encontrar na oficina os meios de produção necessários "não para um processo de trabalho de 6 horas" processo necessário para a produção das necessidades de existência do trabalhador operário, com "custo de seis horas de trabalho e o preço de 3 xelins"; mas sim encontra o operário uma organização da célula de trabalho para explorar a força de trabalho em uma jornada diária operária distribuída em 12 horas, e com tal condição:

Assim como 10 libras de algodão absorveram 6 horas de trabalho e se transformaram em 10 libras de fio, 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram empregadas na produção do algodão e dos fusos e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou £1 e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 pence, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou 1/9 sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins. No final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital (Marx, 2013, p. 350).

Marx nos mostra o como por meio da organização material de produção econômica capitalista (matematicamente explicada, sem qualquer espaço para arestas ideológicas ou científicas de correção), as condições do problema de criação de valor, da valorização do valor, resultarem por meio do escrutínio acima resolvidas, estabelecendo-se com estes termos o lastro inequívoco com o qual assegura-se que de modo algum as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas.

Marx nos explica em *O Capital* que no processo de exploração assalariada do operário troca-se equivalente por equivalente. O capitalista paga, como comprador, toda mercadoria por seu valor, tanto o algodão, a massa de fusos e a força de trabalho (Marx, 2013). E, disso contratado e nominalmente pago, o metabolismo burguês organiza-se de modo a proporcionar ao empresário capitalista condições de legalmente, sem qualquer constrangimento, em absoluta liberdade, utilizar todo o trabalho empenhado pelo operário para transformar dinheiro em mercadorias, sejam essas mercadorias enquanto:

(...) matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor, o trabalho passado, objetivado, morto, em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro

vivo que se põe a "trabalhar" como se seu corpo estivesse possuído de amor (Marx, 2013, pp. 350-351).

E uma vez mostradas estas enquanto as mais caras e absolutas condições requeridas pelo patrão burguês, garantidas, legalmente garantidas pelo Estado, legislado pelo parlamento, fiscalizado pelo Poder Judiciário do Trabalho, e garantido em última instância pela polícia, no caso de movimentos paredistas e outros eventos operários de contestação, isso se segue enquanto um movimento ininterruptamente procurado enquanto condições inexoráveis ao metabolismo capitalista, seja na sociedade do capital assentada em países governados em repúblicas democráticas, por seus executivos e respectivos legislativos nominalmente conduzidos por partidos eleitorais de direita ou esquerda (estes partidos não alteram a condição de exploração capitalista em nada seriamente). E essas condições seguem sustentadas por teses centro-direita, centro-esquerda – esquerda eleitoral, estritos democratas progressistas, ou qualquer outra nomeada fração ideológica estética que procura encobrir a real luta política de classes entre operários e a burguesia.

A exploração capitalista se monta, se determina, se move e se retroalimenta do sangue e nervos operários esgotados em máximo possível por meio da mais absoluta exploração de classe, da classe burguesa sobre a classe proletária.

Em tudo e acima de tudo, na lei metabólica do sistema burguês de produção, ainda que o empresário capitalista por alguma razão, como ao apresentar uma possível paixão inadequada sobre o processo de exploração da jornada do trabalhador operário, e pudesse, disso, pensar e requerer ter por legítimo a propriedade o resultado do processo vivo assentado no fabrico de mercadorias, Marx corrige o patrão parasita, mostrando o operário enquanto o único agente capaz de vitalizar o processo da produção:

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. Se, além disso, compararmos o

processo de formação de valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso. O movimento é, aqui, considerado qualitativamente, em sua especificidade, segundo sua finalidade e conteúdo. O mesmo processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. As mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais, funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente como quantidades determinadas de trabalho objetivado. Se contido nos meios de produção ou adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal (Marx, 2013, pp. 351-352).

E Marx explica que disso resulta que o trabalho do operário enquanto criador de valor e o mesmo trabalho do operário estendido enquanto valorização do valor, se coloca enquanto um único núcleo, uma força capaz de determinar os concretos e sólidos valores apurados no processo da produção econômica e social capitalista. Enquanto condições inafastáveis, elementos sem os quais o processo do trabalho de formação e valorização do valor não pode de modo algum vir se apresentar.

E uma vez que esse processo de trabalho é organizado em um processo de fabrico de mercadorias no modo burguês de produção, de trabalho, de formação de valor: " como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (Marx, 2013, p. 352). Ante ao aqui exposto, faz-se forçoso reconhecer que o produto originado na pequena propriedade parceleira, no caso de nosso exemplo na produção leiteira, e não será diferente na produção de mandioca, milho, frango, gado de corte, etc., não passa esses trabalhos camponeses frutos de esforços simples em expectativas por nomeação ampliada de valor, então vitimados pelo mercado mundial agrícola, dependente da produção social econômica em geral, do clima, do sol e da chuva. E, nesse processo societário amplo, indesejavelmente percebendo valores determinados pela força dos alcances produtivos obtidos nas vastas glebas de terras concentradas nas mãos dos latifundiários. Proprietários dominantes rurais que aplicam alta tecnologia na exploração da terra. E utilizam-se de maquinaria de

última geração desde no manejo da terra, no plantio, aplicações químicas continuadas, colheita, transporte e armazenamento em silos de sua própria propriedade: podendo assim até mesmo esperar o melhor momento econômico para trocar o resultado dessa sua produção agrícola em larga escala, bem como aqueles miúdos que porventura compre junto aos agricultores camponeses parcelheiros.

E esses termos científicos mostram-se bastante dificultados virem aplicados para apurar e equacionar com precisão o trabalho realizado em propriedades rurais de tipo parceleira. E esta é a principal distinção entre os trabalhadores operários e os trabalhadores camponeses. E não se trata de uma diferença discreta: mundos aqui os separam.

E estes fatores reúnem elementos cabais que nos impedem de poder avaliar doutro modo a relação camponesa com a estrutura metabólica antagônica burguesa, suas leis e regras econômicas capitalistas, tão bem explicadas por Marx em O Capital.

Isto posto, em superação da tese dos assaltos liberais vis aos proprietários rurais parcelheiros, ante a equação científica de produção do valor e valorização do valor encontrada no livro O Capital de Marx, verifica-se apenas poder decorrer qualquer produção de mais valor a partir de a matéria prima: o peixe, o leite, a mandioca, o milho, os frangos, os abates suínos, a fruticultura, etc. já retirados, transportados e trabalhados em uma fábrica, assim já completamente fora da propriedade do pequeno agricultor parcelheiro.

De modo que, reforçemos, os valores adicionados ao preço do pescado, do leite, do milho, da mandioca, do frango, do pequeno rebanho de suínos, das árvores frutíferas, etc.; não foram em modo algum previamente retirados como roubo junto da propriedade do pequeno camponês pelo vil capitalista da agroindústria, conforme reclamados pelos intelectuais de esquerda estrito democratas do marxismo ocidental e assemelhados.

Em verdade, os valores surgem só mais tarde na fábrica, e não podem, de maneira alguma, já virem antes formados na pequena gleba de propriedade do camponês parcelheiro.

Como que composto por um suposto valor, como que manifestos nominalmente, um valor tido como que tomado gratuitamente pelo capitalista agroindustrial no mero ato de compra do produto agrícola em regular e justo

pagamento ao trabalhador camponês proprietário. Ainda que não se suste que o montante em pagamento ao camponês se mostre um parco valor: com destaque ante as necessidades do trabalhador camponês.

Ao contrário, conforme se apreende em Marx, no desenvolvimento científico presente em seu livro *O Capital*, todo e cada centavo adicionado ao valor inicialmente pago ao pequeno agricultor parceleiro (os termos que irão no final do processo representar e precificar o custo do produto agrícola disposto pelo pequeno proprietário parceleiro), virão apenas posteriormente obtidos, por meio da exploração assalariada dos trabalhadores operários que passam a laborar na matéria prima agrícola dentro da fábrica capitalista urbana: em processamento do peixe, do leite, do frango, do suíno, do milho, da mandioca, das frutas, etc.

Uma produção quase in natura comprados pelo patrão do agronegócio na pequena propriedade camponesa de definição parceleira, seja essa de que tamanho for, pequena, média e ou até cooperativa: a única cooperação aqui é, aliás, com o capital e o seguimento da exploração da classe operária e proletária em geral, mesmo os camponeses que, nessas condições, seguem enganados pela tese crítica marxista ocidental reformista que quer se apresentar como que seu defensor.

Estabelecer em oposto das leis econômicas científicas marxianas equivaleria romper com as explicações econômicas capitalistas mostradas por Marx em *O Capital*. Ante o dado científico em comento torna-se notório que o valor posteriormente adicionado no valor do produto agrícola em parte alguma foi produzido na pequena propriedade campesina.

Assim, o único valor com capacidade de ampliação do capital, rigorosamente, ao contrário do que aludem os intelectuais do marxismo ocidental estrito democrata reformista, só poderá seguir sendo produzido pelos operários que recepcionaram o produto agrícola recolhido junto da propriedade do camponês proprietário parceleiro.

E, isto sustentado, são os sequestros de partes dos salários, o mais-trabalho, nas formas clássicas de exploração dos operários fabris, relacionados ao agronegócio diretamente ou mesmo já nas indústrias capitalistas de áreas absolutamente distintas a produção agrícola em si, os únicos e caros

elementos que determinam o valor final de venda do produto agrícola já completamente transformado pela ação do trabalhador operário assalariado.

Desse modo, em parte alguma da vida isolada e do trabalho distinto empenhado pelo proprietário parceleiro, se registra qualquer indevida apropriação supostamente obtida quando da compra de qualquer produto agrícola em sua condição ainda quase natural, conforme se apanha na propriedade rural, muitas vezes sim em pouco valor: junto ao pequeno proprietário parceleiro, junto ao médio produtor rural ou até um grande latifundiário que atue na produção de produtos não industrializados.

O que estes três atores rurais todos produzem, em rigor, e indesejavelmente, ao venderem o produto de sua propriedade por um valor em papel moeda e ou títulos bancários monetários em representação real, não reúne mais nem menos que o próprio custo médio de produção definido a partir de uma rigorosa apuração das despesas dedicadas na produção desses produtos agrícolas: mensurados com base na média dos custos e graus produtivos totalizados pela estrutura e capacidade da produção agrícola regional e mundial.

Em suma, na produção de qualquer mercadoria agrícola nas propriedades assentadas no campo, a única possibilidade de haver alguma exploração envolvendo produção de valor e uma imediata valorização do valor, por meio do mais trabalho, se limita ao caso de exploração proletária campesina assalariada por parte de médios e grandes produtores latifundiários e ou empresários de ramos agrícolas, proprietários de vastas faixas de terras, imensos rebanhos, que adotam uma aplicação de altas e inovadas tecnologias, máquinas automatizadas e informatizadas, grandes proprietários cartorários de glebas de dimensões que ultrapassam perímetros de cidades urbanas populosas, no cultivo de diferentes produtos agrícolas.

E esses padrões empresários latifundiários, também, em hipótese alguma, virão vítimas da exploração seguinte ocorrida na cidade ao venderem os produtos recolhidos. Ao contrário, estarão em sua livre atuação enquanto estritos agentes do capital, em relação de troca com indistintos empresários capitalistas do setor urbano.

Todos enquanto agentes empresariais capitalistas rurais indistintos, os quais exploram os trabalhadores assalariados na produção agrícola de larga

escala, produção não apenas totalmente mecanizada, mas já informatizada e de crescente aplicação tecnológica, inclusive nas áreas da genética e nano ciência: conforme aplicado nas grandes propriedades rurais, de modo análogo ao que já ocorre de muito tempo nos diferentes pátios fabris urbanos de produção de valor, valorização de valor e obtenção de mais valia nos ramos da agroindústria de produção e transformação de matéria prima agrícola.

Como se pode denotar, a tendência burguesa não se mostra na produção limitada e descompassada empenhada pelo pequeno agricultor proprietário parceleiro: enterrado em seu isolamento territorial, produtivo, tecnológico e, conseqüentemente, econômico e político.

Disso restaria até mesmo questões sobre se os pequenos agricultores seriam ou não explorados pelo capital. Explorados estão, evidentemente, mas, ao que expomos, em Marx, numa condição absolutamente distinta e inferior as condições do trabalho assalariado: a inferioridade se assenta e determina-se ante aos termos impostos na ordenação campesina, limitada ao apartado e limitado trabalho rural.

Os campesinos não assalariados encontram-se, absolutamente, explorados em condições ainda mais precárias que as dos trabalhadores urbanos e camponeses assalariados. Condições rebaixadas as quais lhes impõem um empobrecimento crescente: isso certamente. Entretanto, o modo clássico de exploração capitalista não os alcança nos mesmos termos colocados aos operários.

Até por isso, pelo fato de os campesinos estarem determinados por condições particulares, lhes resta impossibilitado uma sua qualquer capacidade de exercer autonomia associativa e política. Essas condições ausentes impede ao pequeno agricultor parceleiro vir se organizar e associar-se enquanto produtores independentes: em face de sua peculiar determinação que o fixa na terra. Infastáveis determinações que lhes posicionam enquanto proprietários rurais apartados e profundamente fragilizados, cada vez mais dependentes da produção fabril aplicada na agricultura e agroindústria de larga escala.

E considerando que em tal balança e correlação de forças fala mais alto a organização patronal dos grandes proprietários de terras e empresários agrícolas, através de seus sindicatos patronais, resta em geral ao camponês

proprietário isolado apenas aceitar e geralmente isso ocorre até de bom grado, o parco pagamento que recebe pela produção de viveres e produtos que consegue produzir primariamente e primitivamente em suas terras e parco rebanho de animais.

Ante tais limites clássicos, o trabalho do pequeno agricultor proprietário parceleiro, a produção isolada, ditada, distante das forças políticas colossais travadas no contexto material e econômico capitalista urbano, da luta de classes, relação que se dá entre os empresários capitalistas e o operariado assalariado de fábrica, uma relação contraditória e antagônica travada entre burguesia e classe operária, reúnem esses dados clássicos os elementos que definem os trabalhadores camponeses dependentes da classe operária organizada para fertilizar os seus verdadeiros e legítimos anseios, sobretudo as suas necessidades encobertas pelos véus da aparente e relativa relação determinada pela modalidade agrária.

Assim, ainda que na exploração assalariada dos operários em todos os ramos da produção, se marque, também, influências dos termos de exploração dos próprios camponeses, pequenos proprietários de terras, proprietários parceleiros: isso é indiscutível. Apesar disso, as distintas formas de exploração, no que pede o operário e o camponês, se colocam e movem-se distintamente nos aspectos laborais, metabólicos, econômicos, sociais e políticos: trazendo de um lado os trabalhadores operários urbanos, e, em um lado volátil, indeterminado, tendente aos campos reacionários da sociedade, em flancos fechados aos camponeses.

E essas marcantes e distintas condições, em comparação ao trabalhador operário fabril, torna os trabalhadores camponeses dependentes da orientação política da classe operária, relacionada e desdobrada na organização e condução da associação da classe proletária para uma luta contra a burguesia.

E tais fatores e pesos determinam a classe operária organizada em partido revolucionário os sujeitos, o instrumento e, portanto, a guia proletária na teoria da revolução permanente de Marx.

A forma que a exploração camponesa se dá, se relaciona em modos e tipos distantes e distintos à forma da exploração fabril operária, o seu próprio isolamento produtivo, conseqüentemente político, com ausências de

magnitudes tantas, não sofrem os camponeses proprietários parceleiros relações que lhes permitam, isolados, sem guia suficiente, alcançar sequer uma consciência em relação as formas e substância da exploração burguesa, da contradição societária posta e movida por meio do metabolismo da produção econômica capitalista.

E em uma assim ausência involuntária, numa fraca exposição do pequeno proprietário parceleiro ao âmbito antagônico societário burguês, o trabalhador camponês não assalariado segue preso em termos anacrônicos ultrapassados, e que lhe impede uma própria e autônoma organização política independente.

E apesar de nosso absoluto reconhecimento dos justos esforços de certos grupos e coletivos campesinos, uma séria preocupação na formação e educação de quadros militantes e das massas campesinas, não obstante todo o respeito que sustentamos por tais bravos agrupamentos e suas vias campesinas, não tem essas organizações conseguido evitar com que os trabalhadores recepcionem e mesmo assumam orientações advindas das teses do marxismo ocidental, estrito democrata e reformista.

E não conseguirão essas organizações, sozinhas, evitarem as afecções e os limites que montam-se em diques aos camponeses, enquanto sérios obstáculos, sólidas fortalezas impeditivas, inscritas e movimentadas por fora das relações comunitárias e fraternas que procuram vir construídas dentre certos honrosos grupos políticos campesinos.

Ante as condições objetivas e elementos condicionantes subjetivos, postos e travados, nas próprias formas capitalistas de produção econômica, pela insuficiente organização em errôneo programa político proletário orientado pelo marxismo ocidental, estrito democrata e reformista, tendem os pequenos proprietários parceleiros, os trabalhadores campesinos não assalariados seguirem alienados e desorganizados.

E os limites são estabelecidos por certas leis anacrônicas e fatores materiais envolvidos na velha prioridade caduca tributada ao campo, com destaque a uma ainda predominante ideia de propriedade rural privada: e, pior, uma pobre propriedade rural. Em detrimento e sem relação até mesmo com os já problemáticos elementos econômicos que cercam parte importante de meios econômicos de produção por proprietários abastados.

Em meio interesses egoístas e reacionários, muito distantes das perspectivas tendentes que expressam-se em luta política de classes procuradas pelo empresário burguês.

Aqui se observa que um programa operário decisivo pode vir em muito complicado em face aos enlaces reacionários possíveis e tendentes ao campesinato. Em tudo, caso venham os trabalhadores camponeses, soberanamente, desorganizados e em pautas estritas em seus lemas rurais, termos absolutamente sensíveis em sofrer afecções de formas ruralistas reacionárias, ou, envolvido e articulado, relacionar meras e abstratas propostas das representações estrito democráticas circulares no parlamento e Estado burguês.

E não resta estranho ao campesinato mesmo a relação com a Igreja Católica, como se sucedeu no caso do período do golpe de Luís Bonaparte em meados do século XIX na França das Luzes: em que, entremédio determinadas correlações de forças, com diferentes e divergentes frações de classe e ou segmentos de classes, reuniram-se os camponeses com todo tipo de trapilhos da velha sociedade medieval, quando os campesinos da época, em sua grande maioria, se colocaram em lutas infernais, defendendo necessidades desacreditadas até pelos cardeais de sua principal instituição, a família e a Igreja Católica da época, disputando ali seus mesquinhos interesses, interesses reacionários, levando a burguesia ali precisar se fazer em frente por meio de uma anomalia política interventora, o próprio golpe de Bonaparte em 1851 (curiosamente o pai dos pobres, dos trapilhos, e, claro, dos campesinos religiosos).

E, conforme Marx expõe em o 18 Brumário, tais condições definiram o apoio tributado ao golpe de Bonaparte pelos trabalhadores campesinos pequenos agricultores da França: quando e onde os camponeses se aliarão aos interesses reacionários dos velhos e grandes proprietários de terras, senhores os quais encontravam-se em ruína crescente desde a queda do sistema feudal de produção.

Essa colossal tradição em determinação, que a história francesa testemunhou e as condições capitalistas rurais mais atrasadas em termos de produção no campo seguem ditando aos trabalhadores camponeses proprietários, representa, mostra e ainda retrata o clássico caricato e

tendências conservadoras no movimento camponês que, tanto na França como na contemporaneidade, proprietário ou como hoje em busca por posse de um pequeno lote de terras (lutando para recuperar ou ver instalada a condição parceleira de propriedade rural), ao contrário de revolucionar o estado de coisas estruturado e exigido pela organização societária e as condições históricas do modo burguês de produção, o estamento rural, o pequeno proprietário parceleiro tende, mesmo que sem compreender dos determinantes para os seus próprios limites, estritamente lutar para conservar ou meramente reformar o sistema capitalista, postulando e acreditando que possa com isso alcançar algum benefício duradouro em sua vida crescentemente arruinada pelo capital.

Isto posto, considerado, uma vez identificado a incapacidade do campesinato em superar politicamente suas limitações materiais e sua natural necessidade de vir representado por um partido de classe composto fora dos agrupamentos de trabalhadores pequeno proprietários rurais parceleiros, em Marx, o campesinato é naturalmente expressão e resultado do seu peculiar isolamento vivido nas relações econômicas, como evidenciado neste capítulo de tese.

E os motivos e razões para este correto entendimento requerem virem aproximados desde o reconhecimento da condição de completa distinção da realidade material, econômica e organizativo política do camponês parceleiro em relação ao operário assalariado.

Aproximar essa distinção exige se apropriar dos aspectos econômicos e políticos organizativos constituintes do processo histórico de organização dos trabalhadores. E apesar de tamanha necessidade, do sério e mortal custo em uma condição não instalada, não aproximada ou mesmo associada equivocadamente, os problemas são vários e mais que graves. E as tentativas do marxismo ocidental estrito democrata reformista por se colocar no tema e oferecer resposta aos aspectos da organização proletária não tem alcançado sequer os mínimos necessários para um tratamento competente do assunto.

## 6.2.2 A disputa entre patrões e trabalhadores pelo salário operário: implicantes na crise de dominação burguesa

O tema assenta-se desde a forma pela qual entende o marxismo vulgar as crises capitalistas. O marxismo em comum tem interpretado as crises capitalistas apenas em seus termos concretos, como que crises de humanidade, muitas vezes com uma assustadora e brutal ausência de entendimentos básicos sobre economia e organização política dos trabalhadores: mesmo em seus considerados mais sérios intelectuais que insistem encontrar saídas ao problema, mantendo o capital intacto.

Um problema que, em verdade, nem souberam aproximar seu vulto. Essa condição magra se percebe até mesmo de muitos intelectuais críticos parecerem se situarem bastante distantes de uma mínima leitura da obra máxima de Marx, O Capital. E, talvez, ainda pior, verificando-se idéias absurdas assentadas mesmo por intelectuais marxistas que leram e estudaram a obra máxima de Marx.

Antunes, sobre este caos, adverte que este contexto é marcado por uma grande e fatal falha metodológica comum, mostrando que comumente busca-se explicar as crises capitalistas a partir da noção empírica de "causa":

Pensamos que o fracasso de todas as tentativas de encontrar uma explicação coerente e sistemática sobre as crises, em O Capital de Marx, explica-se pelo fato de que nenhum autor, até agora, se propôs a expor o conceito de crise a partir da própria dialética expositiva de O Capital, ou seja, o seu "modo de exposição" (die Darstellungsweise). Conduzidos pelo uso da noção não-dialética de "causa", os diversos autores que procuraram explicar as crises do capital a partir de Marx se desviaram do âmago do problema, procurando descobrir, afinal, qual era a "verdadeira causa das crises" e em qual passagem de O Capital Marx teria exposto "melhor" ou "de forma mais completa" a sua concepção principal de crise (Antunes, 2008, p. 41).

O comentarista expõe que as crises capitalistas, que não são sempre iguais, enquanto expressões da estrutura histórica e antagônica imanente ao próprio sistema burguês de produção, precisam encontrar margem societária para voltar a procurar mover com potência todo o sistema metabólico do capital

ali travado, então paralisado, em face de uma superprodução instalada, seja local e ou universalmente (Antunes, 2008).

O mesmo comentarista nos acena que as crises capitalistas podem ser percebidas desde o século XIX. Segundo Antunes, em períodos anteriores, como na época da manufatura, conforme analisada por Adam Smith, aquelas crises eram ainda meramente creditícias ou monetárias: não propriamente de superprodução de mercadorias e em risco de estrangulamento do capital (Antunes, 2008).

E o competente comentarista assenta que, apesar de representar uma cavalgar determinação, as crises não são necessariamente fatais ao sistema capitalista. O pressiona, sem dúvida alguma, mas o sistema burguês vai procurar, pressionado, saídas para os inafastáveis períodos de crise em ciclos reincidentes cada vez mais tensos e que exigem uma máxima competente gestão na tentativa de acomodação e mínimo controle da crise (Antunes, 2008).

E desde esses elementos vão aparecendo os problemas mais primários. Uma vez que os termos requeridos pelo marxismo ocidental para relacionar o que chamam de desumanidade, desigualdade, injustiça, tem corroborado para o encaminhar pacífico e conservador: similar ao que já o tenta a burguesia nos seus esforços por controlar os desdobramentos e a pressão que conduz a uma crise de dominação burguesa.

E isso, reconhecamos, tem sido executado com certa eficiência, tanto por meio da não organização do proletariado, ou, como é mais comum, em uma organização pautada em condições magras que acabam por oferecer elementos de apaziguamento das tensões de classes.

E, na ausência de uma adequada organização proletária, instalação e direcionamento de um suficiente programa revolucionário, o marxismo ocidental não se remetem em mais que os ideólogos burgueses implementam, provavelmente até bem menos: embora a desorganização da classe operária se constitua altamente impactante ao permitir o desviar do sério cerne na questão da dominação burguesa.

Em contextos de crise econômico – política, os graus e latitudes potencializam e ditam os impactos que cada retorno dos ciclos de crise podem estabelecer e exigir ao capital. No tema, Marx desenvolveu, contra as teses do

economista David Ricardo e outros, as diferenças entre duas possibilidades de crise por superprodução: a parcial e a geral ou relativa e universal (Antunes, 2008).

Segundo o comentarista, o tema encontra-se disposto nos itens 8 e 14 do capítulo XVII das chamadas Teorias da Mais-Valia em *O Capital*. Nesta seção e itens citados de *O Capital*, Marx estabelece os economistas liberais, mesmo Ricardo, um dos mais brilhantes, enquanto representantes de uma tese frágil sobre as crises no capitalismo, inclusive indicando Marx que Ricardo "não soube nada das crises gerais". Marx, embora da sua dura crítica, reconhecia isso de maneira bastante compreensível, uma vez que Ricardo viveu num período em que as crises gerais ainda não se manifestavam plenamente (David Ricardo morreu em 1823). Já quanto aos seguidores de Ricardo, contemporâneos de Marx, igualmente não conseguiam enxergar as tensões com suficiência, até mesmo devido à limitação de seu antigo mestre, e com isso também não conseguiram explicar as crises do já novo tempo.

Marx nos expõe que Ricardo postulava que não poderia haver superprodução geral, apenas superprodução parcial (ou relativa) de mercadorias. E, conforme Antunes (2008), para Marx este entendimento levava e acabava gerando um subterfúgio, uma desculpa teórica para não se encarar a possibilidade explosiva das contradições efetivamente existentes na sociedade capitalista.

Em combate sobretudo aos ricardianos de esquerda, discípulos de Ricardo, o comentarista em tela alude que Marx denotava reunir um pobre e equivocado subterfúgio o entendimento que advogava poder apenas haver pletora num determinado tipo de mercadorias, mas jamais de todas: supostamente só se podendo verificar uma superprodução parcial (Antunes, 2008).

E, segundo Marx, o que impedia relacionar e admitir a crise geral resultava em face de a própria crise universal exercer um peso muito maior no estouro das contradições capitalistas. Para Marx, todas as contradições da produção burguesa estalam coletivamente no caso das crises gerais do mercado mundial; já, nas "crises particulares [besondren] (particulares por seu conteúdo e extensão), apenas de modo disperso, isolado e unilateral" (Marx, 2013, p. 1427).

Antemão, isso considerado, compreendido, aproxima-se o desvendar da razão inadequada constituinte da barreira teórica que impedem aos ideólogos burgueses admitirem o conceito de crise geral.

Marx define um período cíclico geral de crise potencialmente revolucionário, absolutamente capaz de vir aniquilador em energia concentrada, desde que postas dadas condições econômicas de tendências universais. Entretanto, não apenas dependente apenas de dadas condições econômicas objetivas, mas necessariamente num contexto político operário organizado.

Um contexto social e político dirigido, em que precisa ali a classe operária apanhar, desvendar, assentar, ampliar e mover a verdadeira política emancipatória de classe em seu percurso tático e estratégico ao combater na própria magnitude societária em totalização antagônica capitalista, na instalação e avante das próprias forças em direta luta de classes, em causas e reações conscientes, determinadas, potencializadas, em contradições não nominais, encaminhando e intensificando uma condição não apenas restrita ao estado de crise capitalista, mas enquanto uma força potencializada para se alcançar efetivamente uma capacidade do proletariado ameaçar e exercer o estrangulamento e determinar a morte da sociedade burguesa.

E o mais importante nesse processo em luta de classes é o correto e necessário entendimento que nesta luta histórica existem duas forças em polaridades antagônicas: os patrões que exploram o assalariamento e os operários que lutam por seu salário relativo.

Omitir e ou obliterar estes dois polos colossais e antagônicos constitui-se na mais pura arte de reformismo, uma tentativa de omitir a negação capitalista e sobretudo o papel que cabe aos proletários: só a esses, nenhuma outra representação social pode executar suas tarefas históricas.

E nisso não cabe também qualquer perspectiva em intento por remendões. As reformas legislativas, inclusive quando resultantes de importantes conquistas nominais trabalhistas, de interesse dos operários, sem uma organização proletária em perspectiva da revolução socialista, tendem tais legislações estarem meramente admitidas e então desde logo absorvidas e acabando por fim vir tomadas e endossar os interesses de classe garantidos pelo contrato social capitalista burguês.

Marx nos explica que nas crises em que a produção é interrompida e as fábricas trabalham apenas "por pouco tempo", durante alguns dias na semana: "não afetam em nada, naturalmente, o empenho pelo prolongamento da jornada de trabalho" (Marx, 2013, p. 402).

O que Marx toma aqui em conta é o seguinte quadro lógico: quanto menos negócios são feitos, maior deve ser o ganho apurado. A equação resultante é essa: "sobre o negócio feito. Quanto menos tempo se trabalha, maior é o tempo excedente de trabalho a ser extraído" (Marx, 2013, p. 402).

Marx sobre tema correlato alude verificar-se e oficiavam-se, sobre o período da crise de 1857-1858, por meio dos inspetores de fábrica, que:

(...) "Pode-se julgar como uma inconseqüência o fato de haver qualquer tipo de sobretrabalho numa época em que o comércio se encontra em condições tão ruins, mas é essa mesma precariedade de sua situação que incita pessoas inescrupulosas a praticar transgressões; com isso, elas extraem um lucro extra [...]. Ao mesmo tempo que" - diz Leonard Horner - "122 fábricas em meu distrito interromperam completamente suas atividades, 143 continuam a produzir e as restantes trabalham por pouco tempo, o sobretrabalho acima do tempo legalmente determinado continua a ocorrer normalmente." 52 "Embora" - diz o sr. Howell - "na maioria das fábricas, em virtude da depressão do comércio, trabalhe-se apenas meio período, continuo a receber a mesma quantidade habitual de queixas de que 1/2 ou 3/4 de horas são diariamente furtados (snatched) dos trabalhadores por meio da usurpação das pausas para refeições e descanso que a lei lhes assegura"53 (Marx, 2013, pp. 402-403).

Aqueles clássicos "pequenos furtos" que o capital realizava/segue realizando, do tempo reservado às refeições e ao descanso do trabalhador, dentre outras artimanhas de apuração de mais trabalho, eram na Inglaterra designados pelos inspetores de fábrica como "petty pilferings of minutes", pequenos surrupios de minutos 58, "snatching a few minutes", furtadelas de alguns minutos 59 ou, na linguagem técnica dos trabalhadores, "nibbling and cribbling at meal times" [roer e peneirar às refeições] 60 (Marx, 2013, p. 403).

Nessa atmosfera direta, sem a neblina teórica intelectual burguesa, a formação do mais-valor por meio do mais-trabalho não se mostra enquanto nenhum segredo:

(...) "Se permitires", disse-me um fabricante muito respeitável, "que eu faça com que meus operários trabalhem diariamente apenas 10 minutos além do tempo da jornada de trabalho, colocarás em meu bolso £1.000 por ano."<sup>61</sup> "Os pequenos momentos são os elementos que formam o lucro."<sup>62</sup> Nesse sentido, nada pode ser mais característico do que a denominação de "full times" aplicada aos trabalhadores que trabalham jornadas inteiras, e de "half times" aplicada às crianças menores de 13 anos, que só podem trabalhar 6 horas <sup>63</sup>. O trabalhador, aqui, não é mais do que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais se dissolvem na distinção entre trabalhadores de "jornada integral" e de "meia jornada" (Marx, 2013, p. 403).

Mas, apesar de suas várias notas de referência em seu livro *O Capital*, mostrando o quanto este filósofo alemão não desconsiderou em nada os papéis do Estado, das leis, embora muito diferente das considerações hoje tomadas pelo marxismo ocidental, quem quer conceber o Estado, suas leis, mesmo uma chamada e inventada nova sociedade civil enquanto formas em salvaguardas aos trabalhadores, no caso dos comentados atos oficiais de setores do Poder Judiciário da época relacionado com a fiscalização do trabalho, indica Marx que: "para meu propósito, bastam alguns testemunhos fornecidos pelas próprias crianças exploradas nos relatórios de 1860 e 1863" (Marx, 2013, p. 405).

E alude ainda Marx que, "a partir da situação das crianças, podemos ter uma ideia do que se passa com os adultos, principalmente moças e mulheres, num ramo da indústria que faz atividades como a fiação de algodão e outras semelhantes parecerem negócios muito agradáveis e saudáveis, relatando na sequência:

Wilhelm Wood, de 9 anos de idade, "tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar". Desde o começo, ele "ran moulds" (carregava as mercadorias já moldadas para a sala de secagem e voltava trazendo os moldes vazios). Chega ao trabalho todos os dias às 6 horas da manhã e o deixa por volta das 9 da noite. "Trabalho até as 9 horas da noite todos os dias da semana. Assim foi, por exemplo, durante as últimas 7 ou 8 semanas.". Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos! J. Murray, um menino de 12 anos, declara: "I run moulds and turn jigger" (giro a roda). "Chego às 6, às

vezes às 4 horas da manhã. Trabalhei esta noite inteira, até as 6 horas da manhã de hoje. Não dormi desde a última noite. Além de mim, outros 8 ou 9 meninos trabalharam a noite inteira sem parar. Todos, com exceção de um, voltaram ao trabalho nesta manhã. Recebo 3 xelins e 6 pence "(1 táler e 5 centavos)" por semana. Quando trabalho a noite inteira, não recebo nada a mais por isso. Na última semana, trabalhei duas noites sem parar." Fernyhough, um menino de 10 anos: "Nem sempre tenho 1 hora inteira para o almoço; com frequência, apenas meia hora, às quintas, sextas e sábados" 67 (Marx, 2013, pp. 405-406).

Se sabe que os relatos acima citados são fortes: e podem oferecer a falsa aparência de que isso se tratava de um absurdo tratamento para com apenas algumas crianças, como que um fenômeno isolado. Mas Marx mostra em seu livro maior que isso reunia apenas as próprias formas imanentes do capital, o modo de produção burguês, o qual se segue, com colaboração do próprio marxismo, ainda em pé, sustentado, em pleno século XXI.

É preciso reconhecer que os clássicos e os atuais tratamentos aos trabalhadores não se resumiam em uma simples conduta isolada, como que repugnantes e detestáveis, por mais que fossem e hoje se sigam adotados em métodos absolutamente vis de exploração dos trabalhadores.

Como na época de Marx, nos dias atuais, se lá Marx se referia aos relatórios dos inspetores de fábrica, no Brasil, por exemplo, são atualmente fartas as mostras das notificações e multas, intervenções, adotadas pelo Ministério do Trabalho, na ação dos auditores fiscais do trabalho.

Só no Brasil, nestes dias de conclusão desta tese, o Estado brasileiro encontra-se em vias de contratar mais 900 auditores fiscais do trabalho, somados ao quadro já atuante neste país. O que já oferece mostra que não se trata de algo do passado, ou muito menos que o trabalho dos inspetores consigam, por meio de ação do próprio Estado, corrigir o que em tudo é apenas resultado da clássica forma metabólica capitalista, sejam formas garantidas pela própria lei, em que pese os limitados poderes de regulação da legislação sobre a exploração econômica, determinam-se esses arquétipos legais em atendimento e cumprimento do fiel poder econômico sobre o que será emanado, reformado e ou burlado na e da própria lei.

E Marx não tomava as mostras dos relatórios dos inspetores de fábrica da época, os auditores fiscais do trabalho do século XIX, como retratos de organizações fabris isoladas. Os estudos de Marx lhes mostravam que não se tratava de um dado isolado, como em clássico se segue nos dias atuais, em termos parcialmente "outros", não menos nefastos aos trabalhadores brasileiros e mundiais, as formas legais e ilegais da exploração dos trabalhadores nas fábricas dos empresários capitalistas detentores dos meios de produção.

Hoje, condições que se seguem impostas indistintamente aos trabalhadores operários em seu geral, mesmo a seleção por estatura, para adequação as maquinarias adotadas em pátios das fábricas. E, ainda relacionado as máquinas, as constantes perdas de capacidades produtivas dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme qualquer leitura de técnicas da medicina do trabalho comprovam, como também oferecem lastro probatório do segmento da exploração e destruição do corpo dos trabalhadores as medições e formulações de legislações de adição de remuneração salarial por tempo e graus de exposição aos elementos prejudiciais à saúde do operário.

Marx denotava tais aspectos, na época, se referindo, dentre outros testemunhos, relatos médicos, como o do senhor o McBean, quem declarara:

(...) "Desde que, há 25 anos, comecei a exercer a medicina entre os oleiros, evidenciou-se uma progressiva degeneração dessa classe sob a forma de uma diminuição de estatura e peso". (...) No relatório dos comissários de 1863, o dr. J. T. Arledge, médico-chefe do hospital de North Staffordshire, diz: "Como classe, os oleiros, homens e mulheres, representam [...] uma população degenerada, tanto física como moralmente. Eles são, em regra, raquíticos, mal constituídos e apresentam com frequência uma má-formação dos pulmões. Envelhecem prematuramente e têm vida curta; fleumáticos e anêmicos, denunciam a fraqueza de sua constituição com pertinazes ataques de dispepsia, problemas hepáticos e renais e reumatismo. Mas sofrem, sobretudo, de doenças pulmonares, como pneumonia, tuberculose, bronquite e asma. Um tipo de asma lhes é peculiar, sendo conhecida como 'asma de oleiro' ou 'física de oleiro'. A escrofulose, que atinge as amígdalas, os ossos ou outras partes do corpo, acomete mais de dois terços dos oleiros. A degeneração (degenerescence) das populações deste distrito só não é maior graças ao recrutamento constante de trabalhadores nos distritos

rurais adjacentes e a sua miscigenação com raças mais saudáveis” (In: Marx, 2013, pp. 407-408).

E o que reunia nas olarias da Inglaterra valia também para as da Escócia. Desde na manufatura de palitos de fósforo. Produção fabril a qual, desde a data de 1833, (quando se inventou o método de aplicação do fósforo no palito (Marx, 2013). Ali, ao menos desde 1845, essa manufatura desenvolveu-se rapidamente também na Inglaterra e, depois de se espalhar pelas partes densamente povoadas de Londres, "expandiu-se principalmente para Manchester, Birmingham, Liverpool, Bristol, Norwich, Newcastle e Glasgow, levando consigo o tétano, que, já em 1845, um médico de Viena detectara como doença peculiar aos fosforeiros (Marx, 2013, p. 407).

Marx, ante esta realidade convida que, caso os poetas testemunhassem as condições dos trabalhadores enquanto explorados pelo capital, como nas fábricas de papéis, até "Dante veria superadas suas fantasias mais cruéis sobre o inferno" (Marx, 2013, p. 408).

E Marx, ao mostrar os horrores sobre os quais se ergueram e se acumulam (e, claro, se seguem dados e em movimentação contemporaneamente, ou haverá quem duvide, seriamente, se não alienado cultural ou moralmente, que o metabolismo capitalista se segue, mesmo tenha se aprofundado), contabilizando os números não maquiados representados na riqueza supostamente produzida pela sociedade burguesa, pelo chamado progresso, detalhando as formas e tradicionais do capital e os resultados nas dimensões impostas na vida dos operários, mostrando outros testemunhos operários, inclusive o de um pai e colega de trabalho do próprio filho, como se segue aqui abaixo:

J. Leach declara: "No último inverno" (1862), "6 das 19 moças foram dispensadas em decorrência de doenças provocadas por excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas, tenho de gritar em seus ouvidos." W. Duffy: "Frequentemente, as crianças estavam tão cansadas que não podiam manter seus olhos abertos durante o trabalho; na verdade, nós mesmos quase não o conseguimos." J. Lightbourne: "Tenho 13 anos [...]. Durante o inverno passado, trabalhamos até as 9 horas da noite e, no inverno anterior, até as 10 da noite. No último inverno, quase todas as noites eu costumava gritar de dor em meus pés machucados". G. Aspden: "Quando

este meu filho tinha 7 anos de idade, eu costumava carregá-lo nas costas para toda parte, atravessando a neve, e ele costumava trabalhar 16 horas por dia! [...] Frequentemente eu tinha de ajoelhar-me para alimentá-lo, enquanto ele permanecia junto à máquina, pois não lhe era permitido abandoná-la ou pará-la" (Marx, 2013, pp. 407-409).

E aos Marxistas que passaram, já por mais de um século por pactuar-se e chafurdar-se com a burguesia, com o patronato capitalista urbano, com os grandes proprietários de terras, ainda que pretendendo passar por defensores dos pequenos agricultores parcelheiros, declaradamente relacionados com tantos governos executivos hipócritas, todos ao serviço dos interesses das duas classes dominantes, é preciso enfatizar o como um patrão capitalista classicamente enxerga e considera o seu trabalhador, apesar da estética, da cor, do gênero, da raça, da condição física e intelectual e ou mental, na liberdade burguesa e sua total indiferença para com o proletariado. Marx denota, citando um senhor chamado Smith, um sócio-diretor de uma fábrica de Manchester, quem estabelecia: "Nós" (quer dizer, a "mão de obra" que trabalha para "nós") " trabalhamos sem interrupção para as refeições, de modo que o trabalho diário de 10 horas e meia é concluído às 4 e meia da tarde, e o que ultrapassa esse tempo é computado como hora extra" (Marx, 2013, p. 409).

E Marx, sobre esta distribuição das jornadas dos operários pergunta : "será verdade que esse sr. Smith fica sem refeições durante 10 horas e meia? " (Marx, 2013, p. 409). E mesmo que de sua absoluta certeza, Marx deixa a pena do empresário capitalista seguir mostrando livremente do que consiste em sua paixão pela classe operária. E Marx aqui nos adverte que o ente que o patrão burguês se refere é nada mais e nem menos que o "simples" consumo de máquinas vivas em torque de força de trabalho:

(...) "de maneira que nós" (iterum Crispinus [Eis outra vez Crispino G]), "na realidade, trabalhamos além da jornada normal durante todo o ano [...] Tanto as crianças quanto os adultos" (152 crianças e adolescentes menores de 18 anos e 140 adultos) "trabalharam igualmente, em média, durante os últimos 18 meses, um mínimo de 7 jornadas e 5 horas na semana, ou 781/2 horas semanais. Nas 6 semanas que se completam em 2 de maio deste ano" (1863), "a média foi maior: 8 jornadas ou 84 horas na semana!" (Marx, 2013, p. 410).

E, insistimos, nos remetendo ao ideário dos marxistas da pluralidade, dos acordos com a burguesia, que intentam aludir aos trabalhadores que desde os anos da década de 1960 teria sido redescoberto uma forma de exploração mais tecnológica (como no chamado Toyotismo), como que isso resultasse alguma incrível alteração nas condições dos trabalhadores, nos voltando novamente ao referido por Karl Marx ao aludir que o mesmo sr. Smith, o qual, segundo Marx, o "plural majestático", acrescentaria em seu relato sorridente: "O trabalho mecanizado é leve (Marx, 2013, p. 410). Entretanto, anota ali Marx:". Já os empregados na blockprinting dizem: "o trabalho manual é mais saudável do que o mecanizado" (Marx, 2013, p. 410).

Claro que os marxistas que tanto estudam e ainda assim não entendem da tecnologia aplicada ao capital, iriam nos acusar: mas essa passagem se refere a manufatura, a transição do trabalho manual para o mecânico: as questões hoje, altamente tecnológicas, robotizadas, informatizadas, são todas outras, superiores, complexas. Todas as palavras ao vento: as próprias datas citadas por Marx nos comprovam que não se trata aqui de passagens alusivas à época da manufatura de transição do feudalismo ao capital industrializado: reúne uma fase já muito avançada, inclusive até posterior a existência e quiçá "encerramento" nominal da Liga dos Comunistas.

E, disso, surge a pergunta que indeseavelmente deve recair aos marxistas: o porque os trabalhadores do século XXI, com tanta tecnologia de comunicação, sindicalistas com liberação do trabalho e assegurados por leis para organizar as pautas dos trabalhadores; ainda que de todas essas condições, ausentes nos tempos relatados por Marx nesses trechos de O Capital; difíceis nos anos de edição do Manifesto Comunista; ainda disso possibilitou-se e foi movimentada a Liga dos Comunistas: de modo que ali naquelas condições duríssimas, naquelas realidades mostradas por Marx, os operários identificavam e muito bem suas condições de trabalho, testemunhavam sobre (como hoje também ocorre: basta se visitar os ambientes de trabalho e sobretudo as assembleias de operários), percebiam e lá lutavam para romper as algemas da vil exploração?

E a resposta para essa pergunta possível, necessária, provavelmente não agrada aos marxistas formais. Mesmo que se deva reconhecer a

exploração capitalista tenha passado por muitos aprimoramento desde então. Ao mesmo passo, também se sofisticaram os meios de comunicação e propaganda, que possibilitaria uma maior disputa das consciências proletárias.

E como um espírito que vaga, a pergunta nos retorna aqui, e insiste: o que será que ocorre hoje? por quais motivos os trabalhadores, apesar de suas condições, parecem amar sua pele ser levada ao curtume?

Em clássico, reconhecendo ter ocorrido inovações no século XX e no atual, mas todas assentadas e sustentadas indubitavelmente na ciência prática econômica capitalista: não outra que a exploração assalariada.

Ao se ler o conteúdo de O Capital em sua legítima forma de exposição e expressão política, faz-se forçoso reconhecer que em tudo, e a passagem acima é inconteste, Marx ali se preocupa em permitir entender de que se dimensiona a exploração relativa do trabalhador operário.

Aos marxistas que duvidem desta compreensão, dispomos aqui o que Marx alude ao ele ali no seu livro iniciar um novo item nessa seção de O Capital:

O capital constante, os meios de produção, considerados do ponto de vista do processo de valorização, só existem para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho, uma quantidade proporcional de mais-trabalho. Se não fazem isso, sua simples existência constitui uma perda negativa para o capitalista, uma vez que, durante o tempo em que estão ociosos, eles representam um desembolso inútil de capital, e essa perda se torna positiva tão logo a interrupção torne necessária a realização de gastos adicionais para o reinício do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural, adentrando a madrugada, funciona apenas como paliativo, pois não faz mais do que abrandar a sede vampírica por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista. Mas como é fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, ela necessita, a fim de superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, o qual admite métodos distintos, podendo, por exemplo, ser organizado de tal modo que uma parte dos operários realize numa semana o trabalho diurno, noutra o trabalho noturno etc. Sabemos que esse sistema de revezamento, essa economia de alternância, prevalecia no florescente período juvenil da indústria inglesa do algodão etc. e que atualmente ele floresce, por exemplo, nas fiações de algodão do distrito

de Moscou. Como sistema, esse processo de produção de 24 horas existe, ainda hoje, em muitos ramos industriais britânicos que eram até agora "livres", como altos-fornos, forjas, oficinas de laminagem e outras manufaturas metalúrgicas da Inglaterra, País de Gales e Escócia. Aqui, além das 24 horas dos 6 dias úteis da semana, o processo de trabalho compreende também, em muitos casos, as 24 horas do domingo. Os trabalhadores consistem em adultos e crianças de ambos os sexos. A idade das crianças e jovens percorre todos os estágios intermediários desde 8 (em alguns casos, desde 6) até 18 anos 92 (Marx, 2013, pp. 419-420).

Marx nas páginas seguintes ao trecho citado aponta que (como nos dias atuais também ocorrem, em modos simbióticos), houveram ali leis de proteção que alcançavam as mulheres e crianças. Explicando, contudo, ironicamente, que se difundia essas adoções terem sido atribuídas pelo poder Judiciário da época sem que houvessem tido confirmação de aceite ou não por parte dos proletários sobre a perda deste seu direito universal: direito de trabalhar horas e horas à mais nas células fabris. Seria, aos ideólogos burgueses e juristas, tais conquistas dos trabalhadores como que a perda do direito e liberdade individual por decidir plenamente pelo grau e magnitude de sua exploração enquanto pessoa livre (Marx, 2013).

Era perceptível para Marx nisso o quanto incrível alcança e se segue a pretensão ordinária dos abastados possuidores privados dos meios de produção. Invertem no citado a conquista dos trabalhadores, por meio de lutas de classes, e estabelecem tais conquistas nominais da classe proletária como perda do seu direito e liberdade. Aliás, essa ideação patronal clássica talvez tenha sido as primeiras críticas que procuraram mostrar o como a organização proletária, lutas associativas, gerariam, nocivamente, supostos prejuízos aos direitos universais dos trabalhadores: sua universal liberdade para continuarem como que natural e mansamente explorados pelo capitalismo.

A questão é que lá, conforme o trecho de O Capital, os reclames viam dos patrões proprietários, seus representantes e membros do Poder Judiciário da época. No entanto, contemporaneamente, uma similar crítica tem sido empenhada pelos sindicatos e partidos de esquerda eleitoral que defendem a submissão dos interesses de manutenção do emprego dos trabalhadores, como justificativa para edição de acordos coletivos e mesmo alteração de leis

trabalhistas, com revogação dos direitos dos trabalhadores e verdadeiramente ampliação dos direitos dos patrões, em ações por solvência do Estado, em plena vigência de uma sacra manutenção da democracia parlamentar capitalista serviçal imposta sob os proletários.

Em O Capital Marx nos oferece uma leitura sobre o que representou os acontecimentos dos anos de 1846-1847, e como estes anos marcaram "Época na história econômica da Inglaterra": revogaram-se as leis dos cereais; aboliram-se as tarifas de importação de algodão e outras matérias-primas; proclamou-se o livre-câmbio como estrela-guia da legislação; em síntese, o acontecimento do milênio (Marx, 2013, p. 446).

Naquela estrutura e contextos, nos exatos anos citados, 1846-1847, o movimento cartista e a agitação pela Lei das 10 Horas atingiam ali seu reconhecido auge: "eles encontraram aliados nos tories, ávidos por vingança. Apesar da resistência fanática do exército dos livre-cambistas perjuradores, liderados por Bright e Cobden, a Lei das 10 Horas, por tanto tempo almejada, foi aprovada pelo Parlamento" (Marx, 2013, p. 447).

A nova lei fabril, de 8 de junho de 1847 determinava que, a partir de 1º de julho de 1847, haveria uma redução preliminar da jornada de trabalho dos "jovens" (de 13 a 18 anos) e: "de todas as trabalhadoras para 11 horas, e que, em 1º maio de 1848, entraria em vigor a limitação definitiva em 10 horas. De resto, a lei não era mais que uma emenda às leis de 1833 e 1844" (Marx, 2013, p. 447).

E naquele clássico contexto, o sistema do capital deu início a uma campanha prévia para impedir a plena aplicação da lei em 1º de maio de 1848. O curioso aqui e que chamamos atenção para este trecho da maior obra de Marx, se refere a ideia democrática que foi ali instruída baseada na pretensão de que caberia "aos próprios trabalhadores, supostamente escaldados pela experiência, ajudar a destruir sua própria obra" (Marx, 2013, p. 447).

E o citado momento de correção fora ali habilmente escolhido, Marx descrevendo assim o conteúdo clássico de uma oportunidade humanitária burguesa:

(...) "Deve-se recordar que, em consequência da terrível crise de 1846-1847, abateu-se uma grande miséria entre

os trabalhadores fabris, já que muitas fábricas passaram a operar apenas em tempo reduzido, muitas delas estando completamente paralisadas. Um número considerável de trabalhadores encontrava-se, assim, na mais difícil situação, e muitos deles endividados. Por essa razão, podia-se presumir, com um certo grau de certeza, que eles prefeririam uma jornada de trabalho mais longa, pois assim poderiam se recuperar das perdas passadas, talvez saldar suas dívidas, resgatar seus móveis da casa de penhores, repor os bens vendidos ou adquirir novas roupas para si mesmos e para sua família" 142 (Marx, 2013, pp. 447-448).

E, naquele contexto tão propício, os senhores fabricantes tentaram agravar ainda mais o efeito já natural em tais circunstâncias, encaminhando uma redução geral dos salários em 10%. E, conforme Marx, isso se deu justamente para acelerar "o advento da nova era do livre-câmbio" (Marx, 2013, p. 448).

E isso ali posto seguiu-se mais uma outra e próxima redução "81/3%, assim que a jornada de trabalho foi reduzida para 11 horas, e do dobro, assim que foi definitivamente reduzida para 10 horas" (Marx, 2013, p. 448).

Ou seja, em todo lugar em que as circunstâncias o permitiram "houve uma redução salarial de, no mínimo, 25%143" (Marx, 2013, p. 448).

Ante condições "tão favoravelmente preparadas", exclamou Marx, teve início, entre os trabalhadores, o movimento pela revogação da lei de 1847, em que imperavam:

Mentira, suborno, ameaça: nenhum meio foi poupado para esse fim, porém tudo em vão. Quanto à meia dúzia de petições em que os trabalhadores foram obrigados a se queixar de "sua opressão pela lei", os próprios peticionários atestaram, em interrogatório oral, que suas assinaturas haviam sido obtidas à força. "Eles eram oprimidos, mas por algum outro que não a lei fabril" 144 (Marx, p. 448).

E como os fabricantes não conseguiram fazer com que os trabalhadores falassem o que eles queriam: "eles próprios passaram a gritar ainda mais alto, na imprensa e no Parlamento, em nome dos trabalhadores" (Marx, 2013, p. 448).

Ali a campanha patronal denunciava que os inspetores de fábricas estariam atuando enquanto uma espécie de comissários da Convenção, que

"sacrificavam impiedosamente os desditosos trabalhadores a seus delírios de reforma do mundo" (Marx, 2013, p. 448).

E Marx nos mostra que ali ao menos esta específica tentativa de manobra fracassara, por algum tempo ao menos, escrevendo sobre aqueles desdobramentos Marx:

O inspetor de fábrica Leonard Horner colheu, pessoalmente e por meio de seus subinspetores, inúmeros depoimentos de testemunhas nas fábricas de Lancashire. Cerca de 70% dos trabalhadores ouvidos declararam-se pelas 10 horas, uma porcentagem muito menor pelas 11 horas e uma minoria absolutamente insignificante pelas velhas 12 horas 145 (Marx, 2013, pp. 448-449).

E apesar de outras manobras dos patrões capitalistas se colocarem ali em esforço por resolução do suposto simples problema legislativo, como na proposição para que fosse permitido que operários masculinos adultos trabalhassem de 12 até 15 horas e declarando: "esse fato como a melhor expressão dos mais profundos desejos proletários"; o que era uma falácia, obviamente; Marx relata que o "implacável" inspetor de fábrica Leonard Horner estava novamente de prontidão, e registrava ali que a maioria dos operários que trabalham horas adicionais declarara "que preferiria muito mais trabalhar 10 horas por um salário menor; porém não alcançavam os operários essa escolha: "havia tantos deles desempregados, tantos fiandeiros forçados a trabalhar como meros *piecers* [trabalhadores por peças] que, se rejeitassem o tempo de trabalho mais longo, outros ocupariam imediatamente seu lugar, de modo que a questão para eles era: ou trabalhar por mais tempo ou ficar na rua" 146 (Marx, 2013, p. 450).

Karl Marx expõe que ali a campanha prévia do capital malogrou, e a Lei das 10 Horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Contudo, complica em crítica Marx, expondo claramente um ponto intestinal do problema político em disputa, os problemas na organização operária:

Nesse íterim, porém, o fiasco do partido cartista, com seus líderes encarcerados e sua organização fragmentada, já havia abalado a autoconfiança da classe trabalhadora inglesa. Logo depois disso, a insurreição de

junho em Paris e sua sangrenta repressão provocaram, na Inglaterra do mesmo modo que na Europa continental, a união de todas as frações das classes dominantes, proprietários fundiários e capitalistas, chacais das bolsas de valores e varejistas, protecionistas e livre-cambistas, governo e oposição, padres e livres-pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade! A classe trabalhadora foi por toda parte execrada, proscrita, submetida à "loi des suspects" [lei sobre os suspeitos]. Os senhores fabricantes já não tinham mais por que se constranger. Revoltaram-se abertamente não só contra a Lei das 10 Horas, mas contra toda a legislação que, desde 1833, procurava de algum modo restringir a "livre" exploração da força de trabalho. Foi uma rebelião pro-slavery [pró-escravidão] em miniatura, conduzida por mais de dois anos com um cínico despudor e uma energia terrorista, ambos tanto mais banalizados quanto o capitalista rebelde não arriscava nada além da pele de seus trabalhadores (Marx, 2013, pp. 450-451).

Para a compreensão do que ali se deu, relacionar aquela experiência aos dias atuais, no que pede aos ideários proletários e os normativos do capital, as próprias clássicas ordenações da lei e da ordem burguesa, a qual se segue inalterada desde então e segue cercando os trabalhadores,, para o que se pode estudar e comparar o aludido por Marx com a realidade em chão de fábrica de tantas empresas capitalistas no século XXI, verificando as atuais leis de proteção dos trabalhadores, como, no Brasil, a própria Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A qual foi criada, não obstante ante a pressão e organização dos operários, para legislar e regular a exploração fabril em franco desenvolvimento na época (ao menos se comparado aos padrões econômicos agroexportadores até então dominantes no Brasil).

E, lá na Europa, conforme mostrado por Marx, deve-se recordar que as leis fabris de 1833; 1844; 1847; estavam todas em vigor no tempo dos relatos acima, embora nenhuma delas restringiam a jornada de trabalho do operário masculino maior de 18 anos e que, inclusive, desde 1833, o período de 15 horas entre as 5 e meia da manhã e as 8 e meia da noite fora fixado como o "dia" legal, em cujos limites tinham de ser realizadas, primeiramente, as 12 e, mais tarde, as 10 horas de trabalho dos adolescentes e das mulheres, de acordo com as condições prescritas" (Marx, 2013, p. 451).

E Karl Marx explica-nos que lá na Europa, perante a iluminação das leis de proteção dos operários, os fabricantes começaram, "aqui e ali", a dispensar uma parte," às vezes a metade dos adolescentes e trabalhadoras por eles empregados", e, "em contrapartida, restabeleceram o já quase extinto trabalho noturno entre os operários masculinos adultos: "a Lei das 10 Horas, clamavam, não lhes deixava outra alternativa"<sup>147</sup> (Marx, 2013, p. 451).

E um já segundo ataque aos trabalhadores foi ali efetuado ao passo relativo às pausas legais para as refeições. Marx nos pede que ouçamos o que relatavam das reações patronais os inspetores de fábrica:

(...) "Desde a limitação da jornada de trabalho em 10 horas, os fabricantes, embora ainda não tenham levado seu ponto de vista até as últimas consequências, afirmam que, por exemplo, quando se trabalha de 9 horas da manhã às 7 da noite, eles cumprem os preceitos legalmente estabelecidos ao concederem 1 hora para a refeição antes das 9 horas da manhã e meia hora após as 7 da noite, perfazendo, portanto, um total de 1 hora e meia para as refeições. Em alguns casos, eles permitem meia hora ou 1 hora inteira para o almoço, mas insistem que não são de modo algum obrigados a incluir qualquer parte da 1 hora e meia no decorrer da jornada de trabalho de 10 horas" <sup>148</sup> (Marx, 2013, pp. 451-452).

Marx explica que ali, enquanto os trabalhadores reivindicavam meios para frear a ganância vampiresca dos patrões por sangue operário, tentando ao menos poupar as crianças e mulheres, conforme descrito nas leis em comento, o capital vai encontrar na própria legislação trabalhista da época, nas mesmas leis, ou no arrepio das mesmas, condições para driblar e superar a reivindicação proletária: "Com a mais extrema frieza, deixaram claro aos inspetores que se colocavam acima da letra da lei e- reimplantariam o antigo sistema por sua própria conta <sup>154</sup>. E diziam agir no interesse dos próprios mal aconselhados trabalhadores, "a fim de poder pagar-lhes salários maiores"" (Marx, 2013, p. 453).

Com essas perspectivas de burla, ou encaminhamento por fiel cumprimento das leis, isso dependia do ângulo de observação, se por lado dos empresários capitalistas ou por lado dos inspetores de fábrica, os burgueses aludiam que as adoções reivindicadas por eles eram necessárias e mesmo o

"único plano possível para manter a supremacia industrial da Grã-Bretanha sob a Lei das 10 Horas" 155 (Marx, 2013, p. 451).

Karl Marx nos mostra que ali, diferente dos dias atuais, de absoluta cooptação entreguista dos sindicatos guiados pelo marxismo estrito democrata reformista, em que as leis trabalhistas têm sido rasgadas, reformuladas e adaptadas sem questionamentos sérios, na Inglaterra da época, todo aquele falatório não serviu em atender diretamente e ou completamente aos interesses dos patrões fabris burgueses.

Mas isso não representava que o quadro fora superado, ou que os bons patrões capitalistas burgueses tenham sido derrotados. Aliás, Marx mostra que os inspetores de fábrica chegaram (ante as constatações e a pressão dos reclames operários) apelar aos tribunais. Mas, conforme denota a história ali registrada, brilhantemente apanhada e relatada por Karl Marx, em seguida, uma verdadeira "nuvem de petições" dos fabricantes foi dirigida ao ministro do Interior, o Sr. George Grey.

Marx Relata que o senhor Grey recomendou aos inspetores, conforme documento oficial circular de 5 de agosto de 1848, "em geral, não autuar por violação da letra da lei enquanto não houvesse infração comprovada do sistema de revezamento com a finalidade de fazer adolescentes e mulheres trabalhar mais de 10 horas" (Marx, 2013, p. 454).

E ante aquela orientação oficial, um inspetor de fábrica, chamado J. Stuart autorizou a retomada do então reconhecido sistema de revezamento durante o período de 15 horas da jornada fabril em toda a Escócia: "onde logo voltou a florescer, em sua velha forma" (Marx, 2013, p. 455).

Karl Marx comenta que na Inglaterra, diferente do retomado inicialmente na Escócia, os inspetores de fábrica, ao contrário, procuraram mostrar que: "o ministro não dispunha de poder ditatorial para suspender as leis e deram continuidade aos processos judiciais contra os rebeldes pro-slavery" (Marx, 2013, p. 455). Entretanto Marx assenta que a séria procura legislativa e moral por parte dos inspetores de fábrica pouco ou mesmo nenhum resultado colhia. Mas não por falta e ou imperícia dos inspetores de fábrica, qualquer fragilidades nas notificações e ou pendência em demonstração de sólidas e cabais comprovações dos delitos praticados pelos empresários capitalistas.

Ou seja, não foi por falta de provas, que naquela época na Inglaterra – como nos contextos contemporâneos, as tantas intimações aos tribunais acabem desconsideradas pelos magistrados, sobre o que, em clássico ato do Poder Judiciário, analisa Marx:

Nesses tribunais, os próprios senhores fabricantes sentavam-se para julgar a si mesmos. Um exemplo. Um certo Eskrigge, fabricante de fios de algodão, da firma Kershaw, Leese & Co., apresentara ao inspetor de fábrica de seu distrito a planilha de um sistema de revezamento elaborado para sua fábrica. Ao receber uma recusa, comportou-se, de início, passivamente. Alguns meses mais tarde, um indivíduo de nome Robinson, também fabricante de fios de algodão e, se não seu Sexta-Feira, de todo modo um parente de Eskrigge, apresentou-se aos Borough Justices [juízes de paz locais] em Stockport sob acusação de haver implementado um sistema de revezamento idêntico ao de Eskrigge. Quatro juízes formaram o tribunal, entre eles três fabricantes de fios de algodão, tendo à frente o infalível Eskrigge. Este último absolveu Robinson e declarou que o que era de direito para Robinson era justo para Eskrigge. Baseado em sua própria decisão judicial, implementou imediatamente o sistema em sua fábrica 158 (Marx, 2013, p. 455).

E se os marxistas ocidentais, estrito democratas reformistas, atentos aos papéis do Estado em condensação, nas possibilidades da sua nova sociedade civil, como no braço do Poder Judiciário, por exemplo, poderiam nos interpelar que lá ocorria essa influência direta, mas hoje haveria concursos públicos para seleção dos magistrados. E, sem maiores delongas, os corriamos: por debaixo das capas pretas, de seus códigos SIAPES, encontram-se as marcas e os CNPJs empresariais e cartórios rurais abastados, se não numa representação direta, possuinte, mas, de tudo, ditando as decisões no principal e em claro interesse dos detentores dos meios de produção.

A própria suprema Corte no Brasil não é composta por magistrados concursados. Os nomes indicados para essa aura de suposta correção, de tida ética e moralidade inquestionável, não chega e se assenta em suas cadeiras e mordomias sem passar pela sabatina do Senado da República. E, a sabatina, convenhamos, não está voltada em decidir de perfis técnicos.

Se sabe, o perfil do novo magistrado conduzido para condição de ministro é determinado muito antes, e não estamos nos referindo a suposta decisão do mero transeunte presidente da República que indica nominalmente o supremo ministro: o perfil garantido preserva inafastavelmente a fidelidade canina que precisa cada membro da suprema corte deter, sobretudo para que, caso venham decisões de instâncias inferiores, com base em uma interpretação da lei em termos que não de interesse das ideias dominantes na sociedade, no vasto arco político e nas alianças infernais e conservadoras da sociedade – dentre essas as pautas reformistas reacionárias da esquerda eleitoral, se possam corrigir lapsos que possam complicar ao controle do Estado e a garantia sobretudo da dominação burguesa.

E, no tema aqui específico, Mais uma vez o sufrágio, no caso, o que relaciona o Senado e a figura mítica do Presidente da República, transeuntes que se colocam ao que melhor servem: enganar aos trabalhadores.

Em retomada ao que interessa aqui dedicação, afastando as ideações do Poder Judiciário salvacionista, o sufrágio estrito democrata reformista, Marx vai nos explicando em O Capital, no que pede a exploração capitalista, abstraído o trabalho, o valor e o mais valor inteiramente ao sobretrabalho real, na Europa de sua época, o sistema de revezamento era um aborto já diagnosticado enquanto uma mera fantasia do capital, um fetiche que "nem mesmo Fourier, em seus esboços humorísticos das "courtes séances" [sessões curtas]aa, conseguiu superar, com a única diferença de que a "atração do trabalho" foi transformada na atração do capital" (Marx, 2013, p. 457).

E antes que os camaradas marxistas do nosso século XXI nos venham acusar que aquelas eram condições clássicas do capitalismo nascente, e que hoje, diferente, impera uma condição absolutamente rebaixada dos operário, queremos questionar que mais baixas que aquelas ponderamos bastante difíceis, iguais talvez encontremos.

Mas caso tentem, por exemplo, justificar não mais ser possível – em função das defendidas inovadas condições de exploração capitalista – organizar e instruir a luta pelo salário relativo dos operários, como lá, antes, na Inglaterra, França, Alemanha, etc., Europa em geral, se organizava com certa competência a luta política de classes em termos de postura e perspectiva direta ao socialismo: discutamos um pouco isso.

E, isso colocado, tendo sido de fato defendido pelo marxismo democrata e reformista, esclareçamos em que condições os trabalhadores se encontravam ali na Europa subordinados, novamente dispendo aqui as próprias e diretas palavras de Karl Marx em O capital:

Os trabalhadores foram, às vezes, divididos a categorias que, por sua vez, trocavam constantemente seus componentes. Durante o período de 15 horas da jornada fabril, o capital ocupava o trabalhador ora por 30 minutos, ora por 1 hora, e voltava a dispensá-lo, a fim de empregá-lo na fábrica e depois dispensá-lo novamente, empurrando-o de lá para cá em porções fragmentadas de tempo, sem jamais deixar de tê-lo sob seu domínio até que estivessem completas as 10 horas de trabalho. Como sobre o palco, as mesmas pessoas tinham de atuar alternadamente nas diversas cenas dos diversos atos. Mas assim como um ator pertence ao palco durante toda a duração do drama, também os trabalhadores pertenciam à fábrica durante as 15 horas da jornada de trabalho, sem incluir o tempo de ida e volta. As horas de descanso se transformaram, assim, em horas de ócio forçado, que empurravam os jovens para a taberna e as jovens trabalhadoras para o bordel. A cada novo plano tramado diariamente pelo capitalista para manter sua maquinaria funcionando por 12 ou 15 horas sem aumento de pessoal, o trabalhador se via forçado a engolir sua refeição ora nesse pedaço de tempo não utilizado, ora noutro (Marx, 2013, p. 458).

Portanto, tanto lá na Europa em meados do século XIX como nos dias atuais, ainda que em condições sim parcialmente distintas, entretanto clássicas no que conta de verdade, reúnem essas condições nas quais mostram-se absolutamente possível e mesmo preciso se organizar e encaminhar lutas em termos da disputa pelo operário por seu salário relativo.

E, reconheçamos desde logo, como lá na época retratada por Marx, ao organizar-se os proletários em um programa e projeto socialista, não faltarão empresários capitalistas que gritaram, como lá atrás empenhavam, em alto e claro tom, que a agitação provocada pelo partido operário em perspectiva de fortalecer e unificar a luta política proletária pelas horas operárias de trabalho relativas, os fabricantes urravam, insistentemente, que a malta dos trabalhadores estará fazendo petições na esperança de receber um salário de mais horas por menos horas de efetivo trabalho: e isso virá novamente enquanto um discurso ideológico contra a organização da luta de classes.

De modo que ante uma associação proletária, em seus necessários termos, sem titubear, tornará ante este ato patronal a acusação dos empresários parcialmente verdadeira, os marxistas não formais, não ocidentais estrito democratas reformistas, estarão, como lá atrás na Europa, quando da ação da Liga dos Comunistas, e, depois, na Rússia, na ação imprimida pelos bolcheviques, adotando uma tática em apoio de sua estratégia que atuará para organizar os operários para enxergarem, combaterem e impedirem que seja invertida a verdade, que sim, lutam por isso, mas não em termos pejorativos, ao contrário, os operários só solicitam o que lhes é de propriedade, exigem a totalidade do valor que produzem em suas jornadas de trabalho.

Ao passo de que os patrões atuarão, e com o apoio de toda a brutal e parlamentar formal força do Estado, inclusive de seu Poder Judiciário, novamente para pretender voltar a pagar, como lá no século XIX, em procura de ampliação da exploração operária, procurando pagar um salário o quanto menor possível aos trabalhadores:

Um salário de 10 horas por 12 a 15 horas de disposição sobre as forças de trabalho<sup>165</sup>! Esse era o xis da questão, essa era a versão que os fabricantes apresentavam da Lei das 10 Horas! Eram os mesmos melífluos livre-cambistas, exalando amor à humanidade, que por 10 anos inteiros, durante a anti-corn law agitation [movimento contra a lei dos cereais], haviam assegurado aos trabalhadores, calculando até o último tostão, que com a livre importação de cereais e com os meios da indústria inglesa apenas 10 horas de trabalho seriam suficientes para enriquecer os capitalistas (Marx, 2013, p. 458).

### 6.2.3 Necessidades na organização da luta salarial proletária

Ante ao que tocamos, não mais que isso, do conteúdo de O Capital de Karl Marx, caso assentada uma organização operária por seus salários relativos, tendem essas reivindicações aproximarem uma luta já diretamente socialista, desencadeando uma consciência operária que pode vir apoiada pelas organizações e a imprensa política do partido proletário revolucionário.

E os resultados dessas ações operárias em luta por seu salário relativo em nada reunirão desdobramentos inéditos. A tendência dessa organização em luta salarial operária não corporativa e sindical tradicional, será uma própria retomada daquela orientação que Marx registrou muito bem em O Capital:

Os trabalhadores haviam, até então, oferecido uma resistência passiva, ainda que inflexível e diariamente renovada. Eles protestavam, agora, em ameaçadores comícios em Lancashire e Yorkshire. A suposta Lei das 10 Horas era, para eles, mera impostura, uma trapaça parlamentar, e jamais teria existido! Os inspetores de fábricas alertaram urgentemente o governo de que o antagonismo de classes chegara a um grau de tensão inacreditável (Marx, 2013, p. 458-459).

Essas condições desdobradas, de uma organização operária em desenvolvimento consciente, em um processo de reivindicações objetivas e político-subjetivas, reivindicações mínimas e máximas, com capacidades associativas ao proletariado, em formas desdobradas, assentam e podem atingir um grau de contradição ao ponto de estabelecer-se enquanto canto fúnebre ao sistema burguês de produção, em nutrição e alimentação da luta de classes caracterizada pela teoria da revolução permanente de Marx.

O que parece orientado em Marx, numa condição de direta e crescente organização operária, a burguesia tenderá se perceber acuada e impotente. Em um tal contexto, se incompleto e ou até por demais mantido no parcial, parcial não apenas em termos da própria crise, o grau da crise capitalista em si, mas se a classe operária não reúna-se ali suficientemente organizada.

Assim parece que devemos nos indagar sobre o tema da crise capitalista e da organização proletária nos importar ou não, nessas já aqui quase considerações finais.

Em primeiro lugar, o conteúdo de crise capitalista corrobora ao entendimento dos sentidos que Marx estabeleceu para a revolução permanente: o proletariado tensionar em tática e estratégia contrárias e opostas ao que será procurado pela burguesia, pela consciência pequeno burguesa e também pelas organizações democratas reformistas, os democratas vermelhos de hoje, tentáculos clássicos em perspectiva da pacificação da tensão advinda da luta de classes.

E um movimento revolucionário que considera e procura movimentar o programa de luta permanente contra os conservadores precisa complicar e impedir que a burguesia possa manobrar e relacionar as tensões de crises locais e as crises de alcance mundial.

E isso parece se encaminhar pelas próprias estruturas táticas e estratégias em movimento concreto-dialético da revolução permanente marxiana, conforme orientado por Marx e Engels no Manifesto do Comitê central aos membros da Liga dos Comunistas de 1850, relacionando aquele conteúdo ao tudo que se procurou assentar nas lutas revolucionárias alcançadas em torno do ano de 1848, em conduções comunistas exercitadas em diversas relações e condicionantes distintos na procura de organização das perspectivas que vinham abertas na Europa e exigiam-se fossem aprofundadas, no risco de se vir desviar do caminho solidamente pavimentado, quando e onde, ante as derrotas dos anseios dos trabalhadores, o Manifesto da Liga dos Comunistas, ao contrário de meias culpas, acusações para os determinantes das derrotas, reafirmava e reforçava os fundamentos e o caminho militante orientado na teoria da revolução em permanência enquanto meios de superação dos ideários formulados e procurados pelos estritos democratas reformistas, sustentando a luta política operária autônoma e independente enquanto o caminho para a revolução proletária mundial, em um espiral que assenta e avança "até que os principais e decisivos meios de produção da sociedade encontre-se sob total controle dos trabalhadores" (Marx e Engels, 1850).

E os dados históricos de movimentação comunista ao longo do século XIX, os próprios fundamentos filosóficos e científicos clássicos marxianos estabelecidos na formulação da teoria da revolução permanente, estabelecem orientações imprescindíveis para uma organização dos trabalhadores operários, e não parece o seu programa abrir espaços para dúvidas sobre uma indesejável necessidade de organização revolucionária da classe proletária, mesmo quando o horizonte de um levante operário se encontra dependente de um possível e provável longo percurso, em que, ao contrário de alianças duradouras com os socialistas estrito democratas, deve-se trabalhar (incansavelmente) nas diferentes instâncias e níveis de organização dos trabalhadores, por meio de das influências dos quadros militantes do partido

comunista operário, assentando, e movendo uma maior distância possível da consciência proletária em detrimento aos estritos ideários reformistas.

Nesse passo, é preciso preparar os quadros socialistas em termos das primeiras e básicas necessárias rupturas com o marxismo vulgar. Passos primários, em mínimas práticas de disciplina que exigem o básico discernimento do programa operário revolucionário marxiano e o afastamento desta concepção clássica comunista dos diversos ideários progressistas e conservadores de esquerda que corroboram ao frear do processo de organização proletária em preparação das condições necessárias aos câmbios sociais decisivos para uma revolução socialista.

E conjugar e assumir estes fundamentos clássicos exigem o envolvimento em um programa e organização que consiga apoiar em aproximação e condução de tantas tarefas colocadas no caminho da jornada de emancipação proletária, e, uma dessas tarefas, sem dúvidas, reúne conseguir vir incidir o movimento propiciar condições de arraste aos camponeses.

Este movimento exige a construção de formas de reduzir as influências das perspectivas circunscritas em práticas destencionadoras dos conflitos de classes, harmônica artificial dirigida entre as fileiras dos trabalhadores operários e camponeses, ideários embora aparentemente de esquerda, interessam aos interesses mesquinhos das classes dominantes, de suas frações e elites sociais, seus ideólogos, dentre esses, os grupos e intelectuais marxistas ocidentais estrito democratas: soldados de junções em perspectivas de controle da pressão, pressão que tanto faz fluir os piores pesadelos aos capitalistas de ontem e de hoje: os trabalhadores virem em sua direção organizados e em partido revolucionário.

E em os democratas e todo tipo de reformismo superados, em um pesadelo preparado, em meio a tempestade perfeita, é preciso evitar que os bravos camponeses venham somar fileiras aos agrupamentos dos grandes proprietários de terras que estarão fortemente armados reunidos com a burguesia e o seu Estado policial e sanguinário, amparados nas leis de seus parlamentos estrito democratas, das forças armadas, oficiais e secretas, corpos de milícias e grupos terroristas, com uso de toda a tecnologia bélica que conseguir reunir dentre os ainda chamados Estados nação, repúblicas

capitalistas que se uniram em exércitos brancos para impor a guerra civil contra os levantes e a própria experiência socialista proletária em caso de seu novo andamento pelo mundo.

E, considerando que essa guerra civil inevitável não se mostrará algo discreto, devem as necessidades de seu enfrentamento e derrota das fortes forças sob mãos da burguesia virem seriamente tomados em conta.

De modo que se colocar em perspectiva revolucionária socialista de superação do capitalismo, ainda que com a certeza da necessária liderança do operário clássico, a vitória sobre a burguesia dificilmente se dará sem um enlace profundo com os trabalhadores camponeses.

E, considerando as clássicas condições que forçam e tendem dirigir os trabalhadores camponeses, não se mostra a tarefa de arraste operário algo como que simples.

Como se expôs aqui neste quinto capítulo de tese, as condições de exploração operária são bastante específicas, e não se encontram essas condições e condicionantes acessíveis para a classe operária, no caso do trabalhador agricultor camponês proprietário parceleiro.

Assim, considerando que para as táticas e estratégias em uma organização proletária se mostrarem capazes de enfrentar e derrotar os carneiros servis da burguesia, para que o peso da crise de superprodução e queda da taxa de lucro dos capitalistas não venha lançado nas costas dos trabalhadores, urbanos e rurais, se coloca enquanto um tema de maior importância o problema: o como se pode erguer e sustentar uma organização proletária para se forçar queda ao capitalismo; e, nisso, como seria ou não possível um envolvimento consequente, operário-camponês, decisivo em que o primeiro associe e dirija o segundo, num horizonte necessário para a vitória em uma revolução proletária.

Bem, como se pôde testemunhar na França das Luzes, lá naquele processo se registrou duas faces dentre os camponeses. Uma ala avançada, que se uniu aos operários urbanos e foram derrotados juntamente com a perspectiva operária de ruptura violenta da sociedade burguesa na França. E, se realmente o que Marx aludiu em O 18 Brumário registram e comprovam os limites postos aos pequenos proprietários rurais parceleiros, conforme mostramos ao longo da presente tese, ao longo de seus cinco e indissociáveis

capítulos, uma latente atuação revolucionária de uma pequena parte dos camponeses franceses em meados do século XIX não poderia vir estritamente explicada em termos da organização no campo.

Essa possibilidade na França do século XIX se fazia latente devido sobretudo depender que alguma parte, a maior possível, dentre os camponeses, conseguissem enxergar e se guiar não por seus próprios nervos, não pelo seu passado, não pela pobre herança cultural, não por condições de sua livre escolha, mas sim por meio de contato e aprofundamento com nervos superiores, nervos operários, operários organizados em partido.

Uma relação dependente, na qual pudessem os camponeses assumirem e representarem uma consciência revolucionária dos operários que afastassem os camponeses dos estamentos médios, estamentos rurais que os aprisionam em razão de uma brutal força conservadora.

E a mostra histórica e clássica explicada por Karl Marx em O 18 Brumário monta e demanda razão ao próprio trilho difícil pelo qual os pequenos proprietários parcelheiros não podem sozinhos superar o seu destino natural e rural. Parecem precisar vir arrastados, envolvidos e acompanhando a organização operária urbana já em luta revolucionária com a burguesia pelo poder.

E dada a exposição que trazemos desde o primeiro capítulo desta tese, em Marx, não se pode estabelecer aos agrupamentos camponeses isolados (seja como se deu na França das luzes, ou em qualquer outro lugar ou tempo histórico) uma capacidade autônoma de se colocarem em consciência revolucionária: ao menos se o objetivo reúna alcançar uma organização e prática proletária revolucionária efetiva.

Caso não seja este o programa proletário procurado, qualquer alusão outra pode vir relacionada, como os planos dos autores marxistas ocidentais estrito democratas reformistas. Atores os quais, em todo caso, insistirão em atuar enquanto técnicos hidráulicos especialistas em válvulas de distensão da pressão sob o capital.

Mas, por nossa parte, entendemos que se deve, sob custos altíssimos, evitar o todo reacionário que se deu na França em meados do século XIX, e que inclusive corroborou para a derrota proletária em 1848, ante um

insuficiente poder de arraste da classe operária em relação com os trabalhadores camponeses.

Entretanto, os trabalhadores parceiros proprietários não aproximam essa condição por si só, direta e independentemente, através de seus próprios nervos e como que autônomos de uma organização operária e urbana.

É importante relacionar e entender que, possíveis camponeses franceses, em número ínfimo e insuficientes, tenham também sido mortos ou expulsos da França das Luzes junto com os operários em luta revolucionária vitimada em 1848, só assim conseguiram se portar, em tamanha distinção ao clássico e aplacante destino camponês, aqueles camponeses que perceberam no caminho operário urbano as fileiras em que precisavam e deveriam militar e somar aos combates revolucionários de trincheira, na cidade e no campo, no campo, sim, até escondendo-se nas montanhas (como redigiu Marx em O 18 Brumário), vindo romper com os ventos agrários e abandonando de uma vez por todas suas ferramentas primitivas, suas ideias já pretéritas de um passado empoeirado pautado em propriedade rural parceira.

Ao passo de que uma guia de orientação ao engajamento revolucionário advém da organização operária urbana, da teoria da revolução permanente de Marx posta em andamento, como orientado pelo programa e pela organização desempenhada na tese orientada pela Liga dos Comunistas, uma trajetória que ali, ainda que não pouco difícil, bastante complicada, encontrava-se também procurada ali na França das Luzes e em parte da Europa enquanto o espectro comunista que ameaçava a burguesia em todos os seus domínios.

Isto considerado, o desenvolvimento aproximado nos cinco capítulos de nossa tese estabelece que, absolutamente sustentável em Marx, só por meio duma organização importante do projeto operário revolucionário urbano se pode permitir uma camada (a maior possível) dos camponeses venha então seguir a classe operária em luta com a burguesia.

Ou seja, em modo algum os nervos atrofiados das condições anacrônicas resultantes da produção isolada dos pequenos proprietários rurais parceiros podem elevar autonomamente, em grau que seja, as limitadas consciências para que uma parte dos camponeses se coloque em enlace numa luta proletária revolucionária.

Em suma, aquela derrota do movimento operário revolucionário francês, inclusive o extermínio de uma possível ínfima parte avançada do campesinato da época, em julho 1848, que possa ali já ter aproximando-se ao proletariado urbano em luta, uma posição certamente afastada das lutas da grande massa campesina na época, então condicionada e guiada por nervos rurais, pensamentos antigos, ultrapassados e reacionários dos grandes proprietários de terras, concorrendo ali grande parte do campesinato tenha marchado em apoio aos mesquinhos anseios dos patrões do campo.

E, desse modo, representando a classe dominante reacionária, na França das Luzes os camponeses pequenos proprietários parceleiros vieram oferecer a base popular necessária para o duro golpe implementado por Bonaparte em 02 de dezembro de 1851: certo modo permitido e preciso aos planos adaptados em modo anômalo alternativo ao projeto societário da burguesia francesa.

E isso se deu assim porque a estrutura de produção apartada, isolada, rural e primitiva impede aos camponeses acessar com autonomia uma capacidade de consciência que só pode surgir se aproximada a partir da forma superior de produção associativa percebida estritamente dentre a classe operária urbana.

E, isto posto, ante a colossal condição de isolamento produtivo rural, que confirmamos os dominar, se determina com isso aos proprietários rurais parceleiros uma toda limitada consciência. Uma condição que se mostra insuficiente para uma direta inserção e exposição campesina nas contradições operadas e movidas na produção econômica capitalista.

Um metabolismo que se estrutura, move-se e se mantém em sua estrutura de exploração assalariada operária, um modo completamente distinto ao que cerca a realidade do trabalho dos camponeses.

De modo que reúnem essas as próprias condições específicas e distintas que levaram Marx definir os destinos dos campesinos enquanto dependente, em verdade dependentes, no plural: o trabalhador do campo tende se colocar como um absoluto paciente. ou seja, dependente de uma das três classes sociais. Com o maior risco inclusive de a orientação e guia vir instruída pela classe dos grandes proprietários de terras, até devido a própria aparente semelhança em suas distintas estruturas econômico-produtivas. Uma,

abastada, e realmente proprietária, enquanto classe dominante rural. E, no risco de receber guia da primeira, a outra, a camada rural flutuante, a massa presente nas camadas médias e pequenos proprietários parceleiros em crescente ruína, que tendem enxergar no patrão do campo seu natural e aliado ente de classe.

E o inverso dessa tendência campestre, o distinto campestre que defendemos constar implícito no conteúdo de O 18 brumário, como chamamos atenção no capítulo anterior, essa personalidade superior só se instala, só existirá, caso realmente a relação com a classe operária vier desdobrada de uma organização suficientemente guiado pelo legítimo partido operário urbano, não se tratando de qualquer relação, qualquer tipo de associação: é preciso que se manifeste uma organização operária nos termos da revolução permanente de Marx.

E desde o porquê, como encontra-se registrado, definido no livro I de O capital, em seu capítulo XXIV (Marx, 2013, p. 1014), a classe operária é a única classe revolucionária, as demais classes, incluso os agrupamentos camponeses, caso os agrupamentos de trabalhadores camponeses se sigam em formas de flutuações conservadoras, reúnem, todas, absolutamente todas classes e camadas reacionárias.

E Marx se refere em O Capital, por outro lado, completamente distinto, o a classe operária, o trabalhador operário assalariado, enquanto o ente em partido organizado já do futuro, o ente que em seu andamento revolucionário liberta em por vir toda a sociedade do jugo burguês e dos trapilhos reacionários insistentes.

E essas questões não pequenas se colocam fundamentais aqui. Uma vez que a propriedade rural de tipo parceleira e a peculiar forma e conteúdo impressos na produção agrícola isolada, conforme alocada na vida apartada dos pequenos campestres, se encontra já desde muito tempo instalada e mais que presa nas poeiras do passado.

A realidade material e econômica capitalista tornou e colocou absolutamente no passado o sonho camponês agricultor: não mais que um sonho delirante lumpen proletariado.

E essas determinações societárias superiores colocam no passado o modo de pensamento arcaico dos pequenos proprietários camponeses

parceiros: disso resulta em verdade seus choques com a burguesia, não um choque em frente, mas uma luta para se recuar ao passado.

Ou seja, se a produção parceira relacionava sua utilidade social no feudalismo (ante aquela forma ultrapassada de organização da economia), ou transição ao capitalismo no controle das próprias forças rurais abastadas sobreviventes dos velhos tempos, ao que os pequenos proprietários passam solicitar condições que não poderiam requerer nos idos tempos da tradição e da resiliência do servo da gleba, no capitalismo, o modo de produção que destruiu e revolucionou por completo a produção feudal, acaba por colocar na poeira da história a produção rural parceira, produção isolada essa que se segue desde então sem maiores alterações nas formas e meios simples na exploração agrária parceira, com destaque negando quase que por completo as necessidades de adoção das tecnologias e fórmulas científicas aplicadas na produção agrária de larga escala pela burguesia mundial, conforme ditadas, aplicadas e guiadas pelo próprio metabolismo inerente ao capital.

E é sobretudo disso, deste brutal distanciamento tecnológico, social e produtivo, que resulta os descontentamentos camponeses com o capital e sua peculiar e superior forma de seguir revolucionando a produção econômica no campo.

E, isto posto, Marx concebia claramente a distinção das duas e diferentes formas de produção: a assalariada; e, doutro lado, a produção restante, empoeirada e sobrevivente dos trapos feudais atacados pela burguesia.

Em suma, de um lado, operários assalariados urbanos e completamente entregues a forma superior de produção econômica capitalista burguesa. E, do outro lado, mundos os separando, os pequenos proprietários camponeses parceiros, com seus ideários e atos diários insistentes e perpétuos numa procura por organização obreira rural isolada e baseada numa produção dependente do sol, da chuva e sobretudo das determinações de valor ditados pela própria produção mecanizada e hoje até informatizada nas vastas terras cultivadas e exploradas em alta escala pelos grandes proprietários de terras, em um legitimado princípio produtivo burguês.

E é absolutamente devido essa distinção e estruturas produtivas últimas, completamente sob as mãos dos grandes proprietários de terras, que torna

apenas um bonito sonho o pequeno proprietário parceleiro desejar disputar com tanta paixão o valor de sua produção isolada com as magnitudes advindas nos macros resultados econômicos superiores que resultam e ditam o valor alcançados pela produção agrícola baseada em alta tecnologia e produção em larga escala, em escala capitalista: com aplicação de tecnologias fantasticamente avançadas; com o uso e crescente desenvolvimento de megamáquinas quase autônomas; o trato da terra e organização do seu manejo absolutamente superior e crescente em termos científicos; estando também previsto e garantido a capacidade de armazenamento e vias para o escoamento das colheitas agrícolas por modos e meios todo de propriedade (ou, minimamente, completamente sobre as mãos e ordens dos senhores do campo, através do Estado); possibilitando essa organização societária e econômica uma super produção que colocam os produtos da pequena propriedade quase precificados em patamares que mal permitem a magra sobrevivência do camponês proprietário parceleiro.

E devido a isso, como temos trazido posição em crítica, mostra-se carente relacionar e entender os resultados relativos envolvidos e desdobrados nessa relação de produção rural desigual, sobretudo obedecendo uma outra e sequente produção de valor fabril não determinada pela produção campesina isolada e parceleira, como pode inicialmente parecer aos marxistas ocidentais, distantes da clássica teoria marxiana.

Ao contrário do que pensam os ideários marxistas ocidentais, os proprietários parceleiros recebem os seus pagamentos baseados na média da produção agrícola regional e mundial: recebendo apenas o exato, o ajustado e devido real valor que os produtos agrícolas que produzem alcançam na regra capitalista de produção dos víveres, nem mais nem menos: recebem o quinhão que lhes cabe, e que lhes mantém em absoluta miséria, muitas das vezes essa sua condição disfarçada por meio dos contratos e alienações da sua pequena propriedade já entregue em garantia dos empréstimos contínuos e sempre renovados junto aos bancos oficiais e ou privados.

E, tais condições e condicionantes reúnem as próprias mostras inequívocas de suas ruínas evidenciadas, presumidas. Pelo que precisam, os campesinos produzem também um mínimo que lhes permitam quitar os juros dos contratos assinados junto aos bancos.

Em tudo, essas são as razões, entre outras, que definem ao pequeno proprietário parceleiro a sua parca e frágil exposição as contradições capitalistas. E, nisso, ainda todo empoeirado o camponês, com pouca, nenhuma e ou até por meio duma equivocada relação reformista na sociedade, pode se situar associado e aliado a aquela mera esquerda eleitoral e democrática, conforme assentado no e pelo marxismo ocidental.

O que pode acabar ocasionando, como tem levado, por conduzir o pequeno proprietário parceleiro camponês (inutilmente) vir reclamar um valor maior do que realmente vale sua produção campesina isolada.

E esses reúnem os limites (inexoráveis) de consciência que levaram Marx sustentar, sem espaços para contestações, que, de todas as classes, como também todos os segmentos de classes, apenas o genuíno proletariado se constitui enquanto uma classe legitimamente revolucionária. Conforme registrado no conteúdo clássico do Manifesto Comunista, citado no seu livro *O capital*, as demais classes degeneram e desaparecem com a grande indústria. O proletariado, por sua vez, resulta seu produto mais genuíno e revolucionário: "As camadas médias, pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses, combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias [...] são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História" (Marx; Engels, Manifesto Comunista, op.cit., p. 51, 49, *apud* Karl Marx, 2013, p. 1014).

E conforme temos aqui exposto, mostra-se disso o porquê o conflito de classes que Marx se refere em sua teoria da revolução permanente, um combate violento, revolucionário, se dá e pode se mover apenas entre as classes sociais, não pode vir instaurado e ou muito menos vir orientado/sustentado em pautas e anseios de segmentos de classes, ainda que reconhecidamente legitimamente pobres e indiscutivelmente assentados em parcelas mais gerais da própria classe trabalhadora, a exemplo dos campesinos.

Para Marx, as guias de aproximação, associação e enlace revolucionária dentre o proletariado em geral inclusive só podem vir de forma externa a essas camadas, de fora, ou seja, como orientado no Manifesto Comunista, os tomar e possibilitar-lhes capazes de reagir, enquanto segmentos, em virem de fora "arrastados ao movimento" (...) (Marx; Engels, 2001, p. 23).

E entender essa séria questão exige aproximar e definir o que é afinal a luta operária. Se esta é distinta e superior aos parcos alcances dos nervos do passado que cativam e prendem a imensa força de luta impossibilitada de vir em prática autônoma nos camponeses, devido este seguir em condições de mera produção rural isolada, enfim: o que é e o como se aproximaria e se tensionamento que reúne a força da classe operária urbana e, se organizada, possa arrastar as necessárias e bravas massas camponesas?

Exige-se, de partida, ao menos se reconhecer e absolutamente precisar a distinção já aludida. E, a partir do dado posto, bem entendido, se partir em aproximar das questões críticas em uma luta revolucionária, no que relaciona as condições e tarefas atribuídas a cada uma das duas principais forças proletárias: a classe operária urbana organizada em partido; e, noutras condições, uma parte proletária externa ao ente operário, dependente, não autônoma: as massas camponesas e sua exposição peculiar e particular na produção econômica burguesa.

Essa definição e conjugação social reúne a chave e mesmo a razão decisiva numa possível organização dessas duas forças absolutamente necessárias para a edificação de uma revolução proletária que realmente aproxime e finalmente conquiste a sociedade comunista.

E, como se sabe, em Marx, diferente do que construiu ideia o marxismo ocidental, a revolução permanente só pode vir aproximada e disposta em movimento, em uma totalização dependente, caso se extermine por completo todas e quaisquer fronteiras que dificultem o radical rompimento com os meios e formas da produção econômica capitalista, conforme garantido pelo estado burguês e formalmente adotado em suas repúblicas capitalistas.

De modo que, caso tais condições não venham aproximadas, mesmo seja guiada qualquer tipo ou forma de revolução proletária isolada, tenderá tal experiência, cedo ou tarde, vir derrotada pelas próprias forças produtivas não expropriadas e ainda em mãos dos Estados capitalistas dominantes: como aliás até a própria história positiva nos mostra.

Assim, é necessário desde logo desconstruir os arrastes de desmobilização praticados assumidamente pelo marxismo ocidental, assumidos em suas práticas mais nefastas, não apenas em seus discursos ou penitências admitidas.

Em paralelo, construir e apresentar um programa de reivindicações proletárias que aproxime, longe que esteja, uma saída de ruptura violenta mundialmente organizada por trabalhadores revolucionários em todos os países e regiões do planeta: só assim se colocará, e ainda em termos ainda iniciais o real processo da revolução permanente de Marx.

Nesse trilho, distante que se esteja, não desconsideramos o dado, é preciso reconhecer que isso só se obterá por meio de tomadas do poder, poder econômico, político e o total controle das forças armadas ainda nas mãos da burguesia: em termos de se encaminhar e determinar a morte do capital e o também completo aniquilamento do seu Estado Burguês, estrutura administrativa, política, burocrática e sobretudo policial que visa atacar aos trabalhadores organizados.

Isso exige aproximar em domínio o conteúdo e não apenas os meros contornos de crises capitalistas, particularmente a crise geral, e a distinguir de crises menores, circulares e presas aos quadrantes mais isolados de países e regiões econômicas mundiais. Trotsky (2005), aludindo a crise de 1929 e as suas consequências, anotou no Programa de Transição (um programa reconhecido e atribuído ao programa da IV Internacional) as reivindicações transitórias, as escalas móveis, escalas móveis de horas de trabalho e escalas móveis de salários.

Observamos que o citado programa não se apresenta e ou move-se em modo como o marxismo ocidental e estrito democrata pensa e orienta: em uma torta e equivocada organização dos trabalhadores, que são orientados por lutar apenas defensivamente. Em uma forma de organização de tipo e conteúdo absolutamente reformista, em tipo de uma simples alto defesa.

Em tese pensada e proposta pelo marxismo ocidental estrito democrata, o ente contemporâneo absoluto, como o próprio Deus, propondo-se interessado em sustentar (sobretudo por meio de seus sindicatos burocráticos e partidos eleitorais) uma espécie de escala não móvel e altamente conservadora, atuando e apoiando com tais teses e práticas ao oposto da organização operária e proletária, permitindo se mover a escala salarial para baixo, por meio de um pelego aceite de ajustes salariais equitativos apresentados aos trabalhadores enquanto necessários, ditos como passageiros, até que se ultrapasse a crise.

E é absolutamente necessário entender os termos e sobretudo os sentidos do marxismo ocidental estrito democrata e reformista assim agir e orientar, em fundamentação do sindicalismo burocrata-cooperativo burguês, o sentido procurado não é outro: até que o capital transite na crise.

E conforme se depreende disso, reunindo uma triste e má explicada estratégia de organização dos trabalhadores. De modo geral, o marxismo em comum, o marxismo ocidental, procurando se servir enquanto correia e administrador das tensões entre o trabalho operário e o capital, orienta aos trabalhadores uma mera adaptação, em irrestrita tentativa de resolução tragicômica da dinâmica tensionada em uma crise seja local ou geral.

E para aqui não fixarmos as questões críticas em observações apenas de Trotsky, alteremos a nossa fonte, trazendo outra orientação ainda, a qual também nos parece aqui relevante: novamente o próprio Karl Marx.

Mas, ainda antes de reaproximarmos o modo como pensou Marx esses termos, estabelecemos que é importante entender que Trotsky, embora tenha redigido um considerado pequeno livro, escreveu termos absolutamente programáticos, conforme o conteúdo em exposição do plano de transição, mostrado em forma de uma pequena brochura, mais que acessível e absolutamente exequível em propaganda por qualquer organização proletária, desde que séria. E naquele seu pequeno livro, Trotsky ali apenas propõe a prática dos termos científicos já de muito explicitados por Marx.

Pois vejamos que Marx, tanto na Liga dos Comunistas como depois na I Associação Internacional de Trabalhadores, ao mesmo passo que ele elogiava os traços iniciais dos trabalhadores europeus, como na própria luta pela redução da jornada de trabalho, uma vez que aquela bandeira ali ampliava a capacidade de organização operária, inicialmente um aprimoramento ainda local, mesmo que bastante limitado, Marx orientava por encaminhamentos que pudessem aproximar outras e superiores reivindicações, no quesito emprego e salário, as quais não se mostrassem paliativas, locais e dispersas, sobretudo adaptáveis ao metabolismo capitalista e as suas crises.

Marx enxergava e orientava para um desenvolvimento das lutas operárias de modo que realmente essas conduzam e mesmo se elevem em reivindicações de choque incontornável com o próprio capital.

E naquele contexto do século XIX que ainda precisava receber um sério desenvolvimento em aprimoramento das bandeiras de lutas operárias, Marx, em seu livro *O Capital* (2013), mostra ele que a luta operária e a consequente redução da jornada de trabalho levou ali a burguesia desenvolver com impressionante aceleração formas e métodos de produção, ampliando a produtividade do trabalho (elevando a própria intensidade do trabalho, reduzindo a curva do trabalho necessário e ampliando a exploração operária alcançada pelo mais trabalho).

Ou seja, a burguesia buscava ali e com esta operação não apenas um aumento de seus lucros, mas também um aumento do seu controle sobre a classe trabalhadora, cada vez mais subordinada à dimensão do capital e sua tecnologia aplicada na produção.

E, apesar deste dado clássico, conforme temos insistido em crítica ao longo da presente tese, o marxismo em comum surfa como ninguém em eixos de simples manutenção de lutas periféricas, lutas por salários nominais, por reposições remuneratórias em malhas salariais concretas e frias: uma luta distante do calor infernal que tende emergir na luta de classes organizada pelo partido operário. O que, em desvio operado, traduzem todas as aquelas legítimas bandeiras proletárias, então assim presas aos concretos dos pactos do contrato social, enquanto lutas absolutamente administráveis aos gerentes do capital.

### **6.3 A luta pelo salário relativo operário e a revolução permanente proposta por Karl Marx**

Com base no exposto no item anterior, ante aos termos e dados científicos mostrados e detalhados por Marx em *O Capital*, colocam-se por terras rurais qualquer tese de aumento contínuo e sustentável ao salário dos trabalhadores operários.

Marx estabeleceu, quando tratou da lei geral da acumulação capitalista no item 4 do capítulo XXIII do livro I de *O Capital* (Marx, 2013), que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração

alta ou baixa, tende piorar. E essas condições metabólicas do sistema burguês de produção, prendem o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de "Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo" (Marx, 2013, p. 878).

E essas próprias inexoráveis características do capitalismo ocasionam uma acumulação de miséria por um lado, e, doutro, o imperioso crescimento do capital: "a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital" (Marx, 2013, p. 878).

Em O Capital Marx analisa a relação dos salários operários nos ciclos econômicos e as crises de emprego aos trabalhadores operários. E, coerente ao que já havia estabelecido neste tema, pelo menos vinte anos antes de finalizar o livro I de O Capital, Marx já afirmara e retomava ali suas concepções sobre salário e jornada de trabalho.

Em 1847, quando Marx já havia desenvolvido traços gerais consistentes de sua teoria impressa mais tarde, ainda ali por certo incompleta, Marx antecipava sua leitura acerca da noção fundamental de salários relativos, conforme aparecem nas formulações de Trabalho Assalariado e Capital, conforme expostas nos cursos dados por Marx em 1847, cursos voltados para quadros da Liga dos Comunistas (este conteúdo veio ao público apenas em 1848).

Embora essas suas exposições de 1847 tenham avançado até Marx finalmente expor sua teoria amadurecida (em 1867), ali Marx já havia formulado os traços centrais do que ele viria depois detalhar e melhor explorar teoricamente no seu livro O capital.

Um outro exemplo desse conteúdo antecipado em caráter formativo militante comunista encontra-se presente em cursos proferidos por Marx também em apresentação de suas teses na I Internacional no ano de 1865, oportunidade na qual Marx também divulgava os resultados de seus estudos sobre salário, preço e lucro, como já referido acima, posteriormente publicadas em seu livro O Capital em 1867.

Ante esses registros, é inegável que Marx pelo menos desde o ano de 1847, e, portanto, também, anos antes de escrever o seu livro O 18 Brumário, o filósofo já construía as diferenças entre as noções de salário real e salário

relativo, e quão distantes desta exposição se situa os trabalhadores proprietários rurais parceleiros: termos e contextos, limites, tão fundamentais para a organização de uma verdadeira organização da luta proletária revolucionária.

E sem o domínio dessas relações conceituais marxianas, pouco se entenderá do conteúdo de O 18 Brumário, suas relações claras com o texto do Manifesto Comunista, com a formulação orientada pelo Manifesto da Liga dos Comunistas de 1850, e, também, não se conseguem aproximar os termos e necessidades colocadas para a melhor manifestação das tensões políticas capazes de movimentar o programa da revolução permanente.

Para Marx, as duas primeiras formas de salário, salário concreto, salário real, reúnem e consistem suas formas simplesmente econômicas, não traduzem seus elementos econômico-políticos, desdobrados já na e do andamento, prolongamento, da própria jornada de trabalho operário.

E, de modo geral, fixam-se nessas características primárias os modos de organizações sobre prumos do marxismo ocidental reformista, seus sindicatos, seus comitês de fábrica, seus partidos de esquerda eleitorais, todos apegados ao progresso apaixonados por Teses e organizações proletárias pacíficas, em uma clara e nefasta ordenação estrito democrata reformista, representantes de uma militância em intento por equilíbrio das crises capitalistas, consideradas naturais, passageiras e sem maiores consequências ao programa do proletariado.

Essa leitura errônea resulta em condutas abomináveis em meras mobilizações proletárias em forma de correias de asseguramento do próprio capital: conforme manifestadas em práticas espalhadas em amplas correntes de sindicatos burocratas e partidos de esquerda estritamente eleitorais, os quais atuam meramente enquanto válvulas da pressão instalada pela luta de classes, de tudo isso segue em vazante, segue intocada e represada, forçando a pressão e complicando a própria medíocre tentativa do marxismo ocidental em administrar a crise de sustentação burguesa.

Mas, como temos aproximado até aqui no presente capítulo final de tese, a superior forma de luta salarial, a luta pelo salário relativo operário, observa, reúne e eleva condições em organização política proletária que consideram desde cedo com precisão e suficiência a classe operária enquanto

o próprio ente em movimento do programa da revolução marxiana em permanência.

E, também, ao máximo possível, por dificultado que se mostre e mesmo incline por certo tempo inicial impossibilitado um enlace conclusivo com os trabalhadores camponeses, procurar se encaminhar uma constituição de um segmento camponês conseqüente, arrastado, ante a presença necessária dum programa operário verdadeiramente revolucionário.

E nessa tarefa da classe proletária as diretas lutas pelas malhas de seu salário relativo elevam os nervos operários a percepção da contradição entre burguesia e proletariado enquanto termos e leis históricas incontornáveis, inconciliáveis, o antagonismo de classe inexorável marcado entre as duas classes superiores na sociedade capitalista.

Uma, representando o conservadorismo, o passado, a classe burguesa abastada dominante. E a outra, a classe operária, que representa a negação da sociedade burguesa e de seu Estado, na tarefa em construir a expropriação da propriedade privada dos meios de produção sob mãos dos capitalistas, em andamento de seu programa político em permanência, o qual enterra o passado, carrega o futuro e possui as condições inafastáveis para assentar e mover a dialética da história social universal.

Em andamento desse programa, a classe em avante verifica que na luta pelas malhas do seu salário relativo ela se envolve em pauta de direta participação na decisão sobre a riqueza que o trabalhador operário produz diária e continuamente.

E este conceito, o conceito de salário relativo operário se mostra em suas dimensões diretamente produtivas e político-organizativas conseqüentes, em uma mediada representação de classe: uma mediação fora dos alcances dos trabalhadores camponeses, ao menos enquanto esses se seguirem determinados na sua sombra proprietária rural, enquanto estamentos médios e parceiros, conforme abordamos e problematizamos.

Por seu turno, a estrutura e a movimentação da luta operária por seu salário relativo reúne e relaciona desde a dimensão do parcial e parco valor que é efetivamente apropriado pelo trabalhador operário, na forma de seu

salário real: a preocupação mais próxima dos trabalhadores ainda desorganizados.

Este apenas um valor nominal que lhe garante um mínimo de condições de subsistência enquanto força de trabalho passível de vir explorada pelo capital.

Fora deste limite, a luta pelas malhas do salário relativo operário não estacionam, conforme praticado no clássico sindicalismo burocrático reformista estrito democrata. A luta pelas malhas do salário relativo operário baseia-se e exige a totalidade da riqueza que o trabalhador operário produziu enquanto classe social e que foi apropriada pelo empresário capitalista.

De modo que a luta proletária pelo salário relativo reúne uma substância que envolve e já disputa o quantum real do próprio valor produzido pelo trabalhador e que é diariamente quitado de suas mãos em procura de mais-valia pelo empresário burguês: o que é operado por meio da apropriação dos frutos do mais trabalho.

Nessa luta pela substância do salário relativo à classe operária em andamento de seu programa político independente apreende que aquilo que fica de salário para si e o quantum de seu próprio trabalho segue gratuitamente para o patrão burguês é o próprio ato capitalista que lhe empobrece.

E ante esse segredo burguês, Marx nos explica que, embora o salário real possam até crescer, já no que pede ao salário relativo operário, esse exige, no que toca e encaminha em clássica apropriação empresarial indevida, em todo direito sustentado pelo Estado burguês e contratualmente baseada nas leis aprovadas no seu parlamento, garantir um regular processo de produção de valor, exploração do mais trabalho e apuração do mais valor, as fontes vitais da mais-valia, enquanto condições inexoráveis para a exploração dos trabalhadores, a própria e particular força estrutural metabólica do sistema burguês de produção: ato e tendência que concorre e determina, com força, a queda tendencial do salário relativo do operário.

Essa condição metabólica nos explica o porquê, apesar de o operário poder até ter uma vida superior a um lorde medieval, suas condições de existência se seguem altamente explorada pelo capital e lhes impondo uma miserável existência ante o que alcançaria, caso o valor que é expropriado diariamente de suas jornadas de trabalho seguissem mantidas sobre sua

propriedade e só dispostas em uma livre planificação associativa proletária que assegurassem aquelas dotações que aproximam o próprio bem estar social geral, um desenvolvimento material cultural e intelectual humano. Um consumo infundavelmente superior as pobres condições impostas aos proletários de todo o mundo pelo capitalismo, enquanto esses ainda se colocarem não emancipados da sociedade burguesa.

Assim, as condições da exploração operária no capitalismo coloca o trabalhador em condições bastante desfavoráveis e pobres em comparação as riquezas que a classe proletária produz continuamente e que, se produzidas, organizadas e distribuídas de modo associativo proletário, lhes permitiria um todo potente em termos econômico-cultural e estético superiores e que aproximaria uma legítima e verdadeira liberdade aos homens e mulheres: não existe liberdade enquanto parte de si é expropriada e torna-se propriedade nominal e relativa para outrem, no caso, riqueza expropriada e acumulada pelo patrão capitalista, urbano ou rural.

Aqui se exige extremo cuidado, para não cair-se na cantilena do suposto aumento do salário-mínimo nacional, tão explorado pelo marxismo vulgar, estrito democrata e reformista, defensores do simples sufrágio burguês e a manutenção interessada de sindicatos burocráticos e cooperativos com o patronato, o capital e o seu cão policial, o Estado opressor.

Nesse plano de concerto se tenta difundir como que se a ideia de luta por valorização do salário-mínimo fosse equivalente a redução da desigualdade. Aliás, o termo desigualdade, pura e simplesmente, não constitui qualquer conceito filosófico. Desigualdade onde, quando e em que condições metabólicas societárias? E, o mais importante, o como essa chamada desigualdade, na verdade condição igual e universal operária explorada pelo patrão burguês capitalista, não só se constitui igual, universal, mas se coloca em tudo inexorável: o como isso é possibilitado; isso seria como que falta de igualdade, falta de riqueza, ou expropriação da riqueza produzida?

E, mais, e mais importante ainda, o como se organiza e movimenta-se a classe operária para revolucionar todo o contraditório estado de coisas que instala, eleva e ainda assim segue vivendo da desigualdade, ou da igualdade: pois este é um dos temas mais caros para a burguesia, em seus lemas:

"igualdade, fraternidade e propriedade" (Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, 1789).

Em primeiro lugar, lutar por igualdade, uma suposta redução da desigualdade, não faz avançar sequer um centímetro no quadro da organização da luta de classes. Ao contrário, se faz igual ou até menos do que já opera a perspectiva liberal de conservação do capitalismo.

Mas, apesar destas questões, o marxismo ocidental estrito democrata e reformista segue tentando fazer o trabalhador confundir Estado com um suposto governo pró "bem-estar social", uma mera cria liberal emprestada, requentada e explorada pelos intelectuais do marxismo não comunista e não revolucionário.

E para se evitar que os operários sigam pagando no caminho iluminado pelo marxismo democrata reformista faz-se urgente retomar as teses de Karl Marx sobre o salário relativo.

E Karl Marx elaborou a noção de salário relativo e a colocou desde logo em manifesto junto da organização operária. O objetivo ali em torno do ano de 1848, na orientação comunista, aproximava ao dado inafastável de que, por trás da perda no salário relativo do operário, reside o outro dado inafastável, de que com isso cresce algo, e não algo qualquer, mas o próprio poder do capitalista que aparece, assim, em condições como que fantasmagóricas, condições falsas, ante ao operário, ao operário não suficientemente organizado, enquanto um corpo encoberto na escuridão, um espírito que vaga sobre os trabalhadores.

E rasgar a cortina que dificulta a luz sob a retina dos trabalhadores operários é bastante factível, e mesmo integra meio para se elevar as condições políticas subjetivas de formação das consciências capazes de virem conduzir o proletariado compreender o que se passa por baixo dos panos da aparência burguesa e da exploração capitalista.

O assentamento de uma perspectiva proletária de luta que supere os termos legalistas e reformistas pautados na manutenção do salário real, em jornadas associadas e crescentes que tomem pauta as perdas cotidianas do salário relativo operário, exige uma fonte de aproximação de condições e consciências que virão recepcionadas pelo proletariado.

Contudo, caso a confusão entre salário real e relativo não venha superada, tende-se a seguir com a hoje nefasta aproximação dos operários com as medíocres ações dos sindicatos burocratas, em cumprimento da orientação do marxismo ocidental estrito democrata e reformista: conduzir reclames formais nos trabalhadores assim desorganizados.

Essa confusão reúne a perspectiva do marxismo vulgar e seus corpos sindicais e partidos de esquerda eleitoral, presos em lutas meramente nominais, isoladas e específicas, diferente e distante dos graus e níveis propostos por Marx e pela organização clássica comunista do século XIX para um preciso movimento político proletário.

O movimento proposto pelo pensamento marxiano e organizações clássicas comunistas se assenta e espalha-se em meio do processo que consiste na própria luta pelo salário relativo operário, em embargos por negação do livre acesso burguês aos fluídos vitais apurados do trabalho proletário prolongado e que segue em valor gratuitamente sugado pelas veias grossas do metabolismo vitalizante do processo societário capitalista burguês.

Nessa negação direta, neste bloqueio direto do oxigênio do metabolismo capitalista, em um todo que se desdobra e é alavancado em uma luta da classe operária pela totalidade de seu salário relativo, faz alcançar essas suas reivindicações uma luta já até socialista, ao menos de preparação dos operários para os seus primários passos nesse seu livre caminhar.

E como se denota, tocar os termos sobre a organização efetiva da classe operária é impossível o fazer surfando pelas paredes e cantos pelos quais instalou-se e se fixou o marxismo democrata reformista.

Ao passo que, diferente, na perspectiva da teoria da revolução permanente de Marx, desde logo, desde muito cedo, se exige passos firmes em direção ao exercício do programa em luta de classes real. Um programa pelo qual se aproxima uma crescente educação militante socialista entre os operários.

Uma organização e educação socialista em termos de os trabalhadores operários virem em seus próprios e independentes passos alcançarem a capacidade de reconhecerem, no capitalismo, ocorrer um drástico comprometimento dos seus salários relativos.

Caso isso não venha aproximado, a classe operária tendera permanecer (não organizada em termos da revolução permanente de Marx) em uma espécie de adormecimento. Um adormecimento que o marxismo ocidental estrito democrata reformista orienta e explora.

Nesse plano do marxismo ocidental estrito democrata reformista, seus lemas e práticas primeiro prepara o leito, embalando depois o sono da classe operária, por meio de lutas nominais e semi-primárias, colocando a classe no adormecimento político.

E, em um seu próprio processo de procura por pacificação, vai o marxismo vulgar com isso construindo as próprias bases e correias de sua aparente legitimidade: como que não fosse mais possível organizar a classe proletária nos termos clássicos de Marx (já discutimos isso antes em capítulos desta tese, não retomaremos os termos novamente).

E nada nessas doutrinas e guias soltas do marxismo ocidental estrito democrata reformista comum respondem ao que se desdobra efetivamente na realidade econômica convulsionada do capital: apenas a dissimulação sem limites é o que tem definido lemas que bloqueiam a superação da brutal falta de organização e uma retomada das lutas legitimamente operárias.

O que ocorre é que, já desde muito, não se organiza a classe operária como Marx mostrou ser absolutamente necessário. Em uma espécie de adormecimento embalado, as massas operárias ainda estão representadas presas por fios quase invisíveis por meio duma organização política com base em lutas por salário real ou concreto: quando, na carne proletária, a exploração capitalista se dá, se move e procura avançar por meio da exploração do salário relativo dos operários.

Entretanto o adormecimento não é permanente. Em geral este estado de aparente pacificidade pode se apresentar, em maior ou menor grau. Mas, ante certas circunstâncias diretamente presentes no trabalho operário, potencializadas e aprofundadas em meio da crise geral de sustentação burguesa, em certas condições em que as matérias e fórmulas do capital não conseguem mais escamotear-se, a neblina tende espalhar-se e tornar patente e factível que a classe operária enxergue novamente.

Mas para isso vir efetivamente em andamento é preciso organizar a classe operária em termos não vulgares. De modo que só a crise capitalista,

mesmo já em condição de plethora, não é o suficiente para os operários se levantarem. Esses precisam já virem no processo educados. O próprio trânsito de luta por seus salários relativos os prepara para enfrentar a plethora.

Esse caminho clássico reforça a importância da questão e os termos relacionados ao conceito de salário relativo enquanto estratégia proletária imprescindível.

A observação e defesa do salário relativo coloca desde cedo aos nervos dos operários uma ideia precisa sobre aumento e grau da exploração capitalista. Por refletir sobre a participação do trabalhador na totalidade da riqueza que o operário produz, enquanto classe, uma organização baseada no salário relativo permite se apontar diretamente para o problema instalado na exploração da jornada de trabalho do operário e o grau da magnitude de mais valia apropriada pelo patrão capitalista.

Com tais termos impressos em sua organização, em um sério programa operário guia permanente, assenta e move-se uma inicial e fundamental consciência junto da classe proletária. Em uma já tendência e potência que pode retirar a classe operária da condição embalada ao sono profundo pelo marxismo ocidental estrito democrata reformista.

Em oposição e direto rompimento com essa prática conservadora, em uma luta pelos seus salários relativos, totalmente diferente da orientação do marxismo vulgar, se permite apresentar o trabalhador ante si mesmo, ante o seu próprio produto social e associado: enquanto produtores de toda e qualquer riqueza econômica capitalista.

Sobre este tema, a própria Rosa Luxemburgo, quem tardou reconhecer o status superior presente na formulação política dos bolcheviques que recuperavam (com Lenin e Trotsky) o programa da revolução permanente marxiana, estabeleceu que:

(...) la lucha contra la caída del salario relativo, entraña la lucha contra el carácter de mercancía de la fuerza de trabajo, es decir contra la producción capitalista en su conjunto. La lucha contra la caída del salario relativo no es ya una lucha que se desenvuelva en el terreno de la economía mercantil sino un asalto revolucionario,

subversivo, contra la existencia de esta economía, es el movimiento socialista del proletariado<sup>86</sup>.

E o que se toma, se concentra e movimenta-se por meio do processo de organização do proletariado com base no salário relativo do trabalhador operário é o encaminhar da luta de classes em perspectivas amplas, por meio do que se instalam as bases mínimas e se aproxima e desenvolve um sério e decidido caminho de formação política revolucionária dos operários em defesa de seus salários e empregos. A luta do trabalhador operário por seu salário relativo não é uma simples forma, burocrática, tendo o salário real e concreto como bases de negociação errática com o patrão.

Ao contrário, reúne e desdobra, e em completa oposição ao burocratismo sindical, um programa ordenado por meio duma totalização crescente, internacionalmente articulada, de maneira a classe operária vir aproximar-se da legítima e independente forma do programa para a revolução proletária: por meio de teses e práticas reivindicativas que ergam e conduzam para uma fortaleza proletária que rume em ato diretamente negativo em total ruptura com o metabolismo burguês na produção econômica, determinando uma completa destruição das formas e meios da acumulação capitalista.

E essa condução política comunista na organização da classe operária se coloca mortal no caso de crise pletora geral que ameaça o capital. Em uma direta luta por seus salários relativos os operários emparedam aos burgueses em uma situação na qual esses não conseguem encontrar saídas, válvulas e ou propostas por reformas viáveis ante as necessidades inafastáveis do metabolismo capitalista.

Por outro lado, caso o esquema e programa de organização da classe proletária, pautado na luta pelo salário relativo, não seja assentado e movimentado, imposto ante aos interesses mesquinhos da burguesia e seus lacaios representantes, o monstruoso capital continuará se renovando, a despeito de qualquer ação crítica marxista, humanista, de afirmação de direitos universais, etc.: lutas que, mais legítimas que se mostrem, serão todas absorvidas e absolutamente frustradas pela aniquiladora estrutura societária capitalista.

---

<sup>86</sup> LUXEMBURGO, R. Introducción a la economía política. 1925: p.148.

Evitar o trilho fadado ao fracasso exige entender não bastar, portanto, apenas relacionar na ação de organização operária a necessidade básica de luta pela manutenção do salário relativo. É preciso implementar esta reivindicação enquanto já um programa prático organizativo universal da classe internacionalmente, que aproxime o programa maior do partido operário: a revolução proletária mundial.

E, para essa organização faz-se inafastável esclarecer-se junto aos operários e ao proletariado em geral, ao máximo possível, das forças sociais postas em disputa num sério conflito de tal natureza: de direta luta de classes.

Esse processo, desde que legitimamente organizado, movimentado, vai crescentemente permitindo ao operário desenvolver a sua capacidade de identificar e relacionar seu próprio trabalho então explorado na estrutura metabólica do capital. Uma própria instância societária que assenta, interrompe e ao mesmo tempo instala e potencializa ao máximo sua personalidade histórica.

Em um modo dialético negativo em que, nesse seu próprio movimento, enquanto classe, o partido operário se instala na luta operária com o fim certo de vir conduzir uma irrestrita eliminação das ruidosas leis imanentes do capital. Leis as quais, em percurso conservador, enquanto meras formas fantasmagóricas abstratas, insistirão ao longo do percurso revolucionário por intentar se sustentar e com isso procurar manter intocado o modo de produção capitalista.

Ante uma organização suficiente do proletariado todo os agrupamentos conservadores apareceram ante a classe operária já descobertos de seus mantos angelicais e se portando diretamente enquanto adversários de classe, defensores do sistema opressor, ainda que em variadas faces e complexos teoremas pacificadores da luta de classes empenhada pelos proletários.

Aplicado o programa político revolucionário operário, nos termos clássicos que Marx apresentava para a classe operária, em uma proposição crescente entre os proletários organizados para exigirem a divisão das horas totais de trabalho entre todos os operários e a manutenção dos empregos e salários; em um programa e educação política que mostra aos operários dos trabalhos e valores hoje desperdiçados por causa do desemprego, em face da

brutalidade e barbárie capitalista: todo um cenário comunista se reestabelecerá.

E isso se dimensiona e aproxima um contexto de direta luta socialista revolucionária, não fomentando-se programas de esquerdas eleitorais, governistas estrito democrata reformistas.

E, distante que isso hoje possa parecer, muito nesse trânsito desde logo pode vir recolocado: e assim se vir surpreender não apenas aos burgueses.

Mesmo porque, a barbárie burguesa é o sinal de que a produção econômica capitalista encontra-se ainda em seu estado de plethora não revolucionado pelos proletários. Os fatores desdobrados de uma crise geral capitalista em sua forma conservadora reúnem a estreita e aberta procura por tratamento dos termos que possam levar para um possível controle da crise por parte do Estado burguês. Ou seja, por meio de choques diversos, econômicos, de políticas avulsas de concerto (educacionais, sociais), em termos de encaminhar-se ao distensionamento da luta de classes latente e perigosa aos que possuem a propriedade dos meios de produção.

Até por isso tem sido tão estratégico ao Estado burguês as ações dos partidos estritamente democráticos de esquerda eleitoral, progressistas, socialistas vermelhos e, tão lógico, suas referências intelectuais e aquelas estruturas sindicais serviçais. Corpos e estruturas respaldados no marxismo vulgar, congregando personalidades cultas e instâncias políticas que atuam decisivamente para o adormecimento e a administração das crises cíclicas do capital.

É uma verdade absoluta que realmente é possível vir tentar-se tratar a crise capitalista. E, no caso, até e necessariamente com o importante apoio dos depositários socialistas progressistas, da esquerda eleitoral, dos estritos democratas reformistas.

Conduitas aliás exercidas por meio de políticas de cooptações operárias e campesinas, tomadas enquanto meras camadas guiadas para o palco eleitoral circular em declarada estratégia conclamada e pautada por pactuações entreguistas aos patrões, patrões urbanos e os proprietários das terras no meio rural.

Enquanto esquemas de arranjos democratas em meio da barbárie capitalista: a crise geral burguesa em plethora não encaminhada ao seu fim revolucionário pelo proletariado mundial.

Uma brutal manutenção do estado burguês sem fronteiras conduzido pela crise em plethora do capital em uma condição de absoluta barbárie. Barbárie que em parte alguma é resultado de um caos cultural ou humanista e muito menos derivada de termos democráticos supostamente fragilizados, como quer, dentre outros, sustentar Domênico Losurdo (2015).

A barbárie capitalista consiste, em verdade e ao contrário de representar qualquer fragilidade democrática, a mais absoluta consagração da democracia de classe burguesa, seu ato máximo em defesa do capitalismo a qualquer custo: reunindo um grave erro a interpretação de que o socialismo só será democrático, por vias democráticas, ou não será, como procurou sustentar Nicos Poulantzas (1980).

E até devido a tais acidentes, a própria condição democrática madura burguesa pode vir potencializada em sua barbárie ao máximo intento ideológico: passar por solução e enganar aos proletários em uma suposta participação republicana junto ao parlamento e executivos burgueses, pequenos burgueses e, de modo anômalo, até em ideias do passado, como em líderes e poderes populares despóticos: a América Latina é palco para essas cenas absurdas talvez como em nenhum outro território mundial.

Nesse risco de acidentes, tomemos as próprias e exatas referências de Karl Marx ao conceituar os acidentes que transcorrem-se ao longo da história, conforme redigido em carta dirigida a Kugelmann, datada de 17 de abril de 1871, conteúdo o qual nos permite aqui assentar da posição deste filósofo alemão acerca do papel das contingências no desenvolvimento histórico da luta de classes:

A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis. Seria, por outro lado, coisa muito mística se os `acidentes' não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais `acidentes', que incluem o `acidente'

do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento" (Carta para Kugelmann, 17 de abril de 1871, *apud* Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, 2002).

E nos parece que Marx e os passos do movimento comunista clássico orienta ao contrário dos trabalhadores esperarem pacientemente pela superação dos acidentes, como que se vendo presos numa espécie de limbo da história da luta de classes. Ante os acidentes, sempre que possível, se requer a superação do dado histórico ali posto: tomando e transformando a realidade dificultada em bloqueio e até mesmo catapultando de tais acidentes por meio de impulso.

Em condições tais, deve o proletariado ultrapassar os acidentes por meio de sua organização em programa político autônomo, clássico e universal, partindo da luta por seus salários relativos, mostrando aos intelectuais críticos que é sua própria e direta participação na produção da economia que lhes interessa disputar, não dirigir suas energias aos salões parlamentares, aos palácios da justiça burguesa e ou se perder em esperanças nos governos executivos do capital: instalações essas apenas simples baías de repouso da besta societária em agonia.

E essa luta pelo salário relativo é tão imperiosa que importa não apenas aos trabalhadores. Importa também aos capitalistas. A questão se situa e se diferencia, nos termos que pretendem esses últimos, ao procurarem manter o proletariado numa condição em expropriação continuada: de modo acalentado por meios e meras figuras de linguagem democrata estrito democrata reformista.

E existem duas figuras e ou personalidades aqui. Uma primeira, que não é figura de linguagem, que reúne a própria e imperiosa necessidade de a sociedade burguesa manter o modo e graus de exploração capitalista sob os operários e camponeses.

Essa perspectiva por conservação da realidade societária em termos limites de interesse do capital segue ditada pelos partidos liberais puros e também pelos tentáculos da esquerda eleitoral estrito democrata e reformista.

E esse próprio intento exige a segunda figura de simples linguagem vulgar. A linguagem crítico social que irá nisso se comprometer em defender e eleger a democracia, o sufrágio, os governos liberais, os mesmos governos

progressistas e de tipo vermelhos do passado e do presente enquanto os fins máximos que devam interessar aos trabalhadores.

E o resultado desde muito disso é reconhecido: o aprofundamento da barbárie, mediante sobretudo uma adoção do recurso da crítica à própria barbárie. Esta apresentada enquanto um mero jogo de linguagem pelo qual as condições próprias da barbárie viriam evitadas, como que afastadas, colocadas, então substituídas e até alterada sem determinação: em lugar da exploração capitalista, surgem os supostos remédios anunciados enquanto aproximáveis por meio de reformas de cunho sociais, políticas sociais e direitos universais, e, enquanto chave, claro, as políticas de um suposto desenvolvimento econômico e social harmônico, tendo por base de assento e expansão ideológica o próprio Estado burguês.

Mas, em que pese os inúmeros e dedicados esforços por salvar o velho capital, em seu leito de morte, a democracia em barbárie explícita já não consegue mais responder aos anseios das duas classes dominantes, e também aos anseios dos intelectuais do marxismo ocidental estritos democratas reformistas.

Entretanto, apesar das dificuldades aos conservadores e progressistas, esse pobre contexto só será quebrado definitivamente quando tomada a barbárie democrática, e essa então vir aprofundada pelos operários. Em que a própria democracia burguesa então virá assim completamente impedida de seguir enganando os proletários, não mais se pondo capaz de apresentar qualquer condição de movimentar a sua já parca condição de refrear o estado latente das energias sociais em luta de classes.

E esse contexto exige o enfrentamento da barbárie, da verdadeira barbárie, o: um enfrentamento que não a nega, não a desvia. Em verdade, ao contrário, identifica o proletariado no núcleo da questão central e determinante econômico material da barbárie societária capitalista.

E ante o proletariado então tomado no núcleo da barbárie, aprofundando seus alcances, ao requerer seu salário relativo das mãos dos patrões da cidade e do campo, os pensamentos e organizações liberais e estrito democratas reformistas se verão cada vez mais impedidos de responder e virem auxiliares da burguesia em perspectivas de contornar as tensões da luta de classes.

Nessa luta, onde a própria democracia se esgota pela barbárie que a encerra, nasce uma nova e legítima liberdade, inédita, a democracia da classe proletária, ditada e imposta sob a burguesia e as frações representantes de classe pequeno burgueses e os estrito democratas reformistas.

E, nessa inserção e luta, tendo os operários e camponeses organizados decididos por enfrentar a legítima e material barbárie democrática burguesa, por parte do proletariado, associado, em classe, restará precisarem enterrarem por completo a democracia burguesa e instalar o seu direto poder, a ditadura do proletariado.

Apenas num caminho assim difícil será possível, por meio duma competente organização da classe operária e do proletariado em geral, vir alcançadas as bases materiais, econômicas, militares e políticas, objetivas e subjetivas, forças capazes de constituir, mover e garantirem a estrutura dialética em um partido operário revolucionário, em direção, condução e instalação duma nova e superior sociedade, uma sociedade socialista e em direto caminho ao comunismo.

Essa uma sociedade comunista que não só manteria a atual capacidade produtiva da sociedade capitalista, ultrapassaria esse limite em muito e lançaria as bases reais para uma verdadeira liberdade aos homens e mulheres de todo o mundo: o comunismo enquanto emancipação proletária e fundação de uma sociedade do verdadeiro e máximo consumo.

Aliás, a única sociedade possível de vir baseada no consumo será a comunista. O que a burguesia alcançou, ainda que do muito que revolucionou as estruturas medievais, do que menos se pode chamar o capitalismo é de uma sociedade de consumo: ante tanta miséria e restrições impostas para aquela imensa parte de trabalhadores da população mundial.

Esses reunindo os próprios trabalhadores que produzem as mercadorias. Trabalhadores que, apesar de produzirem tudo neste mundo material capitalista, com seus próprios braços e cérebro, seu intelecto e sua particular cientificidade aplicada na produção das mercadorias, inclusive das máquinas e das tecnologias da informação aplicadas na automatização do fabrico das coisas no chão de fábrica, ou seja, em que pese reúna os operários o parteiro de toda e qualquer riqueza material e econômica na sociedade,

encontram-se os trabalhadores operários alijados de usufruir plenamente todo o fruto de seu labor.

Karl Marx, ao citar em uma nota de O Capital um panfleto de operários de fiação de algodão da região de Blackburn na Inglaterra, pelo qual lutavam ali pelo direito sobre suas jornadas de trabalho no ano de 1863, anota que, em um simples panfleto operário como aquele, se encontrava redigido um conteúdo em reclame público aos camaradas trabalhadores, reclamando pela requisição da divisão das horas de trabalho entre todos os com capacidade de trabalho, vejamos :

As vítimas do sobretrabalho sentem a injustiça tanto quanto aqueles por ele condenados à ociosidade forçada (condemned to forced idleness). Neste distrito, o trabalho a realizar é suficiente para ocupar parcialmente a todos, bastando que seja distribuído com equidade. Reivindicamos apenas um direito quando pleiteamos dos patrões que nos permitam trabalhar, de modo geral, apenas em períodos curtos, ao menos enquanto perdurar o atual estado de coisas, em vez de fazer uma parte dos operários trabalhar em excesso enquanto a outra, por falta de trabalho, é forçada a existir na dependência da caridade alheia (Reports of Insp. of Fact., 31st oct. 1863, p. 8. *apud* Karl Marx, 2013, p. 1427).

O citado panfleto faz referência a uma situação de crise econômica capitalista da época, influenciada por guerra na Criméia, dada a necessidade de envio de soldados para a guerra: soldados da classe operária para lutarem pela classe dominante.

A questão levantada no panfleto convidava ao necessário organizar dos trabalhadores. Em termos desses relacionarem e separarem dados econômicos e políticos, em especial, que a classe operária não pode admitir-se em união de pensamento com a ordenação dominante do empresário capitalista burguês.

As reivindicações dos operários irão desse modo colidir frontalmente com os termos metabólicos de interesse procurados pela empresa capitalista burguesa.

Em termos absolutamente políticos a reivindicação acima levada em panfleto era ali dirigida aos trabalhadores, não era um ofício sindical endereçado ao conselho da empresa e ou para a autoridade oficial do Estado

que regulava na época à exploração capitalista burguesa na Inglaterra – instituição que nos dias atuais equivaleria ao Ministério Público do Trabalho no Brasil (e como se pode denotar, um conteúdo político formativo em absoluto contraste ante as práticas cartorárias empenhadas pelo sindicalismo orientado pelo marxismo ocidental estrito democrata e reformista, siglas de esquerda eleitoral e seus organismos militantes).

O conteúdo da mensagem impressa no panfleto acaba, apesar do pouco que parecia solicitar, se inserindo diretamente nas linhas e segredos contábeis da empresa capitalista. E, por isso mesmo, se coloca enquanto uma pauta de reivindicação operária inalcançável aos planos dos conservadores.

Nesses próprios termos, o conteúdo do panfleto citado por Marx em O Capital carrega uma força associativa com a capacidade de se mostrar explosiva para a ordem capitalista mundial: caso venha este conteúdo expandido em prática militante, em ampliação de consciência no círculo do movimento operário local, regional e internacional. Em um movimento como esse, é importante tomar que para Marx, desde a passagem da seção da mais-valia em seu livro O Capital, ele nos mostra que o simples rebaixamento da fixação das horas de trabalho não serve para superar o capitalismo.

Karl Marx nos mostra que a classe operária precisa empenhar seu próprio e independente movimento, tendo enquanto reivindicação a divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores existentes e disponíveis, em relação aos proletários desempregados.

Caso isso não se manifeste, não se potencializará a disputa ante a já travada acumulação capitalista manifestada em uma crise circular e ou em preparação e aprofundamento da própria crise capitalista em estado de pletora.

E, assentemos, fora disso, se reproduzirá o sindicalismo pedante, interessado, que procura em tudo conciliar as contradições do capital e intentar com isso corroborar para o intento de socorrer o sistema econômico burguês em agonia.

Ao procurarem Lenin e Trotsky retomarem a necessidade do programa de transição socialista marxiano na Rússia, por meio sobretudo dos Sovietes, reuniu este próprio conteúdo acima que os bolcheviques estudaram, desenvolveram e aplicaram em programa que aproximou, assentou e veio

possibilitar e sustentar as condições para a própria revolução de outubro na Rússia.

E Lenin e Trotsky tinham convicção de que a ausência do programa clássico marxiano poderia frear e ou mesmo impossibilitar uma preparação e condução de outros fundamentais levantes operários pelo mundo, em especial, inicialmente, em direto avante, na Alemanha e outros países europeus.

Essas necessidades, tão bem retomadas e mostradas por Trotsky em seu texto a Revolução Permanente (1985, p. 126), como exploramos no primeiro capítulo da nossa tese, representavam condições absolutamente caras e inafastáveis de virem instaladas, exportar a revolução socialista para outros países, ao mundo em si, condições reconhecidas por Lenin e Trotsky, desde muito antes do outubro bolchevique propriamente e de todos os desafios que vieram depois colocados ali naquela primeira experiência vitoriosa de uma revolução proletária.

Ao ponto de falta dessa condução clássica marxiana, após a morte de Lenin e o isolamento de Trotsky, o assassinato de quadros bolcheviques na oposição stalinista, o próprio assassinato do filho de Leon, e depois do próprio Trotsky, a ideia de socialismo em um só país, de Joseph Stalin e seus epílogos, veio enquanto um brutal absurdo caminhar e determinar a própria queda inevitável da experiência proletária inaugurada em 1917 (comentamos sobre a crítica em questão nos primeiros capítulos da tese, não sendo necessário recuperar aqui).

E isso, essa tarefa, foi procurada pelos bolcheviques com Lenin e Trotsky, independentemente de internamente na Rússia precisarem atender as tantas emergências da revolução: como em enfrentar os exércitos brancos dos países capitalistas solidários com a burguesia russa emparedada. E isso foi encaminhado com Lenin ainda em vida; com a atuação de Trotsky e tantos outros chamados velhos bolcheviques, inclusive alguns que, anos mais tarde, entregaram-se ao programa stalinista de socialismo em um só país, ideia errônea mantida através de uma alta burocratização, absoluto controle estatal soviético dos sindicatos; policiamento da política e os reconhecidos expurgos ordenados pelo cérebro nada genial do bolchevique Joseph Stalin.

Naquele processo e tarefas, prevista pelos bolcheviques mais destacados dentro da Rússia socialista ainda nominal e apenas parcialmente

vitoriosa nos primeiros anos pós 1917, se colocava ali uma inafastável dependência de resultados vitoriosos em levantes proletários em outros países, centralmente na Alemanha e alguns países europeus o mais breve possível.

E Trotsky, líder bolchevique assassinado em 1940 por ordem do Estado Soviético stalinista, baseado nas orientações de Marx e também nos inéditos elementos que ele viria ali naquela experiência comunista considerar, a saber: a experiência da Revolução Russa de 1917; a situação da crise de 1929 e os embates na organização operária anos após a revolução de outubro; os papéis dessas correntes disputando a organização das lutas da classe operária na década de 1930 em vários países; pôde ele, Leon, ante esses elementos todos, elaborar o seu programa de Transição (Trotsky, 2005).

É importante destacar que, até o ano de 1936, o próprio Trotsky redigia programas com as reivindicações usuais do movimento sindical: "Semana de 40 horas"; "Aumento dos salários", etc. Embora até ali fossem estas também palavras de ordens para Trotsky, a derrota da greve geral francesa de 1936 apresentou para Trotsky que essas reivindicações usuais favoreciam a conciliação e a traição das lutas operárias: possibilitando o quebrar e o enfraquecimento das formas de poder paralelo criadas pela classe operária e que necessitavam ali avançarem brevemente em direto movimento revolucionário.

Dessas questões todas em consideração, Trotsky veio abandonar tais reivindicações, em nome das que abrem o Programa de Transição. E alguns leitores de nossa tese podem perguntar, atentos, mas o como antes se evitavam os desvios, as manobras de conservação, as traições dos sindicatos até ali: ou seja, como a revolução russa de 1917 foi então possível?

Bem, disso a leitura da história do movimento da luta de classes, sobretudo a partir das disputas na I Internacional de trabalhadores, todos os desvios que vieram depois assentarem-se na II AIT, com destaque a renúncia da luta operária e que resultaram nos votos de guerra aos países burgueses nos anos iniciais da década de 1910 na Europa, ideário e orientação entreguista que dominara os pensamentos na ala social democrata da II Internacional (em contraste e completa distinção aos termos marxianos de organização do proletariado): tudo isso precisa e requer vir considerado certamente.

E, em particular, em relação com a Revolução Russa, de 1917, faz-se relevante estudar o seu processo de preparação e movimentação, percebendo que até abril de 1917 nem mesmo os bolcheviques, dentre esses o próprio Lenin, avaliavam possível propor diretamente a revolução russa como veio ali em poucos meses depois orientada e conduzida, por Lenin e Trotsky.

E por ter ocorrido a revolução de outubro em um tão curto espaço de tempo, em que as reivindicações deveriam ali vir diretas, mais que diretas, fulminantes, em direto ataque a revolução democrática de fevereiro de 1917 na Rússia, toda as necessidades e as tarefas de preparação e andamento do caminho ao levante exigiram que tais questões viessem se mostrar só dali alguns anos, anos depois do outubro revolucionário, quando se passou sobretudo a ter que ver-se e enfrentar os modos de organização do sindicalismo europeu reacionário<sup>87</sup>.

Ademais, ainda que Trotsky não tenha redigido antes a fórmula da luta pelo salário relativo, isto não afasta o papel muito particular que este bolchevique exerceu no principal soviete, o de São Petesburgo. Onde certamente observou e exercitou e muito, na prática, aquilo que viria depois assentar e orientar em orientação programática de base: o seu programa de transição.

Isso verificado, queremos retomar da necessidade do programa mínimo nas reivindicações operárias. É primordial entender, e bem, as reivindicações iniciais do Programa de Transição se mostrarem propriamente transitórias, devido que também irão assim manifestar-se enquanto um aparente "pouco", como no panfleto citado por Marx em O Capital.

O texto de Trotsky, neste particular mostra-se até mesmo superior ao já excelente estrito conteúdo trazido no panfleto citado em O capital, passagem de O capital a qual ali, bem entendido, não trazia as razões próprias que o pequeno livro de Trotsky, escrito e dirigido para a direta organização operária visou.

As bases organizativas e políticas do texto de Trotsky se revestem profundas, as reivindicações aparentemente poucas ali, dialogam com o caráter conservador da classe trabalhadora, instalam e procuram elevar

---

<sup>87</sup> Ver sobre isso: Stalin, Trotsky e a greve geral britânica de 1926, de Chris Marsden.

condições que tendem aproximar uma potencialidade de força revolucionária ainda em muito latente no proletariado. E essas suas reivindicações orientadas estão representadas nas escalas móveis, sempre combinadas: escala móvel de salários e escala móvel das horas de trabalho (Trotsky, 2005, p. 25).

E conforme nos mostrou Trotsky, as escalas móveis equivalem uma crítica política em espiral às formas de funcionamento da produção capitalista, elevando as pautas dos trabalhadores operários aos níveis já de uma ao menos especulada economia socialista, onde todos trabalham de acordo com a necessidade de produção e não admitem-se perdas, como, por exemplo, nas horas que podem vir ser trabalhadas pelos braços dos operários desempregados pelo inexorável e excludente metabolismo societário burguês.

Por esse próprio caráter de preparação e educação, as escalas representam e mostram-se, apesar de parecerem "pouco", "pequenas reivindicações", capazes de assentarem-se acessadas pelas massas operárias, enquanto sim supostos termos mínimos, mas já em um direto choque mortal com a centelha do capitalismo, enquanto pavimentação das máximas teses da transição socialista que aproximam o caminho da revolução proletária, ainda que sem se tocar em uma palavra sequer sobre socialismo e ou comunismo.

E essa tática uma vez posta em movimento, amarrada a uma estratégia revolucionária efetiva e contundente, garantido por meio da adoção ortodoxa do programa do partido operário revolucionário comunista, aquela aproximação do socialismo e os trilhos da futura sociedade comunista não estarão assentados como uma profecia, uma promessa, a qual deveriam então os trabalhadores esperarem por um líder socialista que os abrirá as portas do paraíso sem classes, mas sim enquanto ações de lutas cotidianas em sérias aproximações, gradativas, desdobramentos próximos, em uma crítica mortal aos termos estrito democratas de sustentação do modo social da produção econômica capitalista, marcando os caminhos ao socialismo e uma já também necessária planificação da produção proletária mundialmente apurada, aqui ainda em mãos e sob totais domínios reacionários dos capitalistas.

Nesse sentido de organização da classe operária mundial, as duas escalas móveis juntas, ao vincularem necessariamente a questão do contínuo reajuste salarial à pauta da jornada de trabalho, em termos da luta por manutenção do salário relativo, exercem e sustentam ondas de choques que

forçam ao entorpecimento da capacidade material e neural ideológica que tentará desviar e negar a contradição capitalista: a exploração operária que reúne e resulta em combustível inesgotável das chamas que fazem arder a luta de classes entre os operários e os empresários capitalistas.

E, entendendo que a revolução em permanência pertence a caneta e programa operário orientado por Marx e pela Liga dos Comunistas, não resulta, por conseguinte, a orientação trotskista uma proposição inédita e restrita ao bolchevique Leon Trotsky.

O que sim Trotsky aproximou, estudando e vindo perceber o tanto que Marx já havia registrado e orientado, em O capital, em O 18 Brumário, nas suas intervenções na Liga dos Comunistas – uma espécie de recuperação e atualização do pensamento marxiano, foi em propriamente contribuir com a produção de um texto tão didático, pequeno, sucinto e totalmente íntegro ao conteúdo que emana da teoria da revolução em permanência em Marx.

Trotsky, ao retomar e insistir na concretização das perspectivas de Marx para a revolução permanente, mirou e acertou ao reencontrar o programa de ação e organização proletária, o relacionando diretamente com a práxis socialista. Práxis sustentada e movimentada diretamente das tensões instaladas e negativadas do próprio processo material, econômico e político inerente inscrito na luta de classes, em organização operária e em caminho de aproximação de elevação da consciência do próprio proletariado em geral.

Nesses termos a revolução socialista é encontrada não em um futuro distante e incerto, mas sim verifica-se em pulso em construção nos próprios dias e atos presentes em que vivem e atuam os operários, camponeses revolucionários dependentes e todo aquele membro do partido que dedica sua vida ao movimento da revolução e a completa aniquilação do Estado burguês.

E, em que pese as ideias estrito democratas reformistas de condensação do Estado, Lenin, em tese clássica sobre o real contorno e causa inequívoca para a existência do Estado Burguês expôs, em uma real e efetiva perspectiva de séria formação de quadros militantes comunistas para o movimento socialista revolucionário:

Os escravos, como sabemos, revoltaram-se, amotinaram-se, iniciaram guerras civis, mas nunca puderam criar uma

maioria com consciência de classe nem partidos que dirigissem a luta, nem sequer puderam perceber claramente quais eram os seus objetivos, e mesmo nos momentos mais revolucionários da história nunca passaram de peões nas mãos das classes dominantes. A república, o parlamento, o sufrágio universal burgueses – todos eles representam um grande progresso do ponto de vista do desenvolvimento mundial da sociedade. A humanidade avançou para o capitalismo, e foi só o capitalismo que, graças à cultura urbana, permitiu à classe proletária oprimida ganhar consciência de si mesma e criar o movimento mundial da classe operária, os milhões de operários organizados em todo o mundo em partidos – os partidos socialistas que estão a conduzir conscientemente a luta das massas. Sem o parlamentarismo, sem um sistema eleitoral, este desenvolvimento da classe operária teria sido impossível. Esta é a razão pela qual todas estas coisas ganharam uma tamanha importância aos olhos das amplas massas populares. Esta é a razão pela qual parece ser tão difícil uma mudança radical. Não são só os hipócritas, os cientistas e os padres que conscientemente suportam e defendem a mentira burguesa, de que o Estado é livre e que é sua missão defender os interesses de todos; fazem o mesmo um grande número de pessoas que aderem com sinceridade aos velhos preconceitos e que não sabem entender a transição da velha sociedade capitalista para o socialismo. Não foram só pessoas diretamente dependentes da burguesia, nem só as que vivem debaixo do jugo do capital ou que foram compradas pelo capital (há um grande número de todos os tipos de cientistas, artistas, padres, etc., a serviço do capital), foram também pessoas simplesmente dominadas pelo preconceito da liberdade burguesa as que pegaram em armas contra o bolchevismo em todo o mundo porque a República dos Sovietes, quando foi fundada, rejeitou estas mentiras burguesas e declarou abertamente: vocês dizem que o vosso Estado é livre, mas a verdade é que, enquanto houver a propriedade privada, o vosso Estado, mesmo que seja uma república democrática, não passa de uma máquina usada pelos capitalistas para reprimir os operários, e quanto mais livre o Estado mais manifesto isto se torna. (...) O poder do capital é tudo, a Bolsa é tudo, ao passo que parlamento e eleições são marionetes, fantochadas. (...) Seja qual for o disfarce assumido por uma república, por mais democrático que ele seja, se se trata de uma república burguesa, se esta mantiver a propriedade privada da terra e das fábricas, se o capital privado conservar o conjunto da sociedade na escravidão assalariada, isto é, se a república não puser em prática o que está proclamado no Programa do nosso Partido e na Constituição Soviética, é porque este Estado é uma máquina para a repressão de umas pessoas por outras. E nós colocaremos esta máquina nas mãos da classe

que vai derrubar o poder do capital. Rejeitaremos todos os velhos preconceitos de que o Estado significa a igualdade universal - porque isso é uma fraude; enquanto houver exploração não pode haver igualdade. O operário não pode ser igual ao grande agrário, nem o homem de barriga cheia igual ao homem que tem fome. Esta máquina que se chama Estado, diante da qual as pessoas se curvavam em supersticiosa reverência, dando crédito às velhas lendas de que ela significa governo popular, lendas que o proletariado declara serem uma mentira burguesa – é esta máquina que o proletariado vai destruir (Lenin, 1919, pp. 149-151)<sup>88</sup>.

Lenin apanhou e manobrou as condições e o programa do movimento operário internacionalista com absoluta suficiência. O seu livro *Que fazer* é uma outra prova cabal e inafastável de sua capacidade teórico-prática. E, embora, *que fazer*, seja um livro voltado diretamente a formação não dos operários em geral, mas voltado para os quadros do partido bolchevique, o livro estabelece orientações fundamentais para todo aquele que pensa e ou se entende crítico ao capitalismo: devendo estudar este conteúdo com uma profunda dedicação<sup>89</sup>.

Isto porque a tese, o esquema dialético, as necessidades da estrutura e o movimento do programa da teoria da revolução permanente de Karl Marx encontram-se também expostos neste livro por Lenin. Para Hector Benoit, a teoria geral da revolução, nas teses de Lenin (desde os "Cadernos filosóficos"), escritos durante o período dos quatro primeiros congressos da III Internacional (com o começo do desenvolvimento da noção de "reivindicações transitórias"), e no processo que constituiu o chamado "Programa de transição" de Trotsky, define-se também "a compreensão do desenvolvimento dialético do livro *O capital* enquanto o próprio método (que também é conteúdo) da teoria programática marxista" (Benoit, 1996).

E também para Lenin, como em Trotsky e Marx, os níveis organizativos dos operários representam níveis de consciência historicamente assentados, precisando virem desenvolvidos pela práxis revolucionária do partido. Sobre o tema, indica Benoit que:

---

<sup>88</sup> Lição proferida na Universidade Sverdlov, em 11 de julho de 1919 (Publicado pela primeira vez na Pravda n. 15, 18 de janeiro de 1929). Reproduzido de uma transcrição literal.

<sup>89</sup> LÊNIN, V. I. *Que fazer? As Questões Palpantes do Nosso Movimento*. Editora Hucitec - São Paulo, 1979.

O nível clandestino representa a instância composta de operários, intelectuais e revolucionários profissionais que detêm conscientemente a teoria marxista e que na práxis da luta de classes romperam efetivamente com a legalidade burguesa; o nível semilegal representa os trabalhadores e jovens cuja consciência socialista já existe, mas está enraizada somente na experiência de algumas lutas travadas, sem grande continuidade, não permanece firme em períodos de refluxo; finalmente, o nível legal é constituído por trabalhadores e jovens que apenas começam a entrar em movimento através de um primeiro momento contraditório com as leis e ilusões do mundo capitalista das mercadorias (Benoit, 1998, s.p).

E essas reúnem algumas das tarefas do partido operário revolucionário clássico, como veio movimentado entre os anos de 1903 e 1917 na Rússia, encaminhando ao desenvolvimento de muitos quadros militantes durante aquelas duas primeiras décadas do século XX, em suas ações, elevando consciências militantes do nível legal (instância do mercado, derivado dos conflitos econômicos no ato da compra e venda da força de trabalho, ao nível semilegal, esta já uma instância abertamente contraditória, que aproxima significativamente o desvendamento dos segredos dos elementos motrizes na produção de mais-valia (Benoit, 1998).

Sobre esta experiência Benoit dimensiona que na teoria leninista de partido, assim como no conceito de desenvolvimento dialético da obra *O capital* de Marx, a última instância "que coincide com a ilegalidade e violência aberta da luta de classes", existe como pressuposto desde o começo de todo o processo:

Esta instância existente, sob a legalidade burguesa do mercado, ao ser vislumbrada, permite a compreensão da totalidade histórica como luta de classes, e a sua compreensão expressa o nível de consciência e de organização do núcleo clandestino marxista-leninista detentor da teoria e da estratégia revolucionária. No entanto, a existência do pressuposto, enquanto pressuposto, é uma existência velada, não manifesta, é uma existência secreta, clandestina. No caso de *O capital*, apesar de presente desde o capítulo primeiro (A mercadoria), este pressuposto aparece somente ao final do percurso (seção sétima do livro I) como posto, e somente aí se revela enquanto exposto. Da mesma forma, na teoria leninista de partido o pressuposto (núcleo clandestino, ilegal, detentor da consciência de classe histórica da classe operária) não pode aparecer

desde o começo como posto, isto é, a vanguarda clandestina-ilegal precisa ser posta pelo trabalho da práxis, pela longa dialética que somente ao final do processo conduzirá à superação dos níveis inferiores de consciência e de organização, os níveis legais e semilegais, unificando-os então (e somente então) sob a hegemonia da vanguarda. Esta vanguarda ao final do processo deverá ter conseguido se expor como direção histórica do proletariado e, como tal, poderá então ser reconhecida e conduzir a aberta violência revolucionária das massas (Benoit, 1998, s.p).

Nos explica Benoit assim que Lenin, desde 1903, com sua teoria e prática militante caminhava em oposição aos entendimentos então presentes nas alas predominantes da esquerda na II Internacional. E nos chama atenção Benoit para o importante fator de que: "a grande traição histórica de 1914 mostrará a Rosa, a Trotsky e a toda a ala esquerda da Internacional o conteúdo programático oportunista que realmente estava contido nas concepções organizativas dos mencheviques e dos diversos partidos social-democratas europeus" (Benoit, 1998, s/p). É importante destacar que, tanto após o próprio outubro de 1917, em muitos outros momentos antes, a dialética da teoria do partido operário revolucionário também não constava plenamente compreendida, nem mesmo entre os próprios bolcheviques. Sobre essa fundamental questão anota Benoit, "muitas vezes, Lenin será obrigado a travar violentos combates no interior da própria fração bolchevique e depois no próprio POSDR (b), isto é, o Partido Bolchevique fundado em 1912" (Benoit, 1998, s.p). Como bem destaca Benoit, os sérios combates desenvolvidos por Lenin não se deram apenas durante os caminhos que edificaram a revolução russa de outubro de 1917, nos debates com as alas da II Internacional. Em verdade, o mesmo rigor e práxis histórica precisava e foi absolutamente necessário exercitar e reafirmar-se após a revolução de 1917, inclusive dentre os próprios quadros do bolchevismo. Aquelas necessidades determinavam tarefas inadiáveis ao domínio teórico-prático em relação ao legítimo programa operário revolucionário internacionalista, conforme a orientação instruída ao longo dos quatro primeiros congressos da COMINTERN, período em que se reafirmou o caminho da urgente necessidade da revolução permanente em Marx para não só a manutenção da revolução russa, mas, muito mais e sobretudo para provocar o próprio socialismo real então ainda dependente,

dependente de revoluções em outros países, regiões, continentes e o mundo como um todo: comentamos o tema no final do primeiro capítulo da tese.

E não entendemos contributivo, em nada, se propor questão menor se foi Trotsky, Lenin ou outro, outra quem melhor detalhou as principais linhas do programa do partido. Isso porque, conforme redigimos acima, entendemos que foi o próprio Marx quem as redigiu. E quanto as especificidades de cada texto, detalhes pontuais, adequação empenhada por Lenin, Trotsky, relacionadas com cada realidade remetida em análise e sempre orientação comunista, foram todas essas tarefas militantes levadas a cabo atendendo as necessidades das próprias lutas e especificidades postas e movidas, transformadas (a noção de transformação das realidades políticas locais é imprescindível).

As posições destes e de outros marxistas, desde que não se afaste a ortodoxia comunista, revestem-se questões absolutamente importantes, mas que, fora de seus elementos clássicos tematizados, apresentam-se enquanto elementos não concorrentes entre si, ou se tragam algo nesse sentido, estarão comumente em termos mais discretos e menores, muito menores e sem grande importância perante a tradição do programa comunista, orientação que precisa perceber intocada em seus clássicos fundamentos.

Isto sustentado, o máximo que cabe aqui no final deste último capítulo de tese, em tarefa nossa, reside em tentarmos entender e rapidamente relacionar em que e como consistem e movimentam-se as reivindicações recuperadas pelo Programa de Transição de Leon Trotsky. E basta para tanto retomar os termos da escala móvel de salários.

Essa, movimentada num programa do partido, a escala Móvel de Salários nada mais representa que uma organização dos trabalhadores em luta para a garantia de que a exploração dos contratos coletivos de trabalho assegurem o contínuo reajuste dos salários relativos dos operários, mensal, semanal e até diário se necessário: conforme a necessidade de recuperação das perdas nos salários em termos de capacidade de compra dos produtos de viveres dos trabalhadores. E isso deve ser imposto ao empresário capitalista sem qualquer adequação que amplie a jornada de trabalho e possibilite ao capitalista retomar margem no processo de exploração dos operários.

Nesse processo de organização e imposição operária é preciso não se admitir qualquer forma ou espécie de barganha, como na nefasta prática burocrática sindical de redução de jornada e redução equivalente no salário do operário. Já aqui, nessa luta em movimento, os traidores da classe operária virão identificados pelas células de trabalhadores, vindos, no próprio processo de organização isolados e afastados da organização (sem a necessidade de qualquer comissão de inquérito ético para que isso se mostre: se mostrará, pura e simplesmente).

Ao contrário de qualquer negociação que aponte redução de jornada que leve a redução de salário do operário, se deve envergar as bandeiras: Escala Móvel das Horas de Trabalho. Os contratos coletivos devem assegurar o reajuste absoluto das horas de trabalho, de acordo com a necessidade da produção.

E, nessa trajetória, partindo de um máximo teto de horas de trabalho diárias e semanais, a jornada deve ser requerida em flexibilidade apenas em uma única e mesma procurada condição: em redução de jornada de trabalho proporcional por meio da bandeira de luta que exija a recolocação produtiva em forma de absorção dos trabalhadores desempregados.

E como se depreende do acima, tais reivindicações em nada se aproximam aos termos hoje encaminhados pela esquerda eleitoral e exercitado pelas principais centrais sindicais: terceirização e trabalho precário, redução do salário e desregulamentação dos tetos máximos e mínimos de jornada.

Em completa distinção ao tradicional sindical cooperativo e reformista, a luta por meio das escalas móveis aproxima já um movimento associativo geral da classe operária. E, por isso, desde cedo deve já levantar as reivindicações que precisam clamar também pela absorção dos trabalhadores desempregados. Isso é importante para já trazer também junto a massa de desempregados para as lutas da classe proletária: dentre esses, os trabalhadores que estarão sendo conduzidos para os barracos de lona e ou cercanias das fazendas.

Como se percebe, até para se evitar a perseguição sindical específica de um dado líder sindical, não é preciso o aprovar de qualquer leis no parlamento burguês: como que garantias de 12, 24 meses de estabilidade no emprego ao líder sindical. Ao não se aceitar qualquer forma de demissão,

rebaixamento de salário ou qualquer aumento das horas de trabalho, com a pauta da classe operária reunir mesmo uma absorção da mão de obra desempregada, já estará se preservando tanto as "lideranças" da luta e todos e todas os (as) demais trabalhadores e trabalhadoras organizados (destacando aqui que a representação sindical deve ser sempre alternada, dificultando a perseguição policial e se elevando a formação dos quadros militantes).

Um legítimo movimento operário que exige e impede, com sua prática não estrito democrata, as perspectivas reformistas burguesas procuradas por meios de edições de leis no parlamento, como no estabelecimento de dispositivos de novas regulamentações trabalhistas pelo Estado que resultem em flexibilização das horas fixas de trabalho com redução salarial, demissões, férias sem remuneração salarial integral ao trabalhador, etc.

Nessa postura de luta operária clássica marxiana o programa da revolução em permanência, conforme retomado por Trotsky, precisa garantir a pauta do emprego dos braços de todos os trabalhadores impedidos pelo capital de trabalhar, ou seja, todos os trabalhadores desempregados. E, dentre esses, os próprios trabalhadores "camponeses", aqueles homens e mulheres, sua prole, ainda organizados em uma militância junto de movimentos em lutas bárbaras por uma propriedade privada rural parcelada. (retomaremos da relação da luta operária e seus alcances junto aos trabalhadores camponeses em nossas considerações finais.).

Esse item das reivindicações operárias, aproxima e pode organizar o proletariado mais geral, e dificulta, e muito, que a burguesia amplie o grau de exploração do trabalho. Em tudo, sustentado na comentada luta inafastável pelo salário relativo operário, o programa da revolução permanente de Trotsky, ao assentar, reunir e mover relações socialistas, concretam as bases e os elementos que decidem os graus das forças políticas proletárias em contestação material e econômica das crises capitalistas. E essas capacidades subjetivas de classe devem virem dirigidas contra as ideias de reformas da sociedade, em críticas semanais, e em algumas situações diárias, comunicadas pelas mídias do partido operário, conduzindo tanto uma maior educação militante aos trabalhadores e trabalhadoras, como, também, corroborando para um próprio e ainda que lento desenvolvimento das

consciências da classe proletária em preparação dos seus futuros atos em negação do capital, já agonizante, quando das crises em plethora.

Nessa jornada operária em movimentação da classe proletária, toda nova tecnologia aplicada na produção, as novas máquinas, a automação dos processos no fabrico das coisas, das mercadorias, a informatização da produção (com destaque a automação) e da comunicação digital (que ampliam e muito as possibilidades e alcances das mídias do partido revolucionário), as ciências em geral, incluído os estudos genéticos, devem todo esse conhecimento humano estarem compreendidos, estimulados, tanto na produção fabril, agrícola como também no campo do aumento da perspectiva de vida das pessoas, relacionado com a qualidade da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aqui e nisso as massas trabalhadoras percebem que as alterações contínuas nas diferentes ciências devem estarem consideradas pelo proletariado enquanto as próprias consequências de um legítimo e verdadeiro progresso humanitário, conhecimentos científicos os quais devem disso contarem apropriados pelos trabalhadores e trabalhadoras, e, sob seus domínios e dotação intelectual, virem aplicados e aprofundados em desenvolvimento irrestrito numa sociedade socialista planificada, numa organização científica do trabalho produtivo.

Uma concepção, portanto, em que todas as tecnologias e seus aprimoramentos devem virem requisitadas e aplicadas, admitidas em seu todo, para uma também e relativa redução das jornadas de trabalho dos operários: sempre com a absoluta manutenção dos salários e o reemprego dos trabalhadores desempregados pelo capital.

É desse movimento que virá instalado os conselhos de fábrica, os quais também devem contar compostos por delegação alternada de trabalhadores, relacionando e garantindo a participação de todos os operários e associados ao programa mínimo de reivindicações do partido operário.

Um movimento de trabalhadores universal em imanência da luta de classes. A disputa salarial relativa e subjetiva, politicamente já socialista e, portanto, superior, real, dialética, em construção concreta, material e econômica política que aproxima em seu andamento e direta movimentação as

próprias tensões que tendem encaminhar a luta de classes aos seus confrontos mais sérios.

E este programa se mostra acessível para todos e todas, operários e operárias, sem qualquer discriminação de gênero, cor e ou opção sexual, desde que os trabalhadores se situem assentados, instruídos e em luta organizada tendo por base sua própria jornada de trabalho, a tomando em suas mãos enquanto uma séria concepção de classe, em que a classe operária se coloca em postura irrecuável em vir garantir o uso fruto social pleno e total dos valores apurados na equação resultante do seu tempo de trabalho necessário e no montante de mais trabalho tomado pelo empresário capitalista.

E o programa clássico marxiano para revolução proletária é assim aproximado e posto em movimento desde a instância mais pública e aberta dos níveis de organização dos trabalhadores propostos por Lenin: não se trata, em nada aqui, de níveis mais complexos, secretos, clandestinos, necessários, mas que não foram em parte alguma tratados nesta tese.

Com o exposto, as teses imprimidas pelos marxistas da esquerda eleitoral, pelos intelectuais estrito democratas reformistas, pelos progressistas em geral, siglas e sindicatos serviçais e ou auxiliares da burguesia, precisam vir consideradas não mais que teóricas transeuntes em tento pacificadoras da luta entre o movimento operário e o capital, elenco genérico que nomeamos em nossa tese por marxistas ocidentais, intelectuais críticos de âmbitos acadêmicos, idealistas em variantes teóricas parcialmente distintas entre si, mas indistintas ao proporem temas e discussões infernais absolutamente deletantes ao pensamento comunista marxiano clássico e ortodoxo.

De modo que o principal resultado alcançado por meio das ideias formuladas pelo marxismo ocidental é o absoluto e completo afastamento do núcleo duro da tese revolucionária de Marx. E esse dado tem alcançado danosamente as lutas dos trabalhadores: com destaque, ao pretenderem tais arquétipos teóricos elevarem suas pautas aos céus do mais alto politicismo pedante intelectual.

Atos em perspectivas de instruções errôneas com o fito de enfraquecer e mesmo aniquilar a luta operária, criando e estimulando meras formulações críticas, como, por exemplo: formulações contra o chamado "imperialismo norte americano"; ou, ao "neoliberalismo", etc.

Nessas faces, o nomeado imperialismo norte americano e as teses e governos neoliberais seriam partes de um capitalismo selvagem, defendendo-se, nos auspícios do capitalismo, possível aproximar um capitalismo humanista baseado em equidade, e que supostamente tenderia garantir a igualdade e fraternidade universais entre os homens e mulheres.

Acenos e teses assumidas pelo marxismo vulgar e que acabam facilmente vindo instruídas enquanto as próprias reivindicações dos organismos internacionais, leiam-se: organismos burgueses internacionais. E o máximo que se tem alcançado, incrível até escrever, é o marxismo vulgar criticar a forma com que a burguesia explora as penitências dos intelectuais críticos acadêmicos em terços devotos religiosos ao capital: as críticas se dirigem ao Banco Mundial, para a ONU, para suas câmaras: sem se perceber e ou descuidando donde, em verdade, de quais raízes baseiam-se as ideias de um capitalismo includente e terno, em poucas influências para além dos fundamentos manifesto nas próprias formulações marxistas ocidentais. Essas alucinações e grosseiras demagogias explícitas, conduzem com que apareçam e se espalhem outras formulações, tão absurdas como a perspectiva humanista universal em pleno capitalismo.

Nesse bojo, um outro exemplo das quase infindáveis perspectivas críticas equivocadas reúne um crescente interesse dos marxistas ocidentais por proporem uma estrita e isolada relevância na razão de se pautar em defesa da ideia da nação republicana burguesa independente: condição, no sistema econômico capitalista, uma ideia absolutamente inalcançável.

Nesse tom, o marxismo em comum, como padres, ainda que inutilmente, tem recomendado uma condição de assento horizontal entre as diferentes repúblicas burguesas, como se isso fosse possível. Um tom idealista tão exacerbado que chega a propor e realizar estudos abstratos sobre desigualdades no fluxo de capitais: tomando as desigualdades econômicas entre os continentes geográficos como se essas diferenças materiais e econômicas tivessem advindo da geologia natural em sua quietude.

O esforço idealista praticado pelo marxismo ocidental é defendido, claro, sem se explicar a base de formação econômica dos países e territórios continentais todos capitalistas, em sua una luta, uma luta animal na disputa

pela mais valia extraída na produção de mercadorias tendo o mais trabalho operário como seu fundamento determinante e fluído em vitalidade.

Os intelectuais marxistas ocidentais em comum, enquanto intelectuais distantes das formulações de Marx em O Capital, ao contrário de retomarem o tema clássico marxiano na definição das condições do trabalhador operário, esses fixam-se em ampliarem suas verborragias sobre as chamadas desigualdades (desigualdades tomadas no abstrato), condições que parecem lhes surgir enquanto um fenômeno não socialmente estabelecido das próprias ordens e precisões societárias burguesas, mas como que compostas metafisicamente em símbolos discursivos, pelos quais se disputaria, também, da mesma forma, em uma crítica marxista vulgar, por meio de réplicas e tréplicas, sem fins e fim, supostamente abordando os desdobramentos preocupantes de um suposto evitável escalonamento econômico desigual burguês dentre as diferentes repúblicas e republiquetas burguesas (quanta criatividade, admitamos).

E, tomemos em observação, por necessidade, Repúblicas burguesas essas, muitas delas, sob gestão de partidos de esquerda eleitorais, socialistas que mantêm inalterada a exploração de mais valia pelo capital. Experiências reais do não socialismo, em todo tipo de governos populares sem apoio popular: meras correias pequeno burguesas, só mantidas nos mandatos executivos de governos chamados progressistas em causa e em face do direto atendimento aos seus acordos espúrios com a burguesia nacional e transnacional, contando com o apoio dos piores e mais desqualificados segmentos e frações ordinárias de classes: os quais, estes últimos, não estranhamente, lembram ao próprio Luís Bonaparte II e toda aquela sua horda desqualificada.

E em combate a essas formulações críticas sempre reeditadas, a sinalização de Marx e Engels em resposta a tamanhas mentiras nos parece suficiente, conforme eles redigiram no Manifesto da Liga dos Comunistas em 1850: ao se referirem ao clássico adotado nas nobres intenções estrito democratistas reformistas.

Esta uma passagem que já citamos em outros trechos de nossa tese, mas repetiremos aqui as duras palavras de Marx e Engels, ratificando e mostrando que em seus trilhos os estritos democratistas reformistas seguirão

com sua cantilena, reprisada hoje pelos marxistas ocidentais em comum, ainda que tentem gesticular para outros pontos de suas observações cegas, apenas desviar os operários de suas tarefas históricas, os fixando em pautas formais e legais, sindicais corporativas e cartorárias, por busca de aumentos salariais reais aos trabalhadores, acenando migalhas legisladas no parlamento e ou decididas pelas cortes judiciárias do Estado burguês.

Este um contexto com proporções todas rebaixadas e flutuantes em corpos que ainda flutuam, apodrecidos, arrastados ainda do passado, ante ao que os termos redigidos no Manifesto da Liga dos Comunistas se seguem necessários e clássicos: com isso, em relação aos operários, repitamos mais uma vez: "apenas desejam o enganar" (Marx e Engels, 1850).

E, em oposição ao marxismo vulgar, é preciso resgatar e garantir o clássico domínio da teoria da revolução permanente de Marx. Vindo assentar em vivo proletário suas teses, sem qualquer pactuação revisionista, em uma legítima retomada da organização do movimento operário.

Com isso, por meio desse programa outrora perdido, em verdade tomado de assalto pelos revisionistas da teoria, do pensamento e da militância comunista esquecida de Marx, o próprio programa em seu andamento, nos termos da revolução permanente marxista-trotskista, recoloca ao proletariado organizado, em suas diretas mãos, os elementos construtores e constituidores de sua própria condição neural de classe. Uma psiquê desdobrada pela práxis dialética e estritamente encontrada e apenas possível de vir aproximada no caso de a classe operária exerça sua legítima identidade enquanto a única classe capaz de afastar e enterrar toda e qualquer tentativa de manobra democrata em perspectiva de sustentação do capital.

E, conforme apenas tocado na presente tese, mostra-se fundamental para o caminho o cumprimento da tarefa de se erguer e sustentar um programa que carrega em suas dimensões um movimento de reivindicações operárias transitórias e vinculadas com a estratégia proletária de tomada do poder político-econômico da sociedade.

Um programa e organização que possibilite ao movimento operário, enquanto classe proletária organizada, autônoma, crescentemente vir assentar, instalar, mover e fazer avançar uma sua própria consciência revolucionária,

arrastando e relacionando todos os segmentos da classe trabalhadora possíveis, com destaque os trabalhadores camponeses.

Isso posto, em movimento, em o proletariado vindo afastar-se e colocando-se imune as intenções reformistas, idealistas e conservadoras, tanto por parte da burguesia em si como também dos progressistas, dos socialistas estrito democratas, pavimentarão os trabalhadores e trabalhadoras, em legítima jornada da classe operária, vindo nisso arrastada as massas do proletariado, aproximando condições, distintas e não equivalentes umas às outras, para fraternalmente realizarem em associação hierárquica os legítimos ataques e alcance dos assaltos da propriedade privada dos meios de produção, finalmente tomando para si a classe operária ao menos os principais e decisivos meios de produção sob mãos burguesas, condições sem as quais, dentre outras, não se aproxima e ou se poderá sustentar a potência de equação negativa em ato proletário histórico refletido: uma força colossal, capaz de instalar pressão nas crises de dominação burguesa, em termos de negar e revolucionar o sistema burguês de produção por completo.

E aqui, ante ao escopo exposto nesta tese, nos resta melhor discutir qual papel e postura pode ou não vir assumido pelo trabalhador camponês, caso este se verifique em meio do andamento dum legítima, clássica e ortodoxa jornada operária em emancipação ao proletariado.

E discutimos essas questões ao longo das considerações finais deste trabalho, conforme se seguem, nos trechos finais de nossa tese.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do conteúdo, condições, limites, contextos e tendências teóricas aproximadas e desenvolvidas ao longo do texto dissertativo de tese, ao concluir o trabalho, nos termos e perspectivas aproximadas ao longo dos três últimos capítulos de tese, me parece, de tudo o que fora explorado, restar a questão de qual seria o papel dos trabalhadores camponeses e demais

segmentos de classe obreira no processo de revolução permanente, estariam absolutamente fora, e se não, poderiam ser aproximados.

Ao que nos parece, de maneira alguma poderão os camponeses virem alienados desse processo emancipatório: salvo se o destino venha lhes determinar em reeditarem o todo complicado transcorrido na França das luzes, quando as estruturas e afecções arcaicas rurais ali guiaram os camponeses aos reacionários atos praticados sob a liderança de Bonaparte II. Em que, quando e onde, conforme nos mostrou Marx em O 18 Brumário, apesar da brava luta operária francesa, o campesinato em geral exerceu na França napoleônica relações absolutamente distantes das necessidades condicionadas que podem possibilitar os difíceis passos para que os camponeses venham em processo de arraste, em associação proletária, não sem o manifesto de sérios problemas, em enlace ao movimento político da classe operária em um movimento de transição histórica para uma real e efetiva emancipação proletária universal.

E isso desde porque, como nos demonstrou a experiência das lutas operárias na França em meados do século XIX, o envolvimento não alienado dos camaradas camponeses, com todo seu agrupamento de bravos trabalhadores e fortes revolucionários em potência, requer certas condições, no risco de uma séria complicação da luta operária e mesmo a eminente derrota de um movimento proletário urbano: caso a associação classista possível entre classe operária dirigente e os camponeses não se instale suficientemente. E parece precisarem os agrupamentos camponeses virem ao lado dos operários urbanos na consecução de sua tarefa revolucionária, não à sua frente.

Uma associação hierárquica em movimento criativo, capaz de conduzir um movimento camponês não autônomo a outro e distinto e superior nível, vindo alcançar um aparente "o lado à lado", transitado do arraste inicialmente estranho, guiados em experientes organizações políticas operárias, agrupamentos revolucionários em caminhada dirigida que os reúnem indistintos, num exercício que parte de uma condição desigual e distinta, possibilitando uma inclinação arrastada consciente camponesa ao radical caminho por ruptura violenta com o Estado Burguês.

Estudiosos do marxismo poderiam nos questionar aqui, indicando que Marx escreveu, dentre outras oportunidades, em carta enviada para a

revolucionária russa Vera Ivanovna Zaslitch, que o campesinato poderia empreender uma revolução proletária em dadas condições específicas, em circunstâncias sociais em que o trabalhador operário reunisse ainda um quantitativo de trabalhadores insuficientes ante uma vasta população camponesa trabalhadora local<sup>90</sup>.

Mas aqui Marx, como em outros seus textos em que aborda temas correlatos aos remetidos para a camarada Vera e demais comunistas russos, jamais indicou, em caso de uma vitória de um levante proletário campesino isolado, que esse processo poderia vir mantido de pé, verdadeiramente de pé, caso não ocorresse a revolução marxiana clássica: a revolução operária e permanente.

Apenas aproveitando condições muito específicas, e ainda assim bastante difíceis, como já revestem-se o próprio sim possível arraste operário aos camponeses em uma revolução operária superior e suficiente, se poderia tornar viável uma revolução campesina isolada: dependente de outras revoluções, no caso operárias clássicas, mesmo para se vitalizar e ultrapassar a revolução pobre, insuficiente, uma experiência fraca, conforme verificável no caso de uma revolução assentada predominantemente pelo campesinato em meios rurais.

---

<sup>90</sup> Sugerimos como leitura ao tema os textos de Marx e Engels reunidos no livro "Lutas de classes na Rússia" (Marx; Engels, 2013). O título editado em 2013 pela editora Boitempo contempla um texto de apresentação de Michael Löwy, para quem o livro evidencia uma antecipação dos movimentos revolucionários não clássicos europeus, os autores abordando nos textos relações e considerações sobre as comunas rurais, suas características, como as verificadas na própria Rússia. Para o mesmo comentarista, que também foi o organizador desta edição de 2013, Marx e Engels desenvolvem nesses textos um arcabouço interpretativo avesso à tendência economicista eurocêntrica. Para Löwy o livro situa-se um quase prenúncio das bases sociais da futura Revolução Russa, em mostras de uma dialética de análise revolucionária essencialmente em ruptura com a ideologia burguesa do progresso e também dos termos conservadores manifestados na Segunda Internacional comunista. Por seu turno, conforme técnicos empregados da editora responsável no Brasil pela publicação dos textos em 2013, ao divulgarem o livro, indicam ali que o conteúdo dos textos de Marx e Engels manifestariam uma perspectiva policêntrica, então como que admitindo uma multiplicidade de formas de transformação históricas do capitalismo, como se Marx e Engels não houvessem antes considerado da possibilidade de que as revoluções sociais modernas possam começar à margem do sistema burguês e não em seu centro. Um dos textos publicados no livro Luta de classes na Rússia traz quatro esboços da carta para a camarada russa, rascunhados por Marx antes de finalmente redigir sua resposta final para Vera Ivanovna Zaslitch, em 1881. Na carta, discutindo a situação russa, Marx desvincula a revolução socialista de um patamar necessário de desenvolvimento das forças produtivas: e isso é uma verdade. Por outro lado, e bem diferente, aos modos que tem vindo tais textos e termos interpretados, como que textos e termos conflitantes e até complicantes da teoria clássica marxiana da revolução proletária, entendemos preciso guardar-se sérias reservas com essas interpretações. Até por isso reforçamos pela necessidade de uma fidedigna leitura dos textos, mais que isso, o estudo rigoroso dos mesmos.

Ora, se a própria e superior revolução operária depende, para sua vitória final e legítima, da revolução operária em outros países, continentes, por qual razão uma revolução campesina isolada, pobre e mantida sob ideários ultrapassados poderia conduzir uma marcha mundial de emancipação proletária: Marx jamais afirmou isso, e o próprio domínio da teoria marxiana também nos impede de formular tais termos, seria como que reduzir Marx e Engels aos estreitos pensamentos de Stalin e todo tipo de marxistas que pensam ser possível sustentar experiências isoladas como se experiências socialistas verdadeiramente o fossem.

E, com base ao que discutimos ao longo do terceiro capítulo de tese, em crítica absoluta para com a apenas especulativa democracia burguesa, em superação desse não simples mito reformista, em termos de se relacionar, como procuramos mostrar no quarto e quinto capítulos desta tese, que, qualquer arraste, só o faz, só o fez, só o fará uma classe operária devidamente organizada.

E só dessas condições assentadas, hoje em muito ausentes, poderá o proletariado urbano, uma vez adequadamente organizado, vir cumprir as tarefas colocadas pelo manifesto comunista e pelo manifesto da Liga dos Comunistas.

E isso verificado, já se aproxima e se encaminhará bem para um entendimento do porquê os vários e destacados agrupamentos campesinos, apesar de suas organizações político-militantes bastante sérias, limitadas, complicadas, mas indiscutivelmente bastante sérias, tem sofrido contemporaneamente uma força tão distante duma perspectiva com capacidade de arraste.

O que se verifica em andamento é um arraste invertido e deslocado, que tem mantido os setores campesinos quase em estado vegetativo. Em que, apesar de se registrar nas muitas sérias organizações campesinas uma legítima procura por formação de quadro militante comunista, apesar disso, o próprio contato com as lutas proletárias urbanas predominantes insuficientes de mera participação eleitoral e cidadã tem isso determinado para que as organizações campesinas se sirvam de simples massa popular e usada como meio de manobras no campo ideológico em lastro aos partidos de esquerda eleitoral, que assumem o próprio executivo do Estado capitalista e

posicionando as sérias entidades camponesas em condições profundamente desconfortáveis, a estas terem que assistir o aliado eleitoral se sentar e se banquetear com os representantes dos grandes proprietários de terras e da agroindústria, inclusive oferecendo o perdão de dívidas, de multas ambientais, enquanto, aos camaradas, lhes são dispostos os arredores dos palácios governamentais, donde são instados em aclamar e mesmo defender o partido eleitoral que não os representa.

Uma realidade na qual os trabalhadores camponeses são preparados para acampar em barracos de lona e adorar os ídolos da esquerda como se fossem o seu novo Jesus Cristo: um Jesus da esquerda do século XXI, que teme a Cruz e não quer de modo algum morrer.

E reúnem, de fato, muitos os candidatos a filho de Deus que querem se sentar e associar-se aos banquetes com o Lúcifer. E a superação desse contexto não virá das terras parcelares rurais e ou por meio duma organização camponesa isoladamente. Poderá vir aproximada ao se voltar para as tensões na cidade, no âmbito urbano operário, na construção e guia do campo político decisivo, o qual se aproximará em luta operária, a qual se segue – mesmo que de todo desvio operado pelo marxismo em comum e a esquerda religiosa eleitoral –, reformista e entreguista.

A luta de classes, em detrimento de toda a infernal pauta progressista, rural ecológica conforme interpretada, segue instalada na cidade, e mais que viva. E os operários sentem isso a cada dia, em seu embate direto com a burguesia, na sua necessidade em lutar pelo salário relativo. E os camponeses também podem aproximar tal movimento operário, de maneira dependente, por meio da luta material, econômica e política (não nas urnas oficiais do Estado, no sufrágio eleitoral), lado a lado, contínua e permanentemente em combate de classe e preparação de condições superiores.

O marxismo ocidental em comum, democrata e reformista, ecológico camponês, tem se aliado e mesmo exercido executivos, chamados de governos progressistas. Uma outra mera fraseologia. Sabe-se quem governa a sociedade burguesa não é qualquer outro que as duas classes sociais abastadas: a esquerda eleitoral e filantrópica pode até assumir o executivo do Estado, acalmando as tensões de classe, mas "governará" apenas em nome

das duas classes abastadas, os empresários capitalistas e os grandes proprietários de terras.

Aqui, nesses termos precários, em condições ainda predominantemente ausentes, tem ocorrido uma ocupação bastante nefasta. E, essa ocupação, forçoso e necessário identificar, vem do próprio marxismo, no caso, do marxismo ocidental, um marxismo comum, democrata estrito e reformista convicto. Um marxismo que tem assumido a arena eleitoral, as eleições e não apenas os poucos espaços e flancos limitados que podem e devem vir explorados no parlamento.

Nesse contexto, em verdadeiros intentos por controle da tensão e pacificação da real, material, econômica e política luta de classes, os progressistas e ecologistas rurais camponeses, em suma, a esquerda estrito democrata eleitoral enganam a classe trabalhadora discursando como que se possível fosse o convívio pacífico entre classe operária, camponeses organizados e a existência da burguesia e seu Estado, em fraternidade, solidariedade e por uma suposta igualdade aludida como desejável e mais que alcançável, necessária, necessária para manter o sistema do capital intacto.

E para essa velha tida inovação teórica e de prática em absoluta aliança e conluio com as classes dominantes os democratas estritos, na cidade e no campo, para tanto, tem defendido inúmeras alterações, ao ponto de conceber absurdas falsificações das teses marxianas, algumas dessas, como mostramos ao longo da presente tese, mais que vazias: o ideário conceitual que aponta para uma nova, diferente e progressista sociedade civil: o Estado Burguês não mais como o braço forte burocrático, gestor e militar policial do capital, uma estrutura em ossificação densa, mas passível de vir influenciada e decidida por meio das chamadas participações em formas de condensações das necessidades diversas, interesses de classes e em exploração das divergências das frações de classe, no poder e ou em torno do poder do Estado.

Nessas formulações se verificam mesmo ideias de reconfigurações na conceituação da classe operária: conceituando classe operária em classe trabalhadora em geral. Mais grave ainda, adaptar o espírito revolucionário latente nos camponeses em agentes ecológicos que, como que autonomamente, ao pensarem agir, atuam até mesmo para pacificar a tensão

na cidade: ao contribuírem com retirar parte das massas operárias das suas superiores condições e as colocando como meras e simples pessoas, que nessas condições, passam por lutar por um pedaço de terra, uma terra verde, ecologicamente sustentável, supostamente preservada, e sendo levado a crer que poderão viver como se no final do feudalismo ainda estivesse a humanidade (e nem lá naqueles idos tempos isso era mais possível, a ruína camponesa era uma condição dada: mostramos isso ao longo do quarto capítulo da tese, conforme trabalhado por Marx em O 18 Brumário).

Nesse contexto se tem defendido a necessidade de criação de blocos econômicos progressistas, supostamente preocupados com a ecologia, com a sustentabilidade do planeta, em blocos econômicos não dominantes, ou parcial dominantes, considerando suas regiões geográficas de influência, em disputas estrito capitalistas, instruindo e distraindo o proletariado local e internacional com alegorias sociais, com isso até corroborando ao melhor administrar-se as inexoráveis tensões avindas da realidade material e econômica global do capital: sociedade burguesa a qual não tem pátria e muito menos se prende as cores das organizações e ou mesmo mera unidade de repúblicas capitalistas (como os BRICS), suas repúblicas democráticas ou até despóticas, que em tudo sustentam e ao mesmo tempo disputam o campo econômico e ideológico do capital.

E o mais curioso é que de todas as farsas que o capitalismo intenta e ou se usa para se manter por mais tempo forte e ainda em pé, são inegavelmente a figura política que Marx nomeava por democratas, os figurantes socialistas vermelhos, conforme esses atuavam em meados do século XIX: organizações políticas de esquerda não revolucionárias estrito democratas que apenas tentam enganar a classe operária com migalhas, com as sobras do banquete farto da burguesia, banquete em parte dividido com os corpos vermelhos democratas ainda compostos e já decompostos, mas que ainda não foram enterrados, como pede a sua própria religião.

Ante ao exposto, um olhar sério e criterioso deve conseguir enxergar essa dura realidade. Portanto, não se trata de organização dos camponeses em pautas ecológicas e do proletariado em geral em termos de uma suposta e não explicada sustentabilidade: sustentabilidade do capital. Ausências e relações soltas por se reconstruir em termos errôneos com demais elos isolados e

compartimentalizados da classe trabalhadora em seu geral. O que não existe suficientemente estabelecido nos dias atuais é a organização da classe operária urbana. Ou, quando e onde existe, essa organização se encontra quase que totalmente tomada e gerida pelos socialistas vermelhos, que intentam desmobilizar a classe operária, e, com isso, vir arrastar a classe operária e a massa de trabalhadores em geral, incluso o campesinato, para apenas ofertarem seus braços e nervos aos planos pacifistas eleitorais em conluio estranhado com a burguesia nacional, regional e ao nível internacional.

E nada disso encontra abrigo no marxismo revolucionário. Nada disso encontra qualquer permissão em Marx, no Manifesto Comunista, no Manifesto da Liga dos Comunistas sobretudo. Em nada dialoga com a necessidade imperiosa colocada por Lenin, Trotsky e outros e outras comunistas: da necessidade de um levante revolucionário socialista, ainda isolado, inicialmente frágil, dependente de vir representar apenas um estopim de uma revolução mundial.

Em suma, é toda uma inovação intentada pelo marxismo em comum, os caminhos estritamente democráticos e absolutamente de desorganização da classe operária urbana, que tem, em fenômeno absolutamente constatável, oferecido uma tal guia alterada da revolução permanente de Marx: conduzindo massas de trabalhadores, inclusive operários urbanos, em crenças administrativas junto ao Estado burguês, por meio de práticas explicitamente reformistas e conservadoras, vindo assim determinar, como se de todo direito fosse, uma completa desmobilização de qualquer programa revolucionário de organização dos laboriosos ao combate das próprias e imanentes contradições e estrutura metabólica do capital.

Em um contexto de escape e desvio como o referido, num campo em que as relações apolíticas traduzem e são praticadas pelos ideários partidários da esquerda eleitoral e com ainda maior destaque e alcance por meio de seus governos socialistas vermelhos, com base no marxismo estrito democrata e reformista, esse programa pacífico e altamente conservador exige também um camponês pacífico. O qual, através de ocupações de terras, se possível sempre não produtivas, e ainda assim com o pagamento de indenizações aos proprietários cartorários (por meio do Estado), tem essas sérias organizações campesinas sido levadas a servir de correias aliadas aos socialistas vermelhos.

Ainda que, mesmo declaradamente, os governos progressistas e de esquerda eleitoral atuem com brutal ênfase para garantir os direitos dos grandes proprietários de terras. A América Latina e o Brasil são exemplos tão visíveis dessa desorganização e mobilização em fraude: uma organização estreita, eleitoral e fadada ao fracasso desde por suas ideias e teorias procuradas em modestas e simplistas explicações da chamada "realidade sul-americana"<sup>91</sup>.

Essa uma condição muito mais decidida em face das próprias teorias de Marx já esquecidas, ou sequer aproximadas (o que ocorre na maioria dos casos), pensamentos tortos e sobretudo as práticas que carregam alguns dos erros primários mais graves em termos de um preciso programa operário revolucionário.

Em um cenário assim todo desequilibrado e incoerente, as ideias do marxismo ocidental em comum têm corroborado, por encaminhar células camponesas para até essas próprias administrarem diretamente o Estado capitalista em regiões tão atrasadas e dependentes, dependentes de quase absolutamente tudo. O caso da América Latina nisso também é emblemático.

Antes de tudo, ao levar e determinar a mais absoluta falta de organização da classe trabalhadora sul-americana, em que se verifica os próprios proletários indo as ruas, procurando lutar, se armando, contudo, não para os combates em uma revolução proletária, mas sim para defender a burguesia e os grandes proprietários de terras.

E isso tudo acontece apesar das pautas encaminhadas pelo marxismo reformista em comum se apresentarem supostamente interessadas em defender os trabalhadores: precisando existir algo muito mal fundamentado e não mostrado nas teses marxistas refundadas.

Embora o marxismo progressista reformista em comum explore com muita estratégia essa sua reivindicada condição, de suposta defesa do proletariado, em uma estratégia absolutamente pequeno burguesa, nos estreitos da democracia eleitoral, portanto por meio dum projeto conservador que carrega o sufrágio enquanto prumo absoluto de suas intencionadas procuras, exceto e contraditoriamente, sem oferecer quaisquer explicações, quando esses movimentos chamados progressistas se assentam por meio do

---

<sup>91</sup> Ler: Hugo Chávez, Marx e o "Bolivarismo" do século XXI, de Jair Antunes.

bonapartismo de tipo sul-americano, em que, indistintamente, sem qualquer coerência teórica, toda essa anomalia, que se segue, se seguirá, e parece até que virá sempre repetida, relacionando e encaminhando todo tipo de conluios com as classes dominantes, em que relações e desdobramentos estranhos aos trabalhadores se seguem nisso como uma grande e mera dificuldade temporária, tida superável nesse trânsito circular e conservador: mesmo que dos trabalhadores nas ruas defendendo os proprietários abastados, parecendo, mas só parecendo, como que se organizados e lutando suficientemente os trabalhadores e camponeses ali e em tais circunstâncias estivessem.

Entretanto, se a observação e a intervenção militante comunista vier com acuidade, enxergar essas verdadeiras chagas, precisará atuar para derrotar esses lemas reformistas e reacionários, aproximar e desenvolver legítimas lutas proletárias, para o que os trabalhadores da cidade e do campo precisarão se afastar das práticas mobilizadas e manejadas pelo marxismo ocidental reformista, pelo que muito desse cenário embrutecedor poderá vir alterado e aproximar um terreno político emancipatório completamente outro.

Em tudo, apesar da triste constatação, no que pede aos reais e inafastáveis anseios da classe operária, e que podem e devem aproximar as necessidades dos trabalhadores camponeses, isso exige uma ortodoxa organização da classe operária urbana. E essa tarefa vindo exercida, posta em andamento, lentamente que o seja em sua marcha, ao seguir e então aproximar o vulto de sua força, uma força colossal, isso exigindo um partido não eleitoral da classe operária, que procurará envolver também os agrupamentos mais avançados e de vanguarda dos trabalhadores camponeses: esses trabalhadores unidos e com foco estritamente revolucionário cumprirão os elos necessários com as massas camponesas mais gerais dentre os pequenos proprietários parceleiros.

Nesse caminho é inadiável se romper por completo com as orientações praticadas pelo marxismo em comum, democrático, reformista, intento governante, grupos altamente reacionários ante ao movimento operário revolucionário: não mais que um mero plano liberal democrata estilo "remplaçante" (Marx, 2002).

E isto posto, o proletariado precisa encerrar as ideias pacifistas e conservadoras do marxismo ocidental democrata reformista; se reaproximar

da teoria da revolução em Marx, a qual lhe permitirá assumir e envergar práticas e reivindicações operárias em direta luta de classes: tarefas para o que terá enormes dificuldades iniciais.

E um primeiro dos passos para isso se mostra, antes de tudo, retomar a reorganização dos operários, enquanto classe, enquanto classe operária, enquanto classe revolucionária e, só disso realizado, com absoluto êxito e rigor, poderá vir assim aproximado ao proletariado em geral, com destaque ao campesino associado, as guias capazes de os afastar dos conluíus e entreguismos praticados pelas teses assentadas num vasto arcabouço diversificado dentro daquilo que se pode chamar de marxismo ocidental comum, progressista, rural ecológico ingênuo e contribuinte por uma perspectiva de sustentabilidade burguesa.

Aqui defendemos que ausente o cumprimento da tarefa primordial, sem a organização operária mínima, em enlace futuro, proletário e campesino, a guia aos trabalhadores em geral, e ao próprio proletariado urbano desempregado, não aproximaremos mais do que apequenada mente prática o marxismo em comum: guias de isolamento, de divisão, de desorganização e a completa desmobilização classista dos trabalhadores.

Ante o exposto, estamos aqui acenando, apontando para a inadiável necessidade de se reconstruírem práticas de organização política operária independente, desde em sua luta em defesa de seu salário relativo, em termos de o proletariado retomar, mediante atuação de um partido bolchevique, condições de se corroborar ao horizonte do alvorecer de uma luta legitimamente revolucionária e que ofereça, em relevo, a própria e necessária legítima guia de arraste, aquela já escrita e inscrita no contexto de organização do proletariado quando da formulação do manifesto Comunista e do Manifesto da Liga dos Comunistas.

Assim, aderimos inteiramente as teses que assentam que o programa operário revolucionário da revolução permanente marxiana se encontra em conteúdo também no livro O 18 Brumário: um conteúdo não encontrado pelos intérpretes e comentaristas aderentes ao marxismo ocidental reformista estrito democrata.

Este reconhecimento requer a constatação dos termos os quais mostramos situados em uma obliteração do conteúdo de O 18 Brumário pelo

marxismo ocidental em comum, como mostramos ao longo do primeiro capítulo de nossa tese, em nossas glosas críticas marginais.

O marxismo ocidental reformista estrito democrata, em suas linhas gerais, intenta aludir que Marx em O 18 Brumário teria se dedicado em oferecer raízes do que o marxismo reformista estrito democrata exerce e prática: uma política pacífica e desmobilizadora do proletariado. Absolutamente contrariando o oposto conteúdo que se encontra legitimamente redigido em O 18 Brumário de Marx.

Pelo que, por necessidade, ao finalizar a tese, reivindico e ratifico todas aquelas observações, detalhadamente mostradas por meio das próprias e diretas palavras de Marx, quando adotou Marx em O 18 Brumário uma séria e contundente crítica ao ideário estrito democrata e reformista.

Aqui, nessas nossas considerações finais, em poucas palavras, queremos reafirmar que no que tange ao conteúdo efetivamente redigido no conteúdo de O 18 Brumário por seu autor, aquilo com o que o marxismo ocidental em comum se envolveu, de tudo que o marxismo reformista tenta afastar, nos obriga em nomear essas suas cenas estrito democratas não mais que seguidas representações de um mero ente e momento da história borrado, sem qualquer legítimo significado, algo como que o marxismo ocidental em comum assumisse e pudesse exercer uma própria identidade da nova montanha democrática em pleno século XIX.

E apesar do grave e complicado quadro político que persegue o marxismo ocidental em comum; e desde que ainda faça sentido um programa de transição na organização da classe operária mundial; programa o qual o marxismo em comum nunca fez referência séria, e não o fará; e não o fará porque este programa proposto por Marx choca-se colossalmente com os ideários e planos e práticas estrito democratas reformistas; um programa operário em transição visto não enquanto uma planificação abstrata para a organização operária: como que uma bíblia produzida por um demiurgo e instruída por sacerdotes de um partido distante da classe.

E não é disso que se trata, mas, completamente diferente, enquanto uma tomada adequada dos princípios teóricos marxianos ortodoxos, inscrita e resultante de um exercício por meio duma militância prática e teórica (conforme aquelas experiências procuradas por Marx e outros e outras militantes

comunistas na Europa em meados do século XIX, os acontecimentos entre os anos de 1848 e 1851, posteriormente também movimentados na Rússia bolchevique, comunistas que retomaram em mãos a teoria da revolução permanente e dedicaram suas vidas ao programa da revolução socialista, em um sério encaminhamento do programa da revolução proletária mundial<sup>92</sup>.

A teoria da revolução permanente de Karl Marx entendida enquanto o próprio movimento operário que, assentado de sua própria potência, ampliando suas forças, instala, alcança e desenvolve as condições latentes dentre o proletariado, destacadamente dentre os trabalhadores camponeses, instalando e fazendo andar e avançar a organização da classe trabalhadora em direção aos levantes proletários ao nível internacional.

Isto posto, considerando o conteúdo exposto na presente tese, finalizando este trabalho, sem aprofundar e ou pretender responder certas ausências, mesmo porque essas não se respondem com teoria acadêmica, não podemos perder do chão, da atividade militante concreta, como que ficando num horizonte ético a luta pela construção de uma sociedade comunista. As tarefas para tal jornada se sagrar definitivamente vitoriosa exigem partido radical de classe, e, sobretudo, ações de organização operárias em um programa que rume e venha assim reunir e arrastar ao proletariado.

É esse movimento operário clássico que pode vir conseguir alcançar e associar as massas, camponesas e outras lutas proletárias que não podem de todo modo virem sequer aproximadas caso o plano estrito democrata reformista se siga determinante dentre as fileiras dos trabalhadores. Essas assentam e dirigem, em clássico marxiano, as condições e circunstâncias proletárias determinantes que encontram os comandos e guias de classe restritas ao andamento revolucionário da classe operária, em condução intransferível da organização do processo histórico que carrega e movimenta a possibilidade de emancipação da classe proletária em seu sentido ortodoxo, geral e universal.

Em sentido ortodoxo, na condução da revolução permanente apresentada e proposta por Marx, sem qualquer divisão ou flexibilização da

---

<sup>92</sup> Além dos oportunos textos já citados nesta tese, ler também: "A História dos Sovietes", de John Reed; "As Lições de Outubro", de Leon Trotsky; "Os Trotskistas na União Soviética (1929-1938)", de Pierre Broué; e, "Fim do Socialismo, URSS", por Eric Hobsbawm.

direção do processo proletário internacionalista revolucionário com segmentos de classes, ainda que da própria classe trabalhadora. E, geral e universal, ao reunir, concluir e confluir o movimento de negação dos operários enquanto força em partido de classe com capacidade de representação político-revolucionária proletária que consiga vir estabelecer o necessário comando aos trabalhadores em geral, em luta de classes arrastada, incluso ao trabalhador camponês.

Um processo de organização estabelecido e guiado por meio da rigorosa adoção e sério andamento do programa da revolução permanente de Marx. Um programa o qual coloca ao proletariado, em suas mãos, em sua psiquê social revolucionária, a cada passo de sua já própria ação concreta de sufocamento dos parasitas empresários capitalistas próximos, as condições mínimas para enfrentar e vir acumular forças capazes de derrotar a burguesia em sua república local, em suas demais repúblicas regionais e globais, articulando e movendo reivindicações operárias mínimas e máximas, tendo o salário relativo operário como o prumo da luta proletária básica, preparando e aproximando uma ruptura com o Estado Burguês, complicando as crises capitalistas, determinando ao horizonte a crise em pletora com a burguesia já em condições altamente frágeis e belicosas para as tentativas de manutenção de seus domínios de classe, econômicos e ideológicos, no assento das bases nominais, concretas, econômicas e políticas, condições todas necessárias e dependentes da revolução proletária mundial: como nos legou em fundamentos a III Internacional leninista-trotskista.

Em um processo pelo qual, nos embates entre as classes sociais, ante a queda das repúblicas burguesas, em levantes comunistas articulados por todo o mundo, vir-se com a revolução em permanência formulada por Marx complicar e muito as condições ideológicas de uma aliança internacional para a manutenção da dominação burguesa mundial: ao passo desse movimento, conseguir a burguesia se unir e atacar os trabalhadores já emancipados do domínio do capital.

E isso posto, em um clássico e legítimo movimento revolucionário, em decididas e crescentes tomadas dos meios de produção das mãos dos improdutivos, das terras em mãos dos grandes proprietários rurais, aos trabalhadores e trabalhadoras virem apropriarem-se das maquinarias e

tecnologias da informação aplicadas na produção, com a absoluta tomada e controle de todos os bancos nacionais, estatais e privados, assegurado o estrito controle das instituições diretamente pelos proletários, a necessária substituição da polícia militar e da inteligência policial do Estado, a ocupação de todas as fábricas, sua organização produtiva e contábil sob mãos e gerência proletária, garantindo-se o absoluto controle das estruturas de transportes em cada país: o transporte rodoviário; o de navegação (por rios e no mar); o transporte aéreo, de pequeno e grande porte, inclusive e destacadamente o de âmbito militar e paramilitar; a instalação imediata das forças armadas do povo (recrutadas dentre os próprios proletários e militares que passam lutar ao lado dos trabalhadores na revolução), enfim, a revolução operária em seu próprio andamento, movimento que faz tremer e ao cabo ruir o capitalismo local e transnacional.

E, conforme a própria teoria da revolução permanente de Marx, essa luta é aproximada por meio dum movimento de reivindicações transitórias e estrategicamente articuladas com um programa revolucionário que mais rapidamente possível conduza a direta tomada do poder, em termos de assim aproximar e logo permitir ao proletariado, enquanto classe organizada internacionalmente, crescentemente fortalecida, em todos os âmbitos, esta classe aproximar e fazer avançar os decisivos levantes da revolução socialista proletária. E, nesse processo, vindo arrastar também os possíveis segmentos da classe trabalhadora, com destaque os trabalhadores camponeses: os quais, efetivamente organizados, em meio ao próprio processo em andamento, percebendo tudo isso lhes tocar, lhes determinar, irão gradativamente se perceber em condições de alcance não apenas do entendimento das formulações teóricas descritas por Marx, mas sim e muito mais importante, por meio de uma direta e engajada participação junto da organização político operária revolucionária, envolvidos, diretamente envolvidos, passando aqui por ansiar os camponeses por propriamente encerrar definitivamente as arcaicas estruturas da produção agrícola pautadas em propriedades de tipo parceleira, assumindo uma edificação rural associada com as condições operárias fabris superiores na produção da vida, tanto na cidade como no campo.

Esse complicado e difícil movimento exige procurar o mais breve possível tomar a posse dos principais e decisivos meios de produção mundiais.

E colocando em mãos dos trabalhadores unidos mundialmente as estruturas econômicas que sustentaram a potência da equação política negativa em ato operário histórico personalíssimo, em um concreto e subjetivo ato de negação do sistema burguês de produção.

O movimento de negação ao instituir-se, diante de imperiosas necessidades objetivas e subjetivas de classe revolucionária por expandirem-se, por meio de uma representação política concreta e dialética, sustentada em um seu processo autônomo, a cada passo que avance sobre o jugo burguês transnacional, acumula e expande suas próprias forças capazes de encerrar o metabolismo burguês e capitalista de exploração dos trabalhadores.

E, assim se espalhando, carregando também o germe de instalação do comunismo até o último sufocamento do estreito capitalista restante: resistência capitalista que por fim, já isolada e historicamente derrotada, poderá até vir deposta pacificamente. Concluindo tais termos o fim do sistema burguês de produção, mediante a ampla, radical e indiscriminada aniquiladora negação da negação do capital pela classe operária.

Este um ato histórico universal e personalíssimo, e que precisa associar no processo o proletariado em sua parte mais geral, guiado pelo partido de classe para si que, em seus legítimos atos, põe fim ao sistema burguês egoísta e opressor de produção: estabelecendo os germes concretos, históricos e culturais de uma legítima história, fecundando e gestando a humanidade até aqui apartada aos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. **Marx e o fetiche da mercadoria**: contribuição à crítica da metafísica. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

\_\_\_\_\_. O marxismo e o papel dos camponeses na revolução socialista. **Revista Mais Valia**, v. 04, pp. 81-89. São Paulo: Editora Tykhé, 2008.

\_\_\_\_\_. O papel da obra o 18 de brumário de Luís Bonaparte de Marx nos rumos da revolução russa de 1917. In: **Bonapartismo, história e revolução**: reflexões sobre o 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx. Jadir Antunes; Ricardo Pereira de Melo; Carlos Prado (Orgs.). Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, 2021.

ANTUNES, J; BENOIT, H. **O Movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx**. São Paulo: editora T khe, 2009.

\_\_\_\_\_. A exposição dialética do conceito de crise em O Capital. **Revista Mais Valia 2**, março-junho 2008.

ARCARY, V. A Comuna de Paris e a teoria da revolução em Marx: do balanço na Guerra Civil em França às conclusões de Engels no Testamento de 1895. In: BOITO, A. (Org.). **A comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2002.

ARENT, H. **Origens do totalitarismo**: tradução roberto raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BENOIT, H. **A Teoria (dialética) do Partido ou a Negação da Negação Leninista (1998)**. Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2\\_04.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_04.pdf). Acesso em: 4 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. **Revista Crítica Marxista**, n. 03, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERRINGER, T; LAZAGNA, A. (Orgs.). **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: EDUFABC, 2022.

BORGES, P, C, A. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios, Carlos Nelson Coutinho por Pedro Célio Alves Borges. **Revista Sociedade e Estado**, v. X, n. 1, jan./jun. 1995.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, pp. 645-660, 2013.

BUONICORE, A, C. "**Dois Lênin? Ou duas estratégias para duas revoluções?**". (2019). Fundação Maurício Grabois. In: BARROSO, A. S (Org.). Lênin: presença da revolução. Editado pela Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi e a Sociedade Amigos de Lênin. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/artigos/154787/2019-02-03/dois-lenin-ou-duas-estrategias-para-duas-revolucoes.br>. Transcrita em: 7 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Hobsbaw, a Revolução Francesa e o revisionismo histórico**. Citado conforme a publicação em edição digital da Fundação Mauricio Grabois, de 08 de agosto de 2017. Disponível em: <https://grabois.org.br/2017/08/08/hobsbawm-a-revolucao-francesa-e-o-revisionismo-historico/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BROUÉ, P. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Internacional Comunista 1919 - 1943**: A Ascensão e a queda. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

CODATO, A. N. **O espaço político segundo Marx**. *Crítica Marxista*, n. 32, p. 33-56, 2011.

\_\_\_\_\_. Poulantzas, o Estado e a Revolução. In: **Crítica Marxista**, n. 27, 2008, p. 65-85.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário: Política e Pós-modernismo. São Paulo: **Revista Lua Nova**, n. 63, 2004.

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. "O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx". In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo Editorial, n. 13, p. 9-28, 2001.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Civilização brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. O lugar do Manifesto na evolução da teoria marxista. In: FILHO, D. A. R. (Org.) **O Manifesto 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

DILLENBURG, F. F. Gramsci e o novo programa. Campinas, São Paulo: 2011.

\_\_\_\_\_. **Método dialético e política em Lukács**. Campinas, São Paulo: 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAUSTO, R. A polêmica sobre o poder Bolchevista: Kautsky, Lenin, Trotsky. **Revista Lua Nova**, n. 53, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452001000200003>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FARIAS, F. P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir dos trabalhos de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, v. 28, 2009, p. 81-98.

JESSOP, B. Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral. **Crítica Marxista**, n. 29, 2009, p. 97-121.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Lecciones sobre la filosofia de la historia universal. Tradução do alemão para o espanhol por José Gaos. 4 ed. Madrid: **Revista de Occidente**, 1974.

HOBBSAWM, E.J. **A era do capital, 1848 - 1875**. 23 ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções (1789-1848)**. Editora Paz e Terra: 25 ed., Rio de Janeiro: 2010.

\_\_\_\_\_.Org.). **História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. IV, 1986.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Col. Os Pensadores).

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1985.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. Porto: Portucalense, 1972.

LENIN, V. I. **Relatório sobre a Questão Agrária**. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1917, tomo 2, p. 82-85. Edições Avante - Lisboa, Edições Progresso, Moscovo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917html>. Acesso em: 22 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **As três fontes**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: **Obras escolhidas em 3 tomos, tomo 3**. 2 ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2004.

\_\_\_\_\_. As Lições da Revolução. In: **Obras escolhidas em 3 tomos, tomo 2**. 2 ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado e a Revolução. In: **Obras Escolhidas**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 2, p. 219-305, 1988.

\_\_\_\_\_. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução (Teses de Abril). In: **Obras Escolhidas**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 2, p. 11-16, 1988.

\_\_\_\_\_. Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: **Obras Escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 1, p. 79-214, 1986.

\_\_\_\_\_. Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido). In: **Obras Escolhidas**. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 1, p. 215-376, 1986.

\_\_\_\_\_. **Que fazer? As Questões Palpitantes do Nosso Movimento**. Editora Hucitec - São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. A guerra y la socialdemocracia de Rusia. In: Lenin V. **Obras escogidas en doce tomos**. Moscú: Progreso, tomo V, 1976.

\_\_\_\_\_. O Estado. In: **Democracia socialista**. Lisboa, Editorial Avante, 1975.

LOSURDO, D. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **A luta de classes**. Uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARCUSE, H. Prólogo. In: MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: CPV, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: José Barata Moura. Editorial Avante. Lisboa, Portugal, 1997.

MARX, K. **O Capital - Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A guerra civil na França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**: Resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política - livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **A burguesia e a contrarrevolução**. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

MARSON, I. A. **História e política em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx e Napoleão, O Pequeno, de Victor Hugo: um contraponto**. Projeto História. São Paulo, n. 30, p. 137-150, jun. 2005.

MENESES, J. R. de. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.116, p. 675-699, out./dez., 2013.

MCEWAN, I. (1998). **Enduring Love, New York: Doubleday**. MCLAREN, P. (1999).

MERQUIOR, J. G. **As ideias e as formas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MONTEIRO, M, L. A noção de "revolução permanente" em Marx e sua presença em o 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: **Bonapartismo, história e revolução: reflexões sobre o 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx**. Jadir Antunes; Ricardo Pereira de Melo; Carlos Prado (Orgs). Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, 2021.

MORAES, M, C, M. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. Texto publicado na **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, v. 14, n. 1, 2001.

MUSSE, Ricardo. Kautsky e a Revolução de 1905. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 21, p. 154-166, 2005.

PADIAL, R. A. o lugar de o 18 de Brumário no balanço da revolução de 1848. In: **Bonapartismo, história e revolução: reflexões sobre o 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx**. Jadir Antunes; Ricardo Pereira de Melo; Carlos Prado (Orgs). Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, 2021.

PERISSINOTTO, R. M. "O 18 Brumário e a análise de classes contemporânea". In: **Lua Nova**, n. 71, p. 81-121, 2007.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRUDÊNCIO, V, R. **Crítica ao conceito de Estado na obra de Carlos Nelson Coutinho**. Trabalho de Conclusão de Curso (primeiro capítulo). TCC na área

de História: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Publicado em: 05/08/2015 (MIMEO).

PRZEWORSKY, A. (1989). "A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classes". In: **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICCI, F. **O "testamento" falsificado de Engels: uma lenda dos oportunistas**. Tradução de Marcos Margarido. Teoria e Revolução: 29 de dezembro de 2016. Transcrita em: 19 de mar. 2020.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Trad. Port. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

SARAMAGO, J. **Os poemas possíveis**. 3 ed., Lisboa: Editorial Caminho, 1981.

SOBOUL, A. **Camponeses, Sans-culottes e Jacobinos**. São Paulo: Editora Seara Nova, 1974.

TROTSKI, L. **Em defesa do marxismo**. São Paulo. Editora Sundermann, 2011.

\_\_\_\_\_. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

\_\_\_\_\_. **História da Revolução Russa**. Tomo Um. São Paulo: Sundermann, 2007a.

\_\_\_\_\_. **História da Revolução Russa**. Tomo Dois. São Paulo: Sundermann, 2007b .

\_\_\_\_\_. **Lições de outubro**. São Paulo. Editora Sundermann. 2007c.

\_\_\_\_\_. **Programa de transição [1938]: A agonia do capitalismo e as tarefas da IV internacional**. Santos, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Permanente**. Kairós Livraria e Editora Ltda. 2 ed. São Paulo, 1985.